



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ALEXSANDRA MARIA VIEIRA MUNIZ

**A DINÂMICA DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO ESPAÇO METROPOLITANO DE
FORTALEZA**

**FORTALEZA
2014**

ALEXSANDRA MARIA VIEIRA MUNIZ

**A DINÂMICA DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO ESPAÇO METROPOLITANO DE
FORTALEZA**

Tese submetida à Coordenação do Curso de Doutorado em Geografia, do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica Ambiental e Territorial do Nordeste semiárido.

Orientador: Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva

**FORTALEZA
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

M935d Muniz, Alexsandra Maria Vieira.

A dinâmica da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza /
Alexsandra Maria Vieira Muniz. – 2014.

400 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências,
Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Fortaleza, 2014.

Área de Concentração: Dinâmica Ambiental e Territorial do Nordeste
semiárido. Orientação: Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva.

1. Indústria Têxtil. 2. Espaço Urbano. 3. Fortaleza, Região Metropolitana de
(CE). I. Título.

ALEXSANDRA MARIA VIEIRA MUNIZ

**A DINÂMICA DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO ESPAÇO METROPOLITANO DE
FORTALEZA**

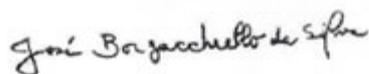
Tese submetida à Coordenação do Curso de
Doutorado em Geografia, do Centro de
Ciências da Universidade Federal do Ceará,
como parte dos requisitos para obtenção do
título de doutor em Geografia.

Área de Concentração: Dinâmica Ambiental e
Territorial do Nordeste semiárido.

Orientador: Prof. Dr. José Borzacchiello da
Silva

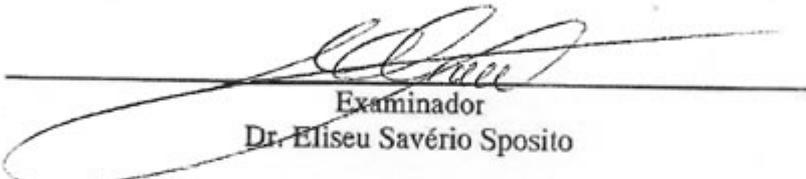
Aprovada em: 05/12/2014

BANCA EXAMINADORA



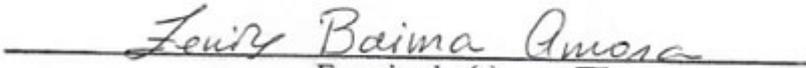
Orientador

Dr. Jose Borzacchiello da Silva(UFC)



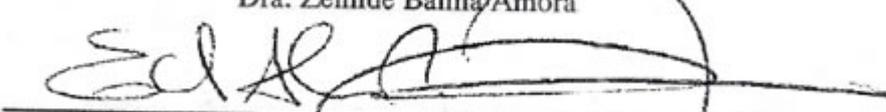
Examinador

Dr. Eliseu Savério Sposito



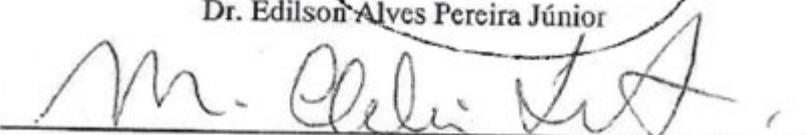
Examinador(a)

Dra. Zenilde Baima Amora



Examinador

Dr. Edilson Alves Pereira Júnior



Examinador(a)

Maria Clelia Lustosa Costa

Ao meu Senhor Jesus;

Ao meu amado marido, Junior;

Ao meu precioso filho, Rafael;

Aos meus queridos pais, Muniz e Zuri(*in
memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Espírito Santo de Deus que, com sua onipotência, me ajudou a superar os problemas de saúde e mobilidade urbana que se apresentaram até a metade do percurso e com sua onipresença me fortalece, capacita e me concede a paz, a direção e a sabedoria. Sem Ele não teria sido possível a concretização desta pesquisa por Ele inspirada, presença Fiel, Verdadeiro Autor que me ajudou a encontrar o fio da meada e tecer cada capítulo, trilhando os caminhos que me permitiram chegar até aqui. "Em Quem estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência". (COLOSSENSES 2:3). "Porque o Senhor dá a sabedoria; da Sua boca é que vem o conhecimento e o entendimento". (PROVÉRBIOS 2:6). "Pois Dele, por Ele e para Ele são todas as coisas. A Ele seja a glória para sempre!" (ROMANOS 11:36).

Ao meu pai, filho de agricultores do Quixadá, operário da indústria Micheletto, que me permitiu vivenciar de perto o que é ser parte de uma família de operário, um exemplo de garra, coragem e luta contra os obstáculos que aprendeu a contornar, tendo falecido dois dias antes da minha posse como professora da UFC, divido os frutos deste trabalho.

À minha mãe, filha de agricultores do Itapajé, pedagoga da antiga Escola Normal, uma mulher de visão, de personalidade forte, uma guerreira que partiu ainda indo completar seus 50 anos, tendo acompanhado de perto meu crescimento até os 17 anos, com muito amor e dedicação sempre priorizando nossos estudos, ouvia-a dizer muitas vezes ao me ver estudando: "essa menina não larga estes livros, vai ser uma doutora!".

Ao meu querido marido Junior que sempre esteve ao meu lado, me ajudando até nos trabalhos de campo, gráficos, confecção dos mapas, pelo imprescindível apoio, incentivo, atenção, dedicação, amor, ensinamentos e compreensão nos meus momentos de introspecção e mergulho na construção desta tese, que exigiu ausência em muitos eventos familiares e de diversão com nosso filho, um exemplo de pai e esposo sempre presente com quem também divido os frutos deste trabalho.

Ao nosso filho, Rafael, verdadeiro presente de Deus, a restituição de um sonho interrompido depois da gestação não exitosa no início desta caminhada e do susto no início do seu crescimento, mesmo sem entender o simples fato de sua existência me faz muito feliz e mesmo muitas vezes cansada me arranca aquela gargalhada, embora na maior parte do dia eu esteja ausente, não abro mão de nossas brincadeiras e do prazer de acompanhar seu crescimento, e, sem saber, me faz até hoje acordar as madrugadas e aproveitar o tempo do silêncio, do ritmo desacelerado pela redução das demandas dos vários papéis que a sociedade

hoje exige da mulher, sem querer me ajudou em muitas noites a vencer o sono e continuar a tecer os capítulos desta tese.

Aos meus irmãos (em especial à Adriana que gentilmente aceitou traduzir o resumo), mesmo sem muitas palavras, sei que sempre torceram pelo meu sucesso.

À minha Tia Eridan que acreditou no meu propósito de adentrar na universidade, ajudando na inscrição do vestibular para Geografia na UECE.

À minha Tia Eliane que mesmo com inúmeros afazeres sempre procura estar por perto, e, aos demais familiares.

À Maria do Carmo que sempre me incentivou e acreditou que o tempo da vitória estava por vir.

Ao Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva agradeço não só o interesse que demonstrou desde o início em orientar esta tese, as indicações bibliográficas, a preocupação com o bem-estar dos orientandos, o incentivo e a confiança no sucesso deste trabalho, mas também o exemplo e admiração que me despertou, à medida que se revelou com suas atitudes éticas de um verdadeiro educador sempre aberto ao diálogo e que valoriza o ser humano em sua essência.

À Profa. Dra. Emília Velloso, da Faculdade de Educação da UFC, por sempre estar presente nesta caminhada.

Aos professores da UECE que fizeram parte da base para eu chegar até aqui, em especial a Dra. Zenilde Baima Amora que foi minha professora na graduação e tutora no PET de Geografia, e à profa. Dra. Denise Elias que foi minha orientadora durante a graduação, e a todos os que faziam parte do LEA (Laboratório de Estudos Agrário), como o prof. Dr. Edilson e a Dra. Silvana, que sempre somaram com suas ricas discussões na pós-graduação.

Aos professores da pós graduação de História, Sociologia e Economia da UFC, e da UECE, onde cursei a disciplina Cidade e Educação, com o Prof. Carlos Augusto.

Ao prof. Jader, agradeço sobretudo as observações na revisão final dos mapas.

Ao filósofo Junior Macambira e à geógrafa Kátia pela ajuda na coleta dos dados da RAIS.

Aos professores do curso de Geografia da UFC, em especial aos Prof^o. Dr^o. Eustogio, Dr. Christian, Dra. Clélia, que me incentivaram logo que tomei posse como Profa. a fazer o doutorado, inclusive Clélia contribuiu com suas brilhantes ideias ainda na fase de elaboração do projeto que, como processo natural, passou por várias transformações ao longo do percurso. À profa. Dra. Maria do Céu, que também se mostrou disposta a ajudar, disponibilizando-se inclusive na leitura do projeto. Aos prof. Dr. Eustogio Dantas e Dr.

Alexandre Queiroz, pelas contribuições durante a qualificação e aos profs Dr Edilson Pereira Junior, Dr. Eliseu Savério Sposito, Dra Zenilde Baima Amora e Dra. Clélia Lustosa pelas pertinentes sugestões e considerações durante a defesa. À profa. Dra. Edivani, que compartilhou deste momento de busca pelo conhecimento e conquista de novos espaços na academia. Aos profs. Dra. Fátima e Dr. Edson Silva pelos livros doados que muito ajudaram na tessitura desta tese. À profa. Dra. Maria Florice que gentilmente aceitou me substituir em orientação de TCC por entender esta etapa, a qual já vivenciou. Ao prof. Dr. Paulo Thiers que se disponibilizou a ajudar no material cartográfico. Aos profs Doutores Jeova Meireles, Marta Celina, Elisa, Adryane Gorayeb, Amaro, José Levi, Lindemberg, pelas palavras de incentivo para avançar na caminhada. À profa. que me substituiu após a licença-maternidade e que ao voltar fui "presenteada" com mais uma disciplina, tendo que construí-la em meio à qualificação, mas que também cooperou para expandir meus conhecimentos e encarar os desafios. E a todos os demais professores, e inclusive alguns dos que aqui foram citados e que cumpriram bem os papéis que lhe foram incumbidos de exercer pressão (dialogada ou não) para que os processos seguissem suas temporalidades, não imaginam como foram impulsionadores da materialização deste momento.

Aos alunos, pelas ricas discussões em sala e em produtivas e últimas ousadas aulas de campo, quando já estava em gestação avançada e que vieram somar no desenvolvimento da pesquisa.

Aos entrevistados, pelas informações concedidas.

Aos colegas dos Colóquios, sob a coordenação do Prof. Orientador, agradeço suas críticas e sugestões que também muito contribuíram para nortear esta pesquisa.

Aos colegas do Lapur (Laboratório de Planejamento Urbano e Regional) com os quais tive intenso convívio no início do doutorado, as ricas contribuições em discussões do projeto Megaeventos e nos trabalhos de campo.

A todos vocês e àqueles que não foram aqui citados, mas que ajudaram de forma direta ou indireta para a concretização desta tese, meus sinceros agradecimentos.

"Considerai os lírios, como eles crescem; não trabalham, nem fiam; e digo-vos que nem ainda Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como um deles" (LUCAS, 12:27).

RESUMO

Objetivando analisar os impactos socioespaciais causados pelo desenvolvimento da indústria têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza, notadamente no contexto da reestruturação produtiva, o que permitiu se resgatar o próprio desenvolvimento capitalista na indústria em variadas escalas espaciais e temporalidades, procurou-se vincular o objeto em estudo ao processo maior de reestruturação capitalista, já que as consequências sociais e espaciais da reestruturação produtiva são algumas de suas múltiplas facetas, sendo fundamental considerarmos as formas espaciais de produção e reprodução e suas funções em diversas fases, a instalação de novos instrumentos de trabalho e as mudanças na organização e gestão da produção, bem como o papel do Estado e da política industrial. Como esta tese organizou-se em torno das pesquisas documental, estatística e de campo, tentou-se imbricar o arcabouço teórico com os registros (fotos, falas, observações) coletados em campo, bem como a análise estatística com suporte na seleção e análise de variáveis (População; PIB; Estabelecimentos industriais; Pessoal ocupado) do IBGE, RAIS/MTE, FIEC, IPECE, notadamente referentes à última década, quando se impulsionam as transformações ainda em curso. Isto se fez necessário para que se pudesse compreender: a geografia do trabalho industrial; as transformações nas relações sociais de produção e trabalho; o papel da "integração" das relações de trabalho não capitalistas; as causas estruturais de sua existência e sua importância atual; os agentes sociais presentes no processo produtivo, bem como seus mecanismos de reprodução, o perfil da mão de obra industrial; as relações de trabalho vigentes no processo produtivo; a divisão social e territorial do trabalho industrial; a demanda por mão de obra; as qualificações exigidas, as condições de trabalho etc., o que, por sua vez, remeteu às mutações operadas no espaço metropolitano, sobretudo na capital onde se concentra a produção industrial têxtil, mediante a materialização do processo de reestruturação produtiva evidenciado também por estudo de caso.

Palavras-chave: Indústria Têxtil. Espaço Urbano. Reestruturação Produtiva.

RESUMEN

Con el objetivo de analizar los impactos socio-espaciales causados por el desarrollo de la industria textil en la región metropolitana de Fortaleza, en particular en el contexto de la reestructuración productiva, lo que se permitió resgatar lo propio desarrollo capitalista en la industria en varias escalas espaciales y temporalidades, se procuró vincular el objeto de estudio a mayor proceso de reestructuración capitalista, ya que las consecuencias sociales y espaciales de los procesos de reestructuración son algunas de sus muchas facetas, siendo fundamental considerar las formas espaciales de producción y reproducción y sus funciones en varias etapas, la instalación de nuevas herramientas y cambios en la organización y gestión de la producción, así como el papel de la política estatal e industrial. Como esta tesis se organiza en torno al documental, encuestas estadísticas y de campo intentose imbricar el marco teórico con los registros (fotos, discursos, observaciones) recogidos en el campo, bem como la análisis estadístico con el apoyo en la selección y análisis de variables (Población , el PIB, las instalaciones industriales; Personal ocupado) de IBGE, RAIS / MTE, FIEC, IPECE, especialmente en relación con la última década cuando se impulsaran las transformaciones aún en curso. Esto era necesario para que se pueda entender: la geografía de trabalho industrial; transformaciones en las relaciones sociales de producción y mano de obra; el papel de la "integración" de las relaciones laborales no-capitalistas, las causas estructurales de su existencia y su importancia actual, los agentes sociales presentes no proceso de producción, así como sus mecanismos de reproducción, el perfil de la mano de obra, el trabajo industrial, la prevaleciente relaciones de trabajo en el proceso de producción, la división social y espacial del trabajo industrial, la demanda de mano de obra, las condiciones requeridas, las condiciones de trabajo, etc, lo que por su vez nos envió a las cambios operados en el espacio metropolitano, especialmente en la capital, donde se concentra la producción industrial textil a través de la materialización del proceso de reestructuración productiva evidenciado también por estudio de caso.

Palabras clave: Industria Textil. Espacio Urbano. Reestructuración Productiva.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção Têxtil e de Vestuário	41
Tabela 2 - Balança Comercial 2012-2013	42
Tabela 3 - Receita do Imposto sobre Produtos Industrializados, segundo os municípios da RMF e Ceará - 2010-2012	368
Tabela 4 - Municípios acrescentados à RMF após a LCF/73	99
Tabela 5 - Municípios da RMF por População Residente, Área e Dens. Demográfica	103
Tabela 6 - Produto Interno Bruto, segundo a Estrutura Setorial e PIB nos Municípios da RMF e Estado do Ceará: 2001-2011	107
Tabela 7 - Consumo medido de energia elétrica (Mwh) no setor industrial segundo os municípios do espaço metropolitano de Fortaleza- 2010-2012.....	368
Tabela 8 - Indústrias em Maracanaú 2014.....	369
Tabela 9 - Indústrias em Horizonte 2014	371
Tabela 10 - Indústrias em Pacajus 2014	372
Tabela 11 - Indústrias no Eusébio 2014	373
Tabela 12 - Indústrias em SGA 2014	376
Tabela 13 - Indústrias em Caucaia 2014	377
Tabela 14 - Indústrias em Chorozinho 2014	378
Tabela 15 - Indústrias em Pacatuba 2014.....	379
Tabela 16 - Indústrias em Maranguape 2014	380
Tabela 17 - Indústrias em Aquiraz 2014	382
Tabela 18 - Indústrias em Cascavel 2014.....	383
Tabela 19 - Indústria em Pindoretama 2014.....	383
Tabela 20 - Indústrias em Itaitinga 2014	384
Tabela 21 - Indústrias em Guaiúba 2014.....	384
Tabela 22 - Indústrias de Transformação ativas em Fortaleza 2014	385
Tabela 23 - Municípios da RMF por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização	131
Tabela 24 - Estabelecimentos formais na indústria têxtil, segundo os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza - 2002-12	137
Tabela 25 - Estabelecimentos formais na indústria têxtil, segundo os anos selecionados - Estado do Ceará e RMF.....	137

Tabela 26 - Perfil dos trabalhadores da indústria no Ceará.....	141
Tabela 27- Empregos formais na indústria têxtil, segundo os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza - 2002-12	144
Tabela 28 - Empregos formais na indústria têxtil, segundo os anos selecionados - Estado do Ceará e RMF.....	145
Tabela 29 - Indústrias Têxteis ativas na RMF-2014.....	146
Tabela 30 - Unidades Fabris e Número de Empregados por Região.....	190
Tabela 31 - Maiores Indústrias do Setor Têxtil - 2013.....	194
Tabela 32 - Principais Indústrias Têxteis Catarinenses	387
Tabela 33 - Indústrias por Segmento 2008-2010	201
Tabela 34 - Pessoal ocupado por segmento.....	202
Tabela 35 - Produção de têxteis e confeccionados do Estado do Ceará (volumes).....	203
Tabela 36 - Classificação do porte da indústria.....	204
Tabela 37 - Indicadores do Setor Têxtil e Confecção do Ceará 2012	205
Tabela 38 - Impactos da Copa no setor Têxtil 2014.....	227
Tabela 39 - Indústrias Têxteis no Estado do Ceará	389
Tabela 40 - As 50 maiores indústrias do Ceará- 2013.....	270
Tabela 41 - Investimentos em máquinas no setor Têxtil e confeccionista 2008-2010.....	287
Tabela 42 - Remuneração da Mão de obra têxtil em Fortaleza	290

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Estabelecimentos Industriais Têxteis e Pessoal Ocupado 2008-2012	38
Gráfico 2 - Produção do setor têxtil e de confecção.....	40
Gráfico 3 - Produção Mundial de Têxteis	41
Gráfico 4 - Principais Mercados Consumidores.....	44
Gráfico 5 - Indústrias ativas segundo os municípios da RMF 2002-2012	124
Gráfico 6 - Indústrias ativas no Ceará 2002-2012.....	125
Gráfico 7 - Indústrias de Transformação ativas na RMF	126
Gráfico 8 - Indústrias de Transformação ativas no Ceará 2002-2012.....	127
Gráfico 9 - Indústrias de Transformação ativas por principais gêneros segundo os municípios da RMF 2012.....	128
Gráfico 10 - Produto Interno Bruto segundo a estrutura setorial no Ceará: 2001 - 2011.....	133
Gráfico 11 - Indústrias Têxteis na RMF.....	135
Gráfico 12 - Total de Indústrias têxteis no Ceará.....	136
Gráfico 13 - Indústrias Têxteis e de Confecção do Brasil e do Ceará.....	201
Gráfico 14 - Países de destino das exportações Têxteis do Ceará.....	302
Gráfico 15 - Países de origem das importações de Têxteis do Ceará.....	303

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indústrias Têxteis Cearenses no final do século XIX	52
Quadro 2 - Indústrias Têxteis Cearenses da primeira metade do século XX	61
Quadro 3 - Indústrias Têxteis ativas nas décadas de 1960 e 1970	72
Quadro 4 - Fundação de Indústrias Têxteis no Ceará na década de 1980	81
Quadro 5 - Renúncias Fiscais no Estado do Ceará.....	90
Quadro 6 - Fundação de Indústrias Têxteis no Ceará de 1990 a 2002	95
Quadro 7 - Indústrias instaladas no CIPP	394
Quadro 8 - Indústrias em implantação no CIPP	395
Quadro 9 - As 10 Maiores Indústrias Têxteis do Sul do Brasil em 2006.....	198
Quadro 10 - Indústrias Têxteis existentes até 1945	239

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Região Metropolitana de Fortaleza 2014	100
Mapa 2 - Espacialização das zonas industriais da RMF.....	110
Mapa 3 - Os conjuntos habitacionais em Fortaleza, Maracanaú e Caucaia – RMF.....	115
Mapa 4 - Indústrias Têxteis no Espaço Metropolitano de Fortaleza	139
Mapa 5 - Trabalhadores da Indústria Têxtil no Espaço Metropolitano de Fortaleza	142
Mapa 6 - Indústrias Têxteis ativas em Jaguaruana 2014.....	251
Mapa 7 - Indústrias Têxteis em Fortaleza	267
Mapa 8 - Trabalhadores das Indústrias Têxteis em Fortaleza	313

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura Produtiva Têxtil e de Confecções	36
Figura 2 - Comparação entre Cadeia Têxtil e Segmento Vestuário 2012	39
Figura 3 - Trabalho Industrial no Brasil 2012	192
Figura 4 - Etapas de produção dos fios – Multicor	255
Figura 5 - Produção de Redes na Indústria Requite	258
Figura 6 - Circuitos Espaciais da Produção da Unitêxtil.....	300
Figura 7 - Espaço da produção e comércio têxtil e de confecção no entorno da Unitêxtil	322
Figura 8 - Estrutura da Produção e Distribuição Têxtil e de Confecção	324

LISTA DE FOTOS

Foto 1	112
Foto 2.....	114
Foto 3.....	116
Foto 4	116
Foto 5	116
Foto 6.....	122
Foto 7	157
Foto 8	157
Foto 9	159
Foto 10.....	163
Foto 11	164
Foto 12.....	165
Foto 13.....	207
Foto 14.....	208
Foto 15.....	208
Foto 16.....	209
Foto 17.....	210
Foto 18.....	210
Foto 19.....	211
Foto 20.....	211
Foto 21	211
Foto 22.....	211
Foto 23.....	212
Foto 24.....	212
Foto 25.....	217
Foto 26.....	217
Foto 27.....	219
Foto 28.....	219
Foto 29.....	219
Foto 30.....	219
Foto 31.....	221
Foto 32.....	230
Foto 33.....	231

Foto 34.....	241
Foto 35.....	243
Foto 36.....	245
Foto 37.....	245
Foto 38.....	245
Foto 39.....	246
Foto 40.....	246
Foto 41.....	246
Foto 42.....	246
Foto 43.....	247
Foto 44.....	247
Foto 45.....	248
Feira 46.....	249
Foto 47.....	249
Foto 48.....	253
Foto 49.....	257
Foto 50.....	258
Foto 51.....	258
Foto 52.....	259
Foto 53.....	261
Foto 54.....	262
Foto 55.....	262
Foto 56.....	262
Foto 57.....	262
Foto 58.....	263
Foto 59.....	263
Foto 60.....	263
Foto 61.....	274
Foto 62.....	274
Foto 63.....	286
Foto 64.....	286
Foto 65.....	288
Foto 66.....	289
Foto 67.....	291

Foto 68	292
Foto 69	292
Foto 70.....	293
Foto 71	293
Foto 72.....	293
Foto 73.....	294
Foto 74.....	294
Foto 75.....	294
Foto 76.....	295
Foto 77.....	296
Foto 78.....	297
Foto 79.....	297
Foto 80.....	297
Foto 81.....	297
Foto 82.....	298
Foto 83.....	298
Foto 84.....	305
Foto 85.....	306
Foto 86.....	307
Foto 87.....	308
Foto 88.....	308
Foto 89.....	309
Foto 90.....	315
Foto 91.....	315
Foto 92.....	316
Foto 93.....	316
Foto 94.....	317
Foto 95.....	317
Foto 96.....	318
Foto 97.....	318
Foto 98.....	319
Foto 99.....	319
Foto 100.....	320
Foto 101.....	321

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RMF Região Metropolitana de Fortaleza
IPECE Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
GIC Guia Industrial do Ceará
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RAIS Relação Anual de Informações Sociais
MTE Ministério do Trabalho e Emprego
IEMI Instituto de Estudos e Marketing Industrial
Abrapa Associação Brasileira dos Produtores de Algodão
Nupev Núcleo de Pesquisas do Vestuário
CEPAL Comissão Econômica para a América Latina
SUDENE Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
FINOR Fundo de Investimentos para o Nordeste
FNE Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
Unitêxtil União Industrial Têxtil S/A
PAEG Plano de Ação Estratégica de Governo
GEITEX Grupo Executivo das Indústrias Têxteis
CDI Conselho de Desenvolvimento Industrial
CBS Cia. Brasileira de Sintéticos
PND Plano Nacional de Desenvolvimento
PLAMEG Plano de Metas Governamentais
CNIT Conselho Nacional da Indústria Têxtil
FDI Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará
PROVIN Programa de Atração de Investimentos Industriais
PROAPI Programa de Incentivos às Atividades Portuárias e Industriais
PDCI Programa de Desenvolvimento do Comércio Internacional e das Atividades Portuárias do Ceará
ICMS Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
BNDS Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
GTDN Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
ABIT Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
IPECE Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
SEPLAG Secretaria do Planejamento e Gestão

SIT Sistema Integrado de Transportes
TMUT Terminal de Múltiplo Uso
CIPP Complexo Industrial e Portuário do Pecém
DI Distrito Industrial
Celaco Ceará Laminado e Compensados S.A.
IFCE Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará
Senai Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
PRODECIPEC Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário de Pecém e da Economia do Ceará
SGA São Gonçalo do Amarante
Fiec Federação das Indústrias do Ceará
TBM Têxtil Bezerra de Menezes
SEFAZ Secretaria da Fazenda
PICE Política Industrial e de Comércio Exterior
PCI Programa de Competitividade Industrial
PBQP Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PICE Política Industrial e de Comércio Exterior
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
MMModa Maraponga Marte Moda
FMF Festival da Moda de Fortaleza
CSF Ceará Summer Fashion
CPNVA Centro de Pequenos Negócios de Vendedores Ambulantes de Fortaleza
Fanor Faculdade Nordeste
FIC Faculdade Integrada do Ceará
Unifor Universidade de Fortaleza
SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI Serviço Social da Indústria
ENEM Exame Nacional de Ensino Médio
CTM Centro de Treinamento Marisol
FGV Fundação Getulio Vargas
SGA Sistema de Gestão Ambiental
PEA Programa de Educação Ambiental
SEMACE Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará
CLT Consolidação das Leis do Trabalho

EBBA Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos
CIPA Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
EIR Exército Industrial de Reserva
CLT Consolidação das Leis do Trabalho
FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador
LER Lesão por Esforço Repetitivo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	24
2 A INDÚSTRIA TÊXTIL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS	35
2.1 Formação e Desenvolvimento da Indústria Têxtil	47
2.2 Intervenção Planejada do Estado e a Indústria Têxtil.....	63
2.3 A Indústria Têxtil Adaptada a um Novo Contexto	80
3 ESPAÇO E INDÚSTRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	98
3.1 RMF: População, Estrutura Produtiva, Espaço e Indústria.....	103
3.2 A Indústria Têxtil na RMF no Século XXI: de 2002 a 2014.....	134
4 A REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A INDÚSTRIA TÊXTIL	169
4.1 A Geografia da Indústria Têxtil frente ao processo de Reestruturação.....	188
4.2 O Polo Têxtil e Confeccionista do Ceará.....	200
5 TECENDO MEMÓRIAS E MUDANÇAS: DE SANTA TEREZA À UNITÊXTIL	236
5.1 Da Produção de Fios e Tecidos à Produção de Redes	249
5.2 A Unitêxtil na MetrÓpole de Fortaleza e os Impactos da Reestruturação Industrial	266
5.3 A Indústria Têxtil e o Espaço Urbano de Fortaleza	310
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	328
REFERÊNCIAS	346
APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE PESQUISA DE CAMPO NAS INDÚSTRIAS.....	362
APÊNDICE B - OFÍCIO ENCAMINHADO PARA INDÚSTRIAS	366
ANEXO A - TABELAS.....	368
ANEXO B - ENCARTE DA INDÚSTRIA UNITÊXTIL	396

1 INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta pesquisa foi um problema definido com o questionamento acerca de quais os impactos causados pela reestruturação produtiva na atividade industrial têxtil do espaço metropolitano de Fortaleza.

Acreditamos que esta reestruturação traz mudanças não somente na estrutura produtiva, ou seja, que não se restringe aos aspectos técnicos e econômicos da produção, envolvendo notadamente seus aspectos sociais e espaciais.

Assim, esta pesquisa constitui a análise de uma das dimensões das mudanças implementadas dentro do paradigma de produção flexível, característico da atual fase do capitalismo, qual seja, a de delinear as principais alterações que ocorrem no espaço urbano com a reestruturação produtiva industrial.

Esta investigação retrata as recentes transformações que, de uma forma mais geral, dizem respeito ao modo de produção capitalista no processo de mudanças na economia mundial (abertura de mercado, globalização, reestruturação produtiva), o que permite compreender a estrutura, especificidade e dinâmica do trabalho industrial, sublinhando as tendências recentes, traçando um cenário da atividade industrial e suas consequências socioespaciais.

Então, o espaço metropolitano de Fortaleza foi considerado um universo capaz de responder ao questionamento ao qual nos referíamos.

Depois da visita de campo aos municípios da RMF(Região Metropolitana de Fortaleza), escolhemos a indústria Unitêxtil, que ocupa a 29ª posição dentre as 50 maiores indústrias do Estado, para análise das especificidades a que se propõe a pesquisa.

A escolha desta indústria se deveu ao fato da mesma atravessar as 4 fases no tocante ao desenvolvimento da indústria têxtil no espaço-tempo tendo sido fundada, em Aracati, em 1893.

Desta forma, o resgate histórico do desenvolvimento da indústria têxtil no Estado do Ceará para entender os diferentes contextos que impulsionaram inúmeras mudanças e as relações socioespaciais construídas ao longo do tempo até chegar nos dias atuais nos levou ainda ao município de Aracati antes de analisarmos as relações entre espaço e indústria diante do desenvolvimento capitalista por meio do estudo de caso da Unitêxtil.

A pesquisa de campo nos instigou ao questionamento acerca das consequências da perda de importância das indústrias de beneficiamento de algodão que moviam a economia de Aracati, o que nos levou a uma breve análise da cidade de Aracati, no auge do beneficiamento do algodão, a atuação da elite local com a fundação destas indústrias, as tecnologias utilizadas, a perda de importância de Aracati ante a pujança de Fortaleza e as transformações pelas quais passa a Unitêxtil com a reestruturação maior do capital no período tecnológico científico e informacional, bem como as consequências no espaço urbano industrial da metrópole de Fortaleza, que hoje é a sede dessa indústria.

Assim, a escolha da Unitêxtil decorreu da necessidade de analisar uma indústria com raízes locais que tivesse uma história anterior ao período de reestruturação produtiva e procurado neste se inserir.

Como o destaque para produção têxtil cearense depois da RMF é o município de Jaguaruana foi imprescindível evidenciar o desenvolvimento da indústria têxtil neste município, uma vez que também serviu como parâmetro comparativo para compreensão dos impactos da reestruturação e os vínculos que descobrimos com a própria Unitêxtil e, conseqüentemente com o espaço da produção têxtil na capital.

Como centramos nosso estudo na Indústria Têxtil em sua 4ª Fase, diante do contexto de reestruturação produtiva e espacial, analisaremos de modo mais detalhado o impacto da reestruturação na indústria têxtil em suas diferentes dimensões, notadamente no espaço urbano por meio do estudo de caso na Indústria Unitêxtil. Mesmo que esta escolha já tenha sido justificada, não custa lembrar, o fato de a Unitêxtil ser a única das indústrias têxteis que, estando em sua quarta geração, passou pelo processo de reestruturação produtiva, tendo uma história já consolidada antes deste, além de ter ligação com o espaço e história local, sendo também de capital local, com vínculo com a economia cearense e causou ao longo do tempo transformações socioespaciais notáveis, não só na cidade onde se originou como também onde permanece e onde mantém relações comerciais por meio do espaço da circulação de seu produto final e compra de matérias-primas, como veremos adiante

Apesar da necessidade de delimitar o espaço em que o fenômeno se manifesta para facilitar o estudo, sabemos que a espacialidade dos fenômenos, matéria-prima da Geografia, é possível de ser observada em diferentes escalas que estão

intimamente relacionadas, sendo quase impossível analisá-las separadas entre si e fragmentadas.

Outrossim, a análise do fenômeno estudado neste espaço significa a “realização de um processo geral, universal, em um quadro territorial menor, onde se combinam o geral [...] e o particular ...” (CORRÊA,1995).

A necessidade do estudo desta temática no âmbito da Ciência Geográfica faz-se presente, uma vez que permitirá retratar a Geografia das Indústrias. Isto permitirá também verificar a mobilidade espacial do trabalhador do setor formal e o reflexo na dinâmica populacional, bem como investigar os fatores que influenciam na variação da demanda por mão de obra, as relações de trabalho e ocupações vigentes na produção, como também o perfil da mão de obra assalariada, as novas qualificações exigidas e verificar o nível de empregabilidade do setor industrial; além de permitir analisar a divisão social e espacial do trabalho, a espacialização dos sistemas de objetos ligados a produção e reprodução da força de trabalho, as formas espaciais resultantes das ações da política de capacitação e geração de emprego e renda etc.

Este estudo possibilitará, ainda, identificar a estrutura social presente no processo produtivo, os agentes produtores e consumidores do espaço, bem como seus mecanismos de reprodução socioespacial.

A importância desta temática em estudo torna-se também notória quando observamos que ela permitirá evidenciar o papel que desenvolve a indústria na economia do espaço metropolitano de Fortaleza. Destarte, a leitura deste fenômeno poderá subsidiar políticas adequadas para lidar com esta temática de fortes impactos socioespaciais.

Esta pesquisa também possibilitará analisar os processos dialéticos passados e presentes voltados às demandas do espaço da produção industrial, tendo como parâmetro o período técnico, o científico e notadamente o técnico-científico-informacional como basilar para compreender a reestruturação urbana e industrial no espaço metropolitano de Fortaleza. Consideramos que “... o espaço geográfico deve ser concebido como um produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante. Essas relações são, antes de mais nada, relações de trabalho dentro do processo produtivo geral da sociedade”. (CARLOS, 1988:15).

Então, esta tese tem como Objetivo Geral: Analisar os impactos da reestruturação produtiva na indústria têxtil do espaço metropolitano de Fortaleza.

Os Objetivos Específicos são:

- Resgatar a formação e o desenvolvimento da atividade industrial têxtil;
- Analisar o papel do Estado em diferentes contextos de atuação da política industrial;
- Identificar as transformações no processo produtivo industrial têxtil;
- Investigar a geografia da rede de fluxos da produção industrial têxtil;
- Compreender os novos usos do espaço industrial têxtil metropolitano de Fortaleza e as formas espaciais resultantes.

No pressuposto de que, para desvendarmos as mudanças na estrutura produtiva é preciso tornar inteligível este processo em diferentes escalas, optamos por uma delimitação espacial, tendo por base o estudo no espaço metropolitano de Fortaleza.

A escolha do espaço metropolitano de Fortaleza decorre do seu destaque no espaço cearense, no que se refere às metamorfoses na estrutura produtiva e espacial em curso nas últimas décadas, reflexo das políticas públicas e privadas que criam as condições favoráveis para a reprodução ampliada do capital.

Dessa forma, a abrangência temporal da análise é, sobretudo, a última década, quando se impulsiona a reestruturação produtiva.

Uma vez que o materialismo histórico dialético tem como fundamentação a pesquisa histórica e, consoante a Santos (1994), para quem o espaço é uma espacialidade socialmente construída, rica em relações contraditórias de produção e reprodução, apresentaremos no decorrer da pesquisa as relações socioespaciais decorrentes do desenvolvimento industrial têxtil, considerando o contexto histórico e econômico que propiciaram seu surgimento e transformações. Isto exigiu um conhecimento da história anterior, para se entender como as novas relações estão sendo geradas.

Assim, a ênfase será dada ao atual contexto de reestruturação industrial, porém, resgataremos o contexto anterior do desenvolvimento industrial têxtil que nos permitirá entender a relação espaço e indústria, em que serão observados: os processos sociais com a atuação dos agentes produtores do espaço urbano, os sistemas de objetos e

ações voltados à produção e reprodução das relações sociais, bem como as transformações no espaço urbano.

A tese organizou-se em torno de três eixos principais, a saber: a pesquisa documental, a busca estatística e a investigação de campo.

A pesquisa documental teve como principais fontes de informações as teses, dissertações, livros, censos, mapas, anuários estatísticos, programas de governo, periódicos, jornais, revistas científicas etc. Ademais, foram realizadas buscas em sites oficiais da Prefeitura de Fortaleza e do governo do Estado.

A revisão da literatura nos permitiu construir um arcabouço teórico que teve como referência autores não somente da Geografia, como também da Economia e da Sociologia, além dos estudos da escala local a internacional. Vale ressaltar que, no decorrer dos capítulos, foi realizada breve discussão teórica sobre reestruturação produtiva e espacial, espaço metropolitano e a categoria trabalho.

Devido a pouca literatura local acerca da indústria têxtil não foi tarefa fácil fazer o resgate histórico de algumas indústrias que nem existem mais, como também fazer a relação de como se deu o desenvolvimento da indústria local sem perder de vista o contexto maior da indústria têxtil no Brasil e o papel do Estado na condução de políticas voltadas ao setor industrial e os impactos no setor têxtil, em particular

Apesar da dificuldade em fazer o resgate histórico do desenvolvimento da indústria têxtil no Estado e região metropolitana, este impasse não impossibilitou o alcance deste objetivo.

No que se refere à busca estatística fizemos uso de dados secundários, em que foi realizada a tabulação para compilação dos indicadores selecionados, tendo como fontes: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Guia Industrial do Ceará (GIC), Censos de 1980-2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), como também dados do Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI). Deste modo, foram geradas tabelas, gráficos e mapas temáticos. Estas tabelas representam uma manipulação das séries temporais organizadas com base na seleção de variáveis.

A necessidade de buscar mais de uma fonte de dados, como os do MTE/RAIS e IPECE, deveu-se ao fato de divergir o número de estabelecimentos têxteis existentes no intervalo que delimitamos (de 2002 a 2012).

Na busca de entender estas diferenças quantitativas foi possível atentar para o fato de que desmembrando os dados do MTE/RAIS, as informações da indústria têxtil e confecção aparecem concatenados, ao contrário dos dados do IPECE, que dividem o setor têxtil do de confecção.

Ademais, não podemos esquecer que para os indicadores do MTE/RAIS, a RMF compreende somente 13 municípios e não 15, não contendo informações para os municípios de Cascavel e Pindoretama, as quais foi possível encontrar nos dados do IPECE.

A delimitação temporal de 2002 a 2012 para análise dos dados quantitativos de forma mais pormenorizada deveu-se por estarmos considerando o intervalo da última década, tanto para comparar com os anos selecionados do IPECE (considerando que o último anuário traz como dados mais recentes o de 2012), como também pelo fato dos dados mais recentes do MTE/RAIS serem de 2012, sendo portanto possível este comparativo.

Durante a pesquisa estatística tanto nos dados do MTE/RAIS como nos do IPECE percebemos que não havia indicativo do nome da indústria, especialização e outros dados que se fizeram necessários. Desta forma, para saber quais indústrias estão representadas na tipologia do quantitativo industrial têxtil e de trabalhadores, foi preciso proceder à análise dos dados do GIC que nos permitiu evidenciar as Indústrias Têxteis ativas na RMF-2014.

Os dados do GIC(2014) revelaram também divergência no total de indústrias têxteis para a RMF do que foi apontado para o ano de 2012 do IPECE e do MTE/RAIS. Deve-se levar em conta o fato de que, no Guia Industrial do Ceará, são contabilizadas somente as indústrias ativas com cadastro como pessoa jurídica na FIEC (Federação das Indústrias do Ceará).

Na busca de compreender a divergência também encontrada na empregabilidade das indústrias têxteis, deve-se levar em conta o fato de que o MTE/RAIS considera todos os empregos formais na indústria têxtil e não somente os das indústrias cadastradas na FIEC, como são os dados do GIC.

Os dados do Guia reúnem todas as fabricações de produtos têxteis e separam da confecção de artigos do vestuário e acessórios, mas, muitas vezes, em virtude da imbricação entre os dois setores, chegam a considerar indústrias de aviamentos para confecção como indústrias têxteis.

Do total de indústrias têxteis na RMF, encontramos, segundo dados do GIC(2014), empresas de profissionais autônomos, de registro individual, além de facções, cooperativas; mas como o tipo de indústria que estamos estudando é a têxtil do setor formal com pelo menos um operário, daí a importância do trabalho de campo para fazer a seleção e organizar as informações coletadas.

Dada a imbricação do setor têxtil ao de confecção recorreremos também aos dados do IEMI que nos permitiu evidenciar ainda a representatividade do Estado do Ceará, quanto a produção industrial têxtil e confeccionista no espaço brasileiro.

Desta forma a pesquisa permitiu esta caracterização do Estado, e da RMF em particular, como polo têxtil e confeccionista, conhecendo um pouco das indústrias têxteis e de confecção, já que em virtude da imbricação destes setores, não podíamos negligenciar tal análise. Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2011 ajudaram bastante para análise comparativa do segmento têxtil e do vestuário no Ceará e a geração de empregos.

Esta caracterização maior nos permitiu compreender a dinâmica e inter-relações da indústria no espaço urbano, bem como sua heterogeneidade com a existência de indústrias de diversos tamanhos e formas de atuação, tanto de capital local como distante, de maquinaria moderna ou não, com fluxos da produção que acompanham as demandas do mercado, especialização em determinados nichos de mercado e diferenciado quantitativo de trabalhadores.

A construção de uma tipologia por faixa de faturamento das indústrias têxteis espacializadas na RMF e a espacialização dos trabalhadores na indústria têxtil da RMF só foi possível tendo como suporte a pesquisa de campo e a seleção de variáveis do último Guia Industrial do Ceará(2014).

No trabalho de campo realizados nos municípios da RMF, em Aracati e em Jaguaruana foi possível espacializar as indústrias têxteis ativas, os trabalhadores e analisar a dinâmica urbanoindustrial.

Algumas indústrias tivemos oportunidade de conhecer e fazer entrevistas; em outras, coletamos informações que foram sistematizadas com suporte em pesquisas de *sites* disponíveis na internet, mas algumas estão com *site* em construção ou o mesmo nem existe. Ademais encontramos uma série de restrições ao contatar algumas indústrias para entrevista, registro de fotos e aplicar questionário aos operários.

Mesmo não podendo na maioria das indústrias visitadas fazer registros de fotos do processo produtivo ou entrevistar trabalhadores dentro do local de trabalho, com as análises e observações, foi possível coletar várias informações.

Como seria inviável tecer análises acerca de todas as indústrias têxteis ativas no espaço metropolitano de Fortaleza, a que selecionamos como objeto de estudo foi a Unitêxtil. No primeiro momento, pensamos na Vicunha, mas, como Fortaleza se destaca na produção industrial têxtil e a Vicunha se encontra em Maracanaú e Pacajus, além de não ser de capital local, não daria para entender a dinâmica da indústria têxtil cearense com base em uma indústria de fora. Além disto, soma-se a dificuldade em coletar informações e o impedimento em fazer registro fotográfico durante a visita nestas duas unidades (Vicunha-Maracanaú e Vicunha-Pacajus), o que inviabilizou a intenção inicial e levou à opção por outra indústria. No segundo momento, pensamos na TBM, que possui duas unidades em Fortaleza e duas em Maracanaú, mas nesta, embora seja de capital genuinamente cearense, não conseguimos após várias tentativas nem mesmo fazer uma visita, muito menos coletar informações para a pesquisa ou fazer alguns registros.

Como nem a Vicunha, nem a TBM têm uma história anterior ao processo de reestruturação, até para efeito comparativo e análise da dimensão das consequências do período em curso, a Unitêxtil foi a escolha mais acertada. A Unitêxtil, além de estar na Capital, como dissemos, tem uma história que acompanha o próprio desenvolvimento da indústria têxtil no Ceará.

Desta forma, descobrimos no decorrer da pesquisa que estávamos certos em escolher a Unitêxtil para estudo de caso, pois como veremos adiante, nos permitiu, dentre outras coisas, entender a dinâmica de ganho e perda de importância de cidades, como também mudanças na cartografia e consequências socioespaciais, permitindo ainda analisar em uma escala menor, chegando até o chão de fábrica e percebendo as relações com o intraurbano da Capital.

Como a realidade não pode ser explicada somente por meio de indicadores quantitativos, recorreremos assim, à pesquisa qualitativa, obtida com entrevistas semiestruturadas (vide o roteiro das entrevistas no apêndice) realizadas durante a investigação de campo, cujas informações e observações permitiram confrontar os dados estatísticos coletados, os quais, somados à pesquisa documental e à sistematização, análise e interpretação, permitiram alcançar os objetivos propostos.

A entrevista semiestruturada¹ e a observação direta funcionaram como o principal instrumento de coleta das informações na busca de conhecer fundamentalmente os processos e não simplesmente resultados/produtos. A pesquisa qualitativa tem o mérito de interpretar fatos e informações sobre a vida das pessoas e fenômenos que não podem ser quantificados e explorados por posicionamentos teóricos positivistas.

Ao passo que a pesquisa quantitativa apreende nexos externos (aparência) que se apresentam à observação ou experimentação, a de ordem qualitativa se volta, fundamentalmente, para as causas dos fenômenos sociais, contradições e processos intrínsecos, procurando examinar sua lógica e estrutura interna (essência), contrapondo-se às investigações de cunho positivista.

Fazendo caminharem juntas a descrição e a interpretação dos fenômenos mediante um conhecimento resultado da reflexão teórica e observação da realidade, procuramos apreender a realidade não mais no nível superficial de compreensão permitido pela percepção do todo ricamente articulado, mas também na possibilidade de conhecer mais profundamente esta realidade. “Trata-se, no caso, de ir além da descrição de padrões espaciais, procurando-se ver as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais”. (CORRÊA, 1995:18).

Além das entrevistas gravadas e integralmente transcritas, foram ainda anotadas, no diário de campo, informações e impressões durante os trabalhos em campo, como também realizamos registros fotográficos de significativa relevância para a pesquisa.

A investigação de campo revelou-se bem mais proveitosa à luz do conhecimento teórico que fundamenta o objeto de estudo e dos resultados obtidos com a procura documental e estatística, nos permitindo melhor compreensão da realidade empírica, percebida como um todo complexo.

Além dos trabalhos de campo foram realizados colóquios, sob a coordenação do Prof. orientador, que contribuíram para discutir o objeto em estudo e trocar informações com outros pesquisadores, além de abrir possibilidades para consolidar grupo de discussão local, referente às mais diversas temáticas atinentes ao espaço urbano.

¹ Articula as duas modalidades de entrevista, a “aberta ou não estruturada, onde o informante aborda livremente o tema proposto; bem como com as estruturadas que pressupõem perguntas previamente formuladas”. (MINAYO, 1994:58).

Para encaminhamento da pesquisa, suscitamos estas indagações: no contexto da reestruturação produtiva, quais os impactos na atividade industrial têxtil? Qual o papel dos agentes produtores do espaço? Como a atividade industrial participa da produção do espaço metropolitano? Como se dá os circuitos espaciais da produção industrial têxtil? Qual a relação entre mobilidade do trabalhador e espacialização dos investimentos produtivos? Quais impactos da reestruturação produtiva na indústria têxtil e no espaço metropolitano de Fortaleza?

Na busca de responder a estes questionamentos, e estando ciente que não temos a pretensão de trazer respostas prontas a tudo aquilo que a pesquisa nos permitiu caminhar, fato que se trata de um processo e como tal ainda inacabado, mas tendo em vista os objetivos aos quais nos propomos atingir, foi possível desenvolver os capítulos adiante.

Em sua estrutura, esta tese está composta por mais cinco seções, quais sejam: 2 - A Indústria Têxtil: Considerações Iniciais; 3 – Espaço e Indústria na Região Metropolitana de Fortaleza; 4 - A Reestruturação Industrial na era da mundialização do Capital e a Indústria Têxtil; 5 - Tecendo Memórias e Mudanças: de Santa Tereza à Unitêxtil e 6 - Considerações Finais.

No capítulo 2 será realizada uma breve análise do desenvolvimento da indústria têxtil atualmente no Brasil e no mundo, bem como um resgate da formação e desenvolvimento da Indústria têxtil no espaço brasileiro e, por conseguinte, na região Nordeste e no Ceará, desde a sua implantação, passando pelos anos de 1980, como também a atuação do Estado com a política de industrialização em diferentes contextos de desenvolvimento do capital até chegar aos dias atuais.

As ações desenvolvidas no Estado do Ceará voltadas à articulação com o setor privado fundadas na construção de infraestrutura, desenvolvimento tecnológico, programas de capacitação da força de trabalho, bem como demais atrativos locais, revelam a busca por sua inserção em face do panorama atual de competitividade mundial.

É neste âmbito, que a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), a fim de alcançar um padrão de competitividade mais elevado, passa a efetivar consideráveis alterações na sua estrutura organizacional de produção e nas relações sociais de produção e trabalho, que acarretam, sobretudo, modificações na sua dinâmica socioespacial, fato que se revelará ao longo do desenvolvimento desse estudo, sendo

necessário inicialmente proceder a breve esboço acerca da constituição e caracterização da RMF, é o que trata, em linhas gerais o capítulo 3 que também evidenciará como vem se dando a dinâmica industrial têxtil na RMF.

Com uma política que deixava de ser protecionista e buscava, dentre outras coisas, o aumento da produtividade com a reprodução ampliada do capital, a indústria têxtil teve que se tornar mais eficiente e produtiva para a sua inserção mundial. É nesta realidade que se origina a reestruturação do setor têxtil nacional.

A análise das transformações atuais do setor industrial têxtil no contexto da reestruturação produtiva exige a compreensão, mesmo que sucinta, de sua relação com o contexto maior da reestruturação capitalista, já que os impactos na esfera produtiva e espacial é uma das múltiplas facetas deste processo. Desta forma, no capítulo 4 buscamos vislumbrar este cenário maior da dinâmica atual.

Assim, nesta parte abordaremos o conceito de reestruturação, sua caracterização no setor industrial, sua periodização ao longo do desenvolvimento do capital e alguns reflexos na indústria têxtil, bem como o deslocamento industrial e a existência de polos têxteis, que são algumas das evidências da temática em estudo.

Como centramos nosso estudo na Indústria Têxtil em sua 4ª Fase, ante o contexto de reestruturação produtiva e espacial, examinaremos de modo mais detalhado o impacto da reestruturação em suas distintas dimensões no capítulo 5, por meio do estudo de caso na indústria Unitêxtil.

No capítulo 5, procuramos compreender as transformações nas relações sociais de produção, como também as mutações que operam no espaço, já que a realização da produção sucede por via da produção social e espacial. Em outras palavras, o intuito é compreender as transformações que ocorrem na atividade industrial, bem como seus reflexos no espaço.

As novas formas de organização do trabalho e da produção merecem a nossa atenção na medida em que se materializam territorialmente, construindo uma nova dimensão espacial, retrato vivo da correlação de forças sociais e políticas predominante numa época, sem fazer desaparecer, muitas vezes e em muitos lugares, retratos antigos, referentes a outra dinâmica social.(PEREIRA, 2002:8).

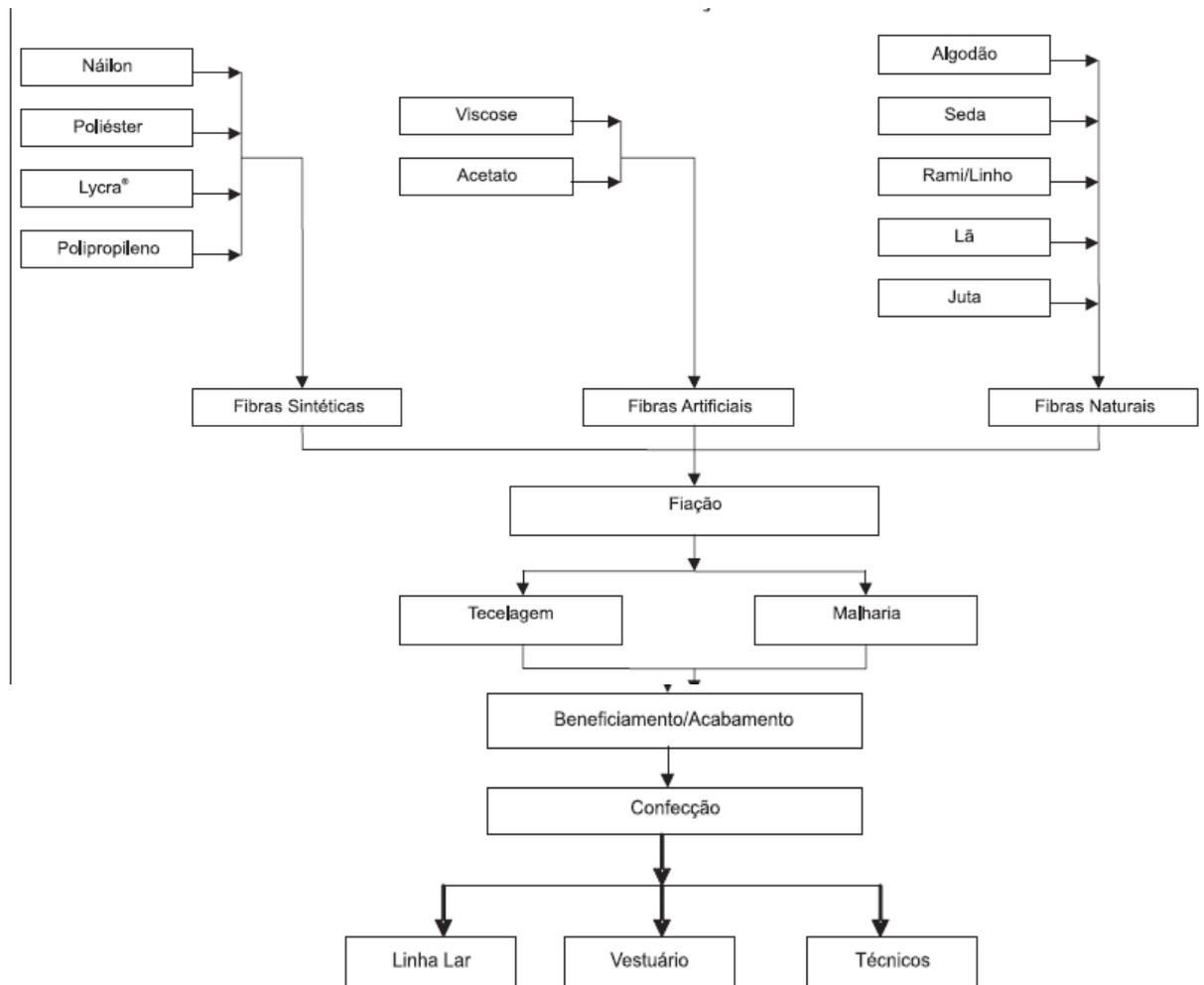
Na sequência, teremos as Considerações Finais, Referências, Apêndices e Anexos.

2 A INDÚSTRIA TÊXTIL: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A indústria têxtil é constituída por quatro segmentos industriais autônomos, porém, estão inter-relacionados, já que o produto final de cada uma dessas fases é a matéria-prima da fase seguinte, quais sejam: 1) **Fiação**: produção de fios ou filamentos que serão preparados para a etapa da tecelagem; 2) **Tecelagem**: fabricação de tecidos planos ou tecidos de malha (malharia); 3) **Acabamento**: operações que conferem ao produto conforto, durabilidade e propriedades específicas e 4) **Confecção**: desenho, confecção de moldes, gradeamento, encaixe, corte e costura. Na etapa final, os produtos podem chegar ao consumidor em forma de vestuário, de artigos para o lar (cama, mesa, banho, decoração e limpeza), ou serem destinados ao uso industrial (filtros de algodão, embalagens, componentes para o interior de automóveis como *airbags* e cintos de segurança etc.).

A indústria têxtil tem seu processo produtivo muito diversificado, ou seja, algumas podem possuir uma ou algumas fases da produção (somente fiação, apenas tecelagem, só beneficiamento ou unicamente fiação e tecelagem etc.) outras podem ter todas as etapas do processo têxtil (fiação, tecelagem e beneficiamento), o que seria uma indústria verticalizada, com todos os processos. Existem outros processos intermediários, como, por exemplo: engomadeira ou engomagem. A indústria têxtil possui também setores administrativos, manutenção e apoio logístico.

Figura 1 - Estrutura Produtiva Têxtil e de Confecções



Fonte: BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.29, 2009.

Até chegar ao produto final, existe ainda uma interface com a indústria química em razão da necessidade de insumos (corantes têxteis, pigmentos têxteis, produtos auxiliares etc.) para diversos tipos de tratamento, desde as fibras (além das fibras naturais, há as manufaturadas) até os bens acabados, bem como com os sistemas técnicos ligados à indústria de bens de capital, haja vista as máquinas e equipamentos que perpassam o processo produtivo.

A produção é por demais heterogênea, no que diz respeito às diversas possibilidades de utilização e combinação de matérias-primas utilizadas, ao que se adicionam as intensidades variáveis de utilização de capital e mão de obra em cada etapa da produção, aos diferentes padrões de concorrência e estratégias empresariais, além de uma gama bastante

ampla de opções quanto a escala de produção, tecnologia utilizada e as formas de organização produtiva.

Essas opções variam de acordo com a especificação pretendida do produto final (aparência, textura, padronagem, flexibilidade etc.) e com o mercado que se quer atingir (de uso doméstico ou industrial, de produtos de moda ou padronizados, para faixas de renda elevada ou baixa etc).

Atualmente, o Brasil possui um dos maiores parques fabris e está na lista dos dez principais mercados mundiais da indústria. É o 3º principal produtor de malha, tem a 6ª maior indústria têxtil e de confecção do mundo, e é um dos oito grandes mercados de fios, filamentos e tecidos (IEMI, Brasil-Têxtil-2011).

Segundo dados do IEMI (Instituto de Estudos e Marketing Industrial), 49% da produção mundial de têxteis e vestuário são realizados por China e Hong Kong, sendo a China a principal exportadora de têxteis e vestuário com US\$ 167,1 bilhões. O Brasil ocupa o 5º lugar no *ranking* dos produtores têxteis mundiais. Na produção de vestuário, o Brasil é o 4º do mundo, sendo 3,1% a participação do país no volume total produzido de manufaturas têxteis. Na exportação, o Brasil ocupa o 24º lugar no *ranking* dentre os maiores exportadores de têxteis e na 70ª posição dentre os maiores exportadores de vestuário.

O Brasil, além de ocupar a quinta posição dentre os produtores têxteis mundiais é também o quinto na produção de algodão, segundo dados da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA): "Nas últimas três safras, com volume médio próximo de 1,7 milhões de toneladas de pluma, o país se coloca entre os cinco maiores produtores mundiais, ao lado de países como China, Índia, EUA e Paquistão".

Então, pode ser imaginado o que o Ceará seria na área industrial têxtil se fosse – como já foi nos anos 1960 – um dos maiores produtores de algodão do Brasil.

[...]em 1977, o Brasil ocupava 4 milhões de hectares com a plantação de algodão. Mas a produtividade era de apenas 180 quilos por hectare. Hoje, são ocupados apenas 1,4 milhão de hectares, mas colhem-se 1.400 quilos por hectare. Foi o uso da tecnologia que permitiu essa transformação. A Embrapa tem tudo a ver com isso. (DIÁRIO DO NORDESTE. *Algodão: o ontem e o hoje*. 10 de agosto de 2012).

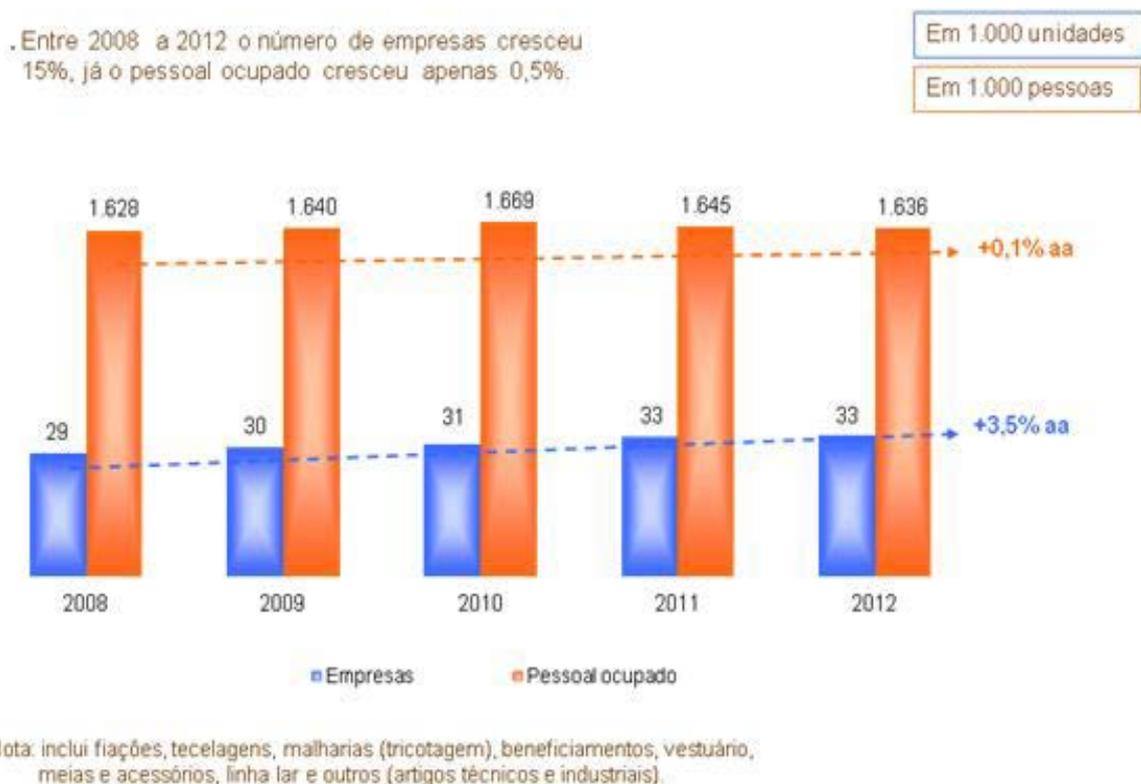
Nos últimos anos, as cotoniculturas de Mato Grosso do Sul, Goiás e Minas Gerais vêm sendo importantes fornecedoras de algodão para as indústrias cearenses.

Ademais, o Setor Têxtil e de Confecções é relevante para a economia brasileira, uma vez que se trata do 2º maior gerador do primeiro emprego e do 2º maior empregador da indústria de transformação (Núcleo de Pesquisas do Vestuário/Nupev, 2012).

Enquanto, em 2012, o mercado têxtil segundo a ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção/Brasil Têxtil 2013) era composto por 2 mil indústrias; 1,7 milhão de empregos; 1,9 milhão de toneladas produzidas; US\$ 58 bilhões em valores de produção, analisando os dados da ABIT (Brasil Têxtil 2014), em 2013, teve um acréscimo de 1.000 indústrias passando para 3 mil, sendo que o Brasil conta com 33 mil unidades produtivas com porte industrial. Por outro lado, o número de empregos teve uma queda para 1,6 milhão de empregos, sendo que, mesmo assim, a produção aumentou para 2,2 milhões de toneladas.

Segundo dados da ABIT, de 2008 a 2012, o número de indústrias cresceu 15%, já o pessoal ocupado cresceu apenas 0,5%, senão vejamos:

Gráfico 1 - Estabelecimentos Industriais Têxteis e Pessoal Ocupado 2008-2012



Fonte: ABIT - Relatório 2012

Conforme o IEMI (Instituto de Estudos e Marketing Industrial) o segmento têxtil fica um pouco à frente do setor de vestuário quanto ao quantitativo de indústrias, empregos, produção, vendas, exportação e investimento. Senão vejamos:

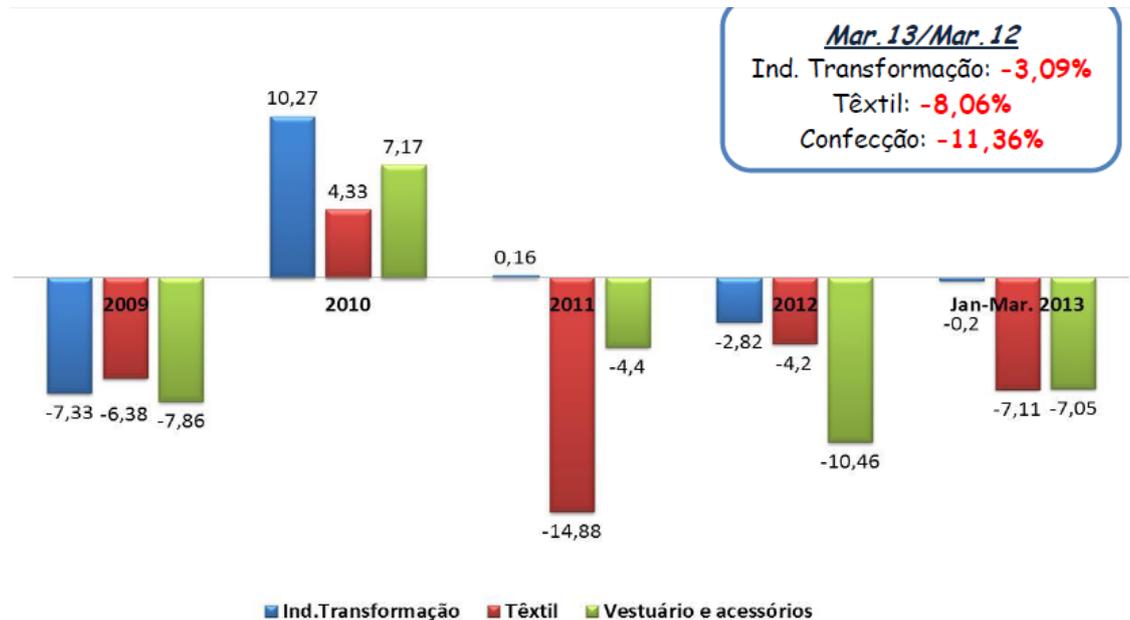
Figura 2: Comparação entre Cadeia Têxtil e Segmento Vestuário 2012



Fonte: IEMI(Instituto de Estudos e Marketing Industrial) 2012

Já segundo dados do IBGE, a produção do setor têxtil e de confecção, desde 2011, demonstra resultados negativos.

Gráfico 2 - Produção do setor têxtil e de confecção

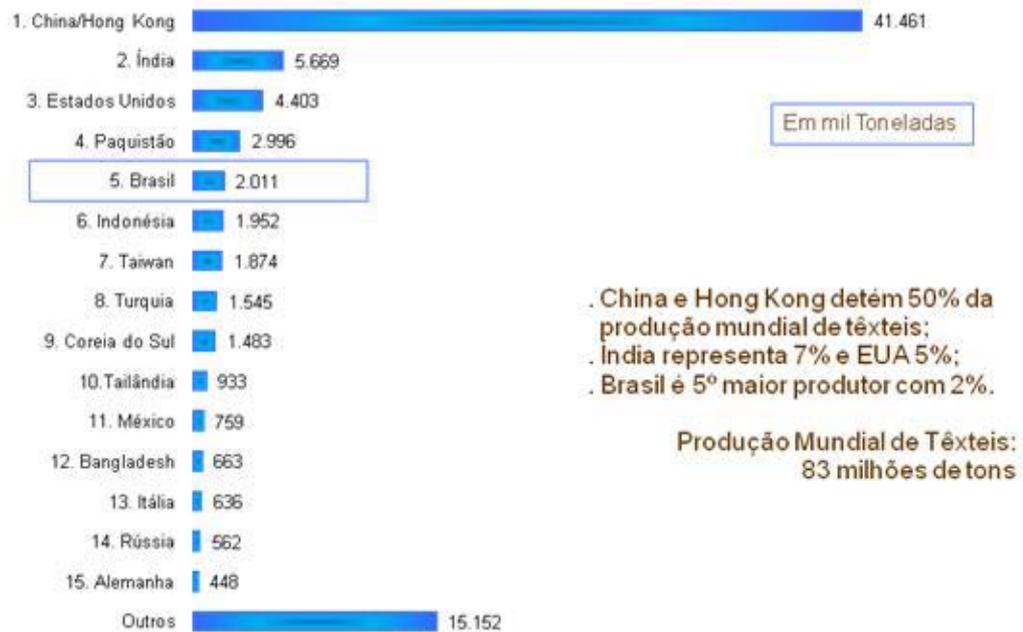


Fonte: IBGE

Enquanto China e Hong Kong juntos detêm 50% da produção mundial de têxtil, com 41,4 milhões de toneladas, o Brasil, considerado o 5º maior produtor mundial, com dois milhões de toneladas, responde por apenas 2% deste mercado. (Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI): Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira 2013).

Posicionado entre os cinco maiores produtores globais, e o maior fora da Ásia, o Brasil, segundo o relatório do IEMI, se vê à frente de grandes desafios para voltar a crescer na produção de têxteis e confeccionados, a um ritmo que se aproxime da produção mundial após a crise internacional de 2008. Da produção mundial de têxteis, estimada em 83 milhões de toneladas/ano, o Brasil, conforme mostra o Gráfico 3, participa com uma parcela muito aquém de sua capacidade.

Gráfico 3 - Produção Mundial de Têxteis



Nota: (1) Calculado com base no consumo industrial de fibras e filamentos
Fontes: IEMI / Fiber Organon

Segundo o Relatório Setorial da Indústria Têxtil Brasileira (2013), após a queda de crescimento, em 2011, de 3,5%, houve um crescimento de 1,3% em 2012 em valores na produção da cadeia têxtil brasileira, e uma queda de 4,3% em toneladas. Já os indicadores setoriais do vestuário apontam um crescimento da produção de 0,5% em valores no ano de 2012, ou seja, menor do que os 7% de 2011. Houve, também, uma queda de 3,1% em volume de peças, maior do que no ano de 2011, de 1,8%.

Tabela 1 - Produção Têxtil e de Vestuário

Indicadores Setoriais – Varejo e Produção:

Cadeia têxtil	2010	2011	2012
Produção (em % sobre toneladas)	7,7%	-10,6%	-4,3%
Produção (em % sobre R\$)	12,3%	-3,5%	1,3%

Fonte: IEMI,

Vestuário	2010	2011	2012
Produção (em % sobre peças)	8,4%	-1,8%	-3,1%
Produção (em % sobre R\$)	14,8%	7,0%	0,5%

Fonte: IEMI,

Dados divulgados pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), em janeiro de 2014, enquanto a produção da indústria de transformação, de janeiro a novembro de 2013, apontou avanço de 1,76%, o segmento têxtil recuou 1,82% e o vestuário 2,43%, na comparação com igual período do ano de 2012.

Mesmo com este quadro, o Brasil continua sendo um dos grandes produtores mundiais, entretanto denota ainda baixa participação no comércio internacional, como pode ser visualizado a seguir.

Tabela 2 - Balança Comercial 2012-2013

US\$ 1000 FOB	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO		
	Jan-Mar 2012	Jan-Mar 2013	Var. %	Jan-Mar 2012	Jan-Mar 2013	Var. %
Total geral	647.571	607.995	-6,11	1.765.947	1.849.997	4,76
1. Fibras Têxteis	375.903	363.482	-3,30	50.523	63.832	26,34
1.09. Algodão	342.344	301.381	-11,97	3.648	4.988	36,73
2. Fios	16.954	18.966	11,87	161.052	193.175	19,95
3. Filamentos	11.107	13.712	23,45	182.967	178.134	-2,64
4. Tecidos	55.329	50.953	-7,91	391.237	401.708	2,68
5. Linhas de Costura	3.847	3.014	-21,66	1.733	1.969	13,63
6. Confecções	58.395	54.395	-6,85	767.200	799.241	4,18
6.1. Vestuário	36.416	32.524	-10,69	708.051	743.400	4,99
6.2. Cameba	13.768	14.855	7,90	37.361	32.182	-13,86
7. Outras Manufaturas	126.035	103.472	-17,90	211.235	211.938	0,33

Fonte: www.Abit.org.br. Conjuntura da Indústria Têxtil e de Confecção Brasileira. 03/05/2013

Comparando o primeiro triênio de 2012 com o de 2013, relativamente a importação, os produtos têxteis e confeccionados tiveram crescimento com variação de 4,76%. Nos tecidos, o crescimento foi de 2,68%, ou seja, as importações excedem as exportações daí o saldo negativo na balança comercial.

É difícil para a indústria têxtil do Brasil suportar a concorrência dos têxteis chineses, produzidos sob condições que agridem o chamado mundo ocidental. Na China, a indústria paga um salário mínimo de US\$ 50 e só — no Brasil, o mínimo é superior a US\$ 250, sobre o qual incidem obrigações trabalhistas legais que dobram esse valor. (DIÁRIO DO NORDESTE/Economia. *Cid ajuda têxteis a enfrentar invasão chinesa*. 19 de junho de 2008).

No Brasil, as importações chinesas representaram 62% do total de vestuário importado. Na sequência, aparecem Índia, Indonésia, Estados Unidos, Taiwan, Bangladesh, Coreia do Sul, Argentina, Turquia e Vietnã. (O ESTADÃO/Economia. *Produção da indústria de transformação sobe 1,76%*. 21 de janeiro de 2014).

Quanto às exportações, observamos que teve uma queda na exportação de produtos têxteis e do vestuário de -6,11; quanto aos tecidos, chegou a uma variação de -7,91%.

De acordo com dados da ABIT, a receita contabilizada pelo setor têxtil e de confecção em 2013 foi de US\$ 33 bilhões. Enquanto, em 2012, tivemos US\$ 3,4 bilhões exportados e US\$ 6,7 bilhão investidos, em 2013 as exportações caíram para US\$ 2,3 bilhões exportados, um recuo de 30% sobre o ano anterior, e o total de importados foi US\$ 6,9 bilhões, com alta de apenas 3%. Houve investimentos de US\$ 2,3 bilhões, um recuo de 3,5% sobre o ano de 2012.

A China é a principal exportadora de têxteis e vestuário, com US\$ 246,1 bilhões. Apesar de ser um dos grandes produtores mundiais, em especial de tecidos denim e tecidos de malha de algodão, o Brasil exprime ainda baixa participação na corrente de comércio internacional. Encontra-se na 24ª posição dentre os maiores exportadores de têxteis e na 70ª posição dentre os maiores exportadores de vestuário (Núcleo de Pesquisas do Vestuário/Nupev, 2012). Segundo dados do Anuário da Moda, em termos de comércio internacional, a participação do Brasil é tão pequena que não vai além de 0,4% do total do comércio mundial desses produtos. Dentre os entraves apontados para alavancagem do setor, estão as questões tributárias e trabalhistas.

Talvez se possa justificar essa baixa performance pelo enorme potencial de consumo do mercado interno. Mesmo assim, somente com a estruturação de um ambiente competitivo em condições de igualdade com os maiores países concorrentes a cadeia têxtil poderá ampliar suas vendas externas. (ANUÁRIO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO NO CEARÁ, 2012/2013:140).

Dentre os principais destinos das exportações, estão Argentina, Estados Unidos, Paraguai, Uruguai, México, Colômbia, Venezuela, Chile. Como podemos ver no Gráfico 4, a Argentina é o principal mercado consumidor de têxteis e confeccionados.

Gráfico 4 - Principais Mercados Consumidores



Fonte: www.Abit.org.br. Conjuntura da Indústria Têxtil e de Confeção Brasileira 2013

Depois deste panorama de como se desenvolve a indústria têxtil, no Brasil e no mundo, somos levados a questionar como se deu tal processo na escala Estadual, procurando nos distanciar de uma visão estanque em que as escalas espaciais não se comunicam, sobretudo, buscando compreender como a conjuntura do país e do mundo reflete no espaço local, estadual, regional e vice-versa.

No espaço cearense, a industrialização pode ser dividida historicamente em vários momentos. Amora(2005:371) expõe três períodos: "o primeiro, inicia-se no final do século XIX e estende-se até os anos 1950; o segundo, compreende os anos 1960 até meados da década de 1980, quando começa um terceiro período, ainda em curso".

A indústria têxtil remonta ao primeiro período, sendo sua implantação favorecida pela disponibilidade da matéria-prima(algodão) no Ceará como aponta Amora(1978) e seu beneficiamento impulsionado no período pós-Guerra de Secessão (1862-1866).

Como relata Amora(2005: 372): “ a produção do algodão no Ceará propiciou a instalação de indústrias têxteis em Sobral, Aracati e, sobretudo, em Fortaleza[...]”.

[...]funda-se a primeira indústria de tecidos de Fortaleza – a Fábrica de Tecidos Progresso - que começou a funcionar regularmente, a partir de 1884, com a chegada das máquinas da Inglaterra. Possuía na época o seguinte equipamento: 2 descaroçadores, 2 batedores, 17 cardas, 208 fusos grossos, 920 finos, 5.000 fusos para fio de trama e de urdir, 3 urdideiras, 2 engomadeiras, 129 teares, 1 dobradeira, 400 fusos de corríteira, 1 máquina de fazer meadas, 1 de fazer barbante, 1 de espulas, 2 motores a vapor, 3 caldeiras de forma nominal de 110 cavalos. A produção foi aumentando a cada ano, passando de 300.000 jardas de tecidos em 1885, para 1.200.000 em 1892. Os historiadores locais consideram a fundação da Fábrica de Tecidos Progresso o marco inicial da implantação fabril no Ceará, apesar de ter sido um empreendimento isolado. Esta posição se justifica pelo fato de ela ter sido a primeira indústria equipada com máquinas, à exceção de tipografias [...] (AMORA, 1978:14-15).

Depois da Fábrica Progresso, a primeira indústria a se localizar fora de Fortaleza foi a Fábrica Santa Thereza que, em 1893, foi fundada em Aracati, constituindo a 4ª indústria têxtil cearense. A segunda indústria a instalar-se longe da Capital no final do século XIX foi a Fábrica de Tecidos Sobral, que se instalou no município sobralense, em 1895.

Conforme Nobre (2001), a industrialização, que não se restringe exclusivamente às fábricas de fiação e tecelagem neste período, decorre de vários fatores, sendo eles: os saldos do comércio externo acumulados na fase de alta dos preços do algodão, os excedentes gerados com a venda de escravos para outras províncias e ainda a assistência financeira do Governo Federal por ocasião da grande seca de 1877.

Na perspectiva de Aragão (2002: 71), outros fatores que impulsionaram o investimento na indústria têxtil

têm que serem levados em consideração, tais como a questão do preço desse produto no mercado, a criação de uma infra-estrutura capaz de sustentar a produção e comercialização do produto, incluindo aí o próprio papel do Estado e, sobretudo, as possibilidades de acumulação de capital oriundas da comercialização do algodão.

Uma característica da indústria têxtil no primeiro período foi “a predominância do capital local na implantação das primeiras indústrias.” (AMORA 2005: 372).

Segundo Amora(1994):

a implantação industrial nessa fase processou-se espontaneamente e foi realizada por grupos locais que conseguiram mobilizar os recursos financeiros disponíveis na região, adquiridos, sobretudo, através das atividades agrícolas e comerciais (AMORA, 1994: 24).

Vele ressaltar a presença marcante do poder oligárquico familiar na constituição do parque industrial cearense:

Naquele momento, as relações sociais e políticas na região se estruturavam de tal forma que o Estado atendia apenas aos interesses das oligarquias locais. O que se via era um conjunto de lutas políticas contracenadas pelas oligarquias canavieira (defensora dos interesses da burguesia industrial e comercial urbana) e sertaneja (com base econômica centralizada no algodão/pecuária e política no 'voto do cabresto'). (PEREIRA JUNIOR, 2003:69).

Não muito diferente de Amora(2005), no tocante ao desenvolvimento da indústria têxtil no espaço-tempo, Aragão (1989; 2002) expõe quatro fases: 1ª fase: 1882 a 1900 (os Pioneiros) e 2ª fase: 1900 a 1960 (os Empreendedores) que para Amora(2005) corresponde ao primeiro período, 3ª fase: 1960 a 1980 (os Modernos - Incentivos Fiscais e Transformações) que para Amora(2005) corresponde ao segundo período e 4ª fase: 1980 em diante (a geração Empresarial) que para Amora(2005) corresponde ao terceiro período, em curso.

A primeira fase (de 1882 a 1900) caracteriza-se pela inserção das primeiras indústrias têxteis no cenário econômico cearense.

Do período que vai de 1882 a 1895, seis unidades fabris se instalam no Ceará. São elas: Fábrica Progresso (1882), Cia. Fábrica de Tecidos União Comercial (1891), Cia. Fabril Cearense de Meias (1891), Santa Thereza (1893), Fábrica Ceará Industrial (1895) e Sobral (1895). (ANUÁRIO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO NO CEARÁ, 2012/2013: 21).

A segunda fase (1900-1950) leva em conta algumas vantagens abertas pela primeira fase, dentre elas a formação de uma diminuta mão de obra operária, a abertura de mercados e o aproveitamento de uma infraestrutura relativa ao suprimento de matéria-prima.

Em 1953, contabilizavam-se no Ceará 11 fábricas de fiação e tecelagem, sendo que oito estavam instaladas em Fortaleza. Acrescentando-se as fábricas de redes, meias e confecções, chega-se a um total de 91 estabelecimentos têxteis em 1958. (ANUÁRIO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO NO CEARÁ, 2012/2013: 22-23).

Na terceira fase (1960-1980) houve a tentativa de revitalizar todos os nichos industriais por parte da SUDENE, mediante incentivos econômicos e fiscais que permitiram que os empresários renovassem o seu equipamento, ou então instalassem empresas com um custo baixíssimo, o que trouxe mudanças ao setor industrial (o têxtil em especial) ao longo dos anos seguintes. A quarta fase (1990-2000) caracteriza-se pela globalização de ajuste em

relação à abertura comercial e liberalização dos fluxos financeiros que chegaram ao Brasil na década de 1990, exigindo grandes alterações nos padrões tecnológicos e da gestão da força de trabalho. Esse período é marcado pela superação das indústrias por meio de incentivos fiscais da crise do setor cotonicultor.

O impulso à industrialização na quarta fase, como veremos nos capítulos seguintes, vem de um processo que se desenvolve bem antes da primeira fase, ou seja, antecede ao final do século XX.

Desta forma, para entender melhor a dinâmica do período em curso, torna-se necessário recobrar mesmo que de forma sucinta, o desenvolvimento da indústria têxtil e o papel do Estado com a política de industrialização em variados contextos. É o que nos propomos no subitem seguinte.

Faz-se mister proceder a este resgate, uma vez que, além da fase colonial, podem ser identificadas mais três etapas do desenvolvimento da indústria têxtil no País a fase de implantação, a da consolidação e a atual, que passaremos a analisar na sequência.

2.1 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL

Diferentemente do Estado do Ceará, cuja industrialização de tecidos e fios só foi ocorrer nas duas últimas décadas do século XIX, o início da fabricação de produtos têxteis no Brasil antecede a chegada dos portugueses, uma vez que os índios que aqui habitavam já exerciam atividades artesanais, utilizando-se de técnicas rústicas primitivas de entrelaçamento manual de fibras vegetais e produzindo tecidos grosseiros para várias finalidades, inclusive para vestimentas. Tendo como referência a chegada dos portugueses e a efetiva ocupação do território brasileiro, no entanto, a história da indústria têxtil no Brasil começa no período colonial. Além da fase colonial, podem ser identificadas mais três etapas do desenvolvimento da indústria têxtil no País: a fase de implantação, a da consolidação e a atual, que passaremos a analisar na sequência.

A **fase colonial** se estende de 1500 até 1844, sendo a característica fundamental a incipiência da indústria têxtil, além de sua descontinuidade. A implantação da indústria têxtil destinava-se, inicialmente, à produção de tecidos grossos voltados para a população escrava e urbana pobre, além de fornecer sacos para embalar os produtos agrícolas.

As diretrizes da política econômica para as colônias eram ditadas pela Metrópole. Assim, era comum nesse período a adoção de políticas de estímulo ou restrição, segundo seus interesses ou necessidade de cumprimento de acordos comerciais com outros países.

Dentre os instrumentos restritivos, podemos destacar o fato de que, em 1785, por Alvará de D. Maria I, mandou-se fechar todas as fábricas de tecidos de algodão, lã e outras fibras. Este alvará que proibiu a manufatura têxtil no Brasil isentava apenas a produção de tecidos ordinários de algodão “apropriados para o uso ... dos negros e para enfardar ou ensacar mercadorias em geral”. (STEIN, 1979: 20).

A determinação da extinção das fiações e tecelagens existentes no Brasil tinha como objetivo evitar que um número maior de trabalhadores agrícolas e extrativistas minerais fossem desviados para a indústria manufatureira e viesse ameaçar o monopólio comercial da Coroa.

Em 1808, a restrição à produção brasileira de tecidos foi suspensa. Isto decorreu do fato da família Real portuguesa instalar-se no Brasil, como consequência do bloqueio continental decretado por Napoleão Bonaparte que consistia em proibir as nações europeias de comerciar com a Inglaterra e de impedir que navios ingleses atracassem em portos europeus.

Duas outras determinações concederam favores às fábricas que se instalassem no Brasil: uma de 1809, que dava isenção de direitos às matérias-primas das manufaturas nacionais; e outra de 1810, que abolia as taxas alfandegárias para o fio e tecidos de algodão, seda e lã produzidos no Brasil. (ARAGÃO, 2002:67).

No que concerne aos instrumentos de estímulo à industrialização, especialmente para o ramo têxtil, que foi o pioneiro, vale ressaltar a primeira política industrial brasileira, a Tarifa Alves Branco, quando, em 1844, foram elevadas as tarifas alfandegárias para a média de 30% para a maior parte dos artigos importados, chegando a 60% para aqueles similares produzidos no País.

Ante as medidas protecionistas, Takeia (1995) comenta a preocupação quanto aos interesses comerciais franceses no Brasil, referindo-se às importações francesas quando tínhamos no decênio 1847-1856 os tecidos (algodão, seda, lã) ocupando o primeiro lugar dentre as principais mercadorias importadas da França.

Quanto à importação de tecidos da França para o Brasil, no século XIX, Takeia(1995:65) comenta:

[...] como esses tecidos eram finos e, portanto, consumidos apenas por estreita parcela da população com poder aquisitivo suficiente para comprá-los, outros concorrentes no mercado passaram a imitar os tecidos franceses, adulterando-os com etiquetas falsas. Fabricados com um custo mais baixo, eram vendidos no Brasil a preços altamente competitivos para os tecidos franceses.

Ainda quanto a Tarifa Alves Branco,

[...] a quota de 30% revelar-se-ia insuficiente para uma proteção eficaz e o próprio Alves Branco reconhecia que, do ponto de vista protecionista, a nova pauta era pouco satisfatória, dando a entender que, em vista das exigências do fisco, fora impossível ao governo estabelecer taxas que realmente amparassem a indústria brasileira.

As fábricas de tecidos de algodão foram, entretanto, agraciadas, em 1846, com uma série de privilégios, para compensar, talvez, a proteção inadequada que a nova pauta lhes dispensava. (LUZ, 1978: 24-25).

Conforme Takeia(1995:60),

A decretação da tarifa Alves Branco, ao encarecer as importações, estimulou o surgimento de algumas fábricas no país, (...) principalmente na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Maranhão. Embora a maioria dessas fábricas tenha desaparecido, incapazes que eram de enfrentar a concorrência estrangeira e sem o apoio de uma política industrial interna, algumas sobreviveram fragilmente até a década de 1880, quando se iniciou efetivamente um processo de industrialização no Brasil.

Segundo Stein (1979:31),

Graças à tarifa de 1844, o Brasil ganhara as poucas fábricas de tecidos de algodão existentes no Rio e na Bahia, “o começo da manufatura”; para um progresso maior, era necessário que o governo “protegesse a manufatura doméstica” nos estágios iniciais de industrialização. Embora a proteção efetiva só fosse concedida na década de 1880, as tarifas aumentaram gradualmente entre 1860 e 1879, tornando atrativos os investimentos na manufatura têxtil algodoeira.

Em 1846, o Governo baixou vários decretos, concedendo subsídios à produção local de artigos têxteis. O surgimento de fábricas foi estimulado pela suspensão das taxas alfandegárias incidentes sobre máquinas e matérias-primas, em 1846 e 1847. As primeiras fábricas de fiação e de tecelagem de algodão surgiram, como as de Santo Aleixo, no Rio de Janeiro, e a de Todos os Santos, na Bahia. Conforme Stein (1979:28), a “... maior parte das nove fábricas de tecidos de algodão inscritas em exposições nacionais, vinte anos depois, foram fundadas neste período, sobretudo as da Bahia, o primeiro centro manufatureiro têxtil de algodão do país”.

Mesmo com todos os fatores aqui mencionados que impulsionaram o desenvolvimento da indústria têxtil nacional, a industrialização não ocorreu de imediato. Foi lento o crescimento, podendo ser considerado o período de 1844 até 1913 como a **fase de implantação da indústria** no Brasil.

Conforme Takeia (1995:61), quanto ao “crescimento paulatino da indústria no Brasil, sobretudo das têxteis. Se estas eram apenas duas em 1850, já somavam 9 em 1866, chegando a 44 estabelecimentos em 1881, totalizando então 62.528 fusos, 1.994 teares e empregando mais de 3.000 operários.”

Os empresários brasileiros, contando com um apoio importante, mas imprevisível do Estado, fundaram as indústrias têxteis algodoeiras, empregando capital do próprio País, com máquinas e assistência técnica provenientes do Exterior.

O paternalismo dava a tônica das relações capital-trabalho. Os empresários industriais insistiam em que a proteção alfandegária era indispensável para a preservação e expansão da indústria. Em períodos de desequilíbrio econômico, quando declinavam as vendas domésticas, os fabricantes pressionavam o governo para que intervisse em seu favor.

Em 1864, o Brasil já tinha razoável cultura algodoeira, matéria-prima básica da indústria têxtil, mão de obra abundante e um mercado consumidor em crescimento. O setor que mais aumentou foi o têxtil, favorecido em parte pelo crescimento da cultura do algodão em decorrência da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, de 1861 a 1865.

Segundo Luz (1978:40) já se afirmava, em 1877, que

[...] os nossos mercados são já hoje supridos de numerosos e variados produtos, há pouco exclusivamente importados do estrangeiro e citava(...) 30 fábricas mais importantes de tecidos, sendo que o capital total de 14 delas era de 4.683:000\$000 e especialmente a fábrica de tecidos de lã e algodão Rheingantz com um capital de 131:059\$120, 20 teares, 2 máquinas de fiar com 1.000 fusos e empregando de 40 a 50 pessoas.

Outros fatores também influenciaram a evolução da indústria têxtil, dentre os quais citamos: a Guerra Civil dos Estados Unidos “que produziu um surto notável na cultura algodoeira do Brasil”, a Guerra do Paraguai que impulsionou não apenas “a indústria de tecidos de algodão, mas atingiu vários outros setores” e a abolição do tráfico de escravos, que por sua vez resultou na maior disponibilidade de capitais que antes eram empregados no comércio de escravos (LUZ, 1978).

O trabalho escravo foi substituído pelo assalariado e, segundo Azevedo (2010), juntamente com a assinatura da Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que havia proibido o tráfico de escravos, proporciona consequências importantes para o desenvolvimento industrial:

Os capitais que eram aplicados na compra de escravos ficaram disponíveis e foram aplicados no setor industrial. A cafeicultura, que estava em pleno desenvolvimento, necessitava de mão de obra. Isso estimulou a entrada de um número considerável de imigrantes, que trouxeram novas técnicas de produção de manufaturados e foi a primeira mão de obra assalariada (organizada) no Brasil. Assim, esses trabalhadores vindos de fora constituíram um mercado consumidor indispensável ao

desenvolvimento industrial, bem como força de trabalho especializada. O setor que mais cresceu foi o têxtil, favorecido em parte pelo crescimento da cultura do algodão, em razão da Guerra de Secessão dos Estados Unidos (grande exportador desse produto) entre 1861 e 1865. Na década de 1880 ocorreu o primeiro surto industrial, quando a quantidade de estabelecimentos passou de 200, em 1881, para 600, em 1889. (AZEVEDO, 2010:14-15).

Segundo Suzigan (2000), no Brasil,

[...]o desenvolvimento da indústria têxtil de algodão se deu principalmente a partir de fins da década de 1860. Os principais surtos de investimento nessa indústria ocorreram nos seguintes períodos: entre fins da década de 1860 e meados da de 1870; na década de 1880 e início da de 1890; em 1907- 13; na década de 20 (particularmente em 1924-26); e na década de 30, especialmente a partir de 1933.

Foi na região Nordeste do Brasil onde surgiram as primeiras indústrias têxteis. Conforme Stein(1979), em 1866, cinco das nove fábricas do País estavam concentradas na Bahia e seus arredores.

Como exemplos de indústrias que se destacaram nesta fase de implantação, há o Empório Industrial do Norte, início de um verdadeiro império da indústria têxtil no Nordeste fundada pelo Industrial baiano Luís Tarquínio. Segundo Stein (1979:54) Luís Tarquínio ergueu, em 1893, dois galpões de tecelagem, com um total de 2.000 teares, importando fios da Grã-Bretanha. Também construiu, junto à fábrica, a Vila Operária da Boa Viagem, com 258 residências para as famílias dos trabalhadores.

Outra indústria nordestina que teve destaque na segunda fase de desenvolvimento da indústria têxtil foi a Fábrica da Madalena, que surgiu em 1876, no Recife, com 45 teares mecânicos de ferro e mestres tecelões trazidos de outros países. Depois, vieram outras unidades, como: a Cia de Fiação e Tecidos de Pernambuco (Fábrica da Torre), Fábrica de Tecidos Paulista (1891), Cia. Industrial Pernambucana, em Camaragibe (1891), além de fábricas de tecidos em Goiana e Apipucos e uma fábrica de malhas na Várzea (MARINHO, 2011).

Como reporta Caio Prado Júnior (1998) a localização dos centros industriais têxteis nas regiões do Nordeste (com ênfase as províncias da Bahia e Pernambuco) e do Sudeste brasileiro decorreu da abundância de mão de obra, da disponibilidade de bens de capital para produção de manufaturas têxteis e da proximidade da matéria-prima, o algodão que era encontrado a preços relativamente baixos.

O algodão era cultivado no interior da Bahia desde o fim do século XVIII, sendo sua maior parte exportada. Além de dispor de matéria-prima, o sistema portuário e fluvial existente no Estado da Bahia foi de enorme importância para o transporte de maquinaria. Essa

maquinaria dispunha ainda de fonte hidráulica de energia. Soma-se a isto a população escrava, tanto na Capital quanto no restante do Estado, juntamente com um grande contingente de trabalhadores livres, que constituíam potenciais consumidores de tecidos grossos. Além disto, as dificuldades dos senhores de engenho com a baixa lucratividade em suas atividades tornavam atraentes novas oportunidades de investimento, facilitando o financiamento da atividade têxtil.

Segundo Foot e Leonardi (1982: 34 apud ARAGÃO 2002:69),

[...]em 1866 eram contabilizadas, oficialmente, 9 fábricas de tecidos em todo o Brasil; em 1882, havia notícias de 45 estabelecimentos, sendo que, destes, 12 localizavam-se na Bahia, 11 no Rio Janeiro, 9 em São Paulo, 8 em Minas Gerais, 1 no Rio Grande do Sul, 1 em Alagoas, 1 em Pernambuco e 1 no Maranhão. É importante ressaltar que, logo em seguida, em 1883, veio a funcionar a primeira fábrica têxtil cearense: a Pompeu & Irmãos.

Como ressalta Aragão(2002:69),

A industrialização de tecidos e fios no Ceará, diferentemente de outros Estados, que investiram no setor desde o começo do século XIX, só vai ocorrer nas duas últimas décadas do século XIX, considerando-se que a primeira fábrica têxtil, a Fábrica Progresso, que foi idealizada em 1881 e registrada em 1882 com o nome de Pompeu & Irmãos, veio efetivamente a funcionar em 1883.

Para Aragão(1989; 2002), o período de 1882 a 1900 constitui a primeira fase de desenvolvimento da indústria têxtil no Estado do Ceará, sendo esta fase chamada de “os pioneiros”, dada a coragem dos que ingressaram no ramo têxtil não explorado na economia do Ceará. Esta fase se caracteriza pela implementação das primeiras indústrias têxteis do Estado, quais sejam:

Quadro 1: Indústrias Têxteis Cearenses no final do século XIX

Indústrias	Razão Social Inicial	Fundação	Natureza Jurídica
Fábrica Progresso	Pompeu & Irmãos	1882	Responsabilidade Solidária
Cia. Fabrica de Tecidos União Comercial	CIA. Fábrica de Tecidos União Comercial	1891	Sociedade Anônima
Cia. Fabril Cearense de Meias	Cia. Fabril Cearense de Meias	1891	Sociedade Anônima
Fábrica Santa Thereza	Popular Aracatyense	1893	Sociedade Anônima
Fábrica Ceará Industrial	De Hollanda Gurjão e Cia.	1894	Não consta
Fábrica Sobral	Ernesto & Ribeiro	1895	Sócios Comanditários e solidários

Fonte: ARAGÃO, 2002:76; adaptado por Muniz(2014).

Podemos constatar pelo quadro1 que das seis indústrias têxteis do primeiro período, somente uma, a Fábrica Progresso, foi fundada na década de 1880. Isto pode ser explicado devido as políticas protecionistas à indústria têxtil que só se intensificam na década de 1890.

A primeira indústria a localizar-se fora de Fortaleza foi a Fábrica Santa Thereza, que, em 1893, foi fundada em Aracati, constituindo a 4ª indústria têxtil cearense. A segunda indústria a instalar-se longe da Capital no final do século XIX foi a Fábrica de Tecidos Sobral, que se instalou nessa cidade em 1895.

A interiorização da indústria têxtil sucedeu no contexto em que o cultivo do algodão se expandiu fora da capital, criando um espaço produtor de matéria-prima para alimentar indústrias locais em Sobral, Aracati, Fortaleza e fora do Estado. Sendo assim, “os primeiros estabelecimentos industriais implantam-se nas cidades coletoras dos produtos agrícolas e em Fortaleza, principal ponto de escoamento da produção cearense”. (AMORA 2005: 371-372).

O aparecimento das primeiras indústrias têxteis cearenses é viabilizado por via capital próprio dos investidores locais, oriundo dos excedentes do comércio e sem a proteção do Estado. Cabe ressaltar o fato de que, dentre os industriais deste período, havia aqueles que ocupavam cargos na política cearense, como podemos perceber pelo quadro1, Thomaz Pompeu (deputado, e seu cunhado e sócio, Nogueira Accioly que foi várias vezes Presidente do Ceará) e Ernesto Deocleciano (vice de Nogueira Accioly).

No tocante à origem da maquinaria utilizada pela indústria, Takeia (1995) expondo declaração feita pelo agente consular no Ceará, em 1888, exprime que

A importação de máquinas e ferramentas mais que dobrou, de R.46:078\$859 em 1885/1886 ela subiu para R.120:689/748 em 1886/1887. As máquinas de costurar peles e as máquinas descaroçadoras de algodão são quase todas americanas. As ferramentas e máquinas a vapor são inglesas (...) As ferramentas e os instrumentos de agricultura franceses não são encomendados pelo Ceará porque eles são geralmente mais caros, no entanto, desde alguns meses, a casa comercial Boris Frères introduziu várias máquinas a vapor francesas que são reconhecidas como melhores que as inglesas, embora sejam consideradas complicadas e mais delicadas que essas. (TAKEIA, 1995:67).

Quanto à importação da matéria-prima algodão, existe a ligação do litoral cearense com vários portos. Segundo Takeia(1995), nas rotas do comércio marítimo internacional, em 1880, de países diversos expedia-se para a Província do Ceará, via Liverpool, porto de matrícula dos vapores que punham o Ceará em comunicação com a

Europa e a América. “O principal produto do Ceará, o algodão, tem 9/10 de sua produção comprada por Liverpool.” (TAKEIA, 1995:79).

Foi no contexto de expansão da economia agroexportadora da Província cearense consolidada com o incremento da produção e comercialização do algodão que

[...]companhias estrangeiras de navegação a vapor estabeleceram as primeiras linhas regulares, ligando diretamente o Ceará, através de Fortaleza, ao mercado europeu: a Liverpool Northern Brazil Steamers, mais tarde A. Booth Company, e a Red Cross Line of Mail Steamers, ambas de Liverpool. Registre-se ainda que, no tocante à navegação de cabotagem, em 1865, a Companhia Brasileira de Navegação a Vapor, do Rio de Janeiro, começou a fazer escalas nos portos do Ceará, na linha que estabeleceu ligando a capital do Império ao porto de Manaus. (IBID.,109).

Além do Ceará, de Pernambuco e da Bahia quanto ao desenvolvimento da indústria têxtil no País, Stein (1979) registra o fato de que, enquanto o primeiro núcleo de indústria têxtil algodoeira surgiu na Bahia em 1844 e nas décadas seguintes esse tipo de indústria se desenvolveu em vários Estados. Em 1853, contabilizam-se apenas oito fábricas. Em 1885, o setor têxtil algodoeiro já alcançava 48 unidades fabris, sendo liderado por Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse mesmo ano, essas fábricas operavam 2.111 teares, empregavam 3.172 trabalhadores e produziam 20,6 milhões de metros de tecidos. Em 1905, o número de fábricas passou para 110, e o de teares, para 26.420, com uma produção de 242 milhões de metros de tecidos (STEIN, 1979, Apêndice I). No período de 1885 a 1905, o número de teares cresceu 13,5% ao ano, contra 10% a.a. nos 19 anos anteriores e 6,8% a.a. nos dez anos posteriores. Portanto, houve intensa expansão da indústria têxtil até 1905, com desaceleração até o início da I Guerra Mundial.

A construção de uma rede de estradas de ferro ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais após a década de 1860 contribuiu, finalmente, e de forma decisiva, para o deslocamento da supremacia têxtil da Bahia para a região centro-sul do Brasil. O impacto revolucionário das estradas de ferro é ilustrado pelo fato de oito das 12 pequenas fábricas existentes em Minas Gerais, em 1887, estarem situadas junto a ferrovias (concluídas ou projetadas), e, em São Paulo, inúmeras fábricas surgiram em torno de Sorocaba, Salto e Tatuí – cidades abastecidas de algodão e força hidráulica e, a partir dos anos 1880, servidas por linhas férreas.

Conforme Stein (1979:37), como fonte de energia, as fábricas fundadas nos anos de 1840 eram movidas, em sua maioria, por força hidráulica, por ser barata e acessível. Posteriormente, começou-se a substituir a força hidráulica pelas turbinas a vapor, movidas por lenha ou carvão. As fábricas fluminenses beneficiaram-se da progressiva substituição, pois

adquiriam carvão importado pelo porto do Rio de Janeiro, então em desenvolvimento. Em 1899, havia, no Rio de Janeiro, 11 fábricas com energia a vapor contra apenas sete com energia hidráulica.

Segundo Suzigam (2000), a indústria têxtil do Rio de Janeiro foi a que mais se desenvolveu em virtude da constante proteção alfandegária até a década de 1880, tendo sido o desenvolvimento maior deste ramo industrial a partir de 1870. Em 1884, havia dez fábricas no Rio de Janeiro.

Aragão (1989:72), remontando à conjuntura da indústria têxtil nacional no começo do século XX, tendo este período sido conhecido como "anos dourados", relata que,

[...] de 1911 a 1919 a produção fabril brasileira triplicou. Em 1915 detínhamos aproximadamente 50% do número de teares e fusos que hoje possuímos. Existiam 202 fábricas espalhadas por 17 Estados que consumiam 60.500 Kg de algodão em rama. A importação de tecidos caiu de 50% entre 1914 a 1918, e ao terminar o primeiro conflito mundial já ensaiávamos exportar nossos artigos têxteis.

Conforme Stein(1979), esse surto de crescimento pode ser explicado pela prosperidade agrícola. Com o segundo *boom* do ciclo do café, as migrações que impulsionaram o mercado interno e a massa de consumidores para a indústria têxtil, bem como a mão de obra, as tarifas alfandegárias e a Primeira Guerra Mundial são fatores que devem ser levados em consideração.

Na consideração de Stein (1979: 110),

Em 1921, o Brasil possuía 242 fábricas de tecidos de algodão e em 1905, apenas 110; o número de fusos saltou de 734.928, no início do período, para 1.521.300 em 1921; os teares, por sua vez, aumentaram de 24.420 para 57.208. Em 1921, as fábricas de tecidos de algodão empregavam 108.960 pessoas, quase três vezes mais que em 1905.

Um aspecto significativo do crescimento industrial nos primeiros anos do século XX foi

[...] a progressiva concentração da indústria têxtil algodoeira não apenas no Rio e em São Paulo, como em localidades situadas ao redor destas duas cidades. Em 1910, por exemplo, funcionavam aproximadamente um milhão de fusos e 35 mil teares em 137 fábricas espalhadas por todo o país. Seis fábricas do Rio e duas de São Paulo concentravam mais de um terço dos fusos, pouco menos de um terço dos teares e aproximadamente um quinto da força de trabalho empregada na indústria têxtil algodoeira (IBID.,109).

Ainda conforme Stein (1979:110),

A expansão da indústria têxtil no primeiro quartel do século XX foi interrompida por uma recessão que se iniciou em 1913, agravando-se com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Amparados pela intervenção governamental solicitada com urgência, os empresários têxteis e outros industriais conseguiram, finalmente, superar a crise por volta de 1915, ingressando num período de grande prosperidade

que iria se prolongar até o final da década de vinte, quando surgiram no horizonte os primeiros sinais da grande depressão.

Em São Paulo, a indústria têxtil se desenvolveu depois do surto do algodão e de direitos aduaneiros, tendo sido de essencial importância a utilização do capital cafeeiro para impulsionar o seu desenvolvimento.

São Paulo por volta de 1920 substituíra a área do Rio de Janeiro e da capital federal como o centro industrial mais importante do Brasil. No correr da década de 1940 possuía o Estado de São Paulo, indubitavelmente, a maior aglomeração de capacidade manufatureira em toda a América Latina. (DEAN, 1991:20).

Em São Paulo, a imigração orientada primeiramente para o cultivo do café ensejou uma classe operária numerosa e o crescimento econômico do restante do Estado possibilitou o aumento de mercados consumidores para os manufaturados que começavam a ser fabricados na Capital.

Suzigan (2000:137-144) argumenta que, na Bahia, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, a expansão da indústria têxtil ocorreu baseada em iniciativas dos comerciantes, nacionais e imigrantes, principalmente ingleses e portugueses, enquanto em São Paulo realmente há predominância de capital dos cafeicultores.

O crescimento do comércio de café no País fez com que os produtores de café tivessem dinheiro para adquirir bens no mercado interno, entre eles tecidos para confecção de roupa dos trabalhadores. Estes tecidos, antes fabricados artesanalmente pelos próprios trabalhadores, então eram adquiridos em fábricas que manufaturavam o algodão produzido localmente.

Como narra Dean (1991), a passagem da cultura rural para o sistema industrial foi dirigida pelos proprietários rurais, uma vez que os lavradores que haviam plantado algodão investiam parte de seus lucros em máquinas têxteis.

Os primeiros espaços industriais no Estado de São Paulo surgiram nos bairros do Belenzinho, Brás e Mooca.

A primeira indústria de tecidos que apareceu nas imediações do Brás data de meados de 1870, conforme relata Andrade (1991):

A mais prestigiada entre as fábricas da década de 1870, nos documentos oficiais consultados, foi a fábrica a vapor de tecidos de Diego Antônio de Barros, cujo funcionamento anunciado já em 1872, data de 1877. Ficava na rua que era a continuação da de São Bento, nas imediações da atual Rua 25 de março. Situava-se, portanto, na parte antiga da cidade, junto à Várzea do Carmo. O fundador era cidadão de Itu, de onde se transferiu para São Paulo com a família. (ANDRADE, 1991:99).

No entendimento de Rego e Marques (2006:54), esta foi a primeira indústria têxtil de tipo moderno que surgiu no Brasil e funcionava com 30 teares, adquiridos da firma inglesa John Pratt & Sons e por intermédio do trabalho de, aproximadamente, 60 operários.

Em 1877, o filho do Barão de Piracicaba(...), construiu outra fábrica têxtil, ainda maior, munida de 350 máquinas da mesma firma inglesa. No Estado de São Paulo, em particular na zona algodoeira de Itu, foram abertas mais dez pequenas empresas de fiação de algodão. No Brasil, como em muitos outros países, o setor têxtil foi durante muito tempo o principal ramo industrial. Em 1881, estavam ocupados neste setor 3 mil operários; em 1907, 53 mil; e em 1921, 109 mil. (REGO e MARQUES, 2006:54).

Conforme Andrade (1991), “no citado ano de 1890 já existia a importante fiação e tecelagem Anhaia, no Bom Retiro, e a tecelagem Sant’Anna, no Brás, que fabricava sacos de aniagem para produtos agrícolas, e que possuía desvio ferroviário para expedir a mercadoria ao interior” (ANDRADE, 1991:119-120).

[...] a fábrica Sant’Anna, de Antonio Alvares Penteado, inaugurada em 1889 dispunha de 50 teares e dez anos depois, de 600 empregava, em 1898, 1300 operários e tinha uma capacidade instalada de 60.000 m/dia de tecidos para sacaria de café, cereais e enfiamento em geral (ANDRADE, 1991:114).

Ainda diz Andrade (1991), que, em 1898, Antonio Álvares Penteado instalou uma tecelagem de lã com 100 teares, junto à Fábrica Sant’Anna. Nesse momento, apareceu outra fábrica de tecidos na Moóca, Regoli Crespi & Cia.

A Tecelagem ítalo-Brasileira de Sedas (Brás), fundada em 1907 por Crespi e Nicola Puglisi Carbone, era a maior fábrica de tecidos de seda do Estado. Os 514 operários trabalhavam 10 horas por dia na produção de fitas, cintos, cadarço, suspensórios, tecidos de seda, seda e linho, seda e lã. Em 10.000 m2 de área funcionavam as seções de tecelagem (180 teares), tinturaria, estamparia, passamanarias, oficina de preparação. (IBID.,136).

Consoante Rego e Marques (2006), Rodolfo Crespi, proprietário da maior fábrica têxtil de São Paulo, era representante da firma italiana Enrico Dell’Acqua. Emigrou em 1893 e estabeleceu-se como industrial do setor têxtil no bairro da Mooca, tradicional reduto da colônia italiana na Capital.

[...] Em 1909 já trabalhavam na sua empresa 1.300 pessoas. Adquiriu também fábricas de chapéus, de cimento e de seda e, em 1913, uma fábrica de fiação de lã. Em 1917, o número de trabalhadores ocupados na empresa básica do grupo Cotonifício Rodolfo Crespi chegou a 2.000. Foi precisamente nesse estabelecimento que começou a greve geral de operários paulistas em 1917. O Cotonifício Crespi esteve em funcionamento até 1963. (REGO e MARQUES, 2006: 56-57).

Como assinala Castro(2002), o crescimento da indústria têxtil foi surpreendente. Outras fábricas, tanto de grande como de pequeno porte, se instalaram no Brás e bairros adjacentes, como: Tecelagem Mariângela (1904), no Brás; Tecelagem Belenzinho (1911) localizada, no Belenzinho; a Fábrica Maria Zélia (1912), construída no Belenzinho; e Cia

Paulista de Tecidos de Algodão (1927) na Moóca. Além dessas, encontramos São Paulo Alpargatas Company, no Brás e fábrica Santo Antonio, no Belenzinho.

Indiscutível parece ser o fato de que as maiores fábricas de tecidos da cidade ficavam no Brás e na Mooca, concentrando cerca de 70% da força de trabalho desse ramo. A produção maior dessas fábricas continuava sendo de aniagem e algodão. (ANDRADE, 1991:134).

Informa Suzigan (1971), que o surto de crescimento industrial no Estado de São Paulo prosseguiu com o gradual aumento de produção até 1923, quando o ritmo foi freado por estrangulamento de infraestrutura, entre os quais a crise elétrica que durou até 1926, ano em que,

[...] a produção de tecidos de algodão era apenas 28% mais elevada que os níveis de 1920, a produção de seda 42% maior, enquanto outros tecidos (juta e lã) [...] tiveram índices de aumento da produção mais elevados no mesmo período. [...] especialmente em 1927-28, um novo problema viria postergar a retomada do crescimento da produção industrial do estado a taxas elevadas [...]. (SUZIGAN, 1971: 93).

No pósPrimeiraGuerra, o crescimento industrial alterou a localização dos centros fabris de São Paulo se expandido para além dos limites da Capital, fazendo com que surgissem outros centros em municípios vizinhos.

No início da I Guerra Mundial (1914 a 1918), o Brasil já dispunha de um importante parque têxtil. A guerra pode ser considerada fator decisivo na **fase de consolidação** da indústria têxtil brasileira, uma vez que os períodos de crise foram favoráveis ao nosso crescimento industrial. A limitação da capacidade do País de importar propiciou a oportunidade de crescimento da produção interna. Assim, a interrupção do fluxo de entrada de artigos oriundos do Exterior, pela concentração dos Países europeus e dos Estados Unidos no esforço da guerra, funcionou como elemento de estímulo para o crescimento da indústria brasileira.

Celso Furtado (1957) chamava a atenção para o fato de os países que constituíam os grandes mercados importadores de tecidos de algodão (países subdesenvolvidos) haverem começado a instalar importantes centros fabris têxteis, no Primeiro Conflito Mundial. Muitos desses países eram produtores marginais de algodão e intensificaram a produção para atender às necessidades da indústria nacional. Por outro lado, os países exportadores de tecidos e importadores de fibras passaram a substituir, progressivamente a matéria-prima importada, por fibras artificiais.

O fim do conflito na década de 1920, novamente arrefeceu a atividade têxtil pela retomada das importações de tecidos ante a dificuldade de competição com os similares estrangeiros que eram vendidos no Brasil a preços inferiores aos que eram cobrados em seus países de origem.

Em 1920, porém, embora a maior parte da importação de tecido para consumo corrente houvesse sido substituída pelo similar nacional, os produtos de melhor qualidade ainda eram importados (STEIN, 1979:77 e 109).

O uso de fibras e filamentos artificiais na tecelagem brasileira começou no final da década de 1920 e se acelerou na de 1930.

Conforme Suzigan (2000 apud STEIN 1979) foram instaladas várias fábricas de tecidos de algodão, de lã, de seda e a primeira fábrica de fios de seda artificial (raiom), em 1924, pelo grupo Matarazzo, em São Paulo.

Conforme Castro (2002) a primeira fábrica do grupo Matarazzo nasceu no Brás em 1900 na rua Monsenhor de Andrade, junto à SPR (estação ferroviária São Paulo Railway, depois Santos-Jundiaí), nas proximidades do Largo da Concórdia: era o Moinho Matarazzo. A oficina para fabrico de sacos deu origem à Tecelagem Mariângela, em 1904. Desde o início, haviam as seções de fiação, tecelagem de algodão e cascarnifício (produção de fibras para cobertor, conforme indicações encontradas). Em 1910, foram acrescentadas as seções de tinturaria e estamparia. Em 1935, a Matarazzo adquiriu o conjunto de estabelecimentos da antiga Tecelagem Ítalo-Brasileira de Sedas. E, em 1972, a sede social da empresa do Grupo Matarazzo foi instalada no Brás em um dos prédios da antiga tecelagem Ítalo- Brasileira de Sedas, localizado nas ruas Joli e Sampson.

“A Matarazzo fundou uma fábrica têxtil, com o objetivo de satisfazer suas próprias necessidades de tecidos para sacos. Mais tarde construiu uma fábrica de tecidos finos” (REGO e MARQUES, 2006:58).

Frente a este contexto, cresce o número de indústrias têxteis no país. “A vigorosa demanda de produtos de algodão, reflexo da prosperidade geral promovida pela política de valorização do café, explica, em parte, o aumento do número de fábricas de algodão, que, de 242 em 1921, passou para 354 em 1927” (STEIN 1979:119).

Conforme Correa, Abidack e Filha, Monteiro(2002) a Rhodia, que tinha sua matriz sediada na França, a Rhône-Poulenc, e existia desde o início do século XIX com filiais produtoras de matérias-primas químicas e petroquímicas, em todos os continentes, se instalou

no Brasil em 1919, mas só em 1929 iniciou atividade no setor têxtil (com a Companhia Brasileira de Sedas Rhodiaseta), para produzir fio de acetato de raion. Em terras brasileiras começou a fabricar seda artificial em 1931 e, em 1934, produzindo inicialmente *lingerie* de *jersey* maleável, instalou uma unidade da Valisère, francesa, fruto da parceria que duraria até 1986 quando esta empresa foi vendida. Em 1955 lançou os fios sintéticos, começando pela poliamida (*nylon*), usada inicialmente na confecção de meias e maiôs. Nos anos 1960, investiu fortemente em várias frentes do setor têxtil, empenhada em difundir o uso dos fios e fibras sintéticas.

A Fábrica Têxtil Votorantim, uma das maiores do Brasil, contando mais de 5.000 trabalhadores, foi comprada em associação, mas, em seguida, passou a ter controle individual. Fundada por Lacerda Franco, em Sorocaba-SP, a Votorantim iniciou suas atividades durante a Primeira Guerra Mundial. O grande impulso para a consolidação da organização foi dado pelo genro do fundador, José Ermírio de Moraes, que com o tempo adquiriu o controle do grupo.

Um consórcio da Votorantim com a Klabin Irmãos, em associação com capital estadunidense, fundou a Nitro-Química Brasileira, em 1935, para a produção de fios e fibras de raion, abalando o monopólio na produção de *rayon* do Grupo Matarazzo.

A entrada na produção química foi resultado da atividade têxtil e abriu outras oportunidades de investimento, inclusive na produção de explosivos na Segunda Guerra.

Na década de 1940, a expansão das atividades do Grupo priorizou a produção de cimento, mas os estímulos à industrialização durante a Segunda Guerra Mundial criaram condições para investimentos também nos setores: *a*) têxtil, com a criação da S.A. Tecidos Votex (1944) para a comercialização de tecidos; *b*) químico, com a expansão da produção de *rayon* e outros produtos químicos, inclusive com uma nova empresa, a Votocel, criada em 1948 para produzir papel transparente;

Já em 1949 foi inaugurada a Rhodosá de Rayon em Santo André (SP) para produzir rayon viscose, e a Du Pont inaugurou sua primeira unidade de produção, em Barra Mansa (RJ), lançando a *lycra* (fio elastano).

Percebemos através deste resgate de Correa, Abidack e Filha, Monteiro(2002) o aprimoramento da técnica de produção de tecidos, uma vez que às fibras naturais somam-se as fibras artificiais (raion, viscose e acetato) e sintéticas (acrílico, *nylon*, poliéster, polipropileno e a fibra elastométrica originadas da petroquímica), desenvolvidas para atender a demanda do mercado consumidor. "A Rhodia foi pioneira no lançamento destas fibras, iniciando as suas

produções em 1929 com o acetato; 1949 a viscose, 1955 o nylon. Em 1958 a Du Pont lançou o fio elastano – Lycra. Em 1961 a Rhodia lançou o poliéster e 1968 o acrílico (Rhodia,1984)" (ARAGÃO, 2002:48).

Este período de consolidação da indústria têxtil no Brasil corresponde à segunda fase da industrialização no Ceará, que, conforme Aragão(1989; 2002: 77), emerge em 1900, inaugurando um período que se estende até o final da década de 1950, período este denominado de geração dos empreendedores "porque mostram traços de iniciativa, agressividade, sendo eternos farejadores de oportunidades, vocacionados para o risco, apresentando grande dosagem de criatividade no ato de administrar".

As indústrias que se desenvolveram na segunda geração podem ser relacionadas a seguir:

Quadro 2: Indústrias Têxteis Cearenses da primeira metade do século XX

Fábrica	Fundação	Número de operários (na fundação)
Santa Elisa	1904	140
Santo Antônio	1929	200
Usina Gurgel	1916	
Fiação Santa Maria	1918	190
Fiação São Luís	1928	76
Fábrica Baturité	1927	40
Fábrica São José	1926	300
Fábrica Santa Cecília	1945	145
Maranguape	1924	90

Fonte: ARAGÃO, 2002:77 adaptado por Muniz(2014)

Apesar da escassez de dados que resgatem o desenvolvimento da indústria têxtil no Estado, cabe destacar, pelo que o quadro 2 já revela, a representatividade da Fábrica de Tecidos São José.

Conforme Aragão(2002:184),

[...] a fábrica foi instalada numa área de 10.000m², no bairro de Jacarecanga, em Fortaleza, estando equipada com maquinaria moderníssima oriunda da Inglaterra,

Alemanha e Estados Unidos, com capacidade para 6.800 fusos, ocupando 300 operários sob a direção de técnicos ingleses. Produzia inicialmente tecidos grossos, como algodãozinho, mescla e lonita, bem como fios e redes populares.

O maior número de operários se revela também após sua fundação: "Tal empreendimento teve grande expressão social e econômica, considerando que no período da 2ª Guerra Mundial empregava um contingente de 1.050 funcionários". (Aragão, 2002: 79).

O impacto das indústrias têxteis, além dos aspectos técnicos e econômicos, se faz perceber notadamente no espaço, mediante a produção e reprodução espacial com as interrelações capital e trabalho sob mediação das forças produtivas e relações sociais de produção.

A construção de vilas operárias para a reprodução da classe trabalhadora por meio das indústrias têxteis (como a São José, Baturité, as do grupo A. D.Siqueira, a Fábrica Santa Thereza, Santa Cecília, Sobral e Progresso) revela as interações na dinâmica urbana da Capital, uma vez que as vilas operárias continuaram se transformando, acompanhando a expansão da cidade.

[...] o setor de fiação e tecelagem implantou-se no fim do século XIX, mas é somente a partir de 1920 que surgem as vilas operárias. Isso se explica pelo fato de que é nesse momento que o setor busca sua expansão e a organização de sua produção de forma mais sistemática e contínua. Para isso, os empresários adotaram como política a proximidade domicílio/trabalho, pois ter os operários próximos assegurava a assiduidade, a pontualidade, a prontidão permanente destes, bem como o envolvimento de toda a família...(MARGARIDA ANDRADE, 1990: 283).

A Vila São José, que se localizava no bairro Jacarecanga e cuja indústria permaneceu produtiva até os idos de 1957, acompanhou as transformações advindas da expansão da cidade de Fortaleza que levou "a mudança de uso das casas burguesas que passaram a ter novas funções: repartições públicas, firmas particulares e cortiços". Posteriormente Margarida Andrade(1990) acrescenta que " ...essa área, como muitas outras partes da cidade, passa por mudanças incentivadas pela legislação urbana, a qual permite a construção de edifícios de vários andares, com apartamentos de dois ou três dormitórios, conforme o modelo da classe média." (IBID., 295).

Ainda segundo Margarida Andrade(1990:295), "a vila São José passou também pelo processo de valorização social, pois morar na casa da vila São José era uma forma de ascensão social. Por outro lado, o seu caráter não era mais dado pela presença só de operários".

Como na geração anterior, as indústrias instaladas nesta geração provinham de recursos dos próprios investidores, entretanto, diferentemente da fase anterior, aqui se tem

como forma jurídica “sociedade por quotas de responsabilidade limitada” e não mais “sociedades anônimas”.

A segunda geração de proprietários conta com algumas vantagens abertas pela primeira geração, entre elas a formação de uma inexpressiva mão-de-obra operária, a abertura de mercados e o aproveitamento de uma infraestrutura relativa ao suprimento de matéria-prima. (ARAGÃO, 1989:70; 2002: 77).

Aragão, caracterizando os industriais desta fase, relata que, enquanto os

[...]industriais da primeira geração, cujas famílias tinham alto nível de educação formal e suporte financeiro, como Thomaz Pompeu (Fábrica Progresso), Ernesto Deocleciano e Cândido Ribeiro (Fábrica Sobral), os desta segunda geração foram comerciantes, antes de se tornarem industriais têxteis, via de regra, desenvolvendo suas atividades mercantis no setor da compra e venda de algodão, sendo que alguns se tornaram, também, empreendedores das fábricas de beneficiamento de algodão, como foi o caso de José Pinto do Carmo (Fábrica Baturité) e dos Irmãos Gradvohl (fábrica Maranguape). Outros, como Pedro Philomeno Gomes (Fábrica São José), Antonio Diogo de Siqueira (Santo Antônio, São Luís, Santa Elisa e Ceará Industrial) e Teófilo Gurgel (Usina Gurgel) tiveram nas atividades de transformação de óleo e sabão suas primeiras atividades manufatureiras. (ARAGÃO, 2002: 78).

Quanto a origem dos industriais desta fase, Aragão(2002) ressalta:

Entre as características dessa geração, destaca-se, também, o fato de serem pessoas nascidas em municípios do Ceará e que vêm para a Capital em busca de ampliação e sedimentação de negócios. Ressaltamos a figura de Antônio Diogo de Siqueira que veio a tornar-se o maior empresário têxtil do Ceará, detendo quatro fábricas, entre elas: Santa Elisa, Santo Antônio, Prensa Amélia e sendo co-associado a vários outros grupos como: Siqueira & Gurgel (Usina Ceará), Exportadora Cearense Limitada, Fábrica de Fiação São Luis Limitada, Empresa de Fios e Redes Limitada, R. Salgado & Cia, Fábrica de Cigarros Araken. (ARAGÃO, 2002: 78).

2.2 Intervenção Planejada do Estado e a Indústria Têxtil

A grande crise que se abateu sobre a economia mundial em 1929 propiciou nova oportunidade de crescimento da indústria brasileira, a exemplo do que havia ocorrido durante a I Guerra. A capacidade de importação foi drasticamente reduzida, levando praticamente todos os países a adotarem políticas de substituição dos importados pela produção interna das mercadorias necessárias ao seu abastecimento.

Desta forma, a industrialização brasileira está intrinsecamente relacionada com as grandes mudanças no padrão de produção capitalista que passaram a se efetivar, desde as divisas geradas pelo café, em virtude da crise, que culminou com a Grande Depressão dos anos 1930, quando então ocorreu a substituição das importações, significando a perda do poder político da burguesia agrária e comercial para a burguesia industrial (COSTA, 1995).

Consoante relata Dean(1991:14), o comércio do café não ensejou apenas a procura da produção industrial: custeou também grande parte das despesas gerais, econômicas

e sociais, necessárias a tornar proveitosa a manufatura nacional. A construção de estradas de ferro proveio, toda ela, da expansão do café. As linhas foram construídas pelos próprios plantadores com os seus lucros ou por estrangeiros seduzidos pela perspectiva do frete do café.

Tavares (1972) aliando-se a Furtado (1980), acentua ter sido a Grande Depressão um momento de ruptura com o modelo primário-exportador da economia brasileira em favor de um padrão de desenvolvimento voltado para o mercado interno.

Cardoso de Mello (1982) caracterizou por industrialização restringida esse período de industrialização, mediante a substituição de importações até o início da implantação do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, uma vez que,

[...] as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial.

A industrialização brasileira iniciou-se sem grande apoio do Estado, uma vez que não existia uma clara política estatal para o setor, mas, desde os anos de 1930, com a crise da economia cafeeira, o Estado passou a intervir de modo mais ativo na economia e, por conseguinte, no desenvolvimento dos setores econômicos, principalmente no industrial, tendo a indústria brasileira entrado na pauta de estratégias para as políticas econômicas do País.

Os fatores para o incentivo industrial eram positivos, como o êxodo rural gerado pela crise na cafeicultura, aumentando a classe operária e o próprio mercado consumidor; e a redução das importações, decorrente da crise mundial de 1929.

A indústria têxtil brasileira é prejudicada à medida em que a crise 1929 acarreta diminuição do poder aquisitivo dos segmentos menos privilegiados, impossibilitando-os de adquirirem os tecidos grossos. Por outro lado, sendo a sacaria um dos itens de produção dessa indústria, a diminuição das exportações significava diminuição também da sua produção. (ARAGÃO, 2002:81).

Esta crise não chegou a impactar mais fortemente a indústria têxtil cearense em função de dois fatores comentados por Aragão (1989): os recursos do Governo Federal voltados para combater a seca de 1932 e a existência de bancos de setores vinculados aos importadores e exportadores.

De acordo com Oliveira (1977), de 1930 a 1960, a burguesia industrial, vale dizer, o Sudeste industrial, alcançou a hegemonia econômica no País e o comando da política econômica, submetendo o Estado aos interesses industrializantes, opondo-se, assim,

claramente, às oligarquias agrárias, tanto do Nordeste açucareiro e algodoeiro como do extremo Sul pecuário e, até mesmo, do Sudeste cafeeiro.

A expansão capitalista nacional, tendo agora a indústria como centro motor da divisão social do trabalho, conheceu desde os anos trinta um largo período de crescimento, quase sem interrupções, até o final dos anos sessenta... (OLIVEIRA, 1977: 100).

Esta fase de consolidação da indústria brasileira também foi marcada pela Revolução de 1930, com Getúlio Vargas, que operou uma mudança decisiva no plano da política interna, afastando do poder do Estado oligarquias tradicionais que representavam os interesses agrário-comerciais.

Getúlio Vargas adotou uma política nacionalista calcada num desenvolvimento autônomo com base industrial, fato exemplificado pelo plano quinquenal de 1939, em que investiu intensivamente na criação da infraestrutura industrial com: a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN (1941), em Volta Redonda; a criação da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD (1942), em Minas Gerais, atuando na área extrativa, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco(1945). Ainda no “espírito” nacionalista, surgiram, em 1938, o Conselho Nacional do Petróleo, e a Petrobrás, em 1953.

A eclosão da II Guerra Mundial, em 1939, marcou o período em que ocorreram excepcionais alterações na estrutura industrial brasileira. Como os fornecedores tradicionais do Brasil estavam envolvidos no conflito, abriu-se a possibilidade de o mercado ser suprido por meio do incremento da produção interna, com o surgimento de indústrias em diversos setores.

No ramo têxtil, as fábricas se ampliaram, passando a operar em mais de um turno de trabalho e produzindo mais para atender ao mercado interno e, ainda, exportando para mercados importantes, principalmente da Europa e dos Estados Unidos. Terminado o Conflito Mundial, todavia, o setor retornou à situação anterior.

A segunda metade dos anos 1950 marca, porém, o início da **fase industrial brasileira em processo acelerado**, com ênfase para os setores mais dinâmicos e não-tradicionais.

Podemos caracterizar, entretanto, o período 1949-59 pela perda crescente de importância da indústria têxtil da Região Nordeste, seja no contexto mundial, no âmbito nacional, ou na ambiência regional, resultado da perda da capacidade competitiva, em decorrência da integração regional e da falta de incentivos governamentais.

As disparidades são, concretamente, o sinal do movimento diferencial de acumulação nas relações entre os “Nordestes” e o Centro-Sul, e assiste-se à destruição ou fechamento de fábricas, à invasão de produtos agrícolas do Centro-Sul, a ritmos de acumulação diferenciais que implicavam, no final, no predomínio das mercadorias do Centro-Sul sobre as dos “Nordestes”, em todos os setores. “Nordeste” açucareiro perde posição de forma alarmante, o próprio setor têxtil entra em decadência.... (OLIVEIRA, 1977: 76).

No Ceará, conforme Amora(2005: 372) “na década de 1950, as indústrias praticamente desaparecem, restando apenas alguns marcos como a Fábrica de Tecidos Progresso, sediada em Fortaleza”.

Por outro lado, o auge da industrialização brasileira ocorreu de 1956 a 1960 durante o Governo de Juscelino Kubitschek, que adotou uma política desenvolvimentista, baseada na maior intervenção do Estado na economia e no desenvolvimento industrial dependente de capitais e tecnologia estrangeiros, cujo resultado foi a elevação do endividamento externo.

[...]depois dos anos 1950, já se começou a ter a preocupação com a integração do território nacional e daí toda a proposta bem-sucedida dos governos militares, no que se refere à modernização do país, a partir da infra-estrutura e da implementação das rodovias, do sistema elétrico, e assim por diante (SOUZA, 2006: 32).

Com o Plano de Metas baseado nas ideias da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), buscava-se integrar a estrutura econômica do País, desenvolvendo o setor industrial, uma vez que esta Comissão afirmava que o atraso da América Latina estava baseado na produção de produtos primários, de baixo valor agregado e por estes produtos serem *commodities*, portanto, com grande volatilidade em torno do preço.

Para a produção de bens manufaturados, era necessário investimento em infraestrutura, principalmente nos setores de transporte e energia elétrica, investimento na produção de bens intermediários e incentivos à introdução dos setores duráveis e de capital.

O Plano de Metas, consagrado pela frase “Crescer 50 anos em 5”, cujos objetivos abrangiam seis grupos - energia, transporte, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília - foi marcado pela invasão de multinacionais e pelo desenvolvimento da infraestrutura, notadamente rodovias e hidrelétricas, com capital estatal.

Esse capital impulsionou as indústrias de bens de consumo duráveis, principalmente automóveis e eletrodomésticos, e aumentou o consumo dos derivados de petróleo.

Uma vez que o Plano de Metas beneficiava o Centro-Sul do Brasil, a ausência de um parque industrial moderno e dinâmico dificultou a inserção do Nordeste na economia

nacional e internacional no início dos anos de 1950 e, somente com a implantação do Estado Desenvolvimentista, nos anos de 1960, é que se buscaram as condições para um melhor desempenho das forças produtivas nessa Região.

Como a Região Sudeste foi a mais intensamente beneficiada pela industrialização e forma juntamente com a região Sul e partes do Centro-Oeste, no dizer de Milton Santos, a Região Concentrada (ELIAS, 2002:285), que é onde se dá de forma intensa a difusão do meio técnico-científico e informacional, acentuaram-se as disparidades socioeconômicas entre as várias regiões do Brasil, dificultando o crescimento econômico do Nordeste.

A indústria têxtil cearense tornou-se obsoleta em razão da concorrência dos produtos industrializados em outras regiões do País. No final da década de 1950, conforme expõe Aragão(2002: 88), era crítico o estado da indústria têxtil nordestina, segundo estudos realizados pela SUDENE, devido aos seguintes fatores: "1) A incompatibilidade entre o mercado e a produção de tecidos no Nordeste 2) O obsoletismo da maquinaria. 3) Os problemas administrativos 4) A ausência de uma política setorial que alavancasse o financiamento do setor."

Ainda, segundo Aragão (2002: 86),

[...] após 1956, há o registro de falência e de concordatas de muitas empresas de fiação e tecelagem cearenses, que encontram também restrições junto aos bancos e outras instituições financeiras. De 12 fábricas existentes em 1930, somente quatro atravessaram o decênio de forma invicta. O Cotonifício Leite Barbosa, principal investimento têxtil da década de 1950 (Fábrica Santa Tereza e Santa Cecília) e a Cia Têxtil José Pinto do Carmo (Fábrica Baturité), tiveram que pedir concordata (Viana, 1992). As fábricas do grupo A. D. Siqueira e a própria Baturité, já concordatária, chegam a falir no final da década de 1950. A Philomeno Gomes manteve-se produtiva até os idos de 1957.

Conforme Oliveira:

Nota-se em tais condições agravamento do chamado aumento das disparidades regionais de crescimento; em verdade, rigorosamente, não se está em presença de nenhuma estagnação das "economias regionais"; o que existe e impõe sua lei é a nova forma de crescimento do capital. A estagnação, quando existe, é ela própria uma fase do ciclo. Quanto às relações entre a "região" Centro-Sul comandada por São Paulo e o "Nordeste", tanto açucareiro-têxtil quanto algodoeiro-pecuário, esse movimento começa exatamente pela destruição dos capitais no "Nordeste": são fábricas que não conseguem competir em preço e qualidade, são atividades antes protegidas pelas barreiras, são as próprias formas anteriores de reprodução do capital, nos "Nordestes", que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução são ultrapassadas e dissolvidas pela nova forma de reprodução do capital da "região em expansão... (OLIVEIRA, 1977: 76).

Sendo assim, o Nordeste brasileiro, que até a década de 1960 permaneceu sem grandes transformações, fazendo parte do *exército de reserva de lugares* (SANTOS, 1993),

sempre apontado como uma região-problema, dada a sua vulnerabilidade aos riscos climáticos e aos problemas trazidos pela seca, auferiu atenção especial dentro da política do Governo no combate à desigualdade regional, embora isto tenha acontecido dentro de uma realidade histórica dependente economicamente da região Sudeste.

A intervenção Estatal na região Nordeste, visando ao seu desenvolvimento socioeconômico, que se caracterizou pela criação de uma série de programas especiais de desenvolvimento regional, não se deu por acaso, mas diante do poder econômico do Centro-Sul se encontrar ameaçado em virtude do agravamento das tensões sociais decorrentes da insatisfação da população citadina e rural nordestina e conseqüente avanço dos movimentos sociais, notadamente das ligas camponesas.

“A integração nacional, agora comandada pelas leis de reprodução do capital industrial do Centro-Sul, expressava-se no Nordeste pelo agravamento das tensões burguesia-proletariado”. (OLIVEIRA, 1977: 91).

A intervenção Estatal no Nordeste, inicialmente, se deu com a criação do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, com sede em Fortaleza. Conforme Nobre(2001), referido órgão foi peça importante na modernização do Estado do Ceará, juntamente com a criação da Universidade Federal do Ceará. Ambas as instituições contribuíram para a formação de quadros técnicos que comporiam a futura Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A criação do Banco do Nordeste em 1954, com sede em Fortaleza, constituiu um primeiro esforço para dotar a região de recursos capazes de promover o desenvolvimento. Na realidade, acaba preparando o terreno para ser o grande órgão de fomento dos projetos da SUDENE que chegam à Região na década de 1960. (ARAGÃO 2002: 87).

Em 1956, foi criado o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – o GTDN, liderado por Celso Furtado. Conforme Araújo (1985:72), o GTDN via a industrialização “como a única saída para combater o atraso do Nordeste. O setor industrial deveria, antes de mais nada, funcionar como o elemento dinâmico da economia nordestina, ou seja, conduzir o crescimento do PIB regional”.

Na perspectiva de Stein (1979: 122),

O aspecto importante que convém ressaltar refere-se à tática da industrialização contida no documento do GTDN, como forma de enfrentar indiretamente a oligarquia sertaneja, mais poderosa, através de uma confluência de interesses com a oligarquia canavieira e a burguesia urbana.

Conforme Andrade (1993:38), o GTDN

[...]diagnosticou as causas do subdesenvolvimento regional, baseado na falta de obras de infra-estrutura, na necessidade de uma modernização agrícola que modificasse o caráter monocultor [...] no desenvolvimento industrial que oferecendo empregos, sustasse o movimento migratório...

Com tal diagnóstico, o GTDN teve como proposta a industrialização como fator dinamizador do desenvolvimento do Nordeste, considerada como a grande indutora da modernização, passando a ser vista como a solução para absorver o contingente de mão de obra, além de promover uma consequente integração nacional.

“O relatório do GTDN publicado em 1955 foi a base do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek” (REGO e MARQUES, 2006:111). Para executar os planos do GTDN, foi instituída, em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que tinha como objetivo “reorientar a economia nordestina através da expansão industrial e agrícola (esta última viabilizada através de uma reforma agrária e projetos de colonização)”. (SORJ, 1980:96).

É assim que se dá o nascimento da SUDENE, em 1959, no auge do modelo “desenvolvimentista” que guiava a política de Juscelino Kubitschek, sendo aquele órgão a primeira forma de intervenção planejada no Nordeste, considerada “região problema” dentro do Brasil. (ARAGÃO, 2002 :87).

Na reflexão de Andrade (1993:38), “a Sudene nasceu da política desenvolvimentista do Governo Kubitschek, quando se procurava objetivar o crescimento econômico do país, de forma acelerada, com a integração das áreas consideradas periféricas ao núcleo mais dinâmico”. É importante frisar que a seca (do ano de 1958) foi também o “fator motivador” das primeiras iniciativas para a criação da Sudene.

Além de Andrade(1993), Tânia Bacelar de Araújo(1995, 1999, 2000), Francisco de Oliveira(1977,1987,1988), Inaiá Carvalho(1987) foram também autores que trouxeram ricas contribuições para o estudo do desenvolvimento industrial do Nordeste desde a criação da Sudene.

[...] o conflito de classes que aparece sob as roupagens de conflitos regionais ou dos “desequilíbrios regionais” chegará a uma exacerbação cujo resultado mais imediato é a intervenção “planejada” do Estado no Nordeste, ou a SUDENE. A burguesia industrial do Centro-Sul, caminhando rapidamente para hegemonia, não tem escolha: é preciso submeter as classes populares do Nordeste ao tacão, mas numa situação em que suas próprias bases, seu “ populismo”, começam a entrar em declínio, ela não atacará diretamente as classes populares do Nordeste, num movimento que visava evitar a confluência das forças populares em escala nacional: submeterá primeiramente sua irmã gêmea no Nordeste, a própria burguesia

industrial regional. A SUDENE é esse ataque pelos flancos... (OLIVEIRA, 1977: 113).

No Governo de JK se consolidou a presença do Estado indutor da integração econômica por via de órgãos que se transformariam em ícones do Nordeste, como a Chesf(1948), a SUDENE(1959) e, principalmente, para a Capital cearense, o BNB(1952).

Apenas com a criação da SUDENE é que o BNB passa a fazer parte da intervenção “planejada”...É relevante notar-se que será quase uma década após sua criação de longo prazo, tendo antes disso se limitado a financiar apenas capital de giro para indústrias dentro do Polígono das Secas. (IBID., 95).

Segundo o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento do Nordeste 1961/63, as principais dificuldades encontradas pela indústria têxtil nordestina eram: problema de mercado, problema de custos elevados e precariedade de crédito. A proposta da SUDENE para o desenvolvimento da indústria têxtil da região Nordeste centrava-se em dois pontos principais: assistência técnica para melhorar a administração e qualificar a mão de obra e assistência financeira para fornecer recursos às empresas têxteis na modernização de suas fábricas.

De 1960 a 1980, ocorreu o terceiro estágio de desenvolvimento da indústria têxtil no Estado do Ceará, sendo esta fase também chamada de “os modernos”, dado o intuito de modernizar as indústrias têxteis por meio da substituição das máquinas de mais de 30 anos e reequipando-as por meio do Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil contido no I Plano Diretor da SUDENE.

A Sudene priorizou, ao selecionar as indústrias para este programa, alguns quesitos, quais sejam: "1) Fábricas em Estados com menor renda per capita (...); 2) Maior número de trabalhadores ocupados; 3) Menores exigências relativas de financiamento; 4) Maior parcela de componentes nacionais". (SUDENE, 1971: 29).

Das 61 indústrias têxteis no Nordeste incluídas no programa , oito eram do Ceará, quais sejam: Progresso, Santa Elisa, Santa Teresa, Cia. Gasparian do Norte, Santa Cecília, Baturité, Santa Maria, Sobral (ARAGÃO, 1989).

Oliveira (1977) ressalta o papel da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) na implantação do sistema de incentivos fiscais como forma de captação de recursos para viabilização do processo de industrialização na região.

Desta forma, o desenvolvimento do Nordeste teve como base os programas de transferência de recursos inter-regionais, apoiados em incentivos fiscais como o sistema

34/18, FINOR(Fundo de Investimentos para o Nordeste) e, mais recentemente, FNE(Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste).

A experiência do sistema de incentivos implementado pela SUDENE pode ser dividida em três grandes fases, com algumas particularidades. A primeira vai de 1961 a 1974 e corresponde ao Sistema 34/18.

O Sistema 34/18 reduzia impostos de até 50% para empresas que quisessem se instalar no espaço nordestino. “O mecanismo do 34/18, por definição conforme já se ressaltou, beneficia as pessoas jurídicas na razão direta do seu tamanho, incluindo-se aqui volume de vendas, capital, lucro”. (OLIVEIRA, 1977: 130).

Tais “incentivos são direcionados principalmente para a Bahia, Pernambuco e Ceará. No Ceará, as indústrias se concentram inicialmente em Fortaleza e mais tarde em municípios de sua região metropolitana...” (AMORA, 2005:374).

Para Elizabeth Aragão(2002), "Os impactos dessa primeira fase de incentivos da SUDENE no Ceará foram significativos, principalmente para o setor têxtil. Esta intervenção estatal impediu, em primeiro lugar, que todo o setor fosse destruído ao longo da década de 1960." (ARAGÃO, 2002 :91).

A segunda fase do sistema de incentivos implementado pela SUDENE funcionou de 1974 a 1990 e abrange o período em que esteve em funcionamento o Sistema FINOR-Ações; e a terceira corresponde ao período em que foi implementado o Sistema FINOR-Debêntures (1991-2001), quando o Fundo passou a trabalhar não apenas com ações, mas também com debêntures.

"O Ceará foi o Estado mais privilegiado pelos incentivos do FINOR em 1970 com 15% voltado ao setor têxtil, proporção esta que foi aumentando chegando em 1988 com 47,96% do FINOR destinado ao setor têxtil na região". (IBID., 96).

Ante o exposto, podemos acentuar que a SUDENE foi apontada como o grande marco de mudança na estrutura produtiva nordestina, uma vez que, desde então, a conhecida região do gado-algodão passava a experimentar significativas transformações na sua base produtiva.

Em razão das oportunidades dos incentivos e financiamentos de órgãos estatais que se iniciaram no Nordeste após 1960, no Ceará, como exprimimos, há o desenvolvimento da indústria têxtil pela “terceira geração, por se situarem em uma fase de transição, não deixam de ser empreendedores, contudo, apresentam novas características, como a

preocupação com a modernização do equipamento e com a circulação dos produtos no mercado nacional...”. (ARAGÃO, 2002 :65).

Dentre as indústrias ativas na terceira fase de desenvolvimento da indústria têxtil no Ceará, podemos citar, o que se encontra no Quadro 3.

Quadro 3: Indústrias Têxteis ativas nas décadas de 1960 e 1970

Indústrias	Proprietários	Fundação	Local
Progresso (Faliu em 1987)	Grupo Thomaz Pompeu	1882	Fortaleza
Santa Tereza (Faliu em 1987)	Cotonifício Leite Barbosa	1893	Aracati
Sobral	Grupo Ernesto Deocleciano	1895	Sobral
Maranguape (Faliu em 1982)	Grupo J. Macedo	1924	Fortaleza
São José (Faliu em 1983)	Grupo Philomeno Gomes	1926	Fortaleza
Santa Cecília(fundiu para Unitêxtil em 1973)	Cotonifício Leite Barbosa	1945	Fortaleza
Gasparian com o projeto da Cia. Ceará Têxtil	Grupo Gasparian	1961/1966	Fortaleza
Algodões Finos de Quixadá, que se tornou a Fiação Jangadeiro S/A	Alberto Baquit	1964/1969	Fortaleza
Induchenil	Perboyre Quinderé	1966	Maranguape
Chenille do Nordeste S/A (Chenosa)	Grupo Collares	1967	Maranguape
Indústrias de Meias Finas S/A	Rubens Ribeiro do Amaral e Assoc.	1967	Fortaleza
Linhas Seridó S/A	Pedro Nolasco Teixeira e Assoc.	1967	Fortaleza
Santa Inês(Indústria Politêxtil S/A): fundiu para Unitêxtil em 1973	Cotonifício Leite Barbosa	1967	Fortaleza
Passamanaria do Nordeste	Ubiratan e Ubirajara Fontenele	1968	Fortaleza
Santa Lucia(fundiu para Unitêxtil em 1973)	Cotonifício Leite Barbosa	1969	Fortaleza

Indústrias	Proprietários	Fundação	Local
Indústria Têxtil Armando Pinto S/A	Armando Camelo de Pinho e Assoc.	1970	Fortaleza
Master (Fechou em 2000)	Grupo Master	1971	Fortaleza
Finobrasa, da associação Otoch e Baquit e posteriormente Grupo Vicunha Unidade IV	Grupo Vicunha	1973	Fortaleza
Unitêxtil	Grupo Unitêxtil(Santa Tereza, Santa Cecília, Santa Lúcia e Santa Inês)	1973	Fortaleza
Pemalex	Alexandre Chan Schup Kang	1974	Fortaleza
Tapetelene	Grupo Collares	1975	Maranguape

Fonte: ARAGÃO, 2002, adaptado por Muniz(2014)

Percebemos pela análise deste quadro que, na década de 1960, haviam 15 indústrias têxteis no Ceará, dentre as quais, três já existiam desde o século XIX (Progresso, Santa Tereza e Sobral), além da permanência de mais três do início do século XX (São José, Santa Cecília e Maranguape), uma vez que faliram as de Antonio Diogo de Siqueira (Santo Antônio, São Luís, Santa Elisa e a parte têxtil da Ceará Industrial) do final dos anos 1950 e início de 1960, tendo sido o acervo do Grupo Diogo comprado pela Gasparian do Norte em 1961. Ademais, a Fábrica Baturité, de José Pinto do Carmo, pediu moratória em 1959, sendo judicialmente encerrada dez anos depois. Além do mais, a Usina Gurgel, de Teófilo Gurgel, e a Fiação Santa Maria presentes até então, já não existiam mais nos anos de 1960.

Por outro lado, percebemos o surgimento de mais nove indústrias, dentre as quais estavam as de grande porte, como a Algodões Finos de Quixadá Ltda, que se tornou a Fiação Jangadeiro S/A (do empresário Alberto Baquit), em 1964. A instalação de outras indústrias se deve à intervenção da SUDENE, principalmente a partir de 1965. Conforme Aragão(2002), a conjuntura interna do Ceará facilitou a consolidação dos incentivos federais, uma vez que se buscou uma modernização do Estado no primeiro governo de Virgílio Távora, de 1962 a 1966, principalmente em termos infraestruturais,

[...] a criação de estradas (facilitando, assim, o escoamento da produção do Estado), foi em seu governo que a energia elétrica da usina de Paulo Afonso chegou ao

Ceará, o que facilitou muito o quadro conjuntural da indústria cearense, que desde sempre sofria com os colapsos de energia e racionamentos, por conta de não ter uma geração suficiente de energia elétrica. (ARAGÃO, 2002:65).

Já, na década de 1970 foram seis as indústrias têxteis, dentre as quais a Unitêxtil (União Industrial Têxtil S/A), que é estudo de caso desta tese. A Unitêxtil corresponde à fusão, em 1973, das indústrias Santa Tereza, com matriz em Aracati, e as filiais desta em Fortaleza: Santa Cecília, Santa Inês/Indústria Politêxtil S/A (1967) e Cia. Têxtil Santa Lúcia(1969) - todas pertencentes ao Cotonifício Leite Barbosa.

"Mais de 50% das indústrias têxteis instaladas no Ceará eram de pequeno porte (empregando de 10 a 99 pessoas), em 1970, enquanto que as de grande porte (mais de 250 empregados) correspondiam apenas a 3,1%". (IBID.,97). Dentre as de grande porte estava a Fiação Nordeste do Brasil S/A – Finobrasa (da associação Otoch e Baquit) que, diferentemente das indústrias que até então tinham a característica de serem administradas por membros da família, esta já apontava nova tendência, uma vez que era administrada com a contratação de técnicos especializados ou com formação científica.

Conforme Aragão(2002), o financiamento do FINOR permitiu um pequeno aumento no número de indústrias grandes, em 1975(...). Dentre as indústrias de fiação e tecelagem de grande porte estava a Master Tecidos Plásticos, a Finobrasa e a Tapetelene, enquanto que as pequenas se caracterizavam por serem malharias e confecções. Várias indústrias que haviam surgido na década de 1960 como Induchenil, Linhas Seridó, Armando Pinto e Meias Finas já não existiam mais na década de 1970. A Cia. Ceará Têxtil, do Grupo Gasparian, entrou em falência em 1971, sendo assumida, pelo Grupo Machado.

A análise dos proprietários das indústrias ativas nos 1960 e 1970 permitiu caracterizar os empresários da Terceira Geração, como bem relata Aragão(2002:100):

Primeiramente, é um grupo muito diversificado, compreendendo quatro tipos específicos: 1) Empreendedores com envolvimento histórico familiar com o algodão, como os Grupos Machado, Baquit e Otoch. 2) O grupo dos iniciantes a empresários têxteis a partir das oportunidades oferecidas pela política de incentivos fiscais. Tais empresas, desprovidas de experiência gerencial- administrativa, têm vida curta, como as Linhas Seridó e a Indústria de Meias Finas. 3) Há o grupo formado exclusivamente pela tradição de bordado em Maranguape, como a Chenosa e a Tapetelene. 4) Por último, a Master Tecidos Plásticos, que surge como sucedâneo natural de empreendimentos do Grupo Master, já detentor de fábrica de copos de plástico.

O fato de os proprietários industriais serem, notadamente cearenses, mesmo com associação a empresários do Centro-Sul, "possibilitou que no Ceará fosse a própria burguesia

local quem assumisse o comando da industrialização da era da SUDENE...", permitindo que "a indústria cearense continuasse atuando nos setores tradicionais"(ARAGÃO, 2002:101).

Como exemplo temos, em 1973, a fundação da Finobrasa, com a instalação, no Ceará, do grupo Vicunha, dos empresários Jacks Rabinovich e Mendel Steinbruch, capitalistas do Centro-Sul que se associaram a empresários locais, no caso, o grupo dos Otoch e Baquit. A Finobrasa foi a única participação da indústria sulista no setor têxtil do Ceará no quadro de indústrias instaladas pela SUDENE.

Diante do estado de letargia da SUDENE em meio a um longo período de seca que assolou a região Nordeste no início da década de setenta criam-se as condições para a retomada da centralização das decisões da política de desenvolvimento regional ao nível do poder central, quando ocorreu também a desconcentração na execução das ações, anteriormente concentradas na SUDENE, passando o poder central a intervir diretamente por via de organismos federais. "A partir desse momento, a SUDENE se caracteriza cada vez mais como uma agência executora, perdendo progressivamente seu papel de formuladora das estratégias de desenvolvimento regional". (BURSZTYN, 1984:21; 34).

Destarte, as inúmeras transformações não seriam possíveis sem a intervenção do Estado, uma vez que o modelo que predominava até a década de 1970(keynesianismo), tinha o Estado como seu alicerce, um dos principais agentes, investindo de forma direta na produção.

Dessa forma, as condições sociais e técnicas se efetivaram com base em um papel ativo do Estado, na medida em que este impulsionou a industrialização, mediante a criação de inúmeras políticas públicas.

O setor têxtil também passou por transformações por influência do desenvolvimento industrial nesta fase.

Foi assim que incentivos fiscais e financeiros administrados pelo CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial, órgão do Ministério da Indústria e Comércio, possibilitou um movimento de intensos investimentos em modernização e ampliação da indústria têxtil, visando, principalmente, ao crescimento das exportações brasileiras de produtos têxteis.

Seguindo a política governamental explicitada no Plano de Ação Estratégica de Governo (PAEG), que abrangia o período de 1964-66, o complexo têxtil só passou a ser alvo

de investimento do BNDES após 1965, quando este setor foi incluído pelo CDI nos “grupos preferenciais de indústrias”, conforme Correa, Abidack e Filha, Monteiro(2002)¹¹.

Segundo Rego e Marques (2006:115):

O PAEG mantinha os objetivos básicos dos discursos desenvolvimentistas: retomada do desenvolvimento, via aumentos dos investimentos; estabilidade de preços, atenuação dos desequilíbrios regionais, e correção dos déficits do balanço de pagamentos, que periodicamente ameaçavam a continuidade de todo o processo. As prioridades imediatas era, internamente, o controle da inflação e, externamente, a normalização das relações com os organismos financeiros internacionais.

Em 1966, foi criado o Grupo Executivo das Indústrias Têxteis (GEITEX) no Ministério de Indústria e Comércio/Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), que concedia 100% de isenção de impostos para importação de máquinas têxteis.

Os investimentos no setor têxtil, entretanto, foram pouco representativos até 1970, em decorrência de elevada ociosidade e do alto índice de obsolescência no parque fabril, notadamente na fiação e tecelagem de algodão.

A produção de fibras sintéticas ainda era incipiente. Naquela época, existiam basicamente a Rhodia, que exercia o virtual monopólio nesse segmento (fibras de poliéster; filamentos de náilon 6.6 e poliéster; e fibras acrílicas); e outros concorrentes com plantas menores: a Sudamtex, empresa de capital estadunidense, que produzia desde meados da década de 1960 fibras e filamentos de poliéster no Rio de Janeiro; a Celanese do Brasil, filial de empresa dos EUA que fabricava filamento de náilon 6.6 em São Bernardo do Campo (SP); e a Matarazzo (filamentos de náilon 6) em São José dos Campos (SP). Afora isso, o GEITEX, em conjunto com a SUDENE, incentivou em 1968 a implantação da Safron-Teijin (Aratu, BA), *joint venture* do grupo Safra com a Teijin (Japão), que era considerada a primeira concorrente de peso da Rhodia.

Conforme Correa, Abidack e Filha, Monteiro(2002), pela Resolução 1/70 do GEITEX/CDI, os projetos de fiação e tecelagem poderiam recorrer a 100% de isenção de impostos na importação de equipamentos (que eram totalmente estrangeiros na época), desde que objetivassem:

- substituir equipamentos obsoletos, que eram sucateados na presença de funcionário do CDI (modernizar sem aumentar a capacidade de produção); e
- exportar 70% do aumento da produção durante cinco anos.

¹¹ Vale ressaltar que grande parte do resgate dos impactos da indústria têxtil nesta fase teve como base esta produção do BNDES, em: O Complexo Têxtil de 2002.

Esse instrumento propiciou a entrada, com incentivos fiscais, de novos concorrentes na produção de fibras químicas: a Cia. Brasileira de Sintéticos (CBS), associação da Klabin com a Hoechst, para produzir filamentos de poliéster em Suzano (SP); a Polyenka (Akzo), para produzir filamentos de poliéster em São Paulo; a De Millus, para produzir filamento de náilon 6 no Rio de Janeiro; e a Fiação Brasileira de Rayon (Fibra), da Snia Viscosa (Itália), para produzir filamento de náilon 6 em Americana (SP).(CORREA e FILHA, 2002).

Os incentivos fiscais foram mantidos pelo Decreto-Lei 1.137, de dezembro de 1970, que extinguiu os grupos executivos, inclusive o GEITEX, criando em seu lugar os grupos setoriais (o GS-VIII ficou responsável pelo setor de bens de consumo, que abrangia o setor têxtil e o de couro/calçados).

A Rhodiaco (associação da Rhodia com a Amoco) foi criada nos anos de 1970 para produzir ácido tereftálico, uma das matérias-primas necessárias à fabricação de poliéster da Rhodia.

Em 1972, iniciou-se um novo ciclo de investimentos no setor, mediante a Resolução 23/72 do GS-VIII/CDI, que passou a permitir a aprovação de projetos de fiação e tecelagem que:

- previssem a substituição de equipamentos obsoletos, modernizando, sem aumentar a capacidade de produção; e
- visassem a exportar 50% do aumento da produção durante dois anos; e – comprovassem ter operado a 100% da capacidade durante um ano (7.200 horas/ano).

Pela Portaria 119, de 12 de junho de 1972, surgiram também os planos de nacionalização de máquinas e equipamentos têxteis, administrados pelo CDI, tendo sido aprovados 40 projetos de implantação, ampliação e modernização da indústria de máquinas têxteis, principalmente de filatórios de anéis e teares sem lançadeiras. Tais planos conferiram aos fabricantes de máquinas têxteis tanto incentivos para investimentos quanto isenções fiscais para a importação complementar de componentes necessários à produção interna de equipamentos. Como a produção de máquinas no Brasil foi incentivada no auge do ciclo, na etapa de expansão do setor têxtil, boa parte do efeito acelerador dos investimentos não se realizou internamente, extrapolando para o Exterior, na forma de importações de máquinas e equipamentos.

No período de 1972 a 74, ocorreu um dos maiores ciclos de investimentos do setor nas últimas décadas, representando expressiva modernização e o aumento de sua capacidade produtiva foi de cerca de 40%.

Nessa época, destacaram-se os seguintes investimentos:

- em malharia, com a importação exagerada de teares circulares por pequenas e médias empresas de São Paulo. Permitiu-se que essas empresas comprassem teares obsoletos para tecidos planos a serem sucateados em troca de novos teares, a fim de cumprir a diretriz da Resolução 23/72;

- a implantação de grandes fiações de algodão de indústrias japonesas (Toyobo, Nishinbo e Daiwa), em que 90% dos recursos eram financiados por bancos nipônicos, e os 10% restantes com recursos próprios das empresas. Todas se comprometeram a exportar 50% da produção por dois anos;

- as implantações de várias fiações de seda de capital japonês, destinando-se 100% à exportação, devido à alta produtividade do bicho-da-seda em São Paulo e no Paraná (praticamente não se consumia fio de seda no Brasil);

- a implantação da Cobafi (fios de náilon 6 para pneus – Akzo/Rocha Miranda), da Banylsa (filamentos de náilon 6) e da Polynor (fios e fibras de poliéster – Matarazzo) em João Pessoa (PB) e da Fisiba (fibras acrílicas) em Aratu (BA); expansão maciça de toda a linha de fibras da Rhodia em São José dos Campos e Santo André (SP); e

- a transferência, do Japão para Jundiaí (SP), de uma fiação de 150 mil fusos e de uma tecelagem obsoleta da Kanebo, graças a incentivos do Befiex, criado em 1973 no Ministério da Fazenda. Isso contrariava totalmente a política industrial da época.

O setor têxtil atravessou forte crise nos anos seguintes em razão do choque do petróleo, em 1973, e da consequente recessão, em 1974.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico, em reunião de 6 de novembro de 1974, adotou o Programa de Industrialização do Nordeste, que previa a instalação de mais dois milhões de fusos no Nordeste. Em 1975, cerca de 600 mil fusos já operavam ali.

Em virtude dos problemas no balanço de pagamentos, foi promulgado em 1975 o Decreto-Lei 1.428, que eliminava a isenção total nos impostos de importação de equipamentos (exceto para as empresas jornalísticas, que continuaram com isenção total). Para os setores prioritários, a redução era de 80%; mas, para as indústrias de bens de consumo, esta redução passou a ser de apenas 50%.

Pela Resolução 41/75, as empresas teriam direito a beneficiar-se dos incentivos fiscais do Decreto-Lei 1428/75 desde que: (I) exportassem a totalidade de sua produção durante no mínimo cinco anos; (II) produzissem fibras artificiais e sintéticas com base em matérias-primas produzidas no país; (III) substituíssem equipamentos obsoletos, sucateando máquinas; e (IV) melhorassem a qualidade e o acabamento do produto. Essa Resolução também procurava incentivar a transferência de indústrias têxteis do Sudeste para o Nordeste. Elaboraram-se, então, o Programa Têxtil Integrado do Ceará e o Programa do Parque Têxtil Integrado do Rio Grande do Norte.

Correa e Monteiro(2002), que nos permitiram o resgate do desenvolvimento industrial têxtil nesta fase, afirmam que essa política industrial possibilitou que, na segunda parte da década de 1970, grandes projetos de fiação e tecelagem se direcionassem para o Nordeste. Houve duas efetivas transferências de fábricas de fiação-tecelagem do Sul-Sudeste para o Nordeste: Artex e Vicunha. Cabe salientar também que, nessa época, iniciou-se um grande processo de substituição de equipamentos têxteis importados por nacionais. Ademais, para abrigar as novas indústrias entra em funcionamento em 1978 o DI de Maracanaú, que passou também a atrair muitas indústrias do antigo pólo que ficava na zona oeste de Fortaleza, nas avenidas Francisco Sá e Dr. Theberge.

Diferente do período conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1968 a 1973), que tinha como fonte de crescimento o setor de bens de consumo durável, durante 1974 a 1979, desenvolveu-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que era baseado no setor de bens de capital e insumos básicos. O II PND investiu em energia, produção de máquinas, equipamentos e infraestrutura.

Segundo Rego e Marques (2006:129;130) “com a implantação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em que seria retomada a tentativa varguista de desenvolvimento (...)A prioridade foram as indústrias produtoras de bens de capital e de bens intermediários...”

Enquanto o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), elaborado esteve mais voltado para grandes projetos de integração nacional (transportes, inclusive corredores de exportação, telecomunicações), o segundo foi dedicado ao investimento em indústrias de base (em especial siderúrgica e petroquímica). Ele buscava alcançar a autonomia em insumos básicos, mas já num contexto de crise energética.

O II PND, caracterizado por uma alteração nos rumos da industrialização brasileira, até então centrada na indústria de bens de consumo duráveis, contemplava pesados investimentos nas seguintes áreas: (a) insumos básicos (b) infraestrutura e energia (c) bens de capital.

O II PND que propiciou a implantação do Polo de Camaçari (BA) teve impacto relevante no setor têxtil. A implantação de uma central petroquímica no Nordeste permitiu aumentar o abastecimento de matérias-primas (caprolactama, DMT etc.) dentro do País, propiciando a expansão do segmento de fibras sintéticas. Ao mesmo tempo (1974), em Paulínia, a Du Pont inaugurava, sem nenhum incentivo governamental, um dos principais centros produtores de fio elastano (*Lycra*), embora com todos os seus insumos importados.

Após o segundo choque do petróleo de 1979, e com o desequilíbrio externo ocasionado pela elevação da taxa de juros internacional, o Brasil iniciou a década de 1980 com uma grave crise associada com o endividamento externo crescente.

Desde aqui, temos o terceiro período de industrialização no Ceará, segundo Amora(2005), e a quarta geração com os Novos Empresários e o Fortalecimento do Parque Industrial Têxtil do Final do Século XX (1980 a 2002), consoante Aragão(2002).

2.3 A Indústria Têxtil Adaptada a um Novo Contexto

A estagnação da economia na década de 1980, chamada pelos economistas de “Década Perdida”, caracterizada pela recessão, inflação e desemprego, insere o País em um novo contexto, reflexo da crise do modelo Keynesiano – fordista, que teve impactos diretos na economia brasileira, uma vez que entraram em crise, não somente, as economias centrais, mas também as periféricas, como o Brasil, que, a partir de 1976 começou a amargar o fim do “Milagre econômico”, com a redução do ritmo de desenvolvimento industrial e uma forte onda de endividamento (iniciada no período anterior), seguida de um processo inflacionário.

Falharam todas as tentativas de controlar o processo inflacionário e, conseqüentemente, a reconstrução dos mecanismos de financiamento da economia e a viabilização da retomada do crescimento. A primeira, ainda em dezembro de 1979, com um "pacote" de medidas implementadas pelo então ministro Delfim Neto, a segunda, em 1986, com o plano Cruzado, seguido dos planos Bresser, em 1987, e Verão, em 1989.

Diante desta conjuntura somos conduzidos a questionar: quais os impactos na indústria têxtil no espaço cearense, como passa a se dar a forma de atuação do Estado?

Na perspectiva de Aragão(1989; 2002) o período de 1980 a 2002 constitui a quarta fase de desenvolvimento da indústria têxtil no Estado do Ceará, sendo esta fase chamada de “geração empresarial”.

Dentre os diversos problemas enfrentados pela indústria têxtil nos anos 1980 podemos citar a escassez no fornecimento da matéria-prima(algodão), o fato de as indústrias mais antigas resistirem à reestruturação, permanecendo com a maquinaria defasada, o que levou à extinção de muitas indústrias têxteis, pois não tinham capacidade de competir. Vejamos, no quadro abaixo, as indústrias ativas na década de 1980.

Quadro 4 - Fundação de Indústrias Têxteis no Ceará na década de 1980

Indústrias	Proprietários	Fundação	Local
Santana Têxtil	Raimundo Delfino	1980	Fortaleza
TBM	Grupo TBM	1982	Fortaleza
Têxtil Baquit	Grupo Baquit	1982	Fortaleza
Têxtil União	Grupo Machado	1982	Maracanaú
Vicunha Nordeste(Unidade I)	Grupo Vicunha	1984	Maracanaú
Juozas(Cia. brasileira de Modas)	Carlos Pereira	1986	Maracanaú
TBM(Unidade II)	Grupo TBM	1986	Fortaleza
Cotece	Grupo Jaime Pinheiro	1989	Maracanaú
Filati Malhas (TBM Unidade V)	Grupo TBM	1989	Maracanaú

Fonte: ARAGÃO, 2002, adaptado por Muniz(2014).

Na década de 1980 fechou a indústria centenária Thomaz Pompeu, junto com a unidade Pompeu Têxtil e a indústria Santa Thereza. Em 1982, fechou a indústria Maranguape; e no ano seguinte, foi a vez da indústria São José. Permaneceu nesta década a indústria Sobral, ainda do século XIX, que depois de um incêndio em maio de 1980, que destruiu totalmente a seção de fiação da fábrica, continuou o grupo Ernesto Deocleciano apenas com o setor de tecelagem. Também resistiu a esta onda de fechamentos a indústria Santa Cecília da primeira metade do século XX, que era de propriedade do Cotonifício Leite Barbosa também dono da indústria que fechou em 1984(a Santa Tereza).

Outra fábrica centenária, a Santa Tereza, fechou as suas portas definitivamente. Havia sido fundada, em Aracati, em 1893 e depois passou ao controle do Cotonifício Leite Barbosa, estando abrigada na Unitêxtil desde 1973. Dentro do cenário das empresas têxteis nos anos 1980, a Unitêxtil era o maior empreendimento do Estado, com quatro unidades: Santa Tereza, Santa Cecília, Santa Lúcia e Santa Inês. Por conta de crises sucessivas, a unidade Santa Tereza encerrou as suas atividades em junho de 1987, com 94 anos de história, o que ensejou diversos protestos em Aracati, como registra o Anuário do Ceará – Anos 80.(ARAGÃO, 2002:108).

Permaneceram, ainda na década de 1980, três indústrias têxteis dos anos 1960(Passamanaria, Jangadeiro, Ceará Têxtil) e três indústrias têxteis da década de 1970 (Master, Unitêxtil e Pemalex).

Mesmo em meio às dificuldades enfrentadas surgiram nove indústrias têxteis modernas(Quadro 4). Isto decorre em grande parte dos incentivos durante o Governo de Virgílio Távora, em sua segunda gestão, já que ao longo dos anos 1980 foram reduzindo os financiamentos industriais por parte da SUDENE.

Desta forma, no Ceará, as indústrias têxteis conseguiram superar a crise por meio da participação mais ativa do Governo Estadual e da parceria com o Governo Federal que, na tentativa de manter o crescimento da década anterior reforçaram os incentivos industriais.

O Ceará era o terceiro polo industrial do Nordeste depois da Bahia e Pernambuco. Para concretizar esta posição, foi criado durante o governo de Virgílio Távora o programa III Polo de Desenvolvimento Industrial(1979), incorporado ao II Plano de Metas Governamentais((PLAMEG).

O III Pólo de Desenvolvimento Industrial buscava, dentre outras coisas, maior integração dos setores produtivos, ampliação do mercado e diversificação na atividade industrial, uma vez que predominavam os setores tradicionais. "[...] a Têxtil União, Juozas, Cotefor, Vicunha Nordeste foram fruto dos novos incentivos do III Pólo, que veio a consolidar o Município de Maracanaú como abrigo do Parque Industrial cearense..."(IBID.,109).

O Programa de Desenvolvimento da Indústria Têxtil e de Vestuário estava inserido no plano geral do III Polo. Mesmo em meio a crise na conjuntura do País,

No setor têxtil, especificamente, a atuação do III Pólo Industrial foi de certo modo significativa, permitindo o alcance de 62,6% da meta estabelecida para a instalação de fusos, que era a de 450 mil. Com isso, o Ceará, que até 1978 respondia por 13% dos fusos instalados no Nordeste, passou a contar com 22,3% no início de 1982. Quanto ao número de teares, entre 1978 e 1982, houve 152% de aumento no Ceará, resultado da fundação de algumas fábricas, de médio e grande porte. (IBID.,105).

Além das alterações nos padrões tecnológicos houve também na década de 1980 a ênfase das políticas da gestão da força de trabalho com a distribuição de benefícios.

O aspecto de universalidade dos benefícios sociais, não obstante, muitas vezes, estar atrelado a questões de pontualidade, assiduidade ou até mesmo de produtividade, permitia uma extensa gama de serviços. Entre os registrados por Aragão (1994), destacavam-se: cestas básicas, alimentação no trabalho, transporte, educação, convênios com farmácias, livrarias, supermercados, cooperativa de alimentos, programas de integração das famílias, consórcio de bicicletas e empréstimos. (ARAGÃO, 2002:119).

Ao longo da década de 1980, na indústria têxtil, houve períodos de crescimento intercalados a outros de estabilidade ou retração. A partir do segundo semestre de 1984, o setor têxtil apresentou sinais de recuperação.

Em 1986, contudo, visto que os bens de capital estavam defasados e que o setor estava interessado num apoio maior do governo, o Conselho Nacional da Indústria Têxtil (CNIT) publicou *Os estudos para automação, modernização, desenvolvimento tecnológico e ampliação da indústria têxtil brasileira até o ano 2000*. Dentre os principais itens do plano de ação, constavam: (I) apoio do governo para financiar novos investimentos; (II) facilidades (isenção de tributos) para importar máquinas; e (III) um plano de importação emergencial enquanto o programa de modernização ia sendo mais bem definido.

Chegando ao fim dos anos 1980, como se apresentava o contexto econômico, o papel do Estado na condução de políticas voltadas ao setor industrial e os impactos no setor têxtil em particular?

A liberalização comercial iniciada em 1988 foi intensificada em 1990, quando as ideias neoliberais já se manifestavam, sendo eleito o presidente Fernando Collor de Melo e implantado durante seu governo o Plano Collor. “O ajuste neoliberal tende a adotar políticas deflacionárias, cujos exemplos são o Plano Collor, que conduziu o país a uma de suas maiores recessões da história econômica (a de 1991/93)...” (ALVES, 1996).

Esta fase, centrada na política neoliberal, foi marcada pela adoção de uma série de políticas de ajustes macroeconômicos, tais como: austeridade nos gastos públicos, estabilização da moeda, impulso na privatização com a regulação mínima dos fluxos de capital privado, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, reestruturação da produção e das políticas sociais, abertura comercial etc.

As arenas decisórias passam a ser outras, muitas delas fora dos limites do país, resultando dentre outras coisas na reestruturação da máquina Estatal. Se, até então, o

planejamento estava sob o controle dos governos dos Estados-Nação, com a *transnacionalização do território*¹² passa a estar condicionado à adoção das estratégias formuladas pelas instituições financeiras supranacionais que encarnam o papel do Estado “patrocinador”, este, por sua vez, passa a ser o parceiro mais importante nos programas financiados, elaborados de acordo com as especificações destas instituições. Isto levou muitos a afirmar que a perda do poder de fazer políticas econômicas e sociais de forma autônoma e soberana, debilitando ou mesmo anulando as possibilidades de estratégias nacionais, representava a morte do Estado ou um enfraquecimento de seu papel. Daí a afirmação:

Os três pés do “tripé da soberania” foram quebrados sem esperança de consumo. A autossuficiência militar, econômica e cultural do Estado – de qualquer Estado –, sua própria autosustentação, deixou de ser uma perspectiva viável. Para preservar sua capacidade de policiar a lei e a ordem, os Estados tiveram que buscar alianças e entregar voluntariamente pedaços cada vez maiores de sua soberania. (BAUMAN, 1999:72).

Para Teixeira, cabe agora ao Estado o papel que lhe é imposto, a saber: colocar em prática as regras já estabelecidas e fazer vigorá-las. “Assim, cabe ao Estado proteger a liberdade dos indivíduos, preservar a lei e a ordem, reforçar os contratos privados e promover o mercado competitivo”. (TEIXEIRA, 1996:232).

Conforme Ianni, “o Estado-Nação está em declínio, sendo redefinido, obrigado a rearticular-se com as forças que predominam no capitalismo global e, evidentemente, forçado a reorganizar-se internamente, em conformidade com as injunções dessas forças” (IANNI, 1998).

Assumindo os ditames que lhe são impostos pelos órgãos de gestão econômica mundial, coube ao Estado o papel de criador das condições estruturais para a retomada do crescimento econômico.

Nesse contexto, a máquina Estatal passou também por verdadeira reestruturação, instituindo órgãos indutores das novas exigências do capital e elaborando várias políticas públicas, que, no caso das voltadas ao setor industrial em estudo, são uma continuidade da política iniciada no País, notadamente no Centro-Sul, estendendo-se com a intervenção Estatal no sertão nordestino, primeiramente pela ação emergencial e posteriormente mediante a promoção da modernização, passando pelo período de integração produtiva, marcado pela intervenção planejada do Estado no Nordeste liderado pelo programa de incentivos fiscais da

¹² “O território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, o moldava. Hoje, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território”. (SANTOS, 1998).

SUDENE, chegando aos anos 1980, sob um novo modelo de produção, quando ocorre maior liberalização da economia, cada vez mais marcada e dominada pela lógica do mercado em que predominam políticas do tipo federativas sujeitas às determinações globais, em virtude dos objetivos agora extrapolarem um no âmbito regional, tratando-se, de fato, de um novo momento, quando a ordem competitiva constitui o principal argumento.

[...] as desigualdades regionais tal como se concebiam nos anos 70, por exemplo, perdem seu significado a partir do momento em que a referência sócio-territorial superior, o Estado-nação, se funde num conjunto maior. As desigualdades entre regiões se medem não entre regiões vizinhas e integrantes do mesmo território nacional, mas numa trama espacial internacional. (NICOLAS, 1998).

Neste panorama, o Governo federal, objetivando dar continuidade às políticas de desenvolvimento, implementadas com a intervenção planejada do Estado, a partir dos anos 1960, ao mesmo tempo em que reduzia os gastos públicos, passou a maximizar a oferta de fatores locais, capazes de atrair os investimentos privados.

É, então, sob um novo modelo de produção, pautado pelas ideias neoliberais, que o Estado interventor¹³ passou a ser agente facilitador da reestruturação capitalista portadora de novas formas de produção e de trabalho.

Assim, entre as múltiplas expressões da atual reestruturação do capital, temos a readaptação do Estado às mudanças que a acomodação do sistema capitalista na escala planetária está exigindo, passando a ser um componente estratégico diante do avanço das ideias neoliberais, ao criar as condições para que as ações se concretizem, adequando a produção e o território sobre o qual exerce soberania, a propósito esta se encontra cada vez mais relativa diante da sujeição do Estado “a um processo de regulação que é comandado pelas forças de mercado hegemônicas” (SANTOS, 1994).

Uma ilustração cabal de que o exercício da soberania por parte dos Estados se torna cada vez mais relativo com o Estado “perdendo” território dentro de seu próprio

¹³ Segundo Teixeira (1996), é esta lógica que está na base do Estado interventor, não importa sua localização geográfica: “... a lógica da acumulação obriga que o Estado ponha o capital sob os grilhões da regulação estatal, como também exige do Estado que este, principalmente através da dívida pública, revalorize os capitais improdutivos, que não encontram canais de valorização produtiva. Assim, o Estado é obrigado a assumir funções permanentes de planejamento da economia, não só via produção de bens públicos (educação, saúde, transporte, saneamento, seguridade social etc.), como também sustentar o processo de acumulação por meio da intervenção direta nas políticas de inversões privadas”. (TEIXEIRA, 1996:221).

Acrescenta ainda que no Brasil ao contrário dos países do capitalismo maduro, “a intervenção estatal foi estruturalmente incapaz de propiciar um mínimo de bem-estar material para a grande maioria da população. Longe de minorar as desigualdades sociais, o Estado interventor, no Brasil, aprofundou-as cada vez mais. Isto porque ele nasce no Brasil sob uma base econômica herdada do período colonial e, por isso, com uma estrutura extremamente brutal de concentração de renda, o que não aconteceu com os seus congêneres do mundo industrializado” (IBID., 222).

território, quando este tende a ser menos nacional e, simultaneamente, mais mundial, é o cenário em que vivemos, onde nenhum Estado pode tomar decisões que afetam a outros Estados, uma vez que “toda e qualquer tentativa de autonomização, afirmação de soberania, realização de projeto nacional capitalista, socialista ou misto, está sujeita às determinações globais, que adquirem preeminência crescente sobre as nacionais”. (IANNI, 1998).

No bojo da reestruturação capitalista, impregnada pelo ideário neoliberal de que se torna necessário competir na economia mundial, a maioria dos países é impedida de desenvolver uma gestão independente de sua política ou mesmo de eleger, estrategicamente, setores que merecem ser privilegiados ou reestruturados.

Se é correto assegurar, todavia, que ocorre um enfraquecimento dos Estados-Nação como unidades econômicas, não podemos negar que eles se mantêm como unidades políticas na atual reestruturação capitalista, uma vez que “não teria sido possível a uniformização produtiva, a unificação dos mercados, a globalização de tudo, sem um discurso racional travestido de imaginário geográfico que empiricamente a sustentasse e fosse capaz de dar-lhe identidade”. (MOREIRA, 2000: 345).

No Ceará, a ruptura política experimentada pelo Estado na passagem de 1986 para 1987 foi sem dúvida o marco político-institucional que permitiu renovar o discurso e a abordagem nos efeitos da seca, bem como significou uma mudança de paradigma na condução das políticas públicas Estaduais. Durante o primeiro “Governo das Mudanças”, de 1987 a 1991, foram dados passos decisivos na direção da montagem do novo modelo da gestão.

O "Governo das Mudanças" teve à frente Tasso Jereissati, advindo do Centro Industrial do Ceará/CIC(dentre os empresários desse grupo, vários deles tinham ligação com a indústria têxtil, como Assis Machado Neto, Sérgio Machado e Byron Queiroz). Tasso foi eleito para o Governo do Estado do Ceará nas gestões de 1987-1990, 1995/1998 e 1999/2002 e, logo após sua primeira gestão, foi eleito seu sucessor Ciro Gomes(1991-1994). Ambos despontaram como importantes figuras no cenário político nacional com a projeção do modelo de gestão por eles adotada no Governo estadual.

No "Governo das mudanças" as ações foram direcionadas para o fortalecimento da industrialização, atração de investimentos externos, ampliação da infraestrutura estadual e reestruturação produtiva, com base numa política de privatizações.

Após o insucesso do desenvolvimento industrial sob os auspícios da SUDENE, inserido em uma Política Nacional de consolidação e integração do mercado nacional, o Ceará exhibe considerável dinamismo desde a década de 1990, vinculado à ascensão política de uma nova elite, a qual veio em pouco tempo adquirir expressão nacional (GONDIM, 1998).

O governo denominado de "Governo das Mudanças" trazia o discurso de pôr um fim ao domínio da política dos coronéis. Entretanto, como bem afirma Edilson Junior(2003), "mesmo se denominando responsáveis pela superação do anacronismo político dos 'coronéis' Aduino Bezerra, César Cals e Vírgilio Távora, os 'governos das mudanças' não foram muito além de uma revisão temática de seus métodos de industrialização".(PEREIRA JÚNIOR, 2003:73)

Dentre as "novidades" trazidas por esta nova elite que teve à frente inicialmente Tasso Jereissati, ganha destaque a política industrial, pautada, dentre outras estratégias, na guerra fiscal. Neste período, a SUDENE perde significado, sendo extinta durante o governo de Fernando Henrique Cardoso no ano de 2001 para só depois ser recriada em 2003, no governo Lula.

Dentre os principais instrumentos da atual política de industrialização, temos a concessão de incentivos fiscais/financeiros, de infraestrutura e o discurso da descentralização dos investimentos produtivos e a maior geração de empregos com o aproveitamento da mão de obra barata.

Dentre os autores que defendem o uso das políticas de atração de investimentos via incentivos fiscais, vem Amaral Filho (2003:2) que argumenta:

[...] o mundo vivido pelas economias estaduais brasileiras está longe da concorrência perfeita. Diante do quadro em que economias como a de São Paulo, que é historicamente concentradora dos investimentos nacionais e estrangeiros, faz-se necessário utilizar mecanismos destinados à correção de falhas de mercado. Os Estados podem e devem utilizar mecanismos voltados para atrair e reter investimentos privados para regiões pouco atrativas. Desta forma estar-se-ia tentando minimizar as disparidades regionais, oferecendo um "prêmio" às empresas que vierem a se localizar nessas regiões mais pobres, como forma de compensar os custos de transporte e maior distância do mercado consumidor e fornecedor.

Com o enfraquecimento das políticas federais destinadas a combater as desigualdades regionais após a Constituição de 1988, o que se observa é o surgimento de políticas estaduais que modificam a dinâmica da economia local.

Para Pereira Júnior(2003):

A industrialização do Ceará, um exemplo claro da deflagrada guerra fiscal assumida pelos Estados brasileiros na década de 1990, se evidencia materializando

investimentos que migram do sul do País em busca de novos lugares de reprodução e acumulação do capital. Esses investimentos[...] acabam encontrando uma super-oferta de mão-de-obra e baixos salários, além da maior possibilidade de implantar racionalidades flexíveis nas relações de trabalho.(PEREIRA JÚNIOR, 2003: 75).

Assim, dentre os atrativos para alocação de indústrias embasados na política industrial, temos: a oferta de mão de obra, como serviços de água, esgotamento sanitário, energia, gás, portos e aeroportos, construção de estradas, sistemas técnicos ligados às comunicações, a oferta de distritos industriais que acompanha a infra estrutura necessária ao funcionamento das indústrias, mais recentemente os esforços de desconcentração regional têm envolvido a concessão de incentivos fiscais, com a isenção ou alíquota diferenciada de impostos.

No Ceará, destacam-se as políticas de incentivos à industrialização via Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) mediante a isenção e prorrogação de incentivos fiscais, visando à implantação, realocação, ampliação, recuperação e modernização de indústrias.

A política de atração de indústrias no Ceará data do governo Virgílio Távora (1962 – 1966), culminando com a promulgação da Lei n. 10.367, de 01 de dezembro de 1979, que instituiu o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará(FDI), tendo sido este uma estratégia gerida com o objetivo de dotar o Ceará do aporte legal para viabilizar o incentivo à industrialização.

Com a institucionalização do FDI, o Ceará tornou-se pioneiro na adoção de incentivos fiscais e financeiros voltados para atração de novas empresas industriais no Estado, notadamente percebida pela isenção e prorrogação de impostos (incentivos fiscais), no intuito de dar apoio à implantação, modernização, realocação e ampliação destas. Conforme vimos, além do FDI, outro instrumento destacado para promover a industrialização cearense, oferecido pelo Governo Federal, foi por meio dos artigos 34/18, em que pessoas jurídicas poderiam reinvestir parte de seus impostos de renda em projetos industriais aprovados pela SUDENE.

Os recursos disponibilizados pelo FDI possibilitaram, desde a década de 1980, a criação do PROVIN (Programa de Atração de Investimentos Industriais), do PROAPI(Programa de Incentivos às Atividades Portuárias e Industriais) e do PDCI(Programa de Desenvolvimento do Comércio Internacional e das Atividades Portuárias do Ceará).

O PROVIN, que data do início da década de 1980, em 1989, foi reformulado, passando a conceder empréstimo sobre o ICMS arrecadado pelas empresas incentivadas. Este

empréstimo deverá ser reembolsado parcialmente, em virtude da renúncia financeira oferecida pelo Governo do Ceará, após um período de carência.

O PROAPI, criado em julho de 1997, pelo Decreto n.24.249, tinha como características principais o financiamento do capital de giro das empresas industriais exportadoras de partes ou componentes de calçados ou do produto como um todo e de artefatos em couro. Em 2003, esse programa foi extinto para novos contratos.

O PDCI, criado em outubro de 1996, por meio do Decreto n., 24.249, foi direcionado às empresas importadoras de matérias-primas para produção do bem final e de seus componentes.

Especificamente voltado para indústria têxtil, temos o PROCAP – Programa de Desenvolvimento das Cadeias Têxteis – que destina recursos financeiros às empresas beneficiadoras industriais do setor têxtil, importadoras de insumos e matéria-prima do Exterior, desde que tenham como destinatário estabelecimento no Estado, na forma de empréstimo de execução periódica e subsídios relativos ao valor do principal e encargos financeiros.

Ocorreram modificações nos incentivos operados pelo FDI desde sua criação no que se refere à localização de indústrias nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e nos municípios localizados fora da RMF, com o intuito de descentralizar os empreendimentos industriais incentivados.

Conforme Meneleu Neto (2000), o incentivo se dava a partir do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Bens de Serviço). O Governo repassa à empresa 75% do ICMS que a própria empresa arrecada, com uma carência de 36 meses. Quando a empresa devolve cada parcela, novamente o Estado abate 75% do valor. O tempo em que se oferece o benefício se dá de acordo com a distância em que a empresa se instala da Região Metropolitana de Fortaleza, de modo a incentivar a abertura de empresas no interior e no litoral do Estado.

Conforme LIMA (1997), foram definidos os limites territoriais para as renúncias fiscais, tendo o Estado do Ceará adotado os parâmetros explicitados pelo autor, a seguir.

Quadro 5 - Renúncias Fiscais no Estado do Ceará

RENÚNCIAS FISCAIS DO ICMS, SEGUNDO AS REGIÕES DO ESTADO

<i>Localização do investimento</i>	<i>Abatimento</i>	<i>Carência</i>
Fortaleza	45%	6 anos
Região Metropolitana de Fortaleza	75%	10 anos
Mun. a mais de 300 km da RMF	75%	13 anos
Cariri (extremo sul do Estado)	75%	15 anos

Obs.: 1º) a carência pode ser renovada; 2º) o abatimento deve se destinar à reinvestimento no Estado do Ceará.

Fonte: LIMA, Luiz Cruz. **A industrialização recente do Ceará:** uma introdução. São Paulo, 1997, ano II, n.3.

Como podemos perceber, o abatimento é maior quanto mais distante de Fortaleza for o estabelecimento. Para uma indústria que se instale em uma cidade da RMF, o incentivo se dá por dez anos. Se for de 300 a 500 km, o incentivo se eleva para 13 anos e, por fim, se for além de 500 km de distância da RMF, se dá até 15 anos. O desconto do ICMS é menor para indústrias que se instalam na própria Capital, sendo de 45% .

Além de todos esses incentivos, o Governo do Estado forneceu, ainda, uma ajuda de infra-estrutura, cedendo os terrenos onde se instalaram as fábricas e ainda pagando as contas de água e luz e por vezes até de telefone. As empresas instaladas fora da RMF também ficam isentas do pagamento do IPTU. A diminuição dos impostos incentiva a importação de novos equipamentos e matéria-prima. (ARAGÃO, 2002:113).

Essa política enseja diversos questionamentos como a possibilidade de gerar concorrência desigual com as indústrias existentes e a possibilidade indireta de reduzir a capacidade de poupança do governo.

Quanto à receita advinda de impostos sobre produtos industrializados(IPI) o que constatamos é que em municípios como Maracanaú e São Gonçalo do Amarante aonde vem tendo uma crescente política de atração industrial, vem decrescendo o IPI(ver Tabela 3, em anexo).

É preciso enfatizar que os investimentos ainda usufruem dos incentivos oferecido pelos órgãos nacionais e regionais como o FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste), o FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e o BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), todos consumidos de maneira cumulativa aos já concedidos pelo FDI/PROVIN. Podemos constatar, nesse sentido, que os novos caminhos tomados pela organização política no Ceará desde 1986 tiveram papel fundamental na promoção/intensificação do processo de industrialização do Estado.(PEREIRA JÚNIOR, 2003: 74).

Apesar das deficiências, o FDI e o FINOR foram instrumentos que auxiliaram no desenvolvimento das indústrias têxteis, de confecções, calçados e metal-mecânica do Estado. É importante ressaltar que esses instrumentos foram utilizados basicamente para atração de grandes empreendimentos industriais, ficando o apoio à pequena e média empresa fora desse foco.

Diante do exposto, percebemos o Estado assumindo o papel de locomotiva das transformações mediante seu aparato institucional, incorporando diversos setores na economia de mercado, adaptando a organização social, espacial e econômica às novas necessidades do capital e assim organizando um espaço apto ao desenvolvimento da atividade capitalista.

Embora o antikeynesianismo seja a palavra de ordem, o Estado se mantém na dianteira da criação das condições necessárias à reprodução ampliada do capital.

Então, podemos perceber que o Estado está cada vez mais intervindo na estrutura produtiva, ditando as regras do jogo e arcando com parte dos custos de produção, legitimando seu controle autoritário e paternalista.

Como o motor do crescimento passa a ser a integração com a economia internacional, “o Estado-nação transforma-se em província da sociedade global” (IANNI, 1998), estando os centros decisórios cada vez mais longínquos e estranhos ao lugar, alcançando uma dimensão extra e supranacional, o que debilita o poder central ao se criar “obstáculos à atuação do poder público, no esforço de planejar e executar estratégias alternativas de desenvolvimento, em escala nacional ou regional”. (RATTNER, 1998).

Destarte, se por um lado a mundialização da economia faz esmaecer a importância das fronteiras políticas e diminuir a importância da soberania dos Estados que perde sua autonomia ao seguir a cartilha imposta pelos agentes hegemônicos, de outra parte, o Estado ressurge fortalecido, ao destruir os obstáculos à consecução das estratégias de desenvolvimento do capital em escala planetária, passando a ser peça-chave no momento atual, sendo visto como um parceiro que segue os ditames impostos.

Digamos que, ante a transferência do nível supranacional, para o nacional, regional ou local do exercício de regulação, o Estado representado por diversas instituições exerce o papel de locomotiva na adequação da produção e do espaço às exigências dos agentes financeiros internacionais, construindo o espaço do capital e aproveitando as brechas competitivas da concorrência para ampliar a produtividade nacional por via de mecanismos de

incentivos aos investimentos estrangeiros, isenção de impostos e desenvolvimento de modernas tecnologias que trazem consigo novas dinâmicas produtivas.

Embora o Estado não esteja mais à frente das ações, permanece sendo o protagonista das transformações ocorrentes no espaço cearense, legitimando sua "onipresença" e seu papel crucial na criação das condições necessárias à reestruturação, ao adaptar a organização econômica e socioespacial às atuais necessidades do capital.

No Ceará, o Estado atua por meio da infraestrutura física, da integração do sistema de transporte, do aparato científico-tecnológico e das secretarias do Estado, dos cursos de capacitação, dos CVTs, Centecs, dos IFCEs, das universidades públicas e privadas, das escolas profissionalizantes, dos financiamentos, das políticas de incentivo à industrialização, da redução de impostos para indústrias que venham a se instalar na Capital, Região Metropolitana ou restante do Estado etc.

Com a tomada de decisões cada vez mais longínquas, poderíamos crer na superação das limitações representadas pelo jogo de alianças políticas ao nível nacional, mas, mesmo inserida em processos universais mais amplos, esta prática permanece viva, pois o que temos é a persistência do caráter autoritário-paternalista que encontra formas de se legitimar, suprimindo os focos de contestação. Isto ocorre em virtude dos benefícios ao nível local chegarem personificados no agente responsável pela implantação de programas de crescimento econômico.

Conforme Bursztyn (1984:27), “o paternalismo oficial continua, mas o Estado desempenha cada vez mais o papel de ‘maestro’ das transformações...”.

Em face do exposto, percebemos a presença ativa do Estado, que continua intervindo, seja para mudar a estrutura até então existente de forma a promover as ações que possam adaptar os espaços aos novos imperativos da produção moderna (infraestrutura física, aparato científico-tecnológico, recursos para a educação profissional, financiamentos, incentivos fiscais para as indústrias que aí se instalam etc), seja para conservar a precária estrutura, por se mostrarem aos olhos dos agentes da territorialização do capital espaços sem vantagens comparativas¹⁴, não participando, assim, da nova lógica produtiva, onde se alocam os sistemas técnicos modernos resultados dos imperativos globais da organização da produção. Estes espaços da exclusão só vêm confirmar a veracidade da afirmação: “Mas,

¹⁴ O conceito de vantagem comparativa, inaugurado por David Ricardo (1817), aponta para os ganhos de um espaço em função do seu patamar de custos, que podem conferir especialização regional.

assim como antes tudo não era, digamos assim, território ‘estatizado’, hoje tudo não é ‘transnacionalizado’ ”. (SANTOS, 1998).

A participação mínima do Estado na economia, como princípio da teoria neoliberal, não passa de metáfora, ou seja, a ideologia neoliberal remodela o papel do Estado que está agora mais do que nunca atuante, intermediando os interesses do setor privado, nacional ou transnacional, ao facilitar a expansão do capital estrangeiro, aliás, prática exercida desde o governo de Getúlio Vargas, só que, diferentemente de outrora, agora o Estado se torna cada vez mais incapaz de manter os níveis mínimos de proteção social.

Dessa forma, os princípios da teoria neoliberal, que tem no Estado mínimo a função limitada de recolher impostos e dar amplas diretrizes para a economia, servem, antes de tudo, para justificar as relações de mercado, já que pregam um mercado livre e regido por suas próprias leis, com a eliminação gradual e progressiva das barreiras para a mobilidade de mão de obra, capital financeiro, tecnologia etc. Desta forma, “... o mercado é tornado tirânico e o Estado tende a ser impotente. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos circulem livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos. Por isso, também, o Estado deve ser enfraquecido, para deixar livre à ação soberana do mercado”(SANTOS, 1992 apud ARROYO, 1998). “Nessas condições, o Estado preocupa-se por assegurar uma baixa viscosidade do território que permita a circulação fluida de objetos e informações requerida pelos agentes hegemônicos”. (SILVEIRA, 1998).

A política neoliberal foi determinante nas mudanças pelas quais vêm passando a estrutura produtiva do País, permitindo a difusão de um novo paradigma produtivo.

Em meio à política neoliberal, o processo de abertura comercial ganhou força, havendo uma elevação dos níveis de concorrência internacional. Como não poderia deixar de ser, o conjunto destas transformações teve implicações para a produção industrial. A concorrência passou a exigir das indústrias maiores habilidades da gestão, mudanças internas como a atualização tecnológica de equipamentos, redução de pessoal, bem como capacitação dos recursos humanos com objetivo de melhorar seu desempenho produtivo e assegurar sua competitividade, tanto no mercado nacional como internacional. Paralelamente ao crescente desemprego estrutural, temos, contraditoriamente, o aumento da demanda por trabalho qualificado e maior mobilidade do trabalhador, notadamente aquele que não possui maior capacitação.

Assim, a indústria brasileira, antes protegida pelo setor público, passa a ter que realizar mudanças na sua estrutura, em sua forma de organização mediante o uso de novas técnicas da gestão, maior atenção com a capacitação dos recursos humanos, objetivando tornarem-se mais dinâmica e competitiva.

A abertura do mercado local à concorrência internacional, a eliminação de entraves burocráticos às importações, a redução das tarifas aduaneiras, expuseram a fragilidade da indústria brasileira, tendo a situação se agravado após o Plano Real. Muitas indústrias não estavam preparadas para enfrentar a concorrência trazida pelos produtos estrangeiros, em razão, entre outros fatores, de a infraestrutura física encontrar-se obsoleta, quando comparada à dos demais concorrentes, não tendo como competir com indústrias tecnologicamente mais modernas. Como consequência, houve o fechamento de indústrias.

Contudo, as indústrias mais preparadas investiram na sua reestruturação, reduziram seus custos e melhoraram sua competitividade, com o objetivo de enfrentar a concorrência internacional.

A indústria nacional que, durante décadas, contou com a proteção estatal, neste novo cenário, teve que se remodelar, para não perder sua fatia no mercado nacional para importações mais baratas, e no mercado mundial, com a adesão de outros países ao processo de abertura.

Quais as consequências para a indústria têxtil diante de toda esta conjuntura vivenciada nos anos de 1990?

Primeiramente somos levados a saber quais indústrias têxteis surgiram nesta década. Vejamos o Quadro 6.

QUADRO 6 - Fundação de Indústrias Têxteis no Ceará de 1990 a 2002

Indústria	Proprietários	Fundação	Tipo de Produção	Local
Fiotex Incorporou em 2001a Cia. Ceará Têxtil	Grupo Machado	1991	Fiação	Maracanaú
Micrel Benfio	Jeová Colares Júnior	1991	Fiação, tecelagem e colchas de chenille.	Maranguape
Jaguetêxtil	Francisco Valente e Roberto Costa	1992	Fiação	Jaguaruana
Elizabeth Têxtil (Vicunha Unidade V)	Grupo Vicunha	1993	Fiação e malharia	Maracanaú
Fitesa Têxtil	Grupo Petropar	1994	Tecelagem	Horizonte
CTN	Walter Luiz Soares Hoelz	1997	Fiação	Maracanaú
Marcotex	Walter Luiz Soares Hoelz	1997	Fiação	Maracanaú
Tebasa Resultante da união entre Fiação Jangadeiro e a Têxtil Baquit	Grupo Baquit	1997	Fiação, malharia, acabamento e estamparia.	Fortaleza
Aurora Têxtil	Francisco Valente, Roberto Costa e Grupo Fildi	1999	Fiação	Jaguaruana
Cotefor	Grupo Jaime Pinheiro	1999	Malharia	Maracanaú
Lerma do Nordeste	Marielsa e Celso Milani	1999	Tecelagem	Horizonte
Santa Rita	Frederico Pinto	1999	Tecelagem	Jaguaruana
Pacajus (Vicunha Unidade III)	Grupo Vicunha	1999	Tecelagem (índigo)	Pacajus
Haco Etiquetas	Grupo Conrad	2000	Etiquetas	Eusébio
Servitêxtil (Beatriz Têxtil)	Lauro Fiúza Neto	2000	Fiação	Maracanaú
TBM (Unidade III)	Grupo TBM	2002	Fiação	Maracanaú

Fonte: ARAGÃO, 2002, adaptado por MUNIZ(2014).

Percebemos pela análise deste quadro que ao longo dos anos de 1990 a 2002, surgiram mais indústrias do que nos anos de 1960, quando houve uma atuação mais intensa da SUDENE, uma vez que 16 novas indústrias têxteis foram instaladas no Ceará. Por outro lado, fecharam a Master Tecidos Plásticos, em 2000, e a fábrica centenária Sobral (Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano) que funcionou até 1997, e hoje é a sede do Campus Tecnológico da UFC, em Sobral. A Ernesto & Ribeiro, depois transformada em Companhia

de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano, foi responsável, em grande parte, pelo desenvolvimento econômico de Sobral, durante muitas décadas. A sua contribuição histórica e social, por mais de cem anos, é inegável em Sobral e região norte.

Das indústrias da década de 1980, quase todas continuaram na década de 1990 somente não se tem registro da Juozas(Cia. brasileira de Modas), que era voltada à produção de tecidos e era um dos fornecedores da Del Rio (adquirida por Carlos Pereira em 1968, responsável pela parte de confecção, transformada posteriormente em Cia. Brasileira de Moda).

A compra da Juozas se deu em 1981 e ela funcionou em São Paulo até o final do ano de 1986, quando foi construída a unidade de Maracanaú, no Ceará, objetivando a transferência da produção de São Paulo para o Ceará, aproveitando os programas de incentivos ao III Pólo Industrial do Nordeste, em expansão sob o governo de Tasso Jereissati. (ARAGÃO, 2002:273)

Sendo a Juozas e a Del Rio pertencentes à mesma família (Pereira de Souza), hoje somente tem-se registro da Del Rio dirigida por Daniel Laureano Pereira de Souza, sediada em Maracanaú com 79 funcionários, confeccionando roupas íntimas.(GIC 2014).

Das indústrias têxteis da década de 1970 que ainda se encontram ativas, temos a Unitêxtil, que entrou em concordata em 1990, fechando duas de suas unidades, a Santa Lúcia e a Santa Cecília, logo em seguida. "Naquela época, a unidade Santa Cecília, no bairro do Montese, em Fortaleza, também apresentava grande problema de custo-benefício. A empresa permaneceu apenas com uma unidade e demitiu 90% dos funcionários".(ARAGÃO, 2002:108).

Constatamos foi que, na década de 1990, era crescente a migração de indústrias que vinham se instalar no Ceará. Como exemplo, temos a Lerma do Nordeste e a Haco Etiquetas que tem suas produções voltadas para fora do Estado. Somam-se a estas, as de maior porte que já existiam desde a década de 1970, como o Grupo Vicunha.

Ao contrário da gestão dos negócios pela hierarquia familiar outra característica do setor têxtil nos anos de 1990 é a “gestão científica”, ou seja, uma gestão mais “profissional”, no sentido de contratar executivos com experiência em gestão de empresas.

Ademais, enquanto o grande incentivador no alcance das metas e satisfação dos operários nos anos de 1980 eram os benefícios sociais, na década de 1990 a ênfase é nas políticas de gestão direcionadas ao alcance e Participação nos Resultados com desperdício zero e redução de acidentes de trabalho, com foco no treinamento contínuo.

A Vicunha, a TBM e a Santana Têxtil são alguns exemplos de indústrias que procuram acompanhar as novas exigências do mercado e que se deslocam na busca de se inserirem nas transformações globais, procurando não somente novos espaços para se alocar, como também passam por uma reestruturação produtiva com a conseqüente expansão para os espaços periféricos de Fortaleza e a implantação de *fixos e fluxos* (SANTOS, 1988) que acarretam novas formas tecnológicas, organizacionais e ocupacionais e maior mobilidade da força de trabalho, dada a fluidez dos sistemas de transportes e comunicações, o que interfere diretamente na estrutura socioespacial da RMF.

Depois deste resgate da indústria têxtil até os anos de 1990, somos levados a questionar como sucede o desenvolvimento da indústria têxtil na RMF nesta década. É o que desenvolvemos no capítulo seguinte.

3 ESPAÇO E INDÚSTRIA NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

A dinâmica industrial têxtil no espaço metropolitano de Fortaleza intensifica-se como parte das ações desenvolvidas no Estado do Ceará voltadas à articulação com o setor privado, fundadas na construção de infraestrutura, transformações na produção, programas de capacitação, oferta de mão de obra barata, incentivos fiscais e demais atrativos locais, revelando a busca por sua inserção em face do quadro atual de competitividade mundial.

Em virtude da redução dos gastos públicos e maximização na oferta de fatores locacionais, capazes de atrair investimentos privados, o que é denominado por Santos e Silveira (2001) como a *guerra dos lugares*, nos anos 1990, foram ampliados os incentivos para o Ceará, pautados na reestruturação do capital, notadamente para setores da indústria, do turismo, dos serviços e do agronegócio de exportação com base na agricultura irrigada (fruticultura, horticultura, floricultura) e na agroindústria a ela associada.

É construído, assim, um novo imaginário social nordestino, como relata Dantas(2006:43):

Em princípio, a noção de uma região castigada pela questão imagética da semi-aridez permeava os discursos no imaginário brasileiro e regional. [...] atualmente há apontamento de novo discurso, pautado na virtualidade do semi-árido, fortalecedor das políticas desenvolvimentistas que redimensionam a região, fragmentando-a em função da sua “vocação” turística e agrícola.

É neste âmbito que a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), na busca de alcançar um padrão de competitividade mais elevado, passa a efetivar consideráveis altera es na sua estrutura organizacional de produ o e nas rela es sociais de produ o e trabalho, que acarretam, sobretudo, modifica es na sua dinâmica socioespacial.

Instituída pela Lei Complementar n  14, de 6 de junho de 1973, que criou as primeiras regiões metropolitanas no Brasil, a Região Metropolitana de Fortaleza(RMF) era inicialmente constituída pelos municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz. Outros municípios, no entanto, passaram a fazer parte da RMF, uma vez que, ante a reestrutura o capitalista e reforma Estatal, a Constitui o Federal de 1988 transferiu o poder de institucionaliza o e gestão das regiões metropolitanas da União para os Estados, a saber:

Tabela 4 - Municípios acrescentados à RMF após a LCF/73

Municípios da RMF:	Desmembramento	Anexado em:	Legislação:
Cascavel		2009	LCE /09
Chorozinho	Desmembrado de Pacajus em 1987	29 dezembro 1999	LCE 18/99
Eusébio	Desmembrado de Aquiraz em 1987	5 agosto 1991	LE. 11.845
Guaiúba	Desmembrado de Pacatuba em 1897	5 agosto 1991	LE. 11.845
Horizonte	Desmembrado de Pacajus em 1987	29 dezembro 1999	LCE 18/99
Itaitinga	Desmembrado de Pacatuba em 1991	29 dezembro 1999	LCE 18/99
Maracanaú	Desmembrado de Maranguape em 1893	16 abril 1986	LCF 52/86
Pacajus		29 dezembro 1999	LCE 18/99
Pindoretama	Desmembrado de Cascavel em 1987	2009	LCE /09
São Gonçalo do Amarante		29 dezembro 1999	LCE 18/99

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

A RMF totaliza, hoje, 15 municípios(Mapa 1), ou seja, ao contrário da lei anterior, que só permitia a criação de municípios na região metropolitana com o desmembramento dos municípios que lhes deram origem, Pacajus, Horizonte, Chorozinho, São Gonçalo do Amarante, Pindoretama e Cascavel foram incorporados por força de lei estadual.

Mapa 1: Região Metropolitana de Fortaleza 2014



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Ante o questionamento inquietante por parte de pesquisadores, planejadores e políticos acerca da real ocorrência da metropolização em Fortaleza, como nos reporta Silva(2006), somos levados inicialmente a resgatar o conceito de regiões metropolitanas, mesmo que de forma sucinta, já que o âmago desta pesquisa não se volta para o desenvolvimento mais aprofundado de tal conceito, mas necessário aqui se faz algumas ponderações.

Na perspectiva de Santos (1994:66), regiões metropolitanas são áreas onde diversas cidades interagem com grande frequência e intensidade como forma de incorporar outros núcleos urbanos sob o comando de um núcleo central em jogo de forças econômicas, políticas, sociais e culturais que se inserem em um espaço densamente urbanizado, a partir de uma interdependência funcional baseada nas unidades de infraestrutura urbana e nas possibilidades que esse fato acarreta para uma divisão do trabalho interna bem mais acentuada do que em outras áreas.

Região metropolitana é também considerada uma *sucessão de anéis* exteriores integrados ao núcleo central (LEDO, 1990:89 apud AMORA, 1999:34). O espaço que

compõe a Região Metropolitana de Fortaleza é comandado pela Capital, que se expande, atingindo os municípios vizinhos. É a influência do núcleo mediante relações econômicas e sociais entre as cidades do entorno, algumas com maior interação, outras com pouca ou nenhuma, mas justificadas suas inclusões por fins político-administrativos.

Os municípios que integram a metrópole de Fortaleza, indicados por legislação, não levam em consideração a existência ou não de coesão metropolitana. Conforme Silva (2009:15) a “institucionalização deu-se antes que o processo de metropolização se manifestasse”.

Em outro momento Silva(2006) já afirmava:

[...] se verifica não haver complementariedade entre as áreas componentes desse espaço metropolitano. O que se verifica verdadeiramente, é um acelerado processo de macrocefalia urbana, com acentuado peso da metrópole. A centralidade da cidade-sede é muito forte, exercendo grande poder de atração de pessoas, mercadorias e capital. Não se constata a ocorrência de relações caracterizadas como metropolitanas propriamente ditas. Ao se afastar da malha urbana mais densa, ao sair num raio de cinco, sete ou dez quilômetros de Fortaleza, já se percebe praticamente o domínio da vida rural. Entretanto, por uma questão legal, a área em questão ganha o estatuto de zona urbana ou mesmo metropolitana.(SILVA, 2006: 48).

Nesta mesma linha de pensamento, temos Lencioni (2006:55-56) que afirma:

[...] perguntar se tal ou qual região metropolitana instituída apresenta as características de espaços metropolitanos é não compreender a diferença entre o processo de metropolização – que desconhece vontades políticas – e a institucionalização de regiões metropolitanas como expediente para o planejamento territorial.

Segundo Méo(2008:1)

a metropolização é um fenômeno universal caracterizado pela concentração, em áreas urbanas doravante fluidas e abertas, de um número crescente de habitantes, utilizando as TICs e se dedicando cada vez mais ao setor de serviços.

Méo(2008:2) acrescenta ainda: “a metropolização, nestas escalas do local e do regional, se identifica com o consumo acelerado do espaço geográfico”.

Considerando a vinculação da metropolização ao espaço, Lencioni(2006) explica que,

Quando falamos em metropolização, estamos falando de um processo socioespacial, de um processo que imprime ao espaço características metropolitanas; por exemplo, alta densidade, em termos relativos, de fluxos imateriais e frequentes e significativas relações com outras metrópoles, mormente as chamadas cidades globais. Ou seja, falamos tanto de um processo que transforma as cidades em metrópoles como de um processo socioespacial que impregna o espaço de características metropolitanas. (LENCIONI, 2006: 47).

Desta forma, dada a relação entre metropolização e espaço, o conceito de metrópole nos remete ao de metropolização, que o ultrapassa, enquanto o conceito de metrópole se vincula ao de cidade.

Na compreensão de LENCIONI(2006:48), "não se trata mais de criar cidades, de desenvolver a rede urbana ou a urbanização em sentido restrito; trata-se de desenvolver condições metropolitanas que são imprescindíveis para a reprodução do capital...".

Criada num contexto em que a interação do centro principal dá-se muito mais com as áreas distantes do que com as próximas, como afirma Amora(1999:34), Fortaleza não se enquadrava rigorosamente na definição de metrópole, tampouco constituía área metropolitana no sentido genérico desse conceito nos anos de 1970.

Para Lencioni(2006),

[...]o conceito de metrópole é polissêmico. Hoje em dia, sejam quais forem as interpretações do que vem a ser uma metrópole, alguns pontos são comuns. Um desses é a ideia de que a metrópole se constitui numa forma urbana de tamanho expressivo, quer relativo ao número de sua população, quer em relação à sua extensão territorial; um segundo é que a metrópole tem uma gama diversa de atividades econômicas, destacando-se a concentração de serviços de ordem superior; um terceiro é que ela consiste num lócus privilegiado de inovação; um quarto é que constitui um ponto de grande densidade de emissão e recepção dos fluxos de informação e comunicação, e um quinto é que a metrópole se constitui em um nó significativo de redes, sejam de transporte, informação, comunicação, cultura, inovação, consumo, poder ou, mesmo, de cidades. (LENCIONI, 2006: 45).

Na reflexão de Amora(1999:35), nem todos os atributos referentes a metrópole podem ser generalizados, já que não se aplicariam aos países chamados de Terceiro Mundo. Desta forma, a modernização diferenciada geraria também metrópoles diferenciadas até mesmo dentro de um mesmo país.

Milton Santos já afirmava a existência de metrópoles completas, ou seja, as que possuem equipamentos e estrutura complexa, inclusive parque industrial, capazes de organizar o espaço nacional. Enquanto isso, as metrópoles incompletas, ao contrário, apenas polarizam o espaço regional à sua volta.

Quanto à metrópole de Fortaleza e a incorporação dos demais municípios, há pouco citados e que passaram a constituir a RMF, é necessário procedermos a uma breve caracterização desta para podermos entender melhor sua dinâmica socioeconômica e espacial, conforme está na sequência.

3.1 RMF: População, Estrutura Produtiva, Espaço e Indústria

Consoante indicadores do IBGE (2010), com 3.610.379 habitantes e uma área de 5.783,4 km², a RMF expressa grande concentração populacional na Capital. Conforme pode ser visto na Tabela 5, Fortaleza continua denotando um elevado contingente populacional (2.447.409 habitantes), ratificando seu crescimento, notadamente macrocefálico. "O crescimento desordenado de Fortaleza se intensificou a partir das décadas de 1940 e 1950, quando a população passou a ocupar áreas próximas aos centros industriais e comerciais, ocasionando o aumento e a concentração de favelas". (BERNAL, 2004: 157).

É um inchaço descontrolado. Histórico. [...] Em 50 anos, a população da Capital saltou de 514.818 habitantes para 2.447.409. Em 1960, representava apenas 15,62% de todo o Estado. Hoje, equivale a um terço dos 8.448.055 cearenses. Pelas contas do IBGE, a cidade tem o sexto menor território dentre as capitais brasileiras. Fica atrás apenas de Recife (PE), João Pessoa (PB), Natal (RN), Vitória (ES) e Aracaju (SE). Em contrapartida, possui a quinta maior população. Somente São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e Brasília (DF) têm mais habitantes do que Fortaleza. (O POVO. *Nem é um horror, nem é uma maravilha*. 31 de janeiro de 2011).

De 2000 em diante, porém, o ritmo de crescimento da população na Capital se reduz. Segundo Dantas e Pereira(2009),

[...]A redução do ritmo de crescimento da capital pode refletir, entre outros motivos, a valorização do solo urbano e a especulação imobiliária que afastam para os limites dos municípios vizinhos as populações de baixa renda; as políticas públicas habitacionais que geram a multiplicação de conjuntos habitacionais populares nas zonas periféricas à Capital e a realocização das indústrias na RMF que, estimuladas pelos benefícios fiscais e pela implantação de equipamentos urbanos se transferem ou se situam em municípios vizinhos a Fortaleza. (DANTAS; PEREIRA, 2009: 44).

Conforme pode ser visto na Tabela 5, Caucaia tem a segunda maior área da RMF (1.227,9 km²) e também a segunda posição no quantitativo populacional (324.738 habitantes).

Tabela 5 - Municípios da RMF por População Residente, Área e Dens. Demográfica

Municípios	Pop1980	Pop1991	Pop2000	Pop2010	Área 1980	Área 1991	Área 2000	Área 2010	Dens.Dem.1980	Dens.Dem. 1991	Dens.Dem. 2000	Dens.2010
Aquiraz	45.112	46.305	60.469	72.628	546	470,5	480,7	481,0	82,6	82,6	125,8	150,5
Chorozinho (1)	-	15.492	18.707	18.915	-	-	306,9	278,4	-	-	61,0	67,9
Cascavel (2)	47.677	46.507	57.129	66.142	-	-	-	837,4	-	-	-	79
Caucaia	94.106	165.099	250.479	325.441	1.293	1.293,0	1.190,4	1.227,9	72,8	127,7	210,4	265,9
Eusébio (3)	-	20.410	31.500	46.033	-	75,5	77,7	76,6	-	270,3	405,4	582,6
Fortaleza	1.308.919	1.768.637	2.141.402	2.452.185	336	336,0	312,4	313,1	3.895,6	5.263,8	6.854,7	7.786,50
Guaiúba (4)	-	17.562	19.884	24.091	-	266,5	270,1	267,2	-	65,9	73,6	94,8
Horizonte (5)	-	18.283	33.790	55.187	-	-	191,0	160,0	-	-	176,9	345
Itaitinga (6)	-	-	29.217	35.817	-	-	154,6	150,8	-	-	189,0	236,5
Maranguape	91.137	71.705	88.135	113.561	754	646,6	651,9	590,8	120,9	110,9	135,2	192,2
Maracanaú (7)	-	157.151	179.732	209.057	-	97,6	98,1	105,7	-	1.610,2	1.832,1	1.877,70
Pacatuba	42.106	60.148	51.696	72.299	554	287,5	137,3	132,4	76,0	209,2	376,5	498,3
Pacajus (8)	46.981	31.800	44.070	61.838	-	-	240,9	254,4	-	-	182,9	243
Pindoretama (9)	-	12.442	14.951	18.683	-	-	-	72,8	-	-	-	256,1
São Gonçalo do Amarante	24.694	29.286	35.608	43.890	-	-	842,1	834,4	-	-	42,3	52,3
RMF	1.581.380	2.307.017	2.984.689	3.615.767	3.483	3.473,2	4.954,1	5.782,9	454,0	664,2	602,5	624
Ceará	5.288.429	6.366.647	7.430.661	8.452.381	146.817	145.184,1	145.701,8	148.825,6	36,0	43,9	51,0	57

FONTE: IPECE-Anuário do Ceará/IBGE-Censos
Organiz.: Msc. Alexandra Muniz e Antônio Luiz Teixeira

A representatividade de Caucaia pode ser explicada, dentre outras coisas, em razão de sua

[...]integração à metrópole de Fortaleza, em virtude da política de construção de conjuntos habitacionais, nos idos dos anos 1980, para responder ao déficit habitacional em Fortaleza, e mais recentemente com a transformação de antigos espaços do veraneio em locais de primeira residência, aumentando, conseqüentemente, o fluxo entre Caucaia e Fortaleza. (DANTAS; SILVA, 2009:31).

Maracanaú, com 209.748 habitantes é o terceiro município em população e o segundo em densidade populacional da RMF, exprimindo também considerável integração à metrópole, em razão da presença do "Distrito Industrial"² e de vários conjuntos habitacionais, construídos para alojar os trabalhadores das indústrias implantadas.

[...] o déficit habitacional na capital acaba por impor transferência de população para Maracanaú em níveis maiores que a indústria que a motivou, gerando movimentos pendulares representativos do aumento gradativo da integração do município à dinâmica da aglomeração. (IBID:31).

Uma análise mais cuidadosa da Tabela 5 revela que a população cresceu em todos os municípios, mas continua concentrada na Capital. A elevada concentração populacional proporciona no primeiro momento vantagens, como economias de aglomeração, dada a concentração de indústrias, especialização em produtos, serviços, proximidade do mercado consumidor, e maior pressão junto ao Poder Público por acessibilidades, infra-estrutura urbana e saneamento básico. Esta concentração, entretanto, se torna deseconomia, indicando inúmeras desvantagens, como o agravamento das desigualdades socioespaciais, a poluição, a criminalidade, o desemprego, a vulnerabilidade socioambiental, o descompasso entre a oferta e a procura de serviços (transporte, habitação, segurança, saúde, educação, saneamento e lazer), valorização do uso do solo, dificuldade de expansão, circulação e consumo da cidade pelos seus moradores etc.

Como afirma Santos (1993, 1994), a metrópole é corporativa e fragmentada, compõe-se de espaços luminosos, expressão máxima da modernização, e de espaços opacos – periferias, lugares da exclusão dessa mesma modernização.

² No Brasil, distrito industrial é produto de um processo induzido pelo Estado para o desenvolvimento de diversas atividades industriais, sem que para isto os estabelecimentos industriais tenham qualquer vínculo. O conceito inicial de Distrito Industrial foi descrito por MARSHALL (1982), tendo como base os distritos industriais da Inglaterra do final do século XIX. Segundo a definição de MARSHALL, os Distritos Industriais eram constituídos por aglomerações de grandes, pequenas e médias empresas que produziam bens em larga escala em uma determinada microrregião geográfica. Segundo o autor, o surgimento de indústrias localizadas deriva de vários fatores, como por exemplo, devido à expansão de grupos familiares que se especializam em um ramo de produção ou parte de um processo de produção; as condições físicas de determinada localidade; a especialização e qualidade de produtos de determinada localidade; fatores culturais, religiosos e políticos. MARSHALL, A. **Princípios de economia: trabalho introdutório**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

O Estado, como um dos agentes produtores do espaço urbano, agrava ainda mais o desigual adensamento populacional, como também a concentração de renda, ao aplicar recursos em benefício de setores ou atividades privadas, em detrimento dos investimentos públicos.

Fortaleza é o principal ponto de escoamento da produção e de convergência de fluxos de informações que se difundem para vários espaços. A presença de uma rede de fluxos direcionada para o município-pólo, e deste para locais cada vez mais longínquos, propiciou à Capital o papel de comando, constituído ao longo da ocupação do espaço cearense.

A centralidade de Fortaleza tem sido determinante na configuração de fluxos radiais, com supremacia da capital em detrimento de localidades próximas entre si, mas que não mantêm vínculos de reciprocidade proporcional à situação e localização. (SILVA, 2009:18).

Esta centralidade exercida por Fortaleza sobre o conjunto metropolitano pode ser evidenciada não somente pelo quantitativo populacional, mas também pela concentração de capitais, serviços, equipamentos urbanos, poder político e gestão do espaço cearense, universidades, centros tecnológicos, profissionais qualificados, sistemas técnicos etc.

Como dizia Santos (1993), quanto mais densos e complexos forem os *sistemas de engenharia*(SANTOS, 1988) e os sistemas sociais presentes no espaço, mais avançado é o grau de urbanização.

A difusão dos *sistemas de engenharia*(SANTOS, 1988) nos permite vislumbrar as tendências quanto ao fenômeno da urbanização. Deixamos a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual nos deparamos com a urbanização do território (SANTOS, 1998).

Para isso concorrem os *sistemas técnicos* (SANTOS, 1994, 1996) de comunicações e transportes. Estradas estaduais e federais cortam e integram a RMF, facilitando os fluxos entre áreas de diversidade natural (litoral, serra e sertão), social (bairros de classe média, bairros operários, condomínios fechados, conjuntos habitacionais) e atividades econômicas (espaços de lazer, turismo, indústria, comércio, serviços etc.).

Quanto ao sistema de transportes, em Fortaleza há o Sistema Integrado de Transportes (SIT-FOR) com seis terminais de ônibus (Siqueira, Parangaba, Lagoa, Antônio Bezerra, Papicu, Messejana) com valor único da passagem e o transporte "alternativo" por meio das "vans. O Transfor com ampliação dos terminais, integração temporal, faixas semi-exclusivas, somado ao trem metropolitano (Metrofor), interligando Fortaleza a Caucaia,

Maracanaú, Pacatuba e Maranguape, e o VLT, em implantação, terão forte impacto na articulação intrametropolitana e mobilidade espacial.

Com uma infraestrutura rodoferroviária, aeroportuária e a privilegiada posição geográfica que reúne para colocar os produtos em poucos dias nos mercados da Europa, dos Estados Unidos e do Mercosul, Fortaleza se insere no mapa da atual Geografia mundial.

A integração da economia mundial, graças ao desenvolvimento dos meios de transportes, à troca contínua de informações que se dá em tempo real e à “unicidade técnica”³ (SANTOS, 1996), possibilitou um novo patamar de flexibilidade e integração. A mais rápida circulação planetária dos fluxos de trocas significou uma mobilidade maior de capital, tecnologia e força de trabalho, bem como uma dispersão geográfica da produção. Este fato promoveu especializações regionais e a integração dos espaços produtivos em redes de produção globais. Consoante Araújo(2000) ocorre a simultaneidade da fragmentação (fabricação, distribuição e comercialização) e integração (espaços não autossuficientes) com a regulação final do processo produtivo.

A RMF, ao se inserir nas transformações globais, passa por uma redefinição e refuncionalização do seu espaço, com importante expansão dos *sistemas de objetos e de ação*, dando-lhe mais fluidez (SANTOS, 1988, 1996). A produção do espaço da circulação, com a extensão do *meio técnico-científico-informacional* (SANTOS, 1996) sustentáculo da reestruturação produtiva, se faz presente na RMF para atender a diversos fins, muitos deles exteriores às demandas da população local.

No que concerne à circulação aeroespacial, diferentemente de outras cidades do Brasil que transferiram o sistema aeroportuário para outros municípios metropolitanos, o Aeroporto Pinto Martins permaneceu na Capital, sendo classificado como internacional desde 1997 e ampliado, com a implantação de um avançado terminal de cargas e com infraestrutura de refrigeração para importação e exportação de mercadorias. Passa por outra ampliação, 14 anos depois, desde junho de 2012, e deverá ser totalmente concluída em fevereiro de 2017, o que intensificará o tráfego aéreo para Fortaleza e o seu papel polarizador.

Os fluxos da produção na Capital são facilitados ainda pela proximidade entre os portos do Pecém com ampliação do Terminal de Múltiplo Uso (TMUT) e o do Mucuripe, que

³ “É a primeira vez na história do homem em que há apenas um sistema técnico, regendo toda a atividade humana. É verdade, também, que em nenhum momento nem mesmo agora, um sistema técnico se impôs completamente á totalidade dos lugares e dos homens. Mas as técnicas atuais se difundiram universalmente, ainda que com diferente intensidade e seus efeitos se fazem sentir, direta ou indiretamente, sobre a totalidade dos espaços”. (SANTOS, 1996).

também passou por uma série de reformas que iniciaram em 2012 para atender as demandas do Megaevento da Copa do Mundo.

As obras do novo terminal de passageiros do Porto do Mucuripe devem atender à demanda turística para a capital cearense, disponibilizando um espaço adequado para a atração e para embarque/desembarque de passageiros de cruzeiros marítimos, além de ampliar o número de opções de hospedagem de turistas durante a Copa do Mundo de 2014. A nova estrutura contará com um cais para atracação de navios cruzeiros com 350 metros de extensão e 13 metros de profundidade. A estação de passageiros vai dispor de infraestrutura de restaurante, Correios, Polícia Federal, Anvisa, Receita Federal e lojas de conveniência. Também está incluso no projeto do terminal uma retroárea com 40.000m², que servirá de pátio para armazenagem de contêineres, e durante a baixa estação dará suporte à atividade de navios cargueiros. (ANUÁRIO DE FORTALEZA 2012/2013. *Infraestrutura*).

Além dos fluxos de mercadorias e informações, com o impulso ao turismo, ao agronegócio e às modernas indústrias implantadas nos demais municípios da RMF, ocorre a intensificação dos fluxos de pessoas que, além de movidas por demandas turísticas, procuram se inserir no mercado de trabalho. Estes fluxos ligam o mercado nacional ao transnacional, passando a RMF a ocupar novo papel na divisão interna e internacional do trabalho.

A análise da Tabela 6 reflete as transformações pelas quais transita a RMF, no que se refere aos atuais investimentos produtivos.

Tabela 6 - Produto Interno Bruto, segundo a Estrutura Setorial e PIB nos Municípios da RMF e Estado do Ceará: 2001-2011

Municípios	2001			2011			PIB	
	Agropecuária(%)	Indústria(%)	Serviços(%)	Agropecuária(%)	Indústria(%)	Serviços(%)	PIB 2001 R\$ mil	PIB 2011 R\$ mil
Ceará	5,2	37,0	57,8	4,70	22,22	73,08	21.581.141	87.982.450
Aquiraz	13,3	52,9	33,8	4,83	38,15	57,02	235.138	801.369
Caucaia	2,5	36,5	61,0	1,24	34,99	63,77	563.514	3.239.403
Cascavel	7,3	55,0	37,7	6,74	26,64	66,62	205.302	484.886
Chorozinho	15,1	14,2	70,7	13,54	12,32	74,14	29.483	99.976
Eusébio	1,0	20,3	20,3	0,64	51,97	47,39	477.455	1.472.107
Fortaleza	0,2	38,5	61,3	0,11	19,28	80,61	9.324.170	42.010.111
Guaiúba	15,4	15,4	80,8	7,92	15,09	76,99	25.606	108.678
Horizonte	4,9	77,2	17,9	2,61	47,44	49,94	297.509	1.075.084
Itaitinga	1,9	16,2	81,9	1,69	23,53	74,78	41.229	211.941
Maracanaú	0,1	78,2	21,8	0,06	47,21	52,73	1.748.882	4.797.824
Maranguape	3,9	51,3	44,8	4,61	32,21	63,18	250.042	802.652
Pacajus	4,6	73,4	22,0	4,18	34,97	60,85	318.463	600.109
Pindoretama	33,1	6,6	60,3	10,03	16,85	73,12	29.578	101.648
Pacatuba	1,8	57,6	40,6	0,98	42,19	56,83	148.844	641.458
São Gonçalo do Amarante	21,1	4,5	74,4	4,71	51,71	43,58	57.110	1.306.241

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo dados da Tabela 6, dos dez municípios com maior PIB em 2011, dentre os que fazem parte da RMF, destacam-se Fortaleza (1º), Maracanaú (2º), Caucaia (3º), Eusébio (4º), São Gonçalo do Amarante (5º), Horizonte (6º), Maranguape (7º) Aquiraz (8º), Pacatuba(9º) e Pacajus(10º). Já em 2001 a 5º posição no PIB ficou para Pacajus diferente de 2011, aparecendo nesta posição o município de São Gonçalo do Amarante, anexado à RMF no mesmo ano de Pacajus(1999), mas demonstrou um salto considerável no PIB de 2001(4,5%) a 2011(51,71%) de 47,66%. Isto decorre, dentre outros fatores, dos investimentos no setor industrial deste município. Representando 48% do PIB estadual em 2011, a RMF tem na Capital a maior representatividade do PIB metropolitano. Fortaleza, além da concentração demográfica, centraliza os investimentos da RMF, mesmo com a extensão do tecido urbano e a descentralização que acompanha a lógica global.

Segundo dados mais recentes do GIC(2014:66),

A RMF é responsável por 63,4% do PIB e 69,5% do valor adicionado da indústria, além de 41% da população residir nesta região. A chamada Mesorregião Noroeste, onde se destaca o município de Sobral, é a segunda em participação do valor adicionado da indústria(8,3%), PIB(9,7%) e população(15,7%).

No que se refere às atividades produtivas na RMF em 2011, Eusébio (51,97%), São Gonçalo do Amarante (51,71%), Horizonte (47,44%) e Maracanaú (47,21%) indicaram PIB industrial maior do que a Capital(19,28%) e o Estado do Ceará (22,22%).

Na conjectura Estadual, conforme GIC(2014:67), "os 10 municípios com maior valor adicionado industrial concentram 74% da indústria do Estado, sendo que desses, apenas Juazeiro do Norte e Sobral não pertencem a RMF".

Eusébio, além de passar por crescente especulação imobiliária, com o conseqüente crescimento da indústria da construção civil, mediante a instalação de vários condomínios fechados, "conheceu uma pujança ímpar, a partir da instalação da Fábrica Fortaleza, pastifício do grupo M. Dias Branco"(SILVA, 2009:21). São Gonçalo do Amarante, como exprimimos se destaca com os investimentos no setor industrial com a criação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). O município de Horizonte, com o corredor industrial na BR 116, e Maracanaú, com a presença do Distrito Industrial, também são municípios com destaque no setor industrial.

Este quadro não difere muito de dados mais recentes do GIC(2014: 67),

Entre os municípios cuja atividade industrial possui grande importância para o Ceará, destacam-se Eusébio, Horizonte e São Gonçalo do Amarante, que apesar de possuírem juntos apenas 1,7% da população são responsáveis por 7,7% do Valor Adicionado do setor manufatureiro e 4,4% das riquezas da unidade federativa.

Os municípios que mostraram menor representatividade no setor industrial, inclusive com PIB industrial menor do que o Estadual, em 2011 foram Chorozinho, Guaiúba e Pindoretama. Em 2001, o município com menor representatividade no PIB industrial foi São Gonçalo do Amarante, que se encontrava no contexto de falta de investimentos neste setor, recém-inserido na RMF, o que difere do quantitativo industrial já instalado e a se instalar neste município atualmente.

Excetuando São Gonçalo do Amarante e Eusébio, que se destacam no PIB industrial em 2011, os demais municípios da RMF se sobressaem no investimento do setor de serviços, sendo que Fortaleza, Itaitinga, Chorozinho, Guaiúba e Pindoretama ultrapassam a média estadual do PIB serviços (73,8%). Fortaleza é o município com maior representatividade no setor de serviços (80,61%), o menor no setor agropecuário (0,2%), e o décimo segundo no setor industrial (19,28%).

Conforme Amaral Filho(2012) “apesar de se falar muito na vanguarda do setor serviços, a indústria ainda tem o papel mais importante na dinâmica de qualquer economia”. (O POVO. Opinião. *Grandes investimentos*. 06 de setembro de 2012).

Fortaleza que tinha primordialmente papel administrativo, comercial e de prestadora de serviços, com o crescimento industrial, amplia suas funções. Até a década de 1970, a maior concentração industrial localizava-se nos bairros Mucuripe, Parangaba e Jacarecanga, neste último ao longo da avenida Francisco Sá e no entorno da via férrea, atraindo grande contingente de migrantes para os bairros vizinhos.

Como afirma Silva (2005:103), “em termos demográficos, a aglomeração de Fortaleza é constituída majoritariamente de migrantes que vivem em condições precárias em sua vasta periferia urbana”.

Estes migrantes se fixaram de forma desordenada, contribuindo para a expansão da cidade de Fortaleza sem um adequado planejamento. Silva (2009:132) faz uma relação entre os migrantes que afluíram a Fortaleza e o fenômeno que denominou de favelização, qual seja:

A origem do processo de favelização de Fortaleza está ligada aos constantes deslocamentos de lavradores sem terra e pequenos proprietários que se dirigem para a cidade devido à rigidez da estrutura fundiária, que praticamente impede o acesso desses lavradores a terra e a outros meios de produção. Nos períodos de estiagem mais prolongados esse processo se intensifica.[...] A cidade de Fortaleza, com a sua condição de capital, constitui uma espécie de refúgio, à medida que se torna praticamente impossível a permanência no interior.

As antigas zonas industriais⁴ da Capital passaram a dividir espaço com outros espaços atrativos, diante da atuação planejada do Estado por meio da SUDENE e BNB(34/18 e posteriormente FINOR), que ofereceu incentivos fiscais e financeiros para implantação de indústrias em municípios, como Maracanaú, por exemplo.

As zonas industriais podem ser visualizadas, a seguir, onde as dividimos em zonas industriais tradicionais e as atuais, às quais se somam um eixo e um complexo, a saber: as zonas industriais tradicionais as zonas industriais tradicionais compreendia os bairros no entorno e a própria av. Francisco Sá; Mucuripe e Parangaba. Já as atuais zonas industriais são o Distrito Industrial(DI) de Maracanaú; a Zona Industrial do Eusébio; a Zona Industrial de Maranguape; além disto, temos o Eixo Industrial de Pacajus e Horizonte e o Complexo Industrial do Porto do Pecém.

Mapa 2- Espacialização das Zonas, Eixo e Complexo Industrial da RMF



⁴ "A zona industrial criada com apoio direto do Estado, é também a expressão de uma vontade de planificação das atividades econômicas e de um ordenamento espacial concebido na escala inter-urbana.(...) A grande onda de estudos concernentes aos fenômenos de deslocalização e de descentralização parece ser associada a uma nova abordagem da zona industrial, abordagem mais 'interna' que privilegia a análise dos equipamentos e das atividades e que, pouco frequentemente, resulta nas proposições de tipologia de zonas consideradas de modo prioritário como os espaços de produção". (FIRKOWSKI, 2008: 57).

No que concerne a criação de zonas industriais, Firkowski(2008) afirma que

[...]a manipulação desse tipo de espaço reservado e afetado de maneira específica no quadro do urbanismo é bem conhecida. Ela visa, simultaneamente, desafogar o espaço urbano central e facilitar a renovação - racionalizar a utilização do solo e melhor controlar a prática do zoning-trazer soluções aos problemas da especulação fundiária e da salvaguarda do meio ambiente. (FIRKOWSKI, 2008: 57).

Como consequência da inclusão de espaços para o desenvolvimento industrial, o Distrito Industrial de Maracanaú⁵, criado em 1963, fruto da política implantada pelo então governador Virgílio Távora, estava inserido no âmbito de incentivo ao desenvolvimento industrial proposto para o Ceará. "A instalação e transferência de indústrias mais poluidoras, fomentaram o crescimento daquele Distrito, garantindo a dinâmica e expansão da economia cearense" (SILVA, 2009:20).

Vale ressaltar que o Distrito Industrial de Fortaleza só começou a funcionar na década de 1970, uma vez que

A ausência ou incapacidade da infraestrutura do Distrito Industrial, principalmente no tocante ao abastecimento d'água, parece ter sido um dos maiores entraves para que as indústrias ali se instalassem de imediato. Além do mais, o Distrito foi entregue sem que houvesse, nas proximidades, disponibilidade de mão-de-obra que atendesse às necessidades das indústrias. (SILVA, 2009: 110).

A Ceará Laminado e Compensados S.A. (Celaco), foi a primeira indústria a se instalar no complexo, no início de 1967, utilizando energia de Paulo Afonso(também aquisição de Virgílio Távora). A segunda empresa a montar suas bases no DI foi a Iplac, do empresário Walder Ary, inaugurada em 1968/1969, permaneceu no local por cerca de cinco anos.

A princípio, o complexo iria ocupar 250 hectares, sendo 100 de área verde e de circulação e os restantes 150 ha seriam destinados à zona industrial, no entanto,

[...] o primeiro D.I de Fortaleza ocupa uma área de 1.100 hectares. Atualmente 15 mil dos 16,5 mil trabalhadores de todo o complexo estão alocados no primeiro pólo implantado no Ceará, com 50% da mão-de-obra morando em Maracanaú. Existem instalados em Maracanaú três distritos industriais: DIF 1, DIF III e DI 2000, totalizando 100 indústrias que ocupam uma área correspondente a 12,35% da área do município, sendo responsáveis por 10% do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) arrecadado no Ceará. (O ESTADO. *Maior pólo industrial do Ceará comemora 40 anos de fundação*: Distrito Industrial de Maracanaú. 10 de setembro de 2004).

Não são apenas os incentivos fiscais que atraem as indústrias, pois, além de todos os incentivos oferecidos pelo Governo do Estado, a Prefeitura de Maracanaú ainda oferece desconto de 50% nos impostos predial e sobre serviços, sem contar a excelente localização

⁵ Mais informações a este respeito, consultar: CARVALHO, Keane Barroso. **Territórios Produtivos**: Estudo Geográfico do I Distrito Industrial do Ceará. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, 2009.

por ser perto do anel viário, das BRs e de Fortaleza. O DI de Maracanaú fica a 18 quilômetros do Centro de Fortaleza e a 12 km do Aeroporto Internacional Pinto Martins. Além disso, possui estrutura de distribuição para os portos do Mucuripe e Pecém, sendo a distância para o porto do Mucuripe de 26 km e o acesso pode ser feito pela CE-060 (interligada pelo Anel Viário à BRs BR-116, BR-020 e BR-222 e CE 065).

O investimento em infraestrutura e nas condições mínimas para seu funcionamento não é de hoje, uma vez que a instalação da Subestação II de energia do Distrito Industrial no final de 1982 foi um dos grandes impulsos para a instalação de indústrias de grande porte, sendo o DI um dos maiores consumidores de energia da região metropolitana (conforme tabela 7, em anexo) e do Estado.

De toda a energia de alta tensão fornecida para a indústria cearense, 30% vão para aquela área. Assim como o que é usado em aço, ferro e alumínio. Afinal, as grandes empresas do setor como Metalic, Gerdau e Esmaltec, praticamente, concentram suas atividades no DI, afirma o presidente da Aedi (Associação das Empresas do Distrito Industrial de Maracanaú). (O POVO. MARACANAÚ - *Distrito Industrial chega aos 40 anos*. 13 de setembro de 2004).

No DI de Maracanaú é perceptível a degradação ambiental no município, que se intensifica com a chegada de mais indústrias.



Foto 1: Destino inadequado de resíduo líquido resultante de processos industriais

O DI de Maracanaú dispõe ainda de mão de obra capacitada, tanto pela Prefeitura, como pelo IFCE (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará), bem como pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) que oferece cursos de capacitação, inclusive está em construção o Instituto Senai de Tecnologia (IST), que será um provedor de

soluções para o desenvolvimento e a melhoria de produtos e processos de fabricação e de produção do setor metal-mecânico cearense.

Uma das razões que levaram o Senai a construir o IST é que a indústria cearense concentra-se nos setores de alimentos, calçados e têxtil, que cada vez mais demandam serviços tecnológicos na área metal mecânica, cujas empresas dão emprego a 26 mil pessoas, 10,6% de toda a mão de obra da indústria cearense de transformação. (DIÁRIO DO NORDESTE. *Senai-Ceará constrói Instituto de Tecnologia*. 16 de maio de 2013).

Com PIB industrial (47,21%) maior que o do Estado e sendo o terceiro município em população (209.057 habitantes), Maracanaú contribui para maior mobilidade de grande parcela da população, na busca de inserção no mercado de trabalho.

Conforme dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará(Ipece), de 2002 a 2012 Maracanaú obteve importante elevação da sua atividade industrial formal. O número de estabelecimentos industriais ativos saltou de 359 para 1.275.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDI) Maracanaú exportou US\$ 97 milhões em mercadorias de janeiro a setembro de 2013, alcançando o terceiro melhor resultado no Ceará. Os principais produtos exportados foram couros, tecidos, ceras, aparelhos de cozinha, defensivos agrícolas e peças de veículos. Os maiores compradores dos produtos maracanauenses foram China, Estados Unidos, Nova Zelândia, Turquia e Índia.

Em matéria publicada no jornal *O POVO*, em comemoração aos 40 anos de existência do DI de Maracanaú, fica evidente o peso que tem a atividade têxtil no DI do município de Maracanaú:

Segundo Álvaro, esse setor responde por 21% dos empregos gerados no DI. 'Temos outros setores que também são fortes como o metalmeccânico, de papel e papelão, alimentício, químico e elétrico, mas o têxtil, incluindo, confecções, tem grande destaque', diz. Essa predominância pode ser vista na arrecadação de impostos do ano passado. Enquanto a atividade de tecelagem de fios rendeu R\$ 27,8 milhões em ICMS ao Estado em 2003, o segundo maior setor em arrecadação (de refrigerantes) mandou para o fisco estadual R\$ 15,6 milhões a menos no mesmo período. Além da tecelagem, outras atividades ligadas ao setor também figuraram entre os maiores contribuintes em 2003: fiação de algodão (R\$ 9,4 milhões), vestuário (R\$ 5,5 milhões), fiação de fibras (R\$ 1,8 milhões) e confecção de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes (R\$ 1,5 milhões). (O POVO. *MARACANAÚ - Distrito Industrial chega aos 40 anos*. 13 de setembro de 2004).

A política de atração de indústrias para municípios próximos à Capital também se beneficia da política voltada para a habitação popular que favorece a construção de conjuntos habitacionais por meio do Sistema Financeiro da Habitação(BNH). Este fato foi facilmente constatado durante pesquisa de campo, quando pudemos registrar a expansão de conjuntos

habitacionais em Maracanaú por intermédio do programa Minha Casa Minha Vida, financiado pela Caixa Econômica Federal.

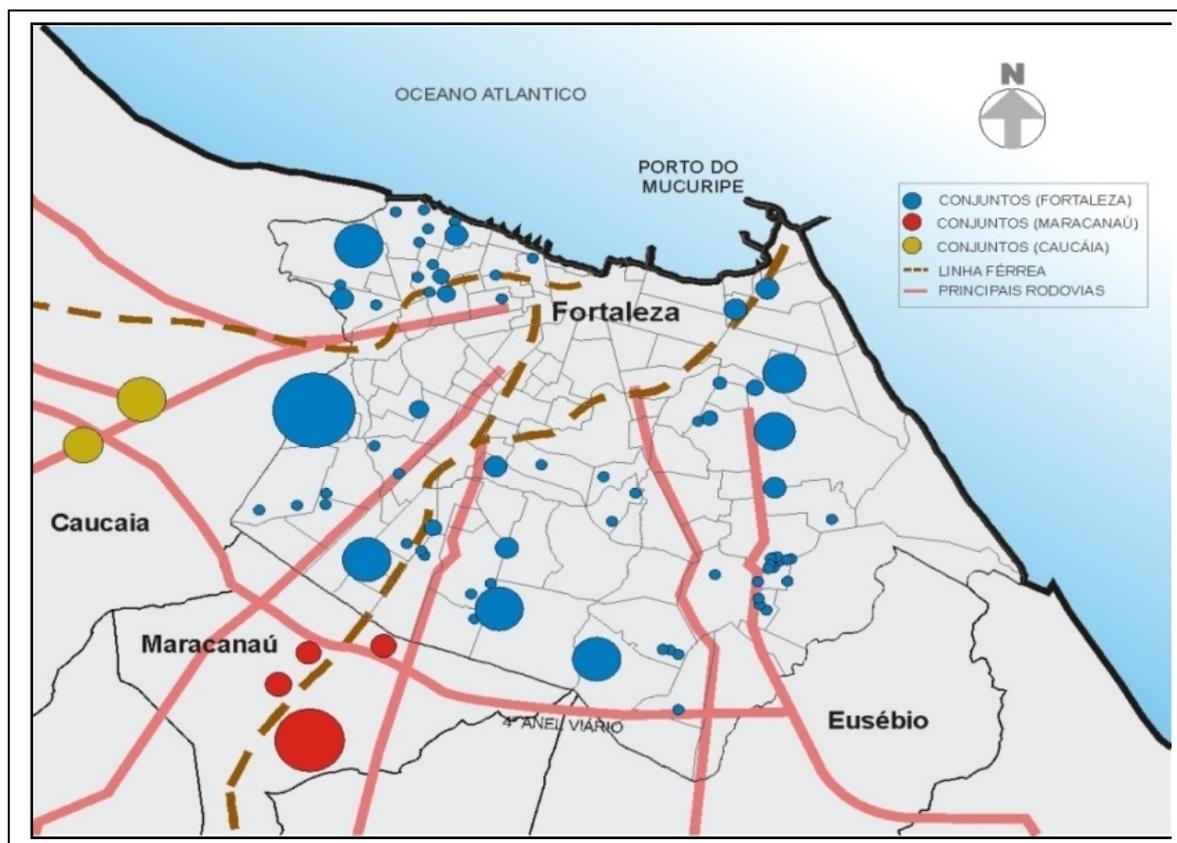


Cabe destacar o fato de que a implantação dos conjuntos habitacionais em Maracanaú obedeceu à ideia de que eles, ao se localizarem nas proximidades do Distrito Industrial, se constituiriam em fornecedores naturais da força de trabalho. É necessário também ressaltar, no entanto, que a construção desses conjuntos habitacionais teve como principal objetivo a descompressão populacional de Fortaleza e, em menor escala, atender alguns municípios da região metropolitana.

A partir dos anos 1970, inicia-se a construção de grandes conjuntos habitacionais ao longo das Linhas Tronco Sul (Maracanaú) e Norte (Caucaia) do Setor de Trens Suburbanos da Rede Ferroviária Nacional – RFFSA -, e nas imediações do Distrito Industrial. O somatório de políticas voltadas à descentralização ganhou grande expressão e se consolidou com a construção desses grandes conjuntos habitacionais, inicialmente nos limites Sul e Sudoeste de Fortaleza, no início dos anos 1970, e, em Maracanaú, Pacatuba e Caucaia, nos anos 1980. (SILVA, 2009: 20).

Conforme Pequeno(2009), embora seja crescente o estabelecimento de conjuntos habitacionais nos municípios próximos à Capital, esta ainda se sobressai no quantitativo destes.

Mapa 3 : Os conjuntos habitacionais em Fortaleza, Maracanaú e Caucaia – RMF



FONTE: PEQUENO, Renato. In: **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. DANTAS, Eustógio Wanderley Correia, COSTA, Maria Clélia Lustosa (Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2009.

Além das indústrias têxteis, há em Maracanaú indústrias com diversas áreas de atuação, como a metalurgia e mecânica, papel e papelão, material elétrico, químico, de vestuário e calçados, de bebidas e de serviços de construção. Como exemplo, podemos citar algumas destas na Tabela 8 (em anexo).

Conforme a Tabela 8, Maracanaú se destaca entre os municípios da RMF não somente no quantitativo industrial, mas também na diferenciação do tipo de indústria e produtos fabricados, quanto no tamanho e quantidade empregados. A concentração industrial é acompanhada pela concentração das demais atividades econômicas que por sua vez demandam serviços, incluindo-se escolas, bancos, profissionais etc. Assim, a indústria, o comércio e o sistema bancário e financeiro dependem uns dos outros.



Foto 3 : Comércio /Serviços e sistema bancário em Maracanaú
/Alexsandra Muniz



Foto 4 : Feira Center em Maracanaú
Alexsandra Muniz

Como afirma Lefebvre(1991:9) “[...] a industrialização não produz apenas empresas(operários e chefes de empresas), mas sim estabelecimentos diversos, centros bancários e financeiros, técnicos e políticos”.

A concentração das atividades econômicas propicia a geração de empregos, atraindo a população que necessita também de serviços, incluindo-se escolas, centros culturais e profissionais, *shoppings* (Maracanaú conta com três *shoppings centers*, como o North Shopping Maracanaú, o Ponto do Shopping e o Feira Center) e infraestrutura que facilitem a mobilidade e os fluxos contínuos.



Foto 5 : InfraEstrutura em Maracanaú
Alexsandra Muniz

Nos anos de 1990, outros eixos industriais consolidaram-se, como nos municípios de Pacajus e Horizonte, notadamente ao longo da rodovia BR-116, conhecida como “corredor Horizonte/Pacajus” (SILVA, 2000), "principal corredor de interação entre os equipamentos dos dois municípios" (PEREIRA JUNIOR, 2005:175).

Dada a intensa inter-relação entre estes dois municípios Pereira Junior(2005) discorre como se tratasse de um só espaço, dentre as evidências desta inter-relação, o autor cita a "forma mediante as quais suas indústrias compartilham a infra-estrutura(recursos hídricos, energia etc.), a mão-de-obra e até mesmo os programas de apoio ao treinamento de funcionários". Acrescenta ainda o autor: "Longe, porém, de representar uma competição acirrada entre os dois municípios, verifica-se uma dinâmica de complementaridade indispensável à existência do lugar como base para a consolidação da industrialização". (PEREIRA JÚNIOR, 2005: 174).

Dentre as indústrias presentes em Horizonte, existe, além do ramo têxtil, o de calçados e de bebidas, dentre as quais, podemos citar o que está na Tabela 9(em anexo).

Em Pacajus, além de indústrias do ramo têxtil e de confecção, há indústrias de alimentos(Tabela 10), notadamente vinculada ao desenvolvimento da cajucultura, já que a economia de Pacajus e Horizonte esteve, até então voltada para agricultura e comércio, sendo destaque as indústrias de processamento do caju (de polpas e sucos), como também indústrias de embalagens, uma vez que com as indústrias presentes no corredor industrial destes dois municípios, a demanda por embalagens vem crescendo.

Iniciado na década de 1990, o atual processo de industrialização propicia mudanças nos equipamentos e nos fluxos urbanos, resultando em novas formas de apreensão do território. A indústria passa então a assumir o papel de comando da economia local, multiplicando o emprego no setor secundário e inserindo diferentes relações de trabalho nos municípios. (PEREIRA JÚNIOR, 2003:94).

Neste sentido, ocorrem mudanças não somente decorrentes da produção espacial, como também decorrente do modo de vida. Conforme MUNIZ(1999), muitos trabalhadores que anteriormente viviam de práticas esporádicas no setor primário e que passam a ser absorvidos como assalariados nestas indústrias adotam um ritmo de vida típico de vida urbana em que a disciplina, pontualidade e assiduidade passam a ser valores condizentes com a nova maneira de trabalhar daqueles que passam a ter sua identidade e a noção de espaço mediada entre o local de trabalho e local de moradia, diferente do ritmo de vida que levavam até então.

Na vivência do dia-a-dia cronometrado, do trabalho dado pelo tempo do relógio acelera-se a entrada da racionalidade, impõe-se um tempo abstrato, mensurável, previsível,

“produtivo”, enfim, racional. Se até então o ritmo das atividades e a sua interrupção eram ditados pelas forças da natureza, essa é a nova lógica que passa a reger o trabalho com a crescente utilização da ciência e da técnica. Podemos afirmar, então, que o novo operário é inserido em uma lógica competitiva que exige economia de tempo e uma maior sincronização do trabalho, sendo-lhe imposto um tempo regular, linear, disciplinado, racional ao mesmo tempo em que se destroem os hábitos e costumes com os quais distribuía seu tempo entre trabalho e ócio.

Como afirma Pereira Junior(2005) os empreendimentos industriais

engendram uma dinâmica econômica estranha aos municípios, que tinham vocações agrárias e se moviam sob a lógica de um pequeno fluxo comercial. [...]Entretanto, tais atividades tornam-se coadjuvantes diante da imposição industrial, elas hoje apresentam importância secundária na organização econômica dos municípios. O que se vê aqui, então, é a consolidação da lógica industrial, responsável pela imposição de ritmos velozes e a consagração do meio técnico como racionalidade única à vida social. Erguem-se, nesse sentido, novas formas de organização espacial e do trabalho, diferentes ritmos comerciais e uma nova dinâmica demográfica. A globalização e sua imposição técnica transforma Horizonte e Pacajus em novos espaços de reprodução do grande capital.(PEREIRA JÚNIOR, 2005: 58) ⁶.

A expansão industrial ocorre também no município de Eusébio, onde podemos encontrar indústrias do ramo têxtil e de confecção, como também de alimentos, com destaque para o Grupo M. dias Branco, e da construção civil, em razão da crescente especulação imobiliária⁷, vejamos a Tabela 11 (em anexo):

Com a criação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em 2002, onde serão instaladas uma siderúrgica e a refinaria de petróleo Premium II da Petrobrás, sai fortalecido o eixo industrial Caucaia-São Gonçalo do Amarante, redefinindo-se o papel até então exercido por estes municípios na estrutura socioespacial metropolitana.

Ademais, com a criação da Zona de Processamento de Exportações – ZPE, incentivos fiscais serão direcionados para a atividade industrial. Isto traz inúmeras consequências para a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano, a mobilidade da população e a demanda pelo solo urbano, com o crescimento de fixos e fluxos, estreitando as relações deste município com Caucaia e a Capital.

Por meio do PRODECIPEC(Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário de Pecém e da Economia do Ceará), instituído pela Lei nº 13.379, de 29

⁶ Para aprofundamento desta temática, ver: PEREIRA, JR. E, A. **Industrialização e Reestruturação do Espaço Metropolitano: Reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus(CE)**. Fortaleza: Eduece, 2005, como também: PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. **Industrialização e reestruturação do espaço – o caso de Horizonte-Pacajus (CE)**. Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia/UECE, 2001. Dissertação de Mestrado.

⁷ A este respeito ver: NOGUEIRA, Cleiton Marinho Lima. **Expansão Metropolitana e Dinâmica Imobiliária: O Município de Eusébio no Contexto da Região Metropolitana de Fortaleza**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2011.

de setembro de 2003 e regulamentada pelo Decreto nº 27.196, de 29 de setembro de 2003, o Governo do Estado objetiva estimular a implantação, ampliação e modernização de empreendimentos nos setores de atividade considerados estratégicos para o desenvolvimento do Ceará: refino de petróleo e seus derivados; siderurgia; geração de energia termoeletrica ou gás natural e produção de biodiesel.

Os empreendimentos enquadrados no PRODECIPEC serão beneficiados pelos incentivos previstos no FDI(Fundo de Desenvolvimento Industrial), bem como pela alienação, gratuita ou onerosa, de terras públicas e/ou particulares que venham a ser desapropriadas; execução de obras e serviços de infraestrutura necessários para a instalação do empreendimento, incluindo terraplanagem; construção ou financiamento de instalações para uso industrial, contando com galpões e armazéns; aquisição ou financiamento e instalação de equipamentos para a ligação de estabelecimento industrial a terminal portuário; isenção do ICMS, na importação de bens objeto de contrato de arrendamento mercantil celebrado com entidade domiciliada no Exterior, inclusive no caso de exercício da opção de compra do bem pelo arrendatário; e deferimento do ICMS incidente nas operações internas com elevada demanda de energia elétrica e com gás natural industrial.

Podemos visualizar pelos dados cedidos pela CearáPortos, os quadros 7 e 8 (em anexo), com algumas indústrias já instaladas e a se instalar no CIPP (Complexo Industrial e Portuário do Pecém):

Dentre as indústrias já implantadas(Quadro 7), existem as voltadas para produção de energia e ligadas à construção civil, além de alimentos, com capital em sua maioria nacional e poucos empregos gerados em relação ao montante investido.

Dentre as indústrias em implantação no CIPP(Quadro 8), segundo dados do Ceará Portos, há indústrias nacionais e estrangeiras, sendo o capital investido para seu funcionamento muito maior do que o capital investido em recursos humanos, pois há presença de muita mão de obra coreana, ou seja, importação de mão de obra mais barata e a crescente especulação imobiliária⁸.

Ademais, em meio à crescente atração industrial, é perceptível a maritimização de alguns ramos industriais, ou seja, a industrialização dos espaços portuários. Acerca do espaço estratégico de alocação no entorno do porto do Pecém por parte destas indústrias que utilizam

⁸ Para saber mais, consultar pesquisa em andamento: BORGES, Felipe da Rocha. **A Produção Desigual do Espaço Urbano:** Transformações Socioespaciais e Implicações Habitacionais em Pecém - São G.Amarante-Ce. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2014.

enormes quantidades de materiais brutos André Fisher(2008) nos dá sua contribuição acerca da função industrial dos portos

[...] o porto não é apenas uma etapa ou um lugar de estágio da carga; é também um lugar onde permanecem algum tempo grandes quantidades de mercadorias e matérias primas pesadas que interessam a numerosas indústrias. As indústrias atraídas pela vizinhança de um porto são principalmente aquelas que recebem ou expedem produtos pesados; elas trabalham com grandes toneladas e fornecem, em geral, um semiproduto enviado para o entorno ou interior para acabamento. (FIRKOWSK;SPOSITO, 2008: 144).

A intenção do Governo é consolidar o porto do Pecém como o maior exportador de frutas e de calçados no Brasil. As obras do porto constam de três etapas principais, que serão finalizadas até março de 2016.

Conforme Silva e Cocco (1999:17), “[...] os portos, especificamente, devem assumir rapidamente uma nova função, que é a de organizar e gerenciar fluxos contínuos de bens para a produção e o consumo”.

Em São Gonçalo do Amarante(SGA), pudemos perceber, além da siderúrgica e indústria de alimentos, a existência de indústrias voltadas para construção civil, como podemos ver na Tabela 12(em anexo):

Pela análise das indústrias presentes no CIPP, percebemos a busca por desenvolver a indústria de base, pois sabemos que, assim como no espaço nacional, a indústria no espaço cearense surge com a indústria leve ou de bens de consumo não duráveis, exigindo a importação de máquinas, aumentando assim a dependência tecnológica.

Já em Caucaia encontramos indústrias de confecção e fabricação de produtos químicos e metálicos, como também de construção civil, dado o destaque deste município no quantitativo populacional e em razão da crescente especulação imobiliária em casas de primeira residência que até então eram de veraneio dada a atratividade e a proximidade com o litoral⁹. Citamos algumas dessas indústrias na Tabela 13(em anexo).

Dentre as indústrias instaladas nos demais municípios da RMF, em Chorozinho se destacam com a produção de cerâmicas, mas também podem ser encontradas indústrias alimentícias (como a Cione que tem sede em Fortaleza) e do ramo de confecção, porém não há indústrias têxteis neste município, como pode ser visto na Tabela 14 (em anexo).

⁹ Ver mais a este respeito em: SOUZA, Eudes André Leopoldo de. **Metropolização Litorânea:** produção do espaço do lazer e mercado mobiliário. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, 2013; PEREIRA,Alexandre Queiroz. **A Urbanização Vai à Praia:** vilegiatura marítima e as transformações socioespaciais no litoral do nordeste brasileiro. Tese. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2012; TELES, Glauciana Alves. **Dinâmicas Metropolitanas Contemporâneas:** Caucaia da Região Metropolitana de Fortaleza. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, 2005.

Em Pacatuba, que se beneficia da expansão das indústrias e dos conjuntos habitacionais concentrados inicialmente em Maracanaú, há indústrias têxteis, de confecção, de fabricação de bebidas, dentre outras mais que podem ser vistas na Tabela 15(em anexo).

Em Maranguape, há indústrias¹⁰ têxteis, de confecção, de alimentos, de calçados, com destaque para a representatividade da Dakota (estando também com outra unidade em Russas) que emprega, neste município, cerca de 1700 pessoas diretas, como pode ser visto na Tabela 16(em anexo).

Em Aquiraz mesmo sendo a maior fonte de renda advinda do turismo, há também o investimento em indústrias dos ramos têxtil, de confecção, como também de alimentos e fabricação de bebidas que tem maior peso na economia do município pelo número de empregos gerados, como pode ser visto na Tabela 17 (em anexo).

Cascavel conta com indústrias têxteis, de confecção, de calçados e de alimentos, como pode ser visto na Tabela 18(em anexo). Entrevistando moradores durante visita de campo em Cascavel, é perceptível a representatividade que têm na economia do município as indústrias Cascaju e a Cascavel Couros. Mesmo com a presença de indústrias de transformação a economia do município é baseada no desenvolvimento da agricultura, notadamente a produção de caju e o comércio, em que se ressalta a presença da Feira de São Bento, a segunda maior Feira Livre do Brasil, perdendo somente para a Feira de Caruaru, em Pernambuco. Outras fontes de renda do município são o artesanato de cerâmica e o turismo litorâneo.

Em Pindoretama, existe apenas uma indústria de confecção, já que este município não tem tanta representatividade no setor industrial, como pode ser visto na Tabela 19(em anexo).

Em Itaitinga há indústrias de confecção e de extração de minerais não metálicos, que é o ramo que se sobressai com a presença de pedreiras, como pode ser visto na Tabela 20(em anexo).

Em Guaiúba, há indústrias de confecção, calçados e de produção de cerâmicas, entretanto, além de ser em pequeno número, são indústrias de pequeno porte, não há um ramo industrial que se destaque, como pode ser visto na Tabela 21(em anexo). Em trabalho de campo, é visível as características de espaço rural deste município, com um pequeno comércio

¹⁰ Ver mais a este respeito em: MENDES, Marília Colares. **Metropolização e Indústria:** Maranguape no contexto da Região Metropolitana de Fortaleza. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UECE. Fortaleza, 2006.

no centro da cidade, próximo à praça e à Igreja central e a presença de criações de animais, além de indústrias de cerâmica um pouco mais afastadas do centro (ver foto 6).



Foto 6 : Produção ceramista em Guaiúba
Alexsandra Muniz

Enquanto observamos nos demais municípios uma refuncionalização do espaço e um reforço ao modo de vida urbano, o que nos lembrou Sposito a respeito da redefinição do espaço e expansão urbana com suas consequentes práticas socioespaciais quando diz que:

Trata-se de uma multiplicidade de novas formas de produção do espaço urbano, decorrentes das novas localizações industriais, das novas formas de habitat e das novas escolhas locacionais das empresas comerciais e de serviços. Esses espaços produzidos podem incluir tanto a incorporação de áreas rurais ao tecido urbano, como iniciativas de refuncionalização de parcelas de terra que já haviam sido incorporadas à cidade em outros momentos e para outros usos. É importante destacar que estamos nos referindo à constituição de novos ambientes de vida urbana, que expressam e condicionam as novas formas de expressão dos tecidos urbanos e as novas práticas socioespaciais(SPOSITO, 2010:126).

Diferentemente é o que se observa na incorporação de espaços com características rurais, como Guaiúba não integrado verdadeiramente a delimitação do espaço urbano metropolitano da capital, o que revela interesse diverso a uma redefinição ou configuração urbana deste espaço, há sobretudo o intuito de atrair ações político-econômicas e administrativas para segmentos específicos.

As informações acerca das principais indústrias presentes no espaço metropolitano das tabelas (em anexo) têm a intenção de explicitar o investimento no capital

industrial na RMF, nos levando a afirmar que as indústrias se diferenciam tanto no ramo em que atuam, sendo predominante os ramos têxteis, de confecção, alimentos e de calçados, quanto no porte, existindo tanto pequenas como médias e grandes indústrias. O faturamento e o fato de exportar e/ou importar são também indicativos do porte da indústria, já que demandam capital e toda uma logística de transporte, como também o tamanho da indústria pode ser aferido pelo quantitativo tecnológico que também reflete no quantitativo de empregados. Maiores considerações requerem um estudo mais específico que nos propomos a fazer com a indústria têxtil, conforme veremos mais adiante.

Longe de apresentar o espaço como mero receptáculo de um setor produtivo, o esforço de síntese na caracterização do atual processo industrial na RMF revela a inserção de municípios como produto, condição e meio para a reprodução do capital industrial que se materializa nestes, com mudanças significativas tanto no que se refere ao modo de vida da população, quanto traz todo um rearranjo espacial.

O quantitativo de indústrias que encontramos durante o trabalho de campo nos 15 municípios que compõem a RMF nos faz afirmar que está ocorrendo um espraiamento industrial para além da capital, reforçando a metropolização em curso não somente pela presença das indústrias nas cidades que compõe a região metropolitana, fortalecendo o discurso da política de industrialização acerca da dispersão das atividades produtivas, mas isto ocorre, sobretudo, por serem os municípios da RMF espaços da produção e reprodução no processo de acumulação do capital.

Conforme Lencioni (2007:6),

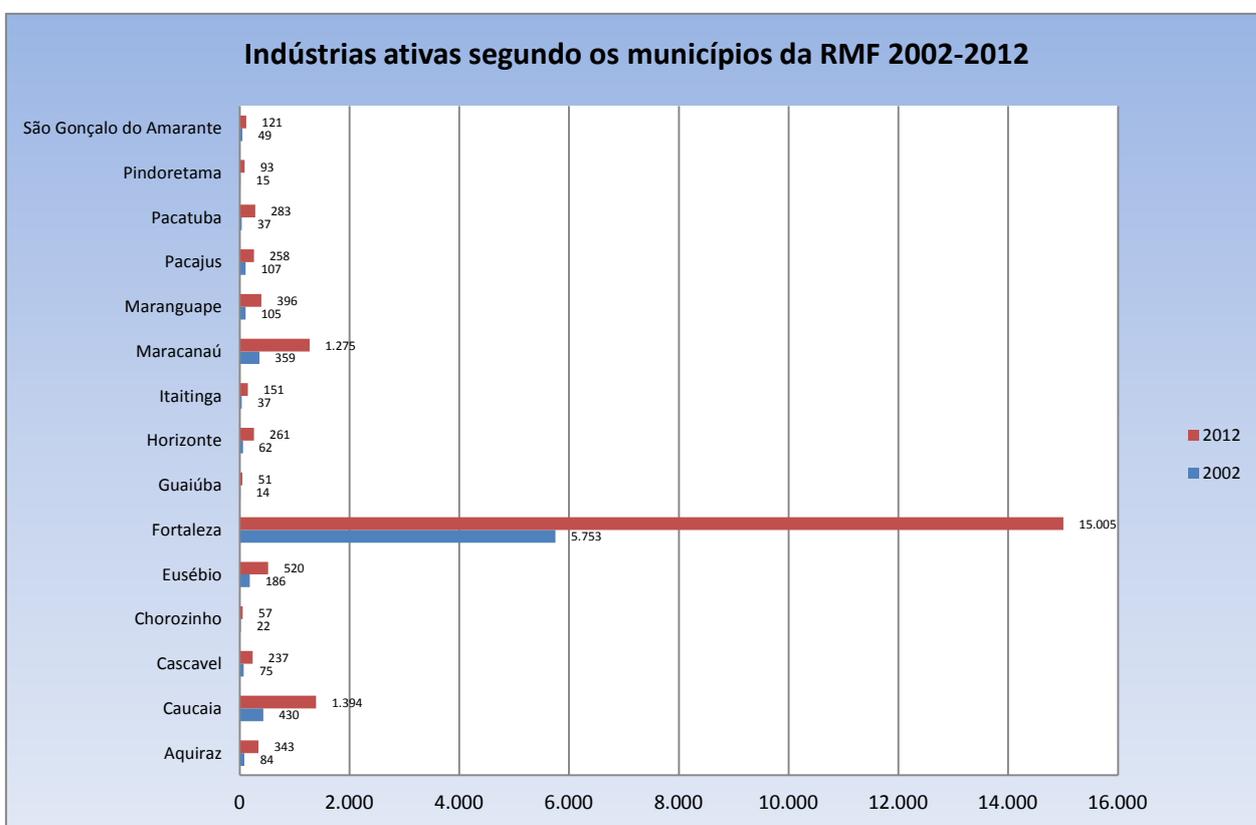
Considerando-se que são, em geral, nas áreas metropolitanas que se adensam as condições gerais de produção voltadas para as indústrias de alta tecnologia e inovadoras (não importa aqui os limites administrativos da região metropolitana, estamos a falar do território de desconcentração metropolitana), podemos afirmar que vem se esboçando uma nova forma de desigualdade territorial, dada a densidade e aglomeração territorial dessas condições gerais. Essas, convém dizer, exigem, dentre tantos equipamentos e serviços que poderíamos nos referir, a concentração de trabalho intelectual e serviços voltados à gestão do capital. Enquanto isso, outras parcelas do território se caracterizam pela presença de condições gerais de produção voltadas para as atividades tradicionais.

Este é o caso da RMF na busca de condições gerais de produção voltadas para atividades tradicionais. Este processo, por sua vez, é acompanhado da intensificação de um mercado de trabalho urbano, impulsionando os movimentos pendulares, como também a construção de conjuntos habitacionais e uma mudança frente aos novos padrões de produção e consumo.

Corrêa (2001), reportando-se às cidades brasileiras, expressa que o uso da terra de forma diferenciada, com a formação de uma área central, áreas industriais e residenciais diversas, interagem com os fluxos de capital e de pessoas, com migrações diárias entre local de residência e lugar de trabalho, e o deslocamento de consumidores, o que possibilita a integração de variados usos do espaço.

Analisando os dados do IPECE quanto ao uso do espaço industrial na RMF, pudemos manusear alguns dados estatísticos da última década e gerar o gráfico seguinte que permite visualizar a preponderância da capital no quantitativo industrial.

Gráfico 5 - Indústrias ativas segundo os municípios da RMF 2002-2012



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Elaboração: Msc. Alexandra Muniz

Do total de 20.445 indústrias ativas na RMF na última década, percebemos que, embora todos os municípios tenham indicado crescimento no quantitativo industrial, ainda permanece na Capital a maior concentração industrial, com 73,39% em 2012.

Mais da metade do quantitativo industrial do Estado está na RMF, representando 67,42 % do total de indústrias ativas no Ceará que em 2012 é de 30.324, contra 12.062 em 2002, ou seja, um aumento de 262 indústrias, conforme pode ser visto no gráfico seguinte.

Gráfico 6 - Indústrias ativas no Ceará 2002-2012

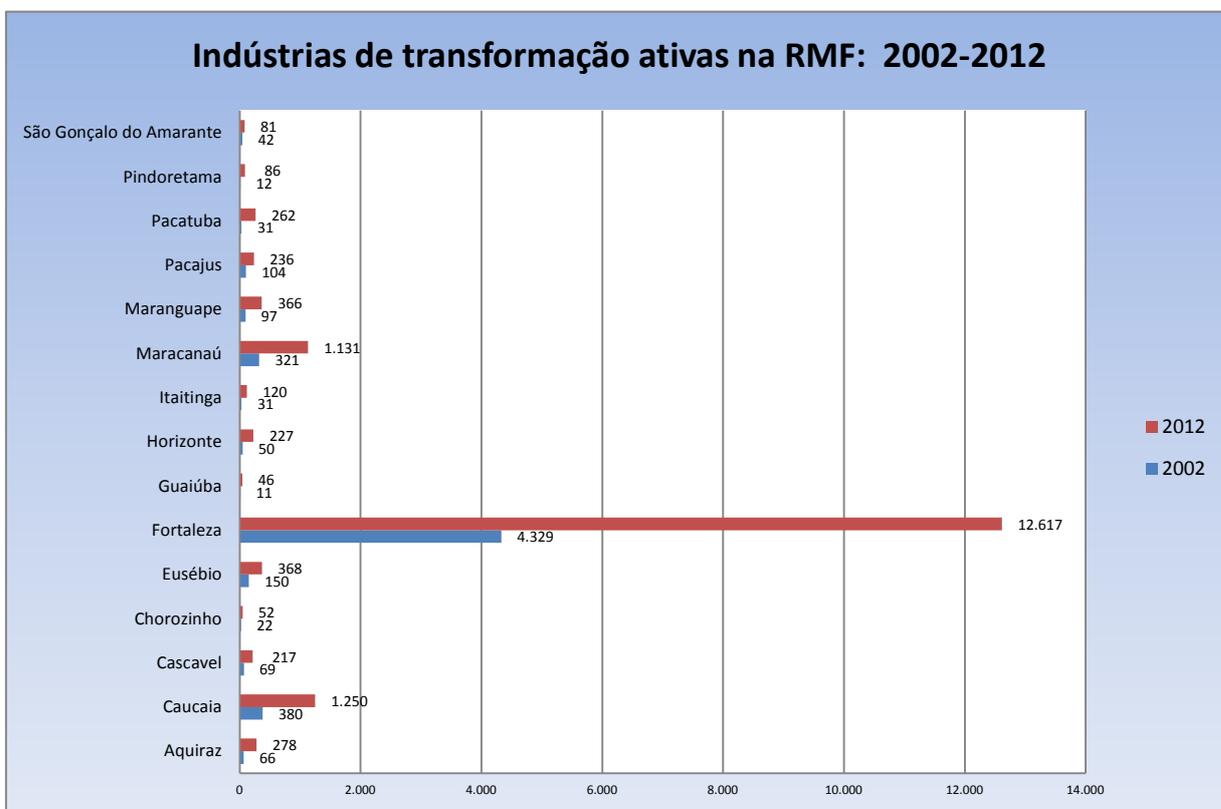


Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
Elaboração: Msc. Alexandra Muniz

A análise destes dados nos permitiu constatar que não ocorre descentralização industrial de fato, como acreditávamos de início, uma vez que permanece na Capital, e, no plano Estadual, na RMF o maior quantitativo industrial.

A partir do Gráfico 7, gerado com os dados do Ipece, é possível visualizar a espacialização da indústria de transformação na RMF. O destaque nesta análise dá-se pelo fato de que, no Estado, a atividade de transformação é a mais representativa, com 46,8%, seguida daquelas relacionadas à Construção Civil, com 27,5%, e aos Serviços Industriais de Utilidade Pública-SIUP, com 23,4%, ou seja, não difere muito da estrutura setorial industrial nacional, uma vez que, nesta, a indústria de transformação se sobressai, representando 53%, a de construção Civil 21% e os SIUP 11,2%.

Gráfico 7 - Indústrias de Transformação ativas na RMF



Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ)/IPECE

Do total de 20.445 indústrias ativas na RMF, 85% são de transformação e estão concentradas na Capital, representando 73% do total das indústrias de transformação na RMF, embora observemos pelo gráfico 7 que houve crescimento das indústrias de transformação em todos os municípios da RMF.

Quando analisamos a representatividade da indústria de transformação na dimensão Estadual, observamos, pelo gráfico 8, que, do total de 25.626 indústrias do setor de transformação no Estado, mais da metade, ou seja, 68 %, está concentrada na RMF.

Gráfico 8 - Indústrias de Transformação ativas no Ceará 2002-2012



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

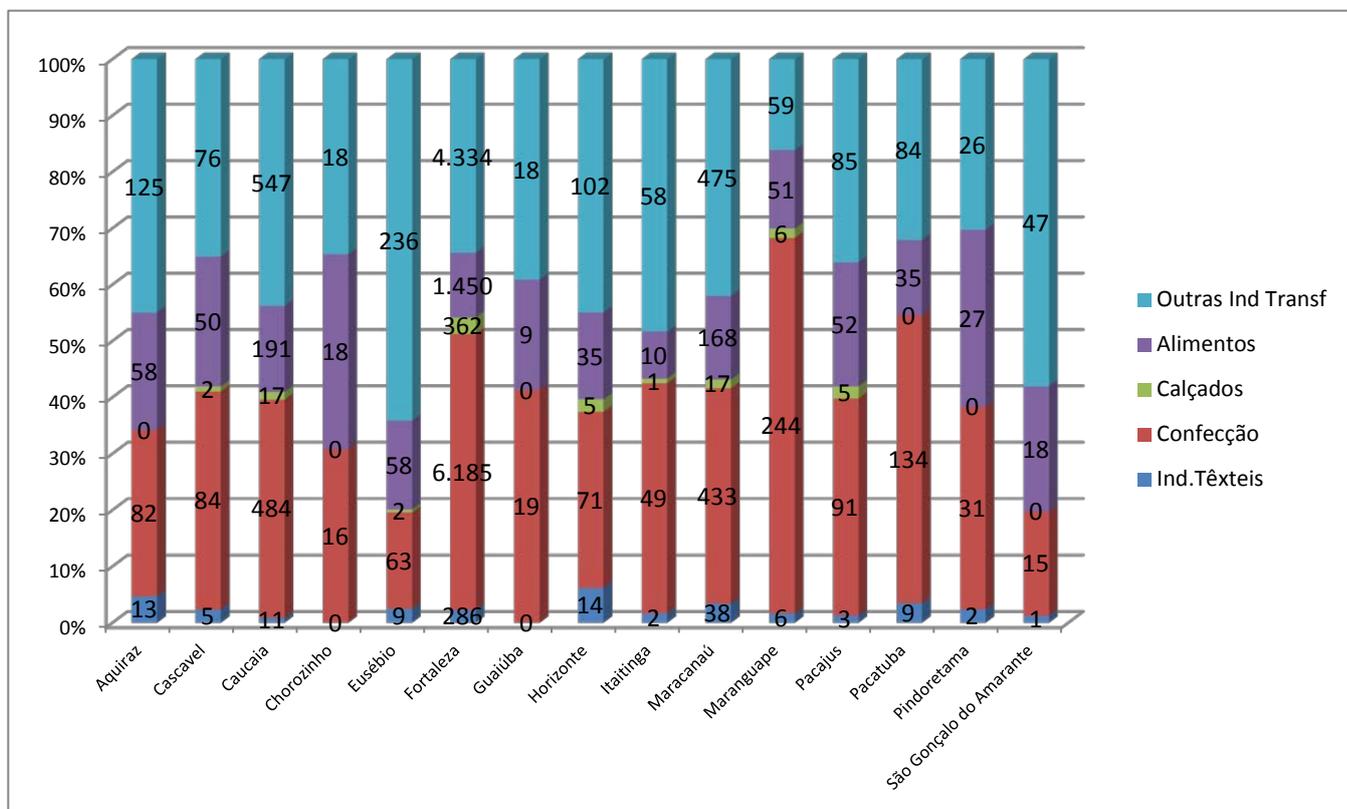
Coadunamos com Amora (2005: 376), quando afirma que “a distribuição espacial da indústria constitui fator significativo da metropolização e reforça a preponderância da cidade de Fortaleza, que se projeta nacionalmente”.

Analisando dados do Guia Industrial do Ceará (GIC/2014), juntamente com a pesquisa de campo, podemos afirmar que há preferência das indústrias modernas pelos municípios próximos a Fortaleza, permanecendo na Capital o maior quantitativo das indústrias tradicionais. Algumas destas indústrias tradicionais encontram-se nos antigos espaços de desenvolvimento do capital industrial. Como exemplo, podemos ver algumas indústrias em Fortaleza na Tabela 22(em anexo).

Percebemos pela análise da tabela 22(em anexo) indústrias que utilizavam a matéria-prima local, como a oiticica, o algodão, a castanha de caju, e continuam presentes em Fortaleza.

Mesmo com a decadência da cultura do algodão, uma vez que desde o fim da década de 1970, a praga do bicudo (*Anthonomus grandis*) começou a atacar as colheitas cearenses de algodão e "de forma surpreendente, os obstáculos conjunturais e naturais levaram praticamente ao fim da cultura do algodão no Ceará, ao longo dos anos 1990" (ARAGÃO, 2002:106), com a concentração de indústrias pautadas em novas tecnologias, as de gêneros tradicionais, como o têxtil, são as que predominam(Gráfico 9).

Gráfico 9 - Indústrias de Transformação ativas por principais gêneros, segundo os municípios da RMF 2012



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Elaboração: Msc. Alexandra Muniz

Percebemos pelo gráfico 9 que, das indústrias de transformação ativas, o destaque é para os gêneros tradicionais, como o de confecção, alimentos, calçados e o têxtil.

Apesar da propaganda de interiorização industrial pelo Governo estadual e a despeito do processo de descentralização industrial mundial e a consequente dispersão da produção, o que ocorre na metrópole de Fortaleza é o processo de desconcentração ou mesmo descentralização industrial da zona oeste de Fortaleza e a consequente difusão para a RMF que, no atual contexto é o *locus* crescente do capital industrial, reflexo da política industrial do Estado de incentivo à alocação para municípios adjacentes da Capital, conforme veremos mais adiante.

Ao contrário de São Paulo, onde ocorre o deslocamento de grande número de indústrias para outras cidades, permanecendo na Capital a gestão da produção. Em Fortaleza, dada sua particularidade, as indústrias continuam concentradas na Capital, ocorrendo nas últimas décadas a atração de indústrias do Sul e Sudeste para a RMF, mas para aquelas que já

estão instaladas na Capital e não demandam tanto espaço para sua produção, o deslocamento representa aumento de custos, deseconomia.

Com a descentralização industrial da zona oeste de Fortaleza observamos, em pesquisa realizada por Muniz (2002) uma nova configuração espacial, uma nova função exercida por este espaço que deixa de ser predominantemente de sustentação e valorização industrial ao mesmo tempo em que se transforma em espaço residencial, de comércio e serviços. Observa-se na zona oeste o crescimento de subcentros comerciais, visando distribuir uma gama de produtos para um crescente mercado consumidor, constituído predominantemente por assalariados.

O atual deslocamento industrial no Estado do Ceará implica alteração dos fluxos do tipo campo-cidade, em que a estes se somam os fluxos urbano-urbano com atração da população urbana das cidades próximas.

A política de interiorização e descentralização industrial garantiu a redução de 45% do pagamento do ICMs pelas indústrias localizadas na RMF e 75% para as implantadas em municípios mais distantes. Isto favoreceu a redistribuição no espaço de alguns ramos industriais, com indústrias instaladas na RMF e em outros municípios brasileiros. Dentre estas, citamos: Dakota Nordeste S/A, em Maranguape e no município de Russas; Grendene¹¹ S/A, em Fortaleza, no município do Crato e em Sobral, com parte administrativa no Rio Grande do Sul; Moinho Dias Branco S/A, no Eusébio e no município do Crato; Indaiá Brasil Águas Minerais Ltda, em Fortaleza, Guaramiranga e no Crato; a transnacional Coca-Cola, no Ceará(em Maracanaú), na Bahia, no Piauí e no Rio Grande do Norte.

Se na política de integração nacional o Estado investia no desenvolvimento industrial visando a sustar o movimento migratório, pois acreditava que a indústria oferecendo empregos absorveria grande parte do contingente de mão de obra vinda do campo, hoje, com a política de interiorização industrial, ocorre a *migração descendente* (SANTOS, 1993), ou seja, migração da cidade para o campo. Conforme Muniz (2004), esta migração ocorre notadamente por parte do trabalhador com maior qualificação, embora a migração ascendente (do campo para cidade) ainda continue, dentre outras coisas, em razão da busca de empregabilidade, notadamente nos períodos de entressafra que exigem menor trabalho braçal.

¹¹ Ver mais a este respeito em: ALMEIDA, Diego Gadelha de. **Indústria e Reestruturação Sócioespacial: A inserção de Sobral(CE) na divisão espacial do trabalho.** Dissertação(Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, 2009.

Os períodos de redução da produção industrial e agroindustrial no meio rural também ocasionam a unificação do mercado de trabalho urbano-rural na cidade, com a presença do *agrícola não rural* (SANTOS, 1988) em atividades da indústria de construção civil, com o crescimento do mercado imobiliário, em empregos indiretos, como a terceirização do transporte de produtos ligados ao agronegócio e nos serviços em geral (MUNIZ, 2004: 285).

Como o desenvolvimento do capitalismo é contraditório e desigual, acreditamos que ocorre o deslocamento de trabalhadores da zona rural destes municípios mais distantes da RMF para sua sede. E já que o sistema de transporte intraurbano nestas localidades não é de fácil acesso, a tendência é que parte da população atraída pelo mercado de trabalho industrial migre¹² para mais próximo do local de trabalho. Isto certamente implica a redução da população rural nestes municípios e impulsiona o modo de vida urbano, ou seja, supomos que ocorre uma mudança não somente na forma (organização espacial) e função, mas também mudanças qualitativas que se referem à subjetividade e ao modo de vida como consequência das novas práticas sociais e aceleração do tempo.

O deslocamento cidade-campo é acompanhado da mobilidade espacial de trabalhadores, que ocorre na RMF, entre municípios com maior vocação industrial (Fortaleza, Maracanaú, Pacajus, Horizonte e São Gonçalo do Amarante) em decorrência da desconcentração industrial das tradicionais zonas industriais de Fortaleza.

Segundo Gaudemar (1977: 192), “a mobilidade da força de trabalho é uma característica do trabalhador submetido ao capital e por essa razão ao modo de produção capitalista”

Esta mobilidade se caracteriza em movimento pendular (deslocamento cotidiano entre local de moradia e de trabalho e/ou estudo) em razão da proximidade e do crescente investimento nos sistemas técnicos voltados às comunicações e aos transportes que têm ligação com as vias principais em direção à Capital e demais municípios (BRs e CEs com acesso mais rápido), encurtando, portanto, o tempo que separa os distintos espaços de moradia e de trabalho.

Araújo (2007: 24) defende a ideia de que

[...] a recorrência do fenômeno de mobilidade populacional tem por base o espaço metropolitano como condição de reprodução dos trabalhadores, tanto pela oportunidade de trabalho quanto pela renda gerada na produção popular de moradias. A habitação tornou-se uma mercadoria cuja produção significa a opção de trabalho e sua venda permite o consumo e a sobrevivência dessa massa de trabalhadores metropolitanos de ‘reserva’.

¹² Uma afirmação mais precisa requer continuidade de pesquisa a posteriori com análise de dados, como os do RAIS Migra.

Como assinala Meneleu Neto (1996), o exército industrial de reserva hoje é bem mais complexo e contraditório do que Marx (1988) concebera, uma vez que não teria mais somente a função de suprir a demanda por mão de obra, mas se tornou necessário à acumulação capitalista como instrumento de pressão desarticuladora de organizações sindicais e controle de salário, multiplicando-se numa massa de trabalhadores desempregados e subempregados.

Na rodada de reestruturação, entretanto, o exército de reserva de trabalhadores minoritários e migrantes (aumentado pelo ingresso maciço de mulheres na força de trabalho) subiu para níveis sem precedentes, criando um bolsão transbordante de trabalho barato e relativamente dócil, que não é apenas localmente competitivo, mas também capaz de competir com as novas concentrações industriais do terceiro mundo. (SOJA, 1993: 261).

Quanto à parcela da população que consegue ocupar o competitivo mercado de trabalho atual, existem os que se deslocam para o município-sede de onde trabalham e passam a ali residir, seja por benefício adquirido por parte do cargo a ser ocupado na indústria, seja pelos conjuntos habitacionais construídos e o preço mais acessível nos lugares de reserva do capital. Como retomamos, isto interfere diretamente no quantitativo da população residente nos espaços rural e urbano (Tabela 23).

Tabela 23 - Municípios da RMF por População Residente, Situação do Domicílio, Taxa de Urbanização

Municípios	TOTAL				RURAL				URBANA				TX.URBANIZ.			
	Pop1980	Pop1991	Pop2000	Pop2010	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
Aquiraz	45.112	46.305	60.469	72.628	7.390	5.533	5.787	5.548	37.722	40.772	54.682	67.103	83,6	88,1	90,4	92,4
Chorozinho	-	15.492	18.707	18.915	-	11.193	9.238	7.493	-	4.299	9.469	11.427	-	27,7	50,6	60,4
Cascavel	47.677	46.507	57.129	66.142	10.701	9.414	9.676	9.981	36.976	37.093	47.453	56.143	77,6	79,8	83,1	84,9
Caucaia	94.106	165.099	250.479	325.441	20.802	17.498	24.391	34.820	73.304	147.601	226.088	289.918	77,9	89,4	90,3	89,1
Eusébio	-	20.410	31.500	46.033	-	0	0	0	-	20.410	31.500	46.047	-	100,0	100,0	100,0
Fortaleza	1.308.919	1.768.637	2.141.402	2.452.185	0	0	0	0	1.308.919	1.768.637	2.141.402	2.447.409	100,0	100,0	100,0	99,8
Guaiúba	-	17.562	19.884	24.091	-	7.514	4.273	5.214	-	10.048	15.611	18.877	-	57,2	78,5	78,4
Horizonte	-	18.283	33.790	55.187	-	7.497	5.668	4.138	-	10.786	28.122	51.016	-	59,0	83,2	92,4
Itaitinga	-	-	29.217	35.817	-	-	2.671	252	-	-	26.546	35.586	-	-	90,9	99,4
Maranguape	91.137	71.705	88.135	113.561	33.214	19.751	22.867	26.053	57.923	51.954	65.268	86.873	63,6	72,5	74,1	76,5
Maracanaú	-	157.151	179.732	209.057	-	741	562	900	-	156.410	179.170	208.848	-	99,5	99,7	99,9
Pacatuba	42.106	60.148	51.696	72.299	17.302	6.522	4.668	10.188	24.804	53.626	47.028	62.061	58,9	89,2	91,0	85,8
Pacajus	46.981	31.800	44.070	61.838	23.046	9.150	9.769	11.165	23.935	22.650	34.301	50.681	50,9	71,2	77,8	82,0
Pindoretama	-	12.442	14.951	18.683	-	8.257	8.133	7.402	-	4.185	6.818	11.289	-	33,6	45,6	60,4
São Gonç. Am.	24.694	29.286	35.608	43.890	17.545	11.287	13.531	15.366	7.149	17.999	22.077	28.581	29,0	61,5	62,0	65,1
RMF	1.581.380	2.307.017	2.984.689	3.615.767	78.708	57.559	103.425	138.520	1.502.672	2.249.458	2.881.264	3.471.859	95,0	97,5	96,5	96,0
Ceará	5.288.429	6.366.647	7.430.661	8.452.381	2.478.056	2.204.640	2.115.343	2.104.065	2.810.373	4.162.007	5.315.318	6.343.990	53,1	65,4	71,5	75,1

FONTE: IPECE-Anuário do Ceará/IBGE-CENSO

Organiz.: Msc. Alexandra Muniz e Antônio Luiz Teixeira

Percebemos pela análise desta tabela que, além dos municípios de Eusébio e Fortaleza apresentarem 100% de taxa de urbanização, todos os municípios indicam crescimento da população urbana, notadamente na última década naqueles onde há destaque no PIB industrial (Eusébio, São Gonçalo do Amarante, Horizonte e Maracanaú). Horizonte,

inclusive, apontou no último censo redução na população rural. Maracanaú é o segundo município com maior taxa de urbanização, e também, conforme vimos é o segundo no quantitativo de indústrias.

Como afirma Araújo (2007:23),

Parte da superpopulação metropolitana é resultante da migração, pois permanece desempregada, fazendo “bico”, de tão precárias e instáveis que são suas atividades remuneradas. São famílias e pessoas que desejam relações sociais mais estáveis e que permitam a fixação nesses lugares e territórios, mas que acabam numa permanente mobilidade do trabalho ou pelo trabalho, constantemente trocando de moradia, mudando de bairro ou mesmo circulando entre os municípios metropolitanos periféricos.

A industrialização por que passam os demais municípios da RMF só vem reforçar a urbanização que se evidencia pela Tabela 23. Lefebvre (1991:3;9) já afirmava que “a industrialização e a urbanização são dois aspectos inseparáveis, têm uma unidade, e no entanto o processo é conflitante”. “[...] Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor [...]”.

É necessário destacar que não estamos reduzindo a discussão acerca da urbanização somente ao quantitativo de pessoas que passam a morar na cidade ou a uma mera consequência da industrialização, até porque as pessoas não se deslocam somente em busca de trabalho e não esquecemos que a cidade e o urbano antecedem o capital industrial, o que queremos destacar é mais um aspecto do todo que estamos analisando quanto ao papel destes municípios que passam a atrair cada vez mais o capital industrial e o reflexo socioespacial. Isto nos lembra o que nos fala Sposito(1998) em outro contexto analisando as cidades após a revolução industrial:

A expressão da urbanização via industrialização não deve ser tomada apenas pelo elevado número de pessoas que passaram a viver em cidades, mas sobretudo porque o desenvolvimento do capitalismo industrial provocou fortes transformações nos moldes da urbanização, no que se refere ao papel desempenhado pelas cidades, e na estrutura interna destas cidades. Castells sugere que ao invés de se falar de urbanização, que se fale de produção social das formas espaciais, na perspectiva de apreender 'as relações entre o espaço construído e as transformações estruturais de uma sociedade'. Assim, não devemos apenas enxergar na urbanização que se dá via industrialização, uma acentuação da proporção de pessoas vivendo em cidades (SPOSITO,1998:50).

Embora os impactos decorrentes da incorporação de municípios, denote forte efeito político-administrativo, o núcleo dos fluxos ainda é a Capital, detentora de melhores condições de mobilidade e acessibilidade aos serviços e às redes de infraestrutura urbana. Soma-se a isto o conjunto de inovações ligadas à atividade produtiva e a concentração da mão de obra qualificada, que se fixa em Fortaleza. Uma evidência do reforço de sua capacidade de

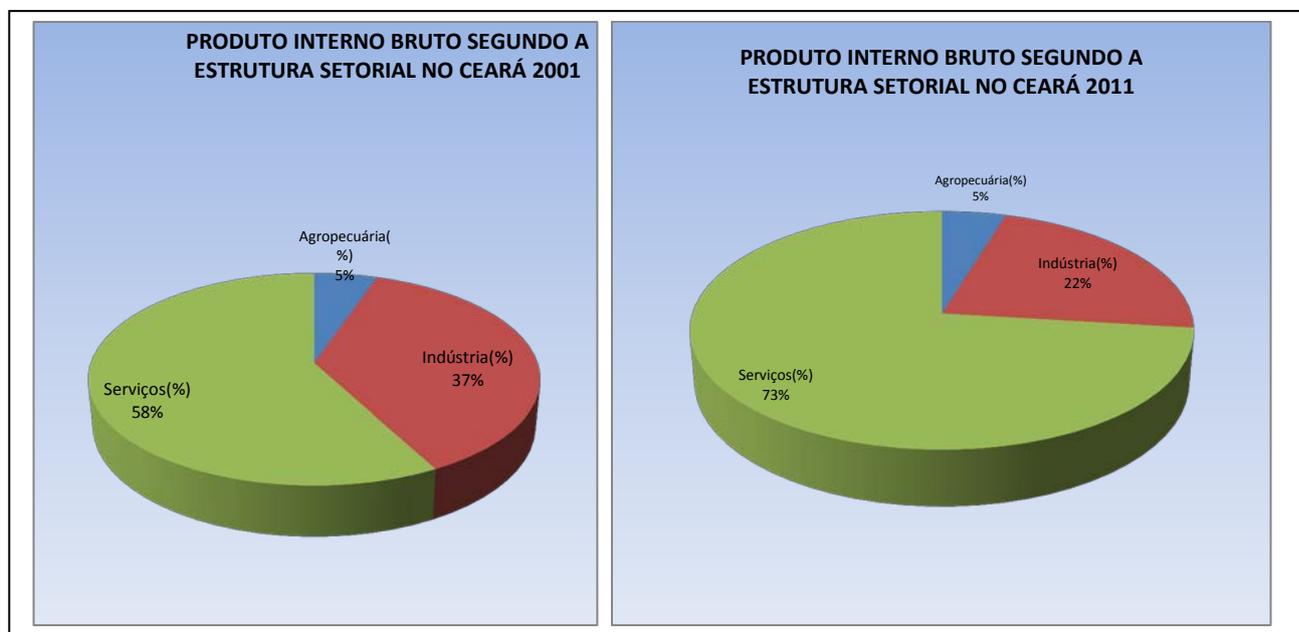
comando são os municípios da RMF que crescem industrialmente, mas continuam dependentes do abastecimento e suprimento de serviços de Fortaleza.

Ante as transformações na sua estrutura produtiva e espacial, a RMF vivencia a substituição de suas formas e a diversificação de suas funções ao longo das últimas décadas, não podendo mais atrelar a função de Fortaleza somente ao desenvolvimento de uma atividade econômica. Isto decorre da multifuncionalidade com o incentivo a diversas outras atividades ligadas ao setor terciário e o incremento dos setores secundário e primário.

Isto é reflexo do desenvolvimento do capitalismo, que se apoia numa rede de setores produtivos, estando os agentes sociais, direta ou indiretamente, integrados em corporações, ou, mesmo, configurando o que Gottdiener (1993: 218) denomina redes de crescimento.

Ao mesmo tempo em que permanece a participação no quantitativo industrial, a metrópole fortalezense não se firma como polo industrial. Acompanhando a tendência mundial, a Capital, assim como o Estado do Ceará, revela o destaque no setor de serviços. Vejamos o gráfico 10.

Gráfico 10 - Produto Interno Bruto, segundo a estrutura setorial no Ceará: 2001 - 2011



Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

Elaboração: Msc. Alexandra Muniz

A análise do gráfico 10 revela que a representatividade do Estado do Ceará no setor de serviços vem crescendo nesta década com uma diferença de 15% em relação ao ano

de 2001, enquanto nos demais setores o que se observa é uma queda crescente, embora em ritmo menor.

Em dados mais recentes, conforme o GIC(2014:65), "O setor industrial cearense representa 22,2% da economia do Estado, em contraponto a maior participação do setor de serviços, com 73,1%, e, da agropecuária, com apenas 4,7%.", ou seja não diferencia muito do panorama da última década.

Mesmo diante deste cenário, não podemos negligenciar a importância que tem o setor industrial em nossa economia e seus impactos socioespaciais, uma vez que muitas atividades do setor de serviços, para existir, dependem da transformação no setor industrial.

A evidência desta afirmação encontra maior respaldo no contexto atual com as inúmeras mudanças que se efetivam no processo produtivo. O que mudou foram os horizontes de apropriação da "mais-valia tornada mundial ou mundializada, por intermédio das firmas e dos bancos internacionais", uma vez que a valorização do capital não mais ocorre somente na esfera da fábrica, pois avança a lógica da financeirização, principal característica da atual etapa do capitalismo mundial (SANTOS, 1994).

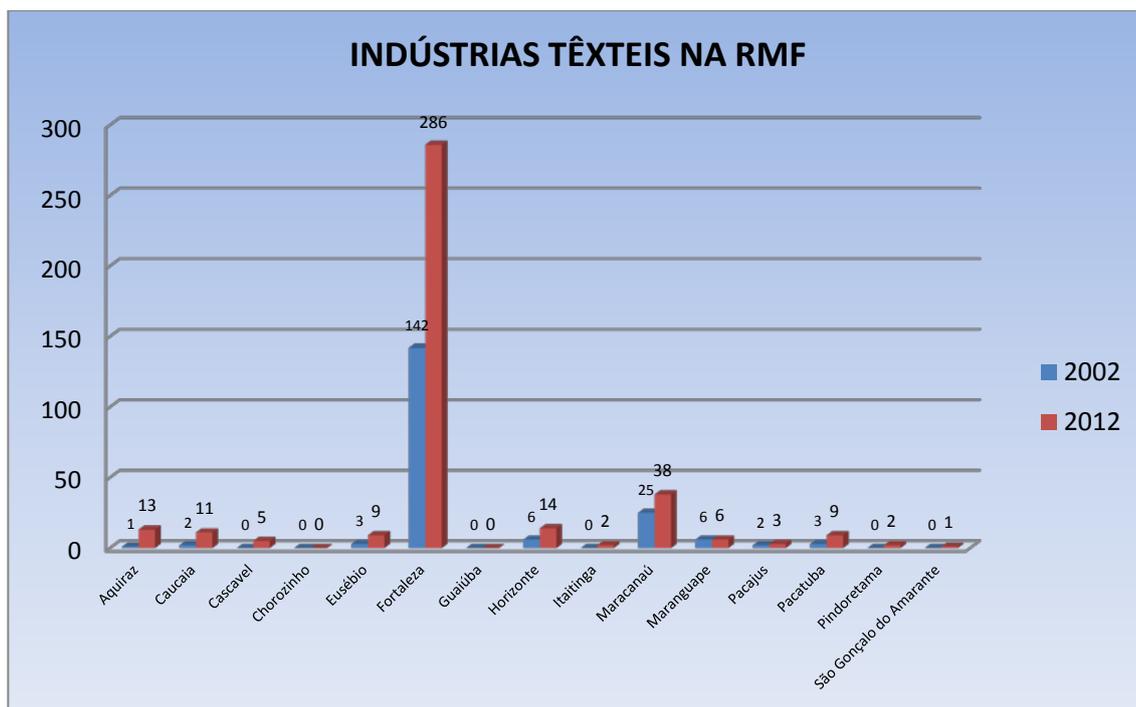
Mesmo com a crescente valorização do capital na esfera financeira, como bem afirmou Alves (2000) "a autonomia do setor financeiro não pode ser senão relativa, já que o capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva".

Ademais, conforme analisamos, embora Fortaleza não se destaque no PIB industrial, é na Capital onde estão concentradas as indústrias. Como esta pesquisa está centrada na análise da indústria têxtil e a trama de relações socioespaciais que esta interliga, teceremos a seguir algumas considerações acerca deste ramo industrial.

3.2 A Indústria Têxtil na RMF no século XXI: de 2002 a 2014

Analisando os dados do Gráfico 11, referentes às indústrias têxteis existentes na RMF, a maior parte destas indústrias(72%) se encontra em Fortaleza, uma vez que, do total de 399 indústrias têxteis na RMF, em 2012, 286 se concentravam na Capital. No ano de 2002, não foi diferente, tendo tido um aumento, em termos absolutos de 209 estabelecimentos no total da RMF na última década(2002-2012). O município de Maracanaú, também, começou a mostrar crescimento, embora ainda bem menor se comparado a Fortaleza. Nos demais municípios, o crescimento da produção industrial têxtil é bem pequeno, enquanto em alguns, como Guaiúba e Chorozinho, nem existe.

Gráfico 11- Indústrias Têxteis na RMF



Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ)/IPECE

Ao contrário da indústria têxtil que ocorre de forma concentrada no espaço, na indústria de calçados, que são 687 unidades do total das indústrias de transformação do Estado (IPECE, 2012), ocorre a interiorização da produção calçadista no espaço cearense e uma difusão para maiores espaços. Conforme Pereira Júnior (2011:404):

O caso específico da implantação das fábricas produtoras de calçados também ilustrou um padrão diferenciado de distribuição industrial no território, pois, ao assumir um perfil mais difuso, atendendo até mesmo municípios de precária infraestrutura, revelou a possibilidade de a indústria moderna acompanhar os ritmos de acumulação usufruindo de redes de relações para legitimar um circuito espacial que subverte a lógica da contigüidade.

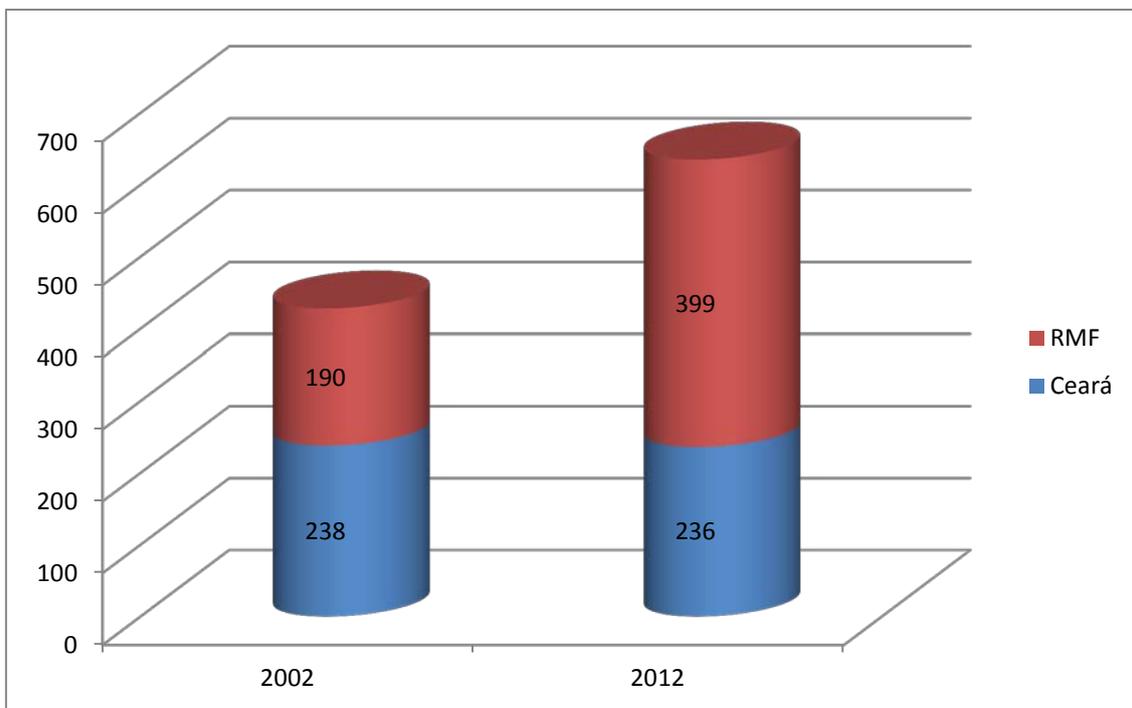
Pereira Junior (2011:293) também analisa o desenvolvimento da indústria como um todo no Estado e afirma que "ao contrário da estratégia territorial calçadista, os demais gêneros caracterizam-se por produzir um espaço industrial muito mais concentrado, onde as redes de fluxos interestadual existem, mas estão montadas sob uma base menos difusa".¹³

A produção industrial têxtil ocorre de forma concentrada na RMF, como pode ser analisado no Gráfico 12, que expressa em 2012 mais da metade das indústrias têxteis do Estado na RMF, representando 63%, enquanto em 2002 era de 44%, ou seja, denota

¹³ Para saber mais a este respeito, consultar também: PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. **Território e Economia Política** – Uma Abordagem a Partir do Novo Processo de Industrialização no Ceará. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

crescimento de indústrias têxteis na RMF perante o total do Estado, mesmo com a propaganda de interiorização industrial pelo Governo Estadual e a despeito da descentralização industrial do mundo.

Gráfico 12 - Total de Indústrias têxteis no Ceará



Fonte: Secretaria da Fazenda (SEFAZ)/IPECE

Segundo os dados do MTE/RAIS(Tabela 24) o número de estabelecimentos têxteis é muito maior do que o indicado nos dados do IPECE, analisando esta delimitação temporal de 2002 a 2012, ou seja, considerando o intervalo de uma década, tanto para comparar com os anos selecionados do IPECE(considerando que o último anuário traz como dados mais recentes o de 2012), como também pelo fato de os dados mais recentes do MTE/RAIS serem de 2012, foi possível este comparativo, que também aponta o destaque da Capital no quantitativo de estabelecimentos industriais têxteis, denotando crescimento contínuo de 2002 a 2012, com acréscimo de quase 1.000 estabelecimentos. Logo após a Capital, e com crescimento bem menor que esta, vem o município de Maracanaú, como já apontado nos dados do IPECE. Este município também demonstra crescimento contínuo de 2002 a 2012, com acréscimo de 111 estabelecimentos têxteis.

Tabela 24 - Estabelecimentos formais na indústria têxtil, segundo os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza - 2002-12

Município	Ano											Total
	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	
Aquiraz	37	39	29	33	34	30	14	11	11	6	6	250
Caucaia	100	84	77	63	69	53	47	39	31	31	27	621
Chorozinho	7	5	5	3	2	2	3	2	1	2	1	33
Eusebio	26	24	31	28	26	22	17	11	14	18	16	233
Fortaleza	2.631	2.625	2.529	2.339	2.240	2.071	1.906	1.848	1.772	1.721	1.639	23.321
Guaiuba	5	4	3	1	0	2	2	2	2	2	0	23
Horizonte	19	16	18	14	12	12	6	6	7	8	9	127
Itaitinga	20	17	13	10	10	9	8	6	7	6	7	113
Maracanaú	166	153	156	142	122	106	99	89	76	63	57	1.229
Maranguape	80	70	58	46	49	50	37	29	22	24	21	486
Pacajus	27	28	26	17	15	16	16	19	20	18	15	217
Pacatuba	41	33	31	30	26	23	22	15	10	10	9	250
São Gonçalo do Amarante	2	3	1	1	2	2	3	1	1	1	0	17
Total	3.161	3.101	2.977	2.727	2.607	2.398	2.180	2.078	1.974	1.910	1.807	26.920

Fonte: MTE/RAIS.

Na busca de entender estas diferenças quantitativas, é válido ressaltar que, desmembrando os dados do MTE/RAIS, os dados da indústria têxtil e confecção aparecem concatenados, ao contrário dos dados do IPECE, que dividem o setor têxtil do de confecção.

Analisando os indicadores da RAIS no intervalo de 2002 a 2012, quase todas as indústrias têxteis no Estado estão concentradas na RMF, senão vejamos a tabela seguinte.

Tabela 25 - Estabelecimentos* formais na indústria têxtil, segundo os anos selecionados - Estado do Ceará e RMF

Ano	Indústria Têxtil	
	Indústria Têxtil CE	Indústria Têxtil RMF
2012	3.612	3.161
2011	3.557	3.101
2010	3.385	2.977
2009	3.125	2.727
2008	2.984	2.607
2007	2.738	2.398
2006	2.502	2.180
2005	2.390	2.078
2004	2.274	1.974
2003	2.216	1.910
2002	2.095	1.807
Total	30.878	26.920

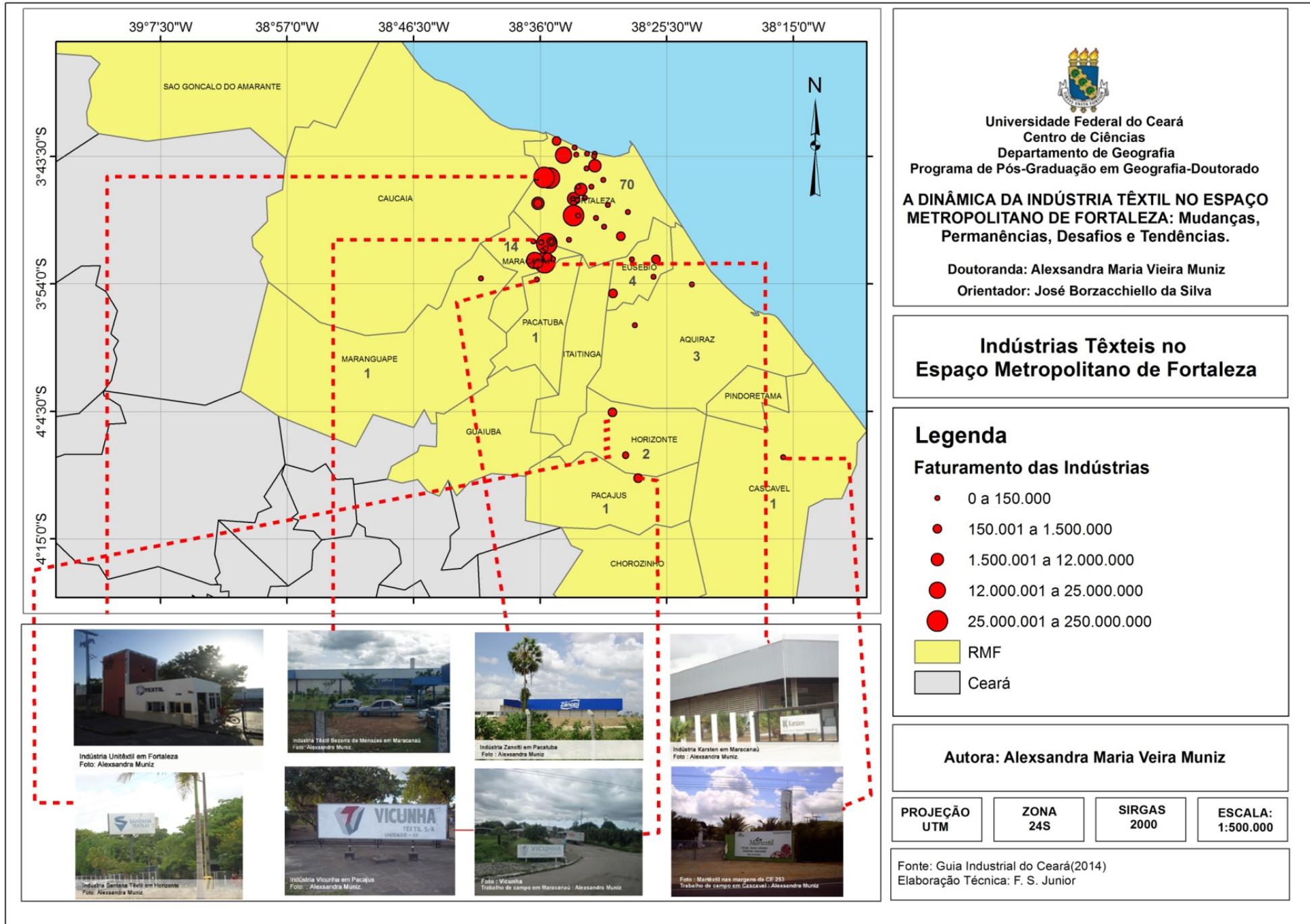
Fonte: MTE/RAIS.

* Somente os estabelecimentos com algum vínculo empregatício.

De um total de 30.878 indústrias têxteis no Estado, 26.920 se encontram na RMF, que exprime contínuo crescimento de 2002 a 2012. Se compararmos os dados MTE/ RAIS com os do IPECE com relação ao total de indústrias têxteis existentes na RMF, a diferença é de 2.762 estabelecimentos. Ademais, não podemos esquecer de que, para os dados do MTE/RAIS, a RMF compreende somente 13 municípios e não 15, não tendo sido atualizados os dados para os municípios de Cascavel e Pindoretama, embora nestes municípios, segundo os dados do IPECE, haja um total de apenas sete indústrias têxteis.

O fato é que as duas fontes de dados estatísticos não divergem no essencial que constatamos em nossa pesquisa; Em nível do Ceará, a concentração é na RMF e no que concerne à RMF esta concentração se dá na Capital. Como bem afirma Silva(2006:54), "Quanto à indústria, o setor de fiação concentrou-se na RMF, convertendo-se num dos polos mais importantes do país".

O quantitativo industrial têxtil nos instigou a construir uma tipologia por faixa de faturamento das indústrias têxteis especializadas na RMF. Isto só foi possível com suporte nos dados de campo e seleção de variáveis do último Guia Industrial do Ceará(2014), vejamos o mapa 4.



Os dados do GIC(2014) revelaram o total de 97 indústrias têxteis para a RMF, ou seja, bem menor do que o apontado para o ano de 2012 do IPECE e do MTE/RAIS. Deve-se levar em conta o fato de que, no Guia Industrial do Ceará, são contabilizadas somente as indústrias ativas com cadastro como pessoa jurídica na FIEC(Federação das Indústrias do Ceará). Por outro lado, chegamos a mesma afirmação: o município de Fortaleza é o que se destaca na produção industrial têxtil da RMF, com 70 indústrias que chegam a faturar até 250.000.000. O município de Maracanaú representa somente 1/7 do total das indústrias têxteis, enquanto os municípios de Guaiúba, SGA, Caucaia, Chorozinho, Itaitinga e Pindoretama não têm registro de nenhuma indústria têxtil e os demais da RMF não ultrapassam quatro indústrias. Mesmo que o faturamento varie numa faixa até 250.000.000, predominam na Capital as indústrias têxteis com faixa de faturamento de até 150000, ou seja, as pequenas indústrias, embora também possamos encontrar médias e grandes.

Diferentemente do perfil da indústria têxtil, em que a produção de fios e tecidos se dá mais em grandes estabelecimentos, por demandar espaço e maquinaria de elevado poder aquisitivo, no espaço cearense,

Representando 3% do total de estabelecimentos industriais brasileiros, as 17.036 indústrias cearenses concentram-se, sobretudo, no porte de microempresas, representando 84,2%(14,338)deste número, contra 12,7%(2,172) das pequenas, 2,7%(456) para as médias e apenas 0,4%(70) do total de indústrias de grande porte. (MTE/RAIS, 2012).

Por outro lado, conforme dados do MTE/RAIS(2012), as grandes indústrias do Estado são responsáveis por 31,3%(109,221) dos empregos gerados no Ceará, seguidas das médias indústrias por 26,6%(90,758), pequenas por 25,6% (89,188) e microindústrias por 17,1% (59,746).

Quanto ao perfil dos trabalhadores da indústria no Ceará, temos a maior parte, 72,4%, do gênero masculino e 27,6% do gênero feminino. Já quanto a escolaridade, faixa etária e renda em salários mínimos, vejamos a Tabela 26.

Tabela 26 - Perfil dos trabalhadores da indústria no Ceará

Escolaridade 2012					
Pós-Graduação	Superior Completo	Médio Completo	Fundamental Completo	Fundamental Incompleto	Analfabeto
0	628	10.566	4.946	4.454	120
Faixa Etária 2012					
50 ou mais	40 a 49	30 a 39	25 a 29	18 a 24	10 a 17
1.076	2.637	6.793	5.014	5.185	9
Renda em salários mínimos - 2012					
10SM ou +	5 a 10 SM	3 a 5 SM	2 a 3 SM	1 a 2 SM	Até 1 SM
379	537	706	1.325	14.465	3.100

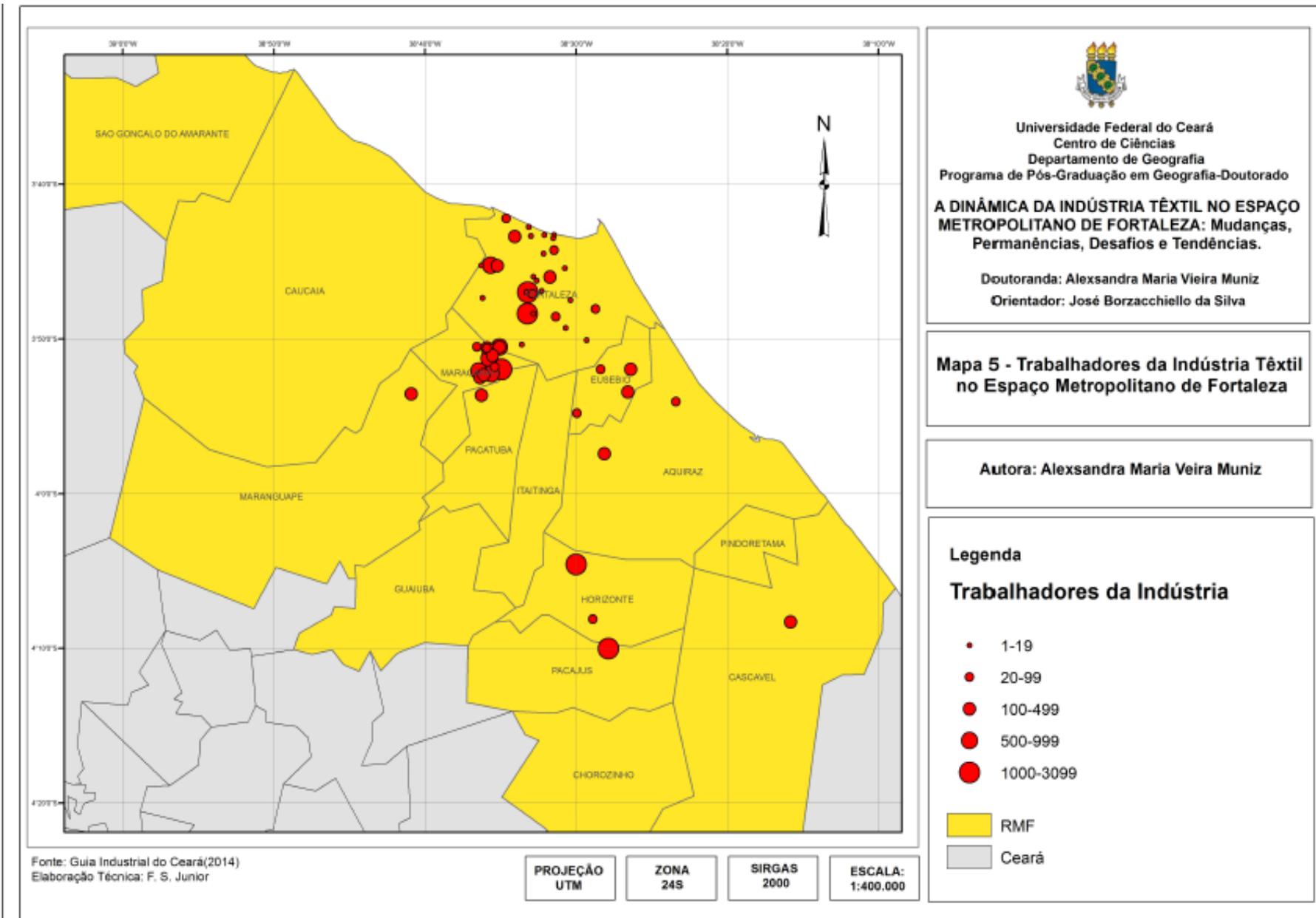
Fonte: MTE

A maioria(10.566) dos operários tem ensino médio completo, mas ainda podem ser encontrados operários analfabetos, sendo um total de 120. Aqueles que possuem nível superior são em proporção bem pequena se comparados aos mais de 9.000 com fundamental completo ou incompleto e o nível médio completo, que é o predominante.

Quanto à faixa etária, percebe-se que a classe operária é jovem, já que a maioria(6.793) está na faixa etária de 30 a 39 anos e um grande quantitativo(10.199) registra idades de 18 a 29 anos.

No que se refere à remuneração, a maioria de operários está na faixa entre um a dois salários mínimos, ou seja, o emprego industrial no Estado é basicamente de assalariados, com baixo nível de instrução e pouca experiência, considerando que a maioria é constituída de jovens.

Vejamos como se dá a espacialização dos trabalhadores na indústria têxtil da RMF, conforme mapa a seguir.



Percebemos pela análise do mapa 5 ser Maracanaú que se sobressai, com um total de 7.567 trabalhadores na indústria têxtil, considerando o total de ocorrências pela construção dos intervalos que varia de 1 a mais de 1000 trabalhadores. Depois temos Fortaleza com um total de 6.767 trabalhadores, embora o número de indústrias em Fortaleza, como vimos, seja bem maior do que o de Maracanaú. Isto revela que o quantitativo de trabalhadores não vem acompanhando o crescimento industrial na Capital.

Analisando a faixa de trabalhadores que se repetem por municípios temos o predomínio em Maracanaú do intervalo de 500 a 999 trabalhadores que se repete 4 vezes, de 100 a 499 são 6 evidências, no intervalo de 20 a 99 aparece 3 vezes, no intervalo de 1000 a 3099 trabalhadores temos 1 evidência, já no intervalo entre 1 a 19 trabalhadores não tem nenhuma evidência, sendo somente Fortaleza que evidencia este intervalo 19 vezes. Embora seja o intervalo até 19 trabalhadores que se sobressai em Fortaleza, também encontramos 5 ocorrências na faixa entre 20 a 99 trabalhadores, 3 evidências no intervalo de 100 a 499 trabalhadores, 1 no intervalo de 500 a 999 trabalhadores e de 1000 a 3099 trabalhadores que é o que coloca Fortaleza em segundo lugar no número de trabalhadores aparece 2 vezes. No município de Horizonte também é esta última faixa que se sobressai, notadamente devido a presença da indústria Santana têxtil com o quantitativo de 1000 trabalhadores, mas temos também neste município evidência de quantitativo de trabalhadores na faixa de 20 a 99 trabalhadores. Em Pacajus só temos representatividade do maior intervalo de 1000 a 3099 trabalhadores, com a presença da Vicunha que emprega 1084 pessoas. Em Eusébio, temos a presença de apenas dois intervalos de variação de trabalhadores, sendo uma de 20 até 99 trabalhadores, o mapa permite evidenciar também o intervalo de 100 a 499, notadamente devido a presença da Haco Etiquetas com 328 trabalhadores. Aquiraz também encontramos a presença de trabalhadores variando entre estes dois intervalos, de 20 a 99 trabalhadores e de 100 a 499 trabalhadores. Por último temos Cascavel onde a quantidade de trabalhadores varia de 100 a 499.

Esta análise permitiu evidenciar o total de trabalhadores por município e o intervalo de trabalhadores que predomina por município, já considerando o total de trabalhadores pelo total geral de estabelecimentos têxteis por município, constatamos que a média de trabalhadores ficou em 540 para Maracanaú e em Fortaleza a média é de 205 trabalhadores. Todavia, em Maracanaú temos as indústrias que mais empregam trabalhadores que são: Vicunha com duas unidades empregando 2,716 e 880 pessoas, Têxtil União com 600, Karsten com 615 e Fiotex com 614 trabalhadores. Em Fortaleza o destaque é para as

indústrias que mais empregam que são: TBM com 2.000 trabalhadores, Coats Corrente com 2.800 e a Passamanaria com 500 trabalhadores.

Já analisando os dados de empregabilidade nos municípios da RMF pelo MTE/RAIS(Tabela 27), o destaque é para Fortaleza, com 39.916 empregos formais. Com um quantitativo bem menor do que este aparece o município de Maracanaú, com 12.840 empregos formais.

Tabela 27: Empregos formais na indústria têxtil, segundo os municípios da Região Metropolitana de Fortaleza - 2002-12

Município	Ano											Total
	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	
AQUIRAZ	536	622	326	423	414	328	203	181	142	119	108	3.402
CAUCAIA	1.594	1.252	1.227	866	736	601	563	466	287	192	184	7.968
CHOROZINHO	148	158	114	57	101	88	83	160	119	243	139	1.410
EUSEBIO	784	803	1.122	899	752	490	493	372	405	252	254	6.626
FORTALEZA	39.916	40.956	42.518	39.198	38.125	36.362	32.211	31.096	29.937	27.475	27.636	385.430
GUAIBUBA	32	49	55	1	0	46	17	9	9	5	0	223
HORIZONTE	1.469	1.238	1.447	1.563	1.125	1.154	1.115	1.561	1.805	1.630	1.557	15.664
ITAITINGA	147	97	59	48	44	46	58	64	105	54	50	772
MARACANAU	12.840	12.680	13.507	12.855	11.449	9.854	9.527	10.207	9.819	9.450	9.271	121.459
MARANGUAPE	2.015	1.821	1.982	2.068	1.911	1.759	1.531	1.210	1.056	1.111	1.175	17.639
PACAJUS	2.814	2.301	1.820	1.508	1.633	1.528	1.399	1.674	1.391	1.153	1.046	18.267
PACATUBA	2.519	2.226	2.232	2.666	2.782	2.357	2.143	2.011	1.574	1.319	1.497	23.326
SAO GONCALO DO AMARANTE	58	197	256	152	75	95	114	0	0	14	0	961
Total	64.872	64.400	66.665	62.304	59.147	54.708	49.457	49.011	46.649	43.017	42.917	603.147

Fonte: MTE/RAIS.

Na busca de compreender esta divergência na empregabilidade, deve-se levar em conta o fato de que o MTE/RAIS considera todos os empregos formais na indústria têxtil e não somente os das indústrias cadastradas na FIEC, como são os dados do GIC.

Mesmo diante deste quantitativo de trabalhadores no setor industrial, a metrópole de Fortaleza, como analisamos no início deste capítulo, não se firma como cidade industrial, mas avança como cidade do terciário, em razão do crescimento do comércio e dos serviços, das atividades ligadas ao turismo, ao mercado imobiliário e ao agronegócio, atendendo na maioria das vezes às demandas espaciais que ultrapassam as fronteiras do Ceará e do Brasil.

Como afirma Souza (2006: 33), “Verificamos hoje a existência da metrópole industrial dando lugar à metrópole transacional. Já dizia Milton, a metrópole está presente em todas as partes do país no mesmo momento; neste sentido, há uma dissolução da metrópole, há uma onipresença”.

Se São Paulo é a metrópole completa do Brasil, pois, além de ter pujança econômica, suas indústrias abastecem os mais distantes rincões nacionais, exportando para os países vizinhos em volume significativo, podemos, então, afirmar que Fortaleza é uma metrópole industrial incompleta?

Observa-se que Fortaleza expande sua zona de influência, sua hinterlândia, já que, com os atuais sistemas técnicos, a rede de cidades tomou variados contornos pelo abandono da antiga rede urbana em que a hierarquia se dava entre as cidades vizinhas da maior para a menor; hoje são várias as redes que se articulam a espaços cada vez mais longínquos. Isto pode ser constatado pela rede de relações que Fortaleza mantém, seja para distribuição final da produção, seja para suprir as demandas das diversas etapas da produção.

Quanto à concentração industrial da produção têxtil, Fortaleza se mostra como espaço atraente para este tipo de indústria, pelo fato de a Capital concentrar os equipamentos urbanos, os sistemas técnicos necessários à produção e denotar facilidade de escoamento da produção para o mercado nacional e global.

A indústria têxtil, mesmo se mantendo concentrada na Capital e em sua hinterlândia, mantém relações com várias escalas espaciais, não obedecendo mais aos antigos padrões espaciais de hierarquia urbana, como veremos no caso da indústria Unitêxtil.

Analisando o total de empregados na indústria têxtil da RMF e o quantitativo Estadual segundo dados da RAIS, vejamos(Tabela 28):

Tabela 28 - Empregos formais na indústria têxtil, segundo os anos selecionados - Estado do Ceará e RMF

Ano	Indústria Têxtil CE	Indústria Têxtil RMF
2012	70.719	64.872
2011	69.299	64.400
2010	71.006	66.665
2009	65.969	62.304
2008	62.706	59.147
2007	58.046	54.708
2006	52.598	49.457
2005	52.449	49.011
2004	49.911	46.649
2003	46.113	43.017
2002	45.906	42.917
Total	644.722	603.147

Fonte: MTE/RAIS.

Observamos, pela tabela 28, que é na RMF onde se concentra o emprego industrial no setor têxtil, representando na última década 93% do quantitativo de

trabalhadores têxteis no Ceará, não distinguindo da análise quanto ao número de indústrias que também estão concentradas na RMF.

Quanto ao quantitativo de trabalhadores na RMF(603.147), onde se concentram as indústrias têxteis em meio à reestruturação produtiva, isto ratifica o que nos fala Amora (2005: 379) acerca das indústrias do gênero têxtil e de calçados: “apresentam hoje face moderna, porém estão calçados em processo de acumulação que se beneficia dos baixos salários e da abundância de mão-de-obra”. Este cenário que se revela na RMF vai na contramão da tendência mundial com o impacto da reestruturação em diversificados espaços, implicando redução de estabelecimentos industriais, desindustrialização, descentralização industrial(mantendo somente a matriz em lugar estratégico) e/ou crescente desemprego estrutural. Poderíamos assegurar, então, que a RMF está alheia a todo este contexto maior de reestruturação industrial e espacial?

Para saber quais indústrias estão representadas na tipologia do quantitativo industrial têxtil e de trabalhadores, foi preciso proceder à análise dos dados do GIC, o que nos permitiu a elaboração a seguir(Tabela 29), que constitui algumas das indústrias que compõem o parque industrial têxtil metropolitano.

Tabela 29 - Indústrias Têxteis ativas na RMF-2014

Indústria	Munic.	Principal Executivo	Produto	Emp.	Faixa de Faturam.	Imp.	Exp.
TRAMIX INDÚSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	Aquiraz	Maurício S. Targino Filho e Germano Maia Pinto	Linhas e fios pra costura de fibras sintéticas	80	0 a 150000	Não	Não
MARINHO TÊXTIL LTDA	Aquiraz	Herbert de Andrade Marinho Filho	Fabricação de tecidos	100	0 a 150000	Não	Não
MARTEXTIL INDÚSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA	Cascavel	Flávio Luiz de Sousa	ceras artificiais de polietileno- glicois fio de fibras de poliesteres com fibras artificiais	300	0 a 150000	Não	Não

Indústria	Munic.	Principal Executivo	Produto	Emp.	Faixa de Faturam.	Imp.	Exp.
CRISTAL TEXTIL LTDA	Eusébio	Felipe de Andreia	outros agentes de apresto/acabamento,etc.p/ind.textil	37	0 a 150000	Não	Não
GURGEL IND DE MALHAS LTDA	Eusébio	José Ivo Gurgel de Queiroz	Fabricação de fios e tecidos	250	1500001 a 3000000	Sim	Não
RAMALHO TÊXTIL LTDA/REDES RAMALHO	Eusébio	Carlos Emílio Coelho Ramalho	Fabricação de fios e tecidos , redes de algodão	30	1500001 a 3000000	Não	Sim
HACO ETIQUETAS NORDESTE LTDA.	Eusébio	Luis Lassin	etiquetas,emblemas,etc.de materias têxteis,tecidos	328	0 a 150000	Não	Sim
BENATEXTIL	Fortaleza	José Hilcata Holanda Pinheiro	acabamentos, tingimentos	64	0 a 150000	Sim	Não
BERTUZZI COMERCIO E BENEFICIAMENTO DE TECIDOS	Fortaleza	Antonio Domingos Bertuzio	estampas em tecidos Fabricação de fios e tecidos outros tecidos de malha de algodão	15	0 a 150000	Não	Não
COATS CORRENTE	Fortaleza	Gilmar V. Nabanete	Fios, Linhas Zíper	2800	800001 a 1500000	sim	Sim
COPLI	Fortaleza	Francisco Batista de Araujo	Fio de algodão	150	6000001 a 12000000	Não	Não
DIVINAL INDÚSTRIA ARTEFATOS TEXTEIS	Fortaleza	Jose Wellington de Freitas Melo	fios de outras fibras têxteis liberianas,simples	11	1500001 a 3000000	Não	Não
FABRICA DE REDES ISAAC	Fortaleza	Antonio Jose Carvalho de Vasconcelos	Mantas, redes Panos, redes	30	0 a 150000	Sim	Sim
FIMATEX BENEFICIAMENTO TEXTIL LTDA	Fortaleza	Adriano Alberto Dall Olio	acabamento tingimentos	50	1500001 a 3000000	Não	Não

Indústria	Munic.	Principal Executivo	Produto	Emp.	Faixa de Faturam.	Imp.	Exp.
FORTE FIO DO NORDESTE	Fortaleza	Edicle Muniz Pereira	fibras de polipropileno ,não cardadas,não penteadas,etc . REDES	1	0 a 150000	Sim	Não
INDÚSTRIA TEXTIL MARINA	Fortaleza	Jaime Alejandro Picarte Diaz	MALHAS	6	150001 a 800000	Não	Não
INDÚSTRIA DE REDES SANTA LÚCIA LTDA - ME	Fortaleza	Ana Esther Ponte Vasconcelos Pereira	Fabricação de Redes	5	0 a 150000	Não	Não
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REDES VITÓRIA LTDA.	Fortaleza	Joaquim Matias Santiago Filho	almofadas, cortinas colchas, cortinados, fronhas redes	6	0 a 150000	Não	Não
LISIEUX TEXTIL	Fortaleza	Francisco da Silva Sousa	outros tecidos de algodao,branqueados, crus, tecidos de linho	35	800001 a 1500000	Sim	Não
REDES CATEDRAL COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP	Fortaleza	Amarildo Rebouças Moreira	Redes	5	0 a 150000	sim	Sim
REDES JANY	Fortaleza	José Rebouças Filho	Redes	100	0 a 150000	Não	Não
REDES ZABA	Fortaleza	Lilian Verônica Zaba Cavalcante	Redes e capa para colchão e colchas	8	0 a 150000	Não	Não
REDES MOURA	Fortaleza	Eliete Maria Gois de Sousa	Outras redes de materiais têxteis sintético e artificial	4	0 a 150000	não	não
TÊXTIL BEZERRA DE MENEZES S/A	Fortaleza	Ivan José Bezerra de Menezes	fio para malhas	2.000	10000000 a 250000000	Sim	Sim
TECELAGEM UNIÃO	Fortaleza	Antonio Evandro Felix de Araujo	Panos, redes Tapetes	3	800001 a 1500000	Sim	Não

Indústria	Munic.	Principal Executivo	Produto	Emp.	Faixa de Faturam.	Imp.	Exp.
TEXTIL JM INDÚSTRIA E COMERCIO	Fortaleza	Jaime Alejandro Picarte Diaz	camisas, fardamentos tecidos de algodão tecidos de malha	7	800001 a 1500000	Sim	Não
UNITEXTIL S.A	Fortaleza	Eliana Maria Diniz Pinheiro	Outros tecidos de algodão,cru	278	25000000 a 50000000	Sim	Sim
PASSAMANARIA DO NORDESTE S.A/STIK ELÁSTICOS	Fortaleza	Francisco José Fernandes Fontenelle	Elásticos	500	25000000 a 50000000	sim	Não
ELIOSMAR INDÚSTRIA COMÉRCIO DE ESTÔPA LTDA	Fortaleza	José Eliomar Peixe de Castro	Estopas	6	0 a 150000	Não	Não
J SILVIO GIRÃO - ME	Fortaleza	José Silvio Girão	Estopas trapos e resíduos têxteis	3	0 a 150000	Não	Não
GERARDO MACHADO NOGUEIRA JUNIOR - ME	Fortaleza	Gerardo Machado Nogueira Junior	Fios de seda	28	0 a 150000	Não	Não
LILIANA MARIA DE SOUZA - ME	Fortaleza	Liliana Maria Afio de Souza	Produção de cadarços e fitas	10	0 a 150000	não	não
PEDRO CANDIDO DE CARVALHO - ME	Fortaleza	Pedro Cândido de Carvalho	Fios e cortinas em geral	2	0 a 150000	não	não
ORTEX ORGANIZAÇÃO TÊXTIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO E CORRETAGEM LTDA	Fortaleza	Roberto Frederico Gentil Filomeno Gomes	Fios, artefatos têxtil	3	0 a 150000	não	não
MONTENEGRO E CIA LTDA	Fortaleza	Marcos Silva Montenegro	Caroço, pluma plumas de algodão	10	0 a 150000	não	não
MEMBRATEC TECNOLOGIA EM COBERTURA LTDA - ME	Fortaleza	João Gabriel Maia Costa	Tecidos de outras fibras têxteis liberianas, crus	5	0 a 150000	não	Não
LUCIA MARIA FERREIRA PINHEIRO - ME	Fortaleza	Lucia Maria Ferreira Pinheiro	Preparações para tratamento de material têxtil	9	0 a 150000	não	Não

Indústria	Munic.	Principal Executivo	Produto	Emp.	Faixa de Faturam.	Imp.	Exp.
SANTANA TÊXTIL S A	Horizonte	Raimundo Delfino Filho	Fabricação de fios e tecidos	1000	150001 a 800000	sim	Sim
TÊXTIL ANDINA LTDA	Horizonte	Patrício Cabezas	Acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário tecelagem e tingimento de malhas algodão e sintético	46	0 a 150000	Não	Não
ALEZE INDÚSTRIA TEXTIL LTDA.	Maracanaú	Rafael Afonso de Castro	Fios e Fitas de algodão Cadarços Elásticos para confecção	25	1500001 a 3000000	Sim	Sim
BEATRIZ TÊXTIL S/A.	Maracanaú	Leandro Pereira	Fios de algodão	253	0 a 150000	não	Não
COTECE S/A	Maracanaú	Marcelo Pinheiro	Preparação e fiação de fibras de algodão cotton malhas, viscose	474	0 a 12000	não	Não
CIA.DE TECIDOS - COTEFI SA (anteriormente Cotefor)	Maracanaú	Jaime Pinheiro	Malhas	400	1500001 a 3000000	Sim	Sim
FILATI/TBM INDÚSTRIA DE MALHAS S/A	Maracanaú	João Calheiro Ramos	Fabricação de tecidos de malha	270	0 a 150000	Não	Não
FILATI/TBM INDÚSTRIA DE MALHAS S/A	Maracanaú	João Calheiro Ramos	Malhas em algodão malhas sintéticas	30	0 a 150000	Não	Não
FIOTEX INDUSTRIAL S/A	Maracanaú	Francisco Assis Machado Neto	Fio de algodão e poliéster	614	0 a 150000	Sim	Não

Indústria	Munic.	Principal Executivo	Produto	Emp.	Faixa de Faturam.	Imp.	Exp.
KARSTEN NORDESTE INDÚSTRIA TEXTIL LTDA	Maracanaú	Mauricio Wamser	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	615	6000001 a 12000000	Sim	Sim
JANGADEIRO TEXTIL/ OSASUNA PARTICIPACOES LTDA.	Maracanaú	Fernanda Mendes Pontes Baquit	Malhas	490	10000000 a 25000000	Sim	Não
PEMALEX INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	Maracanaú	Alexandre Chun Sup Kang	Malhas em algodão e sintéticas Acabamentos, tinturaria Entretelas tecidas ou não tecidas	170	0 a 150000	sim	Não
VICUNHA TEXTIL S/A. (Unidade I)	Maracanaú	Ricardo Steinbruch	Brim tecido, jeans	2716	0 a 150000	Sim	Sim
VICUNHA TEXTIL S/A. (Unidade V)	Maracanaú	Ricardo Steinbruch	Fabricação de fios e tecidos	880	1500001 a 3000000	Sim	Sim
TECELAGEM ALPHATEX LTDA	Maracanaú	Omar Said Mourad	Fabricação de tecidos	30	0 a 150000	Não	Não
TÊXTIL UNIÃO S/A	Maracanaú	Mario Araujo Alencar Araripe	Fios 100% algodão	600	25000000 a 50000000	Não	Não
MICREL BENFIO TEXTIL LTDA	Maranguape	Jeová Colares Junior	Fiação, tecelagem e colchas de algodão,exc. de malha	100	0 a 150000	Sim	Não
VICUNHA TÊXTIL S/A.(Unidade III)	Pacajus	Ricardo Steinbruch	Tecido índigo Brim	1084	1500001 a 3000000	Sim	Sim
ZANOTTI PACATUBA INDÚSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS TEXTEIS LTDA	Pacatuba	Norberto Decker Junior	Fabricação de fios e Elásticos	280	0 a 150000	Não	Não

Fonte: Guia Industrial 2014
Organiz.: Msc. Alexsandra Muniz

Os dados do Guia reúnem todas as fabricações de produtos têxteis e separam da confecção de artigos do vestuário e acessórios, mas, muitas vezes, em virtude da imbricação

entre os dois setores, chegam a considerar indústrias de aviamentos para confecção como indústrias têxteis. Do total de 97 indústrias têxteis na RMF, encontramos, segundo dados do GIC(2014), empresas de profissionais autônomos, de registro individual, além de facções, cooperativas; mas como o tipo de indústria que estamos estudando é a têxtil do setor formal com pelo menos um operário, daí a importância do trabalho de campo para fazer a seleção e organizar a tabela 29. Percebemos que, do total de 15 municípios, somente em nove existe a produção industrial têxtil, enquanto, pelos dados do IPECE, é somente em Chorozinho e Guiúba onde não há produção industrial têxtil. Ademais, como vimos, no total dos dados do IPECE e da RAIs é muito maior o número de indústrias têxteis.

Pelo que indica a tabela 29, na década atual, surgem bem mais novas indústrias do que nas décadas anteriores. Aparecem também municípios que até então não tinham nenhuma representatividade na produção têxtil(Pacatuba, Cascavel e Aquiraz), enquanto em outros não se tem registro de nenhuma indústria têxtil(Pindoretama, Guaiúba, São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Chorozinho, Itaitinga). Eusébio, Horizonte e Maracanaú demonstra crescimento no número de indústrias têxteis, enquanto em Maranguape e Pacajus permanece uma unidade. Em Fortaleza é onde se encontra o maior número de indústrias têxteis.

O que ocorre é uma difusão da indústria têxtil no espaço intraurbano da Capital, com uma conseqüente extensão para algumas cidades do espaço metropolitano, como Aquiraz, Cascavel, Eusébio, Maracanaú, Maranguape, Horizonte, Pacajus, Pacatuba. Estas cidades, juntamente com Fortaleza, são responsáveis por uma quantidade significativa da produção têxtil no Ceará, como veremos no capítulo 4 acerca da produção têxtil e de confecção no Ceará.

As indústrias têxteis se encontram dispersas ao longo do tecido urbano da Capital, mantendo próximas relações comerciais com as indústrias de confecção, já que fornecem o tecido já pronto, quando também já não chega até esta etapa, o que é mais raro de encontrar(Micrel, Têxtil Jm, Karsten, Tecelagem União, Ramalho Têxtil). Acerca das relações comerciais entre o setor têxtil e de confecção, Marlon Santos (2014:77) listou

[...] os 10 fornecedores mais citados pelos donos de confecção, a saber: Santana Têxtil do Brasil, Casa Blanca Tecidos, Teixeira Tecidos, Vicunha Têxtil, Casa Fátima, Santa Inês Tecidos, Jangadeiro Tecidos, Cotex Malhas, Cedro Cachoeira, Santista Têxtil. Essas fábrica ou lojas são os principais fornecedores de insumos para a confecção de Fortaleza e da RMF.

A Tabela 29 revela um crescimento plural do capital industrial têxtil, com a existência de indústrias tanto grandes como médias e pequenas. As de grande porte estão mais concentradas no município de Maracanaú, uma vez que oferece maiores isenções de impostos

e espaço para uma futura expansão, além de maior mobilidade para o escoamento da produção, como a Vicunha² e a TBM³, que se utilizam de alta tecnologia e se destacam tanto local e nacionalmente, quanto no plano continental - a Karsten, a Jangadeiro Têxtil, a Têxtil União também são outros exemplos. Há também a Santana Têxtil, em Horizonte, tendo surgido em Fortaleza. É um empreendimento familiar junto com a Usina Santana, em Jaguaruana. Dentre as de médio porte, podem ser assinaladas: Beatriz Têxtil, Fiotex, Micrel, Passamanaria do Nordeste, Haco, Pemalex, Unitêxtil etc.

Fazendo uma analogia com a indústria alimentícia na cidade de Marília(BOMTEMPO;SPOSITO, 2012:33) quanto ao porte da indústria e sua distribuição espacial, o que se observa é que " tal distribuição respeita uma lógica fundamentada no porte da unidade produtiva, na qual as maiores fábricas são exatamente aquelas instaladas próximas aos grandes eixos de escoamento da cidade." Bons exemplos, são a Vicunha(Maracanaú e Pacajus) e a Santana Têxtil(Horizonte) instaladas hoje em rodovias como a BR- 116," mas, que no passado, ocupavam amplos terrenos do espaço intraurbano, o que implica um deslocamento em função de melhor demanda logística, entre outros."

Adicionalmente temos a oferta de incentivos e a infra-estrutura patrocinada pelo poder público nos espaços selecionados para instalação de um aglomerado de estabelecimentos industriais que levaram também indústrias de médio porte a assumirem o atual arranjo organizacional no espaço.

As pequenas indústrias e algumas médias que permanecem no espaço intraurbano da capital, geralmente não necessitam ou já dispõem de amplo espaço de ocupação na periferia da cidade, com terrenos baratos e mão de obra no entorno, além da proximidade de portos, aeroportos e rodovias para escoar a produção.

A diversidade na caracterização das indústrias têxteis na RMF se dá não somente pelo porte, mas também pelo tipo de produção, pelo nível de empregabilidade, a origem do capital(local e externo), como também pela faixa de faturamento e o tipo de sociedade.

Quanto ao tipo de produção, enquanto a tendência é a crescente produção de malharia, o destaque maior ainda é a produção de fios, seguida da produção de tecidos de algodão. Algumas indústrias em Fortaleza e Eusébio, além de produzirem fios e tecidos, também produzem redes, como a Forte Fio e a Redes Ramalho. Daí termos posto estas

² A Vicunha era a Finobrasa dos anos 1970 em Fortaleza. Depois que fechou e rompeu com a associação de capital cearense, abre unidades com capital externo - a Vicunha Maracanaú, em 1984, a Vicunha unidade V, (Elizabeth têxtil) em Maracanaú, em 1993; em 1999, a unidade III da Vicunha, em Pacajus.

³ A TBM que surge em 1982, em Fortaleza, em 1986 abre outra unidade TBM II, na Capital, outra unidade da TBM V; a Filati Malhas é instalada em 1989 fora da Capital, em Maracanaú. Em 2002, outra unidade(III) da TBM é implantada também em Maracanaú.

indústrias na tabela 29, uma vez que o próprio GIC(2014) considera estas como sendo fabricação de produtos têxteis.

Das quatro primeiras indústrias no Ceará(a Thomaz Pompeu/Progresso, a Ernesto Deocleciano/Sobral e o Cotonifício Leite Barbosa/Santa Thereza, hoje Unitêxtil) voltadas para produzir fios e tecidos de algodão, hoje há somente a Unitêxtil.

A despeito da inexistência da “vantagem comparativa” com a decadência da produção do algodão cearense, que era capaz de atrair o investimento têxtil em nosso Estado, o acesso a matéria-prima mais barata do que a produzida localmente, proporcionado pelo mundo global, fez com que as indústrias ganhassem em preço, e em melhores condições para competir, na busca de se adequar às exigências do presente momento.

Quanto ao nível de empregabilidade, como retromencionamos, podemos perceber ser Maracanaú que se destaca no quantitativo de empregados porque só a Vicunha com suas duas unidades concentra 3.596 trabalhadores. Depois Fortaleza, já que a TBM tem 2.000 trabalhadores e a Coats Corrente 2.800. Logo em seguida, temos Pacajus, com uma das unidades da Vicunha, que emprega 1.084 trabalhadores; depois, Horizonte, já que a Santana Têxtil concentra 1.000 trabalhadores.

Quanto à origem do capital, percebemos a existência de empreendedores com envolvimento histórico familiar com o algodão, como os Grupos Machado, Baquit, Pinheiro. Há também o grupo dos iniciantes a empresários têxteis atraídos pela política de incentivos fiscais. Também podemos observar o fato de os proprietários industriais têxteis não serem mais constituídos somente por empresários locais, com a presença de capital externo, dada a vinda de indústrias do Sul e Sudeste do País. Mesmo com o predomínio do capital local e familiar, a maioria das indústrias mantém relações comerciais de importação e/ou exportação.

Quanto à faixa de faturamento, como havíamos afirmado, predominam as indústrias com faixa de faturamento até 150000, embora possamos encontrar também aquelas que chegam a faturar numa faixa até 250.000.000.

Quanto ao tipo de sociedade, há desde sociedade anônima, empresa limitada, como também a presença de microempresas em Fortaleza, em que o registro jurídico se faz com o nome do proprietário.

Algumas destas indústrias tivemos oportunidade de conhecer e fazer entrevistas; em outras, coletamos informações que foram sistematizadas com suporte em pesquisas de *sites* disponíveis na internet, mas algumas estão com *site* em construção ou o mesmo nem existe, como a Beatriz Têxtil, Aleze, Passamanaria, Micrel e Fiotex.

Das indústrias ativas, eis as que permanecem desde a década de 1960: a Stik Passamanaria do Nordeste S/A, a Jangadeiro Têxtil e a Ceará Têxtil que foi incorporada pela Fiotex.

A Stik Passamanaria do Nordeste S/A destaca-se na fabricação de acessórios têxteis - fitas elásticas, fitas de tecido, filós, rendas, bordados, passamaria, franjas, galões, pingentes, vieses etc. Atende, desde a pequena até as maiores confecções de peças íntimas.

A Jangadeiro Têxtil⁴ Ceará (Osasuna Participações), ao longo dos anos, se especializou em transformar fios em malhas em sua moderna planta industrial com aproximadamente 40.000 m², situada no Distrito Industrial em Maracanaú - CE .

A Jangadeiro Têxtil foi criada em 1988, com a finalidade de produzir malha. A origem da Jangadeiro Têxtil é desde a Algodões Finos de Quixadá Ltda, que se tornou a Fiação Jangadeiro S/A (do empresário Alberto Baquit), em 1964. Paralelamente ao desenvolvimento da Fiação Jangadeiro, os Grupos Baquit e Otoch adquiriram a Finobrasa e, em 1982, fundaram mais uma unidade de fiação, a Têxtil Baquit S/A. A Finobrasa só permaneceu até 1993, passando à Vicunha o controle acionário total da empresa e, já em 1997, se fundiram a Fiação Jangadeiro e a Têxtil Baquit S/A, dando origem à Tebasa. Hoje temos a Jangadeiro Têxtil, do Grupo Baquit. Percebe-se forte ligação entre a política e empresários têxteis cearenses, uma vez que Francisco Osmar Diógenes Baquit, de Quixadá, se envolveu desde cedo na política, tendo sido eleito por quatro vezes deputado do Estado do Ceará; hoje é deputado federal.

Já da década de 1970, há duas indústrias têxteis, a Unitêxtil (à qual teceremos mais considerações no cap 5) e a Pemalex⁵.

A Pemalex, fundada em 1974, é uma indústria genuinamente cearense, que há 40 anos oferece entretelas e malhas para todo Brasil e América Latina. A entretela (material utilizado em golas de camisas, bainhas de calças, forro de bolsos etc) é aplicada no tecido, já na etapa de confecção da roupa.

Com matriz em Maracanaú e filial em Vila Maria - São Paulo fabrica entretelas tecidas e não tecidas, colarinhos, malha poliamida, malha poliéster, malha viscose, oferecendo serviços de malharia, tinturaria e acabamento de tecidos planos e malhas com máquina de última geração.

Os consumidores das entretelas são basicamente as confecções. A Pemalex atende as confecções locais, ao comércio de aviamentos, e fornece tecidos para moda íntima. "A

⁴Para mais informações, acessar: <http://www.jangadeirotexil.com.br>.

⁵ Para mais informações, acessar: <http://pemalex.com.br>.

principal matéria-prima consiste de tecido cru de algodão; a parceria com a indústria local se revela, pois 100% desses tecidos são adquiridos no próprio Ceará, sendo comprados atualmente da Unitêxtil".(ARAGÃO, 2002:250).

Da década de 1980, as indústrias têxteis que permanecem até hoje são: Santana Têxtil⁶, TBM, Têxtil União, Vicunha(à qual teceremos maiores informações no capítulo seguinte) e a Cotece.

A Cotece⁷ é uma indústria genuinamente brasileira, instalada com moderna infraestrutura, desde 1989, no Distrito Industrial de Maracanaú, sendo esta a matriz que atende ao Norte e Nordeste. Estando a matriz em Maracanaú/CE, possui escritório no Sudeste do País(São Paulo/SP) e lojas em Fortaleza(Vila União/Montese/ José Bonifácio), São Paulo, Pernambuco e em Maracanaú.

Ocupando uma área de 12,85ha, fabrica fios de algodão e poliéster, produz fios têxteis e malhas. Está entre as 50 maiores indústrias do Estado do Ceará em 2013, ocupando a 41 posição, com um faturamento de R\$77.960.649,35 e um patrimônio de R\$19.651.485,55.(GIC, 2014).

A Cotece realiza constantes investimentos em tecnologias e qualificação da equipe, sendo referência no mercado têxtil.

Além de investir em tecnologia desenvolve coleções com opções em malhas básicas e diferenciadas, por meio de várias combinações de construções, misturas de fibras, estampas e cores, posicionando-se entre as melhores malharias do País.

SANTANA TÊXTIL

A Santana Textiles⁸(anteriormente Santana Têxtil) é uma indústria do ramo têxtil que fabrica tecidos denim, mais popularmente conhecido como *jeans*.

O Grupo conta com cinco unidades produtivas, quatro no Brasil e uma na Província do Chaco na Argentina, que funcionam 24 horas por dia, produzindo mais de sete milhões de metros de tecidos denim(*jeans*) por mês, consolidando uma das maiores produções da América Latina e do mundo por meio das marcas Santana Textiles, Loco Serious Denim e BEM - Bi Elastic Movement.

Sediada em Horizonte empregando até 2000 trabalhadores, a empresa iniciou na década de 1960 seus negócios com a fábrica de Redes Sant'ana, na cidade de Jaguaruana. Já

⁶ Visitamos uma das indústrias do grupo Santana, a Usina Santana, em Jaguaruana.

⁷ Para mais informações, acessar: www.cotece.com.br.

⁸ Para mais informações, acessar: www.santanatextiles.com.br.

nos anos 1980, é implantada a Fiação Santana, em Fortaleza-CE, voltada para a fabricação de fios *open-end*. Surge então, no ano de 1995, seu primeiro parque industrial, no município de Horizonte-CE, região metropolitana de Fortaleza-CE, iniciando a produção de denim(*jeans*), originando, assim, a Santana Têxtil do Brasil.



Foto 7: Indústria Santana Têxtil em Horizonte
Alexsandra Muniz



Foto 8: Incentivos Fiscais do Estado na Santana Têxtil
Alexsandra Muniz

Nos anos seguintes, a empresa criou unidades produtivas(Rio Grande do Norte, Mato Grosso e na Argentina), bem como teve presença em grandes feiras de moda, como a São Paulo Fashion Week e a Première Vision. Hoje a empresa é internacionalmente conhecida como a Santana Textiles. Um pouco do desenvolvimento da Santana Têxtil desde seu surgimento pode ser visto, na sequência:

1950- Origem do Grupo na cidade de Jaguaruana, interior do Ceará, com a fabricação de redes de dormir.

1963 - Já em Fortaleza, nasce a Fábrica de Redes Sant'ana, nome em homenagem à Santa padroeira da cidade de Jaguaruana.

1978 - A fábrica se consolida como a maior fabricante de redes do Brasil, com uma produção mensal de 36.000 unidades por mês.

1980 - Nasce a Fiação Santana, primeira indústria brasileira totalmente voltada para o processo open-end para a produção de fios de algodão.

1995 - A empresa se verticaliza e adiciona um novo segmento: a tecelagem, passando a produzir tecidos denim. Em seguida, Implanta a primeira unidade têxtil do Grupo, uma fábrica no interior do Ceará cuja média atual de produção é de três milhões de metros de tecido mês.

2002 - O Grupo se expande e adquire mais duas unidades fabris no Rio Grande do Norte.

- 2005 - É lançada a marca de tecidos Loco Serious Denim voltada para o segmento premium.
- 2006 - Implantado novo parque industrial, a Unidade 4, localizada em Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso.
- 2007 - Inaugurada a primeira unidade têxtil fora do Brasil, Unidade 5, na Província del Chaco, na Argentina.
- 2008 - A empresa passa a ter um novo nome, que traduz seu crescimento e sua presença no mercado global. A nova marca é: Santana Textiles.
- 2009 - O Grupo retoma sua vocação inicial e apresenta ao mercado a Santana Fios, a mais moderna fiação da América Latina.
- 2010 - Para atender às demandas de maior conforto e bem-estar o Grupo lança a marca BEM - Bi Elastic Movement, com tecidos bi-elásticos.
- 2011 - Início das obras de mais uma unidade produtiva do Grupo, no Estado do Texas, nos Estados Unidos.

TBM:

Têxtil Bezerra de Menezes⁹ (TBM), uma das maiores indústrias têxteis do Ceará, com capital genuinamente cearense, controlada por Ivan Bezerra Filho, possui como marca de atuação global no setor têxtil, a TBM.

A TBM possui ao todo cinco unidades, sendo duas em Fortaleza, duas em Maracanaú e uma em Rondonópolis(Mato Grosso.). Está entre as 50 maiores indústrias do Estado de 2013, ocupando a décima nona posição, com um faturamento líquido de R\$162.088.668,35 e um patrimônio líquido ajustado em R\$214.729.257,36

A Unidade Fortaleza foi a primeira implantada, sendo nesta onde funciona a matriz e onde são tomadas as principais decisões. Em 1997, iniciou-se a modernização da Unidade Fortaleza com investimentos da ordem de US\$ 18 milhões. O resultado foi a obtenção de um processo produtivo mais controlado, altamente automatizado, refletindo diretamente na qualidade do produto acabado. A produtividade medida em toneladas/funcionário/mês aumentou em 70%. Ainda em 1997, as unidades TBM foram certificadas conforme padrões ISO 9002 pela certificadora DNV - Det Norske Veritas.

Em 2001, foi iniciada a construção de outra unidade em Fortaleza, com a mais moderna tecnologia disponível: os filatórios Suessen para fios compactados. No ano seguinte,

⁹ Ver mais em: www.tbm.com.br.

foi inaugurada a Unidade de Fios Compactados, em Maracanaú-CE, produtora dos fios Innova, constituindo-se a terceira e mais nova unidade TBM.



Foto 9: Indústria Têxtil Bezerra de Menezes em Maracanaú.
Alexsandra Muniz.

Com escritórios estrategicamente posicionados na América Latina, EUA, Europa e Ásia, uma unidade fabril funcionando desde 2010, no Estado do Mato Grosso (Rod. BR 163 S/N Km 109 – Zona Rural Rondonópolis – MT) e quatro unidades industriais no Ceará. A Têxtil Bezerra de Menezes produz fios de algodão e tem 2.000 empregados nas duas unidades situadas na Capital.

São duas unidades em Fortaleza, na av. dos Expedicionários- Itaperi e mais duas unidades em Maracanaú, uma na Av. Parque Norte 2, N° 570, ocupando área em ha de 6,13 voltada para produção de fios têxteis de algodão e a outra na rua Leste 3, N° 289 D, ocupando área em há de 9,97, voltada para atividade de produção de Fios de algodão e tecidos em malha de algodão.

Antes da unidade de Rondonópolis ser construída, toda matéria-prima das fábricas do Ceará era do algodão oriundo da Bahia, mas hoje, mesmo com o custo alto, em especial pelo frete, como o algodão, as quatro unidades utilizam algodão oriundo de Mato Grosso que é considerado de excelente qualidade.

A TBM é composta por diversas indústrias voltadas ao setor têxtil:

Têxtil Bezerra de Menezes - TBM S/A; TBM Trading; TBM Logística

A atuação do Grupo, no entanto, vai muito além. A amplitude dos negócios do grupo TBM abrange setores como construção civil e hotelaria.

Na hotelaria administra a bandeira Sonata, cujo primeiro empreendimento é o Sonata de Iracema. Na construção civil, a IRB Empreendimentos Imobiliários e a Fibra Construções.

Sua atuação em diversos segmentos têxteis, com o compromisso da qualidade, a solidificou no mercado mundial.

A estrutura comercial da TBM é formada por engenheiros têxteis, que têm à disposição modernos sistemas de tecnologia de informação, oferecendo aos clientes acesso aos mais variados produtos têxteis.

As ações voltadas para a qualidade refletem na capacidade desta indústria competir mundialmente. Desta forma, a TBM se preocupa com a aquisição da matéria-prima, onde dispõe de técnicos para averiguar e classificar as qualidades comercializadas; um laboratório completo de última tecnologia para análises tanto da matéria-prima como do que é produzido, realizando testes diários para garantir a confiança nos seus produtos; visitas técnicas regulares com os principais fornecedores de equipamentos para desenvolvimentos e atualização de novas tecnologias.

Já conseguiu as certificações: ISO 9001:2000; Oko Tex Standard 100 (Confiança nos produtos Têxteis); Belcoro; Supima.

TÊXTIL UNIÃO¹⁰:

A Têxtil União está entre as 40 maiores indústrias do Estado de 2011, ocupando a 35ª posição com um faturamento líquido de R\$27.608.961,33 e um patrimônio líquido ajustado em 19.038.277,42. Possui escritório comercial em Ribeirão Preto - SP, estando a sede da fábrica no Distrito Industrial de Maracanaú, produzindo fios 100% algodão, empregando em torno de 600 trabalhadores.

Fundada em 1975, com a denominação de Têxtil União Franco-Brasileira, pelo grupo Expedito Machado, o início de suas operações deu-se somente em 1982. Nos anos 1990, visando ao crescimento em termos de produtividade e melhoria da qualidade, investiu na modernização do processo produtivo com a substituição de várias máquinas; refrigeração e informatização da indústria; treinamento e desenvolvimento de trabalhadores. No ano de 1991, esta indústria foi vendida aos atuais acionistas; dentre estes, se destaca uma grande

¹⁰ Para mais informações, acessar: www.textiluniao.com.br

soma de ações da indústria pertencentes ao grupo Companhia Valença Industrial, o qual tem como presidente o empresário Mário Araripe. Ele, juntamente com Rogério Farias, fundaram em 1995 a Troller Veículos Especiais, mas diante de uma crescente valorização deste tipo de carro no mercado, houve a compra da marca por outra empresa especializada na produção de carros, e com isso, em 2007, com a venda da Troller Veículos Especiais, boa parte do capital proveniente da venda da marca foi investida para o fortalecimento e crescimento no mercado da Têxtil União no setor têxtil do Ceará. É válido ressaltar que tal venda ocorreu mediante uma crescente e expansiva atuação da TROLLER no mercado nacional e internacional, atraindo a atenção de grandes empresas, como a FORD, que comprou a marca. Isso é o reflexo do poder das grandes indústrias em detrimento das pequenas.

A capacidade de produção mensal da Têxtil União é de 20 mil quilos embora a produção dependa da demanda. Dentre os serviços terceirizados, tem-se: alimentação, vigilância, limpeza, transporte de funcionários. As maiores marcas compradoras são: Kilte (São Paulo), Nanette (Santa Catarina), Malwee (Minas Gerais).

O total de funcionários da Têxtil União é: 622 (Têxtil União, Ceará) + 514 (Valença, Bahia) = 1.136.

De 1990 a 2002, permanecem até o presente: Fiotex, Micrel, Cotefor, TBM, Vicunha, Haco, Beatriz Têxtil.

A Fiotex, com 17 anos de atividade, está sediada em Maracanaú, ocupando uma área de 7,79 há. Utiliza as mais variadas matérias-primas para produzir grande diversidade em fios cardados e retorcidos.

A Fiotex também está entre as 40 maiores indústrias do Estado de 2011, ocupando a 34ª posição com um Faturamento Líquido de R\$72.370.632,57 e um Patrimônio Líquido ajustado em R\$18.797.350,42.

HACO ETIQUETAS

A Haco Etiquetas, fundada pela família Conrad, emigrada da Alemanha, contando mais de 85 anos de experiência no setor têxtil e um parque industrial de mais de 40 mil metros quadrados, produz mais de três bilhões de etiquetas por ano, em sua matriz situada em Blumenau, Santa Catarina e outras cinco unidades: Massaranduba e Criciúma (SC), Farroupilha (RS), Eusébio (CE) e Covilhão (Portugal), além de um escritório em Hong Kong, inaugurado em 2011.

A unidade Haco Etiquetas Nordeste, estabelecida no Município de Eusébio, desde 2000, produz etiquetas tecidas e atende aos mercados do Norte/Nordeste. Além de etiquetas (tecidas, estampadas, adesivas e de papel), a Haco atende aos mercados de vestuário, calçados, *lingerie*, tecelagem e acessórios. A empresa também atua no desenvolvimento de *jacquards* (tecido usado na confecção de estofados, bolsas, sapatos e outros artigos de decoração).

As etiquetas tecidas representam 52% do faturamento, seguidas dos cadarços, com 17%, e das etiquetas estampadas (11%). O grupo ainda é a única empresa de etiquetas e cadarços a ter uma unidade de tingimento e beneficiamento de fios no mundo.

A Coteminas no Rio Grande do Norte, a Guararapes, a Vicunha e a Santana Têxtil no Ceará são alguns dos clientes da Haco, que emprega no Eusébio cerca de 328 pessoas, estando distribuídas em três turnos, atuando tanto na parte fabril como na administração, sendo a maior parte constituída de trabalhadores do município, exceto o gerente administrativo e o supervisor de produção, e o funcionário responsável pelos treinamentos de qualificação, todos de Blumenau, além do gerente de recursos humanos que é de Fortaleza. A faixa etária dos empregados é de 18 a 44 anos e a maioria tem formação escolar de 2º. grau.

Com a ampliação e a modernização da fábrica da Haco Etiquetas no Eusébio, o Ceará assume o segundo lugar, em produção, entre as cinco unidades fabris dessa gigante mundial no segmento. Foram investidos R\$ 30 milhões na unidade, sendo R\$ 10 milhões deles na aquisição do prédio da planta industrial. Com a mudança, a fábrica sai dos 2.500 metros quadrados de um prédio alugado e vai para uma sede própria de 10 mil metros quadrados num terreno de 50 mil de área. Um terço da construção foi financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o restante, como máquinas e equipamentos, de financiamento próprio. Na unidade fabril, já em funcionamento, temos 200 funcionários e produzimos dois milhões de metros em etiquetas por mês.. (DIÁRIO DO NORDESTE.Negócios. *Ceará passa a 2º em etiquetas*. 08 de maio de 2008)

Das indústrias que surgiram após 2002, há a Tramix, Martêxtil, Zanotti, Coats Corrent, Aleze, Cristal Têxtil, Marinho Têxtil, Ramalho Têxtil, Karsten, a Beatriz Têxtil etc.

Com 25 anos no mercado têxtil, a Aleze, com sede em Farroupilha / RS, tem, entre seus produtos, elásticos, fitas, trançados e cordões.

A Beatriz Têxtil S/A ocupa uma área de 7,86 ha no Distrito Industrial de Maracanaú, produz fios têxteis de algodão e possui 253 empregados.

A Ramalho Têxtil¹¹, com sede no Eusébio, é a primeira fábrica de redes de descanso a vender diretamente ao consumidor em sua loja virtual Denaná.

¹¹Para mais informações, acessar: www.ramalhotextil.com.br

Hoje esta indústria exporta para grande parte da Europa, para os Estados Unidos e Canadá e para países da Ásia, como Japão e Rússia. No Brasil, as redes Denaná chegam a todos os Estados por meio da venda direta pelo comércio eletrônico.

Uma das maiores indústrias de cama, mesa, banho e decoração no Brasil, assim é a Karsten, uma indústria de capital aberto que emprega mais de três mil pessoas na sua sede em Blumenau (SC) e unidades em Maracanaú (CE) e São Paulo (SP).



Foto 10: Karsten em Maracanaú. Alexsandra Muniz. Trabalho de Campo: 27.11.2012

A Karsten Nordeste Indústria Têxtil LTDA, com objetivo de reduzir custos de fabricação, aumentando a produção própria de fios, iniciou a construção da Karsten Nordeste, em Maracanaú (CE), em novembro de 2005. A unidade produz 110 toneladas mensais de fios e aumentou para 80% a sua autossuficiência. São duas unidades em Maracanaú, sendo uma (rua Leste 5, n° 120) voltada para confecção de cama, mesa e banho e outra (rua Leste 5, n° 100) para o ramo têxtil (fabricação de artigos de cama).

A Tramix ¹² Indústria e Comércio Têxtil Ltda, especializada na fabricação de fios e linhas de costura de poliéster, sediada em Aquiraz desde 2006, conta com um parque industrial de aproximadamente 2000m² e uma produção mensal de 40 toneladas.

A Tramix possui 80 funcionários e beneficia mais de 60.000 mil quilos por mês de poliéster, fornecendo linhas desse produto para clientes no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

¹² Para mais informações, acessar: www.tramix.com.br

A Marinho Têxtil¹³ fica sediada em Feira de Santana, na Bahia. No mercado desde 1992, a Marinho Têxtil, além de produzir tecidos de malhas(Marinho Têxtil - Malharia) também confecciona roupas(Cokeluche camisaria).

A *Martêxtil* Indústria e Comércio Têxtil está localizada nas margens da rodovia CE 253, S/N, no Km 02, na saída do município de Cascavel, onde funcionava uma indústria de calçados(pé de ferro).



Foto 11: Martêxtil nas margens da CE 253 em Cascavel
Alexsandra Muniz

Hoje é especializada em tecidos, bojos de sutiãs, espumas e palmilhas para sapatos, fazendo parte do grupo COFRAG, que possui duas unidades no Nordeste brasileiro, a Dubahia, no Estado da Bahia, e a Martextil, no Ceará, além da matriz em Novo Hamburgo e filial localizada em São Leopoldo. O grupo COFRAG atua no ramo calçadista há mais de 23 anos. Em Cascavel, instalada desde 2006, a Martêxtil possui relações comerciais com a Grendene, Vulcabrás e Dakota. Trabalha com ceras artificiais de polietileno, recebendo da Vulcabrás as placas de EVA. Os funcionários passaram de 120 quando da chegada da indústria e hoje são cerca de 300 e são em sua maioria da redondeza, sendo 80% homens. O horário de funcionamento é de segunda a sexta de 7 às 17 horas e os serviços terceirizados são os de transporte, alimentação e segurança. Possui benefício fiscal na redução do IRPJ e um faturamento de até 150.000.

¹³ Para mais informações, acessar: www.marinhotextil.com.br.

A Cristal Têxtil¹⁴ foi constituída em 1986, confeccionando elásticos para atender sua própria demanda e a necessidade das malharias e confecções da região. Com o passar dos anos, o foco de atuação foi sendo direcionado também para outros segmentos, dentre eles a indústria calçadista, a qual detém atualmente o maior mercado da empresa. Foi com o foco neste segmento, que, em 1997, a Cristal sediou na cidade de Novo Hamburgo, uma filial, com o propósito de atender com maior agilidade seus clientes.

A Cristal Têxtil está estabelecida na Serra Gaúcha, região onde a indústria têxtil é desenvolvida e conta com uma mão de obra especializada. Construída no centro de Caxias do Sul, em uma área própria de 1000 m², com um pavilhão de 600 m², de onde saem mensalmente 300 mil metros de elásticos e um milhão e 800 mil metros de fitas, ultrapassa o total de dois milhões de metros produzidos por mês.

Além da matriz em Caxias do Sul -RS e da filial em Novo Hamburgo- RS possui outra filial no Ceará, no município de Eusébio.

A Têxtil Zanotti,¹⁵ fundada em 1981, uma das maiores fabricantes mundiais de elásticos, é a líder no segmento de fitas elásticas em toda a América. No Brasil, possui operações em quase todo o território, além de comercializar seus produtos em quase todos os países da América e manter contato ativo nos cinco continentes. A têxtil Zanotti produz mais de 11 milhões de metros de fitas elásticas por dia em avançado parque fabril, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, onde opera em área de 85 mil m²; são 2.300 trabalhadores treinados para fazer com que o produto chegue até o consumidor dentro dos padrões de qualidade. Na filial em Pacatuba, com 18 mil m², o número de empregados é cerca de 280. Seus produtos atendem à cadeia têxtil e estão presentes no dia a dia das pessoas nas mais diversas formas: seja na fita elástica de cuecas ou *lingerie*, escondidos nas roupas, em produtos hospitalares, calçadista, automobilística e de outras formas diversas.



Foto 12: Indústria Zanotti em Pacatuba. Alexsandra Muniz,
Trabalho de campo: 12.01.2012

¹⁴ Para mais informações, acessar: www.cristaltexil.com.br.

¹⁵ Para mais informações, acessar: www.zanotti.com.br.

A Coats Corrente Ltda¹⁶, com unidade em Fortaleza, produz linhas e zípers e possui 2.800 empregados. O Grupo Coats teve origem na Escócia no início do século XIX, com a entrada, separadamente, de James Coats (com a empresa J&P Coats) e James Clark (da J&J Clark) no mundo da fabricação de fios de algodão. Em 1896, as duas empresas, até então concorrentes entre si e maiores fabricantes de linhas do mundo, se fundiram, aproveitando as novas tecnologias advindas da Revolução Industrial têxtil europeia da época para se tornar líder mundial de linhas para costura industrial e doméstica. De lá para cá, o grupo só cresceu e hoje está presente em cerca de 60 países.

A unidade brasileira da Coats foi fundada em 18 de junho de 1907, no bairro Ipiranga, em São Paulo. A empresa ficou conhecida como Linhas Corrente até mudar a razão social para Coats Corrente em 1995, adequando-se à logomarca mundial do grupo.

Certificada pela ISO 9001 dispõe de fábricas nas regiões Sudeste e Nordeste do País, assim como escritórios de vendas e centros de distribuição estrategicamente localizados. A busca contínua pela inovação permite à empresa oferecer uma completa gama de produtos e serviços para dar aos clientes opções em linhas para costura, bordado, crochê, tricô, zíperes, entretelas e acessórios.

Como seria inviável tecer análises acerca de todas as indústrias têxteis ativas no espaço metropolitano de Fortaleza, a que selecionamos como objeto de estudo foi a Unitêxtil. No primeiro momento, pensamos na Vicunha, mas, como Fortaleza se destaca na produção industrial têxtil e a Vicunha se encontra em Maracanaú e Pacajus, além de não ser de capital local, não daria para entender a dinâmica da indústria têxtil cearense com base em uma indústria de fora. Além disto, soma-se a dificuldade em coletar informações e o impedimento em fazer registro fotográfico durante a visita nestas duas unidades (Vicunha-Maracanaú e Vicunha-Pacajus), o que inviabilizou a intenção inicial e levou à opção por outra indústria. No segundo momento, pensamos na TBM, que possui duas unidades em Fortaleza e duas em Maracanaú, mas nesta, embora seja de capital genuinamente cearense, não conseguimos após várias tentativas nem mesmo fazer uma visita, muito menos coletar informações para a pesquisa ou fazer alguns registros.

Como nem a Vicunha, nem a TBM têm uma história anterior ao processo de reestruturação, até para efeito comparativo e análise da dimensão das consequências do período em curso, a Unitêxtil foi a escolha mais acertada. A Unitêxtil, além de estar na Capital, tem uma história que acompanha o próprio desenvolvimento da indústria têxtil no

¹⁶ Para mais informações, acessar: www.coatscorrente.com.br

Ceará. Por outro lado, não é a única indústria têxtil que resiste ao tempo, já que, da década de 1960, existem a Passamanaria e a Jangadeiro Têxtil; entretanto, a Passamanaria tem como carro chefe a produção voltada para fabricação de elásticos, alimentando indústrias de *lingerie*, já a Jangadeiro Têxtil não se encontra na Capital, mas em Maracanaú. Da década de 1970, assim como a Unitêxtil, ainda há a Permalex, só que esta, embora tenha começado a produção em Fortaleza, depois foi transferida para Maracanaú, e é voltada para produção de entretelas, ou seja, um produto que é aplicado no tecido, já na etapa de confecção da roupa, além disto, hoje pertence a um empresário coreano, tendo sido comprada de empresários cearenses. Desta forma, descobrimos no decorrer da pesquisa que estávamos certos em escolher a Unitêxtil para estudo de caso, pois como veremos adiante, nos permitiu, dentre outras coisas, entender a dinâmica de ganho e perda de importância de cidades, como também mudanças na cartografia e consequências socioespaciais, permitindo ainda analisar em uma escala menor, chegando até o chão de fábrica e percebendo as relações com o intraurbano da Capital, como veremos no capítulo 5.

Como se expressou o contexto econômico atual, o papel do Estado na condução de políticas voltadas ao setor industrial e os impactos no setor têxtil, em particular?

Desde os anos 1990, com a abertura do mercado nacional à concorrência internacional, a indústria têxtil foi obrigada a um grande esforço de investimentos, não só em máquinas e equipamentos, mas também em treinamento, inovação, reestruturação da produção e da gestão, objetivando a redução de custos e a melhoria da produtividade e da qualidade de seus produtos, a fim de se equiparar aos grandes produtores.

No contexto pós-anos 1980, com uma política que deixava de ser protecionista e que buscava um aumento da produtividade, a indústria têxtil teve que se tornar mais eficiente e produtiva para a sua inserção mundial. É nesse contexto que se origina o processo de reestruturação do setor têxtil brasileiro.

As maiores dificuldades, agora, são inerentes às escalas de produção e ao nível de organização das indústrias brasileiras, além da equivalência tributária e dos custos financeiros praticados nos países considerados grandes supridores internacionais de têxteis e vestuário. No início dos anos 2000, a avalanche da importação de produtos de confecção asiática, os altos juros, o câmbio desfavorável e a carga tributária imposta à produção nacional foram responsáveis por uma das maiores crises deste setor.

A análise das transformações atuais do setor industrial têxtil, no contexto do processo de reestruturação produtiva, exige a compreensão, mesmo que sucinta, de sua relação com o contexto maior da reestruturação capitalista, já que os impactos na esfera

produtiva e socioespacial constituem uma das múltiplas facetas deste processo. Desta forma, no capítulo seguinte, buscamos vislumbrar este cenário maior da dinâmica atual.

No módulo que se segue, abordaremos o conceito de reestruturação, sua caracterização no setor industrial e sua periodização ao longo do desenvolvimento do capital e alguns reflexos na indústria têxtil, bem como o deslocamento industrial como uma das evidências do processo em curso e a formação de polos têxteis.

4 A REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL NA ERA DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A INDÚSTRIA TÊXTIL

Antes de tecer algumas considerações acerca da reestruturação industrial, faz-se mister explicitar o conceito de reestruturação que para Soja (1993:193)

[...]em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma ‘freada’, senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca, pois, uma combinação seqüencial de desmoronamento e reconstrução, de desconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos. A antiga ordem então suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos convencionais e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural.

Nesta mesma linha de análise, coadunamos também com Lencioni(1998b), ao afirmar que a reestruturação é algo em movimento e não estático até o momento da ruptura, como se fosse uma nova estrutura que se sobrepõe à anterior.

É no setor industrial onde a reestruturação ocorre de modo mais intenso, dentre outras coisas, por via dos novos padrões da gestão/organização do trabalho, que assume importância decisiva na flexibilização das relações de trabalho com impactos socioeconômicos e espaciais.

Partindo do pressuposto que a reestruturação produtiva³⁰ ocasiona um reordenamento nas forças produtivas³¹, nas relações de trabalho e, notadamente, no espaço, entendemos por reestruturação produtiva tanto as mudanças de ordem técnico-econômicas quanto as socioinstitucionais que ocorrem em um determinado espaço. Daí concordarmos com Gottdiener (1993), que afirma ser a reestruturação um fenômeno socioespacial.

Podemos assinalar que a reestruturação produtiva do setor secundário brasileiro tem bases fundadas no modelo desenvolvimentista adotado com ênfase na industrialização, por ter inspirado diretamente as políticas implementadas no País desde a década de 1950, conforme vimos anteriormente.

Alves (2000), analisando a reestruturação produtiva no setor industrial brasileiro, divide-a em três fases:

A primeira ocorre após 1945, quando surge o primeiro surto de reestruturação produtiva no Brasil, vinculado à instauração da grande indústria de perfil taylorista-fordista. Ele se desenvolve a partir de meados dos anos 50, no governo Kubitschek, representando a época do desenvolvimentismo. Depois, o segundo surto de

³⁰ O debate sobre a reestruturação produtiva à luz do arcabouço teórico já desenvolvido por estudiosos de áreas diversas do conhecimento pode ser visto no artigo: GOMES, Maria Terezinha Serafim. **O Debate sobre a Reestruturação Produtiva no Brasil**. RA’EGA (2011), p.51-57. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR.

³¹ Segundo Ianni (1997), as forças produtivas compreendem o capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão social do trabalho, o mercado, o planejamento, dentre outros.

reestruturação produtiva ocorre na época do 'milagre brasileiro', na ditadura militar, na passagem para os anos 70. Na verdade, ele é decorrência dos impulsos da industrialização, constituídos em meados da década de 1950. Finalmente, o terceiro – e atual – surto de reestruturação produtiva vinculasse à época da crise do capitalismo brasileiro, com o predomínio de um novo padrão de acumulação capitalista – a acumulação flexível – cujo 'momento predominante' é o toyotismo. Ele ocorre a partir dos anos 80, impulsionando-se na década seguinte – os anos 90, sob a era neoliberal. É o que Alves denomina complexo de reestruturação produtiva (ALVES, 2000:103).

O atual processo de reestruturação produtiva é denominado, por Alves, de complexo de reestruturação produtiva por considerá-la

[...]uma ofensiva do capital na produção, que busca constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária e tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados (IBIDEM., p.11).

Em linhas gerais, a reestruturação, calcada na produção flexível, propiciou uma reorganização do processo da gestão da produção e da força de trabalho, com outras práticas gerenciais, uma nova lógica de produção de mercadorias, o desenvolvimento de novas tecnologias e a descentralização produtiva, com a terceirização ou as realocações industriais. Isto ocasionou o fechamento de indústrias e abertura de outras; a modificação das regras institucionais de relacionamento entre capital e trabalho; as mudanças de hábito no consumo; as alterações nos padrões de concorrência intercapitalista etc.

Com a reestruturação, modificam-se as condições técnicas, jurídico-políticas e sociais, as formas de organização do trabalho e do processo de produção, com introdução de novas práticas gerenciais. Isso implicou também transformações nas relações entre capital e trabalho, com a instauração de novas legislações trabalhistas de cunho flexível, adaptando-as às necessidades do capital.

Dentre outras evidências do atual período, temos, ainda, o crescimento do mercado de mão de obra feminina e do setor de serviços, a subcontratação que permite ao empregador custo inferior ao de um trabalhador regular e o estabelecimento de vínculos empregatícios com outras empresas - geralmente as empresas maiores transferem responsabilidades e riscos para as menores (DRUCK, 1995).

Em nome da competitividade e majoração da taxa de lucros, o que presenciamos é a flexibilização das leis trabalhistas, um dos pilares do atual modelo produtivo, o que em outros termos significa excluir uma crescente massa de trabalhadores do gozo de seus direitos legais, resultado de conquistas históricas contidas na legislação trabalhista, cuja existência passa a ser denunciada como obstáculo à expansão do emprego formal (ANTUNES, 1997). Conforme relata Edwards, apud Singer (1998:113), "aquilo que por um lado foram conquistas

da organização dos trabalhadores acabaram, por outro, tornando-se restrições crescentes ao ajuste do mercado de trabalho”.

A terceirização também é cada vez mais frequente. Para Druck (1995), a intensificação do ritmo das terceirizações no Brasil, desde os anos 1990, está intimamente ligada à inserção do modelo japonês nas empresas brasileiras, o que ocorreu inicialmente no setor automobilístico.

Observam-se, juntamente com as inovações tecnológicas, a introdução de procedimentos organizacionais globais (*kaban*³², *just in time*³³); uma série de racionalizações da produção (*downsizing*³⁴ e a reengenharia), melhor controle da qualidade do produto e maior produtividade com a introdução de programas de qualidade total que possibilitam o gerenciamento do trabalho via círculos de controle de qualidade e gestão participativa que permitem uma maior economia de espaço, tempo de produção, maior controle de qualidade do produto e, conseqüentemente, maior produtividade.

Com a disputa por novos mercados e a competição em escala global, que passam a exigir do setor produtivo a adoção de medidas criativas e restauradoras de sua capacidade produtiva e competitiva, além de estimular os investimentos para a criação de novos produtos, o trabalho, assim como a sociedade, se veem perpassados por uma intensa e progressiva racionalização que se assenta na reestruturação das técnicas produtivas e gerenciais.

Padrões tecnológicos anteriormente considerados estáveis sucumbem aos imperativos da competição global, dada a ênfase em novos produtos e novas tecnologias, justificados pela busca desenfreada de novas formas de obtenção de lucro, fazendo com que o que hoje é considerado novo no mercado venha a ser mais um novo-velho produto, suplantado pela força da destruição criativa das inovações.

Essa lógica reativa e inovativa do capital para enfrentar a crise é denominada de *destruição criativa*³⁵ - uma produção fugidia e efêmera, em que as indústrias, na busca de

³² É uma tecnologia japonesa que nasceu na Toyota. Permite a administração do estoque com fluxo contínuo de produtos. Segundo Antunes (1997:180), Kaban é um sistema de “placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no toyotismo, devem ser mínimos”. Em outras palavras, “o kanban é a senha utilizada que alude à necessidade de reposição das peças/produtos” (ANTUNES, 1997:33).

É estabelecido um fluxo de informações, que emite especificações acerca da quantidade exata de peças a serem produzidas.

³³ Significa produzir no momento exato os produtos necessários na quantidade certa, visando a menores estoques e maior diversidade de produtos.

³⁴ O *downsizing* elimina excesso de burocracia, quando reduz os níveis hierárquicos dentro do processo produtivo.

³⁵ Shumpeter (1946) mostrou a relação entre a inovação tecnológica e os ciclos longos de crescimento econômico, advindos do aumento de investimentos que se seguem à introdução das inovações mais significativas. Ele considerou também diversos aspectos que interagem na inovação, sejam eles técnicos, econômicos, sociais ou gerenciais. A essa dinâmica deu o nome de *destruição criativa*.

novos mercados, alteram, no todo ou em parte, as características do seu produto, e assim reduzem a sua vida útil.

A rapidez das inovações impelidas por uma competição cada vez mais acirrada em um mercado mundial, no entanto revela a capacidade para enfrentar a força da destruição criativa das inovações, que, por sua vez, é inerente ao sistema capitalista.

Essa busca constante pelo novo nos leva a falar em modernização. Berman (1987:15) diz que,

[...]a modernidade é caracterizada por uma série de metáforas: algo esfumaçante, diluidora, vívida, estimulante, que nada retém, a não ser o próprio processo. É um ímpeto feroso, de intensidade ofuscante, a mudança permanente, a perpétua sublevação e renovação de todos os modos de vida pessoal e social. Autodestruição inovadora, perpétua mudança e progresso, incessante, irrestrito fluxo de mercadorias em circulação. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, tudo o que é sólido desmancha no ar.

Segundo Alves (1999:20),

Se o cerne da modernidade é essa sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica, o que presenciamos hoje, com as notáveis transformações sócio-históricas no capitalismo do final do século XX, é apenas a modernidade (e a modernização) em sua plena efetivação. Ou o que poderíamos denominar de exacerbação da modernidade. O que Harvey diria alta modernidade, outros poderiam dizer pós-modernidade.

A busca pelo aumento da produtividade e o restabelecimento espacial das estruturas de acumulação, que foram os mesmos objetivos da Revolução Industrial, são também o que impulsiona, em um quadro mundial de concorrência capitalista, as unidades produtivas a executarem modificações nos processos de trabalho, acelerando a inserção de inovações tecnológicas na produção.

Ocorrem inovações tecnológicas na produção, cuja expressão é “a microeletrônica, a automação, a robótica, a informática e as redes que aceleram e multiplicam a capacidade produtiva da força de trabalho”. (IANNI, 1997:157).

Pari Passu às inovações, são implementadas novas políticas de gestão da produção e de organização do trabalho, um conjunto de técnicas que se alastrou pelos países capitalistas centrais e periféricos, reestruturando o processo produtivo dos diversos setores econômicos, com o escopo de propiciar elevado patamar de qualidade e competitividade.

Com a reestruturação produtiva, valorizam-se a cooperação, o trabalho em equipe, a polivalência e a multifuncionalidade, o que para muitos se traduz num trabalho qualificado, mas que, na verdade, representam, como salientou Aglieta (1978:106 apud Alves, 2000:35), “o extremo da desqualificação, ou seja, seus trabalhos foram despojados de qualquer conteúdo concreto”.

Convém lembrar que o fato dos trabalhadores executarem diversas tarefas numa jornada de trabalho, tornando-se um trabalhador multifuncional, não significa menor exploração, como também não pode ser encarado como uma “conquista para o trabalhador”; antes, representa, uma superexploração do trabalhador.

Ao passo que se multifuncionalizam, tornam-se uma massa de profissionais especializados desqualificados, uma vez que o trabalhador se qualifica para o exercício de determinada ocupação e o trabalhador qualificado para certo trabalho é trabalhador desqualificado em um outro trabalho; portanto, a qualificação para uma determinada função não deve ser confundida com a qualificação do trabalhador. Ademais, essa multifuncionalidade não cria vínculos de identidade e não há indícios, de crescimento intelectual ou de se fazer mais realizado como trabalhador, pois, sua atenção deve ser redobrada, objetivando contribuir para acumulação do capital.

O propósito não é promover o desenvolvimento do trabalhador no sentido de formar cidadãos ativos dotando-os de um pensamento crítico, mas de formar pessoas aptas para o trabalho e, se possível, adestrá-las para a formação de uma mão de obra dócil; é o que chamamos de qualificação desqualificante, pois, diante das constantes transformações tecnológicas, é questionável a qualificação, pelo fato de que se qualificará para necessidades emergentes, surgindo automaticamente outros trabalhadores desqualificados, o que configura "um processo contraditório que superqualifica em vários ramos produtivos e desqualifica em outros". (ANTUNES, 1997:54).

Com efeito, a reestruturação produtiva se caracteriza não somente pela mudança da base técnica de produção, indo além da racionalidade que se instalou nos objetos de trabalho e no próprio espaço, uma vez que envolve, também, a materialidade da classe trabalhadora, ou seja, as distintas formas de relações de trabalho no espaço, como também a própria subjetividade.

Uma análise estritamente econômica não pode dar conta da complexidade do processo em curso, ao passo que “as técnicas presentes na fábrica e no escritório ou incorporadas ao próprio solo como infra-estruturas acabam por condicionar as formas de trabalho, as relações sociais e a vida cotidiana³⁶” (SANTOS, 2000:20), envolvendo modos de ser, pensar, agir e sentir; daí estarmos enfocando também a questão das relações de trabalho. Foge, todavia, aos limites aqui propostos focar a questão do trabalho do ponto de vista da subjetividade do trabalhador.

³⁶ Altos e baixos na política. SANTOS, Milton, + **BRASIL 501 D.C. MAIS!**, 2000,20-21, Nacional.

Além das transformações nas relações de trabalho e no processo produtivo em geral, os grandes avanços científico-tecnológicos e a espetacular expansão das redes de comunicação e transporte foram condição *sine qua non* para a reestruturação produtiva e espacial em curso, uma vez que permitiu a dispersão mundial da produção e a criação de “espaços inteligentes”, onde a lógica capitalista possa fluir. Em outras palavras, está havendo, uma transnacionalização que alcança espaços até agora não penetrados pelo capital (SANTOS, 1996).

A economia de tempo, articulando Geografia e História, nos faz perder a noção de tempo e de espaço³⁷, o que nos leva a falar na *compressão do espaço-tempo* (HARVEY, 1993), em que o ciberespaço é a expressão tangível.

[...] com a evolução dos sistemas de engenharia, a própria noção de tempo muda: o tempo da produção, o tempo da circulação, o do consumo e da realização da mais-valia. Quanto mais evoluem os sistemas de engenharia, mais coisas se produzem em menos tempo. Também se transportam mais objetos em menos tempo, o consumo se faz mais imediatamente, tornando tudo isso mais e mais fácil [...] (SANTOS, 1988).

No atual contexto de reordenação da produção, circulação e consumo, presenciemos a livre movimentação de mercadorias e de capitais por via das fronteiras, atravessando as mais diversas formas de organização social do trabalho e produção, além da ampliação da concorrência entre os países e o “encurtamento de distâncias”, permitindo a integração e a regulação final do processo de produção global.

Há cada vez menos barreiras para a circulação do fator capital – em linhas gerais o mesmo se aplica às mercadorias -, no entanto, há crescentes barreiras dificultando a circulação do fator trabalho, pelo menos dos trabalhadores de baixa qualificação. (SENE, 2004:69).

Não há como negar que as transformações em curso se manifestam ao nível da divisão do trabalho, uma vez que “a desconcentração geográfica da cadeia produtiva acarreta uma extensão da divisão social do trabalho” que, por sua vez, permite “a reorganização da produção e a emergência de um novo modelo de organização territorial”. (BENKO, 1999).

Com efeito, em função de maior capacidade de acumulação resultante da redefinição de estratégias de mobilidade espacial do capital, em termos de sua reprodução global, verificamos uma reorganização da divisão espacial do trabalho.

³⁷ Segundo Santos (2000) este é o mundo tal como nos fazem crer a globalização como fábula. “A partir do mito da globalização e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos” (SANTOS, 2000:18). Para Manuel Castells (1999) “o espaço organiza o tempo na sociedade em rede”.

Segundo os globalistas³⁸,

[...] o modelo típico de divisão internacional do trabalho - países periféricos exportam produtos primários e países centrais exportam produtos manufatureiros - cede lugar a uma nova divisão global do trabalho, que implica uma reordenação das relações econômicas inter-regionais e um novo padrão de riqueza e desigualdade, que transcende as economias pós-industriais e as que estão em processo de industrialização.

O fortalecimento da divisão espacial do trabalho acarreta a exacerbação das especializações produtivas no espaço geográfico, ao mesmo tempo em que ocorre “uma integração que tende a acentuar a posição subalterna dos países menos desenvolvidos no espaço do desenvolvimento desigual da economia-mundo”. (BENKO, 1999).

Agora, tanto é possível integrar o espaço mundial, através de uma rede de investimentos e financiamentos, como separar o processo produtivo industrial em diferentes lugares. Os novos meios de conexões e telecomunicações suplantam qualquer limite criado pela descontinuidade geográfica global. (PEREIRA JÚNIOR, 2003:68).

A nova divisão transnacional do trabalho e produção engendrada pelo capitalismo globalizado significa um novo impulso no desenvolvimento do capitalismo, uma vez que amplia os espaços e as fronteiras da reprodução do capital, “na medida em que se movimentam e dispersam as empresas, corporações e conglomerados, promovendo uma espécie de desterritorialização das forças produtivas, [...] e uma simultânea reterritorialização em outros espaços...” (IANNI, 1997).

O espaço produtivo se fratura, dando origem a um mosaico de espaços integrados numa divisão regional, nacional e internacional do trabalho. Segundo Santos (1994), “as especializações do território, [...] são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe”.

Dessa forma, “uma nova divisão social e territorial do trabalho é posta em ação, envolvendo introdução e difusão de novas tecnologias e outras relações espaciais”, ou seja, “as relações econômicas e sociais são ampliadas, passando a se realizar em amplos territórios e a articulação entre as diversas unidades territoriais especializadas é viabilizada pelo progresso dos meios de comunicação”, quando então o mundo do trabalho passa a ocupar uma escala anteriormente desconhecida (CORRÊA, 1995).

³⁸ Expressão utilizada para diferenciar os que consideram a globalização contemporânea como um acontecimento histórico real e significativo (globalistas) dos que concebem a globalização como uma construção primordialmente ideológica ou mítica de valor explicativo marginal (céticos). Para saber mais consultar: HELD, David, MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

No Brasil, somente na segunda metade dos anos 1980, evidenciam-se timidamente um novo paradigma tecnológico e produtivo e uma nova organização do trabalho e do espaço. Benko (1999) ressalta que, “desde os anos 80 – observam-se os primeiros sinais do advento de novo período de desenvolvimento do capitalismo”.

Então, a fase atual da reestruturação produtiva coincide com a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo financeiro ou monopolista. Vale ressaltar que, mesmo diante da crescente valorização do capital na esfera financeira, como bem afirmou Alves (1999, 2000) “a autonomia do setor financeiro não pode ser senão relativa, já que o capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva”.

Isto acelerou-se desde os anos 1990, sob o impulso das políticas neoliberais. Neste percurso, ocorreu a transnacionalização do sistema capitalista de produção e um novo momento do processo de acumulação entrou em vigor.

Inaugurou-se, pois, uma etapa de acumulação mundial do capital. Entrou em cena o paradigma de acumulação capitalista contemporâneo, denominado por David Harvey (1993) de “*regime*”³⁹ de *acumulação flexível*, por opor-se diretamente à rigidez fordista e apoiar-se “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo...” (HARVEY, 1993: 140). Na literatura, também é usado como toyotismo, modelo japonês, pós-fordismo, neofordismo, especialização flexível, kalmarianismo.

Antunes (1997), citando Harvey, expõe sua tese sobre a acumulação flexível, segundo a qual esta,

[...]na medida em que ainda é uma forma própria do capitalismo, mantém três características essenciais desse modo de produção. Primeira: é voltado para o crescimento; segunda: este crescimento em valores reais se apoia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, terceira: o capitalismo tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional.

A periodização da atual fase da reestruturação e sua relação intrínseca com o desenvolvimento do capitalismo se fazem necessárias, uma vez que a reestruturação produtiva atual está relacionada com a crise do modelo de produção até então vigente. Portanto, cabe aqui fazer breve resgate deste contexto.

Os mecanismos que viabilizaram o crescimento no período que vai de 1945 a meados dos anos 1970, não mais se sustentavam, pois, como sabemos, após os *Anos*

³⁹ O termo regime de acumulação usado por Harvey(1993) reflete a influencia da Escola de Regulação Francesa, ou teoria da regulação concebida em meados do anos de 1970. Para saber mais a este respeito e da crise do regime de acumulação fordista, ver:Michel Aglietta, André Orléan, Robert Boyer, Benjamin Coriat, Alain Lipietz, Bernard Billaudot etc.

Dourados de reintegração internacional do capitalismo, ou o *Longo Boom* do pós-II Guerra em que por quase 30 anos - as três décadas gloriosas⁴⁰ - assistiu-se à expansão do capitalismo (1945-72) que tinha até então como modelo de acumulação do capital, o taylorismo/fordismo, tivemos a Segunda Grande Depressão Mundial – a onda longa depressiva na acepção de Mandel (1983), diante da

[...]brutal crise de financiamento que se manifestou desde cedo, com uma inflação renitente que acabou explodindo em uma hiperinflação. [...] uma economia acomodada, protegida, totalmente frágil, despreparada para enfrentar a mudança de paradigma que estava por se iniciar com a Terceira Revolução Tecnológica. (GOLDENSTEIN, 2001).

O fordismo não conseguia solucionar o problema, pois ele estava na rigidez dos investimentos de capital fixo de longa escala, em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes.

Mediante a crise do fordismo⁴¹, que significou não somente a crise do modelo de acumulação capitalista vigente, mas também da regulação⁴² das relações entre capital e trabalho, o capital necessitava de uma nova forma de acumulação e de regulação social e política que retomasse e até mesmo impulsionasse a acumulação, ao passo que começou a se desenhar um novo paradigma tecnológico e produtivo e iniciou-se outra organização do trabalho.

Trata-se de uma revolução tecnológica que traz como consequência uma mudança radical no paradigma produtivo, com impactos extraordinários no sistema financeiro internacional, nas estruturas produtivas, nas relações entre as economias e, conseqüentemente,

⁴⁰ Os anos gloriosos ou idade de ouro são os primeiros 30 anos do segundo pós-guerra, em que a economia capitalista vinha apresentando taxas de crescimento surpreendentes desde o final da Segunda Guerra Mundial. Este período ficou conhecido como “Anos Dourados do Keynesianismo”, visto que o capitalismo cresceu até ocorrerem os choques internacionais do petróleo.

⁴¹ Existe uma vasta literatura que analisa os determinantes da crise do fordismo, no entanto, nosso objetivo não é abrir uma discussão global sobre tal literatura, por isso enfatizamos a questão da rigidez, embora não seja o único fator responsável por tal crise. Alain Lipietz já explicitava em sua obra *Miragens e Milagres*: “[...] a crise está ligada também às raízes do regime de acumulação intensiva baseado nos princípios taylorianos de organização do trabalho e no desenvolvimento fordiano do consumo de massa.[...] O fator mais claro da crise do regime de acumulação consiste na desaceleração geral dos ganhos de produtividade, que começa no fim da década de sessenta e afeta até os ramos mais tipicamente fordistas, como a indústria automobilística(Boyer, 1979)”. Mais adiante, quando Lipietz(1988) fala da redução dos lucros, do aumento do poder aquisitivo e do aumento do custo salarial, acrescenta: “Que a ênfase seja dada ao profit squeeze ou ao cumento da composiçãoorgância, resta que a crise atual da acumulação intensiva aparece com uma crise de rentabilidade, ao contrário da crise de 1930 que era de superprodução”.(LIPIETZ, 1988: 58).

⁴² As mediações político-institucionais – os modos de regulação – exerceram papel fundamental no processo de acumulação do capital, uma vez que a uma determinada base técnica se vincula um contrato social (ou forma de proteção social) que, juntos, integram o conceito de regime de acumulação. O regime de acumulação fordista foi o exemplo mais bem acabado deste conceito aplicado a uma realidade social que vigorou nos países centrais do segundo pós-guerra no início dos anos 1970.

nas economias nacionais. “Essas transformações – produtivas, tecnológicas, comerciais e financeiras – obviamente interligadas, reforçando umas às outras, vêm revolucionando não só os países centrais como suas relações com os países periféricos” (IBIDEM).

Masi diz que não estamos em condições de dar um nome preciso a essa mudança de época e por isso prefere usar o termo “pós-industrial: um nome que não ousa dizer o que seremos, mas se limita a recordar o que já não somos”. (MASI, 2000:170).

Assim como houve um intenso debate acerca da nascente sociedade industrial sobre o que realmente estava acontecendo naquele momento, também não é diferente o fato de desencadearmos hipóteses interpretativas e investigações preventivas da atual fase do capitalismo, havendo inclusive um debate acirrado sobre se o capitalismo está sendo superado ou se ingressa numa nova etapa e, neste segundo caso, tratar-se-ia de uma transformação sólida ou reparo temporário?⁴³

Embora não estejamos em condições de concluir, pois o presente nos situa em um emaranhado de dúvidas, já que é um processo que ainda não se consolidou, de uma coisa temos certeza: o mundo não é mais o mesmo desde 1973 e a crise do modelo fordista-keynesiano não significa, em absoluto, a sua eliminação, o que por outro lado indica que a nova modalidade da gestão não se estende concretamente, de modo hegemônico, coexistindo várias condições técnicas e sociais da produção capitalista, como, aliás, acreditamos que houve a mesma dinâmica nas fases anteriores.

Nas palavras de Ianni,

[...] o fordismo, como padrão de organização do trabalho e produção, passa a combinar-se com ou ser substituído pela flexibilização dos processos de trabalho e produção, um padrão mais sensível às novas exigências do mercado mundial, combinando produtividade, capacidade de inovação e competitividade (IANNI, 1997: 11).

Conforme aponta Soja (1993: 206),

[...] a geografia histórica do capitalismo não tem sido marcada por grandes reviravoltas e substituições completas de sistemas, mas, antes por uma seqüência evolutiva de reestruturações parciais e seletivas, que não apagam o passado nem destroem as condições estruturais profundas das relações sociais e espaciais capitalistas.

⁴³ Dentre outros autores, temos Harvey que levanta esse questionamento: se essas mudanças assinalam o nascimento de um novo regime de acumulação capaz de conter as contradições do capitalismo durante a próxima geração ou se marcam uma série de reparos temporários, constituindo assim um momento transicional de dolorosa crise na configuração do capitalismo do final do século XX. (HARVEY, 1993:177). Sobre o assunto ver HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

Há quem afirme, todavia, que no momento atual não existe nada de novo. Nesta perspectiva, temos, dentre muitos outros autores, Harvey que afirma:

[...] a insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilização e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta (uma leitura cuidadosa de O Capital de Marx sustenta esta afirmação)(HARVEY, 1993: 178).

Giovane Alves entra nesta discussão ao afirmar que, embora a “categoria de flexibilidade tenha um potencial ideológico (e político), ou que seja algo típico da produção capitalista [...]”, é na era da *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1996)⁴⁴ que “a flexibilidade se desdobra e adquire múltiplas determinações no interior do complexo de produção de mercadorias, assumindo, desse modo, novas proporções, intensidade e amplitude”. (ALVES, 2000:23-25).

A despeito deste impasse, cremos haver um consenso entre os estudiosos das mais distintas concepções teóricas e político-ideológicas de que não podemos nos esquivar do fato de que a sucessão de bases técnicas que se substituem umas às outras dentro do modo de produção capitalista (sendo esse processo chamado por Shumpeter (1946) de *destruição criativa*), que são inerentes à sua lógica e os novos processos de trabalho que passam a se desenvolver, inclusive dividindo espaço com outros modelos existentes, buscam alcançar os mesmos objetivos que os precedentes, quais sejam, a superação da crise e a decorrente forma histórica encontrada pelo capital para implementar o processo de continuidade antes que de ruptura. Melhor dizendo, no seu sentido dialético, é uma ruptura no interior da continuidade da lógica de valorização do capital, que não ocorre mais somente pela intensificação da exploração sobre a força de trabalho, onde a racionalização do trabalho é levada ao extremo, levando a uma extração do excedente em bases mais amplas que sob o taylorismo ou fordismo, sobretudo por meio do sistema financeiro⁴⁵, sob o capitalismo mundial, com o impulso das políticas neoliberais.

Neste percurso, as atuais transformações do modo de produção capitalista representam uma reação dos capitalistas à crise do modo de acumulação fordista, inaugurada pela fase B do 4º ciclo de Kondratieff⁴⁶, e, por conseguinte, a continuidade do processo de

⁴⁴ CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

⁴⁵“... temos D-D’, dinheiro produzindo dinheiro, um valor se valorizando, sem nenhum processo (de produção) que sirva de mediação aos dois extremos”. (Karl Marx, O Capital, Livro III, cap. XXIV).

⁴⁶ Nos anos 20 do século XIX, Nicolai Kondratieff apresentou sua teoria sobre as curvas de longo prazo do desenvolvimento capitalista onde afirmou que os longos ciclos no sistema capitalista resultam de sólidos investimentos (fase A de expansão) ou de sua Depreciação (fase B de depressão). Ao examinar a natureza dos longos ciclos, do ponto de vista das modificações nas técnicas de produção, Kondratieff observou que as regularidades do processo ajudavam a estabelecer algumas regras empíricas para o

acumulação em seu movimento cíclico. “O capitalismo tende, ativamente, a produzir algumas das barreiras para o seu próprio desenvolvimento. Isso significa que as crises são endêmicas ao processo capitalista de acumulação” (HARVEY, 2005: 45)⁴⁷.

Trata-se de um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária, a “globalização de uma massa de dinheiro que se valoriza”, seja o dinheiro que se valoriza através da produção de mercadorias, seja o dinheiro que se valoriza conservando a forma dinheiro (os mercados financeiros). (ALVES, 2000:33; 1999:62).

Em outras palavras, este novo padrão, malgrado suas substanciais diferenças, é na verdade uma contínua expansão dos limites impostos à valorização do capital por meio da renovação dos suportes clássicos de extração do excedente (com o aprofundamento na diminuição do tempo de rotação do capital), ou ainda pela criação de economias de tempo que irão permitir uma diminuição do custo de produção.

Dessa maneira, se torna compreensível a razão pela qual os capitalistas lançam mão dos mais diversos processos de trabalho, ou seja, encontrar o modo mais adequado para intensificar a exploração sobre a classe trabalhadora. Esta é a unidade na diversidade dos processos de trabalho. Levando em conta as profundas diferenças e especificidades que guardam entre si, este é o elemento central na constituição histórica das diversas fases do capitalismo, bem como de seus variados padrões de acumulação, desde os seus primórdios, na cooperação, até o keynesiano-fordista e o padrão que daí vem se originando.

Apesar da busca permanente para libertar os processos produtivos/comerciais/financeiros de todas as formas de rigidez próprias do fordismo, constatamos que o novo paradigma tecnológico/organizacional cuja característica essencial pode ser resumida em uma palavra, qual seja: *flexibilidade*(HARVEY, 1993), não consegue se consolidar como padrão sólido e universal, estando o desemprego, a inflação, a recessão e as dívidas públicas a revelarem a fragilidade da nova forma de acumulação capitalista.

movimento das longas ondas. E dentro desta perspectiva, Kondratieff revelou o papel das modificações nas técnicas nos longos ciclos.

Assim como Kondratieff, Trotsky, que estava trabalhando no problema do desenvolvimento do capitalismo no pós-guerra, também explorou esse assunto, mas foi com o aparecimento do primeiro trabalho de Kondratieff que ele se envolveu mais uma vez com o assunto reafirmando “sua convicção de que, além dos ciclos industriais ‘normais’, havia períodos mais extensos na história do capitalismo que eram de grande importância para a compreensão do desenvolvimento a longo prazo do modo de produção capitalista.”(MANDEL, 1983:88).

⁴⁷ Embora em contexto diverso dos países centrais, Harvey procura entender o desenvolvimento do capitalismo influenciado pela abordagem regulacionista, segundo a qual, em linhas gerais, o capitalismo é um sistema naturalmente instável, sujeito a crises cíclicas.

Como disse Ianni (1997),

As mesmas condições propícias aos novos surtos de expansão mundial do capitalismo, da reprodução ampliada do capital em escala global, essas mesmas condições trazem consigo a criação e a reprodução de desigualdades, carências, inquietações, tensões, antagonismos.

Considerando que o capitalismo, como mostrou em toda sua história, que é no processo recessivo, que geralmente se segue às crises, que tem potencialidades de sobrevivência inerentes à sua lógica, tendo em vista que sua produção se move em contradições ou, como diria Marx, *o capital é a contradição viva*, somos levados ao seguinte questionamento: as características atuais seriam características de um momento de crise ou as ondas longas se tornaram cada vez mais curtas?

Não temos a pretensão, aqui, de trazer respostas e muito menos propostas de um presente que se encontra inacabado, mas procuramos entender o que se passa baseando-nos nos fatos e na literatura já existente. Fato é que o capitalismo engendra uma “solução”, mesmo que, para muitos, precária e temporária, e em meados dos anos 1980 começa a se remodelar, redefinindo e reestruturando o processo de acumulação e regulação de sua economia, mediante a exploração mais intensiva de capital e de trabalho, da produção flexível e do desacionamento do Estado-Providência (Welfare State).

A reestruturação produtiva acelerou-se rapidamente desde os anos 1990, quando ocorreu a abertura da economia. Alves (2001) afirma ser este momento uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo caracterizada pela predominância do capital financeiro no processo de acumulação capitalista, ou seja, mercado de dinheiro e de crédito sem Estado, denominada por Santos (1994) *creditização do território* e por Chesnais (1999)⁴⁸ de *regime de acumulação financeirizada* mundial.

Com o modo de acumulação sob a dominância do capital financeiro denominado de *mundialização do capital* (CHESNAIS, 1996), uma denominação mais precisa para o fenômeno da globalização⁴⁹ em nossos dias, a ciência e a tecnologia a serviço direto da

⁴⁸FRANÇOIS, Chesnais. (Org.). **A mundialização Financeira**. São Paulo: Xamã, 1999.

⁴⁹ "Em vez de usar o termo “globalização” e, portanto, de fazer referência à “economia” de modo vago e impreciso, parece então desde já preferível falar em “globalização do capital”, sob a forma tanto do capital produtivo aplicado na indústria e nos serviços quanto do capital concentrado que se valoriza conservando a forma dinheiro. Pode-se então dar mais um passo, aquele que consiste em falar de “mundialização” em vez de 'globalização". Acrescenta ainda Chesnais(1995) que: "A mundialização do capital apresenta-se portanto como uma fase específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial em primeiro lugar e, depois, de internacionalização do capital, primeiro sob sua forma financeira e, em seguida, sob sua forma de produção no exterior." (FRANÇOIS, Chesnais, 1995: 5-6). FRANÇOIS, Chesnais. *A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século*. Traduzido do francês por Catherine Marie Mathieu. **Economia e Sociedade**, Campinas, 1-30, dez.1995.

produção e reprodução do capital invadem os setores produtivos com muito mais ímpeto, transformando as relações de trabalho, criando um novo *ethos* para estas relações, uma nova via de racionalização do trabalho adequadas às novas necessidades de acumulação do capital “enquanto sujeito da modernidade exacerbada(ou da pós-modernidade)”(ALVES, 1999:22).

Cabe aqui ressaltar que optamos por utilizar o conceito de mundialização, em vez de globalização, para diferenciarmos o atual período em que Alves(2001) afirma ser uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo caracterizada pela predominância do capital financeiro no processo de acumulação capitalista. “O que implica em não reduzir a nova etapa de internacionalização capitalista a uma mera continuidade da ocidentalização do mundo iniciada no século XV”, ou seja, – “... a globalização - ou a mundialização do capital – é antes de tudo, a globalização do capital e não a mera globalização das trocas”. (ALVES, 1999:61). Globalização é o “processo de expansão global da relação social de produção capitalista” (BENKO, 1999:42), em que “observa-se a predominância de um único sistema técnico, base material da mundialização”(SANTOS, 1994). Segundo Santos(2000:23), “nos encontramos em um novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação”.

Nesse contexto, a *mundialização do capital* (SANTOS, 2000) tendeu a impulsionar o processo de reestruturação, ao determinar, pela disputa por novos mercados e competição em escala global, transformações no espaço e na estrutura produtiva, difundindo a modernização dos processos de trabalho e produção de forma a intensificar a produtividade. A mundialização permitiu o aprofundamento do processo de reestruturação, resultando na reterritorialização ou recuperação político-territorial do poder de trocas globais para obtenção de vantagens competitivas entre as nações.

Dito isto, podemos afirmar que, assim como a mundialização do capital impulsionou o processo de reestruturação produtiva, esta, por sua vez, “surge como condição para o capital elevar-se à sua nova condição de cidadão do mundo, rompendo as amarras que o prendiam”. (ALVES, 1999:49).

A reestruturação produtiva assentada na divisão do trabalho entre unidades produtivas integradas espacialmente articula-se, portanto, às duas faces da mesma moeda - uma diz respeito à crise do capitalismo, tendo sido uma resposta ao esgotamento do padrão de crescimento econômico capitalista até então vigente, e, por conseguinte, da redução da taxa de lucro e a outra à mundialização do capital, uma vez que, para adequar a economia ao mercado global, havia necessidade de se reestruturar o modo pelo qual se organizavam a produção,

distribuição, troca e consumo (cadeia produtiva como um todo), o que, por sua vez, passou a ser uma determinação do modo de acumulação capitalista.

Mesmo sabendo que os impactos da reestruturação na indústria difere segundo o tipo de indústria, produção e alcance da produção, o espaço onde a indústria se instalou, o porte da indústria etc., algumas características do processo em curso já são notáveis, algumas das quais se repetem nos variados ramos industriais, outras possuem especificidades de alguns tipos de indústrias, como a do setor têxtil, que será vista de forma detalhada no capítulo 5 por meio da Unitêxtil, e os impactos da reestruturação urbana industrial.

Considerando que as transformações no setor industrial se delinearam segundo os objetivos e diretrizes da nova política industrial, cabe destacar o fato de que,

As primeiras indicações dos objetivos e diretrizes da nova política industrial foram explicitadas na Exposição de Motivos da Medida Provisória 158, publicada em 15 de março de 1990. As bases da nova política estavam enfocadas na questão da competitividade, em contraponto às políticas adotadas anteriormente, que objetivavam a expansão da capacidade produtiva mediante o incentivo à substituição das importações. (REGO E MARQUES, 2006:212).

Para Rego e Marques (2006:213), em meados de 1990, esta proposta inicial foi detalhada nas Diretrizes Gerais para a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE). O objetivo central da nova política industrial era o aumento da eficiência na produção e comercialização de bens e serviços, com base na modernização e reestruturação da indústria. Para isto foram criados o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP).

Centrada principalmente na adoção de novas formas de gestão/organização da produção, a reestruturação industrial se aprofundou com a política de estabilização implementada com o Plano Real, no governo Cardoso, em 1994, com a subvalorização do dólar perante o real e uma grande facilidade para importação, que exigiu das indústrias transformações em ritmo acelerado e associações com capitais estrangeiros, para poderem sobreviver.

Esta forma de atuação do Estado brasileiro teve grande impacto na economia nacional e em particular no setor têxtil, que passou por significativas mudanças associadas à implantação de indústrias atraídas por incentivos estaduais e regionais, à modernização dos equipamentos, além da introdução de técnicas mais modernas de organização e gerenciamento da produção, conforme vimos anteriormente.

Vale ressaltar que, já em 1987, foi instalado o Programa Nacional de Modernização e Expansão das Indústrias Têxteis e de Confecções, objetivando melhorar a

qualidade da produção como primeiro passo para inserção na economia mundial, já que a questão da qualidade foi considerada como preocupante e carente de melhoria.

Com a reestruturação industrial, ocorrem:

- com frequência, a horizontalização da produção, com espaço à terceirização;

[...] a tradicional produção verticalizada em um só estabelecimento pôde ser distribuída em diversas unidades de produção, implicando também numa complexidade da divisão técnica e territorial do trabalho, exigindo a redefinição de padrões convencionais de gerência e organização produtiva. (PEREIRA JÚNIOR, 2011:143).

- a redução da hierarquia e eliminação dos escalões de comando intermediários, especificamente nos pontos de contato com a produção;
- na área operacional, os encargos de supervisão e mestria são delegados aos trabalhadores organizados em células com fluxos dependentes de produtos e serviços;
- toma lugar a flexibilização das relações de produção que obedece a demanda do mercado;
- a aplicação de novas ferramentas da gestão correspondente à reestruturação da administração empresarial;
- a incorporação de tecnologia baseada na informática, primeiro nas tarefas necessitadas de alto volume de trabalho manual e depois nos setores administrativos é outra consequência do processo em curso;
- o uso de microcomputadores ganhou espaço, portanto, no setor têxtil e de confecção, com prioridade à digitalização das tarefas mais complexas como desenho, bordadura e acabamento, com uso paralelo de instrumentação a laser e jato de ar, elevando a velocidade da produção com aumento da produtividade;
- a robotização e o conseqüente desemprego estrutural também são práticas crescentes;
- o algodão como matéria-prima passou a contar com parcelas de fibras artificiais e sintéticas; em nossos dias temos também a microfibras. Com efeito, a revolução da tecnologia têxtil tornou realidade a presença desta fibra no mercado têxtil.

Ocorrem também a redução do tempo de preparação e transporte dos insumos, além do reaproveitamento dos resíduos, a ênfase na qualidade do produto, a busca de

certificações ISO, de matéria-prima a baixo custo e agregação de valor ao produto final, sendo que a redução de custos continua tendo importância para a competitividade.

A redução dos custos de produção e a introdução de produtos em novos mercados, bem como o aumento da produtividade, traduziram-se em preços mais competitivos para os industriais.

Outra realidade diante da reestruturação em curso é o contínuo investimento em pesquisa e desenvolvimento como destaca Manzagol (1985), cuja expressão maior é a presença dos “tecnopolos”, parques empresariais e científicos especializados no desenvolvimento de tecnologia de ponta. As regiões de Campinas (favorecida pela presença da Unicamp), de São José dos Campos (onde está localizado o Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA) e São Carlos (que abriga a UFSCar e um *campus* da USP) são alguns dos centros industriais que ostentam as tecnologias mais avançadas do País e expressam bem a crescente associação entre ensino, pesquisa e indústria.

A revitalização do maquinaria, suplantando a base técnica tradicional, como por exemplo, na indústria têxtil, a etapa de fiação dinamizada pelos filatórios *open-end* e as tecelagens incrementadas com teares a ar comprimido; ambos as maquinarias são muito mais velozes e primorosas na qualidade do produto.

Além das transformações na estrutura organizacional das indústrias, os processos de reestruturação, movidos pela incorporação de tecnologia, contribuíram para aumentar o nível de desemprego, sendo esta uma de suas consequências sociais. É o que constata Lencioni, ao fazer uma radiografia da dinâmica do emprego industrial na indústria de transformação

Com o processo de reestruturação produtiva que assolou o mundo e trouxe profundas modificações no parque industrial brasileiro, houve uma perda significativa do emprego industrial. Para se ter uma idéia dessa perda, vale lembrar que nos anos de 1970 o emprego industrial significava 20% dos empregos do país, tendo passado, nos anos de 1990, para 13%. E essa perda ganha mais expressão quando vemos que entre 1980 e 1990 foram eliminados um milhão e meio de postos de trabalho na indústria.

[...] a cidade de São Paulo, passou por um processo bastante acentuado de perda do emprego industrial, muito embora seja ainda e, de longe, a maior cidade industrial do País. (LENCIONI, 2006:107-109).

Por outro lado, como diz Santos e Silveira (2001:112) “... tudo é permeado por um discurso eficaz sobre o desenvolvimento, a criação de empregos diretos e indiretos[...] Nada se fala sobre a robotização do setor, a drenagem dos cofres públicos para o subsídio das atividades, a monofuncionalidade dos portos e de outras infra-estruturas...”

Conforme Gorini (2000), “os impactos da abertura da economia brasileira, do aumento da concorrência externa a partir de 1990 e da estabilização da moeda, induziram a transformações estruturais na Cadeia Têxtil Nacional”, cabendo destacar as seguintes:

– o processo de reestruturação implicou no declínio da produção em alguns segmentos, como o que ocorreu na produção de tecidos planos, onde se somaram dois efeitos: (I) falência de muitas indústrias, especialmente dos produtores de tecidos artificiais e sintéticos, mais atingidos pelas importações da Ásia; (II) substituição da produção de tecidos planos pelos de malhas de algodão, cujos investimentos são mais baixos e cujo produto em geral também é mais barato, estando mais acessível à nova parcela de consumidores que o Plano Real incorporou ao mercado e

– deslocamento regional para o Nordeste brasileiro e demais regiões de incentivos fiscais, visando menores custos de mão de obra; alguns governos estaduais têm participado junto com as indústrias no desenvolvimento de programas de qualificação e treinamento de mão de obra, principalmente na confecção, o que, aliás é uma tendência mundial.

Com intuito de sobreviver no mercado, uma série de indústrias teve que se reestruturar e passar por um processo de realocação industrial na busca de outros mercados, que possibilitassem ganhos de produtividade para enfrentar a concorrência. Esta é outra consequência do processo de reestruturação que opera na dimensão espacial. Daí coadunarmos com Gottdiener (1993:230), ao afirmar que a reestruturação é um “fenômeno socioespacial”.

Mesmo com o deslocamento industrial podendo ser observado com maior nitidez no Sudeste do País, em parte em razão da dispersão espacial de indústrias em busca de redução de custos de produção, Lencioni, ao dissertar acerca do rearranjo na distribuição territorial da indústria, enfatiza que esta continua muito concentrada no Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo e diz que

A reestruturação produtiva significou, portanto, uma desconcentração da indústria de São Paulo e da região metropolitana para o interior paulista; mas significou, também, uma dispersão territorial da indústria para outros estados. Isso não quer dizer que houve uma transferência de plantas industriais localizadas na cidade de São Paulo; essa realocação, pode ter até ocorrido, mas sobretudo o que houve foi a eleição de novas localizações para a instalação de novas industriais.(LENCIONI, 2006: 109)

Partindo do pressuposto de que a dispersão industrial que ocorreu na década de 1970 foi motivada pelos desequilíbrios regionais que levaram o governo a adotar medidas, como incentivos fiscais e programas para as áreas periféricas, é importante ressaltar que, na

década de 1990, a "nova desconcentração" ganhou o nome de "Guerra Fiscal" entre os Estados, pois as indústrias são disputadas entre os Estados, que oferecem terrenos e isenções. Conforme Lencioni (2006), as indústrias que, por exemplo, deixam o Estado de São Paulo alegam que o processo de globalização exige custos finais mais baixos para ganhar competitividade, aproveitando a mão de obra mais barata e menos politizada. Desta forma, na década de 1990, a distribuição espacial da indústria passou a receber transformações significativas. Nas regiões de concentração tradicional, como a grande São Paulo, muitas indústrias se deslocaram em virtude da deseconomia de aglomeração, ou seja, os congestionamentos de trânsito, o alto preço dos terrenos, a elevada carga de impostos e a mão de obra mais cara e sindicalizada, que inibem os novos investimentos.

Esse cenário é novo e, embora muito dele se deva à mobilidade territorial das indústrias que operam com força de trabalho intensiva, não se confunde com a mobilidade territorial das indústrias havida em décadas anteriores ao processo de reestruturação produtiva. Não se confunde porque embora seja, igualmente, um processo de mudança de localização territorial, ele é de outra natureza. Àquele, o anterior, se relaciona a uma fase do processo de industrialização brasileira que se desenvolveu baseada numa política de substituição de importações, de protecionismo alfandegário e de uso intensivo dos fundos públicos. Esse outro, que acompanha a reestruturação produtiva, se relaciona às políticas neoliberais e ao incremento de uma arquitetura produtiva estruturada em torno de empresas organizadas em redes e em empresas-rede. (LENCIONI, 2006: 108-109).

Ante o exposto, o deslocamento espacial da indústria ocasiona tanto a dispersão da produção industrial no espaço nacional, estendendo-se sobretudo para novos espaços do Sul e para alguns pontos do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte, como também ocorre a interiorização da indústria em São Paulo. Segundo Lencioni (2006:108),

[...]as indústrias com expressiva presença do capital nacional e que operam com mão-de-obra intensiva, como as têxteis e de calçado, tenderam a um movimento de desconcentração industrial em direção ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, enquanto aquelas intensivas em tecnologia, em grande parte de predomínio ou de capital transnacional, tenderam a se concentrar no Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo, privilegiando, aí, a capital; ou seja, a cidade de São Paulo, sua região metropolitana e o entorno dessa região. Isso porque é nessa porção do território que se encontram, de forma significativa e mais eficiente, as condições gerais de produção necessárias às indústrias intensivas em tecnologias e às indústrias de alta tecnologia. Nessa região é que se apresenta uma infra-estrutura necessária a essas indústrias, como, por exemplo, a presença de aeroportos internacionais, de trabalhadores altamente qualificados, bem como de eficientes redes de comunicações e uma extensa rede de fibra ótica.

Sandra Lencioni (2006:49) afirma que "São Paulo vem deixando de ser a cidade, por excelência, do capital produtivo industrial para se alçar à condição de gestora do capital, quer relacionada à agroindústria, ao comércio, à indústria propriamente dita ou ao capital financeiro".

Conforme Santos e Silveira (2001:108) “a nova divisão do trabalho industrial é acompanhada de uma nova repartição geográfica”. O autor mostra a geografia da indústria nacional e, por conseguinte, a nova diferenciação regional que se delineia com base nos tipos de indústria que se instalam nas diferentes regiões do Brasil.

Como nos fala Lencioni,

Esse cenário indica que uma nova diferenciação regional, que é produto não mais da simples presença, densidade ou ausência da atividade industrial nas diferentes regiões do País, mas, sobretudo, do tipo de indústria que se instala nas diferentes regiões do País.(LENCIONI, 2006:108).

Na economia industrial nordestina, e cearense em particular, Amaral Filho(2012) assinala que,

O Nordeste em geral tem uma indústria de transformação pequena em relação às regiões mais desenvolvidas e o que existe é frágil. Esta fragilidade está retratada na falta de indústrias dinâmicas e de grandes complexos industriais integrados e na dificuldade de se formar e adensar cadeias produtivas. O principal subsetor industrial nordestino é o de ‘produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico’. Em seguida, ‘indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos’ e ‘indústria de calçados’. No Ceará, por coincidência, os três principais sub-setores industriais são exatamente esses, não na mesma ordem. (O POVO. Opinião. *Grandes investimentos*. 06 de setembro de 2012).

A dispersão geográfica da produção industrial estendendo-se para novos espaços do Sul e alguns espaços do Centro-Oeste e Norte do Brasil, bem como do Nordeste, em decorrência da *descentralização industrial* (SANTOS e SILVEIRA, 2001), ou melhor, *desconcentração industrial* (LENCIONI, 1991, 2006, 2007), é uma tendência que se observa também quanto ao ramo têxtil e de confecções, como veremos a seguir.

4.1 A Geografia da Indústria Têxtil frente ao processo de Reestruturação

Se até o século XX dentre as bases teóricas comumente utilizadas na Geografia e na Economia para determinar fatores locais, destacavam-se a Teoria Clássica da Localização Industrial, de Alfred Weber (1909); a Teoria das Localidades Centrais, de Walter Cristaller (1930); a Teoria do Equilíbrio Espacial Geral, de August Lösch (1940) - em nossos dias há necessidade de uma base teórica que venha elucidar a dinâmica da espacialização industrial em curso e a relação com as contradições do desenvolvimento capitalista. Assim, a categoria de “ Formação Econômica e social”⁵⁰ (SANTOS, 1993) é a base que nos permite

⁵⁰ No entendimento do espaço Santos se utiliza do conceito de Formação econômica - social de Marx que está articulado com o Modo de Produção em um dado momento histórico. " Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de seus aspectos

entender os verdadeiros fatores que hoje condicionam a distribuição espacial da produção industrial sem procurar modelos estáticos, mas ressaltando o desenvolvimento das forças produtivas, a maior fluidez das relações econômicas, a articulação de diferentes escalas espaciais que permitem uma acumulação ampliada do capital nunca vista antes, o papel dos distintos agentes da produção e reprodução do capital⁵¹. Desta forma, entendemos o espaço como produto, meio e condição das relações sociais (CARLOS, 1988; 2001; 2007), levando-se em conta o fato de que aos antigos fatores locacionais (Capital; Energia; Mão de obra; Matéria-prima; Mercado consumidor; Meios de transportes) entendidos como as vantagens que um determinado espaço pode oferecer para a instalação de uma indústria, soma-se hoje toda a infraestrutura necessária para a instalação de um determinado ramo industrial, bem como modernas e rápidas vias de transporte e comunicações, como também incentivos fiscais e legislações fiscais, tributárias e ambientais amenas. Deve-se levar em conta não somente o quantitativo industrial ou a localização das indústrias, mas a nova configuração do espaço urbano, o novo papel exercido pelos municípios onde se alocam estes fixos espaciais, o reflexo no modo de vida urbano, a intensidade de fluxos⁵², "os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação" (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

A espacialização industrial, entendida aqui como algo além da mera disposição nos espaço de estabelecimentos industriais, implica formas diferenciadas de valoração por parte dos agentes produtores. Segundo Santos e Silveira (2001:112) "... a velocidade com que os pedaços do território são valorizados e desvalorizados, determinando mudanças de usos, é temerária[...]".

Em outro momento o autor ressalta que

[...]o território passa a ser organizado e usado com a lógica exclusiva dessa produção, ou melhor, dessa possibilidade de produção, pois em muitos casos não há ainda a implantação das indústrias. Desse modo, e em função da política territorial de uma empresa e da promessa de objetos modernos que chegarão, os lugares entram em guerra. Um combate por oferecer os melhores dados técnicos e políticos às firmas (IBIDEM:113).

imateriais, como o dado político e ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e torna-se, assim um fator de produção, uma força produtiva[...]. (SANTOS, 1979:18).

⁵¹ "Portanto, o espaço analisado através da geografia nos permitiria compreendê-lo como processo e movimento; produção/reprodução social" (CARLOS, 2007:47). "Essa abordagem indica o deslocamento do enfoque [...] da localização das atividades, dos grupos humanos, no espaço, para a análise do conteúdo das relações que os constituem enquanto tal, como movimento do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço em seus conteúdos sociais" (CARLOS, 2011:53).

⁵² Como afirmou Santos: "os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que criam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam" (SANTOS, 1996: 50).

Concordamos com Lencioni (2007), quando assinala que “a discussão sobre localização industrial tendo como referência as condições gerais de produção nos conduz a perceber que essas condições não determinam, em si, nada. Elas possibilitam a localização”.

E acrescenta, ainda:

Do mesmo modo, as condições gerais de produção criam possibilidades para a reprodução do capital, mas não são as causas da reprodução do capital porque o que determina a reprodução do capital são as relações sociais de produção. Diferença aparentemente sutil, mas que supera a coisificação implícita que se faz presente em muitas abordagens sobre os fatores de localização industrial. (LENCIONI, 2007).

A atividade têxtil está presente em todas as regiões brasileiras. A tabela 30 indica o número de indústrias têxteis e de confecção existentes no Brasil de 2000 a 2007, sua distribuição geográfica em termos de regiões, bem como a empregabilidade.

Tabela 30 : Unidades fabris e número de empregados por Região

	UNIDADES FABRIS INSTALADAS			NÚMERO DE EMPREGADOS		
	2000	2007	% Total em 2007	2000	2007	% Total em 2007
Têxtil	4.463	4.473	100,0	339.238	341.438	100,0
Norte	57	38	0,8	3.591	4.372	1,3
Nordeste	408	327	7,3	47.660	45.841	13,4
Sudeste	2.817	2.475	55,3	200.356	174.713	51,2
Sul	1.101	1.554	34,7	80.851	109.935	32,2
Centro-Oeste	80	79	1,8	6.780	6.577	1,9
Confeccionados	18.797	23.276	100,0	1.233.156	1.223.862	100,0
Norte	402	186	0,8	12.641	8.254	0,7
Nordeste	2.587	3.228	13,9	165.750	191.527	15,6
Sudeste	10.852	12.568	54,0	735.645	625.917	51,1
Sul	4.151	5.903	25,4	257.933	341.385	27,9
Centro-Oeste	805	1.391	6,0	61.187	56.779	4,6

Fonte: Elaboração do BNDES, com base em dados do IEMI (2008)

Podemos constatar, pela tabela 30, que a região Sudeste se sobressai em termos de participação nas atividades têxteis (com 2.475 estabelecimentos formais em 2007) e de confecção (com 12.568 estabelecimentos formais em 2007) em relação às demais regiões, embora notemos uma tendência de decréscimo de unidades têxteis, uma vez que, de 2000 para 2007, fecharam 342 estabelecimentos.

O ramo têxtil confeccionista é intenso em mão de obra, razão pela qual proporciona grande geração de empregos em torno de si, assumindo enorme importância na economia do País.

A indústria têxtil confeccionista é uma das que mais emprega no País, sendo a segunda maior empregadora da indústria de transformação, da qual representa 18,6 % do produto interno bruto. É também a segunda maior geradora do primeiro emprego. Em 2007, a indústria têxtil confeccionista brasileira participou com 5,2% do faturamento total da indústria de transformação, gerando 17,3% do emprego total da indústria de transformação nacional (IEMI, 2008: 25).

O faturamento do segmento chegou em 2010 a US\$ 52 bilhões, a produção média de confecção foi de 10 bilhões de peças no ano passado, com 1,7 milhão de trabalhadores empregados neste setor.

Como afirma Lencioni (2006:50-51),

Seria natural pensar que a desconcentração industrial havida no país tenha se traduzido em um crescimento equivalente ao do emprego industrial. Ledo engano: a participação do emprego industrial no conjunto das ocupações brasileiras nos anos 1990 é próxima à dos anos 1940, ou seja pouco se alterou. Se pensarmos que o setor industrial nos anos 1940 era infinitamente menor que o atual, podemos compreender que crescimento econômico nem sempre corresponde a desenvolvimento social. O fato de a economia crescer não se traduz diretamente em crescimento do emprego e em melhores condições de vida da população.

Conforme Pochman (2002: 56 apud Lencioni, 2006:51),

[...]nem o desenvolvimento da atividade industrial nem o movimento de desconcentração industrial fizeram-se acompanhar de uma maior participação do emprego industrial no conjunto das ocupações do país. Para se ter uma ideia dessa perda, entre 1980 e 1990 foi eliminado 1,5 milhão de postos de trabalho na indústria.

A redução no número de empregados no processo produtivo têxtil pode ser explicada pelo declínio do número de plantas industriais e adoção de máquinas e equipamentos computadorizados, que dispensam vários trabalhadores, além da adoção de processos de produção mais eficientes e com menor custo. Paralelamente, a exigência quanto à qualificação da mão de obra se tornou maior no mercado de trabalho industrial, o que pode ser visualizado pelo mapa do trabalho industrial.

Figura 3- Trabalho Industrial no Brasil 2012

Indústria precisará de 7,2 milhões de técnicos até 2015

Mapa do Trabalho Industrial, elaborado pelo SENAI, mostra que demanda por profissionais mais capacitados aumentou. 1,1 milhão do total da necessidade é por novos trabalhadores



MAPA DO TRABALHO INDUSTRIAL 2012

7.153.800
postos de trabalho
na indústria até 2015

177
ocupações

1.1 milhão
de novos trabalhadores

Necessidade de
profissionais na
indústria entre 2012 e 2015



O Brasil terá de formar 7,2 milhões de trabalhadores em nível técnico e em áreas de média qualificação para atuarem em profissões industriais até 2015. Essa necessidade produzirá oportunidades em 177 ocupações, que vão desde trabalhadores da indústria de alimentos (cozinheiros industriais) e padeiros até supervisores de produção de indústrias químicas e petroquímicas.

Fonte: <http://www.portaldaindustria.com.br>

Como pode ser visualizado na Figura 3, na Região Nordeste, a demanda por profissionais capacitados no período 2012-2015 é de 845,5 mil. Já no Ceará, a demanda por profissionais capacitados é de 161,2 mil, o que corresponde a 2,3% de todo o País.

Com base na Confederação Nacional das Indústrias(2012) que divulgou o mapa do trabalho industrial, as ocupações com maior demanda quanto ao nível de instrução (nível técnico) são: coloristas; técnicos em operação e monitoração de computadores; técnicos de controle da produção; técnicos em eletrônica; técnicos em eletricidade e eletrotécnica. Já as ocupações com maior demanda quanto à intensidade do trabalho (> 200 horas) são: operadores de máquinas para costura de peças do vestuário; trabalhadores da indústria de alimentos (cozinheiros industriais); padeiros confeitadores e afins; trabalhadores polivalentes das indústrias têxteis; mecânicos de manutenção de máquinas industriais.

A readequação do trabalho às novas técnicas de produção, organização e gestão do processo produtivo passa a exigir trabalhadores especializados e dispostos a assimilar as inovações. Neste sentido, as vantagens comparativas que, até então, se associavam dentre outros fatores aos baixos custos de mão de obra, somam-se às vantagens competitivas dada a necessidade de mão de obra qualificada para gerir os novos pacotes tecnológicos. Assim, podemos afirmar que a reestruturação não só destrói empregos, mas também cria novas profissões.

Assim, a reestruturação acaba privilegiando o trabalhador mais capacitado, que tem o perfil de aceitar desafios, conquistar seu espaço e ajustar-se rapidamente às situações novas.

Esta força de trabalho com maior iniciativa e maior capacitação “torna, inclusive, dispensável algumas das funções de gerência e controle exercidas pelos níveis hierárquicos intermediários, anteriormente existentes” (ANTUNES 1997; DRUCK, 1995).

Para esta pequena fração da força de trabalho composta por profissionais com a mais alta especialização, há, de fato um mercado de trabalho global, que permite o constante movimento entre os nós das redes globais que controlam o planeta. No entanto, paralelamente à integração dos “melhores talentos” nas redes globais, a esmagadora maioria da força-de-trabalho permanece “presa” ao espaço nacional, regional ou local. Assim sendo, podemos afirmar que o atual modelo de produção global permite a integração simultânea das diferentes etapas de trabalho e a desintegração da força de trabalho.

Esta desintegração da força de trabalho ocorre não apenas a nível espacial, mas também, através do desemprego crescente da mão de obra menos qualificada levando ao surgimento de uma não-classe de não trabalhadores (GORZ, 1986) que está longe de constituir uma força coletiva de luta. Ademais, a diversificação crescente da classe trabalhadora tornou improvável possíveis mobilizações coletivas com base no trabalho assalariado (OFFE, 1989) impedindo, portanto de pensar o trabalho como espaço de lutas políticas.

Enquanto assistimos de um lado a “qualificação”, maior estabilidade e melhores chances no mercado de parcela diminuta da força de trabalho, de outro, temos a “desqualificação” de sua parcela majoritária, a instabilidade e as menores chances no mercado de trabalho. Esta é outra consequência da reestruturação.

É visível a constituição de dois grupos distintos de trabalhadores nas indústrias: um grupo composto por trabalhadores especializados, cujos salários são, em geral, elevados e as condições de trabalho e moradia são melhores, outro grupo composto pelos trabalhadores “periféricos”, sem vínculo empregatício, cujos salários são, geralmente, baixos e as condições de trabalho e moradia precárias. Estes últimos, geralmente constituem o grupo composto por terceirizados, temporários e estagiários, no interior do qual se opera o processo mais intenso de exploração e precarização da força de trabalho.

Há uma dualidade no mercado de trabalho, com uma pequena camada “superior” (trabalhadores especializados com maior nível de escolaridade) e uma grande camada “inferior” (trabalhadores não especializados com baixo nível de escolaridade),

crescendo em ambas as extremidades da estrutura ocupacional, em ritmo e proporção que depende do tamanho das indústrias e atividade a ser exercida.

No que se refere ao setor industrial têxtil, dados sobre as maiores indústrias e também as líderes de mercado conquistado em vendas, de acordo com a revista Exame: Melhores e Maiores de 2013, podem ser visualizados na Tabela 31 .

Tabela 31: Maiores Indústrias do Setor Têxtil - 2013

Indústrias	Vendas em 2013(em milhões em US\$)	Crescimento	Lucro(em US\$ milhões)	Rentabilidade
Hering	736,1	6%	128	29,7%
Coteminas	449,1	7,8%	-9,3	-2,1%
Vicunha	444,8	0,1%	52,2	10,7%
Guararapes	398,4	4,3%	147,1	11,6%
Tavex	263,7	-8,2%	-2,5	-
Meias Lupo	222,2	-7,9%	23,4	13,6%
De Millus	189,3	-2,5%	-12,3	-9,6%
Santanense	169,1	-2,4%	13,5	11%
Dohler	161,7	10,5%	14,4	7,3%
Karsten	125,6	-8,9%	-14,5	-747,5%
Brastex	72,2	10,3%	3,7	4,9
Norfil	72	-2,4%	9,6	14,5%

Fonte: Exame Melhores e Maiores/2013

Destas indústrias, as que tem filiais no Ceará são o Grupo Vicunha(Maracanaú, Pacajus), o Grupo Guararapes(Fortaleza) e a Karsten(Maracanaú). Com exceção do Grupo Guararapes, as demais têm sede nas regiões Sul e Sudeste do País. Como já afirmavam Santos e Silveira (2001:109), “Holdings nacionais e globais irão desenhar suas topologias no território brasileiro, mantendo, porém seus centros de comando nas regiões Sudeste e Sul do país”.

Podemos perceber pela tabela o peso que tem a indústria têxtil em nossa economia. Em termos de vendas, em 2013, a Hering já ultrapassou a Coteminas, do falecido vice-presidente José Alencar, que já foi a maior empresa têxtil brasileira, e em 2012 enfrentou sérias dificuldades, já tendo dispensado pessoal e reduzido a produção. A presença de

indústrias globais, como a Vicunha ao lado de indústrias nacionais, nos lembra Santos e Silveira (2001: 138) ao afirmarem que:

Paralelamente ao crescimento dos grupos nacionais, algumas firmas globais, por vezes em fusões, espalham instâncias de suas cadeias produtivas no território brasileiro. É o caso da Alpargatas Santista Têxtil, da holding Bunge e Born, que é fabricante de denim e brim, da Faiway Filamentos S.A., uma fusão da Rhodia e da Hoechst, produtora de filamentos sintéticos, e da incorporação, por parte da DuPont Sudamérica S. A., da Vicunha, que produz náilon têxtil.

Mesmo sendo a “descentralização industrial” uma das consequências do período em curso, a presença de concentrações regionais é uma das peculiaridades do segmento têxtil e de confecções, sendo as principais:

- Região de Americana/ SP – setor têxtil;
- Vale do Itajaí/ SC - setores têxteis e confecções;
- Fortaleza/ Ceará – setores têxteis e confecções;
- Sul de Minas Gerais – malharias e
- Região de Nova Friburgo/ Rio de Janeiro – moda íntima e lingerie.

Desta forma, além de existirem indústrias têxteis por todos os Estados do País, a Associação Brasileira de Indústrias Têxteis e de Confecções – ABIT destaca a existência de grandes polos regionais de produção têxtil e confeccionistas existentes no Brasil. Os principais polos estão localizados no Sudeste do País, nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo; bem como no Sul, nos Estados do Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, e, no Nordeste, nos Estados do Ceará e Pernambuco.

Em nossos dias, São Paulo é o principal polo brasileiro de confecções, contando mais de 15 mil indústrias, distribuídas por várias regiões e atuando em todos os segmentos. Na capital paulista, as duas maiores concentrações de confecções e lojas atacadistas são os bairros do Brás e Bom Retiro, como já havíamos destacado no capítulo 2, quando se iniciou o desenvolvimento da indústria têxtil no espaço brasileiro.

Como dissemos, com o deslocamento industrial, o número de estabelecimentos industriais cresceu no interior paulista, havendo uma grande concentração de indústrias Têxteis e confeccionistas na região de Sorocaba, Americana e São José do Rio Preto. Conforme Santos e Silveira (2001:139), “em São Paulo, a região dos municípios de Americana, Nova Odessa, Santa Bárbara d’Oeste e Sumaré é um centro importante de elaboração de tecidos planos de fibras artificiais e sintéticas”. A cidade de Americana destaca-se por sua produção de tecidos artificiais e sintéticos e apresenta muitas facções, que representam, por sua vez, metade das 400 companhias que atuam na região.

São Paulo se destaca como o mais importante centro produtor, intelectual e financeiro da indústria, uma vez que se sobressai como *locus* da moda e *marketing*, além de controlar as atividades produtivas nacionais. Na cidade de São Paulo, está o varejo de luxo, com lojas nacionais (Zoomp, Forum, Rosa Chá) e internacionais (Louis Vuitton, Giorgio Armani, Hugo Boss).

De acordo com a ABIT, Minas Gerais possui o segundo maior polo brasileiro confeccionista, abrigando aproximadamente cinco mil indústrias distribuídas em duas regiões. No sul do Estado, destaca-se a produção do tricô, principalmente blusas de frio. Na região de Juiz de Fora, predomina a moda íntima. Em Divinópolis, há atualmente cerca de três mil indústrias formais e informais da cadeia produtiva de confecção e moda. A região de Muriaé se especializou na fabricação de *lingerie* e fornece para grandes magazines do Brasil.

O Rio de Janeiro foi um dos maiores pólos têxteis e de moda do Brasil até os anos 1980. O Estado responde por 10% da produção nacional, com cerca de 5.700 indústrias. É o segundo maior pólo lançador de moda feminina.

Segundo a ABIT, no Estado do Rio de Janeiro, destacam-se os seguintes polos confeccionistas: o Polo de confecções Moda Sul Fluminense (Valença); Polo confeccionista de Petrópolis; Moda do Noroeste Fluminense (Itaperuna); Polo de Niterói que se especializou na moda feminina, masculina, praia e esporte. Merecem destaque as cidades de Nova Friburgo, principal polo produtor de *lingerie* do País e sede da indústria alemã Triumph, e Petrópolis, especializada em malharia e roupas de inverno.

Santos e Silveira (2001: 139) também confirmam tal fato ao assinalar que,

No Estado do Rio de Janeiro a indústria têxtil e de confecção é também importante, concentrando metade da produção nacional de *lingerie*. Além das grandes firmas do setor, existe um leque de pequenas empresas localizadas em Nova Friburgo e em Petrópolis (4.300 estabelecimentos) que, amiúde, vendem ao varejo suas próprias produções.

Em outro momento, Santos e Silveira (2001:110) afirmam que o Rio de Janeiro se reserva o comando de várias das mais importantes corporações do Brasil, como a Companhia Vale do Rio Doce. No setor de confecções, De Millus, Du Loren e Triumph Internacional.

Além desses agrupamentos industriais na área confeccionista, o Estado do Rio de Janeiro conta também com o Polo da Moda Praia Cabo Frio e o Polo da Moda São Gonçalo, que fabricam peças em *jeans*, bem como o Polo de Moda de Campos, que tem produção diversificada, produzindo *jeans*, malharia e modinha.

Segundo a ABIT, no Espírito Santo há aproximadamente 1.500 pequenas indústrias fabricantes de moda dia a dia, roupa esportiva e masculina. Destaca-se o polo

localizado na cidade de Vila Velha, pertencente à microrregião de Vitória, que se especializou em modinha e jeans.

Na região Sul, o destaque é para a indústria de confecções, com a presença da Marisol (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará-Pacatuba), Hering Têxtil S.A. e Sulfabril, em Blumenau - Santa Catarina.

Conforme Santos e Silveira (2001:138),

Blumenau surge como o berço de grandes empresas do setor têxtil. Este participa com cerca de 65% de sua receita municipal, e em 1997 representava 47,7 % do emprego na região. A cidade abriga empresas como a Sulfabril, a Teka, orientada para segmento de cama, mesa e banho, menos exposto aos embates das importações, e a Hering Têxtil S.A. São empresas que modernizam continuamente os seus maquinários e que, entre suas novas formas organizacionais, empregam crescentemente a terceirização, demitem funcionários e aumentam as formas de automação.

Dois *rankings* mostram a supremacia da indústria têxtil catarinense em relação ao Sul do Brasil. Um deles é o *Anuário Brasil Têxtil*, editado pela Abit, que traz uma relação das 210 maiores empresas do setor no País. Deste total, 51 empresas são catarinenses, número que corresponde a 21,1%.

A tabela 32(em anexo) mostra as 51 maiores indústrias têxteis catarinenses, de acordo com o Anuário Brasil Têxtil 2006, elaborado pela Abit – Associação Brasileira da Indústria Têxtil.

No *ranking*, a Malhas Carlan e a Dioxes Confecções, juntas, somam 245 empregos diretos. O Anuário da Abit aponta que as 51 maiores empresas catarinenses do setor empregam cerca de 53 mil pessoas, diretamente. O maior polo têxtil continua sendo a cidade de Blumenau. Nela estão concentrados 20,5 mil dos empregos gerados pelas 51 maiores empresas (41%). Blumenau tem também o maior número de empresas listadas no anuário, 12 no total. Em seguida, aparecem Brusque, com sete empresas, Jaraguá, com quatro, e Rio do Sul, com duas. No número de empregos, no entanto, a situação se inverte: as quatro empresas de Jaraguá geram 12 mil empregos, contra 5,8 mil empregos das sete empresas de Brusque.

Outro importante indicador do potencial têxtil de Santa Catarina é o *ranking* das 600 maiores empresas têxteis do Sul(2006) elaborado pela Fundação Getúlio Vargas e publicado pela revista *Expressão*. Entre as dez maiores do setor têxtil na região, oito são catarinenses e alcançam um faturamento conjunto de R\$ 1,7 bilhão, ou seja, 89% do total.

Quadro 9 : As dez Maiores Indústrias Têxteis do Sul do Brasil em 2006

Empresa	UF	Faturamento em milhares de reais
Hering	SC	320.295
Teka	SC	260.703
Karsten	SC	249.613
Marisol	SC	236.831
Döhler	SC	205.120
Cremer	SC	197.581
Pettenati	RS	170.164
Buettner	SC	160.338
Fitesa	RS	106.036
Círculo	SC	89.932
Fonte: FGV/Revista Expressão		

Em Santa Catarina, o Vale do Itajaí, cuja principal cidade é Blumenau, é um dos polos têxteis mais avançados da América Latina e o centro brasileiro com maior inserção no mercado internacional, sendo o principal exportador nacional de artigos de malha e linha lar.

Blumenau reúne quatro das dez maiores indústrias têxteis do Sul: Hering, Teka, Cremer e Karsten. Elas alcançam um faturamento somado de R\$ 1 bilhão, cerca de 50% do total faturado pelas dez maiores do Sul.

De acordo com o *Anuário Brasil Têxtil*, a indústria mais antiga de Santa Catarina é a Hering, fundada em 1880. A idade média das têxteis catarinenses é de 43,5 anos, o que demonstra a longevidade da maioria delas; já as indústrias de Brusque têm uma idade média de 68 anos.

Os polos confeccionistas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina possuem cerca de 6.000 indústrias especializadas na confecção de malhas.

A ABIT indica também que, no Paraná, o *jeans* é o carro-chefe do polo localizado nas regiões norte e noroeste do Estado, considerado um dos mais importantes parques industriais do País. Trata-se de um corredor de 100 km que envolve as cidades de Maringá, Londrina, Apucarana e Cianorte, cuja produção chega a 130 milhões de peças por ano e a um faturamento superior a R\$ 2 bilhões. As cidades formam também o chamado corredor da moda, abrigando 12 centros atacadistas. O polo possui desde tecelagens até lavanderias, fabricantes de materiais de acabamento, confecções propriamente ditas e até mesmo produtores de seda. Além do *jeans*, que responde por cerca de 70% do faturamento, as

indústrias da região atuam também nos segmentos de malharia, infantil, *lingerie*, moda praia e a chamada modinha.

No que se refere ao polo têxtil e de confecção do Nordeste do Brasil, no interior de Pernambuco existem 6.000 fábricas, produtoras de moda íntima, *jeans* e modinha. Em Sergipe, na região de Tobias Barreto, há aproximadamente 1.300 confecções.

Segundo Santos e Silveira (2001: 138) “se um feixe de vetores, ao longo do tempo relativamente recente, determinou a concentração de empresas têxteis e de confecção na região Sul, a “exportação” dessa especialização para o Nordeste pode ser explicada basicamente pela presença de um conjunto favorável de normas”, como, por exemplo, redução de impostos, isenções, enfraquecimento ou acordos com sindicatos etc.

Com crescentes incentivos fiscais, indústrias do setor têxtil e confecções localizam-se em várias cidades nordestinas. Como exemplos, conforme Santos e Silveira (2001:138),

Lee Nordeste, Fibrasil e Braspérola Nordeste, no Ceará e em Pernambuco. Mas também a Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas) instalou a malharia Wentex em Natal e uma fábrica de fios, tecidos e malhas, a Embratex, em Campina Grande. *Ou seja, além de Minas Gerais, a empresa mantém filiações no Rio Grande do Norte, Paraíba, Santa Catarina, como também unidades na Argentina, Estados Unidos e México. (grifamos).*

Em geral, as políticas de industrialização consistem na oferta de infraestrutura física para atender as necessidades das indústrias, como construção de estradas, serviços de água e esgoto, energia, gás, portos, aeroportos, comunicação, chegando à oferta de distritos industriais com toda a estrutura para implantação de indústrias, como também se baseia na concessão de incentivos fiscais, representados pela isenção ou alíquota diferenciada de impostos. É neste contexto de mudanças que se insere o Estado do Ceará.

Segundo Amaral Filho (2003: 367),

Dentre as economias estaduais brasileiras, a do Ceará vem se destacando nos últimos anos pela reforma do Estado, ajuste das contas públicas, incremento nos investimentos público e privado e mudança do regime de crescimento acompanhada por variações positivas persistentes do PIB - Produto Interno Bruto -, em especial nas áreas urbanas e nos setores industrial e de serviços.

Informam Santos e Silveira (2001:115) que, além da densidade técnica nos lugares – por meio de rodovias, ferrovias, aeroportos, geração de energia, terrenos preparados – para torná-los aptos à produção, é preciso constituir uma densidade normativa (SILVEIRA, 1996, 1999b) que conceda e combine satisfatoriamente proteções e atrativos legais.

Na segunda metade dos anos 1980, como relata Amaral Filho (2003:377), dentre as principais políticas públicas do Governo Estadual está

A nova política industrial, que introduz uma racionalidade industrial e espacial à concessão de incentivos financeiros, além de incluir um vetor dedicado ao apoio e à indução ao desenvolvimento industrial. Este vetor engloba quatro segmentos: sistema estadual de inovação; empresas de base tecnológica; micro e pequenas empresas e cadeias produtivas construídas; Política e reorganização espacial, cuja preocupação central é a criação de uma rede de cidades médias no interior do Estado.

Essas modificações começaram a ocorrer no momento em que o governo centrou as atenções para a reestruturação dos setores produtivos, como indústria, agricultura, turismo etc. Este momento constitui a 4ª fase do desenvolvimento industrial têxtil no Ceará, como nos fala Aragão (1999; 2002).

Conforme Amaral Filho (2003: 377),

Tal desempenho foi influenciado, de um lado, por fatores históricos e, por outro e mais diretamente, pela ruptura política provocada pelas novas elites locais, sob a liderança dos “jovens empresários” do centro industrial do Ceará (CIC), vis-à-vis da “oligarquia dos coronéis”, que deu lugar a um processo de ajustes nas contas do setor público estadual e permitiu a emergência de novas formas de intervenção pública local. A atuação estadual deu lugar a três gerações de políticas públicas: primeira, políticas de ajustes macroeconômicos; segunda, políticas estruturantes e, terceira, políticas de melhoria da qualidade do desenvolvimento.

Então, podemos assinalar que, com a reestruturação maior do sistema capitalista, o Estado também se reestrutura, buscando novas estratégias de atuação e, concomitantemente, ocorre a reestruturação da produção e do espaço, com consequências socioespaciais, como a que comentamos acerca das nova geografia industrial, com a resultante divisão espacial do trabalho e simultânea integração do processo produtivo, e as implicações quanto a empregabilidade e novas exigências voltadas para qualificar a mão de obra, sem falar de todas as mudanças nos espaços que passam a ser valorizados pelo capital industrial que acompanham a política industrial em curso.

Conforme Aragão (2002:37),

O Ceará se apresenta, hoje, como o segundo maior pólo têxtil do Brasil, no que se refere ao consumo de algodão em pluma, ficando atrás somente do Estado de São Paulo. Detém, ainda, o segundo lugar na produção de fios, sendo ultrapassado também por São Paulo. E dentro da cadeia produtiva, ocupa o quarto lugar em volume de produção, depois de São Paulo, Santa Catarina e Minas Gerais.

4.2 O Polo Têxtil e Confeccionista do Ceará

Como pode ser observado na tabela a seguir, elaborada pelo IEMI, o destaque maior no Ceará é para a indústria de confecção, acompanhando a tendência nacional, notadamente o segmento voltado para produção de vestuário. Mesmo assim, o Ceará representa somente 5,9% do total de indústrias têxteis e confeccionista no País. No segmento têxtil, o destaque no Brasil é para o setor de malharia, embora tenha demonstrado um pequeno

declínio em 2009 e 2010. Já considerando o Estado do Ceará, mesmo sendo o segmento de malharia o que se destaca em crescimento contínuo, a representatividade maior sobre o País é no segmento de fiação, representando 4,2% do total do Brasil.

Tabela 33 - Indústrias por Segmento 2008-2010

Segmentos	Brasil			Ceará			CE/BR
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	
Manufaturas Têxteis	4.518	4.669	4.725	118	128	134	2,8%
Fiações	419	426	432	24	23	18	4,2%
Tecelagens	601	583	579	10	9	9	1,6%
Malharias ⁽²⁾	2.442	2.527	2.515	47	50	51	2,0%
Beneficiamento	1.056	1.133	1.199	37	46	56	4,7%
Confeccionados	24.338	25.666	26.176	1.323	1.395	1.474	5,6%
Vestuário	22.112	23.346	23.852	1.261	1.338	1.418	5,9%
Linha Lar	1.291	1.359	1.360	25	25	23	1,7%
Outros ⁽³⁾	935	961	964	37	32	33	3,4%
Total ⁽¹⁾	28.856	30.335	30.901	1.441	1.523	1.608	5,2%

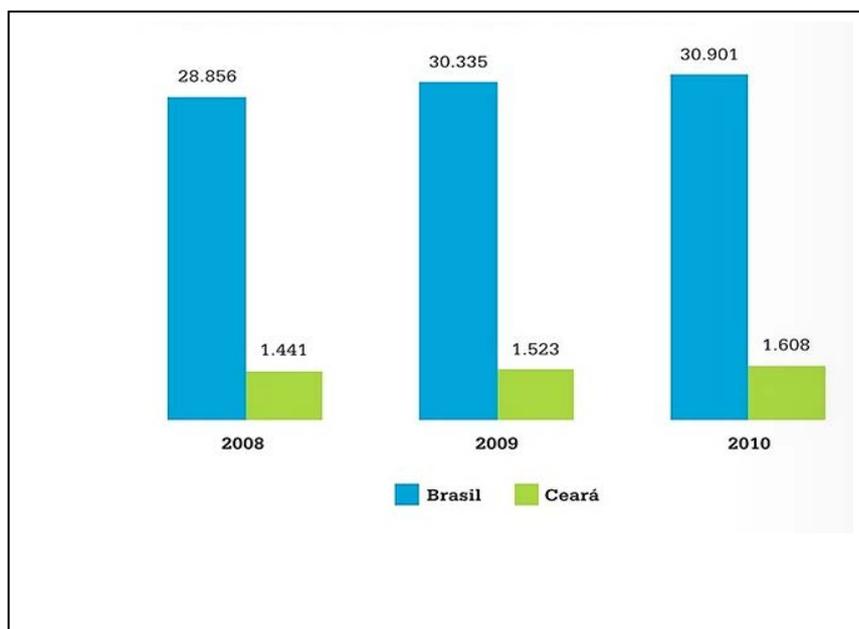
Fonte: IEMI

Notas:

(1) Número de empresas em 1º. de janeiro de cada ano. São consideradas apenas as indústrias em atividade, operando legalmente, com pelo menos um produto em linha contínua de produção e no mínimo 5 empregados diretamente na produção;

A representatividade do Estado do Ceará, quanto ao número de indústrias têxteis e confeccionistas no espaço brasileiro, pode ser visualizada no gráfico a seguir.

Gráfico 13: Indústrias Têxteis e de Confecção do Brasil e Ceará



Fonte: IEMI

Conforme demonstram os dados, o Ceará representa uma fatia bem pequena do total de indústrias têxteis e de confecção do País, mas isto não diminui sua importância e impacto na economia local e nacional, pois é um polo têxtil e de confecção em

desenvolvimento crescente. Segundo Araújo(1995:133 apud Amora, 2005:375), o polo têxtil e de confecções que se desenvolve no Ceará é um dos mais importantes no âmbito regional e também nacional.

No que se refere ao número de empregos gerados, o destaque também é para o segmento de confeccionados, notadamente o vestuário. Nas manufaturas têxteis, se sobressai o número de empregados na tecelagem, embora o total de indústrias seja maior no beneficiamento.

Tabela 34 - Pessoal ocupado, por segmento

PESSOAL OCUPADO POR SEGMENTO						
Segmentos	Brasil			Ceará		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Manuf. Têxteis	340.717	339.584	338.327	19.143	18.997	19.945
Fiações	75.889	76.385	77.607	6.192	5.938	6.492
Tecelagens	101.870	101.472	102.299	6.294	6.350	6.762
Malharias ⁽¹⁾	121.753	120.122	113.275	5.884	5.794	5.569
Beneficiamento	41.205	41.605	45.146	773	915	1.122
Confeccionados	1.286.867	1.300.348	1.331.061	81.098	88.579	95.690
Vestuário	1.138.007	1.146.542	1.183.490	77.531	84.713	91.349
Linha Lar	104.026	105.942	96.660	1.362	2.054	2.300
Outros ⁽²⁾	44.834	47.864	50.911	2.205	1.812	2.041
Total	1.627.584	1.639.932	1.669.388	100.741	107.576	115.635

Fonte: IEMI
 Notas:
 (1) Inclui tricotagem;
 (2) Artigos técnicos e industriais.

Ademais, o ritmo de crescimento do pessoal ocupado no espaço nacional é maior do que do Estado do Ceará, como revela a Tabela 34.

Quanto à produção, tanto na indústria têxtil existe uma produção diversificada indo da fabricação de fios, tecidos até a malharia e, muitas vezes chegando até a fase da confecção como também na indústria de confecção. Marlon Santos(2014:57) fundamentando-se no Censo das Confecções afirma que "a produção no Ceará é diversificada, mas os principais tipos de vestuário fabricados são moda íntima, roupa de dormir, roupa esporte, moda praia, jeans, infantil e a 'modinha' – roupas femininas ou infantis confeccionadas em malha." (Censo das Confecções, 2008).

Os dados do Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI) só vem reforçar a representatividade do Estado no volume de produção, sendo o segmento de confecção o que se destaca sobre os manufaturados têxteis, conforme tabela a seguir.

Tabela 35 - Produção de têxteis e confeccionados do Estado do Ceará (volumes)

SEGMENTOS	2008	2009	2010
Manufaturas Têxteis (toneladas) ⁽¹⁾	179.416	180.554	178.790
Fios (toneladas)	175.833	172.824	167.764
Tecidos (toneladas)	97.608	96.892	95.958
Malhas (toneladas)	35.320	32.298	32.170
Segmentos	2008	2009	2010
Confeccionados (em 1.000 peças)	564.152	550.155	602.455
Vestuário (1.000 peças)	435.817	444.236	483.510
Linha Lar (1.000 peças)	12.389	20.134	23.899
Outros (1.000 peças) ⁽²⁾	115.945	85.785	95.045

Fonte: IEMI

Notas:

(1) Por critério do IEMI, a produção têxtil total é medida pela produção de fios fiados adicionado ao consumo interno de filamentos;

(2) Artigos técnicos e industriais.

Pela análise dos dados do IEMI, enquanto a produção têxtil demonstra declínio, tanto na produção de fios tecidos e malhas de 2008 a 2010, o setor de confecções aponta crescimento contínuo, tanto na linha vestuário como na linha lar, o que pode indicar a existência de estoque de matéria-prima, ou mesmo a importação de tecidos. Dados mais recentes(2012), como pode ser visualizado na Tabela 37, continuam apontando esta tendência de maior destaque para o setor de confecções(628,8 milhões de peças) e o volume de importação(53,8 mil toneladas) supera o de exportação(10.000 toneladas).

O faturamento médio mensal do setor têxtil e de confecção no Estado do Ceará é 15 a 18 milhões de reais. Segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2010), as pequenas empresas geram quase 10 mil empregos diretos e são responsáveis por cerca de 80% da produção local.

Para determinar o porte das indústrias, o SEBRAE estabelece a classificação conforme a tabela 36, a seguir.

Tabela 36 : Classificação do porte da indústria

Porte	Indústria	Comércio/Serviço
Micro	Até 19 funcionários	Até 9
Pequena	20-99	10-49
Média	100-499	50-99
Grande	Acima de 499	Acima de 100

Fonte: SEBRAE (2010).

Dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2011 revelam: o segmento do vestuário no Ceará possui 3.213 empresas instaladas, gerando 52.134 empregos formais; e no setor têxtil possui 324 empresas, sendo responsável pela geração de 16.852 empregos formais.

Considerando-se as informações da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho e Emprego, e da totalidade dos códigos da CNAE referentes às atividades têxteis e confeccionistas, o número de empresas industriais, de qualquer porte, inclusive sem empregados, cadastradas no Ceará em 2012 é 3.520. Ressalte-se ainda que, desse número, 1.435 possuíam de um a quatro empregados, as quais devem ser consideradas oficinas de costura, alfaiatarias, pequenas prestadoras de serviços etc.

Já segundo dados do IEMI, em 2012, considerando somente os estabelecimentos com vínculos empregatícios diretos ou indiretos, o total de indústrias dos setores têxtil e confeccionista do Ceará em atividade é de 1.704 empresas, gerando aproximadamente 115 mil postos de trabalho diretos e indiretos, como pode ser visualizado na tabela 37, a seguir.

Tabela 37 - Indicadores do Setor Têxtil e Confecção do Ceará - 2012

INDICADORES	2012
Empresas	1.704
Pessoal ocupado	114.854
Produção	
Têxteis	176,2 mil toneladas
Confecções	628,8 milhões de peças
Valor da produção	
Têxteis	R\$ 3,6 bilhões
Confecções	R\$ 7,9 bilhões
Exportações	
Volumes	10,0 mil toneladas
Valores	US\$ 80,5 milhões
Importações	
Volumes	53,8 mil toneladas
Valores	US\$ 182,6 milhões
Investimentos	R\$ 67,2 milhões

Fonte: IEMI

A notoriedade da capital como polo têxtil e de confecção no espaço cearense se dá não somente pela existência de indústrias têxteis e de confecção, com a presença de algumas filiais das indústrias do Sul e Sudeste, mas também pela importância do comércio e de toda a estrutura voltada para este nicho.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou, no acumulado de janeiro a dezembro de 2012, um crescimento de 8,6% em relação ao ano de 2011 no comércio varejista ligado às atividades de vestuário, tecidos e calçados no Ceará. O número é superior à média nacional, que ficou com índice de 3,4%.

Desta forma, a atividade industrial têxtil e de confecção impacta também na atividade comercial, que se subdivide em duas partes distintas: o comércio atacadista e o comércio varejista. O comércio pode ainda ser classificado, segundo sua organização, em formal e informal. É dito formal quando a atividade comercial se realiza por via de empresa juridicamente constituída para tal fim, com registro, razão social e endereço definidos; caso contrário, diz-se informal. O melhor exemplo de comércio informal é aquele que é realizado por camelôs.

Representando o comércio formal, a participação de *shoppings centers* na venda de mercadorias do setor têxtil e confecção é marcante. Um exemplo é o MMModa (Maraponga Marte Moda), um dos mais completos *shoppings* atacadistas do Norte e Nordeste. Este *Shopping* funciona desde 1990 e, de lá pra cá, contribui para impulsionar o mercado de moda do Ceará. Por meio de tradicionais eventos, o Festival da Moda de

Fortaleza (FMF) e o Ceará Summer Fashion (CSF) antecipam tendências e incrementam as vendas do setor em todo o Estado. Para atender a quem vem de longe e satisfazer àqueles que atingem cotas mínimas (até 10.000 reais) de compras, o *shopping* oferece hospedagem no Mart Hotel, no primeiro andar, com cerca de 300 leitos dispostos em 84 quartos climatizados.

Não se deve esquecer também a participação do centro de Fortaleza com o comércio têxtil e de confecção mais populares (como o Casarão dos Fabricantes, o Centro de Pequenos Negócios de Vendedores Ambulantes), bem como os subcentros comerciais, com os *shoppings* no Montese, o Ceará Moda *Shopping*, o *Shopping* Fortaleza Sul, além da Avenida Monsenhor Tabosa e a presença de *shoppings* que comercializam para um público de maior poder aquisitivo, desde tecidos até confecção.

Quanto ao comércio popular, a antiga Indústria Têxtil Tomaz Pompeu, no Centro de Fortaleza, passou a ser o local (conhecido como esqueleto) destinado a abrigar em 2010 os vendedores do antigo Beco da Poeira⁵³, já que em razão das obras de mobilidade urbana intensificadas com o Megaevento da Copa do Mundo de 2014, o Beco da Poeira que se localizava nas imediações da Praça da Lagoinha e Praça José de Alencar, passou a ser um dos pontos para a estação central do Metrô de Fortaleza.

Os comerciantes do antigo Beco da Poeira passaram a constituir o novo Centro de Pequenos Negócios de Vendedores Ambulantes de Fortaleza (CPNVA), no prédio reformado da antiga fábrica, localizado na Avenida Imperador, sendo que muitos também comercializam na Feira da Sé.

Por meio de feiras livres, como a feira da Sé, o centro de Fortaleza é espaço do comércio informal de confecção, de onde saem mercadorias, notadamente para o Nordeste do Brasil.

A ordem judiciária de 2008, determinando a retirada dos feirantes da Sé, levou a uma série de debates e dentre as propostas apresentadas pela Prefeitura, houve a instalação dos feirantes em um terreno no bairro José Walter e depois em Maracanaú com o projeto Feira Center, que aconteceu em maio de 2009.

Então, parte dos feirantes que ocupavam a Praça da Sé, em Fortaleza, foram transferidos para o Feira Center, em Maracanaú, com 12,01 hectares de área voltado

⁵³ O "Beco da Poeira" era um grande galpão que abrigava mais de 2.100 vendedores trabalhando como permissionários no local. Ver mais a respeito deste comércio popular em: SANTOS, Marlon Cavalcante. **A Dinâmica dos Circuitos da Economia Urbana na Indústria de Confecção em Fortaleza-Ceará**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2014.

essencialmente para comercialização de artigos de moda, objetivando a venda direta de pequenos fabricantes aos revendedores.

Todas as propostas da Prefeitura de retirada dos ambulantes do Centro da Cidade fracassaram, dentre outras coisas, em razão do fraco mercado consumidor em Maracanaú ante a clientela já conquistada no Centro. Assim, a maioria dos comerciantes transferidos voltou para o Centro de Fortaleza, reocupando parte da rua José Avelino ou o entorno da Igreja Catedral, na já constituída Feira da Sé. Outros instalam suas barracas nos dois locais, ficando até meia-noite em Maracanaú e se transferindo para Fortaleza por volta de uma hora da madrugada do domingo e da quinta-feira.

Fazendo o percurso nesta feira, como parte da atividade prática realizada na disciplina da pós-graduação ministrada pelo Prof. José Borzachiello, foi possível observar a dinâmica urbana mediante as formas espaciais ligadas ao comércio, os variados usos e ocupações do espaço, os agentes consumidores do espaço urbano em variadas temporalidades, em que, formas espaciais antigas ganham novas funções passando a abrigar *shoppings* populares e boxes para a venda de confecções.



Foto13 : Casarão dos Fabricantes/Alexsandra Muniz

Observamos ainda que este comércio informal demanda serviços, como o de alimentação e de transporte, de forma bastante desordenada.



Fotos 14 e 15: Comércio informal nas proximidades da Igreja Catedral/ Alessandra Muniz

As pessoas com aproximadamente 40 anos são mais frequentes na Feira da Sé. Observamos a presença de turistas com sacolas, evidenciando-se que vêm dos locais mais distantes para aproveitar o preço mais acessível das mercadorias voltadas predominantemente para o público de menor renda e as transportam para seus lugares de origem.

No mundo que habitamos, a distância não parece importar muito. Às vezes parece que só existe para ser anulada, como se o espaço não passasse de um convite contínuo a ser desrespeitado, refutado, negado. O espaço deixou de ser um obstáculo – basta uma fração de segundos para conquistá-lo. (BAUMAN, 1999:85).

Diferentemente do comércio de vitrine que predomina na Praça do Ferreira, por meio do trabalho formal nas lojas e *shoppings*, na Praça da Sé é o comércio realizado por vendedores ambulantes que se destaca; o ponto de encontro, comum à Praça do Ferreira, é substituído quase que inteiramente por negociações de mercadorias na Praça da Sé, onde o cidadão é valorizado pela sua capacidade de consumo. Como diz Bauman,

A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel. (BAUMAN, 1999: 88).

Como o desenvolvimento do capital é contraditório, a atividade informal na Feira da Sé influencia o desenvolvimento das atividades formais como foi possível observar, durante o percurso que fizemos, a existência de equipamentos urbanos voltados à venda de confecção, como na Rua José Avelino, o *Shopping Fontenele Mall*.



Foto 16: Shopping Fontenele Mall/ Aleksandra Muniz

[...]os shoppings são construídos de forma a manter as pessoas em circulação, olhando ao redor, divertindo-se e entretendo-se sem parar – mas de forma alguma por muito tempo – com inúmeras atrações; não para encorajá-las a parar, a se olhar e conversar, a pensar em analisar e discutir alguma coisa além dos objetos em exposição – não são feitos para passar o tempo de maneira comercialmente desinteressada.(IBIDEM: 33).

Durante conversa com o geógrafo Marlon Santos, quando este ainda cursava a graduação(2011), ele informou que muitos empresários que possuem lojas no *Shopping Fontenele Mall*, são oriundos da Feira da Sé e também continuam vendendo suas mercadorias na Feira, o que revela a ocupação tanto no mercado formal, quanto no informal. Isto dificulta até mesmo as relações de identidade e representação social.

o sentimento identitário permite que se sinta plenamente membro de um grupo, dotá-lo de uma base espacial ancorada na realidade [...] os problemas do território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades. Uma e outra, estas categorias são produtos da cultura, em um certo momento, num certo ambiente [...]. (CLAVAL, 1999: 16).

Para garantir a circulação de mercadorias e o processo de reprodução, os feirantes se apropriam do espaço da Sé e adjacências, constituindo novas territorialidades, ou seja, ocorre uma reterritorialização⁵⁴. Ao contrário de Raffestin(1993)⁵⁵, que considera o espaço

⁵⁴ Reterritorialização porque já preexistia um espaço, e, conseqüentemente, um território enquanto componente essencial deste, sendo a objetivação da apropriação social do espaço o próprio território que é desterritorializado [...]dando lugar à novas territorialidades ou re-territorialidades, que por sua vez, dizem respeito à criação de novos territórios(CORRÊA, 1998).

⁵⁵ Como o intuito aqui não é tecer maiores considerações ou mesmo minimizar a importância do conceito de Território, apenas ressaltamos que para Raffestin (1993: 143) o espaço é anterior ao território. Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território, e não só de um espaço econômico[...]. Raffestin (1993) praticamente reduz o espaço ao espaço natural, enquanto que território de fato torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social. “O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação. [...] Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço” (IBIDEM:144). Raffestin(1993) acrescenta ainda que: “... a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder” (IBIDEM: 144).

anterior ao território, Lefebvre(1986 apud Haesbaert, 2010:165), afirma que “o espaço também – e sobretudo - é produzido socialmente, não se tratando em hipótese alguma de um a priori (neste caso, numa leitura materialista, uma espécie de “primeira natureza”) sobre o qual reproduzimos nosso trabalho e exercemos poder”.

Estes territórios mostram-se mais definidos nas madrugadas de domingo para segunda e de quarta para quinta-feira.



Fotos 17 e 18: Comércio informal na Rua José Avelino/ Alessandra Muniz

Aqui, podemos perceber o ritmo do tempo de circulação da mercadoria e do poder de compra do consumidor.

Para aumentar a capacidade de consumo, os consumidores não devem nunca ter descanso. Precisam ser mantidos acordados e em alerta sempre, continuamente expostos a novas tentações, num estado de excitação incessante – e, também, com efeito, em estado de perpétua suspeita e pronta satisfação. (BAUMAN, 1999:91).

Segundo Debord na economia capitalista, o tempo se tornou uma mercadoria que, como todas as outras, perdeu o valor de uso em proveimento do valor de troca. (DEBORD, 2008:48).

Os trabalhadores ambulantes comercializam suas mercadorias, expondo-as em lonas, no chão ou até no porta-malas de carros usados no seu transporte.



Foto 19 e 20: Formas de comercialização de mercadorias/ Aleksandra Muniz

Reforçando o papel da cidade de Fortaleza como pólo regional têxtil e de confecções, a feira atrai pessoas de várias cidades da Região Nordeste que chegam em ônibus fretados à Feira da Sé em busca dos melhores preços das mercadorias expostas pelos feirantes. Dentre as mercadorias comercializadas, o destaque é para confecções para todos os gostos, tamanho, sexo e idade. Segundo Eciane Silva(2013), os principais consumidores são sacoleiros e turistas oriundos de cidades cearenses e de outros Estados, com destaque para Pará, Maranhão, Piauí e Pernambuco.



Fotos 21 e 22: Demanda de serviços de transporte(PI-Parnaíba) dos consumidores da feira de confecções/ Aleksandra Muniz

Com o número de vendedores ambulantes, consumidores e a demanda por serviços de transporte e alimentação, a feira vem expandindo, ocupando espaços públicos, impedindo o fluxo de transporte de veículos e pessoas nas vias de circulação que acabam também tendo como função a exposição e comercialização de mercadorias e serviços.

É válido ressaltar que ao retornarmos à rua José Avelino, na manhã do dia seguinte(segunda) observamos que já não tinha mais todo o seu percurso tomado por mercadorias, em decorrência da fiscalização que impede o comércio ao amanhecer do dia e em razão também de as lojas ao longo da rua não terem como concorrer com os baixos preços ofertados pelos comerciantes que não pagam impostos e vendem em grande quantidade, muitos com empresas familiares e com fretes rateados com os demais mercadores.

Ao amanhecer, a rua José Avelino é tomada de muita sujeira, expressando o que é deixado por quem usou este espaço durante a madrugada e ainda aproveita um pouco da manhã antes da abertura das lojas, mas depois do objetivo atingido, seguem para outro destino, ficando o serviço de limpeza muitas vezes por conta dos lojistas que, logo cedo, precisam limpar até a rua para melhor receber o consumidor.



Fotos 23 e 24: Comércio na rua José Avelino na manhã de segunda/ Aleksandra Muniz

Percebemos que as relações de poder se fazem presente neste espaço, não somente na demarcação de territórios, como também no embate dos feirantes com o Poder Público na luta para permanecer com a venda de mercadorias na Praça Pedro II (Praça da Sé) e proximidades. “[...]o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações

de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.” (HAESBAERT, 2004a:79).

Verifica-se uma mudança de função do Centro de Fortaleza que outrora era o local da elite cearense e na atualidade é lugar de consumo da população de baixa renda da cidade. As casas comerciais e lanchonetes se multiplicam, e as praças, que antes funcionavam como espaço do ócio para a população burguesa, hoje são *locus* do mercado informal e do subemprego (ambulantes).

Fortaleza não escapa à realidade comum às metrópoles brasileiras. O Centro, que ao longo da história serviu como espaço lúdico, de habitação, de poder e de negociações, hoje é um verdadeiro “centro de periferia”, onde há medo, violência, drogas, mendicância, sujeira e descaso com o meio ambiente urbano, impedindo muitos de exercerem o direito à cidade.

Sem querer negligenciar a importância do comércio para o destaque do Ceará, e Fortaleza, em particular, como polo do setor têxtil e de confecção, mas por outro lado não tendo a intenção aqui de tecer uma análise maior desta temática, a mesma pode ser melhor explorada em estudos sobre o comércio informal, o uso e ocupação de espaços públicos de forma privada e o papel do Estado, conforme Dantas(1995), bem como mediante o estudo das relações entre o circuito superior e inferior a partir do comércio formal e informal de confecções, com Marlon Santos(2014), como também Eciane Silva (2013), que faz uma análise das consequências, no espaço central da cidade, do comércio informal.

Além do comércio, o setor têxtil e de confecção impulsiona ainda uma série de eventos no Estado, a saber: Bazar La Boutique, Dragão Fashion Brasil, I Seminário Internacional de Inovação Têxtil: Desafios e Novos Rumos para a Indústria da Moda, Concurso Seditêxtil de Costura, Modelagem e Design 2013, Maquintex – Centro de Eventos, Ceará Summer Fashion, 9º Colóquio de Moda, Festival de Moda de Fortaleza, Fortaleza Fashion Week, Maximoda, Feira do Empreendedor.

Dada a relevância do polo têxtil e confeccionista, o Ceará procura atuar de forma competitiva no mercado, investindo também em cursos para capacitar a mão de obra local, desde cursos técnicos aos de nível superior.

O ensino superior do Ceará prepara profissionais para atuarem na área de criação, elaborando e desenvolvendo coleções, estamparias e acessórios de moda para diversos segmentos do mercado.

Ao todo são sete escolas de Ensino Superior em todo o Estado. A Universidade Federal do Ceará tem o curso de bacharelado em *Design* de Moda, criado em 1993, que possui cinco áreas de formação: Gestão do Projeto, História e Pesquisa de Moda, Linguagem

Visual, Tecnologia Têxtil e de Confeção e Negócios de Moda. A Faculdade Nordeste (Fanor) também oferece curso de *Design* de Moda. Outro curso de *Design* de Moda é o da Faculdade Católica do Ceará, criado em 2004, em que as linhas de formação privilegia tecnologia e gestão para a indústria de moda e desenvolvimento de produtos. Em Fortaleza, podemos encontrar o curso na área de moda também na Faculdade Integrada do Ceará (FIC), que prioriza atividades de pesquisa, criação, estilo, modelagem, figurino, acessórios, *marketing*, gestão, comunicação e eventos. A Ateneu é outra faculdade que disponibiliza curso de formação superior em Moda. Quem já tem graduação e quer se especializar na área, a Universidade de Fortaleza (Unifor) oferece o Curso de Pós-Graduação em Moda e Comunicação, voltado para estilistas, jornalistas, publicitários, sociólogos e outras áreas afins.

A importância de instituições de formação profissional cresce na medida em que o Estado se notabiliza como um dos polos de moda no Brasil. Para dar conta da demanda por profissionais capacitados e de novos serviços criados para abastecer os setores têxtil e de confecção, há também a participação do SENAC(Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

O SENAC abrange um Eixo Tecnológico de Produção Cultural e *Design* que oferece cursos nas áreas de Artes, Tecnologia, Comunicação e *Design*. Além destes cursos ofertados, há os de curta duração, voltados para quem quer obter rápida inserção no mercado de trabalho ou entrar no mundo do empreendedorismo. Assim, cursos mais longos, como os de figurinista, costureiro, desenhista de moda e modelista, dividem a atenção do público com os de confecção de bolsas em *patchwork*, customização de bolsas e acessórios e customização de camisetas. Para se qualificar e especializar num mercado cada vez mais exigente ao longo do ano, são oferecidos cursos de formação profissional em todas as áreas do processo produtivo: Gestão da Produção, Design, Modelagem, Corte, Costura para os diversos segmentos, mecânica em manutenção de máquinas de costuras industriais, que possui uma nova estrutura física, com laboratórios compostos por máquinas convencionais, eletrônicas e automação com pneumática e eletropneumática (mediante práticas e *software* de simulação).

Todo este aparato voltado ao setor têxtil e de confecção só vem reforçar o que Amora (2005:377), já afirmava: a concentração de indústrias do ramo de confecções na Região Metropolitana de Fortaleza constitui um dos polos mais dinâmicos do Nordeste e do País.

Conforme afirmou Marlon(2014:65), "em praticamente todos os municípios existe a presença de unidades produtivas". Embora, "dentro da região metropolitana, Fortaleza concentra-se as indústrias de confecções."

Marlon Santos(2014) espacializa as unidades confeccionista na Região Metropolitana de Fortaleza, mostrando que existe uma intensa concentração de indústrias em Fortaleza e cidades como Caucaia e Maracanaú:

Municípios como Caucaia e Maracanaú se destacam, pois além de serem vizinhos a capital, compartilham com Fortaleza uma intensa concentração de conjuntos habitacionais, principalmente nas áreas Sul e Oeste, locais da cidade onde está a população trabalhadora.(SANTOS, 2014:65).

O crescimento de indústrias de confecção é uma evidência da importância desta para o Estado como um todo. Senão, vejamos algumas considerações acerca de algumas destas indústrias.

GUARARAPES

O grupo Guararapes é o maior do ramo de confecção de vestuário da América Latina, com sede no Rio Grande do Norte. Também é proprietário da Midway Financeira, do *shopping* Midway Mall, da Transportadora Casa Verde e do Teatro Riachuelo em Natal, contando ao todo com cerca de 40.000 funcionários. Percebemos assim que a Guararapes integra três vertentes do mercado - varejo, indústria e setor financeiro - ou seja, quase não há terceirização, sendo uma indústria integrada, uma vez que fabrica, distribui e financia.

A Guararapes Confeções, como sociedade de economia mista de direito privado foi fundada em 1956, pelos irmãos Nevaldo e Newton Rocha, no Recife(PE). Dois anos depois, sua matriz foi transferida para Natal(RN). Em 1997, a unidade fabril de Natal (RN) foi transferida e ampliada para o distrito industrial de Extremoz (RN). Hoje com área construída de 150.000m², existem três fábricas responsáveis pela produção da malharia do Grupo e uma parte da camisaria. As demais três unidades fabris do Grupo que produzem tecido plano (sarja, *jeans* e camisaria) estão localizadas em Fortaleza. No ano de 1976, a Guararapes chegou com a filial a Fortaleza e até hoje está localizada no bairro Quintino Cunha com 9.800m² de área construída, tendo como diretor regional cearense Marcelo Machado.

O Grupo Guararapes possui três centros de distribuição, separados por região: no Norte, o polo é Manaus, no Sudeste, Guarulhos(SP) e no Nordeste em Extremoz(RN).

Em 1979, o grupo comprou a rede de lojas Wolens e a Riachuelo, que hoje conta com 228 lojas em todo o Território nacional e 513,6 mil m² de área de vendas, sendo 114 lojas no Sudeste, 51 no Nordeste, 24 no Centro-Oeste, 24 no Sul e 15 no Norte. A aquisição destas lojas representa sua atuação no varejo confeccionista, área responsável atualmente pelo maior crescimento do Grupo, iniciando um processo de reestruturação e de

mudança estratégica, com o objetivo de vender roupas prontas, oferecendo moda com preços atraentes, visando, além da lucratividade à qualidade. A integração entre varejo e indústria é o grande diferencial do Grupo, uma vez que permite que a Companhia responda rapidamente às mudanças do mercado. Esta estratégia envolveu a criação e o fortalecimento de marcas próprias, cada uma com identidade visual e público-alvo específico. Entre as principais marcas do grupo estão a Wolens e a Pool Original. Em 1982, foi lançada a marca Pool, grife que sempre se manteve conectada com os jovens e foi ícone de moda nos anos 1980. Em 1983 houve a incorporação das lojas Seta e Wolens pela Riachuelo. Já em 1993, ocorreram a modernização e reestruturação do Grupo.

Com a aquisição de lojas o foco principal da Guararapes passou a ser a moda, por isso produz utilizando o método "Fast Fashion", que está sempre em busca das tendências nacionais e internacionais e de novos lançamentos no mercado.

Por meio da Riachuelo, a Guararapes aderiu não apenas ao conceito de fast fashion como também passou a desenvolver parcerias com renomados estilistas nacionais, entre eles Oskar Metsavaht, Cris Barros, Pedro Lourenço, Thais Gusmão, André Lima, Huis Clos, Maria Garcia, Martha Medeiros, Juliana Jabour, Zapalla e Lorenzo Merlino.

Durante visita a uma das unidades de Fortaleza, que ocorreu no dia 7 de novembro de 2012, não pudemos fazer registros de fotos do processo produtivo, mas, com as análises e observações, somadas à entrevista com o auxiliar administrativo do Setor de Recursos Humanos, V. R., foi possível coletar várias informações.

Atualmente, 100% da produção da Guararapes é destinada à Riachuelo. As três unidades fabris em Fortaleza geram 7.000 empregos diretos e produzem 50.000 peças de roupa por mês. A divisão da produção é feita através de "pups" (pequenas unidades de produção). As "pups" possuem placas informando o quantitativo de produção a ser alcançado, o que foi realizado, a eficiência do dia e do mês.

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril, até o ano-base de 2017. A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI concedido até agosto do ano de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês. Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte - PROADI, concedidos até maio de 2019, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas

ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses.(GUARARAPES, 2012).

Nos últimos anos, a Guararapes investiu fortemente em suas operações de suporte, com a modernização de seu parque fabril e a implantação de tecnologia da informação para a gestão operacional e financeira de suas operações.

As unidades de Fortaleza têm parceria com o SESI (Serviço Social da Indústria), fornecendo aulas preparatórias para o ENEM(Exame Nacional de Ensino Médio) e com divulgação de cursos gratuitos, como o de línguas. Além disto, disponibiliza aos funcionários estrutura com refeitório, campo de lazer, biblioteca, teatro e sala de informática.

A Guararapes de Fortaleza conta com Departamento de Saúde (4 funcionários), sendo uma fisioterapeuta, um otorrino, uma fonoaudióloga e um psicólogo. O direito ao plano de saúde por parte dos empregados é dividido da seguinte forma: "Hap vida" para operários (grande massa) e Unimed para gerentes, diretores de setores, auxiliares administrativos etc.

Cumprindo turno de oito horas diárias, com direito a vale-transporte e intervalo de 1h10 min para almoço, a mão de obra é do próprio bairro ou do seu entorno (não abrange a região metropolitana), sendo os cargos mais elevados(gerentes, subgerentes etc) ocupados por profissionais do Rio Grande do Norte.

O estabelecimento da Guararapes na av. Coronel Carvalho com contínuo fluxo de veículos e de grande número de trabalhadoras levou à formação de uma feira móvel com diversas bancas na calçada em frente à indústria, onde são vendidas roupas, calçados, bolsas, acessórios etc.



Foto25: Comércio em frente à Indústria Guararapes



Foto 26: Intenso fluxo em frente à Guararapes

Em entrevista com funcionários e ambulantes, foi possível obter mais algumas informações, quais sejam:

"O tempo do almoço na indústria é de 40 minutos e existe o controle até para o uso do banheiro, se for preciso ir mais de uma vez, precisa levar atestado médico, porque senão se pensa que é invenção para não trabalhar e matar o tempo". (D. F que trabalha na indústria há 25 anos como costureira)

"Eu tô na "feirinha" há 26 anos, no decorrer desse tempo, a indústria hoje é maior e está mais difícil vender porque diminuíram o tempo do almoço das funcionárias de 1 hora para 40 minutos". (Sr. Francisco, ambulante mais antigo)

Eu trabalhava como doméstica e consegui me inscrever no programa jovem aprendiz, no começo eu passava meio expediente trabalhando em casa de família e no outro fazendo curso no Senac, só depois de assistir muitas aulas teóricas, foi que fui para parte prática na Guararapes, depois de passar por todos os setores foi que comecei a costurar, muitas colegas minhas que fizeram o curso e estagiaram comigo não foram contratadas, hoje ganho um salário que ajuda a manter minha família e posso dizer que tenho uma profissão e carteira assinada que sempre foi meu sonho. (LEIDE M., contratada depois de entrar na indústria através do Programa Jovem Aprendiz).

RIHOMO

Instalada há seis anos(desde 2008) em Maracanaú, ocupando uma área de 3,35 ha e com um quadro de 400 trabalhadores diretos e indiretos, a Indústria de moda íntima e masculina Rihomo produz mais de 22 mil peças de vestuário por dia com uma faixa de faturamento que varia até 150.000. Na antiga sede não havia mais espaço disponível para atender o crescimento do negócio; situava-se no bairro Quintino Cunha, em Fortaleza, o que em parte justifica o fato de 80% dos operários serem provenientes da Capital e não de Maracanaú, sendo que a indústria disponibiliza ônibus para fazer o transporte diário dos funcionários. Mesmo com os custos da migração pendular dos funcionários, a diretoria da indústria achou mais interessante manter o mesmo quadro de trabalhadores, pela experiência deles e os altos encargos de rescisão contratual. O município de Maracanaú foi escolhido para receber este investimento por sua infraestrutura privilegiada, principalmente pela disponibilidade de espaço físico para instalação de grandes indústrias. A Rihomo possui seis

lojas franqueadas - três em Fortaleza, uma em Sobral, uma em Itapipoca e mais uma em Juazeiro do Norte, além de vender seus produtos para compradores de todo o País.

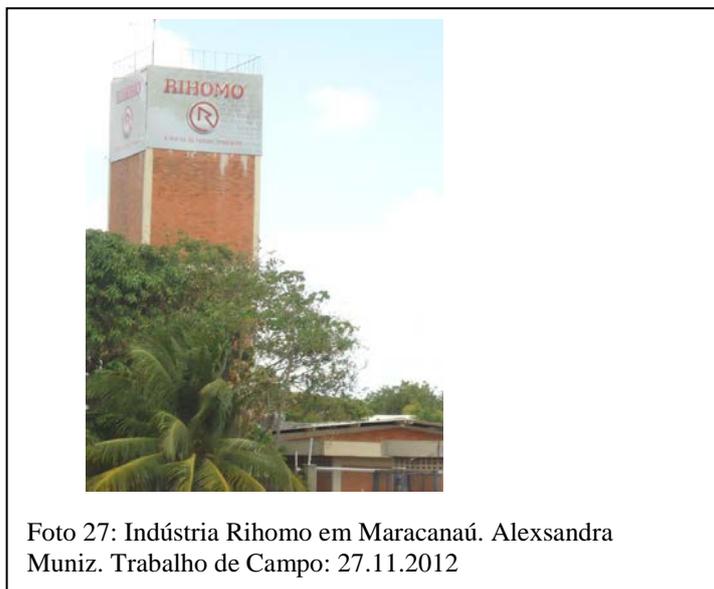


Foto 27: Indústria Rihomo em Maracanaú. Alessandra Muniz. Trabalho de Campo: 27.11.2012



Foto 28: Transporte de trabalhadores da Rihomo. Alessandra Muniz. Trabalho de Campo: 27.11.2012

FAMEL

Localizada em Pacajus, a Famel produz em torno de 80 mil peças de roupas femininas por mês com as marcas Dona Florinda e Famel. A marca 'Dona Florinda' nasceu em 2001, na FENIT (Salão Internacional da Indústria Têxtil em São Paulo). Hoje, são cinco lojas próprias e cinco franquias, além de vários pontos de venda em multimarcas por todo o País.

Em campo, constatamos que a Araril Industria e Comércio de Confecções Ltda, a Famel e a Dona Florinda pertencem ao mesmo grupo: Araujo Brillhante. A Famel está no mercado há 21 anos, e as outras duas há 10 (dez) anos.



Foto 29: Famel em Pacajus. Alessandra Muniz. Trabalho de Campo: 28.11.2012

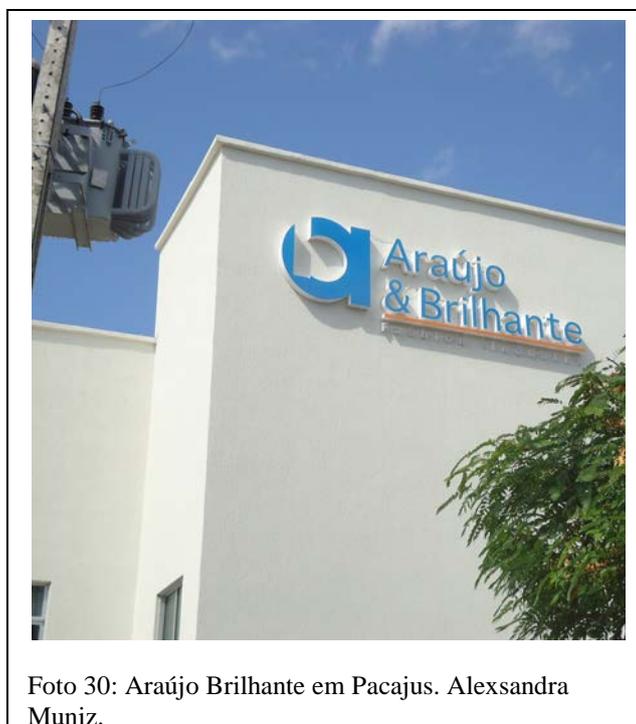


Foto 30: Araujo Brillhante em Pacajus. Alessandra Muniz.

Este grupo de indústrias recebe como incentivo fiscal a redução do IRPJ e conta atualmente com cerca de 680 trabalhadores que, em sua maioria (95%), pertencem ao próprio município de Pacajus, os outros 5% incluem trabalhadores de Fortaleza e Horizonte.

MARISOL

A Marisol S/A, desde outubro de 1998, está instalada em Pacatuba/CE, no Km 11 da CE-060, próximo a grandes indústrias, como a Heineken.

Tendo como diretor Gilmar Sergio Vegini, esta unidade da Marisol estabeleceu-se em Pacatuba em virtude da mão de obra barata, tendo sido este o principal atrativo, mas há outros fatores como os incentivos fiscais, a exemplo da isenção de 75% de ICMS, que recebeu do Governo do Estado, sendo reflexo da política de atração industrial efetuada no Ceará. Estes incentivos se tornam o principal motivo de alocação de indústrias no Ceará e no Nordeste. Outro motivo foi a logística do mercado, já que o Ceará é um lugar estratégico geograficamente mais próximos dos Estados Unidos e Europa. A habilidade da mão de obra cearense e a fácil adaptação à tecnologia mais avançada foram também fatores ressaltados durante entrevista realizada na visita guiada a esta indústria, no dia 18/11/2011.

O espaço da Marisol em Pacatuba é constituído por ambulatório, refeitório, espaço administrativo junto ao setor financeiro, centro de treinamento, espaço de lazer, sendo grande parte destinada a produção, armazenagem(a indústria produz a quantidade exata da venda) e expedição de mercadorias. A parte destinada à expansão da indústria se encontra em construção, sendo ao todo 280,896.67m² e de área construída é aproximadamente 46.797,01m².

A visita ocorreu em um momento de troca de funcionários, quando pudemos perceber a importância desta indústria na economia local pelo fluxo de funcionários, sendo a maioria constituída por mulheres. Esse detalhe pode ser explicado pela especificidade do trabalho exercido nesta indústria que necessita de muitas costureiras.

Além disto, foi possível perceber o mercado informal de vendedores de alimentos que montam suas barracas improvisadas na esquina desta indústria no horário de mudança de turno dos empregados, não permanecendo ali no restante do dia.



Foto 31 : Comércio informal na entrada da Marisol, em Pacatuba. Alexandra Muniz. Visita guiada na Marisol: 18.11.2011

A Marisol é uma das maiores indústrias nacionais no segmento de vestuário, criada em 1964 com uma pequena indústria de chapéus de praia (O nome da marca é formado pela junção das palavras “mar” e “sol”) em Jaguará do Sul(SC), tendo como presidente Giuliano Donini. Atua nos segmentos de calçados, com capacidade para produzir dois milhões de pares de calçados infantis por ano. Seu carro-chefe, entretanto, é a confecção infantil e franquias monomarcas, tendo capacidade para produzir 12 milhões de peças de roupas e dois milhões de pares de calçados infantis por ano. Na unidade de Pacatuba, a capacidade de produção é de nove milhões de peças/ano e um milhão de calçados infantis por ano. A produção diária pode chegar a 50.000 peças de roupas e três mil pares de calçados infantis com a marca Marisol.

A Marisol possui três unidades industriais, localizadas em Pacatuba/CE, Novo Hamburgo/RS e Jaguará do Sul/SC, onde se encontram a sede e seu principal parque fabril, estando a parte administrativa em São Paulo. Tem sólida participação no mercado brasileiro e mundial por meio da produção, gestão de marcas e canais de distribuição.

As marcas mais famosas da indústria são: Marisol, Pokalolo, Babysol, Lilica Ripilica, Tigor T. Tigre, Rosa Chá, Stereo etc. Na unidade visitada, são produzidas roupas da Marisol, Pokalolo, Criativa, Mineral e Mineral Kids.

A Marisol S.A. divide as marcas em três unidades de negócio, reforçando o posicionamento de cada uma em relação ao mercado. A divisão das marcas em três unidades mostra claramente a variável de valor agregado às peças correspondentes a cada unidade. Possui a Unidade Consumo, voltada aos produtos de maior demanda, com excelente relação custo-benefício. Essa unidade engloba as marcas Marisol, Criativa e Babysol. A Unidade Premium é focada em produtos de maior valor agregado, atende a um mercado de consumidores exigentes, que desejam as últimas tendências da moda. Fazem parte dessa unidade as marcas Lilica Ripilica, Tigor T. Tigre, Rosa Chá e Pakalolo. A Unidade Varejo é responsável pela gestão dos canais de distribuição.

Para distribuição das mercadorias, a Marisol se utiliza de multicanais compreendendo: lojas próprias, rede de franquias, rede de valor e lojas multimarcas, de acordo com o posicionamento e estratégia de cada marca.

A unidade de produção da Marisol instalada em Pacatuba está voltada para a produção da linha consumo. Ao orientar a produção para segmentos bem específicos do mercado, a Marisol consegue obter melhores lucros. Sobre as necessidades das indústrias em montarem estratégias de superlucratividade, Harvey nos diz que "esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala..." (HARVEY, 1993:148). Com isto, a indústria "abocanha" maior fatia do mercado consumidor.

Mesmo a unidade da Marisol em Pacatuba voltada para linha de consumo, reduzindo ao máximo os custos de produção e assim barateando o produto, podendo vender para o maior número possível de consumidores, segue sob um sistema baseado numa linha de montagem cuja principal característica é a fabricação em massa, o que não impede de apresentar também características da produção flexível.

Na Marisol de Pacatuba as peças já chegam cortadas de Santa Catarina, procedendo-se apenas à etapa da costura e ao acabamento, ou seja, a parte técnica e especializada é feita no Sul do País, como *design*, corte e estamparia. Os aviamentos para produção vêm de Santa Catarina e somente o material de expediente é comprado no Ceará. As máquinas são compradas na Itália e nos Estados Unidos. Este cenário nos remete ao período atual de abertura do mercado global, onde cada localidade irá atender a aptidão específica da produção.

Além da matéria-prima vir do Sul do País, ao final do processo de produção, as mercadorias não são consumidas no local onde são produzidas, confirmando o que Santos e Silveira (2001) chamam de superposições de divisões territoriais do trabalho particularizado, ou seja as indústrias sediam, nessas aglomerações, diversas etapas de um trabalho cujo produto final é geralmente exportado.

A comercialização se dá por via de redes de franquias e lojas, como a One Store, e a venda também se dá em todo mundo, como na Itália(em Milão) e nos Estados Unidos(em Nova Iorque).

No Brasil, a atuação acontece no plano nacional, com destaque para as fábricas localizadas em São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul.

O escoamento da produção realizado em nível nacional e internacional nos remete à análise realizada por Santos e Silveira (2001):

O relativo barateamento dos transportes, que viabiliza o deslocamento de insumos e produtos acabados, a existência de maquinário. a informação especializada e convergente, a presença de força de trabalho treinada, a força de interesses e reivindicações surgidas de um trabalho comum constituem, entre outras, as condições técnicas e sociais- e não mais naturais - que determinam as especializações territoriais. São fatores técnico-sociais de localização no período contemporâneo.

Na observação do processo de fabricação de roupas e calçados, não foi permitido, pelas normas da indústria tirar fotos ou conversar com funcionários, entretanto, pelas observações feitas durante a pesquisa de campo, foi possível visualizar as etapas do processo produtivo que se dão da seguinte forma: a Matriz é onde o tecido é cortado e estampado, sendo a malharia produzida em Santa Catarina. Depois ocorre a preparação de painéis (tamanho, cor, referência). Posteriormente ocorre a costura em Pacatuba onde os operários trabalham com metas por hora, racionados em células(quatro a cinco trabalhadores). Depois, o Setor de embalagem e, finalmente, o processo de estocagem(estoque sazonal).

Ocupando a 13 posição entre as maiores indústria no Ceará, a Marisol/Pacatuba em 2011 apresentou um faturamento de R\$121.275.290,36 e um patrimônio de R\$128.702.373,69. Esta unidade já chegou a ter 2.400 funcionários, quando a parte do corte e estamparia era feita em Pacatuba, hoje somente com a parte final do processo produtivo(costura) conta com aproximadamente 1.600 trabalhadores, que se revezam nos três turnos de segunda a sexta, mas também trabalham no sábado quando aumenta a demanda. No caso, os trabalhadores escolhem se querem receber por essa hora extra financeiramente ou guardá-la no banco de horas para férias. Quanto aos picos no número de contratações, isto ocorre em decorrência da variação do número de pedidos, que são bem maiores no fim do

ano, e isto faz com que se necessite de mais empregados em uma determinada época do ano, uma vez que a produção ocorre de acordo com a demanda.

Em sua maioria (90%), são moradores do município ou adjacências (Pacajus e Horizonte), o que interfere na economia local. Os cargos mais elevados são ocupados por trabalhadores que possuem melhor qualificação, de nível superior advindos de Santa Catarina e São Paulo. Fica explícita a divisão entre o trabalho braçal e intelectual, o trabalho de quem será responsável por gerenciar e criar ideias no ambiente de trabalho e o de quem será responsável por colocar estas ideias em prática e atender a avidez de lucros e as exigências da indústria.

Os trabalhadores geralmente chegam sem nenhuma ou pouca experiência e na Marisol eles passam por treinamento com direito a estágio (realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI) que forma profissionais para o primeiro emprego em até 42 dias úteis, criando desta forma um quadro de reserva, essencialmente voltado para suprir as necessidades da indústria. Além disso, a indústria disponibiliza cursos técnicos de vestuário, bolsas de estudo, convênio com universidades, supletivo do ensino médio, biblioteca etc.

A mão de obra tem idade média de 27 anos e é composta em quase sua totalidade por mulheres, atingindo um expressivo percentual de 72 %. Assim como na parte das roupas, na parte dos calçados infantis, havia muitas mulheres, até porque também envolve a parte da costura.

Dentre os empregos indiretos, há os serviços que são terceirizados, responsáveis pelos setores de transportes, segurança e alimentação. Existe uma parceria com a Puras, na parte da refeição dos funcionários, com a CSN, na segurança, com a Fretar no transporte, e mantém parceria com o Sine de Pacatuba e Maranguape, no processo de recrutamento de funcionários.

Quanto ao destino da produção, esta é mais voltada para o mercado nacional, principalmente para a região Sul.

Em relação ao modo de produzir, em todas as máquinas, havia vários indicadores para o aceleração da produção, como o relógio e placas que simbolizavam se as metas estavam sendo atingidas ou não. Além disto, usa-se uma música de fundo para deixar os trabalhadores menos fadigados e mais concentrados nas atividades executadas. O fardamento utilizado pelos funcionários é bem esportivo e o ambiente de trabalho procura ser o mais prazeroso possível, com espaços bem arborizados e de convívio. Percebemos, entretanto, a exploração do trabalhador por meio de métodos implantados para o alcance de eficiência e

rapidez na produção, gerando concorrência entre as células produtivas, onde as costureiras são dispostas. A confecção das peças por dia é feita por equipes(células) onde cada costureira faz uma etapa da produção. Cada peça tem um valor estimado de tempo que precisa ser respeitado e, quando a célula não cumpre a meta de peça por tempo de serviço, uma gerente analisa onde está o "garlalo" da célula, ou seja, com que costureira está o problema do atraso. Existem placas em cada célula indicando o desempenho diferenciado por cores vermelha(para células com atraso, baixo desempenho) e verde(para as células que cumprem metas, desempenho médio) e o azul(para as células que ultrapassam metas, bom desempenho). No momento da visita, aparecia o vermelho diversas vezes, além de uma seta que apontava onde se encontrava o problema de cada célula, a parte de menor rendimento. Cada célula é supervisionada, obedecendo-se a hierarquia funcional, remetendo às práticas de controle e de poder. Lembra bem o método taylorista/fordista de controle do trabalhador e da sua produção, utilizando para isto de diversos mecanismos. Há um controle de como produzir e quanto produzir por um tempo determinado, como também há o controle de cada passo do trabalhador, desde a sua chegada ao local de trabalho, como os intervalos para necessidades básicas. A entrada e saída dos trabalhadores é feita por meio do sistema SAP, que consiste em um cartão de identificação.

Para incentivar o colaborador (como é chamado o trabalhador como forma deste se sentir como parte importante da indústria e assim produzir cada vez mais e melhor) há o programa de participação de resultados, que paga o prêmio de produção(valor adicionado ao salário) àquele que cumprir as metas e exigências estipuladas, sendo uma forma de incentivar os demais trabalhadores a adotar essa postura. A Marisol desenvolve várias políticas de incentivo ao crescimento da produtividade. Assim, os funcionários são constantemente avaliados. Aqueles com melhores desempenhos são contemplados com homenagens e prêmios, sendo exposto o colaborador-estrela (o trabalhador que passa um ano sem faltar ganha uma estrela em seu crachá) e os que produzem mais recebem um café da manhã. Ademais, os trabalhadores têm direito a: cestas básicas, cesta de Natal, alimentação no trabalho, transporte, educação,ajuda de custo com material escolar dos filhos, creche, seguro de vida, auxílio para compra de medicamentos, por via de convênios com farmácias, e assistência médica na própria indústria. A assistência é dada pela atuação de uma série de profissionais, desde assistentes sociais, pedagogos, administradores, fonoaudiólogos, nutricionistas, médicos, enfermeiras até dentistas, o que ocasionou uma ampliação do Setor de Recursos Humanos.

No campo social, a atuação da Marisol se dá de forma que todas as peças confeccionadas nas unidades de treinamento (A Marisol possui dentro da própria indústria, e em parceria com o SENAI, o CTM - Centro de Treinamento Marisol, voltado para formação de costureiras) são doadas para creches e escolas.

O espaço de lazer para os trabalhadores, com direito a campo de futebol, churrasqueira e um salão de confraternizações, também é disponibilizado para uso da comunidade. Há também a capela para realizações particulares e eventos promovidos pela Marisol (como a festa do Dia das Crianças, oferecida aos filhos dos operários). A Marisol visa ao incentivo à cultura e ao esporte, atuando junto às comunidades onde possui sede com projetos de coral, teatro, curso de violão e forró.

No que se refere ao meio ambiente, procura adotar medidas que reduzem impactos, como coleta seletiva dos resíduos sólidos (papel, plástico e tecidos são separados e vendidos para estabelecimentos especializados em reciclagem) e tratamento de efluentes. Assim, a água que é utilizada no processo produtivo é tratada e redistribuída para reuso.

Ante todo o conjunto de atuações, a maior preocupação é a busca da eficiência máxima, tendo foco nos trabalhadores visando o aumento dos lucros. Fundamenta-se em "motivar" para produzir mais. Isto está explícito nos princípios da Marisol que são: foco nos resultados, gestão participativa e comprometimento, satisfação do cliente, prontidão às mudanças, inovação e competitividade, cooperação com fornecedores.

Todas estas indústrias de confecção - Guararapes, Famel, Rihomo, Marisol - mantêm intrínseca relação com o setor têxtil, uma vez que o insumo para sua produção vem da indústria têxtil. A inter-relação da indústria têxtil não se dá somente com a indústria de confecção, uma vez que indústrias fornecedoras de serviços de embalagem, maquinaria, transporte e aviamentos também conservam relações comerciais com os setores têxtil e de confecção, integrando este polo, conformando, assim, um espaço especializado de alcance não só metropolitano, mas também nacional e internacional. Este alcance mundial se dá pela substituição dos circuitos regionais por *circuitos espaciais de produção* (SANTOS, 1986, apud ELIAS, 2002).

O estudo realizado pela Ernst & Young com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) revelou o impacto no setor têxtil brasileiro e cearense através do Megaevento da Copa do Mundo. Além dos impactos diretos e indiretos por setores econômicos, o estudo apontou pelo menos 11 outros setores com um contingente expressivo de pequenas, médias e grandes empresas que seriam diretamente atingidas pelo evento da Copa de futebol.

Tabela 38 - Impactos da Copa no setor Têxtil 2014

Impacto da Copa em 11 diferentes setores da economia

Setor	PIB total por setor (R\$ milhões)	Crescimento PIB setorial em função da Copa	Impacto total (R\$ milhões)	Impacto direto (R\$ milhões)	Impacto indireto (R\$ milhões)
Têxtil	18.604,99	3,12%	580,47	0,07	580,40
Peças e acessórios para veículos automotores	23.416,56	2%	469,23	3,87	465,36
Eletrodomésticos	4.193,7	10,24%	429,40	0,11	429,28
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	15.922,79	2,41%	384,20	42,78	341,42
Máquinas e equipamentos, inclusive manutenção e reparos	31.675,18	0,84%	267,64	1,24	266,39
Produtos de madeira - inclusive móveis	11.182,77	2,32%	259,97	0,38	259,59
Artefatos de couro e calçados	9.305,75	2,61%	242,70	0,16	242,54
Aparelhos/instrumentos médico-hospitalares, medidas e ópticos	9.641,35	1,36%	131,44	0,60	130,83
Outros equipamentos de transporte	9.494,36	0,86%	81,92	48,37	33,54
Caminhões e ônibus	3.331,29	1,43%	47,62	37,41	10,21
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	3.380,72	0,12%	3,95	0,21	3,74

Estes setores atingem tanto pequenas e médias quanto grandes empresas

Ano-base do PIB - 2010

Fonte: da Ernst & Young e Fundação Getulio Vargas (FGV). Os Impactos Socioeconômicos da Copa do Mundo Fifa 2014.

"Análise sobre o impacto da Copa do Mundo Fifa 2014 no setor têxtil prevê um aumento do PIB do setor em 3,12%. O valor estimado é de R\$ 580,47 milhões, sendo o setor das micro e pequenas empresas que mais se beneficiará com o evento"⁵⁶.

Não é a toa que o Ceará constitui o terceiro maior polo têxtil do País, com uma história de 132 anos, destacando-se em todo o processo de produção, desde o consumo do algodão até a produção do vestuário propriamente dito (SEBRAE, 2014⁵⁷).

De acordo com o livro "O Fiar e o Tecer – 130 anos da indústria têxtil do Ceará", lançado neste ano de 2014, o Ceará é o quinto Estado com a maior produção têxtil e de confecção do Brasil. Cerca de 1.720 empresas tiveram faturamento total de US\$ 4,7 bilhões em 2011 e US\$ 4,1 bilhões em 2012, de acordo com a publicação. A obra ainda indica que, entre os meses de janeiro e setembro de 2013, a produção têxtil cearense mostrou crescimento de 9,78%, em comparação ao mesmo período de 2012.(ANUÁRIO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO, 2014).

Na quarta fase do desenvolvimento da indústria têxtil no Ceará, que se dá no contexto de reestruturação do capital, verifica-se, conforme já dissertamos, um processo de descentralização industrial no Território Brasileiro, acompanhada da desconcentração espacial. A organização espacial da indústria começou a ser alterada, com base numa verdadeira "guerra fiscal" entre os Estados. O atual estágio de desenvolvimento da indústria

⁵⁶ A Copa e os Impactos no Setor Têxtil Brasileiro e Cearense. **Boletim SEBRAE** 2014. Julho 2012 n 04 .

⁵⁷ http://www.sebrae2014.com.br/sebrae/sebrae%202014/boletins/fortaleza_boletim_2014_julho.pdf.

cearense resultou dessa descentralização da indústria nacional. Como, porém, o desenvolvimento do capitalismo é contraditório, gerou uma concentração da indústria têxtil em escala local, uma vez que esse crescimento fabril é significativo na RMF, notadamente na Capital, conforme vimos no capítulo 3.

Para Silva (2005: 119), "a Região Metropolitana de Fortaleza é o pólo mais importante de empresas do setor de fiação no País".

Com a tendência de deslocamento regional das grandes empresas, estimuladas por incentivos fiscais e de infraestrutura fornecidos pelo Governo estadual, o Ceará vem aumentando sua relevância no cenário nacional, atraindo indústrias do setor têxtil e confeccionista. No entanto, como ressaltam Santos e Silveira (2001:138) "algumas firmas nordestinas são apenas filiais de empresas sulistas do setor têxtil e de confecções". Além da Marisol, como exemplos, podemos citar a Vicunha que tivemos oportunidade de conhecer um pouco.

VICUNHA

O Grupo Vicunha é controlado pela família Steinbruch. É um conjunto de empresas que teve origem na área têxtil e hoje se divide em três áreas: têxtil, com a Vicunha Têxtil e indústrias no Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e em São Paulo, é a maior do setor no Brasil, tendo Ricardo Steinbruch como principal diretor executivo; financeira, por meio do Banco Fibra, um banco de médio porte localizado em São Paulo, e Vicunha Steel, que é a *holding* que controla a Companhia Siderúrgica Nacional.

O Grupo Vicunha tentou encontrar vocações para ser competitiva em nível internacional, e iniciaram a maior reestruturação já enfrentada por suas empresas, onde 6000 dos 30000 funcionários do grupo foram demitidos, e das quase 30 empresas em operação, restaram 11. Então, a Vicunha começou a migrar suas operações de São Paulo para o Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, tentando buscar incentivos fiscais e mão-de-obra mais barata, pois o salário médio de um tecelão no Nordeste, era cerca de metade de um pago em São Paulo. Para melhorar um pouco, outra forma de modificar a situação, foi mudar o mix de produtos para sair da mira dos asiáticos.⁵⁸

Fundada por volta de 1965, em São Paulo, pelos empresários Jacks Rabinovich e Mendel Steinbruch, de famílias oriundas da antiga União Soviética, a Vicunha Têxtil com atuação no Ceará desde os anos 1970, se associou primeiramente com os empresários Otoch e

⁵⁸ <http://historicoeconomico.blogspot.com.br/2011/05/benjamin-e-o-grupo-vicunha.html>.

Baquit, proprietários da Fiação Nordeste do Brasil - Finobrasa⁵⁹, instalada em 1968 na avenida Sargento Hermínio, em Fortaleza.

No ano de 1998, a Finobrasa, a Elizabeth NE e a Vicunha NE foram unificadas, dando início à reestruturação do setor têxtil do Grupo Vicunha. A nova indústria passou a ser denominada Vicunha Nordeste S/A, uma indústria de capital totalmente aberto, cujas unidades trabalham integradas, sem perder, contudo, a autonomia. No ano de 2001, procurando expandir a reestruturação, o Grupo Vicunha torna-se uma indústria única: a Vicunha Têxtil S/A.

A Vicunha é uma das maiores indústrias têxteis do mundo e responde por 40% da produção brasileira de índigo e brins, o que atesta sua liderança no mercado têxtil brasileiro, tendo como meta tornar-se a maior indústria têxtil do mundo.

Abertura de filiais, estudo para abertura de indústrias no exterior, investimentos em tecnologia para melhoria de qualidade e aumento de eficiência de produção, além da constante qualificação dos trabalhadores, são apenas algumas medidas que reforçam a posição de liderança da Vicunha no caminho para a internacionalização.

A Vicunha produz e comercializa índigos, brins, tecidos mistos e tecnológicos, malhas sintéticas e naturais, fibras e filamentos.

Mais de 30% da produção destinam-se à exportação ou são comercializados por subsidiárias na Argentina, Colômbia, Estados Unidos, Europa(Suíça), Equador e China.

Além de possuir unidades de produção no Estado do Ceará, conta com outras unidades na região Nordeste, no Rio Grande do Norte e Bahia, e, no Sudeste, em São Paulo.

No Ceará concentra três de suas unidades produtivas brasileiras na RMF, sendo duas em Maracanaú (Unidades I : antiga Vicunha Nordeste e Unidade V:antiga Elizabeth Têxtil) e uma em Pacajus (Unidade III).

A Vicunha, com faturamento de 971.498.338,58 e patrimônio de 1.047.857.013,23 é a sétima maior das 50 maiores indústrias do Ceará de 2013; já em 2011 era a quarta entre as 40 maiores indústrias do Ceará.

Em Pacajus, no Ceará, a Vicunha está voltada para setores de fiação e tecelagem.

⁵⁹ Ver mais sobre outras aquisições da Vicunha e a Finobrasa que passou a ser a unidade IV em 1998, depois do processo de reestruturação produtiva do Grupo Vicunha iniciado no final dos anos de 1990, incorporando em uma única indústria todas as suas unidades industriais, em : ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **O Fiar e o Tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará / (coord.) [et. al.].** Fortaleza: SINDITÊXTIL / FIEC, 2002.



Esta unidade de Pacajus (Pacajus Têxtil S.A.) funciona desde 1999, tendo sido garantido para sua instalação, pelo Governo do Estado do Ceará, um terreno de cerca de 500 mil metros quadrados de área, além de toda a infraestrutura.

Procurando destacar-se no mercado, possui expressivo parque industrial e investe em tecnologia de ponta com máquinas oriundas da Suíça e Alemanha. A matéria-prima é procedente do Ceará, Piauí, Mato Grosso, Minas Gerais e importada dos Estados Unidos e China. O algodão que chega em fardos brutos é encaminhado para o primeiro setor que é o Depósito de Matéria Prima(DMP), de onde é retirada uma amostra e levada para análise a fim de medir as características do algodão. Logo depois ele entra no processo de limpeza. Todo algodão que chega é mesclado(para deixá-lo uniforme), depois o algodão é encaminhado para o Setor de Abertura. Em seguida é levado a uma máquina que tem a finalidade de transformá-lo em fios, processo este denominado fiação.

Há um entrelaçamento da fibra com o fio natural em uma velocidade de rotação de 7.500 vezes por minuto, para ser transformado em material sintético. No tingimento dos fios são utilizados vários produtos químicos, dentre eles 50% de soda cáustica. O tecido recebe um banho de soda cáustica para dar brilho e em seguida é lavado para alcançar o PH - padrão que é de 5, para dar mais resistência; na sequência, recebe amaciante, a fibra passa por várias caixas de tintas a uma temperatura de 80 graus Celsius para que haja uma dilatação e o fio consiga melhor absorver a tinta, depois passa por mais três caixas somente com água para sua lavagem, para testar se a tinta está fixa. No processo de engomagem, é acrescentada uma goma pastosa para dar resistência ao tecido que vai para o setor de tecelagem. Na tecelagem, ocorre o entrelaçamento dos fios para originar o tecido, alcançando uma produção diária de

cerca de 90 mil metros de tecido. O quantitativo a ser produzido é de acordo com a demanda do mercado. A produção em sua maior parte é mecanizada e descentralizada entre as unidades dispersas espacialmente.

Leva-se uma amostra do tecido para o laboratório, onde é feito um teste para verificar se está dentro dos padrões de qualidade. Antes disso, já passou pelo RTA(Revisão de Tecidos) onde é verificada a flexibilidade e se há irregularidade/falha no tecido para posteriormente ser levado para o DPA (Deposito de Produção Acabado), onde permanece no máximo 20 dias até ser expedido.

A Pacajus Têxtil S.A possui 4 turnos(A,B, C e comercial), funcionando 24 horas por dia, com aproximadamente 1.000 funcionários de segunda a segunda, que tem o direito a folga a cada cinco dias de trabalho. A maioria dos trabalhadores é do sexo masculino, por conta de certas funções que exigem mais da sua força braçal. Por empregar várias pessoas do município, esta indústria interfere no crescimento econômico local. Embora os trabalhadores sejam em sua maior parte de Pacajus, para estes e para os que residem nos municípios adjacentes, a Vicunha disponibiliza o transporte.



Atualmente seus maiores concorrentes são: a Santana Têxtil, a TBM(Têxtil Bezerra de Menezes), a Contex e os chineses. No mercado interno, produz para marcas conhecidas como: Calvin Klein, Dona Florinda, Zoomp, Famel, Cavaleira, que se utilizam dos tecidos produzidos pela Vicunha para fabricação de suas peças.

Para superar a concorrência e continuar alcançando suas metas, a Vicunha investe em inovações tecnológicas,

[...]já que, no mundo de rápidas mudanças de gostos e necessidades e de sistemas de produção flexível[...], o conhecimento da última técnica, do mais novo produto, da mais recente descoberta científica implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. (HARVEY, 1993: 151).

A produção têxtil vem criando uma situação paradoxal, pois, enquanto o processo de reestruturação traz a demissão de trabalhadores, por outro lado, o aumento de unidades industriais instaladas no Estado proporciona novos empregos.

Acompanhamos todo o processo produtivo, iniciando com o teste da matéria-prima até o algodão ser transformado em fio. Pudemos perceber que grande parte do trabalho é mecanizado, tendo apenas alguns funcionários para manuseio da maquinaria, ou seja, para verificar se irá ter algum problema com a máquina. A primeira máquina pela qual o algodão passa é a do processo de "rasgamento", o segundo processo é o de fiação, que é a transformação da fibra do algodão em fios. As máquinas desses dois processos são importadas da Alemanha; e o terceiro processo é a tecelagem, em que os fios são transformados em tecido. As máquinas deste processo são importadas da Suíça. Depois da fiação e tecelagem, os tecidos são tingidos e passados por máquinas de engomar. No Setor de Abertura, apenas um funcionário é necessário, que é o empilhador. A outra etapa é juntar esse fio com poliéster. Neste setor, quase todo o trabalho é feito pelas máquinas, só necessitando de um funcionário para realizar a troca de rolos de fios de dentro da máquina quando este acabar. Em todos esses processos, predomina a mão de obra masculina. O trabalho feminino é na parte administrativa e no setor de verificação do tecido.

Existe a preocupação em oferecer produto de qualidade com análises realizadas no laboratório da própria indústria, como também a capacitação de funcionários para exercerem funções específicas.

Com o aumento da concorrência e a maior exigência de qualidade por parte do consumidor, as indústrias tiveram que se adaptar a esta nova realidade no mercado, passando a utilizar métodos e tecnologias com o intuito de reduzir custos de produção, com um diminuto número de trabalhadores dos quais são exigidos maior produção em menos tempo.

Se antes as indústrias produziam em massa, gerando excedentes, hoje, em decorrência da flexibilização produtiva, fabricam conforme a demanda, como foi observado nesta unidade da Vicunha Pacajus, que produz para suprir as necessidades de um mercado em constante modificação.

Subcontratações, empregos temporários, serviços extras e mecanização de muitos setores de produção constituem outras características marcantes deste período, posto por David Harvey como o período da "acumulação flexível".

Percebemos durante a visita a preocupação no uso dos equipamentos de proteção individual: todos os funcionários usavam máscara e protetor auricular.

Segundo informações durante a visita guiada às Unidades da Vicunha Têxtil, operam seguindo o Sistema Gestão Ambiental (SGA), que têm como princípio fundamental a preservação do meio ambiente. Possui programas como o de reuso da água e o PEA (Programa de Educação Ambiental) que objetiva a conscientização dos trabalhadores por meio de programas como o 3R's (Redução, Reutilização e Reciclagem). A Vicunha possui certificações ISO 90001 e ISO 14001. Além destas certificações, detém o Selo Verde Oeko-Tex, um reconhecimento internacional que atesta a excelência da companhia no que diz respeito aos produtos índigo e brim, por não oferecerem prejuízo à saúde e ao meio ambiente.

Dentre os programas sociais que a Vicunha desenvolve nas comunidades nas quais se insere, está o Projeto Pescar, no qual a indústria abre espaço para formação pessoal e profissional de adolescentes de baixa renda e o Programa VIR (Vicunha Inclusão Responsável) que visa à inclusão social de pessoas com deficiência e cria condições de trabalho em diversos setores da Vicunha, oferecendo oportunidades de eliminação de barreiras e superação de dificuldades. Há também o programa Jovem Aprendiz, que visa a qualificar jovens, possibilitando uma formação técnico-profissional e facilitando sua entrada no mercado de trabalho.

Através do *site* da vicunha, é possível ver o perfil que é exigido pelo trabalhador no mercado de trabalho atual: "Se você possui características como dinamismo, criatividade e inovação, venha fazer parte desse time!"⁶⁰

Com o *slogan* de formar novos talentos, há a chamada para contratação de estagiários universitários ou recém-formados com potencial para ocuparem posições estratégicas por meio do programa Treinne, cujo foco central é o aprendizado do estagiário, para que ele conheça e vivencie a realidade dentro de uma organização, o qual participará de treinamentos técnicos e comportamentais, visando a se inserir nos princípios e valores que garantem a evolução do negócio.

Ante o exposto, podemos afirmar que a maioria das indústrias visitadas possui programas de redução de acidentes de trabalho. Mesmo assim, em algumas, os trabalhadores foram visto sem os EPIs, sem nenhum tipo de proteção (nem máscara, nem calçados adequados, nem protetores auriculares, sem óculos) totalmente vulneráveis.

⁶⁰ (www.vicunha.com.br)

Algumas indústrias visitadas possuíam vínculo com transnacionais, o que reflete o contexto atual onde indústrias de outros países ganham espaço, funcionários e mercado consumidor em nosso território.

As indústrias que ficam às margens das rodovias têm facilidade no escoamento da produção e, mesmo as que não estão nesta condição, mas estão nos municípios da RMF, usufruem do tráfego menos denso do que na Capital, reduzindo os atrasos dos funcionários.

Além de conjuntos habitacionais, espaços de lazer, como churrasquias, bares, pizzarias etc, são atraídos para próximo das indústrias instaladas.

A hierarquia de cargos reflete a função desempenhada na indústria-sede e nas filiais, pois os trabalhadores que ocupam os cargos mais baixos são os operadores de máquinas, zeladores; e os que irão executar trabalhos manuais e repetitivos, geralmente, são da cidade onde a filial se instala. Já os de maior cargo são da Matriz ou da capital mais próxima. As sedes administrativas das indústrias visitadas, geralmente, são do Sul e Sudeste e somente a parte da produção, que requer mais mão de obra, vem para a RMF.

Em nenhuma das indústrias, tivemos a oportunidade de fazer entrevista com os trabalhadores dentro do local de trabalho.

Na maioria das indústrias visitadas o discurso quando se trata de meio ambiente não condiz com a prática, uma vez que foi possível perceber que o esgoto industrial era jogado diretamente em córregos que passavam no espaço ocupado, além da utilização de recursos hídricos naturais para deposição de fluidos do processo industrial, sem falar que em algumas foi retirada a vegetação nativa para instalação da parte física da indústria, além de mudança no curso de um rio que passava pelo terreno onde a indústria foi instalada. Vale lembrar que, na entrada da maioria das indústrias, há uma placa de licença ambiental da SEMACE (Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará), algumas vencidas, outras a vencer.

Além da mão de obra, outro fator de atração que justifica a vinda de grandes indústrias para o Ceará, que se repete nas falas dos entrevistados, é a política de incentivos fiscais do Estado.

Na maioria, também há um *outdoor* indicando que a unidade recebe benefício fiscal do Governo Estadual. – Redução do IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), uma espécie de “propaganda” da política industrial do Estado, sendo um atrativo para outras indústrias que queiram vir a se alocar neste espaço.

A pesquisa permitiu esta caracterização do Estado, e da RMF em particular, como polo têxtil e confeccionista, conhecendo um pouco das indústrias têxteis e de confecção, já

que em virtude da imbricação destes setores, não podíamos negligenciar tal análise. Esta caracterização maior nos permitiu compreender a dinâmica e inter-relações da indústria no espaço urbano, bem como sua heterogeneidade com a existência de indústrias de diversos tamanhos e formas de atuação, tanto de capital local como distante, de maquinaria moderna ou não, com fluxos da produção que acompanham as demandas do mercado, especialização em determinados nichos de mercado e diferenciado quantitativo de trabalhadores. Ademais, a diversidade e especificidade do ramo têxtil e suas consequências socioespaciais requerem uma análise particular.

Como centramos nosso estudo na Indústria Têxtil em sua 4ª Fase, diante do contexto de reestruturação produtiva e espacial, analisaremos de modo mais detalhado o impacto da reestruturação na indústria têxtil em suas diferentes dimensões, notadamente no espaço urbano, no capítulo 5, por meio do estudo de caso na Indústria Unitêxtil. Mesmo que esta escolha já tenha sido justificada, não custa lembrar, o fato de a Unitêxtil ser a única das indústrias têxteis que, estando em sua quarta geração, passou pelo processo de reestruturação produtiva, tendo uma história já consolidada antes deste, além de ter ligação com o espaço e história local, sendo também de capital local, com vínculo com a economia cearense e causou ao longo do tempo transformações socioespaciais notáveis, não só na cidade onde se originou como também onde permanece e onde mantém relações comerciais por meio do espaço da circulação de seu produto final e compra de matérias-primas, como veremos adiante.

5 TECENDO MEMÓRIAS E MUDANÇAS: DE SANTA TEREZA A UNITÊXTIL

Antes de analisarmos as relações entre espaço e indústria diante do desenvolvimento capitalista⁵⁰ por meio do estudo de caso da Unitêxtil, necessário se faz seu resgate histórico para entender os diferentes contextos que impulsionaram inúmeras mudanças e as relações socioespaciais construídas ao longo do tempo até chegar nos dias atuais.

Consoante Abreu(2011), um dos problemas no Brasil é a exacerbada ênfase na abordagem do presente, definido pelo autor como a “ditadura do presente”, que vem sendo superada. A proximidade com a história, que no início do século XX era bem maior, se faz necessária no resgate da periodização espacial. Não se trata de reconstituir o passado tal qual este aconteceu, “visto que o passado no processo de interpretação é inexato”. Ademais, "entender a indústria enquanto unidade produtiva requer entender o modo pelo qual a sociedade produz, num determinado momento histórico" (CARLOS, 1988). Daí a necessidade de entender o presente como um processo, numa análise, mesmo que sucinta, mas que integre o processo social, forma e função espacial, levando em conta o contexto maior para os padrões de cada época, ou seja, as transformações socioespaciais e as temporalidades.

É preciso evidenciar, então, que a firma Popular Aracatyense, que depois veio a se tornar indústria Santa Thereza, teve relevante importância na economia cearense e aracatiense, em particular, com suas atividades voltadas às potencialidades locais, notadamente ao beneficiamento do algodão.

[...]a economia aracatiense se tornou mais dinâmica, sobretudo em razão dos 110 empregos gerados, passando a ser considerada a fábrica que mais empregava na região. Por outro lado, a Popular Aracatyente abastecia os mercados das regiões Norte e Nordeste, especialmente os Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Pará. A matéria-prima era proveniente de Jaguaribe, Limoeiro do Norte, União (hoje Jaguaruana) e Alto Jaguaribe, grandes centros produtores de algodão no Ceará.(ARAGÃO, 2002: 150).

Como sabemos, a pecuária e o algodão, constituindo o binômio gado-algodão, foram atividades econômicas que se destacaram em escala regional.

Conforme Souza(1974, apud Dantas, 2006), Aracati obteve um papel privilegiado na rede urbana, tornando-se o principal centro comercial do Ceará no século XVIII. Isto decorreu da ocupação do interior do Estado com a implantação das fazendas para a criação de gado e instalação de pequenas indústrias de produção de carne seca. Neste período, Fortaleza

⁵⁰ Segundo Santos(1979:14), "Modo de produção, formação social, espaço – essas três categorias são interdependentes. Todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) são histórica e espacialmente determinadas num movimento de conjuntos, e isto através de uma formação social."

ocupava função predominantemente militar (GIRÃO, 1975), pois se tratava de uma pequena aglomeração, com comércio e porto de pouca importância.

[...] estando a província sob o domínio da pecuária e sob a dependência comercial de Pernambuco, a vila de Aracati⁵¹ desempenhara o papel de principal polo comercial. Situada próximo à foz do rio Jaguaribe, centro por excelência das charqueadas, a vila servia como intermediária nas trocas mercantis com a praça de Recife. A ela articulada, encontrava-se a vila de Icó, que, localizada no alto sertão, às margens do mesmo rio, drenava toda a produção da região do Jaguaribe. (TAKEIA, 1995:96).

Já no final do século XVIII, o cultivo do algodão começou a despontar como importante atividade econômica. O algodão nordestino veio substituir a produção algodoeira americana, principal abastecedora de *cotton*, para as indústrias têxteis inglesas. A paralisação da produção do algodão dos Estados Unidos se deveu à Guerra de Secessão (1860-1865), entre o sul e o norte dos Estados Unidos. Durante o período dessa guerra, que abriu o mercado mundial para a produção cearense, o algodão substituiu o charque em importância econômica. Algodão e gado, todavia, não se colocavam como atividades excludentes, pelo contrário, passaram a ser o binômio determinante no desenvolvimento da região.

Com a introdução da cultura algodoeira no Ceará – no momento da Guerra Civil americana, que impediu os Estados Unidos da América de atender a demanda europeia -, este quadro se reverte à favor de Fortaleza, adquirindo seu porto uma importância fundamental no estabelecimento de relações hierárquicas entre esta cidade e os demais municípios cearenses. (DANTAS, 2006: 271).

Em meados do século XIX, o algodão passou a ser o principal produto de exportação, sendo notória a importância que teve seu cultivo e beneficiamento para o destaque de cidades cearenses.

Como ensina Girão (2000: 223), “as principais regiões produtoras do algodão eram os distritos de Fortaleza e Aracati e as serras de Baturité, Uruburetama, Meruoca, Pereiro e Aratanha”.

O desenvolvimento da lavoura algodoeira e a colocação desse produto no mercado internacional provocaram a projeção de Fortaleza como centro urbano. Pouco a pouco, a capital cearense foi adquirindo destaque entre as cidades do Estado e, posteriormente, entre as cidades brasileiras (SILVA, 2002: 229).

Alguns acontecimentos contribuíram para que, a partir da segunda metade do século XIX, Fortaleza se tornasse o polo econômico-social do Ceará, ao passo que as outras vilas ficaram com suas economias comprometidas, isto, dentre outras coisas, em razão dos

⁵¹ “Era, de fato, o Aracati o ponto obrigatório do comércio com Pernambuco; por ele saíam a maior parte dos gêneros de exportação e entravam os artigos de importação com que se supriam as ribeiras do Jaguaribe, do Icó, o Crato e o Inhamus, através do centro de distribuição que era a vila do Icó [...]. Mais tarde, fazendo intercâmbio diretos e por terra com Recife e Campina Grande, transformar-se-ia num empório comercial de primeira grandeza” (GIRÃO, R. **História Econômica do Ceará**. 2000).

investimentos realizados, em particular, no porto de Fortaleza, e também com a construção de uma via férrea:

As melhorias que se seguiram em seu porto, a implantação da estrada de ferro Fortaleza-Baturité (1873) e a multiplicação de firmas estrangeiras concorreram para esse inédito crescimento comercial e para a constituição da cidade enquanto mercado de trabalho urbano. (PONTES, 1999:14).

No lugar do porto de Aracati, que no passado estava ligado ao couro e ao charque, o porto⁵² de Fortaleza foi escolhido como local de exportação.

Conforme Silva(2013) “A construção da Estrada de Ferro de Baturité e a conexão do trem com o porto marcam o período da economia calcada no cultivo do algodão num contexto muito favorável ao Ceará e a Fortaleza. A cidade abre-se ao mundo e amplia sua relação com o sertão”. (ANUÁRIO DE FORTALEZA. *Conhecendo Fortaleza*. 2012-2013).

A construção da primeira linha férrea, Baturité-Fortaleza, e a abertura de estradas(a implantação de um sistema viário) interligando a Capital com o restante do Estado, fazia convergir para a mesma praticamente toda a produção estadual (CRUZ, 2002).

A cidade de Aracati, além de perder a função de centro urbano do Ceará para Fortaleza e Sobral, também perdeu para outras cidades do vale do Jaguaribe. Como informa Silva (2002: 227-228), no segundo caso, esta perda se deu em consequência da exploração da carnaúba para extração de cera e outros aproveitamentos, o que provocou a interiorização de funções urbanas para Russas e Limoeiro do Norte, em detrimento de Aracati."Fortaleza obtém um papel privilegiado nesta rede urbana, transformando-se, com a concentração da produção algodoeira para exportação e das primeiras indústrias têxteis, no principal centro urbano do Ceará e cujo devenir está umbilicalmente ligado ao Sertão."(DANTAS, 2006, 271).

Quanto ao beneficiamento do algodão e à importância de Fortaleza no espaço cearense, como espaço da produção industrial têxtil, pudemos constatar no capítulo 2 (Quadro 1) as seis indústrias do primeiro período em que somente uma, a Fábrica Progresso, foi fundada na década de 1980 e duas outras se instalam fora da capital: a Fábrica Santa Thereza que em 1893 foi fundada em Aracati e a Fábrica de Tecidos Sobral que se instalou em Sobral em 1895.

Na expressão de Elizabeth Aragão (1989:20),

[...]a Indústria têxtil no Ceará, considerando exclusivamente o Setor de Fiação e Tecelagem, se instala a partir da década de 80 do século passado, percorrendo um período de efervescência que se prolonga até 1930, o qual permanece substancialmente inalterado até os meados de 1950. De 1930 a 1940 ela vive

⁵² "A Ponte Metálica, na avenida Tamandaré, seria o porto oficial da cidade até a década de 1950 quando a função foi transferida para o Mucuripe, lugar cuja profundidade permitia que se atracassem barcos de maior porte." (ANUÁRIO DE FORTALEZA. *Conhecendo Fortaleza*. 2012-2013).

momentos de fraco crescimento-estagnação e a partir de 1939 é revitalizada com a explosão da Segunda Guerra Mundial parando gradualmente na década de 1950.

Dentre as indústrias existentes até 1945, Aragão (2002) explicita.

Quadro 10 - Indústrias Têxteis existentes até 1945

Indústrias	Data da Fundação	Localização
Fábrica Progresso	1882	Fortaleza
Cia. Fabril de Tecidos União Com.	1891	Fortaleza
Cia. Fabril Cearense de Meias	1891	Fortaleza
Fábrica Ceará Industrial	1894	Fortaleza
Fábrica Santa Thereza	1893	Aracati
Fábrica Sobral	1895	Sobral
Fábrica Santa Elisa	1904	Fortaleza
Usina Gurgel	1916	Fortaleza
Fábrica Santa Maria	1918	Fortaleza
Fábrica Maranguape	1924	Fortaleza
Fábrica Santo Antônio	1925	Fortaleza
Fábrica São Luís	1925	Fortaleza
Fábrica São José	1926	Fortaleza
Fábrica Baturité	1927	Fortaleza
Fábrica Santa Cecília	1945	Fortaleza

Fonte: ARAGÃO, 2002:76 adaptado por Muniz(2014)

Pelos dados deste quadro, percebemos o impulso à instalação de indústrias têxteis em inúmeros municípios cearenses, como Sobral, Aracati e, notadamente, Fortaleza.

Com o aproveitamento industrial do algodão, através de indústrias de tecidos em Fortaleza, inicia-se o período fabril cearense e a capital, além de exercer o papel de grande centro coletor e beneficiador de produtos primários, torna-se aos poucos centro de transformação da produção primária.(SILVA, 1994: 87).

Em razão do beneficiamento do algodão pelas indústrias têxteis, conforme Cruz (2002), observa-se, então, um novo sistema técnico (armazéns, teares, fábrica de beneficiamento) e novas relações de trabalho.

A tecnologia utilizada no beneficiamento do algodão no primeiro momento se deu de modo mais artesanal (plantio, colheita e descaroçamento), na fazenda. Posteriormente, o algodão atingiu, de fato, a maquinização (a usina) e se especializou na cidade. A cada subperíodo, que se estende desde os fins do século XVII, a cotonicultura foi se moldando, com base em um conjunto de técnicas e de uma interessante solidariedade organizacional. O

sistema de engenharia, aí predominante, revela certa variedade de máquinas e de funções que se complementam para denotar um novo período regido por um produto que, mesmo já cultivado pelos nativos, só ganha notoriedade quando, no século XVII, se espacializa, de fato, nas fazendas e reproduz um processo que engendra um novo sistema técnico que opera a cada momento novas geografias e novas cartografias e, a partir do século XIX, chega definitivamente às cidades.

Na fazenda, prevaleceu a descaroçagem, onde o trabalho manual foi aos poucos sendo substituído pelos descaroçadores (o engenho de madeira acionado com o pé, um outro tipo movido à energia animal – bois ou cavalos – a máquina de dois cilindros, a bolandeira e, enfim, o descaroçador de serras ou locomóvel).

Este uso do espaço pelos “senhores do algodão” explica-se pela relação do mundo com o lugar, pois, segundo Takeya (1995), são os problemas conjunturais ocorridos nos Estados Unidos da América que alavancam a cotonicultura e todo seu aparato técnico.

Sabemos que não foram somente as crises internas dos Estados Unidos, mas também o fato de que a região Nordeste produzia na época um algodão diferenciado conhecido como “algodão mocó”, de fibra longa, que servia mais eficazmente ao setor produtivo nacional e internacional.

O espaço rural, mais uma vez, como no período da pecuária, serviu de primeiro lastro, para que o sistema técnico do algodão aportasse, mais tarde, aos espaços urbanos, pois a evolução de todo o processo perfaz uma marcha que tem como ponto de partida o descaroçamento/fiação no interior das fazendas e como “território do avanço” as cidades, como é o caso do Aracati com suas usinas de beneficiamento.

Após uma longa fase como atividade rural, o algodão ganhou espacialidade no urbano aracatiense.

Cabe aqui atentar para a intervenção pela técnica, da relação deste espaço urbano tecnificado com espaços externos (nacional e mundial). O modo como as usinas desenharam uma nova cartografia, pautada por uma solidariedade organizacional traçada com origem na cotonicultura que incrementa antes as áreas rurais, para depois incrementar a cidade, a sua economia e, conseqüentemente, a sua urbanidade. As crises, no principal país da América Anglo-Saxônica, alavancam uma relação mundo-lugar-mundo, que faz o Ceará e especificamente a cidade de Aracati, e posteriormente, Fortaleza ocupar posição de destaque. “Já que a técnica é também social, pode-se lembrar que sistemas de objetos e sistemas de ações em conjunto constituem sistemas técnicos, cuja sucessão nos dá a história do espaço geográfico.” (SANTOS, 2008:332).

A verticalidade⁵³ imposta pelo cenário externo, seguida de uma horizontalidade que demanda de tais externalidades, perfaz um contexto que revela a importância das indústrias na expansão urbana aracatiense.

Na informação de Sousa (1922:21), a cidade de Aracati era “relativamente comercial e industrial, possuindo importante fábrica de tecidos crus”.

No ano de 1893 foi fundada a indústria têxtil Santa Thereza, em Aracati, com a denominação de Companhia Popular Aracatyense.

Insatisfeitos com a perda de posição de grande centro econômico, os grupos mais abastados aracatienses, representados por proprietários de terra, farmacêuticos, comerciantes, criadores de gado, ainda que com ideologias políticas díspares, se articularam em torno de um projeto comum: a criação de uma indústria têxtil. Nascia assim a Indústria Santa Tereza. (ARAGÃO, 2002: 149).

Inserida no centro urbano aracatiense, conforme Virgínio e Mota (2010:9), a sede da Fábrica Santa Tereza situava-se na Rua do Piolho, depois Rua do Rosário (hoje Coronel Pompeu), no Nº. 58. O Armazém (Almoxarifado) funcionava aos fundos, na Rua Cel. Alexandrino e para os trabalhadores foram construídas três vilas operárias, todas próximas à fábrica.

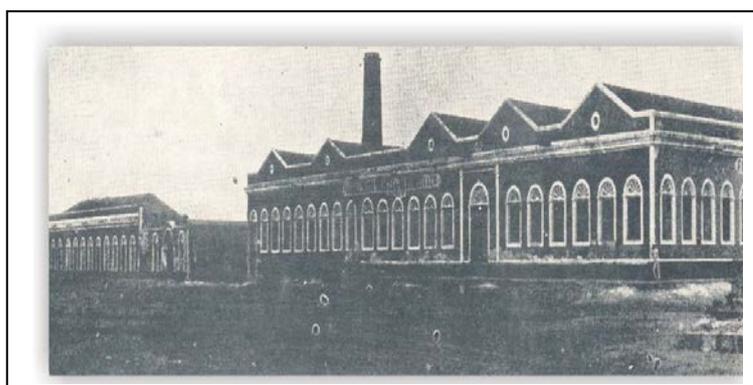


Foto 34: Antiga Fábrica Santa Thereza. Fonte: SOUSA, Eusébio. Álbum do Jaguaribe. Belém: Gráfica Amazônia, 1922.

⁵³ Por verticalidades, entendemos as ações que vêm do externo e se utilizam das benesses locais em espaços específicos, despertam o investimento nacional e internacional. Santos faz uma correlação das horizontalidades e verticalidades: "De um lado, há extensões formadas de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as horizontalidades. De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as verticalidades". (SANTOS, 2008: 284).

Conforme Barbosa (2004: 117),

A população pobre era enterrada no local denominado de “Casa da Misericórdia” e situava-se onde foi construída a fábrica Santa Tereza. Quando foram construir a fábrica (no século XIX) encontraram restos (ossadas) dos cadáveres. A frente do cemitério ficava para a atual rua Cel. Pompeu (antiga rua do Rosário) com 50 m de frente; os fundos com 100 m ficava para a atual rua Cel. Alexandrino (antiga Rua Direita).

Virgínio e Mota (2010) relatam bem a saga da família Leite Barbosa, que começa em 1890 quando o Padre Francisco Leite adquiriu uma fábrica completa de fios e tecelagem, mais a estrutura metálica durante sua viagem à Inglaterra, doando-a aos irmãos Miguel e Dr. Leite.

A maior expressão da Economia aracatiense foi a indústria fabril, através das atividades da Fábrica de Fiação & Tecelagem Santa Thereza, sob a denominação de Miguel Leite Barboza & Cia, depois Cottonifício Leite Barbosa S/A; depois, enfim, Unitêxtil. (VIRGÍNIO e MOTA, 2010:9).

Pelo relato de Virgínio e Mota (2010), percebemos as péssimas condições de trabalho, com exploração de trabalho infantil e excedente de horas laborais, diferenciação de ganho quanto ao gênero, além do pagamento atribuído às horas despendidas.

Em 1909 empregava 320 operários e os salários eram diferenciados entre homens, mulheres e menores de idade. Os homens recebiam entre 800 rs e 4000 rs; as mulheres de 700 rs a 1200 rs; os menores de 14, de 200 rs a 400 rs. Estes valores tinham por base a diária de um trabalhador na indústria têxtil. [...] Em 1953 o Salário Mínimo era de Cr\$ 37,40.[...] O horário médio de trabalho era de 16 horas com descanso de 1 hora para o almoço. Não eram remunerados os domingos e feriados. (IBIDEM:10).

A Santa Thereza foi a 4ª. indústria têxtil do Ceará. Com um capital inicial de Cr\$ 360.000, em 1971 atingiu os Cr\$ 36.629.339, produzindo basicamente tecidos crus destinados a sacaria e fios para a fabricação de redes.

O algodão cru ou bruto era trabalhado primeiro pelo batedor, depois ia às cardas; em seguida, à passadeira, juntadeira, binadeira, fiação, noveleiro, maçaroqueiro, espuladeira, urdideira e, enfim, à tecelagem.

No que se refere ao transporte de matéria-prima, este era feito em carros de boi que partiam do Aracati levando sal para retornarem com o precioso algodão de Icó e Limoeiro do Norte (SOUSA, 1922: 40). O algodão herbáceo era adquirido na Zona do Jaguaribe, elevando-se todos os anos o total de suas compras a mais de 1.000 contos.

No que concerne aos aspectos ligados à tecnologia industrial, a indústria Santa Thereza possuía uma máquina a vapor, 40 teares para fazer algodãozinho (tecido de algodão), dez teares para fabricar redes de dormir, entre outras maquinarias. O valor da maquinaria era de 2.000 contos de réis.

Máquina de Tear da Antiga Fábrica Santa Tereza



Foto 35: MUNIZ, Aleksandra.
Visita ao Museu do Aracati. Pesquisa de Campo: Abril 2012

Esta máquina de Tear pertencia à Fábrica Santa Tereza que produzia sacos de panos para o transporte de mercadorias e tecidos para rede. Devido ao nascimento de outros tipos de tecidos, fibras sintéticas, a fábrica faliu na década de 80. (MUSEU DO ARACATI, declaração durante visita guiada)

Para que a produção fosse possível a energia elétrica era fornecida por meio da Usina que situada na R. do Comércio (depois R. das Flores, hoje Cel. Alexanzito). Só em 1971/72, o Prefeito Mário Della Rovere trouxe ao Município a energia de Paulo Afonso.

Contam os ex-operários que havia o Rego do Piche; lá, no cano do qual escorria a borra do óleo utilizado na Fábrica, os cidadãos humildes aparavam-no para assim acenderem as lamparinas (perquéis) para iluminar suas casas. (VIRGÍNIO e MOTA, 2010:11).

Em 1940, havia 252 teares e sua seção de fiação tinha para mais de 7.200 fusos, estando o prédio da indústria com todos os equipamentos orçado em 540:000\$000. A produção diária em 1940 atingiu 10.000m de tecidos.

Em 1945, passando por um processo de expansão, é instalada uma filial em Fortaleza, a Santa Cecília, que, além da fiação, agregou a tecelagem. Posteriormente, com financiamento da SUDENE, o Cottonifício Leite Barbosa abriu mais duas filiais em Fortaleza sob a direção de Audízio Pinheiro: Santa Inês (1967) que mudou o nome para Indústria Politêxtil S/A e a Cia. Têxtil Santa Lúcia (1969), passando a fabricar tecidos mistos de poliéster e algodão e a produzir popelines. Assim, amplia a cadeia têxtil, atuando em todas as etapas do processo, desde a fiação até o acabamento de tecidos, mediante a combinação de fibras sintéticas e de algodão, atendendo as demandas do mercado externo.

Conforme registrado no Anuário do Ceará, 1973, é relevante notar que a Fábrica Santa Thereza, com sede em Aracati, e a Santa Cecília, localizada em Fortaleza, consumiram, em 1955, 1.600 toneladas de algodão em pluma, produzindo mais de

12 milhões de metros de tecidos e ainda cerca de 21 mil unidades de redes, representando 40% da produção de tecido no Ceará. Com isso a empresa conquistou o lugar de maior investimento têxtil no Estado.(ARAGÃO, 2002:151)

A Santa Thereza possuía um patrimônio de 500 teares em 1980 (nesta época a folha de pagamento chegou a 600 operários); consumia, no início da década, por volta de três milhões de quilos de lenha, usada como combustível para alimentar as caldeiras. Sua produção anual era de 60.000 peças e de 2.000 sacos de fio de algodão em novelos.

Na década de 1980, havia alguns teares de tecnologia nipo-brasileira da marca Howa. Esta década também é marcada pela crise do algodão que, segundo alguns historiadores decorreu da falta de incentivo fiscal oficial, bem como em face da introdução dos produtos sintéticos, isso já na década de 1990. Para outros, foi por conta da praga do bicudo, mas, para a maioria dos cotonicultores, tudo ocorreu por causa da crise energética com a consequente baixa na produção e a impossibilidade de atender a demanda dos mercados interno e, essencialmente, externo.

Diante desta conjuntura a Indústria Santa Tereza fecha suas portas. O Movimento Social O Apito Não Pode Parar, liderado pelo líder político peemedebista José Evaldo Silva, o petista Carlos Alberto Nascimento Nogueira (Carlão) e outras importantes lideranças realizaram grandes manifestações nesse sentido. (VIRGÍNIO e MOTA: 2010: 12).

Em Aracati, o último gerente da indústria Santa Thereza foi o Sr. Jarbas. Ainda se encontram na cidade de Aracati o prédio da antiga fábrica têxtil Santa Thereza e a residência dos seus proprietários, testemunhando a inserção de Aracati na economia algodoeira. Nas entrevistas com moradores, pudemos perceber o papel das usinas de beneficiamento de algodão no uso e expansão do espaço urbano de Aracati.

Como a análise do espaço social, conforme Lefebvre (1974: 147)⁵⁴ é “metodologicamente e teoricamente relacionada a três conceitos gerais: forma, estrutura e função”, faz-se mister analisar como o espaço ocupado por esta usina de beneficiamento de algodão, a Fábrica Santa Tereza, que incrementou a cartografia e o modo de vida urbano de Aracati, passou por mudanças de uso e função ao longo do tempo, obedecendo às novas demandas do capital e, conseqüentemente, da sociedade.

Como dizia Santos (1988:88), “todo processo de produção é um processo de criação do espaço”. Sendo assim, com a reestruturação produtiva, o espaço passou a denotar

⁵⁴LEFEBVRE, Henri **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 1974).

outra configuração espacial e o surgimento de novas funcionalidades, isto é, modificou-se tanto a forma como a função espacial.

É neste entendimento que observamos a dinâmica na forma e função das instalações da antiga indústria Santa Thereza, que já foram ocupadas pela Serraria Compescal (Foto 36). Isto se explica em virtude da saída/fechamento das indústrias de beneficiamento do algodão do centro urbano de Aracati, levando as atividades do setor de comércio e serviços a dominar este espaço.



Foto 36: BARBOSA, Edivani. **Aracati (Ce) no período colonial: Espaço e Memória**. Dissertação. UECE, 2004.

Hoje as instalações da Santa Thereza são espaço de comércio (distribuidora de bebidas: Ambev; venda de alimentos: Lojão da Carne) e de festas noturnas: Clube Ferreirão (na foto abaixo é possível visualizar o local de venda de ingressos). Foi possível observar nos três turnos o fluxo de pessoas e os diversos usos do antigo espaço da indústria Santa Tereza.

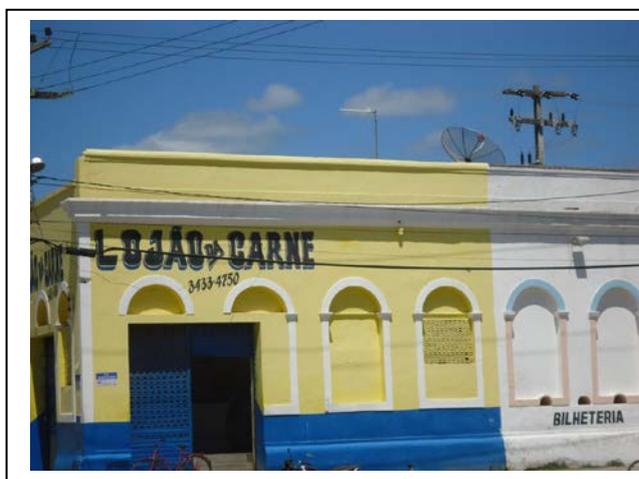


Foto 37: MUNIZ, Alessandra. 26 de Abril de 2012



Foto 38: MUNIZ, Alessandra. 27 de Abril de 2012

Onde é o Ferreirão Clube fazia parte, aí destruíram tudo e se você entrar no prédio vai encontrar restantes da fábrica, mas a fábrica inteira era todo esse quarteirão aqui. [...]Os tecidos iam pra vários Estados, aí houve problemas relacionados à produção de algodão, o Ceará diminui a produção de algodão, houve uma queda na produção na região de Iguatu e com isso levou a indústria a decair.(Ricardo Eugênio, há 15 anos morador de Aracati).

O espaço ocupado pelos antigos proprietários da Indústria Santa Thereza, onde também funcionava o escritório da fábrica, ocupa um lugar de destaque na agenda cultural da cidade de Aracati. Hoje é a Secretaria de Turismo e Cultura e Biblioteca/Sala de cinema da Cidade. Percebemos aqui o espaço “como acumulação desigual de tempos.” (SANTOS, 1980).

Residência e Escritório dos Antigos proprietários da Indústria



Fotos 39 e 40: MUNIZ, Alexsandra. 25 de Abril de 2012, Aracati - Ce

O morador José Ponciano Filho, de 79 anos, presenciou as transformações na cidade ao longo desse meio século, desde que instalou seu comércio no centro de Aracati no ano de 1959.

A Casa Ponciano, aos moldes de um típico comércio do século passado, resiste ao tempo e é testemunha da mudança ocorrida em Aracati desde os tempos em que a fábrica funcionava.



Foto 41 : Fachada da Casa Ponciano



Foto 42: Casa Ponciano

Acerca da fábrica, José Ponciano nos conta que fechou por conta das enchentes e completa: “[...]A fábrica empregava muita gente e funcionava em 3 turnos. Quando a fábrica fechou uns trabalhadores foram pra Fortaleza e outros ficaram aqui e foram indenizados.”

A visita de campo nos instigou ao questionamento acerca das consequências da perda de importância das indústrias de beneficiamento de algodão, notadamente da Indústria Santa Thereza, que movia a economia de Aracati, sobretudo em razão dos empregos gerados, uma vez que "por volta de 1945, já eram mais de 800 empregados, passando a Santa Tereza ser considerada a fábrica que mais empregava na região" (ARAGÃO, 2002). Com a perda de importância das indústrias têxteis para a economia aracatiense, o que impulsiona as transformações socioespaciais e a economia da cidade atualmente?

Durante entrevista realizada em Aracati com jornalista da FM Canoa, ele afirmou: “O que movimenta a economia da cidade é o comércio em primeiro lugar depois o turismo e por fim os recursos provenientes da prefeitura”.

Moradores revelaram que o ex-funcionário da Fábrica Santa Tereza, Expedito Ferreira da Costa, que foi prefeito de Aracati, eleito por duas vezes, tendo sido a última gestão em 2012, é o maior empresário da Cidade, sendo o dono dos maiores empreendimentos, entre os quais estão: Mirante das Gamboas que é um complexo turístico, Ferreirão Club, representante da Distribuidora de Bebidas AMBEV (nascida da fusão entre a Antarctica e a Brahma), FM Canoa, Compescal, alguns barcos de pesca e várias casas alugadas etc.

As entrevistas, observações e demais registros de campo permitiram-nos entender a dinâmica atual do município, onde pudemos perceber a busca de valorização do espaço cultural, bem como o investimento em sistemas de objetos ligados ao lazer como forma de incentivar o turismo.



Foto 43: Patrimônio Histórico e Cultural de Aracati
MUNIZ, Alessandra. 26 abril 2012



Foto 44: Complexo Turístico Mirante das Gamboas:
Propriedade do ex-prefeito de Aracati. MUNIZ,
Alessandra. 26 abril 2012

O espaço urbano de Aracati se encontra em contínua ressignificação. "O novo espaço, valorizado, constitui-se ainda que não exclusivamente, em local para novas formas espaciais abrigando novas funções"(CORRÊA, 2010:151).

O grande empreendimento na cidade são as fazendas de camarões, com destaque para a Compescal com várias unidades espalhadas pela cidade.



Compescal: Propriedade do Ex funcionário da Fábrica Santa Tereza e ex-prefeito de Aracati
Foto 45: MUNIZ, Alexsandra. 26 abril 2012

Mesmo acompanhando a tendência mundial de investimento no setor terciário, observamos em campo que o setor secundário continua como parte importante na economia do município, dada a presença de indústria de alimentos, como a EBBA(Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos que surgiu da fusão entre Dafruta e Maguary) fica na rua Duque de Caxias, no centro da cidade de Aracati. Além desta filial, possui outras em Araguari (MG) e em São Paulo e a parte administrativa e financeira no Recife. A indústria de calçados também se faz presente em Aracati, com a filial da AGABÊ: indústria de calçados, com sua sede em Franca-SP. Outra atividade econômica desenvolvida na cidade são as olarias, sendo no bairro de Campo Verde onde se concentram fábricas de tijolos, telhas, cerâmicas etc. O potencial da planície fluvial favorece o desenvolvimento desta atividade tradicional desenvolvida na cidade, sendo identificadas na paisagem urbana por meio das chaminés das fábricas ceramistas.

Como sabemos, além de horizontalidades e verticalidades, o espaço demanda para seu funcionamento fluidez. "O território usado envolve objetos e ações, portanto, sinônimo de espaço humano, espaço habitado." (SANTOS, 1998). O aeroporto de Aracati só vem confirmar a necessidade de fluxos que requer a dinâmica do tempo presente no município. O Estado como um dos agentes produtores do espaço, procura ofertar todo o aparato tecnológico para que o capital venha a se reproduzir e, como não poderia deixar de ser, procurando

acompanhar o contexto atual de busca por energias renováveis limpas e de menor custo, verificamos a presença de sistemas técnicos voltados à geração de energia eólica no município de Aracati.



Fotos 46 e 47: Sistemas de objetos geradores de energia. MUNIZ, Alexandra
Pesquisa de Campo: 26 abril 2012

Investimentos são feitos na constituição de um novo cenário de valorização espacial. Percebemos como o espaço evoluiu de um conjunto de fixos e fluxos para "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente..." (SANTOS, 1988, 1996).

Em meio a toda esta dinâmica do atual período, a Indústria Santa Thereza continua presente na memória dos aracatienses e, ao contrário do que pensávamos *a priori*, depois que a indústria Santa Thereza entrou oficialmente em falência em 1987, não foi transferida para Fortaleza com outro nome, a Unitêxtil, uma vez que a fundação da Unitêxtil ainda é nos anos 70, ocorrendo em 1973. O que aconteceu foi a fundição de todas as demais unidades em uma. Observamos, assim, um processo de dispersão da produção do restante do Estado para capital, para em momento posterior se concentrar nesta.

Pelo exposto, podemos afirmar que, embora Aracati hoje não seja mais lembrado como o lugar da produção voltada ao beneficiamento da matéria-prima algodão, como parte da microregião do baixo Jaguaribe, este destaque se encontra no município de Jaguaruana.

5.1 Da produção de Fios e Tecidos à Produção de Redes

Jaguaruana está localizada na parte leste do Estado do Ceará, a 180 km de Fortaleza, com uma área de 966 km², onde vive, segundo dados do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística - IBGE (2010), uma população de 32.236hab., uma área total de 867,562 km² e densidade demográfica de 38,05 hab./Km².

A cidade de Jaguaruana se apresenta como importante ponto de produção e comercialização de fios de algodão, fios coloridos, haja vista o amplo mercado consumidor voltado a produção de redes. "Jaguaruana é a terra da rede de dormir", isto é o que está estampado nas placas logo na entrada da cidade.

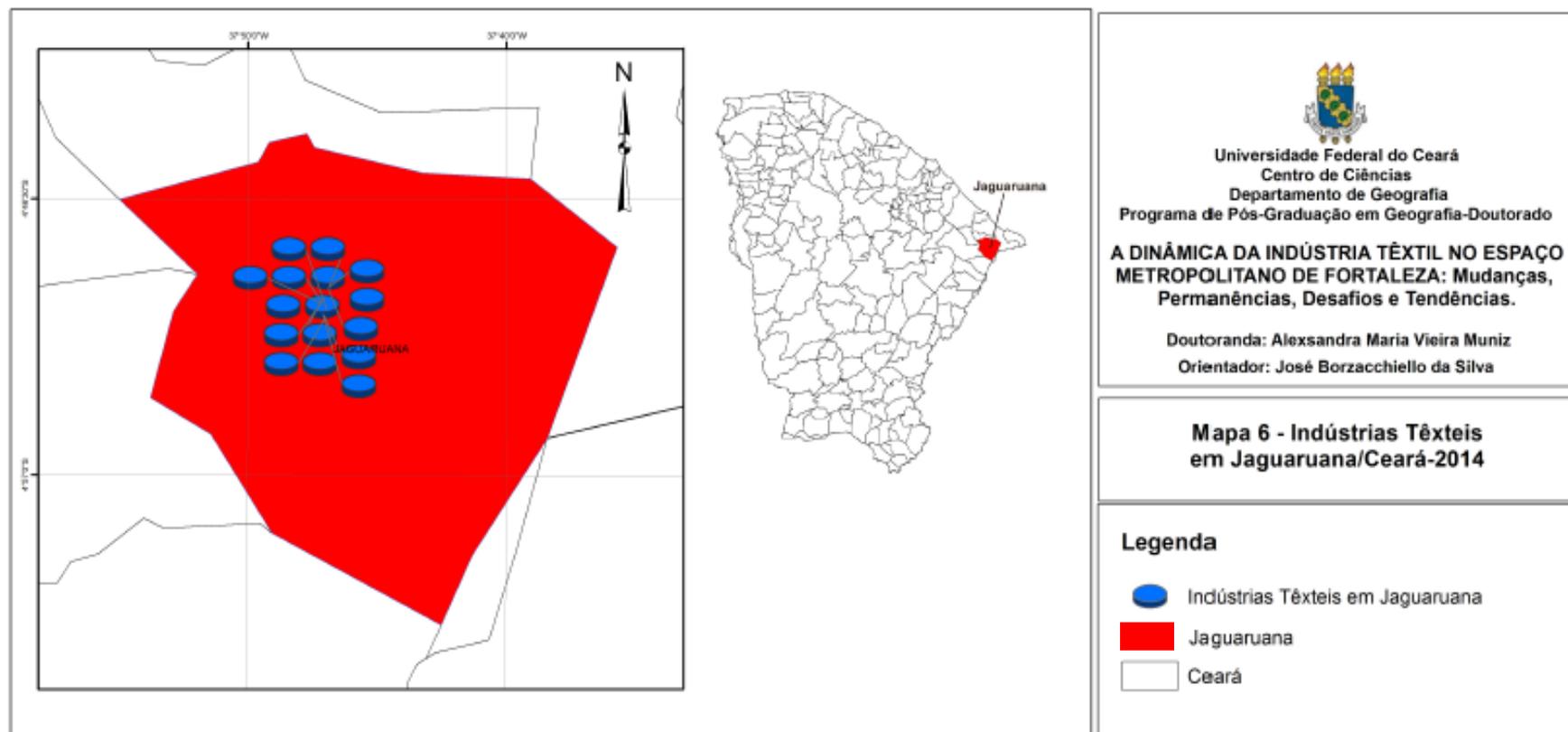
Jaguaruana é conhecida como a terra das redes, uma vez que em sua maioria as indústrias ativas

[...] são produtoras de redes de dormir. Apenas mais recentemente, a partir do fim de década de 1980, o município passou a abrigar também empresas produtoras de fios para redes e mantas. Essa nova configuração pode ser atribuída à necessidade de se organizarem na região unidades fabris produtoras das matérias-primas necessárias para a elaboração desses produtos, diminuindo assim os custos totais da produção.(ARAGÃO, 2002: 29).

Os dados estatísticos confirmam a análise em campo, já que no Estado do Ceará o destaque para produção têxtil depois da RMF é o município de Jaguaruana, como podemos ver na Tabela 39(em anexo).

A tabela mostra o destaque da Capital e Maracanaú como parte da RMF no quantitativo industrial têxtil Estadual, bem como um acréscimo de dez estabelecimentos industriais têxteis no município de Jaguaruana na ultima década que, logo após a RMF, se sobressai, notadamente com a produção e compra de fios e tecidos voltados para produção de redes.

No trabalho de campo no município de Jaguaruana e com a ajuda dos dados do GIC(2014), foi possível espacializar as indústrias têxteis ativas (Mapa 6).




Universidade Federal do Ceará
 Centro de Ciências
 Departamento de Geografia
 Programa de Pós-Graduação em Geografia-Doutorado
A DINÂMICA DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO ESPAÇO METROPOLITANO DE FORTALEZA: Mudanças, Permanências, Desafios e Tendências.
 Doutoranda: Alexsandra Maria Vieira Muniz
 Orientador: José Borzacchiello da Silva

Mapa 6 - Indústrias Têxteis em Jaguaruana/Ceará-2014

Legenda

- Indústrias Têxteis em Jaguaruana
- Jaguaruana
- Ceará

INDÚSTRIAS TÊXTEIS
A. A. DE ALMEIDA ME
BARRETO E PINHEIRO INDUSTRIA E COMERCIO TEXTIL LTDA ME
COMERCIO E INDUSTRIA REQUINTE
F. P. DAMASCENO - ME
FABRICA DE REDES ISAAC LTDA
INDUSTRIA DE REDES LUCITEX
INDUSTRIA DE REDES SANTA MARIA
JAGUATEXIL JAGUARUANA TEXTIL - LTDA
MARIA ELJANE DA FONSECA-ME
MULTICOR-INDUSTRIA TÊXTIL LTDA
REDES FLÓRIDA
REDES REQUINTE
REQUINTE INDUSTRIA TEXTIL LTDA .
TECEFIOS
USINA SANTANA COM. E IND. LTDA
VALENTE TÊXTIL



Autora: Alexsandra Maria Veira Muniz

PROJEÇÃO UTM	ZONA 24S	SIRGAS 2000	ESCALA: 1:500.000
------------------------	--------------------	-----------------------	-----------------------------

Fonte: Guia Industrial do Ceará(2014)
Elaboração Técnica: F. S. Junior

Fonte: Guia Industrial do Ceará(2014)

As indústrias presentes em Jaguaruana que podem ser visualizadas no mapa 06, além de produzirem o fio que irá ser usado na indústria de redes, muitas também já produzem a rede como produto final. Destas indústrias, as que têm maior representatividade no município seja quanto ao faturamento, seja quanto ao total de empregados, são: Redes Requite, Jaguatêxtil, Multicor e Usina Santana, que foram as indústrias que selecionamos para visita de campo.

O destaque de Jaguaruana na produção têxtil estadual, e o fato de hoje a produção têxtil se concentrar na RMF, notadamente na Capital (levando em conta também o fato de a Unitêxtil estar hoje sediada em Fortaleza e ter surgido quando Aracati tinha toda sua punjança com expansão da Santa Thereza para Fortaleza abrindo filiais que juntas produziam tecidos e redes) e a posterior perda de importância de Aracati frente a Capital cearense, enquanto permanece na mesorregião do Jaguaribe a produção têxtil voltada para produzir redes) nos levou a vários questionamentos: Existiria alguma interrelação da Unitêxtil com a produção industrial têxtil em Jaguaruana? Qual a característica das indústrias têxteis em Jaguaruana? São indústrias modernas ou não? Desta forma, tivemos a necessidade de ir a campo para elucidar melhor estas questões e conhecer quais indústrias estão ativas.

JAGUATÊXTIL

A caminho da Indústria Multicor, tivemos a oportunidade de fazer uma breve parada na Indústria JaguaTêxtil, localizada no município de Jaguaruana desde 1992, produzindo fios destinados à confecção de mantas, redes de dormir, panos de prato e de chão.

Nesta visita, constatamos que um dos proprietários da Jaguatêxtil (Roberto Costa) é o mesmo da Multicor e o sobrinho deste é dono da Redes Requite. Percebe-se o que é característico da fundação de indústrias no Ceará com empreendimento familiar e investimento de capital local na sua constituição.

A Jaguatêxtil possui um faturamento anual que varia até R\$150.000 e conta com a participação de 128 funcionários que se alternam em três turnos de trabalho e são do próprio município. Com uma produção que chega a 150 toneladas de fios por mês, o destino da produção são os Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Dentre as indústrias que fornecem a matéria-prima para a indústria Jaguatêxtil, o proprietário Roberto Costa Filho mencionou o grupo Vicunha e a Têxtil Bezerra de Menezes (TBM).

MULTICOR INDÚSTRIA TÊXTIL



Foto 48: Indústria Multicor em Jaguaruana. Alessandra Muniz.

A Multicor Indústria Têxtil Ltda surgiu no ano de 1998, sendo de propriedade do empresário Roberto Miguel da Rocha Costa, conhecido empreendedor na área de corretagem de algodão e também um dos donos da Jaguatêxtil. A Multicor está localizada em Jaguaruana, a 180 km da cidade de Fortaleza, e possui cerca de 10.000m² de extensão. No espaço onde se instalou, funcionava uma pequena fiação que, após ter sido adquirida pela Multicor, foi ampliada. O mercado de redes foi o principal atrativo para que esta indústria se instalasse, haja vista a visibilidade que a cidade de Jaguaruana possui como polo produtor de redes.

Como incentivo fiscal do Governo do Estado do Ceará, a Multicor recebe isenção de impostos, e outra razão alegada, durante a entrevista com Roberto Costa, para a indústria se alocar em Jaguaruana é o fato de o terreno estar distante da cidade, uma vez que a proximidade poderia acarretar alguns incômodos, como poluição sonora para os moradores locais.

Inicialmente, contava com dois galpões, e apenas um em pleno funcionamento, com o objetivo de abastecer o mercado local e o de São Bento, na Paraíba. Pudemos já aqui perceber como a atividade industrial modifica o espaço, já que, com a sua chegada, traz consigo uma teia de relações em seu entorno. Primeiramente, com a instalação de um prédio ou um galpão, já modifica o espaço. Com o decorrer de seu desenvolvimento, percebe-se sua importância econômica onde se instala, já que gera empregos diretos para trabalhadores de variados níveis de instrução e faixa etária (que podem migrar de seu lugar de origem para residir próximo ao seu local de trabalho) e geralmente ocorre também o estabelecimento de uma relação de mutualidade e certa dependência com outras indústrias mediante a

terceirização de determinadas etapas da produção, propiciando empregos indiretos, e o resultado de sua produção pode ser exportado para diversos outros espaços.

A Multicor possui quase 16 anos de funcionamento e é pioneira no Ceará no trabalho com a reciclagem de fibras têxteis (“trapos”: restos de tecidos) e sua transformação em fios coloridos de algodão do tipo 8/1. O fio produzido expressa qualidade superior pelo fato de esta indústria não utilizar de tingimentos químicos para colorir os fios, mas trabalha com a reciclagem de trapos que chegam selecionados e separados. Essa tecnologia de reciclagem é italiana e evita o desbotamento da cor. Este aspecto confere à Multicor maior qualidade e sortimento de cores, atribuindo mais valor ao produto. Ademais, este procedimento é classificado como ecologicamente sustentável por adotar a reutilização de retalhos não mais utilizáveis em processos produtivos e se aproveitar de todo o resto de materiais perdidos na produção, utilizando-os em caldeiras ou em projetos ainda em teste, no caso da fabricação de tijolos. A fonte de energia da Multicor vem da subestação da Coelce que fica ao lado da fábrica, mas nos horários de pico conta com o uso de geradores.

Mais de 90% da reciclagem importada advém da Alemanha. Terminado o processo de produção, parte do produto final fica no próprio município e 70% seguem para São Bento, na Paraíba, outro polo de fabricação de redes em larga escala.

A Multicor conta com 90 funcionários em razão de ser o processo produtivo bastante mecanizado, em sua maioria homens, moradores de Jaguaruana. Inicialmente, a produção era mais artesanal, porém, hoje é bastante mecanizada e informatizada, reduzindo, inclusive, o número de funcionários necessários no processo produtivo. As carteiras são assinadas e, dentre os benefícios, os trabalhadores têm direito a plano odontológico. Eles trazem sua refeição de casa e geralmente se deslocam de bicicleta ou moto. Alguns são polivalentes, podendo exercer várias funções em diversos setores, pois não há contratação de funcionários temporários nos períodos de aumento da produção. Além disso, operam várias máquinas, concomitantemente, em um mesmo setor. Quando ocorrem acidentes de trabalho, o empregado em questão realiza uma reciclagem e é encaminhado para desenvolver uma nova função. Os pré-requisitos para admissão de trabalhadores são basicamente a indicação e o grau de instrução. Após a inserção na indústria, o trabalhador passa por um treinamento de um mês, realizado pelos funcionários mais experientes, para que possa aprender sua função e se familiarizar com os processos de produção na indústria.

Esta prática onde os trabalhadores exercem diversas funções dentro da indústria e a não contratação de novos trabalhadores em épocas em que a produção aumenta retrata o que Harvey (1993) acentua quanto à atual tendência dos mercados de trabalho em reduzir o

número de trabalhadores e empregar cada vez mais uma força de trabalho que seja facilmente demitida sem custos adicionais, como convém para o empresário. Assim, quando já existe um número fixo de trabalhadores capacitados dentro da indústria, ela faz com que estes desenvolvam diversas funções para que não seja necessária a ampliação do quadro de funcionários.

A Multicor mantém relações comerciais com indústria produtora de sacos plásticos que são utilizados no empacotamento dos fios depois de prontos. Com relação ao processo produtivo, é responsável por toda a etapa da produção, não terceirizando nenhum serviço.

O processo de produção na Multicor se dá nas etapas que estão especificadas abaixo:

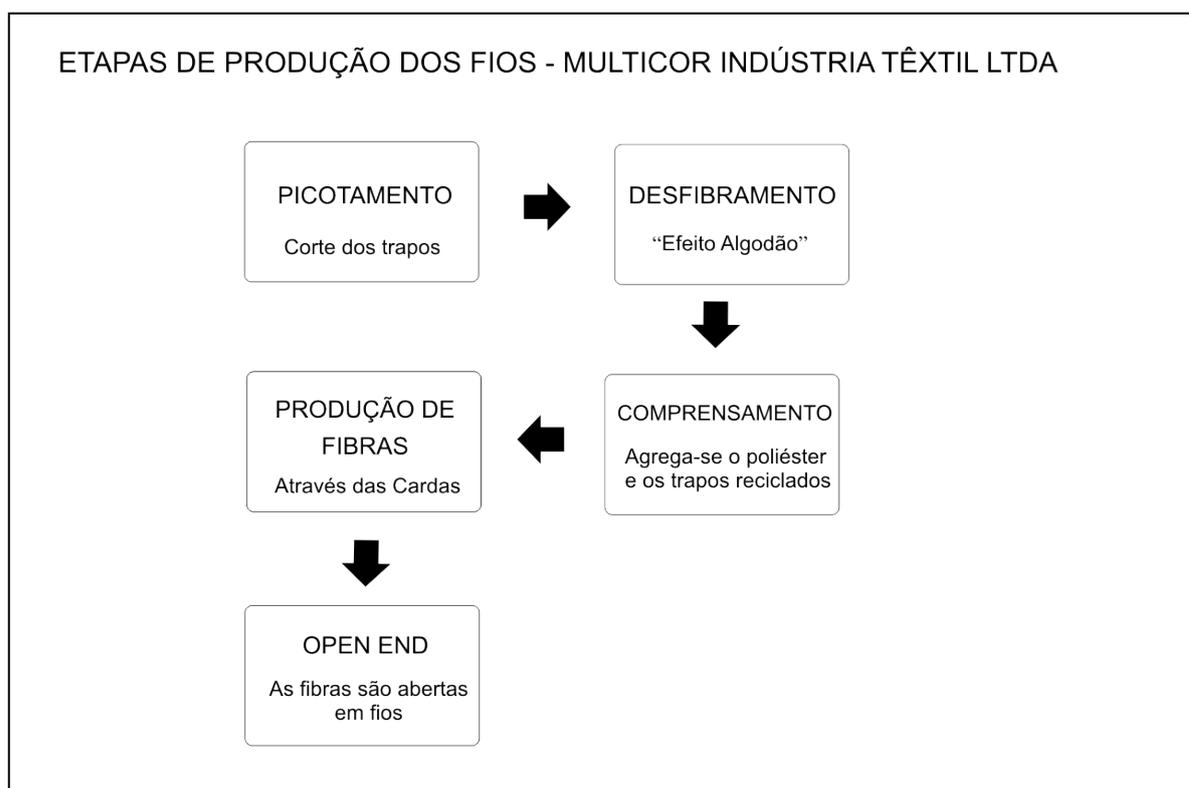


Figura 4: Etapas de produção dos fios – Multicor

Na primeira parte do processo, os trapos passam pelas tesouras para serem picotados em pedaços menores, e em seguida vão para a desfibradora, onde os trapos ganham um “efeito algodão” é o processo de flocação onde é adicionado o poliéster que é o que atua na estática do material para produzir o fio que é refrigerado para obter maior resistência. Depois, esse material é prensado, agregando-se a ele outros trapos de tons da mesma cor.

Após esta etapa, os fardos prensados estão prontos e vão para a etapa de transformação em fios. Desde a etapa inicial até chegar ao produto final este processo demora cerca de 10 horas.

No Setor de Abertura esses fardos são recebidos para a abertura dos fios. Nessa etapa, as máquinas transformam os fardos em fibras menores, e cada vez mais finas até chegar a etapa final, o *Open End*. Nessa parte, o material já está disposto em tiras de fibra que passarão pela carda – máquina responsável por mais uma abertura, dessa vez para a espessura final, onde já são dispostos nos rolos. Para finalizar, ocorre a embalagem por cor e todas as bobinas são reutilizadas.

Após todo o processo, os resíduos restantes da produção são prensados para serem utilizados como briquetes – sem a queima. Os briquetes são utilizados em caldeiras, para gerar calor, como uma espécie de combustível. Assim, a indústria, que já utiliza como matéria-prima um produto reciclado, continua a reaproveitar os resíduos.

Sobre o transporte, seus compradores de fios são responsáveis pelo transporte de suas demandas, salvo alguns casos específicos, em que um caminhão da própria empresa transporta fios e fibras que chegam ao porto do Pecém e geralmente são enviados à Paraíba. A parte de escritório, faturamento e chegada de materiais é toda informatizada e sempre há um técnico responsável pela manutenção e consertos das máquinas, permitindo à indústria um controle maior sobre a maquinaria, sem que haja maiores prejuízos com relação aos serviços de manutenção.

A Multicor produz 250 toneladas de fios por mês e 8,5 toneladas por dia, com aumento destes números geralmente no fim do ano. Desta produção, 70% são comprados por São Bento – PB. O poliéster, uma das matérias-primas utilizadas, é importada da China; mas tem também matéria-prima vinda da Europa, EUA e América Central. O Brasil não possui este tipo de matéria-prima com qualidade, pois não faz a divisão de cores de forma satisfatória. Desta forma, o Ceará é o maior comprador de fibra têxtil do tipo poliéster do Brasil.

Pudemos analisar, após a visita a estas duas indústrias, que, enquanto a Jaguatêxtil mantém relações comerciais com indústrias têxteis locais, a Multicor adquire matéria-prima do exterior para ser utilizada na produção.

USINA SANTANA

A Usina Santana voltada para a fabricação de redes de dormir surgiu em 1950 na cidade de Jaguaruana, com a Fábrica de Redes Sant'ana, nome dado por Raimundo Delfino em homenagem à santa padroeira da cidade de Jaguaruana. Em 1963, foi transferida para o bairro Montese, em Fortaleza. Já em 1978, a fábrica se consolidou como a maior fabricante de redes do Brasil, com uma produção mensal de 36.000 unidades por mês. Em 1980 nasceu a Fiação Santana Têxtil S/A. Após passar a administração para seus filhos, inauguram a Santana Têxtil S/A, em Horizonte e, em 1995, a indústria se verticaliza e adiciona um novo segmento - a tecelagem - passando a produzir tecidos denim. A antiga fábrica do Montese é desativada e o Sr. Raimundo Delfino realiza o sonho de voltar para sua Cidade Natal, retomando a produção de fios de algodão com a Usina Santana, em Jaguaruana.



Foto 49: Fachada da entrada da Indústria Santana evidenciando Incentivos Fiscais.

O algodão, matéria-prima da Usina Santana, é comprado dos Estados Unidos, Argentina e China. A indústria conta com equipamentos de última geração, sendo a maioria de origem alemã.

A produção é toda mecanizada para fabricação de vários produtos desde o algodão, dentre eles a pluma, óleo de semente, ração animal, fiação e tecelagem. Desta forma, a usina produz fios 100% algodão, fornecidos em bobinas e também tecidos utilizados na confecção de artigos de vestuário.



Foto 50: Produção de Fios na Usina Santana



Foto 51: Produção de Tecidos na Usina Santa

É válido ressaltar que todos os componentes do processo produtivo são reaproveitados, o que evita o desperdício e, conseqüentemente, a poluição.

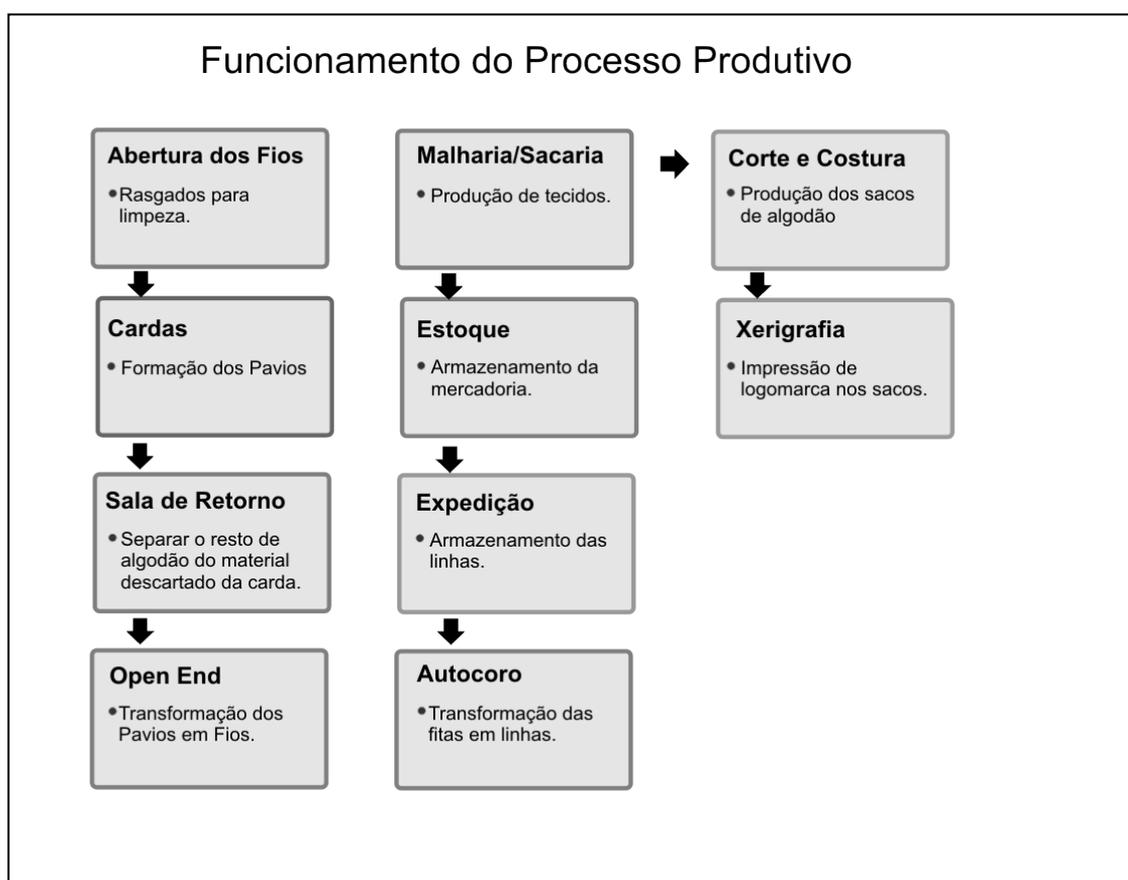


Figura 5 – Produção de Redes na Indústria Requite

Seus principais clientes são: Ubiratan Francisco Franciosi, Cotton Placas LTDA, Santana Têxtil do Brasil (a principal indústria parceira), Tecelagem Cristal, Cooperativa Central de Produtos de Algodão e Alimentos LTDA e para os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo.

Poucos trabalhadores são necessários na operação das máquinas. De um total de 30 trabalhadores, eles são, predominantemente, homens. As mulheres, em sua maioria, são dos setores de corte e costura.



Foto 52: Trabalhadores na costura de sacos da Usina Santana

Os trabalhadores têm direito a atendimento médico e fonoaudiólogo na própria indústria. Quanto à segurança no ambiente de trabalho, a indústria dispõe de uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Todos os funcionários recebem treinamento para casos de acidentes, além de serem vigilantes uns dos outros para prevenção de acidentes. A indústria também dispõe de uma Brigada de Incêndio, uma equipe treinada, pelo Corpo de Bombeiros, para agir em situações de baixo e médio porte para evitar grandes perdas, no caso de incêndios.

Assim como na Multicor, os trabalhadores atuam em vários setores do processo de produção, uma das características do atual processo de flexibilização e de implantação de modernas tecnologias que exigem mais proficiência do trabalhador.

A grande diferença entre a Usina Santana e a Multicor, além da mecanização e o porte superior, são os fios, pois, enquanto a Multicor faz a reciclagem dos materiais, com o

produto final na cor originária, sem necessidade de tingimento, na Usina Santana os fios e tecidos são ditos “crus”, sem cor alguma.

Sobre a alocação destas duas empresas, a Multicor afirma ter feito a escolha frente ao mercado consumidor presente em Jaguaruana, dentre outros fatores citados, seguindo a lógica da maioria das indústrias, contando com fatores relacionados à disponibilidade de mão de obra, incentivos financeiros e fiscais, dotação de infraestrutura etc. Já a Usina Santana, além do fato de o município de Jaguaruana ser produtor de algodão, outros fatores foram considerados, como a relação do fundador com sua cidade de origem, confirmando a contribuição de Fischer (1994 apud AMORA, 2005: 370), quando acentua que as teorias e os estudos de localização industrial ignoram os fatores subjetivos e o papel que estes desempenham no que designa de “oportunidades de escolhas de uma implantação”.

Enquanto o carro-chefe da Multicor é a produção de fios, da Usina Santana a produção de tecidos, da Indústria Redes Requite é a produção de redes.

A produção de redes na cidade de Jaguaruana é bastante antiga, com aproximadamente 100 ou 120 anos, sendo o processo produtivo em sua maioria caracterizado como artesanal, as oficinas de construção destas redes são na própria residência do dono do empreendimento, haja vista o caráter familiar da produção, utilizando mão de obra dos próprios membros da família e com uma baixa produção diária. As redes confeccionadas apresentam aspectos culturais cearenses, em razão da criatividade artesanal empregada na confecção, contando com um número considerável de pequenos artesãos que trabalham na produção, sendo os equipamentos utilizados bastante antigos, mas, por outro lado, a beleza, proporcionada pelas cores alegres, além de acabamentos em renda, varandas, dentre outros, atraem a atenção do mercado consumidor local e do Exterior.

Segundo Pessoa (2003:31),

[...] no Município há aproximadamente uma produção em média de 15.000 redes por mês, com 15% destinado ao mercado externo, principalmente para os países da Europa (Alemanha e França), Estados Unidos e Austrália. No mercado interno a comercialização é feita dentro do próprio Estado e para as Regiões Norte e Nordeste.

INDÚSTRIA REDES REQUINTE

A indústria Redes Requite situada no Centro de Jaguaruana, pertence a mesma família da Indústria Multicor e da Jaguatêxtil e, além de redes, produz colchas, lençóis, tapetes etc.

Como a indústria Redes Requite não produz o fio, nem o tecido necessário na fabricação das redes, a matéria-prima é fornecida por indústrias têxteis de Fortaleza e do próprio município de Jaguaruana.

Na produção de redes por parte desta indústria existem diversos processos manuais. Desta forma, uma rede passa em média por quatro mãos fora da indústria (trabalho familiar) e por mais três dentro da indústria para o processo de acabamento. Os acabamentos das redes são as aplicações, varandas, franjas, dentre outros, os quais possibilitam um toque diferente ao produto, além de explorar uma característica do artesanato local: a renda. As mulheres, representam boa parte da massa trabalhadora neste ramo, em virtude de suas habilidades com trabalhos manuais. Desta forma, a indústria conta com o trabalho principalmente de mulheres que contribuem para o trançamento dos fios que sobram da rede, onde posteriormente são colocados os punhos. Além dos punhos, as varandas para a colocação nas bordas da rede também são terceirizadas. O pagamento destas funcionárias é considerado pela indústria como custos adicionais, já que as trabalhadoras, em suas unidades domiciliares, costuram para diversos tipos de clientes e têm horários flexíveis, sendo o pagamento feito por produção, e não em forma de salários mensais.

Esta forma de produção de redes no município impulsiona a criação de uma série de facções.



Foto 53: Serviço terceirizado informalmente pela Redes Requite

Para Krost (2007 apud Marlon Santos, 2014), a facção

[...] se caracteriza pela fragmentação do processo fabril e o desmembramento do ciclo produtivo de manufatura, antes setorizado, dentro de uma mesma empresa. Há o repasse a um "terceiro" da realização de parte (facção) das atividades necessárias à obtenção de um produto final, fenômeno comum no ramo têxtil (KROST, 2007: 7).

As máquinas utilizadas no processo produtivo são antigas e manuais, tendo cada uma que ser operadas por um funcionário que coloca os fios, desenrola, corta etc. Cada tear possui capacidade de produção de uma rede apenas por vez.



Foto 54: Antiga máquina de tear utilizada na produção de redes da Requinte



Foto 55: Corte manual inadequado e inexistência de uso de EPI(Equipamentos de Proteção Individual)

É perceptível que, mesmo na atual conjuntura indústrias resistem ao processo de reestruturação, ao mesmo tempo em que mantêm relações comerciais com outras indústrias que procuram se inserir no atual contexto, como é o caso da Unitêxtil, que produz fios e tecidos para confecção de redes em Jaguaruana, sendo a Indústria Requinte uma de suas clientes.

Percebemos durante a visita a Redes Requinte as péssimas condições de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores. Não existem uniformes adequados, há presença de idosos, o ambiente é insalubre e de pouca ventilação.



Foto 56: Inexistência de mínimas condições de trabalho



Foto 57: Inexistência de mínimas condições de trabalho

Não existe local adequado para alimentação, nem mesmo para armazenar água e para assento das trabalhadoras etc.



Foto 58: Inexistência de mínimas condições de trabalho

As vendas das redes são para Jaguaruana, Fortaleza, Sobral, Recife e para exportação. A Multicor possui uma loja agregada à mesma, contando assim com os processos de produção, venda local e exportação.



Foto 59: Carregamento da produção para destino final



Foto 60: Aquisição de Tecidos pela Multicor para produção na Redes Requite

As análises em campo permitiram perceber a contradição presente no sistema capitalista, que se utiliza de relações de trabalho familiares na produção de redes e o uso de máquinas antigas e de forma artesanal que dão o requinte na produção de redes, passando pelas mãos de várias mulheres, enquanto o trabalho masculino é mais braçal e pesado.

Esta pesquisa de campo em Jaguaruana permitiu ainda conhecer indústrias que têm relações comerciais com a Unitêxtil mediante a compra do fio ou tecido desta para produção de redes, pois, embora Jaguaruana produza também fios e tecidos como na Jaguatêxtil,

Multicor e Usina Santana, que selecionamos para trabalho de campo, o município não é autossuficiente, tendo que importar para abastecer, notadamente, o mercado de produção de redes.

Ao mesmo tempo em que ocorrem em Fortaleza os primeiros processos da produção relativos à preparação dos fios, o mercado abastecido pela produção destas redes é nacional e local, notadamente Fortaleza e o próprio município de Jaguaruana.

É sabido que a produção de fios e tecidos que tem como um dos destinos a produção de redes esteve historicamente vinculada a algumas indústrias antigas instaladas em Fortaleza, como a indústria Progresso do Grupo Thomaz Pompeu, a Usina Ceará, do Grupo Siqueira Gurgel, a Indústria São José e a própria indústria Santa Thereza com sua filial Santa Cecília, no bairro Montese, em Fortaleza que além de produzirem fios e tecidos, também produziam redes; e mais recente, a Indústria Santana que iniciou produzindo redes e passou um período também no bairro Montese, em Fortaleza. Ainda em nossos dias pudemos ver no capítulo 3 (Tabela 29) indústrias em Fortaleza que produzem desde fios a redes. Hoje Fortaleza, além de mercado consumidor e produtor, é também polo de distribuição de redes.

Além da produção de fios e tecidos por parte da Unitêxtil para alimentar indústrias de redes em Jaguaruana, há também em Jaguaruana a presença de mão de obra vinda da Unitêxtil, como é o caso da indústria de médio porte Santa Rita Têxtil Ltda, que fica no centro de Jaguaruana voltada para produção de tecidos.

A presença de mão de obra de Fortaleza reflete a carência de mão de obra especializada no interior do Estado do Ceará que só não se apresenta como um gargalo maior para o desenvolvimento do setor, em virtude da *migração descendente* (SANTOS, 1993) e da capacitação que é feita na maioria das vezes dentro da própria indústria por trabalhadores mais experientes. Ademais, no que se refere às etapas do processo produtivo,

A produção da Santa Rita não é verticalizada, obedecendo, assim, um dos padrões adotados pelas novas indústrias têxteis. Os primeiros processos de produção relativa à preparação dos fios são terceirizados na Unitêxtil. O fio pronto vai para Jaguaruana, onde é produzido o tecido final. (ARAGÃO, 2002:312).

Ao contrário da maioria das indústrias têxteis que mantinham toda a linha produtiva do setor desde a fase da fiação, tecelagem, passando pelo acabamento, até chegar na comercialização, hoje em dia, a maioria das indústrias se limita a uma destas fases ou, no máximo, a duas, como é o caso da Unitêxtil.

No contexto atual como entender a Unitêxtil ante as transformações ao longo de quatro gerações em 121 anos? Para melhor entendimento de como ocorre o processo em curso, vejamos a indústria Unitêxtil, hoje no município de Fortaleza, e as suas inter-relações.

5.2 A Unitêxtil na Metrópole de Fortaleza e os Impactos da Reestrutura o Industrial

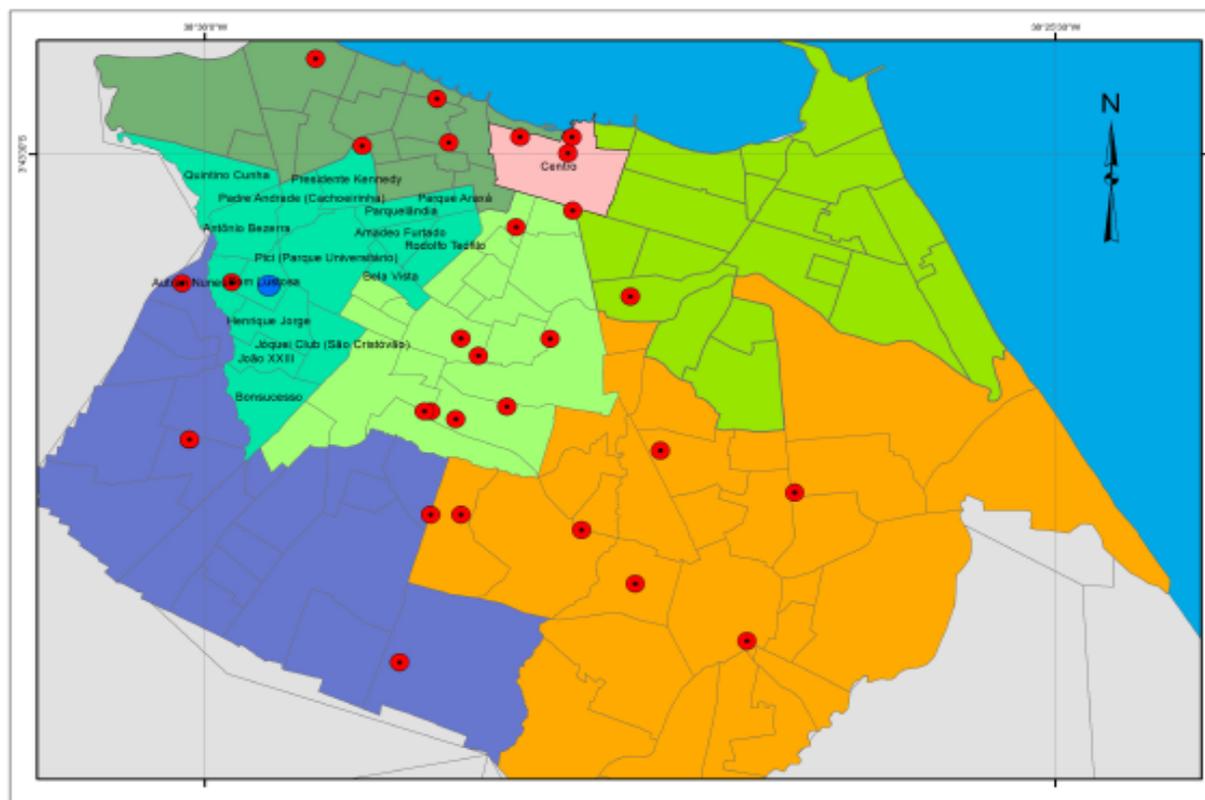
Conforme dissertamos anteriormente, a indústria Unitêxtil(União Industrial Têxtil S/A), que era uma filial da antiga indústria Santa Thereza sediada até 1987 no Aracati, está desde 1973 com sua atual sede em Fortaleza.

O desenvolvimento da Unitêxtil acompanha a própria história do desenvolvimento da indústria têxtil no Estado do Ceará, considerando que, enquanto a Unitêxtil tem hoje 121anos, estando em Fortaleza há 41 anos, a indústria têxtil no Estado completa 131 anos.

Indústria centenária, filial da antiga Santa Tereza que foi fundada, em Aracati, em 1893 e passou ao controle do Cotonifício Leite Barbosa, estando abrigada na Unitêxtil desde 1973. Dentro do cenário das empresas têxteis nos anos 1980, a Unitêxtil era o maior empreendimento do Estado, com quatro unidades: Santa Tereza, Santa Cecília, Santa Lúcia e Santa Inês. [...]   impossível falar sobre a indústria têxtil no Ceará, sua origem, sua história, sem reconhecer a importância da Unitêxtil que em 1993 completou 100 anos de funda o e constitui um marco na vida econômica cearense. A empresa teve seu início com uma unidade fabril em Aracati, crescendo ao longo do século XX, adquirindo várias novas unidades e assumindo a denomina o atual (Unitêxtil) em 1973.(ARAGÃO, 2002: 148;149).

Situada na av. Audízio Pinheiro, 298, ocupando um terreno de cerca de 55.000 m2, sendo 35.000m2 de área construída, o estabelecimento fica na parte oeste de Fortaleza, no bairro Dom Lustosa, tendo como limites os bairros Henrique Jorge, Antônio Bezerra, Pici e Autran Nunes, conforme podemos observar pela espacializa o das indústrias têxteis na Capital (Mapa 7).

Mapa 7 - Indústrias Têxteis em Fortaleza

**Legenda**

- Indústrias em Fortaleza
- Unitêxtil

 Regional Centro	 Regional III	 Regional VI
 Regional I	 Regional IV	 Ceará
 Regional II	 Regional V	



Universidade Federal do Ceará
 Centro de Ciências
 Departamento de Geografia
 Programa de Pós-Graduação em Geografia-Doutorado

A DINÂMICA DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO ESPAÇO METROPOLITANO DE FORTALEZA: Mudanças, Permanências, Desafios e Tendências.

Doutoranda: Alexandra Maria Vieira Muniz
 Orientador: José Borzacchiello da Silva

Mapa 7 - Indústrias Têxteis em Fortaleza

Autora: Alexandra Maria Veira Muniz

PROJEÇÃO
UTM

ZONA
24S

SIRGAS
2000

ESCALA:
1:400.000

A fala do gerente de produção, J.C, durante visita de campo a esta indústria confirma o relato anterior:

Chegamos a ter 5 unidades, passamos por uma reestruturação e concentramos todo o parque industrial nesta unidade. Tem galpões da Unitêxtil alugados na rua 15 de novembro, em Parangaba, aonde era uma das unidades para acabamento e tecelagem. Outra unidade, a Indústria Santa Lucia, na Padre Ibiapina onde fica o Senai, próximo aos bombeiros. Outra unidade era onde hoje fica o Supermercado Pinheiro, na Maraponga. Esta unidade era voltada para produção de algodão hidrófilo para uso hospitalar.

Na própria fala do gerente de produção já são de conhecimento as consequências da reestruturação que no Brasil, conforme vimos, se iniciou na segunda metade dos anos de 1980. Foi justamente neste período que a matriz Santa Thereza fechou. Como afirma Aragão (2002:108) “por conta de crises sucessivas, a unidade Santa Tereza encerrou as suas atividades em junho de 1987, com 94 anos de história, o que ensejou diversos protestos em Aracati como registra o *Anuário do Ceará – Anos 80*”. As formas espaciais das filiais da Santa Thereza, com sede em Fortaleza, continuam no urbano da Capital, porém acompanhando as transformações na cidade ao longo do tempo, hoje exercem novas funções. Como nos lembra Lencioni,

Cabe lembrar que as formas anteriores não se dissolvem nesse processo de reestruturação, elas se modificam e são modificadas pela teia de relações em movimento. Tornam-se, sim, subordinadas face ao desenvolvimento dessas novas formas que reestruturam tanto a sociedade como o espaço (LENCIONI, 1998b: 6-8).

Acrescentou ainda J.C: "A junção das 5 unidades em uma é um somatório de componentes, dentre os quais, problemas de gerenciamento, crises. A indústria têxtil Tsuzuki no Brasil fechou porque a crise do algodão ano passado agravou a situação."

Aragão (2002:108) explicita este momento de crise e fechamento de outras unidades:

Pouco tempo depois, a Unitêxtil fechou outra de suas unidades, a Santa Lúcia. Naquela época, a unidade Santa Cecília, no bairro do Montese, em Fortaleza, também apresentava grande problema de custo-benefício. Todo esse quadro levou a Unitêxtil a entrar em concordata em 1990, fechando a Santa Cecília logo em seguida. A empresa permaneceu apenas com uma unidade e demitiu 90% dos funcionários.

Este quadro de crises, reflexo do contexto econômico no País, contrasta com o período de expansão que passava no início dos anos 1980:

No início dos anos de 1980, a empresa conheceu momentos gloriosos, com expressiva participação no mercado nacional e com a ampliação das exportações de tecidos para os Estados Unidos, Europa Ocidental e Leste Europeu, uma vez que dispunha de um parque fabril moderno equipado com teares a jato de ar de última geração, tendo sido pioneira no Brasil nessa tecnologia. (IBIDEM: 154).

Já no final da década de 1980,

[...] o Brasil experimentou sucessivas crises econômicas ao final de década de 1980. Essas crises pegaram a empresa completamente despreparada para enfrentá-las e seu crescimento foi freado com o fechamento da Santa Thereza em Aracati e a Santa Lúcia em Fortaleza. A empresa encontrava-se em franco desenvolvimento, com altos investimentos recém-realizados e outros ainda em implantação, o que significava alto índice de endividamento. (ARAGÃO, 2002: 154).

Desta forma, esta indústria se retrai, buscando reduzir custos, reestrutura-se, fecha filiais e acaba por unir todas as unidades em uma só, a Unitêxtil.

A Unitêxtil com as unidades Santa Cecília e Santa Thereza, a Indústria Politêxtil S/A e a Companhia Têxtil Santa Lúcia operavam em crescente expansão e, com o objetivo de diminuir os custos, racionalizando o aparelho administrativo, executou-se a fusão e incorporação dessas empresas, surgindo a União Industrial Têxtil – UNITÊXTIL, composta por quatro unidades: Santa Thereza, Santa Cecília, Santa Lúcia e Santa Inês e integralizando um capital social da ordem de Cr\$ 145.000.000,00.(IBID:153).

Um empreendimento familiar característico dos tipos de indústria que predominam em nosso Estado, a Unitêxtil em Fortaleza é hoje administrada pela 4ª geração da família que a criou. Tem como diretora executiva Eliana Maria Diniz Pinheiro e diretor geral Fábio Diniz Pinheiro, que veio a assumir os negócios da família em 1993, ainda aos 21 anos, depois da morte prematura do pai Carlos Leite Barbosa Pinheiro, em meio a um quadro de crises por que passava a empresa. Carlos Leite Barbosa Pinheiro, técnico têxtil formado pela Escola Técnica de Indústria Química e Têxtil no Rio de Janeiro, e com Curso de Especialização nos Estados Unidos, havia assumido a direção da empresa depois da morte de seu pai, Audísio Pinheiro, Quixadaense que veio para Fortaleza em 1926 e teve sua primeira participação na diretoria do Cotonifício Leite Barbosa como Diretor Comercial em 1945 quando a Santa Thereza passava por um processo de expansão, sendo instalada em Fortaleza uma filial, a Santa Cecília, e, em 1947, Audísio Pinheiro assumiu a Presidência após a morte do sogro, Maximiliano Leite Barbosa, um dos donos da Santa Thereza.

A Unitêxtil concentra suas atividades em uma moderna planta industrial de fiação e tecelagem, não atingindo a malharia que é uma tendência das indústrias têxteis, mas oferece por meio de parceiros, alguns serviços de acabamento(tinturaria e estamperia).

Enquanto em 2006 a Unitêxtil ocupava a 53ª posição dentre as 100 maiores indústrias do Estado, com faturamento de 34.709.428,01, um patrimônio de 28.592.958,83, gerando 7.378.563,48 impostos, em 2010 passou a ocupar a 48ª posição com faturamento de 40.946,695,64 e um patrimônio de 45.460.706,83, gerando 250 empregos e, em 2013, passou a ocupar 29ª posição com um faturamento de 54.232.420,44 e um patrimônio de 90.163.641,18, gerando 8.237.097,00 de impostos e um total de 250 empregos.

Tabela 40 - As 50 maiores indústrias do Ceará- 2013

AS 50 MAIORES INDÚSTRIAS DO CEARÁ EM 2013						
Indústrias		Faturamento Líquido Ajustado em (R\$ 1,00)	Patrimônio Líquido Ajustado em (R\$ 1,00)	Geração de Impostos	Quant. Empregos	Cresc. nas Vendas
1	M. DIAS BRANCO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS	2.599.613.005,12	2.576.378.108,52	289.526.887,87	12.622	32,7
2	COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	2.949.857.102,65	1.715.248.804,71	1.369.824.000,00	1.244	1,14
3	GRENDENE S.A	1.833.432.590,80	1.972.359.320,05	240.617.000,00	25.962	6,5
4	NORSA REFRIGERANTES LTDA	1.445.447.401,00	551.397.011,86	223.921.156,89	5.541	7,85
5	TRÊS CORAÇÕES ALIMENTOS S.A	1.848.740.415,13	333.568.005,27	182.770.796,83	4.059	3,83
6	J. MACÊDO S/A	1.240.255.997,44	405.285.037,37	104.217.000,00	2.575	N.I
7	VICUNHA TÊXTIL S/A	971.498.338,58	1.047.857.013,23	72.503.000,00	6.705	N.I
8	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO CEARÁ	839.933.326,72	1.475.044.737,30	126.409.131,50	1.190	N.I
9	DASS NORDESTE CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S.A	433.549.775,87	363.327.564,62	24.678.000,00	1.730	N.I
10	CONSTRUTORA MARQUISE S/A	348.134.947,73	498.308.343,51	67.114.500,22	2.652	8
11	GRANDE MOINHO CEARENSE S/A	384.348.267,44	339.344.242,69	65.402.919,06	259	N.I
12	ESMALTEC S/A	800.871.176,31	572.940.892,46	N.I	3.721	11,22
13	DAKOTA NORDESTE S/A	347.900.853,94	439.970.520,27	104.771.606,98	7.846	N.I
14	COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS – S/A	258.891.760,46	109.724.609,07	15.330.779,00	59	9,78
15	CGTF – CENTRAL GERADORA TERMELÉTRICA FORTALEZA S/A	534.732.355,89	648.531.234,80	N.I	N.I	15,15
16	COMPANHIA DE ALIMENTOS DO NORDESTE	248.493.007,42	243.560.953,86	N.I	1.890	0,71
17	ENGEXATA ENGENHARIA LTDA	136.780.359,34	113.241.160,84	12.652.735,00	1.157	217,73
18	CBL ALIMENTOS S/A	285.795.808,45	97.111.528,05	N.I	990	N.I
19	TBM – TÊXTIL BEZERRA DE MENESES S/A	162.088.668,35	214.729.257,36	N.I	1.600	N.I

AS 50 MAIORES INDÚSTRIAS DO CEARÁ EM 2013						
20	VULCABRÁS/AZALÉI A CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS S/A	595.810.722,81	58.118.050,67	N.I	44.062	N.I
21	T & A CONSTRUÇÃO PRÉ FABRICADA S/A	186.058.838,59	93.996.224,55	N.I	N.I	N.I
22	AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S. A.	147.722.041,12	118.600.065,03	N.I	N.I	N.I
23	TERMOCEARÁ LTDA	76.375.482,44	354.541.869,57	13.735.000	N.I	N.I
24	DURAMETAL S/A	94.372.111,73	109.977.072,47	25.979.070,00	515	N.I
25	TINTAS HIDRACOR S/A	141.220.532,14	44.428.593,92	N.I	388	0,65
26	MARACANAÚ GERADORA DE ENERGIA S/A	131.148.860,72	150.994.546,67	N.I	N.I	78,49
27	MERCURIUS ENGENHARIA S/A	125.393.443,21	43.236.462,78	N.I	895	123,48
28	INDÚSTRIA NAVAL DO CEARÁ S/A	142.126.673,94	140.892.916,18	N.I	N.I	59,31
29	UNITÊXTEL – UNIÃO INDUSTRIAL TEXTIL S/A	54.232.420,44	90.163.641,18	8.237.097,00	250	N.I
30	AVINE COMERCIALE AVICOLA DO NORDESTE	70.489.111,96	37.083.915,02	5.511.783,50	501	13,58
31	CIA. METALIC NORDESTE	113.396.010,73	127.446.155,52	N.I	N.I	N.I
32	CASCAJU AGROINDUSTRIAL S/A	84.361.461,59	73.753.802,57	N.I	1.613	97,01
33	METALGRAFICA CEARENSE S/A	84.249.327,59	38.399.050,29	N.I	412	N.I
34	PORTO FREIRE ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA	54.459.732,36	82.669.241,23	N.I	387	64,30
35	COSAMPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA	61.895.568,93	21.561.623,64	2.555.255,17	820	N.I
36	COMPANHIA INDUSTRIAL DE ÓLEOS DO NORDESTE - CIONE	75.791.766,28	62.922.466,83	N.I	N.I	13,14
37	ITAPUÍ BARBALHENSE INDÚSTRIAL DE CIMENTOS S/A	71.257.390,33	171.830.397,83	N.I	1625	0,98
38	CONSTRUTORA GRANITO LTDA	44.778.766,23	29.942.807,26	5.807.370,53	371	27,67
39	LOTIL ENGENHARIA LTDA.	75.823.143,58	20.686.065,71	N.I	782	N.I

AS 50 MAIORES INDÚSTRIAS DO CEARÁ EM 2013						
40	D R LINGERIE IND. E COM. S/A	83.033.443,41	35.791.311,59	N.I	N.I	5,90
41	COTECE S/A	77.960.649,35	19.651.485,55	N.I	1.218	N.I
42	DUCOCO PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A	126.803.158,77	3.756.012,74	N.I	708	17,84
43	CARBOMIL QUIMICA S/A	41.405.986,84	9.567.542,30	5.040.000,00	444	7,06
44	ASFALTOS NORDESTE LTDA	74.133.008,96	34.202.003,25	951.060,47	N.I	11,08
45	CONSTRUTORA BETA S/A	53.253.953,41	50.265.282,79	4.537.683,89	N.I	3,30
46	LIBRA-LIGAS DO BRASIL S/A	34.700.374,02	18.541.836,33	2.890.167,11	4.527.000,00	N.I
47	ISOFARMA INDUSTRIAL FARMACEUTICA LTDA	47.653.450,49	36.519.223,03	493.855,51	N.I	N.I
48	SANGATI BERGA S/A	43.055.775,55	16.932.377,05	3.516,88	N.I	N.I
49	MECESA EMBALAGENS S/A	24.932.712,28	18.793.039,54	3.091.398,67	11.356.605,12	9,90
50	FAE – FERRAGENS E APARELHOS ELÉTRICOS S/A	54.197.417,31	7.697.144,69	N.I	N.I	0,00

N.I: Não Informado

Fonte: Prêmio Delmiro Gouveia - O Povo

Por esta tabela percebemos que, das indústrias têxteis que se destacam, há a Vicunha, a TBM e, em terceiro lugar, a Unitêxtil, que aumenta seu patrimônio, faturamento, vendas, mas permanece o mesmo quantitativo de empregados(250).

A Unitêxtil trabalha na produção de tecido *in natura*, cru, compostos por algodão e tecidos mistos com poliéster. Na própria indústria, há mostruário do que pode ser feito com base no tecido produzido: bolsas, tênis, forro de bolsos, entretelas, vestuário, linha de cama e mesa e diversos segmentos industriais, adequando a linha de produção de acordo com a necessidade do cliente.

Na fala do gerente comercial, fica explícita a relação com o mercado consumidor nos dias de hoje, quando a produção é voltada para atender as necessidades da demanda, em que as indústrias fazem uso de pesquisas de mercado para adaptar os produtos às exigências dos clientes. “Se o consumidor quer um tecido 100% algodão ou 50%poliéster e 50% algodão, vamos produzir de acordo com o que o mercado pede.” (J.C,2012)

A compra da matéria-prima (algodão) é feita na Bahia(Barreiras), em Mato Grosso, sendo também importada dos Estados Unidos. Quando questionado acerca do uso do algodão ecológico, J.C afirmou que “o algodão ecológico não é produzido em escala

suficiente para abastecer a indústria têxtil”. Já o poliéster é importado da China. A Unitêxtil utiliza também do fio importado da Índia e Paquistão porque, no processo produtivo, precisa do fio penteado; já a fibra sintética é importada.

No processo produtivo, encontramos máquinas destinadas a tirar impurezas do algodão, mas isto não impede que no ambiente de trabalho os funcionários estejam vulneráveis a problemas respiratórios, pois a poeira do manuseio da matéria-prima fica dispersa no ar e impregnada no chão e até no teto e paredes, prejudicando a respiração.

Rigotto(2004) enumera os inúmeros problemas de saúde que o trabalhador adquire em virtude do tipo de função ou ambiente de trabalho. No caso da indústria têxtil e confecção tem-se problemas respiratórios, de audição, na coluna, LER(Lesão por Esforço Repetitivo). Com o contato diário com as fibras de algodão que ficam suspensas no ar, os trabalhadores correm também o risco com o tempo de contrair uma doença conhecida como bussinose, causada principalmente pelas partículas de algodão, comum nas indústrias têxteis. Esta provoca a redução da capacidade respiratória, febre e tosses frequentes. Os mais afetados são aqueles cuja ocupação é abrir fardos de algodão cru ou aqueles que trabalham nos primeiros estádios do processamento do algodão.

Ainda quanto à tecnologia, as máquinas são alimentadas com a matéria-prima no peso e comprimento previamente definido, indo para filatório para fazer o fio propriamente dito. A capacidade de produção de uma fição é especialmente determinada pelos filatórios. Os principais tipos de filatórios são: 1) filatórios de anéis- utilizam o princípio tradicional de estiramento do pavio de algodão conjugado com uma torção no fio. Este é deveras versátil, uma vez que pode produzir fios de todos os títulos “espessura”, tendo incorporado avanços técnicos ao longo do tempo; 2) filatórios de rotores, conhecidos como *open-end* (esta é a tecnologia empregada na indústria visitada), são equipamentos com maior produtividade do que a fição por anéis, já que pode alcançar maior velocidade de produção, além de eliminarem etapas de fição tradicional. Sua aplicação, contudo, se limita à produção de fios mais grossos, sendo utilizado, principalmente, na produção de *jeans*; 3) filatórios Jet Spinner denotam alta produtividade em relação aos demais, podendo ser utilizados para a produção de fios finos. Essa tecnologia é de desenvolvimento mundial recente, sendo ainda pouco difundida no Brasil.

Tecnologicamente, a fição foi o segmento da cadeia têxtil que mais avanços incorporou. As inovações que a indústria têxtil processa nos últimos 20 anos seguem dois rumos básicos - aumento da complexidade das operações realizadas por parte de cada máquina e redução do número de operações distintas, ou pela fusão, numa só operação, de

processos realizados anteriormente em separado, ou tornando mais eficiente determinado processo, de modo que seja evitada a passagem por várias operações.

No setor da tecelagem os dois tipos de máquinas utilizadas são:

-Projétil(Foto 61) - através do projétil, carrega-se o fio da trama, sendo de alta velocidade de 900 rot por minuto; e

-Jato de ar(Foto 62),um dos mais modernos, que carrega o fio da trama por meio do ar.



Fotos 61 e 62: Máquinas importadas no setor de tecelagem. MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

Segundo o gerente comercial:

Este parque industrial é um dos mais modernos que existe hoje em dia. Procuramos sempre estar inovando. Esta indústria utiliza da mais alta tecnologia, grande parte das máquinas vem da Alemanha. A tecnologia utilizada na produção vem da Suíça, China, Alemanha.

A reestruturação da maquinaria, substituindo-a por uma mais moderna, é uma tendência do período em curso, sendo uma das exigências para continuar no mercado de forma competitiva.

De acordo com Ianni (1997: 61), “[...] desenvolvem-se novas tecnologias de produção [...] compreendendo a flexibilização do processo produtivo, ocorre todo um rearranjo da força de trabalho, envolvendo as capacidades profissionais dos trabalhadores”. Como dissemos no capítulo anterior, há uma dualidade no mercado de trabalho, com uma pequena camada “superior” (trabalhadores especializados com maior nível de escolaridade) e uma grande camada “inferior” (trabalhadores não especializados com baixo nível de escolaridade).

Utilizando-se de tecnologia moderna, o setor da tecelagem conta com sistema de refrigeração como forma de preservação da maquinaria, e o barulho neste, assim como nos demais setores após o processo de abertura, é ensurdecedor, mesmo com o uso de protetores auriculares, sendo este outro fator de risco da indústria têxtil quanto à saúde dos trabalhadores. Os trabalhadores da Unitêxtil ao serem admitidos, fazem exame audiométrico e exame médico e até o momento não se sabe de possíveis casos de doenças relacionadas ao trabalho.

Com um quadro de 278 empregados, a Unitextil produz mensalmente até 2,5 milhões de metros de tecidos crus, compostos por algodão e tecidos mistos com poliéster. Para tanto, a Unitêxtil funciona 24 horas, em três turnos, o primeiro turno de 6 às 14h, o segundo de 14 às 22h e o terceiro de 22 as 6h. Conforme Aragão(2002),

[...]a grande mudança registrada, dentro do aparelho jurídico para o setor de fiação e tecelagem local, foi a alteração da legislação trabalhista, conseguida em 1991, através do sindicato patronal, permitindo às fábricas funcionarem em turnos ininterruptos, tendo em vista as necessidades de mercado. (ARAGÃO, 2002:120).

Além disto, a Unitêxtil utiliza o banco de horas que são as jornadas de trabalho “modulares” permitidas pela Lei do Trabalho Temporário de 1998, outro exemplo das atuais práticas flexíveis. Com esta prática, as férias ou os dias de folga do trabalhador ficam condicionados às oscilações das demandas da produção que em determinados períodos, como no final do ano que aumenta a produção e o ritmo de trabalho, em razão do crescimento da demanda.

Para fazer frente ao objetivo maior do capitalista que é antes de tudo o alcance da maior eficiência do trabalhador acompanhada da economia do tempo de produção, da redução de custos e aumento da produtividade, o trabalhador trabalha em uma jornada de trabalho intensa camuflada no discurso do "banco de horas" em que a máquina do tempo e o mercado consumidor passam a impor o ritmo de trabalho.

Assim, o período atual também se caracteriza pela gestão científica da organização do trabalho, dada pela aplicação de métodos científicos e ao crescente controle sobre o trabalho que se torna cada vez mais racional, ou melhor dizendo “irracional”, por se basearem numa intensa jornada de trabalho em que os trabalhadores são forçados a produzir mais do que o de costume e onde é intensificada a divisão do trabalho, objetivando, pela especialização e a redução de gastos de tempo, obter mais produção.

Aquilo que está relacionado à organização da produção (ritmo e intensidade do trabalho, divisão social do trabalho, formas de organização e automação do trabalho) é

acionado pelo capital para gerar economias de tempo. Com o aumento da velocidade de rotação do capital, a reestruturação possibilita uma maior capacidade de acumulação por parte de uma minoria.

Este contexto é reflexo da flexibilidade do mercado de trabalho que se traduz na perda de direitos trabalhistas e aumento da precarização do trabalho.

Como ironiza Bauman (1999),

O mercado de trabalho é rígido demais: precisa tornar-se flexível, quer dizer, mais fácil e maleável, fácil de moldar, cortar e enrolar, sem oferecer resistência ao que quer que se faça com ele. Em outras palavras, o trabalho é “flexível” na medida em que se tornam uma espécie de variável econômica que os investidores podem desconsiderar, certos de que serão as suas ações e somente elas que determinarão a conduta da mão-de-obra. (BAUMAN, 1999, p.122).

Segundo dados do último GIC(2014), a Unitêxtil tem hoje 278 empregados, ou seja, reduz o quantitativo de trabalhadores se comparado ao de 2012(310), enquanto as receitas aumentam. Tanto é que se destaca entre as maiores indústrias do Ceará. Percebemos a contradição de informação durante entrevista, quando J.C. afirmou que a rotatividade de entrada e saída de trabalhadores era baixa, sendo de no máximo dois funcionários por mês.

Quanto ao quantitativo de trabalhadores, J.C. acrescentou: “Antes eram 3.000 funcionários e uma produção de 1.500, era muita mão de obra e produção pequena. Antes o equipamento era só mecânico, hoje é eletrônico. Hoje para ser competitivo tem que investir em tecnologia moderna”. Este período a que J.C. se refere como de maior empregabilidade foi o momento da incorporação de todas as unidades "com a incorporação das empresas, a Unitêxtil passou a operar com 1.820 teares 24 horas por dia na produção de tecido, [...].Fechava seu quadro funcional com 2.800 empregados, aos quais concedia escola, residência, assistência médicoodontológica".(ARAGÃO, 2002:153).

A utilização de máquinas modernas, a redução do número de empregados, a introdução de técnicas mais modernas de organização, o gerenciamento da produção e o crescimento da flexibilização na contratação de mão de obra são alguns impactos da reestruturação produtiva em curso.

Como as manifestações mais evidentes da reestruturação produtiva industrial é a modernização do maquinário e a mudança nas relações de trabalho, necessário aqui se faz um adendo quanto a categoria trabalho.

Primeiramente nos propomos encaminhar uma discussão acerca de que bases está constituída a categoria trabalho na sociedade capitalista atual habituada a ter o trabalho como centro e referência.

Reconhecemos que os termos deste debate são amplos e complexos e não poderíamos pretender resumir tal desafio teórico. Contudo, é de fundamental importância tentarmos resgatar os elementos chave desse debate que tem dividido a literatura em basicamente duas correntes, a saber: os que afirmam, a partir da teoria social de Marx, a centralidade do trabalho e os que afirmam a não centralidade do trabalho precisamente por conta da automação de base microeletrônica com o acentuado progresso técnico no processo de produção, gerando o desemprego estrutural e levando à banalização da necessidade do trabalhador no processo produtivo, já que passa a ocupar papel secundário no processo de acumulação capitalista.

Dividimos estes últimos dos primeiros que se balizam por um referencial teórico-metodológico marxista, dado que ao deslocar do trabalho para a ciência o foco nodal e articulador da produção consideram ultrapassada a teoria do valor centrada no trabalho como produtor de valor e na compra e venda da força de trabalho.

É o caso, por exemplo, de Robert Kurtz que salienta a incapacidade do capital em continuar desenvolvendo o processo de modernização. O mundo do desemprego seria, deste modo, a comprovação sócio-histórica do 'colapso da modernização'. Portanto, não seria mais a partir do processo de modernização e de seu substrato material – o mundo do trabalho – que poderia se constituir, de modo revolucionário, uma nova sociedade para além do capital. (ALVES 1999:158)

Teixeira (1996:31) expõe o argumento de Habermas que difere de Marx ao negar os próprios fundamentos da teoria do valor, nestes termos: a introdução da microeletrônica, da robótica, dos novos materiais de produção e de novas fontes de energia nos processos de trabalho, deslocou o trabalho como unidade dominante na produção da riqueza, sendo, a ciência elevada à condição de primeira força produtiva.

Neste contexto, as análises do padrão de acumulação capitalista que vem se conformando no período recente, vêm explicitando a degradação do trabalho desde o final do séc. XX. Não é por outro motivo que o subtítulo da obra de Braverman (1987), que na verdade explicita sua tese central, é a degradação do trabalho no século XX.

O trabalho deixaria de se constituir em um paradigma de compreensão da sociedade pós-moderna, pois o processo de reestruturação produtiva - técnico e organizacional - teria desestruturado a sociedade do trabalho (OFFE, 1989).

Diante deste cenário, desenvolvem-se teses que apontam para a supressão, ou mesmo eliminação da classe trabalhadora na era do capital mundializado e tecnicamente avançado. Seguindo este raciocínio o processo crescente de automação do trabalho estaria levando a sociedade ao caminho da libertação - a humanidade estaria alcançando o velho

sonho marxista do homem universal se libertando do trabalho alienado para ascender à atividade autodeterminada (GORZ, 1986; MASI, 2000); há inclusive quem afirme que estamos saindo da sociedade do trabalho e vivendo a sociedade do ócio criativo (MASI, 2000). Em suma, exalta-se o indiscutível potencial dessas mudanças tecnológicas e organizacionais para aumentar a riqueza do mundo, livrar a humanidade de trabalhos repetitivos e extenuantes.

Diante disto, temos a afirmação de Teixeira (1996:68):

... o desenvolvimento da ciência, que se tornou a primeira força produtiva, não redundou na criação de um tempo livre do trabalho, como possibilidade concreta para o pleno desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais dos indivíduos. Enquanto o desenvolvimento das forças produtivas for mediado pela forma capital, o saber técnico e científico permanece uma mercadoria-chave e fundamental na concorrência capitalista. E, na concorrência, como diz Marx, 'não se põe como livre os indivíduos, senão que se põe como livre o capital'.

Dentre os que questionam os fundamentos de uma teoria da sociedade do tempo livre temos também BIHR (1998) que afirma: "a utopia do fim do trabalho sob o capitalismo passa a ser um sonho realizado por alguns à custa do trabalho de outros".

Coadunando com esta ideia acreditamos que a sociedade do tempo livre é uma possibilidade ao mesmo tempo criada e negada pelo capital, pois este nega e conserva a exploração da força-de-trabalho, na medida em que elimina progressivamente o tempo social necessário à reprodução da força-de-trabalho e simultaneamente aumenta a jornada de trabalho, eliminando empregos e impedindo o avanço das forças produtivas.

Ricardo Antunes vai de encontro à posição dos autores que anunciam a *crise da sociedade do trabalho* ou *fim do trabalho* (Gorz, Offe, Habermas, kurtz) empenhando-se em demonstrar que o trabalho ainda representa a categoria central na estruturação das sociedades contemporâneas e os trabalhadores permanecem como os principais protagonistas das transformações sociais. E, mesmo considerando a difusão e o aprofundamento dos avanços técnicos e científicos, como também, as formas em que o trabalho se diversificou, ainda há validade para as teses marxianas do trabalho como gerador de valor, sendo assim, a ciência, na sociedade capitalista vem se somar ao aparato do capital com o intuito de extrair sobre-trabalho (ANTUNES, 1997).

Antunes (1997) ressalva, que não existe "uma tendência generalizante e uníssona" de eliminação dos trabalhadores e de seu peso social, sublinhando a incorporação do trabalho feminino, o assalariamento intenso dos setores médios, decorrente da expansão dos serviços e a multiplicação das formas de trabalho parcial,

temporário, precarizado. Seria mais apropriado, argumenta, falar num "processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora". Justamente por isso, opina, o movimento sindical deve abandonar qualquer defesa corporativa apenas dos setores estáveis e organizados, esforçar-se para unificar e representar o conjunto da nova segmentada "classe-que-vive-do-trabalho", como a denomina, e participar "na elaboração de um modelo econômico alternativo, com claros traços anticapitalistas".

A tese do fim do trabalho ou da perda de sua centralidade é também contestada por Thomaz Júnior (2002:12) ao afirmar que "enquanto perdurar a sociedade capitalista seria praticamente impossível imaginar a eliminação da classe-que-vive-do-trabalho". Para este autor,

o que se vê não é o fim do trabalho, mas sim a continuação desmedida da exploração do trabalho, sob novas exigências da lei do valor e, portanto, uma nova gestão societal gerida por novos referenciais, impulsionados e sacramentados no interior do processo de reestruturação produtiva do capital...

Acreditamos que apesar da reestruturação produtiva impulsionar a inserção cada vez maior de trabalho artificial sobre o trabalho humano somado ao caráter decrescente do valor de uso como pressuposto para a reprodução do capital, a exploração do trabalhador através da extração da mais-valia, resultante do aumento da produtividade e da diminuição do tempo social necessário para a reprodução de valor da força-de-trabalho continua, como pressuposto da acumulação capitalista⁵⁴. A evidência desta afirmação encontra-se nas inúmeras mudanças que se efetivam no processo produtivo com a inserção de novas tecnologias que ao aumentar a produtividade do trabalho intensifica sua exploração, o que mudaram foram os horizontes de apropriação desta "mais-valia tornada mundial ou mundializada, por intermédio das firmas e dos bancos internacionais", uma vez que a valorização do capital não mais ocorre somente na esfera da fábrica, pois avança a lógica da financeirização, principal característica da nova etapa do capitalismo mundial, sendo uma das dimensões cruciais da crise da sociedade do trabalho essa contradição candente entre o movimento do capital desterritorializado e o movimento do trabalho assalariado ainda territorializado (SANTOS, 1994).

E por mais paradoxal que seja, exatamente num momento em que se estabelecem profundas transformações no trabalho, há quem afirme o declínio desta categoria questionando sua futura existência, dado os fatores que retromencionamos, como por

⁵⁴ Marx nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 forneceu uma primeira análise científica da exploração embutida no trabalho assalariado. Em 1948, no mesmo Manifesto, junto com Engels, descreverá os efeitos devastadores da organização industrial sobre o trabalhador assalariado.

exemplo, a crescente valorização do capital na esfera financeira, porém, como bem afirmou Alves (1999,2000) “a autonomia do setor financeiro não pode ser senão relativa, já que o capital que se valoriza na esfera financeira nasceu – e continua nascendo – da esfera produtiva”.

Embora este assunto mereça uma discussão muito mais ampla, salientamos que caso, hoje, enxergássemos a realidade além da forma mercadoria, o debate não seria sobre o fim da sociedade do trabalho, mas sobre alternativas para depois do fim do capitalismo, para além do capital como nos fala István Mészáros(2002) ou para um maior entendimento do capitalismo no século XXI⁵⁵.

Respeitando de um lado, as particularidades da dinâmica do processo de trabalho e de produção em nível setorial assim como o lugar que ocupa cada setor e/ou região na estratégia mais geral de desenvolvimento capitalista. A categoria trabalho só pode ser desvendada no plano da universalidade quando se considera que os processos de trabalho estão subordinados ao processo de valorização do capital, ou seja, ao processo de produção capitalista, tendo como base as categorias analíticas de trabalho abstrato e trabalho produtivo de mais-valia.

É inegável que o processo de reestruturação em curso permite, entre outras coisas, reduzir ao mínimo o desgaste na realização dos trabalhos que os métodos tradicionais impunham, aproveitar melhor o chão de fábrica através de um uso mais intensivo do espaço, aumentar de forma espetacular o rendimento do trabalho e as consequentes produções. No entanto, não podemos desprezar alguns aspectos negativos, também decorrentes desse processo, notadamente os que envolvem a redução do nível de emprego.

Cria-se assim um ambiente favorável para que “esse excedente da oferta transfira-se continuamente para o setor terciário, ou seja, o trabalho em serviços, por conseguinte, cumpre, em primeira linha, a função de oferecer um campo de ocupação para a força de trabalho excedente” (OFFE, 1989:93).

A redução no volume de emprego é uma questão tão antiga que já estava presente em Ricardo⁵⁶. Entretanto, hoje o desemprego alcança índices nunca vistos, na medida em que “a dinâmica da reprodução ampliada do capital faz com que o capital constante, investido em máquinas e equipamentos, cresça em escala proporcionalmente maior do que o capital variável, destinado à compra da força de trabalho” (IANNI, 1997).

⁵⁵ Para isto consultar o livro de PIKETTY, Thomas. Capital no Século XXI. Tradução: Arthur Goldhammer, Cambridge, Massachusetts London, England, 2014. Disponível em: http://resistir.info/livros/piketty_capital_in_the_21_century_2014.pdf

⁵⁶ David, Ricardo. Princípios de Economia Política e Tributação. Nova Cultural, São Paulo, 1985.

Há quem acredite ser o crescimento do desemprego uma consequência inevitável nessa nova etapa da história do capitalismo. Seguindo esta posição devemos aceitar então o fato de que o capitalismo deve ser visto como um sistema gerador de desemprego e de exclusão?

Marx em seus estudos sobre o desemprego na grande indústria afirmava que “a acumulação capitalista produz constantemente, em proporção a sua intensidade e a sua extensão, uma população operária excessiva para as necessidades médias de exploração do capital, isto é, uma população operária residual ou excedente” (MARX, 1988).

De acordo com ARENDT (1981), a era moderna, ao glorificar o trabalho, defronta-se paradoxalmente com a possibilidade de se tornar uma sociedade de trabalhadores sem trabalho. Trata-se das contradições de um sistema que, faz a exaltação ao trabalho, mas se sustenta deixando à margem um grande número de desempregados que de exército industrial de reserva passa a ser chamado exército de excluídos.

Meneleu Neto (1996) ao repensar o conceito de exército industrial de reserva e seu lugar no capitalismo moderno afirma que a “a expansão do EIR (Exército Industrial de Reserva) se tornou atualmente um instrumento deliberado de política econômica em benefício da reestruturação capitalista”.

Segundo esta mesma linha de raciocínio temos Thomaz Júnior, para quem:

a veracidade do desemprego, diga-se, arma secular do capital para o efetivo exercício do controle e da dominação sobre o trabalho, agora se expressa de forma mais agressiva e ampla, sendo um dos principais instrumentos da regulação capital-trabalho em poder do capital...(THOMAZ JR, 2002:15)

Sendo ou não um problema estrutural inerente ao próprio capitalismo e estando ou não associado com as transformações que vem ocorrendo frente à reestruturação conservadora no mundo do trabalho, fato é que o desemprego tem consequência direta sobre a classe trabalhadora.

Atualmente, esse contingente dispensável de mão-de-obra passa a consolidar o amplo exército de reserva de força-de-trabalho ou melhor dizendo, desemprego de exclusão⁵⁷, produto do capital, criando um ambiente favorável para impedir um aumento dos salários⁵⁸

⁵⁷ Pode até parecer redundante essa afirmação, já que o desemprego pressupõe uma exclusão, não existindo, portanto, desemprego de inclusão, exceto quando analisamos desemprego de inclusão como sendo a existência da possibilidade de se empregar novamente, de ser incluído no mercado de trabalho, tratando-se, portanto, de uma situação temporária, enquanto o desemprego de exclusão seria permanente, um mal necessário.

⁵⁸ “Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial” (MARX, 1985: 204). In: Marx, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

daqueles que não foram eliminados pelas exigências do capital (uma análise mais atenta do exército de reserva em O capital e sua influência sobre os salários revela isto).

Segundo Santos (2000:20)⁵⁹, com o aumento do desemprego a “relação entre o mundo do trabalho e o mundo da política, ampliada com a generalização da técnica, fica ainda mais clara”, dada a necessidade de entender o porquê dos acontecimentos, assim “as ‘ideologias’ que se interpõem entre o trabalho e o capital, o trabalho e as coisas, o trabalho e a vida existem para mascarar essa situação. Mas já não conseguem enganar. É desse modo que se alimenta o processo que leva à conscientização”.

Se por um lado ocorre uma redução do trabalho vivo, por outro, aumenta continuamente o trabalho materializado, ou seja, para cada trabalhador desempregado há um volume maior de meios de produção, assim, “... simultaneamente a um intenso e generalizado processo de inovação tecnológica, são muitos os trabalhadores expulsos do processo produtivo...” (IANNI, 1997). “A mudança tecnológica torna-se, então uma fonte endógena de desemprego” (OFFE, 1989:82).

O impacto maior da reestruturação produtiva se dá sobre o trabalhador que acostumado a ser fator de produção fundamental vêm se tornando cada vez mais dispensável ao processo produtivo, ou “melhor” dizendo, que continuamente perde espaço neste novo contexto, já que suas chances de conseguir trabalho são cada vez menores.

Diante disto, os mais atingidos pelo desemprego são os trabalhadores facilmente substituíveis, ou seja, aqueles que exercem tarefas repetitivas, rotineiras e sujeitas ao ritmo das máquinas.

Emprego estável só será assegurado a um núcleo de trabalhadores de difícil substituição em função de suas qualificações, de sua experiência e de suas responsabilidades. Ao redor deste núcleo estável gravitará um número variável de trabalhadores periféricos, engajados por um prazo limitado, pouco qualificados e, portanto, substituíveis (GORZ, 1986:69).

O exposto até aqui nos permite afirmar que a reestruturação produtiva vem influenciando não só um aprimoramento técnico, mas também o aumento do desemprego e já que reflete o caráter contraditório e dialético do sistema capitalista, temos paralelamente a esse processo, a expansão do mercado de trabalho em setores como o têxtil. Fato é, que o capital não conseguiu submeter a produção ao seu controle total, pois a produção continua dependendo do trabalho manual(ver foto 76).

Contudo, a reestruturação produtiva não pode ser entendida como a responsável pela ampliação da mercantilização da força-de-trabalho, ou mesmo do crescente desemprego,

⁵⁹ Altos e baixos na política. SANTOS, Milton, + BRASIL 501 D.C. MAIS! , 2000,20-21, Nacional.

uma vez que a reestruturação produtiva ocorre de forma irregular, fragmentada e contraditória, inclusive são muitos os lugares em que não chegou ou chegou apenas em parte.

Desta forma, embora a reestruturação produtiva venha atuando como fator acelerador destes processos, não é possível isolar os efeitos causados por uma série de outros fatores, uma vez que esses acontecimentos são resultantes da interação de diversos agentes catalisadores, que juntos contribuíram decisivamente para acelerá-los. Como exemplo, citamos a conjuntura econômica e a legislação trabalhista.

Além da contínua inserção no processo produtivo de capital constante (meios de trabalho) sobre o capital variável (força de trabalho humana), outro fator que contribuiu para o atual quadro de redução do emprego foi a desfavorável conjuntura no país com a retração da economia da década de 1980 e a recessiva política econômica adotada pelo governo através dos diversos planos de estabilização postos em execução que culminou com o desemprego em massa nos anos noventa, pois lançando mão de tais diretrizes foi inevitável uma redução dos custos em capital variável, o que representou no aumento significativo do exército de desempregados.

Nesse contexto, a antiga segurança no trabalho é substituída por uma insegurança generalizada no emprego instável. O crescente desemprego resultado não apenas do abandono das tentativas de preservar o pleno emprego mediante políticas keynesianas, num período⁶⁰ de intenso crescimento que ficou conhecido como anos dourados (1945-73)⁶¹, veio a se intensificar com a reestruturação e racionalização da produção dada a necessidade de reduzir drasticamente os custos com utilização de mão-de-obra na medida em que o sistema capitalista procura recuperar a taxa de lucro via aumento da mais-valia relativa, que se faz através da incorporação de tecnologias desencadeando o que se chama desemprego tecnológico.

Em meio a um crescente desemprego, é paradoxal o crescimento do trabalho formal na indústria têxtil, no momento atual em que vivemos numa busca constante da flexibilidade sempre impulsionada pela competitividade. A flexibilização do mercado de trabalho, apresentada como “solução” pelos ideólogos neoliberais para eliminar o desemprego, têm como consequência o avanço do trabalho informal, a “livre contratação” entre capital e trabalho com a flexibilização do que foi consolidado com o advento da

⁶⁰ “Períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas” (SANTOS, 1994).

⁶¹ Esta é a fase do capitalismo regulado pelo Estado em que à produção em massa da base técnica fordista somou-se um Estado provedor que garantiu a formação de um mercado de consumo de massa através da possibilidade de pensar o emprego e a cidadania como direitos assegurados, esta forma de proteção social adquiriu, durante o fordismo, as vestes do “Estado de Bem-Estar”.

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que vem se traduzindo na perda dos direitos trabalhistas e na imposição de limites à liberdade sindical e à negociação coletiva, já que sequer os trabalhadores conseguem se organizar efetivamente para defender seus direitos.

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 1997: 15).

Dessa forma, dentre as consequências das transformações em curso na esfera do trabalho temos ainda a representatividade dos trabalhadores comprometida, pois diversos sindicatos acabam por perder associados, o que é, em parte, responsável pela crise do movimento sindical atual “à medida que sua pretensão de falar pelo mundo do trabalho ou ao menos de sua parcela majoritária torna-se crescentemente insustentável” (SINGER, 1998:49).

Neste sentido, Alves (2000:9), faz a seguinte assertiva:

... o novo complexo de reestruturação produtiva não possui caráter ‘neutro’ na perspectiva da luta de classes. Ele apenas expressa, na medida em que se desenvolvem as alterações do processo de trabalho, algo que é intrínseco à lei da acumulação capitalista: a precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas, no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário mas, no sentido subjetivo, a sua consciência de classe. É nesse contexto sócio-histórico particular que tendem a se desenvolver, com vigor, estratégias sindicais neocorporativas, que são expressões da debilitação da solidariedade de classe, intrínsecas à fragmentação das negociações coletivas, provocadas pela nova ofensiva do capital na produção.

A reestruturação produtiva, na medida em que altera a organização da produção e do trabalho, provoca também a crise do sindicalismo, cuja principal característica é não somente a perda da representatividade sindical, mas, também, e principalmente, a debilitação político-ideológica da perspectiva de classe.

O crescimento do trabalho formal no setor têxtil do espaço metropolitano nos mostra uma realidade diferente, mas que não foge à regra do momento atual da economia brasileira, pois as vagas no mercado de trabalho industrial têxtil que estão surgindo é reflexo da atual política industrial que vem atraindo indústrias que devido suas especificidades nas etapas da produção necessitam de um maior quantitativo de mão-de-obra.

Portanto, a explicação para essa contradição do aumento do emprego formal no setor industrial está no incremento da reestruturação da produção industrial calcada em setores tradicionais, como o têxtil.

Como vemos as mudanças trazidas pela reestruturação produtiva atingiram diretamente a relação capital-trabalho e seus rebatimentos foram em múltiplas dimensões. Neste percurso, ocorrem mudanças quantitativas e qualitativas que afetam não só a dinâmica das forças produtivas, mas também a composição e dinâmica da mão-de-obra, configurando-se, desse modo, uma remodelagem no trabalho industrial.

A Unitêxtil se insere neste contexto, e, com a crescente automatização da produção, o desemprego estrutural é notório, quase tudo é automatizado e é crescente o uso de computadores, sendo necessários poucos trabalhadores para fazer o controle por seção. Uma mesma pessoa pode manusear várias máquinas ao mesmo tempo, diminuindo os gastos com pessoal; para isto há também as equipes de trabalho.

O trabalho deixa de ser individual e passa a ser realizado por uma equipe de trabalhadores fixos em seus postos de trabalho, realizando diversas tarefas em cooperação, devendo haver sincronia entre as equipes de trabalho, ou seja, não pode haver descompasso que impossibilite a chegada da mercadoria até seu processo final. Evita-se, portanto, o desperdício de tempos mortos, fazendo com que o ritmo de trabalho obedeça a uma cadência imposta pela velocidade das máquinas.

Nesse sentido, no atual modelo de produção flexível, espera-se do novo trabalhador não apenas competências específicas nas atividades a serem desenvolvidas, mas também polivalência, envolvimento, entusiasmo, espírito de liderança, desenvoltura, facilidade de comunicação, cooperação, capacidade de trabalhar em equipe, de detectar erros e de propor melhorias. Desta forma, as mudanças se fazem presentes não somente na gestão da força de trabalho e nas relações entre capital e trabalho, mas também nas expectativas em relação às mudanças de atitude e desempenho do “novo trabalhador”.

Convém lembrar o que dissemos anteriormente: o fato de os trabalhadores executarem diversas tarefas numa jornada de trabalho, tornando-se um trabalhador multifuncional, não significa menor exploração, como também não pode ser encarado como uma “conquista para o trabalhador”, pois, como parece crer B. Coriat⁶², antes, representa uma superexploração do trabalhador. Ser um trabalhador multifuncional constitui na prática ser um trabalhador mais alienado e explorado, visto que, lhe é atribuída uma enorme quantidade de tarefas. É assim que a alienação e a exploração do trabalhador chegam a um estágio antes desconhecido, mascaradas pelo discurso da flexibilização.

⁶² B. Coriat, sociólogo francês ligado à denominada “Escola Regulacionista”, autor do livro “Pensar pelo Averso” em que traz um detalhado estudo acerca do “modelo japonês”. CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo Averso**. Ed. da UFRJ, Revan, 1994.

Questiona-se o papel do governo neste contexto, e Bauman explicita:

Os governos não podem seriamente prometer nada exceto 'flexibilidade de mão de obra' – isto é, em última análise, mais insegurança e cada vez mais penosa e incapacitante. Os governos sérios não podem também prometer certeza...(BAUMAN, 1999:126).

Com máquinas alemãs, suíças e japonesas, tudo é computadorizado para colocar a matéria-prima em cada máquina que são as cardas, como pode ser vista, a seguir, a utilização de tecnologia alemã.



Foto 63: Maquinário de origem alemã utilizado no processo produtivo. MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

A automação é visível (Foto 64) quando acompanhamos o processo produtivo e observamos que, ao se quebrar a linha utilizada na máquina, o carro que se desloca de dentro da máquina como se fosse um robô substituindo mãos humanas, automaticamente faz o nó e, se acabar o rolo de linha, ocorre a troca também de forma automática.



Foto 64: Robotização da Produção. MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

Por via de sistema computacional, tem-se ainda a geração de um relatório do que houve durante o funcionamento da máquina, onde há o registro de qual problema ocorreu, quantas vezes quebrou-se a linha durante a produção, quantas vezes foram feitas emendas automáticas. Além disto, a máquina desligava automaticamente caso ocorresse qualquer problema.

Embora o investimento em máquinas na indústria têxtil cearense represente 4,6% em relação ao País, vem crescendo este investimento desde 2010, como pode ser visto na tabela 41.

Tabela 41: Investimentos em máquinas por segmento (R\$ milhões)

SEGMENTOS	Brasil			CE			CE/BR
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	
Manufaturas							
Têxteis	1.326,60	1.255,90	1.303,10	72,70	48,70	60,00	4,60%
Fiação	371,9	377,6	357,7	30,3	30,2	22,2	6,20%
Tecelagem	242,7	207,1	232,9	19,8	6,3	16	6,90%
Malharia	228,6	200,9	244	5,7	2,9	5,3	2,10%
Beneficiamento	352,4	345,9	418,9	16,9	9,3	16,4	3,90%
Outros	131	124,4	49,6	0	0	0,2	0,20%
Confeccionados	482,3	361	517,6	8,7	8,2	13	2,50%
Total	1.808,90	1.616,90	1.820,70	81,40	56,90	73,00	3,80%

Fonte: IEMI/SECEX/

Fonte indireta: Anuário da Indústria Têxtil e de Confecção 2011

Quanto à origem dos trabalhadores, constatamos que os mais antigos são de Aracati, outros de Aracoiaba e a maioria de Fortaleza. Ocorre também a importação de mão de obra, uma vez que o gerente comercial é chileno, tendo vindo de São Paulo, capacitado em curso técnico têxtil na Matarazo.

A ascensão funcional é uma realidade na Unitêxtil, uma vez que existem casos de entrada de funcionários na indústria em 1982, como estagiário, começando no setor de fiação e hoje na gerência, dominando todas as fases do processo produtivo.

O discurso na Unitêxtil é de que, com uma estrutura administrativa moderna e enxuta, que utiliza o *downsizing*, elimina excesso de burocracia ao reduzir os níveis hierárquicos dentro do processo produtivo, possibilitando acesso rápido e fácil à direção da empresa, e agilizando, assim, os processos de negociações.

Assim como em outras indústrias visitadas, na Unitêxtil, o trabalhador é tratado como colaborador, inculcando a ideologia de fazer parte de uma família, onde o trabalhador

abraça os objetivos da empresa como se fossem os seus, abdicando de uma série de direitos. A indústria constituiria a grande família a ser integrada por todos, desde o mais “importante” diretor, até o mais “simples” operário. Michelle Perrot(1988) a este respeito, analisando aspectos do paternalismo industrial na França, admoesta sobre a possibilidade de “[...] as relações sociais de trabalho serem concebidas conforme o modelo familiar: na linguagem da empresa familiar o patrão é o pai, e os operários os filhos [...]” (PERROT, 1988: 61-62). Ao tratar os operários como colaboradores, procura-se demonstrar que na Unitêxtil todos são iguais, típico exemplo de paternalismo, que se caracteriza, dentre outros aspectos, pela aparente redução da hierarquia nas relações de trabalho e, em alguns casos, por uma tênue barreira entre trabalhadores e patrões.

É notável a participação maior do trabalho masculino em razão de a natureza das atividades demandar muitas vezes maior força. Segundo dados do MTE, em 2010, era de 172.741 o número de trabalhadores na indústria têxtil de Fortaleza, sendo 102.611 para o trabalho masculino e 70.130 para o trabalho feminino. Já em 2013, o total de trabalhadores foi para 175.657, sendo que 105.154 são trabalhadores do sexo masculino e 70.303 são trabalhadoras. Mesmo representando o menor quantitativo, percebemos o crescimento do emprego da mão de obra feminina, que acompanha a tendência na indústria de transformação da Capital, sendo mais uma evidência do atual período de reestruturação.

O setor onde mais encontramos a presença do trabalho feminino foi no de revisão de tecidos(Foto 65) e na parte administrativa.



Foto 65: Operárias na Revisão do Tecido. MUNIZ, Alexsandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

No setor de revisão de tecidos, há uma análise atenciosa, minuciosa e repetitiva, visando ao melhor controle da qualidade do produto. As condições exigidas para exercer esta

etapa da produção é visível na foto 65, com uso intenso da visão, enquanto as máquinas vão exibindo todo o rolo do tecido sob iluminação dirigida, exigindo ficar em pé na maior parte do tempo para visualizar melhor todo o tecido e assinalar possíveis irregularidades.

Na camisa da trabalhadora (Foto 65), o destaque Cidadão Têxtil 2011 decorre de grande visibilidade que é dada aos funcionários que cumprem as metas predefinidas.

Percebemos ainda a importância dos sistemas técnicos voltados à capacitação da mão de obra, uma vez que o treinamento dos funcionários é feito pelo SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), utilizando-se recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Além do SENAI, há no Estado uma série de sistemas de objetos voltados à qualificação da mão de obra industrial e estudos voltados ao setor industrial: SESI (Serviço Social da Indústria), o Instituto Euvaldo Lodi, Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará, Centro de Treinamento Técnico do Ceará, sem falar que o Ceará tem o maior programa de ensino profissionalizante do Brasil. Não podemos esquecer também a importância dos IFCEs (Foto 66).



Foto 66: IFCE de Maracanaú. MUNIZ, Alessandra.

A Unitêxtil subsidia se o funcionário quer fazer faculdade para colocar os conhecimentos em prática na empresa: “Esta indústria investe continuamente na capacitação de seus colaboradores, para que estejam aptos a exercer suas funções com o máximo de eficiência e produtividade”. (J.C, 2012).

Por outro lado, é válido ressaltar que maior qualificação não é garantia de empregabilidade. É pertinente também observarmos o papel que desempenha os cursos

voltados para atender as novas necessidades da produção moderna na incultação da ideologia capitalista, mascarando o autoritarismo, visto que a manipulação ocorre de forma disfarçada, subentendida, conseguindo conquistar coração e mente do trabalhador, capturando-o de corpo e alma e padronizando-o aos parâmetros pré-estabelecidos que estão contidos nos mecanismos de sedução do empresário industrial. É desta forma que os Programas de Qualidade Total e os treinamentos realizados no interior das indústrias, através de novas técnicas de dominação e controle incultam ideologias que têm como objetivo maior a incorporação por parte da grande massa de trabalhadores dos "valores" propostos pelo capitalista, pois ao envolver todos no mesmo objetivo produz-se com qualidade para vencer a competitividade, além de se criar um clima de trabalho cooperativo e harmonioso, sem conflitos entre os cargos hierárquicos.

Ao contrário do que muitos pensam expandiram-se as possibilidades de exploração que aparece muitas vezes camuflada, Michelle Perrot em outro contexto já apontava um olhar mais amplo quanto a exploração que atinge o campo da subjetividade do trabalhador quando traz à tona a resistência dos operários franceses à maquinaria e diz que:

O que está em jogo não é apenas o emprego, mesmo que seja este o principal argumento, e sim o controle: controle das matérias-primas [...], controle dos produtos em qualidade e quantidade, controle dos ritmos e dos homens. A máquina é um instrumento de disciplina cujos efeitos precisam ser vistos concretamente: materialmente no espaço remodelado da fábrica e no emprego do tempo, fisicamente ao nível do corpo do trabalhador, de que a história tradicional das técnicas nos fala tão pouco (PERROT, 1988: 24).

Quanto aos salários e direitos trabalhistas, cada trabalhador tem direito a plano de saúde e cesta básica, e, conforme J.C “em termos da mão-de-obra comparando com Santa Catarina o custo é mais baixo aqui que é de um salário a grande maioria dos funcionários, lá é 1.000 reais e é tão especializada quanto daqui.”

Esta realidade não difere da remuneração da mão de obra têxtil na capital em que se sobressai a faixa de 1 até 2 salários mínimos, como pode ser visto na Tabela 42, a seguir.

Tabela 42: Remuneração da Mão de obra têxtil em Fortaleza

ANO	REMUNERAÇÃO					Total
	Até 1,00 SM	De 1,01 a 2,00 SM	De 2,01 a 5,00 SM	5,01 SM ou mais	ñ class.	
2013	4.359	52.202	5.592	1.275	1.317	64.745
2012	4.407	52.697	5.313	1.212	1.243	64.872
2011	4.620	51.809	5.441	1.246	1.284	64.400
2010	5.098	53.936	5.314	1.158	1.159	66.665

Fonte: MTE

Os dados da Tabela 42 revelam baixos salários, sendo geralmente trabalhos que facilmente recrutam trabalhadores por demandar pouca qualificação e para as atividades a serem realizadas, o treinamento em sua maioria é feito no próprio estabelecimento industrial.

Não há grandes exigências quanto à experiência requerida pela mão de obra, já que cada trabalhador aprende a execução das atividades em que são alocados na própria indústria.

Também não observamos a procura em reduzir o estoque de matéria-prima. Pelo contrário, notamos a prática de estocagem de matéria-prima(Foto 67), uma vez que a compra da matéria-prima é feita até a próxima safra para se prevenir das variações no mercado.

Depósito de matéria-prima: poliéster vindo da China



Foto 67: MUNIZ, Alexandra.

Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

Conforme relatou J.C,

Muitas indústrias desapareceram porque não tinham estoque. Tiveram que comprar o algodão no preço do mercado e assim não tem como concorrer. Na safra o algodão fica mais barato, fora de safra vai lá para cima. Ano passado com a crise do algodão os produtos têxteis subiram, o algodão chegou a custar 5 vezes mais do que está custando hoje, os custos da Unitêxtil são segundo preços médios, nunca segundo os preços do mercado.

Em decorrência da crescente redução e da otimização dos espaços internos das indústrias, o que sucede é a procura em reduzir o tempo ocupado pelo produto final na indústria, não havendo estocagem(sistema Kaban), mas fluxo contínuo de mercadorias, procurando atender a demanda do mercado.

Acompanhando a crescente necessidade em investir na qualidade da produção a Unitêxtil dispõe de um laboratório que fornece dados sobre comprimento, finura e resistência

da fibra de algodão. Com estes dados preparam-se os lotes que vão entrar na linha de produção.

Notamos até aqui algumas características da presença do modelo de produção flexível em que a produção deve ser ajustada à demanda do mercado, aplicação do sistema *Just in Time* (produzir no tempo e na quantidade necessários), controle de qualidade total, automação em várias etapas da produção, utilização de pouca mão de obra.

Na produção observamos ainda a intensa divisão do trabalho em variadas etapas até chegar ao produto final.

O Setor de TULHAS recebe os fardos de pluma, onde são selecionados e armazenados. Depois de recebida a matéria-prima, ocorre o início da produção de tecidos que é dividido nas fases da Produção: abertura-cardas-passadores-filatórios-fios-urdição-tecelagem-expedição

No processo de ABERTURA, os lotes de algodão já entram predefinidos. Depois de separados, são captados pela máquina que colhe um pouco de cada fardo para fazer uma mistura homogênea. Na Unitêxtil é feita a fiação, passando o algodão pelo batedor (manta e rolo), indo em seguida para as cardas, depois ao passador e aos filatórios.

As máquinas presentes na abertura recebem os fardos de pluma com capacidade de produção de até 800 kg/h de flocos. É nesta fase que a matéria-prima passa pelo primeiro processo de limpeza (Fotos 68 e 69).

Máquinas para tirar impurezas da Matéria-Prima



Foto 68 e 69: MUNIZ, Alessandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

As cardas recebem as fibras em flocos que passam por novas limpezas e cardagem das fibras, transformadas em uma fita uniforme e são armazenadas em vasos fabricados sob

medidas para armazenar até 3200 mt/s de fita cada, com capacidade de produção de até 850 kg/h de fita.

CARDAS



Foto 70: MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

PASSADOR

O passador, com capacidade de produção de até 950 kg/h de fita, recebe as fitas já cardadas que passam por um novo processo de estiragem e são monitoradas metro a metro, para que não haja nenhuma irregularidade.



Foto 71 e 72: MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

AUTOCORO (*OPEN END*)

Recebe os vasos com fitas, onde passam pelo último processo de estiragem e torção até se tornarem em fios com titulação, que vão de 4/1 a 24/1 (NE). Todo fio ainda passa por um rigoroso sistema de vigilância de detecção de defeitos e irregularidades no processo de fiar, com capacidade de produção de até 1000 kg/h de fio. (Ver Foto 73)



Foto 73: MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

A **URDIÇÃO** é o processo em que se trabalham os fios na lateral, depois ocorre o entrelaçamento para formar o tecido. Na urdideira, ocorrem o urdume e a trama. O comprimento define o total de fios para fazer o rolo. (Ver Foto 74 e 75)



Foto 74 e 75: MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

A fase do entrelaçamento, além de ser realizada por meio de máquinas também se utiliza do trabalho manual de mulheres nos teares, como foi possível ser registrado durante a visita de campo(Foto 76), quando observamos aqui o uso de mão de obra já na terceira idade. Além desta atividade exigir esforço repetitivo com tendência para adquirir uma LER(Lesão por Esforço Repetitivo), as cadeiras e o local de descanso dos pés acentuam o desconforto da compressão muscular e vascular, que exigem horas de trabalho sentado, deixando o funcionário vulnerável a problemas de coluna, sem falar na falta de arejamento do espaço, nas impurezas do tecido encontradas em toda parte, na falta de circulação de ar e no calor intenso, pois parte da produção ocorre sob telha de amianto.

ENTRELAÇAMENTO



Foto 76: MUNIZ, Alessandra.

Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

Nesta fase pudemos observar o pente(a peça mais importante do tear), constituído de furos e fendas, por onde passam os cabos da urdidura. Seu movimento vertical efetua a troca dos fios da urdidura (superiores e inferiores), o que dá origem ao processo de tecelagem. A remeteação é o passamento dos fios de urdume nas lamelas, liços e pente, podendo ser feita manualmente por pessoal especializado chamado rementina, como também pode ser realizada automaticamente, quando o fio do rolo de urdume é passado diretamente nos liços, lamelas e pente, com uma velocidade de até 200 fios/min.

Desta forma, observamos na Unitêxtil diversas características do modelo flexível de produção e do modelo até então presente, no mesmo espaço, ou seja, não ocorre uma eliminação ou substituição por completo do modelo de produção vigente, mas readaptações junto ao novo.

Diante disto, é correto afirmar que a produção capitalista não se caracteriza somente pelo paradigma vigente, dada a heterogeneidade que se apresenta, visto que existe uma combinação de formas ultramodernas com formas ultrapassadas. Como afirmou Masi (2000:167): “A passagem de uma fase à outra, de fato, não significa a substituição radical da precedente pela seguinte: significa que um elemento passa a ser central em vez de outro, que perde a hegemonia, mas não a presença e influência”.

Como afirma Gomes (2011:56): “Consideramos a reestruturação como algo dinâmico, um processo dialético, em que elementos do “novo” e do “velho” coexistem na mesma empresa, isto é, as características do fordismo e da produção flexível”.

Ocorre também no processo produtivo o uso de técnicas desenvolvidas a partir do saber popular, pois o banho de goma com base na fécula de mandioca é para aumentar a resistência do tecido e depois ir para engomadeira (Foto 77).



Foto 77: MUNIZ, Alexandra.

Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

TECELAGEM

O setor de Tecelagem recebe os fios que abastece as gaiolas da urdideira, onde são passados para os teares. É na tecelagem onde ocorre a produção do tecido.

Os paletes de fios são transportados via patinha (carrinho transportador, Foto 78) até o Setor de **Expedição**, onde são pesados(Foto 79) e embalados para pronta entrega.



Foto 78 e 79: MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

Depois de produzidos os fios(Foto 80), os tecidos seguem para o Setor de **Revisão**(Foto 81), que exige um trabalho minucioso e detalhado antes de seguir para o Setor de **Embalagem e Expedição**, ultima etapa do processo produtivo.

REVISÃO



Foto 80: MUNIZ, Alexandra.

Foto 81: MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

EMPACOTAMENTO/EXPEDIÇÃO



Foto 82: MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

Quanto ao destino dos resíduos sólidos, todo resíduo, tudo o que sobra do processo produtivo é subproduto(Foto 83), que é vendido para outras indústrias que reaproveitam para fazer fios grossos ou mesmo para a indústria de retalhos e até para alimentar o gado; ou seja, todo subproduto é reaproveitado.

SUBPRODUTO



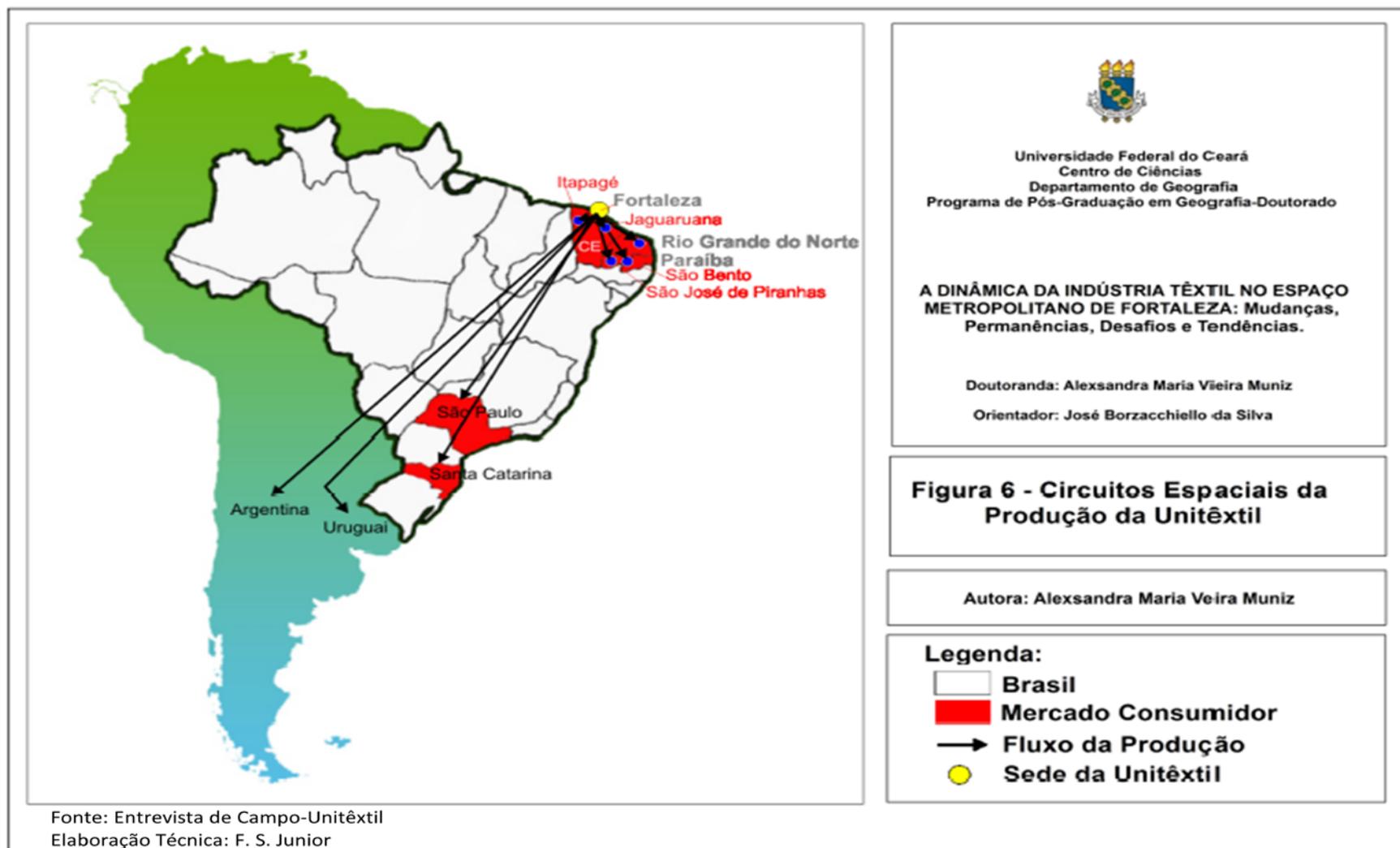
Foto 83: MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

Quanto aos fluxos da produção final, esta é voltada para os mercados Estadual, nacional e local (com a venda de tecidos principalmente para as confecções).

Enquanto na década de 1970 a Unitêxtil chegou a exportar para Alemanha, Holanda, França e Japão, hoje, segundo J.C, “a exportação para Argentina e Uruguai está relacionada ao dólar, se o dólar desvaloriza então nosso produto fica caro, o dólar influencia muito. O mercado é mais brasileiro, Santa Catarina, onde tem grandes fábricas de cama e mesa, São Paulo e Ceará”.

Podemos visualizar pela Figura 6 como ocorre os circuitos espaciais da produção da Unitêxtil.

Figura 6: Circuitos Espaciais da Produção da Unitêxtil



Pela Figura 6 observamos que o mercado consumidor Estadual e Regional da Unitêxtil é:

- Via Direta
- Mercado Central
- Mercado de Itapajé para fazer bordado no tecido
- Rio Grande do Norte
- Jaguaruana para fazer redes(Indústria Requite) e tecido final como na indústria Santa Rita Têxtil Ltda que terceiriza para Unitêxtil os primeiros processos da produção relativa à preparação dos fios.
- Piranhas e São Bento, na Paraíba.

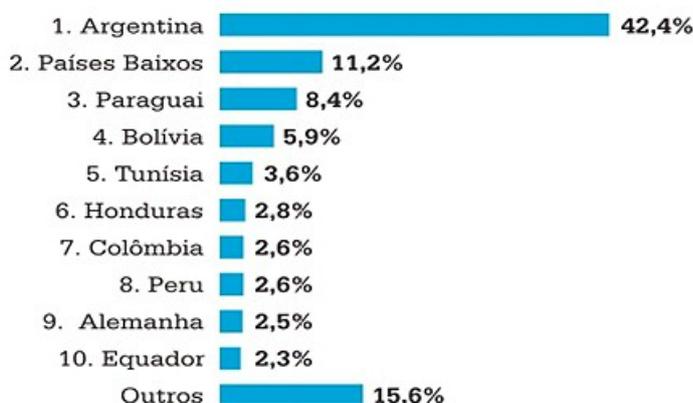
A Unitêxtil possui ainda diversos representantes em Fortaleza e nas regiões Sul e Sudeste, a saber:

- **FRANCISCO JOSÉ MULLER COSTA - ME**
Bom Sucesso Fortaleza-CE
- **S & A REPRESENTAÇÕES**
Parquelândia Fortaleza-CE
- **SANTOS MOREIRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**
Maraponga Fortaleza-CE
- **APM Representações**
Lourdes Belo Horizonte – MG
- **SOARES NUNES REPRESENTAÇÕES**
Ipiranga Divinópolis – MG
- **PRAGMÁTICOS Representações**
Santa Rosa Niterói – RJ
- **DAGOBERT HAUSER Representações**
Grande São Paulo
- **KLM ASSISTÊNCIA COMERCIAL LTDA**
Grande São Paulo
- **MANAS Representações**
Campinas
- **NASSIFF REPRESENTAÇÕES**
Grande São Paulo
- **REPRESENTAÇÕES HAUSER**
Grande São Paulo
- **TESSILE Representações**
Grande São Paulo
- **MAFIOLETTI REPRESENTAÇÃO**
Centro - Criciúma - SC
- **ONER Representações**
Itoupava Seca Blumenau – SC
- **ZK REPRESENTAÇÕES**
Centro Porto Alegre – RS

Com a intermediação destes representantes a Unitêxtil consegue expandir ainda mais seu alcance no mercado nacional, embora o mercado externo também seja um dos destinos da produção têxtil o que não difere do contexto Estadual, já que o Ceará está entre os Estados que mais exportam têxteis. Entre os países de destino das exportações têxteis do Ceará, temos:

Gráfico 14 - Países de destino das exportações Têxteis do Ceará

Países de destino das exportações do Ceará (% sobre US\$)



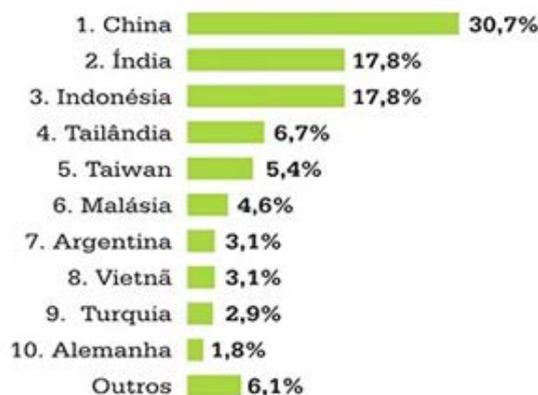
Fonte: ANUÁRIO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO, 2011

Segundo a Associação da Indústria Têxtil Brasileira, o Ceará está incluído entre os Estados que mais exportaram tecidos e confecções para o exterior. Essa lista é a seguinte, na ordem transmitida pela ABIT: São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Santa Catarina, Paraná, Ceará, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Goiás. (DIÁRIO DO NORDESTE. *Indústria Têxtil no Ceará*. Terça-feira, 17 de maio de 2011)

Como o destino da produção da Unitêxtil e de outras indústrias têxteis vai além do mercado Local, para abastecer a demanda interna o Estado vem mantendo relações comerciais com espaços cada vez mais distantes, variando de acordo com o valor ofertado. Dentre os Países de origem das importações de produtos têxteis do Ceará, vejamos o Gráfico 15.

Gráfico 15 - Países de origem das importações de Têxteis do Ceará

Países de origem das importações do Ceará (% sobre us\$)



Fonte: ANUÁRIO DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO, 2011

Pelo gráfico 15 podemos perceber o peso que tem o mercado chinês de produtos têxteis.

Os países que mais importaram produtos da indústria têxtil brasileira foram Argentina, Estados Unidos, Venezuela, Holanda, Paraguai, Colômbia, Uruguai, México, Chile e Peru. É exatamente nesses países que a China concentra a venda de seus têxteis, a preço que, em muitas vezes, é menor do que o custo de produção. (DIÁRIO DO NORDESTE. *Indústria Têxtil no Ceará*. Terça-feira, 17 de maio de 2011).

Assim como para a existência do espaço da produção a indústria requer a existência de alguns fatores, como energia, água, mão de obra e, matéria-prima, não se faz diferente na produção do espaço da circulação de seus produtos (rede de transportes, mercado consumidor).

Lencioni (2007) alerta para o fato de que

[...] a relação entre o consumo produtivo e o processo de produção e circulação do capital não se dá de forma direta, mas mediada por aquilo que Marx denominou de *condições gerais de produção*. São as condições gerais de produção, portanto, que articulam o consumo produtivo (consumo coletivo) ao processo de produção e circulação do capital.

Lencioni (2007) relata ainda que

Essas condições gerais de produção, examinadas da perspectiva de sua materialidade, podem ser definidas como materiais e imateriais. Por exemplo, no primeiro caso temos as vias de circulação material para o transporte de mercadorias e pessoas, os oleodutos para transporte do petróleo e de seus derivados, as hidrovias, as rodovias, os aeroportos, etc. E, no segundo caso, as condições gerais de produção imateriais, como as redes de energia e telecomunicações, que embora requeiram infra-estrutura material que lhe dão suporte, possuem uma dinâmica que não se consubstancia em formas corpóreas, como são os fluxos de informações e comunicações.

A Unitêxtil utiliza-se dos sistemas técnicos de transporte, notadamente o porto do Pecém, tendo sido este um dos motivos para estar em Fortaleza - o fácil escoamento da produção e o acesso fácil à rede de transporte, de comunicações e de abastecimento de água. Como afirma Baudouin (2003:26):

Os portos, outrora simples instrumentos funcionais de um modo particular de transporte, transformaram-se hoje em organismos capazes de assumir todas as relações com a mundialização. Eles tendem a tornar-se multimodais, ligando estações ferroviárias, aeroportos, plataformas rodoviárias e portos fluviais ou marítimos, e tencionam, sobretudo coordenar os bens em trânsito com os fluxos imateriais.

Conforme Silva e Cocco:

Os portos de um modo geral e os portos brasileiros, em particular, devem conectar, entre si e com os mercados, bases produtivas que não se caracterizam mais pelas grandes concentrações industriais (chamadas de 'fordistas'), mas por sistemas produtivos organizados em redes (as indústrias flexíveis, defendidas como 'pós-fordistas' (SILVA e COCCO,1999: 12).

Quanto ao papel do Estado nas relações entre o transporte e a implantação de indústrias, vem a contribuição de Ficher André (2008:120)⁵⁴.

A intervenção crescente dos poderes públicos, não apenas nas atividades econômicas mas também na escolha das localizações industriais, constitui um elemento não negligenciável nas relações entre o transporte e a implantação das indústrias. Pelas políticas de ordenamento, de descentralização, de industrialização das regiões periféricas, de proteção do meio ambiente, de bloqueamento das zonas de forte congestionamento etc., os poderes públicos orientam as implantações industriais e, em princípio, esforçam-se para assegurar a coerência espacial entre a localização das grandes infra-estruturas de transporte e aquela das atividades industriais. ...), a prática das políticas tarifárias específicas permite aos poderes públicos influenciar diretamente as relações entre o transporte e as localizações industriais.

Como relata Sene (2004), mesmo no contexto atual em que ocorrem a crescente aceleração dos fluxos e aproximação dos espaços da produção em rede, graças à tecnificação do espaço na escala planetária, em que “objetos técnicos funcionam de forma sistêmica formando redes” (SENE, 2004), os meios rápidos e eficientes de redes de transportes permitem uma mobilidade relativa do fluxo de pessoas e de mercadorias no espaço, ao

⁵⁴ No original: Transport et localisation industrielle. *Annales de Géographie*, n.483, ano LXXXVII, 1978, p. 545-559. Tradução de Eliseu Savério Sposito.

contrário do fluxo de capitais (produtivo e especulativo). Os capitais especulativos ganharam grande mobilidade como, por exemplo, o dinheiro eletrônico, desmaterializado, virtual; já os capitais produtivos são mais perenes, instalam-se no espaço produção e prestação de serviços, como: construção de fábricas, lojas, supermercados, compra de equipamentos, matérias primas e contratação de trabalhadores.

[...]o fluxo de mercadorias é menos veloz que o fluxo financeiro...as mercadorias são bens materiais, isso implica transportá-las em caminhões, trens e barcos até um porto ou aeroporto para embarcá-las. O mesmo deve ser dito em relação ao fluxo de pessoas. (SENE, 2004:64).

Quanto à energia utilizada no processo produtivo, a Unitêxtil possui uma subestação da COELCE(Foto 84).



Foto 84: MUNIZ, Alexandra.

Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

Segundo J.C, "outra opção é a indústria fazer um contrato a longo prazo de 100 reais ou utilizar as opções do mercado livre, onde se compra conforme o preço do momento, 2 meses atrás era 52 reais, hoje está 200 reais, depende de como estão os reservatórios".

A Unitêxtil utiliza também a casca da castanha como fonte de energia(Foto 85). As cascas da amêndoa, comumente descartadas pelas empresas beneficiadoras, são queimadas e usadas como fonte abundante de energia alternativa para o aquecimento de suas caldeiras, sendo transformadas em energia térmica na produção de vapor. Ao absorver as cascas de castanhas para reaproveitamento energético, a indústria evita que todo esse resíduo seja descartado em aterros.



Foto 85: Produção de energia. MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

Como utiliza a casca da castanha na caldeira para produzir gás a ser utilizado no processo produtivo, a Unitêxtil pode participar de leilões, assim o gás fica um terço mais barato.

Conforme Lencioni (2007), Marx enfatiza que o consumo produtivo está relacionado à reprodução dos meios de produção, a exemplo do consumo de estradas ou do consumo de energia, indispensáveis para propulsar as máquinas na produção, ou mesmo do consumo de escolas e hospitais que são fundamentais para a reprodução da força de trabalho.

Durante entrevista com o diretor comercial da Unitêxtil acerca da atuação do Estado e a política de industrialização, ele relatou que:

Dos Incentivos do Estado(Foto 55), tem o do ICMS, pagamos 25% do valor do ICMS que representa 3% do custo da produção, o programa para tornar a energia mais barata. O Finame para comprar equipamentos, em que compramos por menor valor. O FNE para compra de matéria prima a juros mais baixos.



Foto 86: Placa na entrada evidenciando os Incentivos Fiscais. MUNIZ, Alexandra. Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

Quanto aos serviços terceirizados, a Unitêxtil terceiriza os serviços de transporte, alimentação, segurança, embalagem, como afirma Aragão(2002):

Quando se vislumbra as empresas de fiação e tecelagem no Ceará, percebe-se que a flexibilização se registra mais no nível da contratação indireta, ou seja, através de empresas terceirizadas que atuam nas áreas de alimentação, reparos mecânicos, manutenção, serviços de transportes e segurança. (ARAGÃO, 2002:120).

A terceirização é uma das esferas da “flexibilidade” e representa uma alternativa de mão de obra flexível em que os empresários podem se precaver ante as incertezas do mercado, uma vez que a presença de trabalhadores terceirizados (notadamente na transferência para outras empresas das atividades de transporte, alimentação, manutenção de máquinas, construção de infraestrutura, serviços especializados em prevenção de acidentes etc.) representa custo inferior ao de um trabalhador regular e ao estabelecerem vínculos empregatícios com outras empresas, o que ocorre geralmente são as empresas maiores transferirem responsabilidades e riscos para as menores (DRUCK, 1995).

Se antes o transporte da matéria-prima da Unitêxtil era feito em carros de bois, hoje é procedido em caminhões(Foto 87) desde o descarregamento no porto do Pecém até chegar à indústria.



Foto 87: Descarregamento da matéria-prima. MUNIZ, Aleksandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

Quanto ao transporte do produto final, segundo J.C(2011) "a Unitêtil se responsabiliza pelo custo do frete até São Paulo, dar logística até aí. Já no caso de ir para Santa Catarina fica os custos de transporte por conta dos compradores, muitas vezes o comprador/representante já tem seu transporte".

Percebemos as interações da Unitêtil com outras indústrias, em outros municípios da Região Metropolitana, ao terceirizar os serviços de embalagem e tingimento.

A embalagem para saída de produtos da Unitêtil é terceirizada para a Rigesa, em Pacajus.



Foto 88: Fornecimento de Embalagens pela Rigesa- Pacajus. MUNIZ, Aleksandra. Visita e entrevista na Rigesa: 18 de novembro de 2011

Também são utilizadas caixas da indústria têxtil da Índia: Winsome Textil Industries Ltda. Segundo J.C(2011), "o que move a escolha do fornecedor são os preços oferecidos no mercado".

Quanto à terceirização do tingimento, a tinturaria é em Maracanaú, sendo vendidos os fios e tecidos tingidos para fazer rede(Foto 89).

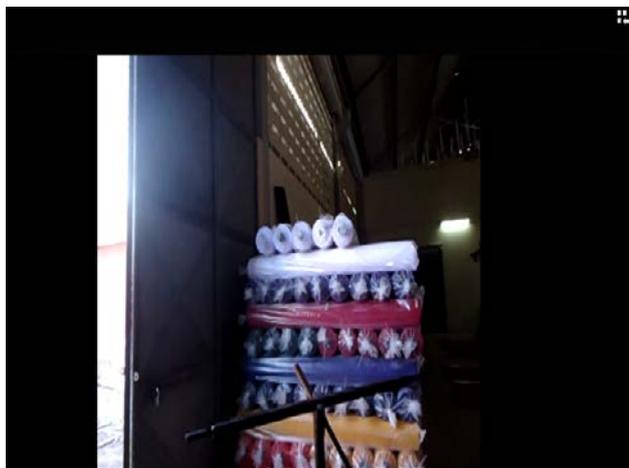


Foto 89: Tecidos tingidos em Maracanaú e embalados pela Rigesa. MUNIZ, Alexandra.
Pesquisa de Campo: 16 de novembro de 2011 e 27 de abril de 2012

Quando observamos que há espaço para uma futura expansão da indústria e questionamos acerca desta possibilidade, obtivemos a seguinte resposta: “Não pensamos em expandir, ampliar demais perde o controle e divide esforços, perde energias”, ou seja, a Unitêxtil prefere acompanhar a tendência em curso de não verticalização, mas terceiriza algumas etapas da produção. Procurando se resguardar das crises, evita expandir para uma linha de produção maior, centrando-se na fiação e tecelagem, já que uma expansão significa também maior investimento, envolve mais capital e mais recursos humanos.

Diante do exposto, é possível evidenciar através da análise em uma escala espacial menor e uma maior riqueza de detalhes como a Unitêxtil ao longo do tempo vem tentando se adaptar às exigências do capital, mas por outro lado, como disse IANNI (1997):

As mesmas condições propícias aos novos surtos de expansão mundial do capitalismo, da reprodução ampliada do capital em escala global, essas mesmas condições trazem consigo a criação e a reprodução de desigualdades, carências, inquietações, tensões, antagonismos.

Assim, o maior desafio que o presente apresenta não é para os industriais e sua capacidade de se adaptar as mudanças reestruturando a produção à lógica do mercado, mas para a classe operária a quem se reduz de forma crescente os direitos anteriormente adquiridos

e que estão cada vez mais excluídos deste processo diante do desemprego tecnológico e para conseguir se reproduzir buscam alternativas de um presente que os nega.

Michele Perrot já afirmava em outro contexto que "o discurso dominante continua a ser o do emprego, não o da produção: cada vez que um fabricante solicita autorização para fundar uma empresa, é a esse argumento – dar trabalho aos pobres, utilizar os braços ociosos – que ele recorre"(MICHELLE PERROT, 1988: 20).

Sob o discurso de geração de mais empregos e da descentralização com integração de espaços às exigências do capital industrial o que se observa é uma acentuada desigualdade socioespacial.

As consequências socioespaciais se tornam mais evidentes quando saímos do chão de fábrica e analisamos o espaço onde esta indústria se insere, é o que veremos no subitem seguinte.

5.3 A Indústria Têxtil e o Espaço Urbano de Fortaleza

Na tentativa de explicitar os aspectos socioespaciais externos ao chão de fábrica e que permeiam seus muros, fomos levados a questionar como ocorre a dinâmica industrial-urbana na indústria têxtil em estudo e suas inter-relações com o intraurbano da Capital, já que esta se sobressai no quantitativo industrial têxtil no espaço metropolitano.

Quanto às interações da indústria com o espaço do entorno, a Unitêxtil mantém uma creche voltada para a comunidade com capacidade para receber até 200 crianças, por meio do Projeto Raízes, que, desde 2003, cuida de crianças carentes da comunidade, propiciando-lhes acompanhamento escolar, atendimentos médico e odontológico, atividades culturais e esportivas. Percebemos aqui a preocupação em realizar atividades sociais voltadas para a comunidade, reflexo do atual contexto em que as indústrias procuram passar uma imagem de que estão preocupadas não somente com o lucro, mas também com o bem-estar comum, notadamente da comunidade em que se inserem. Estas ações são carregadas de interesse, uma vez que impactam na conquista de certificados e redução de impostos.

Em tempos remotos e contando com apoio Estatal, a indústria Santa Thereza e a filial Santa Cecília tinham ações voltadas para habitação dos funcionários nas vilas operárias.

A empresa, através das vilas operárias, oferecia residência ao corpo funcional, chegando a aproximadamente 300 casas em tamanhos diferentes para os operários, mestres, contramestres e pessoal de escritório. A manutenção das casas era também de responsabilidade da empresa, por isso o empregado recebia uma ajuda de custo para conservá-la rebocada e pintada.(ARAGÃO, 2002:152).

A indústria Santa Cecília também dotava os trabalhadores e seus filhos de escolas primárias, além das atividades de lazer.

As atividades de lazer constituíam a razão de ser dos clubes esportivos da fábrica São José e o da fábrica Santa Cecília. Para esta última, o clube da fábrica passou a ser referência para todos os moradores que habitavam na circunvizinhança do bairro Montese. (IBID:81).

Castells (1983), ao fazer a analogia de que as unidades urbanas são para o processo de reprodução da força de trabalho o que as empresas são para o processo de produção, entende o urbano como um *locus* privilegiado da reprodução da força de trabalho, que se caracteriza pelo consumo coletivo de bens e serviços (escolas, hospitais e transportes, por exemplo), os quais são direta ou indiretamente produzidos ou administrados pelo Estado.

Quanto às transformações no espaço onde se instalou a Unitextil, é sabido que o bairro Dom Lustosa era o Parque Santa Lúcia, que mudou de nome em homenagem ao antigo arcebispo de Fortaleza Dom Antônio de Almeida Lustosa, o que ocorreu depois da desvinculação do bairro Henrique Jorge, em 1978. As terras que hoje compõem o bairro Dom Lustosa faziam parte da Parangaba e, nesta área, transitavam os rebanhos de gado pela estrada Barro Vermelho-Parangaba. Esta estrada ligava o Barro Vermelho (Antonio Bezerra)-Parangaba, sendo ainda possível de ver o restante desta estrada, que passou a ser denominada Avenida Matos Dourado. O Sítio Ipanema e o Sítio Barro Vermelho, além de outras casas antigas, revelam o passado agrícola deste bairro, onde estão indicados riachos e dois açudes - um é o atual açude Santo Anastácio, um dos braços do maranguapinho que em parte foi aterrado por esta indústria e o outro é o Açude Ipanema. Boa parte destas terras pertenciam a F. F. Fonseca, Oliveira Paula e Terto Cabral. Depois dos anos 1940, muitas famílias construíram casas de veraneio, uma das quais foi a família Pompeu. Deste passado de espaço de veraneio, ainda existia o Sítio Ipanema que na década de 60/70 do século XX, a família Pompeu loteou e vendeu.

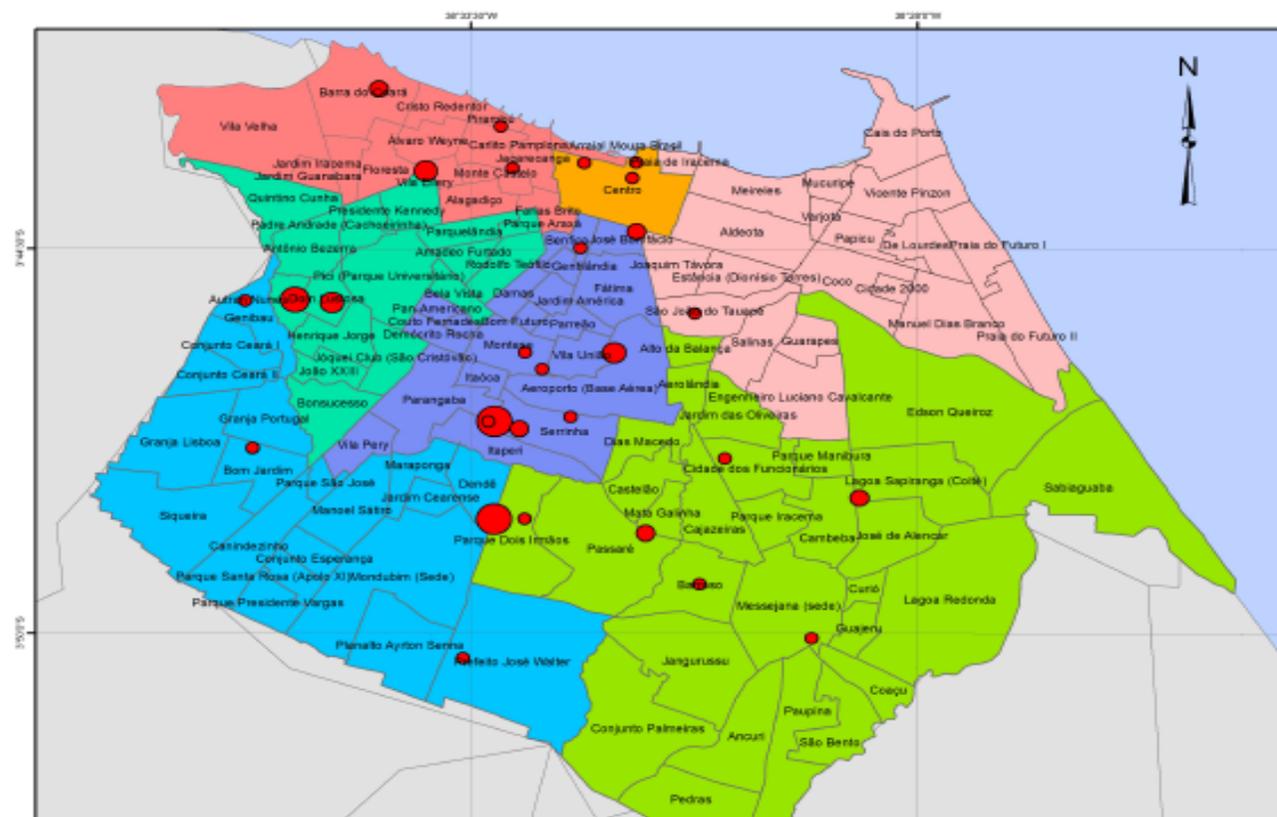
É no bairro Dom Lustosa com 1,35Km² de área e uma população de 13.147 habitantes onde está instalada a Unitêxtil, tendo sido a paisagem natural alterada com a construção desta indústria, a especulação imobiliária e a urbanização. Os riachinhos que afluíam desta indústria foram canalizados e viraram ruas, como a rua Edgar de Arruda. A avenida que fica na entrada principal da indústria Unitêxtil tem o nome do seu antigo dono, avenida Audízio Pinheiro que, do início ao fim, abrange os bairros: Dom Lustosa, Henrique Jorge e João XXIII . Segundo J.C, “a Unitêxtil começou a ser construída com incentivos do BNDES, em 1961 era tudo descampado, era periferia”.

O trabalho de campo no entorno da indústria permitiu conhecer melhor este espaço, onde pudemos encontrar muitos estabelecimentos comerciais e de serviços, como lanchonetes, panificadoras, supermercados, boutiques, mercearias, borracharias, salão de beleza, sorveteria, *Lan House*, espaços de lazer e cultura, igrejas, UPA, residencial Manoel Renato, características de um bairro popular, sendo constituído por população de baixo poder aquisitivo, tendo muitos moradores do bairro que são ou foram trabalhadores da Unitêxtil, como o Sr. Helio que entrevistamos.

Hoje eu não trabalho mais nesta fábrica, eu trabalhei quando tinha uma maior em Aracati, fui demitido na época da crise, junto com muitos outros que saíram, hoje eu vivo do aposento e quem trabalha aí é meu filho, ele faz a parte de serviços gerais, eles preferem quem é da comunidade porque não tem o risco de chegar atrasado e não precisa ter gasto com transporte. (Sr. Helio, morador da mesma av. da indústria).

Por meio da espacialização dos trabalhadores das indústrias têxteis, pudemos analisar onde estes se concentram na Capital(MAPA 8).

Mapa 8: Trabalhadores das Indústrias Têxteis em Fortaleza

**Legenda****Trabalhadores da Indústria Têxtil em Fortaleza**

- 1-19 ● 100-499 ● 1000-3099
- 20-99 ● 500-999

- Regional VI
- Regional V
- Regional IV
- Regional III
- Regional II
- Regional I
- regionalCentro
- Ceará

Fonte: Guia Industrial do Ceará(2014)
Elaboração Técnica: F. S. Junior



Universidade Federal do Ceará
Centro de Ciências
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia-Doutorado

A DINÂMICA DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO ESPAÇO METROPOLITANO DE FORTALEZA: Mudanças, Permanências, Desafios e Tendências.

Doutoranda: Alexandra Maria Vieira Muniz
Orientador: José Borzacchiello da Silva

Mapa 8 - Trabalhadores das Indústrias Têxteis em Fortaleza

Autora: Alexandra Maria Veira Muniz

PROJEÇÃO
UTM

ZONA
24S

SIRGAS
2000

ESCALA:
1:400.000

Pela análise do mapa identificamos os bairros onde se encontram os trabalhadores das indústrias têxteis, quais sejam: Autran Nunes, Dom Lustosa, Presidente Kennedy (pertencentes a regional III, onde se encontra a Unitêxtil e várias indústrias de confecção); Bom Jardim, José Walter, Genibau(Regional V); Barra do Ceará, N. Senhora das Graças, Monte Castelo (Regional I); Serrinha, Itaperi, Benfica, Montese, Jose bonifácio, Vila União(Regional IV) Castelão, Cidade dos Funcionários, Messejana, Parque dois Irmãos, Barroso (Regional VI), ou seja, em quase todas as secretarias executivas regionais podem ser encontrados trabalhadores das indústrias têxteis. A "Regional II" foi a única onde não encontramos número considerável de trabalhadores(somente em São João do Tauape) da indústria têxtil, já que esta regional é composta por uma população com maior poder aquisitivo.

Pelo quantitativo de operários construímos uma série com cinco intervalos variados, quais sejam: 1- 19 operários (é o que mais se evidencia nos bairros de Fortaleza, com 19 ocorrências temos até 19 operários do setor têxtil dispersos em vários bairros da cidade), de 20 a 99(é nos bairros José Bonifácio, Barra do Ceará, na Serrinha e Pirambu, castelão, onde podemos encontrar até 99 empregados em indústrias têxteis, como a Liseux Têxtil, a Fimatex, a Redes Isaac e a Benatextil, sendo de no máximo 5 ocorrências); de 100 a 499(podemos encontrar nos bairros onde estão indústrias têxteis como a Unitextil, a Redes Jany e a Copli, ou seja, nos bairros Dom Lustosa, Vila União e Presidente kenedy com até 500 operários voltados ao setor têxtil, tendo sido encontradas 3 ocorrências); de 500 a 999(a partir de 500 operários, temos o bairro Autran Nunes, com a presença da Passamanaria); e de 1000 a 3099(o maior número de operários são nos bairros Itaperi e Serrinha, onde se encontram duas indústrias têxteis de grande porte - a TBM a Coats Corrente).

A indústria que tem o maior número de trabalhadores chegando a 2.000 é a TBM, no bairro Itaperi e, em segundo lugar, a Unitêxtil, no bairro Dom Lustosa, com 278 trabalhadores, uma vez que a Passamanaria, mesmo com 500 trabalhadores, e a Coats Corrente com 2.800, e, embora sejam classificadas como do setor têxtil, tem como carro-chefe a produção de elásticos, linhas e zíperes, ou seja, atuam mais no ramo de aviamentos.

O maior número de trabalhadores está disperso ao oeste da Capital, acompanhando a existência das indústrias têxteis que também estão dispersas e em maior número ao oeste de Fortaleza, onde as primeiras industrias têxteis se alocaram.

Podemos afirmar, pois, que não há mais a concentração de trabalhadores somente nos espaços de tradição no desenvolvimento industrial na Capital, como as antigas zonas industriais, mas foi na parte oeste da cidade, notadamente nos bairros pertencentes a Regional

I, onde se instalaram as primeiras indústrias na primeira metade do século XX. A av. Francisco Sá, que se estende desde o bairro Jacarecanga até a Barra do Ceará, durante as décadas de 1960 e 1970 foi um dos espaços mais industrializados da cidade. Esta zona industrial cresceu fortemente, em particular, por conta das indústrias têxteis e de extração de óleos vegetais. Segundo Madeira e Costa(2005), essa concentração industrial na zona oeste da cidade estava relacionada com a presença da via férrea, que realizava o escoamento da produção agropecuária e atraiu a fixação de estabelecimentos fabris.

Na disposição espacial da zona industrial da Francisco Sá, tinha-se a intenção da fumaça das chaminés das fábricas serem levadas para o mar e não para os casarões da burguesia, como diz Pereira Júnior(2011:286): " [...]o vento no litoral de Fortaleza sopra de leste para oeste, esse arranjo favoreceu as classes mais abastadas". Assim como a Aldeota, Jacarecanga era um bairro nobre, que abrigava a elite de comerciantes e industriais, onde podemos ainda encontrar em sua paisagem urbana a presença de alguns casarões remanescentes daquele período. Hoje, como havíamos dito no capítulo 3, este espaço é predominantemente residencial, comercial e de serviços.

[...]na região oeste(Moura Brasil, Jacarecanga, Pirambu, Barra do Ceará), tanto a área residencial como a comercial vêm apresentando um crescimento acelerado desde 1996, tendo em vista o esgotamento dos terrenos das praias da região leste e pelas obras de expansão da Leste-Oeste e construção da ponte sobre o rio Ceará.[...] A expansão urbana na região oeste ocorre em direção à Barra do Ceará, através do eixo leste-oeste, traçado da avenida Presidente Castelo Branco, área bem dotada de comércio e serviços, onde predomina o tipo de ocupação mista com comércio ou 'indústria de fundo de quintal' e residência no pavimento superior. (BERNAL, 2004: 172).

Mesmo com a transferência de muitas indústrias para o D.I de Maracanaú, ao contrário do que se pensa, não ocorre na av. Francisco Sá um processo de desindustrialização. Ainda podemos encontrar indústrias de grande porte, como a Iracema, a Ironte, a Grendene, a Mecesa, a Resibras. Vale lembrar, todavia, que muitas indústrias não se encontram mais na avenida principal, mas em ruas paralelas ou transversais à Francisco Sá, permanecendo na avenida uma série de fixos voltados para alocação(SINE) e capacitação de operários(SENAI), além de serviços de assistência médica e educacional (SESI) para operários e seus dependentes.



Foto 90: SESI



Foto 91: SINE

Ocorre uma requalificação dos bairros ao longo da Avenida e, com a crescente especulação imobiliária, surgem condomínios residenciais e, também existem os conjuntos habitacionais populares, onde se alocam as famílias de baixa renda.

No terreno da antiga indústria Esmaltec, que atualmente se encontra em Maracanaú, foi instalado o Residencial Padre Hélio Campos, localizado na Avenida Francisco Sá com a Rua Graça Aranha. É o primeiro conjunto habitacional dos quatro que estão em construção para o reassentamento de 1.434 famílias residentes em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e nas seis áreas de risco do litoral oeste de Fortaleza, como parte do Projeto Vila do Mar.



Fotos 92 e 93: Habitação popular no antigo espaço industrial
Trabalho de campo com Profa. Clelia e Pesquisadores do LAPUR

Enquanto são reassentadas famílias em antigos espaços industriais, ocorre a requalificação de bairros aonde residiam (e alguns ainda residem) operários das indústrias que se localizavam nas proximidades da avenida principal. No que concerne à revitalização da costa oeste através do Projeto Vila do Mar que envolve, dentre outros o bairro pirambu aonde ainda se encontram operários que vieram do interior em busca de trabalho nas indústrias nos anos de 1960, nos fala Bernal,

A requalificação do bairro terá enorme repercussão para o crescimento da região, que se estende até a ponte sobre o rio Ceará, com a desapropriação e a realocação de populações que habitam o Pirambu. Esta revitalização da costa oeste de Fortaleza será um atrativo para o capital imobiliário e turístico, que já conta com a saída de parte de sua população para áreas mais distantes, desprovidas de infra-estrutura, serviços e equipamentos coletivos, para dar lugar à reabilitação do bairro com vista para o mar, para atrair o turismo.(BERNAL, 2004:172).



Fotos 94 e 95. Remoção de guetos operários
Trabalho de campo com Profa. Clelia e Pesquisadores do LAPUR

Embora predomine neste espaço uma população de menor poder aquisitivo, constituída por trabalhadores assalariados ou do setor informal, é visível a presença de casarões ocupando quase um quarteirão, isto é uma característica do arranjo espacial da capital em que presenciamos verdadeiros contrastes. Conforme Villaça(1998:142) "... a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço." Em outro momento afirma que "segregação é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros." (VILLAÇA, 1998: 147-148).

Mesmo com o projeto de requalificação e a construção de conjuntos habitacionais permanecem as territorialidades construídas com a saída ou falência de inúmeras indústrias. Silva(1992) analisa a ação Estatal através da construção de casas como "solução" para a questão da moradia para este segmento social constituído pelos grupos sociais excluídos:

A situação de miséria sem dúvida prevalecerá. Não se resolve a questão da habitação sem se resolver a questão da renda. É lógico que os espaços criados, agora em forma de conjuntos, para uma população de baixíssimos níveis de renda, e, em muitos casos sem renda, serão convertidas em pouco tempo, em áreas problemáticas quanto aos serviços e equipamentos urbanos. Em primeiro lugar, a transferência dessas famílias para conjuntos, implica em impor a elas novas necessidades inexistentes no ambiente de favelas (taxas de água, luz, impostos e, principalmente, transporte, pois a maioria dos conjuntos são construídos em áreas distantes) (SILVA, 1992: 68-9).

De acordo com Madeira e Costa(2005):

[...]A saída das indústrias do bairro gerou grandes transformações no uso e ocupação do solo urbano, pois gerou desemprego, área de antigas indústrias foram vendidas para construção de condomínios e estabelecimentos comerciais e de serviços e outros foram ocupados por cortiços e comercio e consumo de drogas.

O crescimento da violência e da criminalidade, com a saída de indústrias, pode ser constatado durante visita de campo em que espaços de antigas indústrias servem atualmente

para outros fins, como as instalações da antiga Vilejack Jeans, moradia irregular para pessoas menos favorecidas economicamente que através da autoconstrução passam a viver nestes antigos espaços.



Fotos 96 e 97: Ocupação irregular na Antiga Indústria Vilejack

Em alguns destes espaços que hoje já se vê construção de alvenaria, anteriormente foi ocupado por sem tetos que colocaram plásticos e fincaram restos de construção para delimitar o espaço a ser ocupado por família. Em alguns trechos se percebe que conseguiram junto a associação de moradores, fazendo pressão ao poder público, alguns serviços infraestruturais básicos. É o Estado que

Diante de sua incapacidade ele institui “ legalmente” o ilegal, ou dizendo o contrário, uma legalidade gera uma ilegalidade. Já que não tem condição de assumir a produção do espaço urbano com políticas públicas capazes de atender a demanda social por habitação, equipamentos e as infra-estruturas capazes de garantir o mínimo de inserção da sociedade, ele acaba sendo conivente na produção da cidade ilegal, com suas favelas, cortiços, etc. Os muros da cidade contemporânea são invisíveis; a muralha se manifesta de outra forma, tem outro formato construtivo, está ligada a esse nível de urbanidade: é uma muralha que mantém a segregação(SILVA, 2008: 153).

Corrêa(2000) nos fala acerca da segregação residencial ao afirmar que a existência de diferentes classes sociais é refletida no espaço através da desigualdade residencial, sendo a elite respaldada pela atuação seletiva do Estado, estes, os maiores impulsionadores da diferenciação nas condições de moradia.

A classe dominante ou uma de suas frações, [...], segrega os outros grupos sociais na medida em que controla o mercado de terras, a incorporação imobiliária e a construção, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano. Indiretamente atua através do Estado (CORRÊA, 2000:64).

Quanto ao rebatimento no espaço das classes sociais fragmentadas Corrêa(2000) diz que:

Verifica-se basicamente devido ao diferencial da capacidade que ...cada grupo social tem de pagar pela residência que ocupa, a qual apresenta características diferentes no que se refere ao tipo e a localização. Em outras palavras, as áreas sociais resultam das diversas soluções que as classes sociais e suas frações encontraram para solver os problemas de como e onde morar. Mas estas soluções não derivam de uma ação autônoma por parte das classes sociais vistas enquanto consumidoras(CORRÊA, 2000: 62).

Kowarick(1979) nos remete à lógica da produção do espaço urbano, em que a produção se faz de forma coletiva, sendo uma construção social, mas a apropriação desse espaço, se faz de forma privada, com grandes diferenciações e com uma seletividade que obedece aos interesses e ditames da sociedade capitalista. Assim, o autor faz alusão ao que chama de "espoliação urbana".

Embora em outro contexto, mas na busca de perceber como o desenvolvimento do capital em sua essência continua em sua forma histórica de atuação Kowarick (1979) afirma que:

Ora, no processo de produção da habitação, se existem empresas de porte nitidamente industrial bem como unidades com características manufatureiras, as classes trabalhadoras em proporções que variam em cada cidade, mas que são sempre significativas, solucionam seu problema – além do aluguel de habitações deterioradas e da construção de barracos em favelas – através da autoconstrução de suas residências. A razão desta espécie de 'economia natural' em pleno sistema urbano-industrial, cuja mola propulsora e dominante centra-se nas empresas com alta densidade de capital, nada têm de anacrônico pois a produção capitalista organiza-se, não para prover os trabalhadores com os meios de vida necessários para sua subsistência, mas para realizar um excedente que é privadamente apropriado (KOWARICK, 1979:56).

Observamos que antigos estabelecimentos industriais estão, agora, ou abandonados, servindo de abrigo para criminosos, consumidores de drogas e pontos de prostituição, ou colocados à venda.



Fotos 98 e 99: Atual uso do espaço da Antiga Indústria Vilejack

Além de encontrarmos ao longo das ruelas da avenida principal muitos operários das indústrias que aí permanecem, muitos guetos hoje são constituídos pelas famílias de operários que ficaram desempregados e não conseguiram mais se inserir no mercado de trabalho.

No que se refere aos guetos Lefebvre nos fala que :

[...]mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece de imediato com uma evidência berrante, surgem, ao exame, uma pressão nesse sentido e indícios de segregação. O caso-limite, o último resultado é o gueto. Observamos que já vários guetos e tipos de guetos: os dos judeus e os dos negros, mas também os dos intelectuais e os dos operários.(LEFEBVRE, 1991:94).

Não é somente na av. Francisco Sá onde encontramos espaços outrora ocupados por trabalhadores e por indústrias têxteis e que, acompanhando as transformações na cidade ao longo do tempo, hoje servem a novos usos, como, por exemplo a antiga indústria Progresso, no Centro que como dissemos anteriormente passou a ser usada para o comércio de confecção, a Fiação Algodões Finos do Quixadá Ltda, antigamente situada à avenida Bezerra de Menezes(no antigo prédio da Siqueira Gurgel), e, que hoje é a Jangadeiro Têxtil funcionando em Maracanaú, a antiga Fabrica de Redes São José, na avenida Filomeno Gomes nas proximidades da Escola de Aprendizes de Marinheiros e da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes onde está sendo construído o *shopping* Boulevard Jacarecanga, inserido no projeto de *shoppings* nos bairros da cidade de Fortaleza-CE. No complexo que terá um shopping e três torres - uma comercial e duas residenciais - estão sendo investidos R\$ 250 milhões, sendo um empreendimento do empresário cearense Alexandre Filomeno Gomes (sócio-majoritário da A2W Empreendimentos e Participações) juntamente com um grupo de associados paulistas no complexo.



Foto 100: Espaço ocupado pela antiga Fábrica de São José

O bairro do Jacarecanga, que já abrigou a aristocracia de Fortaleza, passa por um momento de transformação em função da melhoria da renda da classe média emergente. A região vai ganhar um shopping center e aproximadamente duas mil unidades habitacionais, com obras de construtoras como a Rossi, Colmeia, Jathay e Previcon. Alguns projetos estão em fase de conclusão e devem garantir ao bairro um novo fluxo de pessoas. Alexandre Philomeno Gomes explica que será mantida a fachada da antiga fábrica de tecido São José e construído um memorial com a história das famílias e empresas que faziam parte do bairro. (O POVO. *Economia*. Shopping e valorização do Jacarecanga. 05 de abril de 2013).

De frente ao espaço antes ocupado pela Finobrasa (atual Vicunha em Pacajus e Maracanaú), na av. Humberto Monte, esquina com Sargento Hermínio, no bairro Presidente Kennedy, será construído o *Shopping Rio Mar Norte*, com 60 mil m², um investimento do grupo pernambucano JCPM (João Carlos Paes Mendonça). Integrado ao projeto, a construtora Moura Dubeux, também pernambucana, erguerá torres residenciais. "O negócio foi fechado entre JCPM, Moura Dubeux e os grupos Otoch e Esplanada. Os dois últimos donos do terreno. [...]O Grupo Vicunha, dono da antiga fábrica Finobrasa - em frente - não descarta negociar o imóvel no futuro". (O POVO. *Colunas.Vertical S/A*.12 de agosto de 2012).



Foto 101: Construção do Shopping Rio Mar Norte em espaço anteriormente ocupado por indústrias.

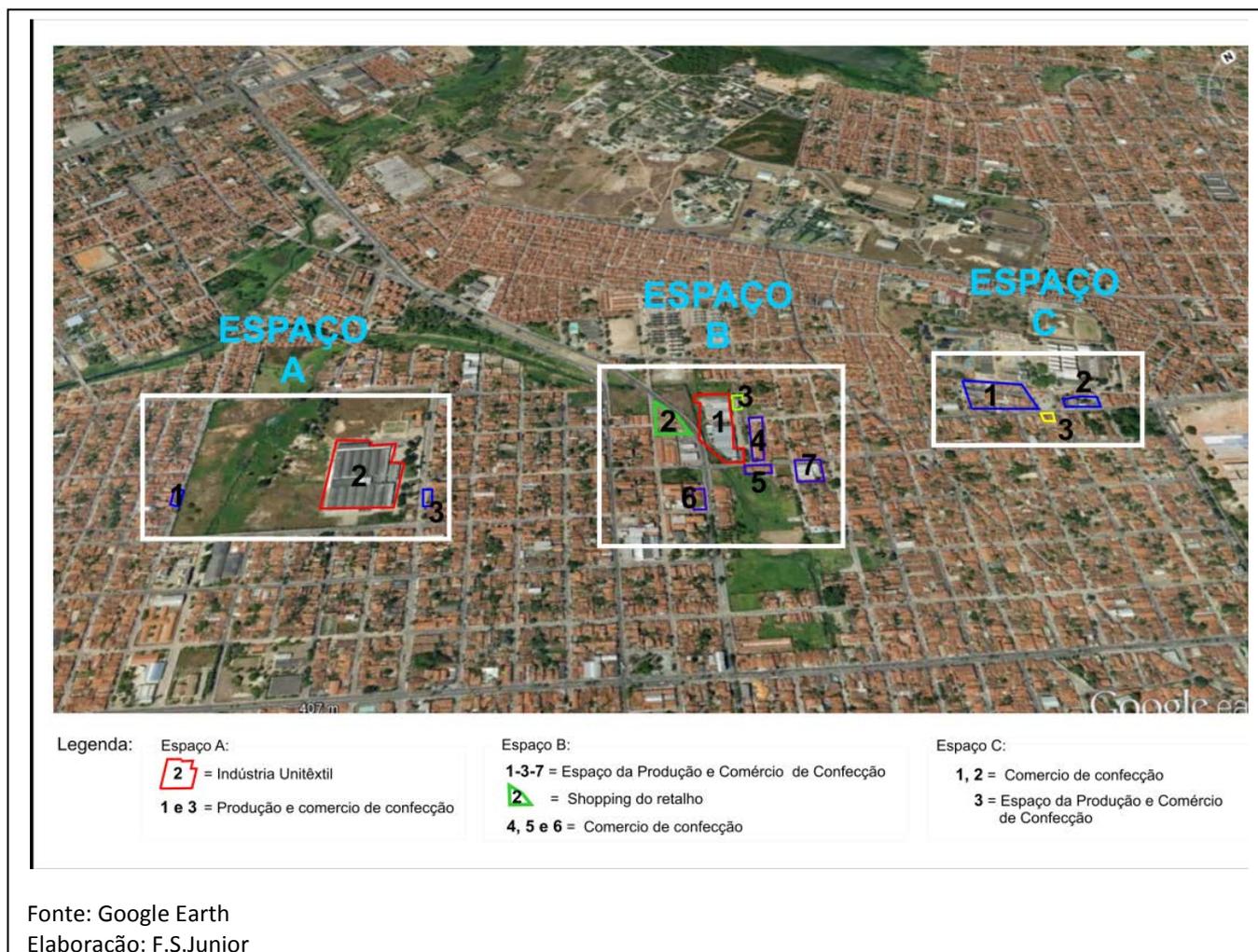
Enquanto isto, foi inaugurado o Rio Mar Shopping situado no terreno da antiga fábrica da Brahma, no Papicu, ocupando 114 mil m². O investimento total declarado foi de R\$ 600 milhões. Neste espaço, a Moura Dubeux planejou torres residenciais e também edifícios comerciais, além de um hotel.

É assim que antigos espaços industriais, hoje, passam a ser espaços de especulação imobiliária para ocupação residencial, de comércio ou serviços.

A pesquisa de campo nos permitiu ainda descobrir a existência de um verdadeiro nicho de produção e comercialização têxtil e de confecção no espaço próximo da Unitêxtil, com a presença das indústrias de confecção Randeles, Geração Jovem, Terceira Via, Ponto da Moda, Geração Urbana, Onilev Jeans; as lojas Planeta Verde, loja da fábrica Rihomo etc,

além de facções, encontramos ainda lojas de tecidos, lojas de moda íntima, *shopping* de aviamentos, senão vejamos:

Figura 7 – Espaço da produção e comércio têxtil e de confecção no entorno da Unitêxtil



No "**Espaço A**" da Figura 7 temos a Unitêxtil no ponto 2, no ponto 1 a loja e indústria Geração Jovem que fica de frente ao terreno murado aos fundos da Unitêxtil e no ponto 3 a loja e a indústria de confecção Randeles que fica na mesma avenida do portão principal da Unitêxtil.

Nas proximidades da Unitêxtil, apresentam-se dois espaços de predomínio do setor de confecção, tanto em produção como no comércio.

O "**Espaço B**" tem sete pontos de comércio e produção de confecção, a seguir delimitados.

No ponto 1, temos a indústria de confecção Terceira via

No Ponto 2, funciona o “Shopping do retalho “El Dourado”, voltado para venda de tecidos e retalhos.

O ponto 3 é a loja e indústria do Ponto da Moda, dois galpões que fazem parte da Terceira Via, mas que estão alugados ao Ponto da Moda. A decisão por parte da Terceira Via em alugar uma parte da indústria aconteceu quando a produção diminuiu, uma vez que o fornecimento de confecções aos grandes magazines foi reduzido; então não houve mais a necessidade de ter uma estrutura tão grande.

O ponto 4 é configurado logo à frente da indústria Terceira Via, no qual tem nove lojas e todas com confecção, além de residências onde funcionam facções.

O ponto 5, da mesma forma, são 16 lojas, sendo 15 de confecção e um salão de beleza.

O ponto 6 apresenta três lojas, sendo duas voltadas para confecção e uma para a venda de tecidos.

O ponto 7 é a Indústria Onilev Jeans, na qual funcionam agora apenas o escritório e um depósito.

O “**Espaço C**” apresenta três pontos.

No ponto 1, conhecido como Rua Guarani, ou Rua do Campo, pode-se contabilizar cerca de 70 lojas que trabalham com confecção, dentre elas a “Planeta Verde” que trabalha com a linha infantojuvenil e que também é do mesmo dono da “Terceira Via”. Antes de se localizar na Rua Monsenhor Hipólito Brasil, 1200, a indústria “Terceira Via” ficava nesta rua, onde ajudou a desenvolver o comércio local até chegar à quantidade de lojas que tem hoje.

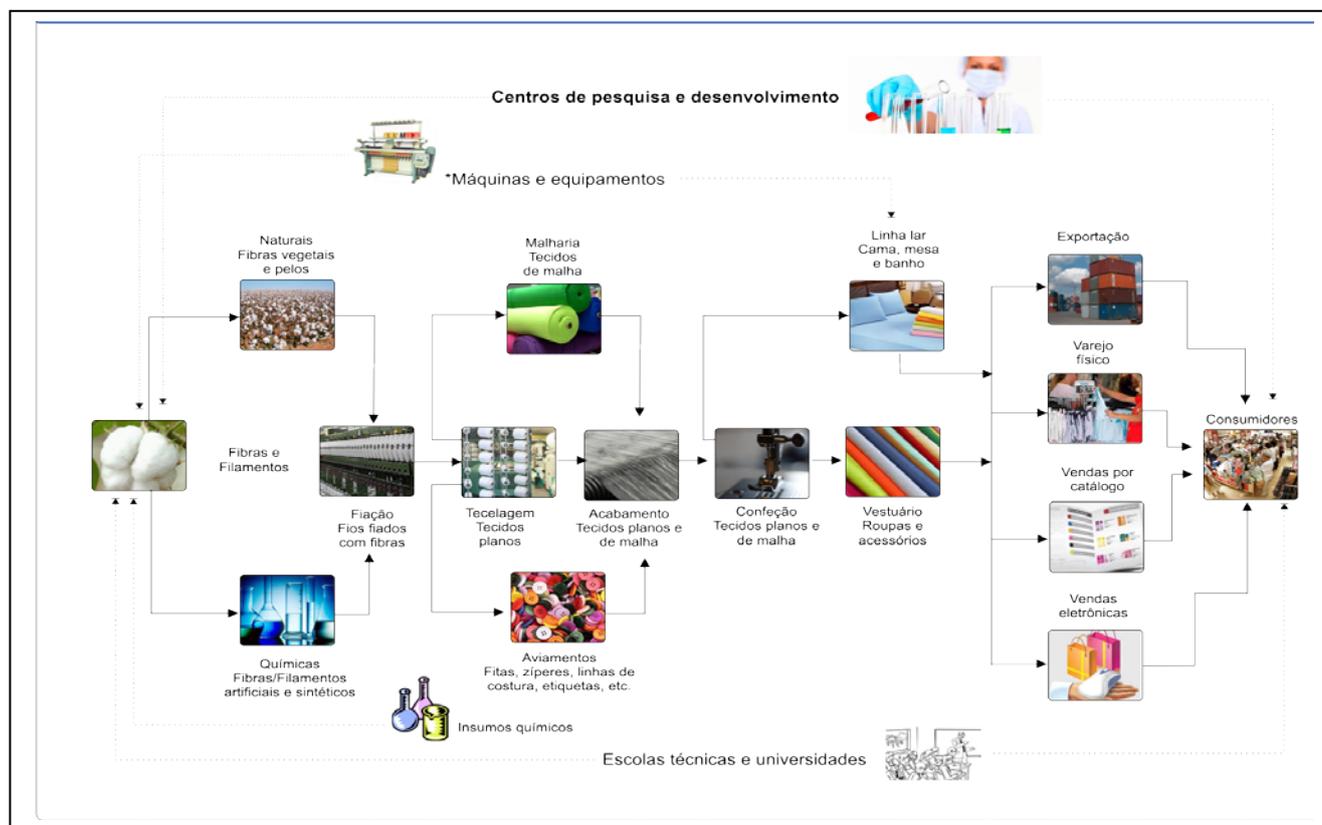
No ponto 2 do “espaço C”, existem cerca de 13 lojas que trabalham com diversos segmentos de confecção, moda-praia, roupas íntimas, masculina, feminina e infantil.

No ponto 3, existem uma indústria de roupas íntimas e uma loja da própria indústria “Onda Louca”, em cujas dependências também funciona um *shopping* de aviamentos e no período da noite uma lanchonete com o mesmo nome da fábrica.

O potencial deste espaço no desenvolvimento do setor têxtil e de confecção beneficiando-se daquilo que os economistas chamam de economias de aglomeração, acabou aglutinando o espaço da produção e consumo.

Como já havíamos afirmado, há intensa relação entre a indústria têxtil e de confecção. Somente adentrando o intraurbano, é possível entender estas imbricações. A figura 8 explicita como estes dois ramos industriais se entrelaçam.

Figura 8: Estrutura da Produção e Distribuição Têxtil e de Confeção



Fonte: Muniz,2014. Elaboração Técnica: F.S. Junior

Percebemos pela figura que, enquanto a indústria de confecção depende da têxtil para fabricar o vestuário e chegar até o mercado consumidor, a indústria têxtil não depende somente da indústria de confecção para comercialização do fio ou tecido, uma vez que pode ter como compradora outra indústria têxtil que atue em uma das etapas da produção, lojas de venda de tecidos, ou comprador individual, o que é mais raro, já que a venda se dá geralmente em grandes quantidades, ou até mesmo pode chegar até a fase da confecção e comercialização, como vimos no capítulo 3.

Questionamos o fato de a Unitêxtil não fornecer tecido ou mesmo vender seus produtos no entorno do bairro, mas ela já está com seu mercado consolidado, e das indústrias com as quais mantém relações comerciais, temos como exemplo a Permax, localizada em Maracanaú, voltada para produção de entretelas, e como a principal matéria-prima é o tecido cru de algodão, carro-chefe da Unitêxtil, a parceria com a indústria local se revela, pois 100% desses tecidos são vendidos pela Unitêxtil.

Percebemos que os circuitos espaciais da produção(SANTOS e SILVEIRA, 2001) permitem que as relações da Unitêxtil se dêem tanto no espaço distante(nacional ou internacional) seja mediante a compra de matéria-prima e venda do produto final, como no

espaço metropolitano(Maracanaú) ou intraurbano da Capital seja através da venda do produto final ou parceria com outras indústria e contratação de serviços necessários ao escoamento da produção(transporte, alimentos segurança e embalagem).

Assim, podemos afirmar que a Unitêxtil mantém relações com variadas escalas espaciais, desde a compra da matéria-prima, passando pelo processo produtivo, até a venda do produto final, não obedecendo mais aos antigos padrões espaciais de hierarquia urbana.

Como dizia Santos (1993: 137),

Aqueles esquemas simplórios (...), mostrando redes urbanas formadas com diversas categorias de cidades distinguidas em níveis hierárquicos, são coisa agradável de olhar, sem dúvida instrumento de aproximação da realidade, mas não suficiente para sua interpretação. Esse tipo de classificação em níveis sucessivos deixa de ter uma relação direta com a demanda de sua região, e à proporção que cada região se especializa: uma especialização regional, que é, também, especialização da demanda ligada ao consumo produtivo.

Enquanto o espaço da produção industrial têxtil ocorre de forma concentrada, o espaço do consumo ocorre disperso em diferentes escalas espaciais.

Consoante Santos(1993), no sistema urbano há tendência crescente à diferenciação e à complexificação. A maior densidade e espessura da configuração territorial permite um novo patamar de integração do espaço.

A espessura do sistema espacial é dada pelo uso da ciência, da tecnologia e da informação, e cria as condições para maior divisão do trabalho, mais solidariedade e maior peso dos fatores organizacionais, levando a maior rapidez, e maior vigor, ou mesmo brutalidade, nas mudanças de hierarquia (IBID:138).

O próprio espaço onde hoje está alocada a Unitêxtil é um indicativo da dialética do processo em curso, uma vez que não é um espaço de tradição do desenvolvimento da industrial têxtil na Capital, como as antigas zonas industriais, conforme vimos no capítulo 3. Não há mais a lógica da concentração em antigas zonas e sim a dispersão e, onde as condições ideais não existem, o capital as cria. Por outro lado, refletindo a própria contradição do processo em curso continua a concentração de indústrias na Capital, onde o escoamento da produção é mais viável, a mão de obra é mais abundante e capacitada. Por isto, se fazem necessários estudos particulares, sem se perder a noção do todo para entender as especificidades, porque não dá para padronizar ou elaborar teorias gerais, mas entender o presente com os olhos do passado e caminhando para o futuro.

Como podemos perceber, "o espaço urbano é produto, processo e reflexo da sociedade", segundo nos fala Corrêa(1995), é o "Lócus da reprodução das relações sociais de produção" suas representações e contradições. (LEFEBVRE, 1976 apud CORRÊA, 1996).

A produção de Harvey(1973)⁵⁴ sobre a justiça social e a cidade, já nos permitia entender que a dinâmica urbana não apenas reflete a estrutura social de uma dada sociedade, como também constitui-se em um mecanismo específico de reprodução das desigualdades.

O urbano se apresenta como a negação da reprodução da força de trabalho em patamares aceitáveis, é, pois, sua dilapidação permanente de forma espoliativa e fica a desejar a cidade como unidade de reprodução social e de consumo coletivo, como espaço de reprodução da vida em todas as suas dimensões. Carlos falando da apropriação da vida em todas as suas dimensões nos diz que:

[...] as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões, e estas fogem – apesar de englobá-lo – o mundo do trabalho, envolvendo e ultrapassando a produção de objetos, produtos, mercadorias, isto porque a produção da vida não envolve apenas a reprodução dos bens para a satisfação das necessidades materiais: é também a produção da humanidade do homem” (CARLOS, 2001:13).

Desta forma:

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória. (CARLOS, 2007:26)

Pensar o espaço metropolitano de Fortaleza e a dinâmica urbana a partir de formas espaciais(de produção:indústria têxtil e os fixos voltados a reprodução da força de trabalho: habitação, transporte, instituições de capacitação) e as transformações ao longo do tempo até chegar ao presente em que se insere não é uma tarefa simples. O retorno, entretanto, se faz mais enriquecedor quando ao olhar do observador está intrínseca a tentativa de resgate das apreensões construídas a partir das transformações na cidade e no modo de vida urbano, perceptível no maior fluxo de pessoas, mercadorias, transporte, do contato com diferentes atores, como também através das formas espaciais do passado e presente e a diversidade ao longo do tempo nas funções urbanas.

Pudemos compreender a presença e concentração da indústria têxtil em Fortaleza e suas interações com diferentes espaços através dos *circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação* (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Fortaleza continua ocupando papel de destaque sobre os outros municípios do espaço metropolitano, mas permanecem as desigualdades, ou verdadeiramente dizendo, se intensificam as desigualdades já existentes,

⁵⁴ HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. (Título original: Social Justice and the City) 1973.Tradução: Armando Corrêa da Silva, São Paulo: Hucitec, 1980.

contribuindo, assim, para acelerar e perpetuar uma estrutura marcada por um processo de acumulação, concentração e centralização da renda e do poder fruto do processo de expansão capitalista que desde o período colonial se desenvolve contraditoriamente, provocando geografizações diversas ao privilegiar espaços seletos e não atingir igualmente, nem ao mesmo tempo, os diferentes atores e coadjuvantes deste processo.

Assim a importância crescente da reestruturação tecnológica e setorial não eliminou a exploração do desenvolvimento geograficamente desigual como fonte de manutenção dos superlucros. Tampouco reduziu a importância política e econômica da espacialidade da vida social. Ao contrário, o período contemporâneo de reestruturação tem sido acompanhado por uma visibilidade e uma conscientização acentuadas de espacialidade e da espacialização, da regionalização e do regionalismo. A instrumentalidade das estratégias espaciais e locais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos. Simultaneamente, há também um crescente reconhecimento de que o operariado, bem como todos os outros segmentos da sociedade que foram periferalizados e dominados, de um modo ou de outro, pelo desenvolvimento e reestruturação capitalista, precisam procurar criar contra-estratégias espacialmente conscientes em todas as escalas geográficas, numa multiplicidade de locais, afim de competir pelo controle da reestruturação do espaço(SOJA, 1993:209-10).

Portanto, esta tese nos permitiu analisar as transformações que se realizam na atividade industrial e, conseqüentemente, no espaço metropolitano de Fortaleza, bem como os impactos socioespaciais, com base na reestruturação em curso, possibilitando tecer as considerações finais, a seguir.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças e permanências, os desafios e as tendências que a pesquisa permitiu evidenciar revelam que cada espaço tem particularidades, respondendo à sua maneira às novas exigências do capital, que não consegue homogeneizar, contribuindo para uma maior heterogeneidade.

A adoção de uma política de abertura do capital à competição global e a busca de uma integração mais estreita à economia mundial, somada à intensificação das práticas neoliberais em um ambiente de reestruturação produtiva, trazem consigo um conjunto de transformações que imprimem marcas profundas em todas as esferas da sociedade. Os fatos até aqui expostos corroboram para afirmar que os impactos da reestruturação produtiva na indústria, se traduzem no dualismo do mercado de trabalho, dado o desemprego crescente acompanhado do aumento do emprego formal, em novos requisitos e qualificações da força de trabalho com o surgimento de postos de trabalho, ocasionando assim modificações na estrutura profissional e na equação dos empregos, na intensa mobilidade da força de trabalho, no crescente emprego da mão de obra feminina e juvenil, na intensa divisão e degradação do trabalho, cada vez mais desqualificado, e, para os que são contratados, na expansão do espírito capitalista (individualismo), na insegurança dada a ameaça constante do desemprego, na intensificação da jornada de trabalho, paralelamente, vem ganhando espaço as terceirizações, a presença de estagiários, as péssimas condições de trabalho, o aviltamento das relações de trabalho, o que significa criar as condições propícias para o aumento da exploração do trabalho, na redução dos índices de sindicalização etc.

Assim, podemos destacar dentre as consequências trazidas pelo presente período no trabalho industrial:

- Crescente racionalização do processo de trabalho;
- Redução do tempo de produção;
- Aumento da produtividade do trabalho;
- Aumento do desemprego para os trabalhadores de baixo nível técnico e educacional;
- Intensa exploração (direta e indireta) da força de trabalho;
- Aumento da intensidade e do ritmo da jornada de trabalho;
- Demanda por força de trabalho não qualificada ou semiquificada em determinados ramos produtivos;
- Ampliação da divisão social e espacial do trabalho;

- Maior inserção das mulheres, jovens e de trabalhadores das faixas etárias mais elevadas no mercado de trabalho;
- Dualismo do mercado de trabalho (maior “qualificação”, escolarização e maiores salários & empregos instáveis - precários, temporários, “desqualificados” e com salários inferiores);
 - Cooperação, trabalho em equipe, polivalência e multifuncionalidade;
 - Maior mobilidade da força de trabalho;
 - Crescimento da terceirização;
 - Inadequadas condições de trabalho (segurança, higiene e saúde no trabalho);
 - À divisão social do trabalho fundamentada nas diferenças de sexo, idade e na força física soma-se a busca pela redução da hierarquia entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, eliminação dos escalões de comando intermediários, especificamente nos pontos de contato com a produção.
 - Horizontalização da produção, com espaço à terceirização;
 - Na área operacional, os encargos de supervisão e mestria são delegados aos trabalhadores organizados em células com fluxos dependentes de produtos e serviços;
 - Toma lugar a flexibilização das relações de produção que obedece a demanda do mercado;
 - A aplicação de novas ferramentas de gestão correspondente à reestruturação da administração empresarial;
 - A incorporação de tecnologia baseada na informática, elevando a velocidade da produção com aumento da produtividade;
 - A robotização e o conseqüente desemprego estrutural também são práticas crescentes;
 - A redução do tempo de transporte dos insumos;
 - Reaproveitamento dos resíduos e a busca pelo desperdício zero;
 - A ênfase na qualidade do produto, a busca de certificações ISO;
 - A redução dos custos de produção e a introdução de produtos em novos mercados e
 - A revitalização da maquinaria, suplantando a base técnica tradicional, como, por exemplo, na indústria têxtil, a etapa de fiação dinamizada pelos filatórios

open-end e as tecelagens incrementadas com teares a ar comprimido; ambas as maquinarias são muito mais velozes e primorosas na qualidade do produto.

Como não é possível mostrar a caracterização única de um fenômeno que se delinea e se manifesta em sua pluralidade, não obstante, as questões até aqui suscitadas nos permitiram vislumbrar as particularidades inerentes ao desenvolvimento do capital industrial têxtil e algumas consequências socioespaciais.

Portanto, além destas transformações gerais da indústria, no setor têxtil foi possível analisar algumas consequências da reestruturação através de visitas em uma série de indústrias têxteis e de confecção, não somente na capital e região metropolitana, como em Jaguaruana.

Ademais, a diversidade e especificidade do ramo têxtil e suas consequências socioespaciais requereu uma análise particular através do estudo de caso da Unitêxtil. Desta forma, dentre as consequências da reestruturação na Unitêxtil evidenciamos:

O fechamento da matriz Santa Thereza e de quase todas as filiais, contrastando com o período de expansão que passava no início dos anos 1980. Esta indústria se retrai, buscando reduzir custos, reestrutura-se, fecha filiais e acaba por unir todas as 5 unidades em uma só, a Unitêxtil que demitiu 90% dos funcionários.

A Unitêxtil continua sendo um empreendimento familiar característico dos tipos de indústria que predominam em nosso Estado, sendo hoje administrada pela 4ª geração da família Pinheiro que a criou.

Esta indústria concentra suas atividades em uma moderna planta industrial de fiação e tecelagem, não atingindo a malharia que é uma tendência das indústrias têxteis, mas oferece por meio de parceiros, alguns serviços de acabamento (tinturaria e estamparia).

A Unitêxtil se destaca entre as maiores indústrias do Ceará, ocupando o terceiro lugar, ficando atrás somente da Vicunha e da TBM. Com isto, tem aumentado seu patrimônio, faturamento, vendas, mas isto não vem acompanhado do aumento em contratações.

A Unitêxtil adequa a linha de produção de acordo com a necessidade do cliente. Assim, a produção é voltada para atender as necessidades da demanda, fazendo uso de pesquisas de mercado para adaptar os produtos às exigências dos clientes.

A compra da matéria-prima (algodão) é feita na Bahia (Barreiras), em Mato Grosso, sendo também importada dos Estados Unidos. Já o poliéster é importado da China. Utiliza também do fio importado da Índia e Paquistão, o que revela fortes relações comerciais com diferentes escalas espaciais no processo de aquisição da matéria-prima.

As inovações presentes no processo produtivo desta indústria têxtil verifica-se, dentre outras coisas, pelo aumento da complexidade das operações realizadas por parte de cada máquina e na redução do número de operações distintas, ou pela fusão, numa só operação, de processos realizados anteriormente em separado, ou tornando mais eficiente determinado processo, de modo que seja evitada a passagem por várias operações. Esta é outra consequência da reestruturação produtiva que vem influenciando um aprimoramento técnico, mas por outro lado ocorre o aumento do desemprego.

A Unitêxtil se insere neste contexto, e, com a crescente automatização da produção, fazendo uso de máquinas alemãs, suíças e japonesas, o desemprego estrutural é notório, quase tudo é automatizado e é crescente o uso de computadores, sendo necessários poucos trabalhadores para fazer o controle por seção. Uma mesma pessoa pode manusear várias máquinas ao mesmo tempo, diminuindo os gastos com pessoal.

Quanto à origem dos trabalhadores, constatamos que os mais antigos são de Aracati, outros de Aracoiaba e a maioria de Fortaleza. Ocorre também a importação de mão de obra, uma vez que o gerente comercial é chileno, tendo vindo de São Paulo, capacitado em curso técnico têxtil na Matarazo.

O discurso na Unitêxtil é de que, com uma estrutura administrativa moderna e enxuta, que utiliza o *downsizing*, elimina excesso de burocracia ao reduzir os níveis hierárquicos dentro do processo produtivo, possibilitando acesso rápido e fácil à direção da empresa, e agilizando, assim, os processos de negociações.

Assim como em outras indústrias visitadas, na Unitêxtil, o trabalhador é tratado como colaborador, inculcando a ideologia de fazer parte de uma família, onde o trabalhador abraça os objetivos da empresa como se fossem seus, abdicando de uma série de direitos.

Mesmo representando o menor quantitativo, percebemos o crescimento do emprego da mão de obra feminina, que acompanha a tendência na indústria de transformação da Capital, sendo mais uma evidência do atual período de reestruturação.

Não há grandes exigências quanto à experiência requerida pela mão de obra, já que cada trabalhador aprende a execução das atividades em que são alocados na própria indústria.

Também não observamos a procura em reduzir o estoque de matéria-prima. Pelo contrário, notamos a prática de estocagem de matéria-prima, uma vez que a compra da matéria-prima é feita até a próxima safra para se prevenir das variações no mercado.

Em decorrência da crescente redução e da otimização dos espaços internos das indústrias, o que sucede é a procura em reduzir o tempo ocupado pelo produto final na

indústria, não havendo estocagem(sistema Kaban), mas fluxo contínuo de mercadorias, procurando atender a demanda do mercado.

Acompanhando a crescente necessidade em investir na qualidade da produção a Unitêxtil dispõe de um laboratório que fornece dados sobre comprimento, finura e resistência da fibra de algodão.

Percebemos algumas características da presença do modelo de produção flexível em que a produção deve ser ajustada à demanda do mercado, aplicação do sistema *Just in Time*(produzir no tempo e na quantidade necessários), controle de qualidade total, automação em várias etapas da produção, utilização de pouca mão de obra.

A Unitêxtil utiliza o banco de horas que são as jornadas de trabalho “modulares” permitidas pela Lei do Trabalho Temporário de 1998, sendo este um dos exemplos das atuais práticas flexíveis. Com esta prática, as férias ou os dias de folga do trabalhador ficam condicionados às oscilações das demandas da produção em determinados períodos, como no final do ano que aumenta a produção e o ritmo de trabalho, em razão do crescimento da demanda.

Observou-se ainda nesta indústria a flexibilidade nas relações de trabalho que se traduz na perda de direitos trabalhistas e aumento da precarização do trabalho.

No momento atual em que vivemos numa busca constante da flexibilidade sempre impulsionada pela competitividade a flexibilização do mercado de trabalho, apresentada como “solução” pelos ideólogos neoliberais para eliminar o desemprego, têm como consequência o avanço do trabalho informal, a “livre contratação” entre capital e trabalho com a flexibilização do que foi consolidado com o advento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o que vem se traduzindo na perda dos direitos.

A Unitêxtil prefere acompanhar a tendência em curso de não verticalização, mas terceiriza algumas etapas da produção. Sendo a terceirização uma das esferas da “flexibilidade”, quanto aos serviços terceirizados, a Unitêxtil terceiriza os serviços de transporte, alimentação, segurança e embalagem.

Outra característica na produção da Unitêxtil é a gestão científica da organização do trabalho, dada pela aplicação de métodos científicos e o crescente controle sobre o trabalhador, além da intensa divisão do trabalho, objetivando, pela especialização e a redução de tempo de gastos, obter maior produção.

O ritmo e intensidade do trabalho, a divisão social do trabalho, as formas de organização e automação do trabalho são acionado para gerar economias de tempo. Com o

aumento da velocidade de rotação do capital, a reestruturação possibilita uma maior capacidade de acumulação.

Mesmo diante de vários indícios que a produção está inserida no processo de reestruturação em curso, coexistem nesta indústria características do período anterior à reestruturação e da produção flexível, refletindo o caráter contraditório e dialético do sistema capitalista.

As formas espaciais das filiais da Santa Thereza, com sede em Fortaleza, continuam no urbano da Capital, porém acompanhando as transformações na cidade ao longo do tempo, hoje exercem novas funções.

A pesquisa de campo nos permitiu ainda descobrir a existência de um verdadeiro nicho de produção e comercialização têxtil e de confecção no espaço próximo da Unitêxtil. O potencial deste espaço no desenvolvimento do setor têxtil e de confecção beneficiando-se daquilo que os economistas chamam de economias de aglomeração, acabou aglutinando o espaço da produção e consumo.

Os circuitos espaciais da produção revelaram que as relações da Unitêxtil se dão tanto no espaço distante(nacional ou internacional) seja mediante a compra de matéria-prima e venda do produto final, como no espaço metropolitano(Maracanaú) ou intraurbano da Capital seja através da venda do produto final ou parceria com outras indústria e contratação de serviços necessários ao escoamento da produção(transporte, alimentos segurança e embalagem).

Assim, podemos afirmar que a Unitêxtil mantém relações com variadas escalas espaciais, desde a compra da matéria-prima, passando pelo processo produtivo, até a venda do produto final, não obedecendo mais aos antigos padrões espaciais de hierarquia urbana.

Como afirmamos que a reestruturação produtiva ocasiona um reordenamento nas forças produtivas, nas relações de trabalho e, notadamente, no espaço, entendemos por reestruturação produtiva um viés da reestruturação maior do capital que traz mudanças tanto de ordem técnico-econômicas quanto as socioinstitucionais que ocorrem em um determinado espaço.

Assim, não teriam sido possíveis as transformações em curso sem as mediações político-institucionais, o potencial ideológico com um discurso racional que exerce papel fundamental no processo de acumulação do capital, as condições jurídico-políticas, ou seja, a base normativa pela intermediação do Estado e a mudança em sua forma de atuação.

Como foi visto no atual contexto, as arenas decisórias passam a ser outras, muitas delas fora dos limites do País, resultando, dentre outras coisas, na reestruturação da máquina

Estatal. O aparelho Estatal passa por verdadeira reestruturação, instituindo órgãos indutores das novas exigências do capital e elaborando várias políticas públicas, que, no caso das voltadas ao setor industrial, são uma continuidade da política iniciada no País, por via da promoção da modernização, passando pelo período de integração produtiva, marcado pela intervenção planejada do Estado no Nordeste liderada pelo programa de incentivos fiscais da SUDENE, chegando aos anos 1980, sob um novo modelo de acumulação, quando ocorreu maior liberalização da economia, cada vez mais marcada e dominada pela lógica do mercado em que predominam políticas do tipo federativas sujeitas às determinações globais, em virtude dos objetivos agora extrapolarem um planejamento no nível regional, tratando-se de fato de um novo momento, e que a ordem competitiva constitui o principal argumento, já que, mesmo seguindo o mesmo objetivo do início das políticas de intervenção, qual seja, a reprodução do capital, hoje esta reprodução se dá de forma ampliada em escala global.

Neste cenário, o governo federal, objetivando dar continuidade às políticas de desenvolvimento, implementadas com a intervenção planejada do Estado a partir dos anos 1960, ao mesmo tempo em que reduzia os gastos públicos, passou a maximizar a oferta de fatores locacionais, capazes de atrair os investimentos privados.

É, então, sob um novo contexto que o Estado passa a ser agente facilitador da reestruturação capitalista portadora de novas formas de produção e de trabalho.

Diante disto, percebemos o Estado assumindo o papel de locomotiva das transformações por intermédio de seu aparato institucional, incorporando diversos setores na economia de mercado, adaptando a organização social, espacial e econômica às novas necessidades do capital e assim organizando um espaço apto ao desenvolvimento da atividade capitalista. Isto é evidente tanto analisando uma escala maior, como em particular é o que vemos acontecer na RMF com a difusão da produção industrial para municípios além da capital.

A indústria têxtil, em particular, se concentra na capital com tendência a maior dispersão de indústrias de grande porte na RMF, com presença também do capital industrial do sudeste e sul do país com suas filiais e algumas vezes com a transferência da matriz. De um total de 635 indústrias têxteis no Estado do Ceará, 399 estão na RMF, sendo que deste total 72% (286) das indústrias têxteis se concentram na Capital.

O Estado mantém-se na dianteira da criação das condições necessárias à reprodução ampliada do capital. Então, podemos perceber que o Estado está cada vez mais intervindo na estrutura produtiva, ditando as regras do jogo e arcando com parte dos custos de produção.

O motor do crescimento passa a ser a integração com a economia internacional, que, ante a transferência dos níveis supranacional, para o nacional, regional ou local do exercício de regulação, o Estado, representado por diversas instituições, exerce o papel de intermediário na adequação da produção e do espaço às exigências dos agentes financeiros internacionais, constituindo o espaço do capital.

Conforme já exposto dentre as múltiplas expressões da reestruturação capitalista, temos a readaptação do Estado às mudanças que o sistema capitalista à escala planetária está exigindo, passando a ser um componente estratégico ao criar as condições para que as ações se concretizem, adequando a produção e o espaço a um processo de regulação comandado pelo mercado global.

Assim, a abertura da Região Metropolitana de Fortaleza à competição global, somada à intensificação das práticas neoliberais em um ambiente de reestruturação produtiva, trouxe consigo um conjunto de transformações.

Como vimos no desenvolvimento da pesquisa, as ações são direcionadas para o fortalecimento da indústria, visando à implantação, realocação, ampliação, recuperação e reestruturação de indústrias. Para isto, ocorre a ampliação da infraestrutura, do aparato científico-tecnológico, dos cursos de capacitação das escolas profissionalizantes e dos cursos das universidades públicas e privadas.

O setor têxtil e de confecção impulsiona ainda uma série de eventos no Estado, investindo também em cursos para capacitar a mão de obra local, desde cursos técnicos aos de nível superior. A importância de instituições de formação profissional cresce na medida em que o Estado se notabiliza como um dos polos de moda no Brasil.

Além disto, destacam-se as políticas de incentivo à industrialização via Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), mediante isenção e prorrogação de incentivos fiscais, redução de impostos para indústrias que venham a se instalar na Capital, Região Metropolitana ou restante do Estado.

A tentativa de manter o crescimento de décadas anteriores mediante participação mais ativa do Governo Estadual e a parceria com o Governo Federal, sendo os principais instrumentos da atual política industrial a atração de investimentos externos com a concessão de incentivos fiscais/financeiros e de infraestrutura, aproveitando também a vantagem da mão de obra barata, enseja diversos questionamentos, como o desafio das indústrias já existentes e despreparadas para enfrentar a concorrência desigual e a possibilidade de reduzir a capacidade de poupança do Governo com o reforço às isenções e incentivos fiscais, dando maiores condições à vinda de empresas externas e de maior poder de barganha.

Mesmo com a contínua atração pelo capital externo, com a vinda de empresários do Centro-Sul para investir no Ceará, o fato dos proprietários das indústrias de fiação e tecelagem serem, notadamente, cearenses, permite que a política de industrialização cearense por meio de sua burguesia local permaneça atuando nos setores tradicionais.

Constatamos que dentre as inúmeras consequências da atual política industrial no Ceará, ocorre uma concentração da indústria têxtil em Fortaleza, embora o município de Maracanaú também demonstre crescimento contínuo, analisando a delimitação temporal de 2002 a 2014, ou seja, considerando o intervalo de mais de uma década, este crescimento ainda é bem menor, se comparado a Fortaleza.

Por outro lado, o ritmo de crescimento industrial de Fortaleza é cada vez menor, a indústria transborda para Maracanaú em forma de zona e de maneira descontínua para Pacajus e horizonte na forma de eixo. Esta descontinuidade se revela no espaço quando encontramos estas indústrias bastante distantes umas das outras. Enquanto temos a Santana Têxtil em Horizonte, e a Vicunha em Pacajus, a Malwee vai se encontrar fora da via principal e com uma distância de cerca de 50 km.

Na década atual, surgem bem mais novas indústrias do que nas décadas anteriores e aparecem também municípios que até então não tinham nenhuma representatividade na produção têxtil (Pacatuba, Cascavel e Aquiraz) enquanto em outros não se tem registro de nenhuma indústria têxtil (Pindoretama, Guaiúba, São Gonçalo do Amarante, Caucaia, Chorozinho, Itaitinga). Eusébio, Horizonte e Maracanaú apresentam crescimento no número de indústrias têxteis, enquanto em Maranguape e Pacajus permanece a mesma quantidade. Em Fortaleza é onde se encontra o maior número de indústrias têxteis. Podemos dizer, então, que em Fortaleza há uma difusão da indústria têxtil no espaço intraurbano e uma extensão para algumas cidades da Região Metropolitana, como Aquiraz, Cascavel, Eusébio, Maracanaú, Maranguape, Horizonte, Pacajus, Pacatuba.

As indústrias têxteis de grande porte estão mais concentradas no município de Maracanaú, uma vez que oferece maiores isenções de impostos e espaço para uma futura expansão, além de maior mobilidade para o escoamento da produção, como a Vicunha e a TBM, que se utilizam de alta tecnologia e se destacam tanto local e nacionalmente, quanto no plano continental - a Karsten, a Jangadeiro Têxtil, a Têxtil União também são outros exemplos. Há também a Santana Têxtil, em Horizonte, tendo surgido em Fortaleza. Dentre as de médio porte, podem ser assinaladas: Beatriz Têxtil, Fiotex, Micrel, Passamanaria do Nordeste, Haco, Pemalex, Unitêxtil etc.

As pequenas indústrias e algumas médias que permanecem no espaço intraurbano da capital, geralmente não necessitam ou já dispõem de amplo espaço de ocupação na periferia da cidade, com terrenos baratos, mão de obra no entorno e serviços de abastecimento de água e energia, além da proximidade de portos, aeroportos e rodovias para escoar a produção.

A indústria têxtil, mesmo se mantendo concentrada na Capital e em sua hinterlândia, mantém relações com distintas escalas espaciais, não obedecendo mais aos antigos padrões espaciais de hierarquia urbana. Então, paralelamente ao processo de concentração na capital ocorre a integração de diferentes espaços, dada as interações da produção industrial têxtil de Fortaleza através dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação .

Se no plano da RMF, a concentração é na Capital, uma vez que do total de 20.445 indústrias ativas na RMF, 85% são de transformação e estão concentradas em Fortaleza, representando 73%, já considerando o Estado do Ceará, a concentração é na RMF, ou seja, a produção industrial têxtil ocorre de forma concentrada na RMF, mesmo diante da propaganda de interiorização industrial pelo Governo estadual e a despeito do processo de descentralização industrial mundial. Mais da metade do quantitativo industrial do Estado está na RMF, representando 67,42 % do total de indústrias ativas no Ceará.

A RMF se transforma não somente, mas também com o desenvolvimento industrial. A indústria de Fortaleza acaba tendo mais importância na metropolização do que a metrópole na concentração industrial, uma vez que a difusão industrial para a RMF contribui para a metropolização e isto se dá não somente pelo crescente número de indústrias, mas também pela mobilidade da força de trabalho, pelos circuitos espaciais da produção, os círculos de cooperação, induzindo a criação de novas centralidades. Enquanto em um primeiro momento a indústria têxtil no interior alimentou a metrópole em outro momento ela sai do interior e num processo de horizontalização da produção continua mantendo com este intensas relações socioespaciais.

O atual processo de industrialização propicia mudanças nos equipamentos e nos fluxos urbanos, resultando em novas formas de apreensão espacial, uma vez que o surgimento ou realocação industrial impulsiona o processo de metropolização além de induzir a reinvenção de espaços urbanos, revelando a recriação da cidade do/para o capital.

O destaque para produção têxtil cearense depois da RMF é o município de Jaguaruana que se sobressai, notadamente com a produção e compra de fios e tecidos voltados para produção de redes, tendo sido portanto imprescindível evidenciar o desenvolvimento da

indústria têxtil neste município, uma vez que também serviu como parâmetro de comparação para compreensão dos impactos da reestruturação e os vínculos que descobrimos com a própria Unitêxtil e, conseqüentemente com o espaço da produção têxtil na capital.

Ademais o resgate histórico do desenvolvimento da indústria têxtil no Estado do Ceará para entender os diferentes contextos que impulsionaram inúmeras mudanças e as relações socioespaciais construídas ao longo do tempo até chegar nos dias atuais nos levou ainda ao município de Aracati antes de analisarmos as relações entre espaço e indústria diante do desenvolvimento capitalista por meio do estudo de caso da Unitêxtil.

Desta forma, foi possível fazer o resgate da ocupação territorial no Estado e da implantação de sistemas técnicos (armazéns, teares, fábrica de beneficiamento e as relações de trabalho envolvidas. Coube aqui atentar para a intervenção pela técnica, da relação do espaço urbano tecnificado com espaços externos (nacional e mundial). O modo como as indústrias de beneficiamento desenharam uma nova cartografia, pautada por uma solidariedade organizacional para depois incrementar a cidade, a sua economia e, conseqüentemente, a sua urbanidade. Foi neste entendimento que observamos as transformações na forma e função até chegar na atual Unitêxtil.

A indústria têxtil, ao mesmo tempo em que procura acompanhar as mudanças trazidas pela reestruturação produtiva e espacial, resiste a estas mudanças quando depende de relações de trabalho não capitalista, por assim dizer o trabalho familiar que se utiliza de trabalho em sua essência manual e feminino no domicílio da família, como foi possível constatar em várias indústrias em Jaguaruana e que ocorre também nos bairros periféricos da capital, como também na forma camuflada de cooperativas como existe em Fortaleza (Cooperativa dos produtores de Linho) Baturité, Itapajé(principalmente com o trabalho das bordadeiras e rendeiras) e em Maranguape(Banana Nanica Ltda e a produção do bordado Richelieu).

Por outro lado, a demanda por trabalho familiar, dividindo espaço com a adoção de novas formas de organização da produção e os novos processos da gestão do trabalho que passam a se desenvolver, esconde e camufla um estado de exploração, baixos salários e de extração de um sobretrabalho, dadas as diversas formas de subordinação ao capital.

A produção industrial têxtil se desenvolve tanto em grandes, como em médios e pequenos estabelecimentos, responsáveis por considerável emprego de mão de obra.

É na RMF onde se concentra o emprego industrial no setor têxtil, representando na última década 93% do quantitativo de trabalhadores têxteis do Ceará, não distinguindo da análise quanto ao número de indústrias que também estão concentradas na RMF.

Quanto ao nível de empregabilidade, como retromencionamos, podemos perceber ser Maracanaú que se destaca no quantitativo de empregados porque só a Vicunha com suas duas unidades concentra 3.596 trabalhadores.

Logo após temos Fortaleza, já que a TBM tem 2.000 trabalhadores e a Coats Corrente 2.800. O maior número de trabalhadores está disperso ao oeste da Capital, acompanhando a existência das indústrias têxteis que também estão dispersas e em maior número ao oeste de Fortaleza, onde as primeiras indústrias têxteis se alocaram.

Em quase todas as secretarias executivas regionais da capital podem ser encontrados trabalhadores das indústrias têxteis. A "Regional II" foi a única onde não encontramos número considerável de trabalhadores (somente em São João do Tauape) da indústria têxtil, já que esta regional é composta por uma população com maior poder aquisitivo.

Pacajus também se destaca quanto a empregabilidade no setor têxtil com uma das unidades da Vicunha, que emprega 1.084 trabalhadores; por último temos Horizonte, já que a Santana Têxtil concentra 1.000 trabalhadores.

Em meio a um crescente desemprego, é paradoxal o crescimento do trabalho formal na indústria têxtil.

Esta realidade que se revela na RMF vai na contramão da tendência mundial com o impacto da reestruturação em diferentes espaços, implicando redução de estabelecimentos industriais/desindustrialização, realocação industrial (mantendo somente a matriz em lugar estratégico) e/ou crescente desemprego estrutural.

O crescimento do trabalho formal no setor têxtil do espaço metropolitano nos mostra uma realidade diferente, mas que não foge à regra do momento atual da economia brasileira, pois as vagas no mercado de trabalho industrial têxtil que estão surgindo é reflexo da atual política industrial que vem atraindo indústrias que devido suas especificidades nas etapas da produção necessitam de um maior quantitativo de mão-de-obra.

Portanto, a explicação para essa contradição do aumento do emprego formal no setor industrial está no incremento da reestruturação da produção industrial calcada em setores tradicionais, como o têxtil.

Entretanto, esta geração de empregos, além de não acompanhar o ritmo de crescimento das indústrias têxteis, uma vez que de 1990 para cá surgiram mais indústrias do que nos anos de 1960, quando houve uma atuação mais intensa da SUDENE, são empregos baseados em baixos salários que exigem pouco ou nenhum grau de instrução, já que a maior

parte do processo é realizada por máquinas e as etapas que exigem trabalho humano geralmente são tarefas repetitivas e de intensa exploração.

A exclusão do trabalhador de muitos ambientes de trabalho já é um fato, haja vista que o mercado de trabalho se expressa cada vez mais seletivo e o capital investido em máquinas e equipamentos é maior do que o capital humano, provocando o desemprego tecnológico ou de exclusão. Urge, então, repensar o significado da qualificação. Estes são alguns fatores que não podem ser desconsiderados, nem tampouco minimizados.

Por outro lado, faz-se necessário que haja, dentre outras coisas, adoção de medidas por meio de maior investimento nas pequenas e médias indústrias locais, como também atuação de microempreendedores, aumento da renda e do emprego, como uma forma de dar às pessoas autonomia que garantam a ampliação das oportunidades de inclusão social, assim como é necessário também ocorrer uma redistribuição da renda, do poder, dos direitos e dos deveres. É preciso se voltar para as particularidades dos municípios e as necessidades de sua população e que esta não seja vista somente como mão-de-obra barata, para isto, será preciso também mudar a estrutura política e social vigente.

Dessa forma, o empresariado precisa estar presente nessa articulação, uma vez que se apropria da maior parte das receitas com os recursos locais investidos fruto do investimento público. É fundamental ampliar também a parceria com o terceiro setor. Assim, o cenário atual não se esgota no econômico, mas o perpassa.

Quanto ao tipo de produção enquanto a tendência na produção industrial têxtil é a crescente produção de malharia, o destaque maior ainda é a produção de fios, seguida de tecidos de algodão. Algumas indústrias em Fortaleza e Eusébio, além de produzirem fios e tecidos, também produzem redes, como a Forte Fio e a Redes Ramalho.

Quanto à origem do capital, percebemos a existência de empreendedores com envolvimento histórico familiar com o algodão, como os Grupos Machado, Baquit, Pinheiro. Há também o grupo dos iniciantes a empresários têxteis atraídos pela política de incentivos fiscais. Como também pudemos observar o fato de os proprietários industriais não serem mais somente empresários locais, com a presença de capital externo, dada a vinda de indústrias do Sul e Sudeste do País. Mesmo com o predomínio do capital local e familiar, a maioria das indústrias mantêm relações comerciais com o capital externo.

Quanto à faixa de faturamento, como havíamos afirmado, predominam as indústrias com faixa de faturamento até 150000, embora possamos encontrar também aquelas que chegam a faturar numa faixa até 250.000.000. Quanto ao tipo de sociedade, há desde

sociedade anônima, empresa limitada, como também a presença de microempresas em Fortaleza, em que o registro jurídico se faz com o nome do proprietário.

Diante do exposto, podemos afirmar, que ao contrário do discurso que acompanha a política de industrialização no Estado, não ocorre a descentralização dos estabelecimentos industriais têxteis, pelo contrário, sucede uma concentração na Capital e o consequente espraiamento para a RMF, quando não ocorre, o fechamento de unidades para se concentrar em um único estabelecimento industrial, seguindo a lógica da verticalização e procurando se especializar e reunir esforços no que se destaca.

Com a reestruturação em curso, entretanto, se acentua a terceirização, a perda de direitos trabalhistas, as relações comerciais e a distribuição da produção em espaços cada vez mais longínquos. A antiga rede urbana cede lugar aos circuitos espaciais da produção global em que as indústrias mantêm pouca relação com o espaço próximo no que se refere à distribuição da produção ou importação de matéria-prima, porém no que diz respeito ao processo produtivo no chão de fábrica e as transformações no espaço urbano do entorno onde se implantam, as interações com o espaço local são mais perceptíveis, seja no que diz respeito ao impulso no setor de serviços ou fixos espaciais ligados à reprodução da força de trabalho com instituições de ensino técnico e tecnológico, além dos conjuntos habitacionais ou vilas operárias, sem esquecer o recrutamento de trabalhadores próximo ao estabelecimento industrial, pois mesmo em função do desemprego estrutural, a própria característica do ramo de produção têxtil em análise requer a utilização de considerável mão de obra.

Enfim, é um processo plural, heterogêneo, que demandou estudo de caso com entrevistas e demais registros de campo, que vieram refutar algumas hipóteses, como também elucidar, confirmar ou negar o que os dados quantitativos apontavam.

A presença de estabelecimentos industriais de grupos familiares e capital local ao lado de grandes indústrias com atuação global e capital externo revelam a dinâmica e a dialética de um presente em que não é possível desconsiderar as especificidades.

Ademais, se no chão de fábrica, notadamente daquelas com maior capital e que se inserem nas transformações em curso, é possível ver o que há de mais moderno ao lado de práticas antigas e se, na busca por implantar um complexo industrial moderno em Fortaleza ocorre estreita ligação com a base industrial já existente, por estar fundamentado em atividades tradicionais da indústria nordestina, como a têxtil e a confecção, isto revela que o capitalismo não difunde somente o “novo”, mas absorve também o “velho”.

É preciso bem mais do que a diversidade nos investimentos priorizados pela política industrial em curso, com a maximização na oferta de fatores locais, capazes de

atrair os investimentos privados, notadamente para setores da indústria, do turismo, dos serviços e do agronegócio de exportação com base na agricultura irrigada e na agroindústria a ela associada. É preciso ir além da construção de um novo imaginário social nordestino.

É necessário investir em pesquisa, em inovações tecnológicas e continuar investindo em setores tradicionais, ao lado de ramos mais modernos. Defendemos que isto aconteça, mas não da forma como ocorre em nossos dias, com importação de alta tecnologia e de mão de obra mais capacitada, com o discurso da interiorização, sem as condições reais para que isto ocorra, uma vez que fica a dever a valorização da mão de obra local e a exploração de outras potencialidades nos municípios que compõem a RMF, sendo perceptível a falta de integração entre os mesmos, levando ao esvaziamento ainda maior dos cofres públicos com o incentivo para a crescente vinda de indústrias de atuação continental onde a maior parte dos lucros vai para o exterior, ficando aqui uma pequena fatia fruto do assalariamento. O que realmente permanece são os problemas ambientais e uma super-oferta de mão de obra com baixos níveis de escolaridade e baixos salários, que se sujeitam a racionalidades flexíveis nas relações de trabalho. Assim, dentre outras coisas, o que se produz com a política industrial em vigor é uma mão de obra cativa, tendo que se submeter a uma exploração e a um modelo de produção desumano, além de péssimas condições de trabalho, sem esquecer as benesses para uma minoria e não adotando uma visão pessimista, mas realista, o que permanece deste modelo apontado como novo são velhos problemas.

A substituição das relações de trabalho cada vez mais marcadas e dominadas pela lógica do mercado pela criação de um novo *ethos* para estas relações, uma nova via de racionalização do trabalho assentada na coerência com os princípios sociais, a substituição do individualismo por verdadeiros laços de cooperação e solidariedade são desafios que devem ser abraçados pelas mais diversas esferas da sociedade.

Para os que consideram isto uma utopia, devem levar em conta, também, como utopia falar em desenvolvimento, pois, na verdade, a política de industrialização adotada, ao priorizar o crescimento econômico, deixa a indústria à mercê dos interesses do capital internacional.

Lamentavelmente, a realidade nos mostra que, ante a reestruturação, a maioria da população local se encontra alijada das benesses que favorecem uma minoria de grandes empresários às custas da exploração da classe trabalhadora, obrigada a produzir mais, passando a trabalhar mais horas por dia e se conformar com a exploração que se submetem, muitas vezes por falta de opção ou consciência da própria situação em que vive. Assim, a maioria dos trabalhadores é compelida a trabalhar com um salário que não garante nem

mesmo as mínimas condições de sua reprodução, dado o pequeno poder aquisitivo dos salários e à numerosa família que geralmente tem que sustentar.

O modelo de produção vigente, além de impedir que haja um verdadeiro desenvolvimento, se baseia na intensa exploração dos trabalhadores que aumentam a produção da riqueza, mas ficam com uma parte cada vez menor do resultado de seu trabalho.

Ante os desafios expressos, é preciso que a responsabilidade social das empresas vá além do discurso quanto às questões ambientais ou doações à comunidade de produtos que não seguem os padrões do mercado. Impõe-se que se busque a melhoria das condições de trabalho e que haja um retorno dos investimentos, primeiramente, no espaço em que se estabelece e usufrui de uma série de benefícios.

É preciso investimento nas pequenas e médias indústrias, em geração de renda e emprego, com suporte na vocação evidenciada nos municípios com diagnóstico de campo. É preciso dar voz e vez ao que é tido como invisível, viabilizar políticas que permitam o pequeno industrial chegar até o consumidor e não ser tragado no fluxo produtivo pelos grandes empresários.

A indústria têxtil tem papel relevante, não só na empregabilidade, nos recursos gerados e circulação local, mas também na constituição e uso do espaço, de sistemas de objetos e ações para atender a demanda do presente, que carrega consigo traços do tradicional, fruto da contradição e dialética do sistema que o alimenta.

Evidenciamos, dentre outras coisas, o modo, como a indústria têxtil impacta na dinâmica urbana, na mobilidade da população, na concentração acompanhada do movimento de dispersão no tecido urbano da Capital, com espraiamento para a RMF. Com efeito, se deve dar atenção especial para a indústria têxtil que tem inter-relações com outros tipos de indústrias e serviços, bem como outros setores produtivos, a começar pela matéria-prima necessária à produção.

Desta forma, a atividade industrial têxtil e de confecção impacta também na atividade comercial. Reforçando o papel da cidade de Fortaleza como pólo regional têxtil e de confecções, foi possível observar a dinâmica urbana mediante as formas espaciais ligadas ao comércio, os variados usos e ocupações do espaço, os agentes consumidores do espaço urbano em variadas temporalidades, em que, formas espaciais antigas ganham novas funções.

O desenvolvimento desta tese permitiu ainda a compreensão dos novos usos do espaço industrial têxtil metropolitano de Fortaleza e as formas espaciais resultantes.

Espaços outrora ocupados por trabalhadores e por indústrias têxteis e que, acompanhando as transformações na cidade ao longo do tempo, hoje servem a novos usos.

Como vimos, por exemplo a antiga indústria Progresso, no centro da cidade, que passou a ser usada para o comércio de confecção. A antiga Fabrica de Redes São José, na avenida Filomeno Gomes nas proximidades da Escola de Aprendizes de Marinheiros e da Igreja Nossa Senhora dos Navegantes onde está sendo construído o *shopping* Boulevard Jacarecanga, inserido no projeto de *shoppings* nos bairros da cidade de Fortaleza-CE. Em frente ao espaço antes ocupado pela Finobrasa (atual Vicunha em Pacajus e Maracanaú), na av. Humberto Monte, esquina com Sargento Hermínio, no bairro Presidente Kennedy, está sendo construído o *Shopping* Rio Mar Norte. Ademais, conforme foi constatado espaços de antigas indústrias servem atualmente para outros fins, como as instalações da antiga Vilejack Jeans, moradia irregular para pessoas menos favorecidas economicamente que através da autoconstrução passam a viver nestes antigos espaços.

Ocorre a requalificação de bairros e são reassentadas famílias em antigos espaços industriais. Com a saída ou falência de inúmeras indústrias e a crescente especulação imobiliária são construídos condomínios residenciais e conjuntos habitacionais populares, onde se alocam as famílias de baixa renda. É assim que antigos espaços industriais, hoje, passam a ser espaços de especulação imobiliária para ocupação residencial, de comércio ou serviços.

Desta forma, esta tese nos permitiu também analisar as transformações que se realizam não somente na atividade industrial, como também no espaço metropolitano de Fortaleza, bem como os impactos socioespaciais, com base na reestruturação em curso.

Sabemos que a função industrial não é mais dominante no espaço urbano e nas economias de grandes metrópoles globais, a própria metrópole de Fortaleza, como analisamos, não se firma como cidade industrial, mas avança como cidade do terciário, em razão do crescimento do comércio e dos serviços, das atividades ligadas ao turismo, ao mercado imobiliário e ao agronegócio. Por outro lado, vimos que a indústria continua como mola mestra, impulsionando os setores primário e o terciário. Mesmo saindo da era do capital industrial e diante da crescente valorização do capital na esfera financeira, como foi ressaltado, a autonomia do setor financeiro é relativa, em decorrência das inter-relações do capital financeiro na esfera produtiva.

Pudemos constatar através do trabalho de campo em diversas indústrias de confecção a forte inter-relação com a indústria têxtil que se dá também com indústrias fornecedoras de serviços de embalagem, maquinaria, transporte e aviamentos

Este esforço de síntese, com base nas análises quantitativas e qualitativas, fruto da pesquisa documental, estatística e de trabalhos de campo com embasamento teórico, serve

como substrato para tomadas de decisões por parte do Poder Público, que realmente almeje mudanças na atual estrutura que venham somar aos resultados esperados, não somente por uma determinada classe social, mas na busca de objetivos em comum aos sujeitos que participam da produção, circulação e consumo, uma vez que as tramas extrapolam o espaço da produção, passando pelo espaço da reprodução, distribuição e consumo - eis os desafios expressos.

Concluimos que a política de industrialização não tem surtido os efeitos almejados, ou melhor, tem, mas para uma minoria, considerando que as mudanças na produção resultam em aumento da produção e rentabilidade, mas não se faz acompanhar por uma distribuição dessas benesses, intensificando as desigualdades sociais já existentes, contribuindo, assim, para acelerar e perpetuar uma estrutura social marcada por um processo de acumulação, concentração e centralização da renda e do poder em mãos de uma pequena minoria, na qual ingressam cada vez mais empresas nacionais e transnacionais. Em outras palavras, o número de beneficiados é extremamente restrito em relação ao universo da população local, que pouco participa dos frutos trazidos pela nova lógica produtiva, onde se alocam os sistemas técnicos modernos resultantes dos imperativos globais da organização da produção.

Assim, se por um lado mudaram os agentes da produção, os agentes marginalizados do processo e dos resultados da reestruturação excludente que se delinea no espaço urbanoindustrial são os mesmos.

Ante a incapacidade do Estado para vencer estes desafios, necessários se fazem o envolvimento e a articulação de toda a sociedade e não somente o investimento em um ou em outro setor produtivo.

As evidências trazidas por esta pesquisa revelaram as contradições que movem o próprio desenvolvimento do capitalismo, em sua evolução contraditória e desigual.

Por fim, podemos reafirmar nossa tese de que a reestruturação produtiva na RMF traz mudanças que não se restringem aos aspectos técnicos e econômicos da produção, envolvendo notadamente seus aspectos sociais e espaciais.

Pensar nos impactos da reestruturação produtiva é refletir nas questões até aqui expostas que nos permitiram afirmar o que mudou, o que permaneceu, quais os desafios e tendências. E, assim, os fios se entrelaçam, passado e presente se juntam em um futuro promissor para aqueles que acreditam...

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700)**. Vol.1. Rio de Janeiro, Ed. Andrea Jakobsson, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Por searas diversas, os diversos cearás. In: SOUZA, Simone de; et al. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza:Edições Demócrito Rocha, 2002.

ALVES, Giovanni. **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva**. As Novas Determinantes do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Trabalho e Mundialização do Capital**. Londrina: Práxis, 1999.

_____. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Dimensões da globalização: o capital e suas contradições**. Londrina: Práxis, 2001.

AMARAL FILHO, Jair do. Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antonio Carlos Filgueira (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP: ANPUR, 2003.

_____. (Org.). **Federalismo Fiscal e Transformações Recentes no Ceará**. Fortaleza:INESP, 2000.

ALMEIDA, Diego Gadelha de. **Indústria e Reestruturação Sócioespacial: A inserção de Sobral(CE) na divisão espacial do trabalho**. Dissertação(Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, 2009.

AMORA, Zenilde Baima; CARVALHO, Keane Barroso de. Distritos industriais: algumas considerações conceituais e aplicabilidade no contexto cearense. In: AMORA, Zenilde Baima (org.). **Cenários geográficos: reflexões e enfoques**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

_____. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (organizadores). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

_____. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: AMORA, Zenilde Baima (org). **Ceará: Enfoques Geográficos**. Fortaleza: Funece, 1999.

_____. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, Simone de (coordenadora). **História do Ceará**. 2º ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

AMORA, Zenilde Baima. **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. Dissertação de mestrado.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** . 4ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Nordeste e a questão regional**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Geografia Econômica do Nordeste**. 2ª edição, ed. Atlas S.A. Abril, São Paulo, 1974.

ANDRADE, Margarida Maria de. “**Bairros Além-Tamanduateí: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho**”. Tese de Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia da FFLCH – USP. São Paulo: 1991. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13082007-153557/pt-br.php>

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. **Onde moram os operários: Vilas Operárias em Fortaleza 1920-1945**. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador-Ba: 1991.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2000.

_____. Nordeste, Nordestes: Que Nordeste? In: AFONSO, Rui de Brito Álvares, SILVA, Pedro Luiz Barros (Orgs.). **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo, FUNDAÇÃO: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995(Federalismo no Brasil).

_____. MARANHÃO, Sílvio. **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. A experiência de planejamento regional no Brasil. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1993.

_____. Heranças de diferenciação e futuro de fragmentação. In: **Estudos avançados**, 11, 29, 1997.

ARAÚJO, Ana Maria Matos. **Mobilidade populacional na produção do espaço metropolitano regional: o caso de Fortaleza**, Aracaju: 2007(tese de doutorado).

ARAÚJO, Nancy Gonçalves de. **Os trabalhadores e a indústria: reflexões sobre o espaço geográfico**. Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia/UECE, 2007. Dissertação de Mestrado.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **O Fiar e o Tecer: 120 anos da indústria têxtil no Ceará / (coord.) [et. al.]**. Fortaleza: SINDITÊXTIL / FIEC, 2002.

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza. **A Trajetória da indústria têxtil no Ceará: o setor de fiação e tecelagem 1880-1950**; Projeto História do Ceará: política, indústria e trabalho. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará Stylus Comunicações, 1989.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

ARROYO, Mônica. Os territórios estão fragilizados, abertos, invadidos. In: SANTOS, Milton, SOUZA, M. Adélia, SILVEIRA, M. Laura. **Território Globalização e Fragmentação**. 5^o ed. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1998.

AZEVEDO, Esterzilda B. **Patrimônio Industrial no Brasil**. USJT – arq. Urb – número 3/ primeiro semestre de 2010.

BARBOSA, Edivani. **Aracati (ce) no período colonial: Espaço e Memória**. Dissertação. UECE, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1999.

BAUDOUIN, Thierry. A cidade portuária na mundialização. In: SILVA, Gerardo; COCOO, Giuseppe. (Org.). **Cidades e portos: os espaços da globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BECKER, Bertha k. CLAUDIO, A. G. Egler. A incorporação do Brasil na Economia-Mundo: Da colônia à Industrialização Nacional. In: **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 2^a Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1994.

BENKO, Georges. **Economia espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo, SP: Editora Companhia das Letras, 1987.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. **A Metrópole Emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC/Banco do Nordeste do Brasil S.A., 2004.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3^a edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BODDY, Martin. Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica. In: VALLADARES, Licia, PRETECEILLE, Edmond, coordenadores. **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990.

BOMTEMPO Denise Cristina; SPOSITO, Eliseu Savério. Circuitos Espaciais da Produção e novas dinâmicas do Território. **Revista Mercator**, Fortaleza, v.11, n. 26, p.27-46, set./dez/2012.

BORDO, Adilson Aparecido. Os Eixos de desenvolvimento e a Estruturação Urbano-industrial do Estado de São Paulo, Brasil. **Scripta Nova**: revista electrónica de geografia y ciencias sociales, Vol. IX, núm. 194 (79), 1 de agosto de 2005.

BOTELHO, Adriano. Reestruturação produtiva e produção do espaço: o caso da indústria automobilística instalada no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**. n. 15, p.55-64, 2002.

BURSZTYN, Marcel. **Os donos do poder** : Planejamento e clientelismo no Nordeste. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARVALHO, Keane Barroso. **Territórios Produtivos**: Estudo Geográfico do I Distrito Industrial do Ceará. Dissertação(Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A questão urbana**. (Edição revisada, acompanhada de Posfácio (1975) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO GOMES, Sueli de. **Do comércio de retalhos à feira da sulanca**: uma inserção de migrantes em São Paulo. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia. Dissertação de Mestrado. SÃO Paulo, 2002,. Disponível em : <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-13082007-153557/pt-br.php>

CANO, Wilson. **Economia Paulista**: Dinâmica Socioeconômica entre 1980 e 2005. Campinas: Editora Alínea, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. A reprodução da cidade como “negócio”. In: CARLOS, Ana Fani A.;CARRERAS, Carles (Orgs.). **Urbanização e mundialização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. **A cidade**. 6ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. SOUZA, Marcelo Lopes e SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Organizadores). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

_____. Diferenciação socioespacial. **Cidades: Revista científica**, Presidente Prudente, SP, v.4, n.6, 2007.

_____. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 418 p.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. Traduzido do francês por Catherine Marie Mathieu. **Economia e Sociedade**, Campinas, 1-30, dez.1995

CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Tradução Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Inovações espaciais urbanas – algumas reflexões. **Cidades: Revista científica**, v.7, n.11, 2010.

_____. **Trajétórias geográficas**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Redes Geográficas – cinco pontos para discussão. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. **Novos estudos de Geografia Urbana brasileira**. Salvador: UFBA/Mestrado em Geografia, 1999.

_____. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton, SOUZA, M. Adélia, SILVEIRA, M. Laura. **Território Globalização e Fragmentação**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1998.

_____. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1996.

_____. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Wanderley M. da. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. 4ª. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

DANTAS, E. W. **Comércio Ambulante no Centro de Fortaleza- CE (1975-1995)**. Dissertação. Universidade de São Paulo-FFLCH/USP, 1995.

_____. Metamorfoses do setor terciário e terciarização contemporânea. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza ano 6, n.12, p.18-24, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article>>.

DANTAS, E. W. Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975-1995). *Geo. critica - Scripta Nova Revista Eletronica de Geografia y Ciencias Sociales*, Barcelona ,v.9 ,n.202. 2005. Disponível em:< <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-202.htm>>.

_____; SILVA, José Borzacchiello da; ZANELLA, Maria Elisa Zanella; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (orgs.). **Litoral e Sertão**, natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

DEAN, Warren. **The industrialization of São Paulo, 1880-1945**. Austin: University of Texas Press, 1969. (obra traduzida: São Paulo: Difel, 1991.)

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato.(Org). **Geografia: conceitos e temas**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização (des) Fordizando a Fábrica**. Salvador – BA, Edufa, 1995.

ELIAS, Denise e SAMPAIO, José Levi Furtado.(orgs). **Modernização Excludente**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

FARIAS, José Airton de. **História da sociedade cearense**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2004.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas, SPOSITO, Eliseu Savério(orgs). **Indústria, Ordenamento do Território e Transportes: A Contribuição de André Fisher**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Considerações sobre as escalas espaciais de análise da indústria no Brasil. In: **Revista Mercator**. Fortaleza, UFC, 2005.

FOOT, Francisco e LEONARDI, Víctor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. Perspectivas da economia brasileira. **BNDES, um banco de idéias: 50 anos refletindo o Brasil**.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Nacional, 1976.

_____. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GARSON, Sol. **Regiões Metropolitanas: por que não cooperam?** . Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpolis; Belo Horizonte, MG:PUC, 2009

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Tradução de Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GIRÃO, Raimundo. **História Econômica do Ceará**. 2ª edição. Fortaleza: UFC – Casa de José de Alencar/Programa Editorial, 2000.

_____. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1975.

GOLDENSTEIN, Lídia. Uma avaliação da Reestruturação Produtiva. In: Ignacy Sachs, Jorge Wilhelm e Paulo Sérgio Pinheiro (orgs). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **O Debate sobre a Reestruturação Produtiva no Brasil**. RA'EGA(2011), p.51-57. Curitiba, Departamento de Geografia – UFPR.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. **Clientelismo e Modernidade nas políticas Públicas: Os “Governos das Mudanças” no Ceará**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

GORINI, A. P. F. **Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: reestruturação e perspectivas**. BNDES Setorial, nº 12. Rio de Janeiro, 2000.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 1986.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1993.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global**. Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2010.

_____. **Desterritorialização, Multiterritorialidade e Regionalização**. In: Limonad, E. et al. (org.) **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad. 2004 a.

HELD, David, MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da globalização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

HARVEY, David. **A Produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005(Coleção Geografia e Adjacências).

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

IANNI, Octávio. Nação: província da sociedade global? In: **Território Globalização e Fragmentação**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1998.

_____. **A era do globalismo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JAPPE, Anselm. **Guy Debord**. Portugal. Ed. Antígona, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. São Paulo: Paz e terra, 1992.

LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. **Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil**. ANPUR. São Paulo. Editora: Hucitec, 1993.

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: Problemas da industrialização no Terceiro Mundo**. São Paulo: Nobel, 1988.

LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (07). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24507.htm>> [ISSN: 1138-9788]

_____. **Regiões metropolitanas do Brasil**. Radiografia da dinâmica recente do emprego industrial e da remuneração do trabalhador. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. ISBN 978-987-1183-64-7 Disponible en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/06lenci.pdf>

_____. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: **Metrópole: governo, sociedade e território**. SILVA, Catia Antonia da, FREIRE, Désirée Guichard, OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (orgs.). – Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

_____. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e Transformações industriais. **Revista do Departamento de Geografia**, n.12, p.27-42, p. 1998a.

_____. **Reestruturação: uma noção fundamental para os estudos transformações e dinâmicas metropolitanas**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. VI, Buenos Aires, Universidade de Buenos Aires, 1998b, p.1-10.

LEFEBVRE, Henri. Industrialização e Urbanização. In: **O Direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. **Lógica formal, lógica dialética**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **A Revolução urbana**. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LIMA, Luiz Cruz. Produção do Espaço, Sistemas Técnicos e Divisão Territorial do Trabalho. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona**. Vol. VI, núm. 119 (63), 1 de agosto de 2002. www.ub.es/geocrit.

LIMA, Luiz Cruz. **A industrialização recente do Ceará:** uma introdução. São Paulo, 1997, ano II, n.3. Disponível em: [HTTP://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaindustrial/757.pdf](http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaindustrial/757.pdf)

LIMA, A.G. Costa. **Terra Aracatiense.** Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1979.

LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela Industrialização do Brasil.** São Paulo: Editora Alfa Omega, 1978.

MADEIRA, Herica Macedo; COSTA, Maria Clélia Lustosa. A desindustrialização do bairro Jacarecanga (Fortaleza-Ceará). **Anais da 57ª Reunião Anual da SBPC - Fortaleza, CE - Julho/2005.**

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1983.

MANZAGOL, Claude. **Lógica do Espaço Industrial.** São Paulo: DIFEL, 1985.

MARINHO, João. **História da Indústria Têxtil em Pernambuco:** Da primeira Fábrica até o Bicudo. 2011. Disponível em: <http://textileindustry.ning.com>

MARX, KARL. **O Capital:** crítica da Economia Política. V.1, Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo 2. Capítulo XXIII. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural. 1988. (Os economistas).

_____. **Manuscritos filosóficos.** Coleção Obra-prima de cada autor. Texto integral. Martin Claret, São Paulo, 2001.

MASI, Domenico de. **O futuro do trabalho:** fadiga e ócio na sociedade pós-industrial, José Olympio; UnB, 2000.

MENELEU NETO, Jose. Desemprego e luta de classes: as novas determinantes do conceito marxista de exercito industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco J.S; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de(orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva:** as novas derterminações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, Fortaleza: UECE, 1996.

_____. **Os novos sapateiros:** Os trabalhadores e a reestruturação do capital. Tese(doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2000.

MENDES, Mariana Fernandes. **A Mobilidade territorial dos trabalhadores da construção civil na produção da verticalização do bairro Aldeota em Fortaleza.** Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2008 (dissertação).

MÉO, Guy di. **Introduction au débat sur la métropolisation :** une clé de lecture pour comprendre l'organisation contemporaine des espaces géographiques.2008. Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00281654/fr/>.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição (Título original: *Beyond Capital: towards a theory of transition*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa (2002).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social:** método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA, Ruy. Realidade e Metafísica nas estruturas geográficas contemporâneas. In: CASTRO, Iná Elias de, MIRANDA, Mariana, EGLER, Cláudio, orgs. **Redescobrimo o Brasil:** 500 anos depois. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: FAPERJ, 2000.

MUNIZ, Alexsandra Mª Vieira. **Reestruturação Produtiva e Trabalho Agrícola no Baixo Jaguaribe.** Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 200 (dissertação de Mestrado).

_____. **As transformações do espaço urbano na zona da Francisco Sá.** II Encontro de Pós-Graduação e Pesquisa da Unifor, Fortaleza-Ce, abril de 2002, p. 131, impresso.

_____. **Aspectos infra-estruturais de Horizonte frente à reorganização espacial.** In: Anais da IV Semana Universitária da UECE, Fortaleza, 1999.

_____. Silva, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Reestruturação produtiva, trabalho e transformações no espaço metropolitano de Fortaleza. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 31, p. 13/1-25, 2011. HTTP:<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/15395>

NICOLAS, Daniel Hiernaux. Notas conceituais: as concepções espaço-temporais In: **Território Globalização e Fragmentação.** 5ª ed. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1998.

NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará.** 2ª edição. Fortaleza: FIEC, 2001.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado:** transformações contemporâneas do trabalho e da política. Brasiliense, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:** SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classe. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História:** Operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. **Território e Economia Política** – Uma Abordagem a Partir do Novo Processo de Industrialização no Ceará. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. **Território e Economia Política** – Uma Abordagem a Partir do Novo Processo de Industrialização no Ceará. Tese. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. **Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano**: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus(CE).Fortaleza: Eduece, 2005.

_____. Espaço, Industrialização e Acumulação Capitalista: uma abordagem para o Nordeste e o Ceará. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 02, número 04, 2003.

_____. Metropolização e Novos Arranjos Espaciais: Uma Discussão a Partir do Processo de Industrialização em Horizonte e Pacajus (Ce). **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v.4/5, p. 93-99, 2002/2003.

_____. Nova dinâmica global, Indústria e Reestruturação do Espaço - Discussão Teórica e a experiência dos municípios de Horizonte e Pacajus(Ce). **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v.2/3, 2000/2001.

_____. **A Alteração sócio-espacial gerada pelo advento da Indústria nos Municípios de Horizonte e Pacajus – Ce**. Dissertação. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 1996.

PEREIRA, Diamantino. **A Nova Espacialidade do Trabalho**: O Fordismo e a "Produção Enxuta" na Ford, Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona. Vol. VI, núm. 119 (90), 1 de agosto de 2002.

PESSOA, Isimar Félix. **Arranjo produtivo de redes em Jaguaruana como apoio para o desenvolvimento local**. Monografia apresentada pela FEAC – UFC. Fortaleza, 2003. Disponível em: < http://www.ric.ufc.br/observatorio/mon_isimarpessoa.PDF >, acesso em: 20 dez 2012.

PIQUET, Rosélia. A indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos. In: Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Ano XVI, n.1. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002.

PIKETTY, Thomas. **Capital no Século XXI**. Tradução: Arthur Goldhammer, Cambridge, massachusetts london, england, 2014. Disponível em: http://resistir.info/livros/piketty_capital_in_the_21_century_2014.pdf

PONTES, S. Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1999.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

RATTNER, Henrique. Globalização e projeto nacional. In: **Território Globalização e Fragmentação**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1998.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Ática: São Paulo, 1993.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org). **Economia Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIGOTTO, Raquel M. **O “progresso chegou”. E agora?** As tramas da (in)sustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento. Fortaleza: Doutorado em Sociologia/UFC, 2004. Tese de Doutorado.

SANTOS, Marlon Cavalcante. **A Dinâmica dos Circuitos da Economia Urbana na Indústria de Confeção em Fortaleza-Ceará**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, 2014.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Espaço e Sociedade**. ensaios: Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **Técnica, espaço, tempo**. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996; (3ª Ed: 1999; 4ª edição: 2008).

_____. SOUZA, M. Adélia, SILVEIRA, M. Laura **Território, Globalização e Fragmentação**. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Eciane Soares. **Dinâmica Socioespacial do Comércio Popular de Confeção no Centro de Fortaleza**. Dissertação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, Geraldo; COCCO, Giuseppe. Introdução. In: (Org.). **Cidades e portos: os espaços da globalização**. Rio de Janeiro, 1999.

SILVA, José Borzacchiello da. A Região Metropolitana de Fortaleza. In: CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio, SILVA, José Borzacchiello da. (Orgs.) **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

_____. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de(org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. Formação Territorial Urbana. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia, SILVA, José Borzacchiello da, COSTA, Maria Clélia Lustosa (Orgs.). **Da cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

_____. Características Gerais da Região Metropolitana de Fortaleza. In: **Vulnerabilidade socioambiental na região metropolitana de Fortaleza**. DANTAS, Eustógio Wanderley Correia, COSTA, Maria Clélia Lustosa(Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2009.

_____. O algodão no processo de organização do espaço . In: SOUSA, Simone. (Org.). **História do Ceará**. Fortaleza: UFC/Fundação Demócrito Rocha, 1994.

_____. Fortaleza, a Metrópole Sertaneja do Litoral. In: ZANELLA, Maria Elisa Zanella; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade (orgs.) **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Expressão Gráfica, 2006.

_____. Adeus Sudene, que Saudade de Celso Furtado, **Mercator**, nº 17, vol. 8, Fortaleza, 2009.

_____. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf, 1992.

_____. Os becos da cidade. **Jornal o Povo**, Fortaleza, 8 de maio de 2010

_____. **O mercado de trabalho e a cidade brasileira**. In: VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

SILVEIRA, M. Laura. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton, SOUZA, M. Adélia. **Território Globalização e Fragmentação**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec -Anpur, 1998.

SHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. 2ª edição. SP: Nova Cultural, 1946.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. **Cidades: Revista científica**, v.7, n.11, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Industrialização e Urbanização. In: **Capitalismo e Urbanização**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Reconstituo a história da região Metropolitana: processo, teoria e ação. In: **Metrópole: governo, sociedade e território**. SILVA, Catia Antonia da, FREIRE, Désirée Guichard, OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (orgs.). – Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

SOUSA, Eusébio. **Álbum do Jaguaribe**. Belém: Gráfica Amazônia, 1922.

SOJA, Edward W. Soja. **Geografias Pós-Modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 2000.

_____. A industrialização de São Paulo: 1930-1945. **Revista Brasileira de Economia**, v. 25, n. 3, 1971.

STEIN, Stanley. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus. 1979. Original em inglês :Stein, Stanley – The Brazilian Cotton Manufacture – Textile Enterprise in an Underdeveloped area: 1850-1950, Cambridge, Massachusetts, 1957, Harvard Press.

TAKEYA, Denise. **Europa, França e Ceará: as origens do capital estrangeiro no Brasil**. Natal: UFRN, 1995.

TAVARES, Maria Conceição. **Da substituição de importação ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

TEIXEIRA, Francisco J.S; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de(orgs.) Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo?. In: **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

TELES, Glauciana Alves. **Dinâmicas Metropolitanas Contemporâneas: Caucaia da Região Metropolitana de Fortaleza**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará, UECE, Fortaleza, 2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por uma geografia do trabalho**. IV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, 2002. www.ub.es/geocrit/c4-athoj.htm

_____. **Qualificação do trabalho: adestramento ou liberdade?** Revista PEGADA, vol. 1, n.º 1, setembro, 2000.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Lincoln Institute, 1998.

VIRGÍNIO, José Hercílio Silvério; MOTA, Kleiton Nazareno Santiago. **Tecendo a Memória do Aracati**: Fábrica Santa Thereza. Artigo elaborado como pré-requisito à avaliação parcial na disciplina Museologia, Urbanismo e Desenvolvimento Cultural, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE PESQUISA DE CAMPO NAS INDÚSTRIAS

Objetivando obter informações sobre:

A distribuição espacial da produção, a organização da produção, a relação entre espaço, indústria e economia, sistemas técnicos etc.

Localização das indústrias (matriz e filiais), Histórico e caracterização das mesmas, informações sobre os produtos, capacidade de produção, variação da produção durante o ano, empregos, custo da mão de obra de acordo com a atividade, divisão do trabalho, perfil do trabalhador segundo funções, quais empregos mais estáveis, quais temporários, participação do trabalho feminino e qualificado, mercado interno e externo, comercialização, tecnologia utilizada, terceirizações, empregos diretos e indiretos nas terceirizações, incentivos ao trabalhador e cursos ofertados ou pagos pela indústria.

Foram analisados os seguintes aspectos:

1. Estrutura e porte da Indústria

Organograma da indústria: Filiais, distribuição espacial da produção?

2. Os agentes do circuito produtivo

Proprietários, associados, terceirizações, cargo dos empregados segundo função exercida?

3. Importância da indústria para estrutura econômica e social do município e para o Estado como um todo.

A indústria atua em somente um ramo industrial ou desenvolve outros campos de atuação?

Qual a participação do setor para a economia local?

4. A estrutura de mercado

Destino da produção – Localidades no mercado interno/ externo?

Posição que ocupa no mercado

Potencial exportador – Qual a participação desta indústria no total das exportações brasileiras?

Mercado consumidor - Quem são os maiores compradores, para onde exporta?

5. Espacialização da Produção

Observar como ocorre a espacialização da produção desde a chegada da matéria-prima, passando pelo processamento, armazenagem, inserção ao sistema de transporte e a distribuição dos produtos até chegar ao consumo final.

Aspectos que poderão ser analisados no Processo Produtivo:

Na linha de processamento observar as etapas e as diversas **tecnologias utilizadas** em todas as etapas do processo de produção, se há reestruturação organizacional do setor produtivo, se predomina ou não o modelo fordista- trabalho mecânico, repetidor, padronização dos produtos, estoque ou alocação temporária de acordo com a demanda do mercado consumidor.

Como ocorre a distribuição da produção até chegar ao consumidor. (terceirizações, logística, marketing, relações internas e externas)

6. Elos entre os agentes do circuito produtivo

Existem associações com outras empresas, como por exemplo, as ligadas à embalagens, transporte de trabalhadores e mercadorias, distribuição?

7. Formas de relacionamento com o mercado

Predominam as vendas diretas para redes ou para segmentos locais do mercado institucional?

É comum a terceirização da atividade de vendas?

8. Atividades de distribuição física

Serviços de logística

Transporte- É realizado pela própria indústria. A indústria possui frota própria ou faz uso da terceirização na atividade de transporte?

Utiliza serviços de portos e aeroportos para transporte das mercadorias ou somente o rodoviário?

Quais as exigências para que os produtos ocupem espaços nos pontos de vendas?

9. Fatores de Locação:

Quais fatores de atração para alocação desta indústria neste local?

Existe a influência de fatores como: Matérias-Primas, Fontes de Energia, Mercado, Mão-de-obra, Transportes, áreas mais amplas e baratas, infra-estrutura produzida pelo Estado.

10. Papel do Estado

Quais os Incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo Governo Federal, Estadual e municipal a empreendimentos que venham a se instalar na localidade?

Qual a participação do capital da empresa em demandas e serviços não atendidos pelo capital público?

Na opinião do dono (gerente) da indústria: A política de industrialização desenvolvida pelo governo vem permitindo a instalação de indústrias fora da capital?

Qual sua opinião acerca do quantitativo de indústrias na capital vem de fato ocorrendo uma descentralização da produção industrial da capital para demais municípios do Estado?

11. Mercado de Trabalho:

Qual o número de empregados?

Qual período de maior recrutamento e de maior dispensa de trabalhadores?

Como vem ocorrendo o ritmo de substituição do trabalhador pelo trabalho mecanizado? Antes o mesmo trabalho era feito por quantos trabalhadores e agora depois da mecanização?

Qual pré-requisito para admissão? Qualificação, Indicação, Experiência, Proximidade ao local de trabalho?

De qual município vem a maioria dos trabalhadores segundo cargos ocupados?

Há participação dos trabalhadores nos lucros da indústria?

Há ascensão de cargos ocupados pelo trabalhador conforme desempenho ou escolaridade, qualificação?

Como ocorre a locomoção do trabalhador? tem ônibus da indústria, há banco de horas, serviço médico, educacional, horas de lazer, auxílio alimentação e transporte e educação aos filhos?

Como isto interfere na remuneração? Descontos?

Qual a participação do trabalho feminino, masculino e do trabalho qualificado?

12. Terceirizações : Quantidade de empregos diretos e indiretos nas terceirizações?

Investimento na qualificação da mão de obra - tanto de gestão, quanto de operação

13. Novos desafios voltados para atender ao mercado consumidor

A embalagem surge nestes tempos de economia globalizada e consumidor mais exigente, como uma das principais ferramentas para o posicionamento de uma marca e o consequente desempenho de vendas.

Como a indústria procura agregar valor ao que produz?

A colocação dos produtos brasileiros no mercado internacional tem as marcas identificadas como “Produzido no Brasil”?

14. Certificação e Impactos Ambientais

Há perdas oriundas dos processos de seleção e classificação?

O que é feito para reduzir os desperdícios e driblar as oscilações do mercado?

Há o aproveitamento dos excedentes de produção? De que forma?

Qual o destino dos resíduos sólidos?

Qual destino do lixo industrial? Quais práticas e tecnologias limpas e ambientalmente sustentáveis utiliza?

Há adoção de medidas para reduzir impactos ambientais?

Quais projetos sociais desenvolvidos pela indústria?

Há relação com a comunidade do entorno?

A indústria possui alguma certificação?

Durante o processo de produção quais os sistemas da indústria são implantados em consonância com as exigências de normas internacionais?

Existe parceria com universidade e institutos de pesquisa? Quais?

APÊNDICE B - OFÍCIO ENCAMINHADO PARA INDÚSTRIAS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

Av. Mister Hull, s/n – Campus do Pici - CEP 60455-760 – BL 911 - Fortaleza - CE

☎ Fone: (85) 3366 9855 / 3366 9857

☎ Fax: (85) 3366 9864

Fortaleza, __ de ____ de 201_.

Prezado Senhor(a),

Vimos, por meio deste, solicitar à V. Sra. autorização para uma visita, cujo objetivo é conhecer a importância econômica e social desta indústria para o município e o Estado como um todo, bem como o processo de produção desta indústria (tecnologia, quantitativo da produção e sua distribuição espacial, quantidade de trabalhadores empregados por função e qualificações exigidas, terceirizações de serviços demandados pelo processo produtivo, como também logística para o transporte de mercadorias), além de outras informações que forem possíveis serem disponibilizadas.

Esta visita irá também contribuir para o fortalecimento de vínculos com esta Instituição de Ensino Superior, pois sabemos que em um ambiente de abertura econômica é preciso estreitar os laços entre Instituições de Ensino e Pesquisa e Setores Produtivos, visando a soma de conhecimentos e a troca de informações a respeito das peculiaridades locais.

Pedimos, se possível, agendamento da visita para os dias __ de __ pela manhã ou à tarde.

Aguardamos contato pelos fones:(85) _____ - _____; ou pelo e-mail: geoalexia@gmail.com.

Sem mais para o momento, agradecemos desde já a atenção dispensada.

**Ms. Alexandra Muniz
Prof(a) da Universidade Federal do Ceará**

ANEXOS

ANEXO A: Tabelas

Tabela 3 - Receita do Imposto sobre Produtos Industrializados, segundo os municípios da RMF e Ceará - 2010-2012

	IPI 2010	IPI 2012
Ceará	277.541.532	285.238.142
Aquiraz	7.480.399	18.039.279
Caucaia	37.872.547	35.818.985
Cascavel	137.121	9.844
Chorozinho		
Eusébio	8.176.713	7.601.490
Fortaleza	96.947.360	98.651.167
Guaiúba	38.903	27.141
Horizonte	17.161.980	21.585.317
Itaitinga	130.803	222.167
Maracanaú	40.499.567	25.695.954
Maranguape	14.473.943	13.430.003
Pacajus	2.563.097	3.205.017
Pacatuba	26.763.143	33.695.301
Pindoretama	18.188	138.421
São Gonçalo do Amarante	7.204.857	2.088.396

Fonte: IPECE

Tabela 7 - Consumo medido de energia elétrica (Mwh) no setor industrial segundo os municípios do espaço metropolitano de Fortaleza- 2010-2012

	Cons.Energia Ind.2010	Cons. Energia Ind.2012
Ceará	2.166.952	2.294.060
Aquiraz	53.182	80.554
Caucaia	49.758	72.559
Cascavel	26.280	30.914
Chorozinho	1.253	1.897
Eusébio	86.350	86.914
Fortaleza	406.941	400.057
Guaiúba	2.290	2.182
Horizonte	88.937	106.780
Itaitinga	5.418	5.426
Maracanaú	707.660	710.040
Maranguape	14.196	11.004
Pacajus	60.648	61.730
Pacatuba	11.475	20.231
Pindoretama	328	1.062
São Gonçalo do Amarante	45.030	45.889

Fonte: IPECE

Tabela 8 - Indústrias em Maracanaú 2014

Indústrias em Maracanaú	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Aleze Indústria Textil Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	Fitas de algodão Cadarços Elásticos para confecção	1500001 a 3000000	25	Sim	Sim
Beatriz Têxtil s/a	Fabricação de Produtos Têxteis	Fios de algodão	0 a 150000	253	Não	Não
Colonial Indústria de Bebidas Ltda	Fabricação de Bebidas	Bebidas alcoólicas	0 a 150000	7	Não	Não
Cobap	Fabricação de Celulose, Papel E Produtos De Papel	Caixas de papel microondulados	100000000 a 250000000	936	Sim	Não
Coca-Cola (Solar Refrescos S/A.)	Fabricação de Bebidas	Outras bebidas n/alcoólicas,exc.suco frutas,prods.horts	0 a 150000	30	Não	Não
Delfa Ind. e Com. de Acessórios de Vestuário Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	borlas/esponjas outras partes de vestuário ou dos seus acessórios	0 a 150000	600	Sim	Sim
Diana Paolucci S/A - Ind. e Com	Confecção de Peças do Vestuário, Exceto Roupas Íntimas e as Confeccionadas Sob Medida	Roupas em geral	0 a 150000	30	Não	Não
Durametal	Fabricação de Peças e Acessórios para Veículos Automotores	Cubo de roda/tambor de freio/Disco de freio	0 a 150000	62	Não	Não
Esmaltec S/A	Fabricação de Produtos de Metal, exceto Máquinas e Equipamentos	outros fornos, fogões de cozinha, fogareiros, eletrotérmicos	0 a 150000	3500	Não	Sim
Filati indústria de Malhas S/A	Fabricação de Produtos Têxteis	Malhas Malhas em algodão e sintéticas	0 a 150000	300	Não	Não
Fiotex Industrial S/A	Fabricação de Produtos Têxteis	Fio de algodão e poliéster	0 a 150000	614	Sim	Não
Frut Biss	Fabricação de Produtos Alimentícios	Picolés,sorvetes	0 a 150000	85	Não	Não

Tabela 8 - Indústrias em Maracanaú 2014
Continuação

Indústrias em Maracanaú	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Frevo Brasil Ind. de Bebidas Ltda	Fabricação de Bebidas	Refrigerante	0 a 150000	121	Sim	Não
Gerdau Aços Longos S/A	Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	barra chata cantoneira vergalhão	1500001 a 3000000	300	Não	Não
Jangadeiro Têxtil	Fabricação de Produtos Têxteis	Malhas	100000000 a 250000000	490	Sim	Não
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda	Fabricação de Artefatos Têxteis para uso doméstico	Cama, mesa e banho	6000001 a 12000000	615	Sim	Sim
Lingerie Del Rio (Ldr) Indústria de Confeções Ltda/	Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Moda íntima	0 a 150000	70	Não	Não
Norfabril Ind. e Comercio de Confeções Ltda	Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Calça / Saia Jeans Shorts jeans Bermudas masculinas, Calças masculinas	0 a 150000	52	Não	Não
Pelagio Oliveira S A/ Estrela Massas e Biscoitos	Fabricação de Produtos Alimentícios	Biscoitos,macarrão,snack Biscoitos	100000000 a 250000000	2000	Não	Não
Pemalex Indústria e Comercio Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	Malhas em algodão e sintéticas Acabamentos, tinturaria Entretelas tecidas ou não tecidas	0 a 150000	170	Sim	Não
Polo Indústria de Calçados Ltda	Fabricação de Calçados de Couro	Calçados de couro	150001 a 800000	8	Não	Não
PSA Indústria e Comércio de Confeções Ltda	Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Calças e bermudas Calças femininas Saias	0 a 150000	156	Não	Não
Rihomo Ind. e Com. de Confeções Ltda	Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	moda em em geral moda íntima masculina e feminina	0 a 150000	30	Sim	Não

Tabela 8 - Indústrias em Maracanaú 2014

Conclusão

Indústrias em Maracanaú	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Tecelagem Alphatex Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	roupas de cama,de algodão,estampadas	0 a 150000	30	Não	Não
Têxtil União S/A	Fabricação de Produtos Químicos	Roupas em geral	25000000 a 50000000	600	Não	Não

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Aleksandra Muniz

Tabela 9- Indústrias em Horizonte 2014

Indústrias em Horizonte	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Cervejaria Nordeste Ltda	Fabricação de Bebidas	Cervejas	0 a 150000	30	Não	Não
Companhia de Bebidas Primo Schincariol	Fabricação de Bebidas	Refrigerante Cervejas	0 a 150000	30	Não	Não
Santana Têxtil S/A	Fabricação de Produtos Têxteis	Fabricação de fios e tecidos	150001 a 800000	1000	Não	Sim
Têxtil Andina Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	acabamento em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário tecelagem e tingimento de malhas algodão e sintético	0 a 150000	46	Não	Não
Vulcabras Azaleia -CE, Calçados e Artigos Esportivos S/A	Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos Para Viagem e Calçados	Roupas em geral Calçados de couro	100000000 a 250000000	11000	Sim	Sim

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Aleksandra Muniz

Tabela 10 - Indústrias em Pacajus 2014

Indústrias em Pacajus	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Arabril Industria e Comercio de Confeções Ltda	Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Bermudas, camisetas, saias, shorts e vestidos	0 a 150000	30	Não	Não
Araujo e Brilhante Industria e Comercio de Roupas Ltda/Famel	Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Confeções femininas (blusa, vestidos, etc.)	0 a 150000	30	Sim	Não
Caju do Brasil SA Agroindustria Cajubraz	Fabricação de Sucos Concentrados de Frutas, Hortaliças e Legumes	Doce de caju cristalizado, sucos engarrafados	0 a 150000	30	Não	Não
Malwee Malhas Ltda.	Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Malhas	0 a 150000	1100	Não	Sim
Rigesa Nordeste Indústria de Embalagens Ltda	Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	Embalagens de papel ou papelão ondulado	0 a 150000	250	Não	Sim
Sucos do Brasil S/A/Sucos Jandaia	Fabricação de Produtos Alimentícios	Sucos	0 a 150000	340	Não	Sim
Vicunha Têxtil S/A. (Unidade III)	Fabricação de Produtos Têxteis	Tecido indigo Brim	1500001 a 3000000	1084	Sim	Sim

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Alessandra Muniz

Tabela 11 - Indústrias no Eusébio 2014

Indústrias no Eusébio	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Adman Indústria e Comércio de Confeções Ltda	Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Camisetas, blusas, calças e cuecas Moda Feminina e Masculina	0 a 150000	48	Não	Não
B & Q Eletrificacao Ltda	Eletricidade, Gás e Outras Utilidades	energia elétrica Manutenção Industrial	0 a 150000	5009	Não	Não
Cristal Têxtil Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	outros agentes de apresto/acabamento, etc.p/ind.textil	0 a 150000	37	Não	Não
Grandon – Industria de Granito Ltda	Extração de Minerais Não-Metálicos	Blocos de granito Granitos, Mármore	0 a 150000	30	Não	Não
Gurgel Ind de Malhas Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	Fabricação de fios e tecidos	1500001 a 3000000	250	Sim	Não
Haco Etiquetas do Nordeste Ltda.	Fabricação de Produtos Têxteis	etiquetas, emblemas de materiais têxteis, tecidos	0 a 150000	328	Não	Sim
M Dias Branco S.A. Industria e Comercio de Alimentos/Fábrica Fortaleza	Fabricação de Produtos Alimentícios	Biscoitos Massa para inhoc, massa para lasanha, massa para ravioli, massas para macarrão Farinha	0 a 150000	300	Sim	Não
Mf Indústria e Comercio de Calçado Ltda	Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	Calçados Componentes para calçados	0 a 150000	30	Não	Não

Tabela 11 - Indústrias no Eusébio 2014
Continuação

Indústrias no Eusébio	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Pardal Indústria e Comércio de Sorvetes Ltda	Fabricação de Produtos Alimentícios	Picolés, sorvetes	0 a 150000	81	Não	Não
Ramalho Têxtil Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	artigos para acampamento, redes de algodão	1500001 a 3000000	30	Não	Sim
São Braz Indústria de Bebidas Ltda	Fabricação de Bebidas	Cachaças, vinhos	1500001 a 3000000	60	Sim	Sim
Thunder Confecções e Serigrafia Ltda	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Confecções em geral	0 a 150000	15	Não	Não
Três Corações Alimentos S.A.	Fabricação de Produtos Alimentícios	café torrado, não descafeinado cafeína	3000001 a 6000000	30	Não	Não
Teclav - Tecnologia e Lavagem Industrial Ltda	Fornecedores e Serviços Parceiros da Indústria	lavanderia industrial	0 a 150000	400	Não	Não
Terra do Sol Indústria de Cadernos Ltda	Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	cadernos	0 a 150000	59	Não	Não
Paiva & Paiva Engenharia Ltda	Construção de Edifícios	construção de edifícios	1500001 a 3000000	2	Não	Não
Plano Construções Ltda	Construção de Edifícios	construção de casas construção de edifícios	1500001 a 3000000	15	Não	Não
Sertegh - Construções Ltda	Construção de Edifícios	Construções	0 a 150000	15	Não	Não

Tabela 11 - Indústrias no Eusébio 2014

Conclusão

Indústrias no Eusébio	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Solotrat Nordeste Engenharia Geotécnica Ltda	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO	Artefatos de concreto estacas	0 a 150000	50	Não	Não

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Alessandra Muniz

Tabela 12 - Indústrias em SGA 2014

Indústrias em SGA	CNAE	PRODUTOS	FAIXA DE FATURAMENTO	EMP.	IMP.	EXP.
Açaí Empreendimentos e Participações Ltda	Incorporação de empreendimentos imobiliários	Armações de madeira, para concreto	0 a 150000	30	Não	Não
Agropecuária Avaí Ltda	Fabricação de Produtos Alimentícios	outras preparações para molhos e molhos preparados outros condimentos e temperos, compostos	0 a 150000	30	Não	Não
Ceara Steel S/A	Metalurgia	Almofadões, bicamas, colchões, colchões laminados, travesseiros	0 a 150000	30	Não	Não
Centro Oeste Rações S/A	Fabricação de alimentos para animais	Ração para animais	0 a 150000	90	Não	Não
Cerâmica Borma Ltda	Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	tijolos de cerâmica	0 a 150000	30	Não	Não
Cerâmica Sagrada Família Ltda.	Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	tijolos de cerâmica	0 a 150000	30	Não	Não
Construtora Guedis Guimarães Ltda	Construção de Edifícios	Construções	0 a 150000	30	Não	Não

Tabela 12 - Indústrias em SGA 2014
Continuação

Indústrias em SGA	CNAE	PRODUTOS	FAIXA DE FATURAMENTO	EMP.	IMP.	EXP.
Csp - Companhia Siderúrgica do Pecém	Siderurgia	escoria de altos-fornos granul.da fabr.do ferro e aço partes de conversores,etc.p/metalurgia/aciaria/fundição Placas	12000001 a 25000000	14000	Sim	Sim
Embalagens Ceara Ltda	Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	Embalagens de papel ou papelão	800001 a 1500000	13	Não	Não
Embalagens Ceara Ltda	Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	caixas de papel ou cartão,ondulados (canelados)	50000000 a 100000000	95	Não	Não
Francisco Mauricio Alencar Araujo Epp	Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	tijolos de cerâmica	150001 a 800000	36	Não	Não
Grafimidias Comercio Varejista de Acessórios Para Celular	Impressão e Reprodução de Gravações	outs. papeis e cartões, outs.papeis p/foto	0 a 150000	2	Sim	Não
Mariano Indústria e Comércio de Moveis Ltda	Fabricação de Produtos de Madeira	outros moveis de madeira Portas e portões Esquadrias Janelas	12000001 a 25000000	16	Não	Sim
Taíba Invest Investimentos Imobiliários Ltda	Construção de Edifícios	Material de construção em geral	800001 a 1500000	1	Não	Não

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Alexandra Muniz

Tabela 13 - Indústrias em Caucaia 2014

Indústrias em Caucaia	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Aço Cearense Industrial Ltda	Fabricação de Produtos de Metal, Exceto Máquinas e Equipamentos	chapas e tiras distendidas de ferro e aço outros fios, varetas, tubos, chapas de metais comuns outros perfis de ferro e aço, obt/acab. a frio	0 a 150000	2.459	Sim	Não
Construtora Marquise S.A	Coleta, Tratamento e Disposição de Resíduos; Recuperação de Materiais	limpeza urbana	0 a 150000	3500	Não	Não
Fio Jeitoso Indústria e Comércio de Confecções Ltda	Confecção de artigos do vestuário e Acessórios	roupas jeans feminina	0 a 150000	100	Sim	Sim
Nayane Industria de Confecções Ltda	Confecção de artigos do vestuário e Acessórios	moda íntima	0 a 150000	600	Não	Não
Ondas Indústria e Comércio de Confecções Ltda	Confecção de Artigos do vestuário e acessórios	camisas shorts	0 a 150000	300	Sim	Não
Sitec Têxtil Indústria e Comércio Ltda	Confecção de Artigos do vestuário e acessórios	bojo de sutiã	0 a 150000	104	Não	Não
Siqueira Gurgel S.A Comércio e Indústria	Fabricação de Produtos Químicos	desinfetante Detergente sabão	1500001 a 3000000	30	Não	Não
Vilani Baby & Teens Indústria e Comércio de Confecções Eireli – Epp	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	vestidos infantis	0 a 150000	25	Não	Não

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Alexandra Muniz

Tabela 14 - Indústrias em Chorozinho 2014

Indústrias em Chorozinho	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Ceramix Produtos Ceramicos Ltda	Fabricação de artefatos de cerâmica e barro cozido para uso na construção, exceto azulejos e pisos	Cerâmica	0 a 150000	30	Não	Não
Chris Berthon Indústria e Comércio de Confecções Ltda	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	calcinhas e soutiens peças íntimas	0 a 150000	110	Não	Não
Companhia Industrial de Óleos do Nordeste Cione	Fabricação de Produtos Alimentícios	castanha de caju, fresca ou seca, com casca Caju	0 a 150000	30	Não	Não

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Alessandra Muniz

Tabela 15 - Indústrias em Pacatuba 2014

Indústrias em Pacatuba	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Aquavi Industria e Comercio De Agua Ltda	Fabricação de Bebidas	água mineral/gaseif. n/adicion.acucar,n/aromatizada,etc.	0 a 150000	30	Não	Não
Lepel Nordeste Ltda/ Diuncorpo Lingerie	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Peças Íntimas	25000000 a 50000000	350	Não	Não
Mais Sabor Industria e Comercio de Bebidas Ltda	Fabricação de Bebidas	refrigerantes suco de frutas cítrica	1500001 a 3000000	490	Sim	Não
Marisol Industria Têxtil Ltda	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Roupas p/ criança Roupas Fem/Masc Roupas fem Roupas infanto-juvenil	100000000 a 250000000	1575	Sim	Sim
Mecesa Embalagens S/A	Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plástico	Embalagens plásticas	1500001 a 3000000	85	Não	Sim
Vilina Industria e Comercio de Confecções Ltda/ Piffy Lingerie	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	camisolas e pijamas,de algodao,de uso feminino cuecas e ceroulas,de malha de algodao Calcinhas e soutiens	0 a 150000	30	Não	Não
Zanotti Pacatuba Industria e Comércio de Artigos Texteis Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	Elásticos para confecção	0 a 150000	280	Não	Não

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Alessandra Muniz

Tabela 16 - Indústrias em Maranguape 2014

Indústrias em Maranguape	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Dakota Nordeste S/A	Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	Calçados femininos Calçados de couro	0 a 150000	1700	Não	Não
Hope do Nordeste Ltda	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	calcinhas de malha de algodão calcinhas de malha de fibras sintéticas ou artificiais calcinhas de malha de outras materias texteis	0 a 150000	219	Sim	Não
Indústria Têxtil Itajaí do Nordeste Ltda.	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Camisetas malha	0 a 150000	30	Não	Não
Leite Maranguape	Fabricação de Produtos Alimentícios	leite manteiga Requeijão	50000000 a 100000000	288	Sim	Não
Liginani Confecções Ltda	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Moda feminina Calças femininas Roupas femininas em geral	0 a 150000	30	Não	Não
Mallory /Cesde Indústria e Comércio de Eletrodomésticos Ltda	Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	Batedeiras Geláguas Liquidificadores	50000000 a 100000000	400	Não	Não
Micrel Benfio Textil Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	Fiação, tecelagem e colchas de algodão,exc.de malha	0 a 150000	100	Sim	Não

Tabela 16 - Indústrias em Maranguape 2014
Continuação

Indústrias em Maranguape	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Micrel Benfio Textil Ltda	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	- roupas em jeans - calças, modinha e bermudas	0 a 150000	35	Não	Não
Rosa de Sarom Industria e Comercio de Confecções Ltda	Confecção de roupas íntimas	Calcinhas e soutiens	0 a 150000	30	Não	Não
Rosa de Saron Industria e Comercio De Confecção Ltda	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Peças Íntimas	800001 a 1500000	45	Não	Não
Banana Nanica Indústria de Confecções Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	jogos americanos em linho	0 a 150000	11	Não	Não
Art Modas Ltda	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Conjuntos de calcinhas e soutien corpetes, calcinhas, penhoares e etc sutiã	0 a 150000	120	Sim	Não

Fonte: Guia Industrial 2014
Organiz.: Msc. Alexandra Muniz

Tabela 17 - Indústrias em Aquiraz 2014

Indústrias em Aquiraz	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
A Visual Uniformes Industria e Comercio Ltda	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Camisas esportivas/ uniformes Roupas profissionais	0 a 150000	30	Não	Sim
Colonial Industria de Bebidas Ltda.	Fabricação de Bebidas	outras bebidas alcoolicas	0 a 150000	160	Não	Não
Industria e Comercio de Confecções Dias Sport Ltda	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Roupas profissionais	0 a 150000	30	Não	Não
Marinho Têxtil Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	roupas de cama,de algodão, de fibras sintéticas ou artif.estampadas castanha de caju,fresca ou seca,sem casca	0 a 150000	100	Não	Não
Usibras Usina Brasileira de Óleos e Castanha Ltda.	Fabricação de Produtos Alimentícios	Beneficiamento de castanha de caju,LCC(líquido da castanha de caju)	0 a 150000	800	Sim	Não
Tramix Industria e Comercio Têxtil Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	Linhas e fios pra costura de fibras sintéticas	0 a 150000	80	Não	Não

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Alexandra Muniz

Tabela 18 - Indústrias em Cascavel 2014

Indústrias em Cascavel	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Bebevest Confecções Ltda	Confecção de roupas íntimas	Calcinhas e soutiens	0 a 150000	30	Não	Não
Cascaju Agroindustrial S A	Fabricação de Produtos Alimentícios	amêndoas de castanha de caju	0 a 150000	924	Não	Sim
Cascavel Couros Ltda/Jbs S.A/Bracol	Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados	segmento de couros semi terminado, terminado e calçados	50000000 a 100000000	1800	Sim	Sim
Herja Confecção	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	calcinhas de malha de algodão Moda praia	0 a 150000	30	Não	Nao
Martêxtil Indústria e Comércio Têxtil Ltda	Fabricação de Produtos Têxteis	ceras artificiais de polietileno- glicóis fio de fibras de poliesteres com fibras artificiais	0 a 150000	300	Não	Não

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Alessandra Muniz

Tabela 19 - Indústria em Pindoretama 2014

Indústrias em Pindoretama	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
EME QUATRO IND DE ROUPAS LTDA	Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Roupas em Jeans Calças jeans	3000001 a 6000000	29	Não	Não

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Alessandra Muniz

Tabela 20 - Indústrias em Itaitinga 2014

Indústrias em Itaitinga	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Cebritá Ceara Britagem Ltda.	Extração de Minerais Não-Metálicos	Brita Brita, Pedra de Alvenaria, Pó de Pedra	0 a 150000	27	Não	Não
Costurart Industria de Confeções Ltda	Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Calça / Saia Jeans Confeções em Geral Camisas	0 a 150000	30	Não	Não
Pedreira de Itaitinga - Ltda.	Extração de Minerais Não-Metálicos	calhaus,cascalhos e pedras britadas,para concreto,etc. Brita, Pedra de Alvenaria, Pó de Pedra Blocos, Bloquetes, Brita, Valterramas	0 a 150000	30	Não	Não

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Alessandra Muniz

Tabela 21 - Indústrias em Guaiúba 2014

Indústrias em Guaiuba	CNAE	Produtos	Faixa de Faturamento	Emp.	Imp.	Exp.
Bruna Cristina Gonçalves da Costa Velho	Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Lingeries	0 a 150000	30	Não	Não
Cerâmica Moreira Ltda	Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	tijolos de cerâmica Cerâmica	0 a 150000	30	Não	Não
Intuire Confeções Me	Confeção de Artigos do Vestuário e Acessórios	Lingeries	0 a 150000	30	Não	Não
King Plastic Industria e Comercio Ltda	Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos Para Viagem e Calçados	fabricação de calçados de material sintético sandálias EVA sandálias femininas	0 a 150000	60	Não	Não
Leo Pallets Industria e Comercio de Pallets Ltda	Fabricação de Produtos de Madeira	paletes simples,paletes-caixas de madeira	0 a 150000	25	Não	Não

Fonte: Guia Industrial 2014

Organiz.: Msc. Alessandra Muniz

Tabela 22: Indústrias de Transformação ativas em Fortaleza 2014

Iracema Indústria e Comércio de Castanhas de Caju Ltda	Av. Francisco Sá
Metalgráfica Cearense s/a-Mecesa	Ellery
Bertuzzi Comércio e Beneficiamento de Tecidos Ltda	N.S. das Graças/Pirambu
Grendene s/a	Barra do Ceará
Calçados Shuz Ltda	Barra do Ceará
Acapel Indústria e Comércio Ltda	Barra do Ceará
Castanha de Caju Indústria e Comércio Ltda	Barra do Ceará
Companhia Brasileira de Resinas Resibras	Barra do Ceará
Fimatex Beneficiamento Têxtil Ltda	Barra do Ceará
Polly Confecções Ltda	Quintino Cunha
Dimi Indústria Têxtil Ltda	Jacarecanga
Isatex Indústria e Comércio de textis Ltda	Jacarecanga
Indústria e Comércio de Calçados Dolmine Ltda	Centro
Pena SurfWear	Centro
Grande Moinho Cearense s/a,	Cais do Porto/Serviluz
J. Macedo s/a	Mucuripe/ Vicente Pinzon
Moinho Dias Branco s/a. Indústria e Comércio de Alimentos Ltda	Mucuripe
Benatêxtil Beneficiamento Têxtil Ltda	Parangaba
TBM - Têxtil Bezerra de Menezes s/a	Av. dos Expedicionários/ Itaperi
Coats Corrente Ltda	Serrinha
Fábrica de redes Isaac Ltda	Serrinha e em Jaguaruana
Companhia Industrial de Óleos do Nordeste–Cione	Av. Mister Hull, bairro: Antonio Bezerra
Empesca Alimentos Ltda	Av. Mister Hull/ Antonio Bezerra
Stik Elásticos	Autran Nunes
Unitêxtil	Dom Lustosa
Cooperativa dos produtores de Linho e outros têxteis para Itapajé	Presidente Kennedy
Couro Fino Indústria e Comércio de Artefatos de Couro Ltda	Parquelândia
Divinal Indústria de Artefatos Têxteis Ltda	Messejana
Ypióca Agroindustrial Ltda /Diageo	Messejana
Ypióca Águas Minerias indústria e Comércio ltda	Lagoa Redonda
Forte Fio do Nordeste	José Walter

Tabela 22: Indústrias de Transformação ativas em Fortaleza 2014

Conclusão

Indústria Têxtil Marina Ltda	Bom Jardim
Têxtil JM Indústria e Comércio Ltda	Bom Jardim
Indústria e comércio de calçados David Ltda	Montese
Indústria e comércio de calçados Fortaleza Ltda	Montese
Tecelagem União Ltda	Montese
Mais Sabor Indústria e Comércio de Bebidas Ltda	Vila União e em Pacatuba
Lisieux Têxtil Ltda	Av. Aguanambi

Fonte: Guia Industrial do Ceará(GIC), 2014

Elaboração: Msc. Alexandra Muniz

Tabela 32: Principais Indústrias Têxteis Catarinenses

Indústrias	Cidade	Funcionários	Faturamento em R\$	Fundação
Malharia Brandili	Apiúna	1.100		1964
Haco Etiquetas	Blumenau	1.200		1928
Malhas Soft S.A Enobrecimento Têxtil	Blumenau	203		1987
Altenburg Ind. Têxtil.	Blumenau	700		1951
Karsten S.A	Blumenau	2.536		1882
TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A	Blumenau	6.000	420.000.000,00	1935
Cia. Hering	Blumenau	4.505	376.590.000,00	1880
Dudalina S.A	Blumenau	1.000	96.000.000,00	1957
Malharia Cristina.	Blumenau	800		1970
Pacífico Sul. Ind. Têxtil e Confec. .	Blumenau	350		1989
Sanju Ind. Têxtil.	Blumenau	250		1995
Sulfabril S.A	Blumenau	1.400		1947
Têxtil HB - Greenjam	Blumenau	82		2000
Cremer	Blumenau	1.500	190.000.000,00	1935
Cia. Industrial Schlosser S.A	Brusque	559		1911
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux	Brusque	1.100		1892
Têxtil Renaux S.A	Brusque	745		1925
Tituraria Florisa	Brusque	221		1967
Buettner S.A Ind. Com.	Brusque	1.696	186.006.775,00	1898
Indústria Appel	Brusque	200		1974
A M C Têxtil – Colcci	Brusque	1.300		1986
Círculo S.A	Gaspar	1.240	110.000.000,00	1937
Dicotone Têxtil	Gaspar	180		1984
Lunender S.A	Guaramirim	600		1983
Pólo New Ind. E Com. Do Vestuário	Guaramirim	130		1979
Tapajós Têxtil	Indaial	350		1958
Karlache Com. E Ind. Têxtil	Jaraguá do Sul	200		1994
A M C Têxtil - Menegotti Milhas	Jaraguá do Sul	670		1980
Malwee Malhas	Jaraguá do Sul	5.500		1968
Marisol S.A	Jaraguá do Sul	6.313	425.216.000,00	1964
Douta Cia. Têxtil S.A	Joinville	300	24.076.000,00	1973
Fibra Malhas – Delates	Joinville	210		1981
Malharia Mana	Joinville	340	17.751.565,59	1984
Malharia Princesa S.A	Joinville	100		1952
Afetes Ind.Com. e Rederes.	Joinville	143		1977
Cia. Fabril Lepra	Joinville	630	79.284.742,00	1907
Dohler S.A	Joinville	2.200		1881
Cativa Têxtil Ind. E Com.	Pomerode	1.250		1988
Dublack Ind. E Com.de Malhas	Pomerode	400		1983
Fakini Têxtil .	Pomerode	350		2004

Tabela 32: Principais Indústrias Têxteis Catarinenses
 Continuação

Indústrias	Cidade	Funcionários	Faturamento em R\$	Fundação
Kyly Ind. Têxtil	Pomerode	600	69.061.000,00	1985
Dioxes Ind. Com Confeccões	Rio do Sul	165		2003
Malhas Carlan	Rio do Sul	80		1980
Blue In Confeccões	Rio dos Cedros	150		1996
Fiação São Bento S.A	São Bento do Sul	570	84.501.000,00	1948
Buddemeyer S.A	São Bento do Sul	770	88.121.000,00	1951
Clássico Ind. De Artigos Esportivos	Saudades	600		1979
Indústria Acrilan .	Timbó	450		1993
Malharia Diana	Timbó	907	39.541.774,00	1958
Malhas Wilson .	Timbó	250		1973
Beckhauser Ind. Com. De Malhas .	Tubarão	196	55.341.936,16	1999

Fonte: Anuário ABIT 2006

Tabela 39: Indústrias Têxteis no Estado do Ceará

	2002	2012
Ceará	428	635
Abaiara	-	-
Acarape	-	2
Acaraú	-	2
Acopiara	7	5
Aiuaba	-	-
Alcântaras	-	-
Altaneira	-	-
Alto Santo	-	-
Amontada	-	-
Antonina do Norte	-	-
Apuiarés	1	-
Aquiraz	1	13
Aracati	-	2
Aracoiaba	-	-
Ararendá	-	-
Araripe	-	-
Aratuba	-	-
Arneiroz	-	-
Assaré	-	-
Aurora	1	1
Baixio	-	-
Banabuiú	-	-
Barbalha	3	-
Barreira	-	1
Barro	-	-
Barroquinha	-	-
Baturité	-	1
Beberibe	-	1
Bela Cruz	-	1
Boa Viagem	-	-
Brejo Santo	1	1
Camocim	-	2
Campos Sales	-	-
Canindé	-	-
Capistrano	-	-
Caridade	-	-
Cariré	-	1
Caririaçu	-	-
Cariús	-	-
Carnaubal	-	-
Cascavel	-	5

Tabela 39: Indústrias Têxteis no Estado do Ceará
Continuação

	2002	2012
Ceará	428	635
Catarina	-	-
Catunda	-	1
Caucaia	2	11
Cedro	4	1
Chaval	-	-
Choró	-	-
Chorozinho	-	-
Coreaú	-	-
Crateús	1	2
Crato	4	7
Croatá	-	-
Cruz	1	-
Deputado Irapuan Pinheiro	-	-
Ererê	-	-
Eusébio	3	9
Farias Brito	-	-
Forquilha	-	1
Fortaleza	142	286
Fortim	-	-
Frecheirinha	-	3
General Sampaio	-	-
Graça	-	-
Granja	-	-
Granjeiro	-	-
Groaíras	-	-
Guaiúba	-	-
Guaraciaba do Norte	-	-
Guaramiranga	-	-
Hidrolândia	-	-
Horizonte	6	14
Ibaretama	-	-
Ibiapina	-	-
Ibicuitinga	-	-
Icapuí	-	-
Icó	2	-
Iguatu	4	5
Independência	-	-
Ipaporanga	-	-
Ipaumirim	-	-

Tabela 39: Indústrias Têxteis no Estado do Ceará
Continuação

	2002	2012
Ceará	428	635
Ipu	-	-
Ipueiras	-	-
Iracema	-	-
Irauçuba	5	8
Itaiçaba	-	-
Itaitinga	-	2
Itapajé	48	24
Itapipoca	-	2
Itapiúna	-	-
Itarema	-	1
Itatira	-	-
Jaguaretama	-	-
Jaguaribara	-	-
Jaguaribe	11	2
Jaguaruana	73	84
Jardim	-	-
Jati	-	-
Jijoca de Jericoacoara	-	3
Juazeiro do Norte	9	14
Jucás	-	1
Lavras da Mangabeira	1	-
Limoeiro do Norte	1	3
Madalena	1	-
Maracanaú	25	38
Maranguape	6	6
Marco	-	-
Martinópolis	-	-
Massapê	-	-
Mauriti	-	-
Meruoca	-	1
Milagres	-	1
Milhã	-	-
Miraíma	-	-
Missão Velha	2	1
Mombaça	3	1
Monsenhor Tabosa	-	-
Morada Nova	1	-
Moraújo	-	-
Morrinhos	1	1
Mucambo	-	-

Tabela 39: Indústrias Têxteis no Estado do Ceará
 Continuação

	2002	2012
Ceará	428	635
Mulungu	-	-
Nova Olinda	-	3
Nova Russas	4	-
Novo Oriente	-	-
Ocara	-	-
Orós	1	1
Pacajus	2	3
Pacatuba	3	9
Pacoti	-	-
Pacujá	-	-
Palhano	-	-
Palmácia	1	-
Paracuru	-	2
Paraipaba	-	4
Parambu	1	1
Paramoti	-	-
Pedra Branca	1	2
Penaforte	-	-
Pentecoste	-	-
Pereiro	1	-
Pindoretama	-	2
Piquet Carneiro	-	-
Pires Ferreira	-	-
Poranga	-	-
Porteiras	-	-
Potengi	-	-
Potiretama	-	-
Quiterianópolis	-	-
Quixadá	7	3
Quixelô	-	2
Quixeramobim	5	-
Quixeré	-	-
Redenção	-	-
Reriutaba	-	-
Russas	4	1
Saboeiro	-	1
Salitre	-	1
Santa Quitéria	-	-
Santana do Acaraú	-	-
Santana do Cariri	-	-

Fonte: IPECE

Tabela 39: Indústrias Têxteis no Estado do Ceará
Conclusão

	2002	2012
Ceará	428	635
São Benedito	-	-
São Gonçalo do Amarante	-	1
São João do Jaguaribe	-	-
São Luís do Curu	-	1
Senador Pompeu	2	1
Senador Sá	-	-
Sobral	14	13
Solonópole	-	-
Tabuleiro do Norte	-	1
Tamboril	-	-
Tarrafas	-	-
Tauá	4	1
Tejuçuoca	-	1
Tianguá	-	1
Trairi	-	1
Tururu	-	-
Ubajara	-	-
Umari	-	-
Umirim	-	-
Uruburetama	-	-
Uruoca	-	-
Varjota	1	-
Várzea Alegre	7	7
Viçosa do Ceará	-	1

Fonte: IPECE

Quadro 7- Indústrias instaladas no CIPP

MUNICÍPIO	RAZÃO SOCIAL	LINHA DE PRODUÇÃO	VALOR DO INVES. EM R\$	EMP. DIRETOS	ORIG.
Caucaia	CGTF Central Geradora Termoelétrica Fortaleza S/A	Implantação de uma Usina Termelétrica destinada a Geração de Energia Elétrica	550.000.000,00	30	Espanha
Caucaia	Termo Ceará Ltda (Petrobras)	Usina Termelétrica destinada a Produção de Energia Elétrica	250.000.000,00	20	RJ
Caucaia	Wobben Windpower Ind. E Com. Ltda	Fab. de Aerogeradores e seus Componentes	23.500.000,00	503	Alemanha
S.G. do Amarante	Jatadois Ne Ltda	Fabricação de Pre-Moldados de Concreto	2.180.000,00	206	CE
S.G. do Amarante	Tortuga Cia Zootenica Agrária	Fabricação de Suplementos e concentrados minerais para nutrição animal	100.000.000,00	490	SP
S.G. do Amarante	Votorantim Cimentos N/Ne S/A	Fabricação de cimentos e argamassa	45.000.000,00	55	SP
S.G. do Amarante	Companhia Industrial de Cimento Apodi	Fab. De Cimento	55.000.000,00	160	CE
S.G. do Amarante	Hydrostec Tecnologia E Equipamentos Ltda	Fabricação de tubos de aço, carbono, estacas tubulares, equipamentos e peças mecânicas	13.000.000,00	80	SP

Fonte: Ceará Portos/Governo do Estado do Ceará/Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – Cede

Quadro 8 - Indústrias em implantação no CIPP

MUNICÍPIO	RAZÃO SOCIAL	LINHA DE PRODUÇÃO	VALOR INVES. EM R\$	EMP. DIRETOS	ORIG.
S.G do Amarante	Mpx - Pecém Geração de Energia S/A	Geração de Energia Elétrica a Base de Carvão Mineral	2.400.000.000,00	120	RJ
S.G do Amarante	C.S.P - Companhia Siderúrgica do Pecém (Ex: U.S.C- Usina Siderúrgica do Ceará)	Siderurgia	7.000.000.000,00	3.000	Coreia
S.G do Amarante	Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás (Projeto Lubinor)	I Indústria Química	200.250.000,00	192	RJ
S.G do Amarante	Fuhlander Energia Brasil Ltda	Metalmecânica	3.000.000,00	35	Alemanha
S.G do Amarante	Mercompany South Atlantic Veículos e Máquinas Ltda	Fabricação de Veículos Automotores (Tratores)	40.000.000,00	156	RJ
S.G do Amarante	Agro Energia do Norte S/A (Termelétrica José de Alencar)	Geração de Energia Elétrica a Base de Gás Natural	510.000.000,00	30	
Caucaia	Eternit S/A	Fabricação de Material de Construção	117.000.000,00	400	SP
Caucaia	Aeris Energia S/A	Fab. de Pars de Rotores para Turbinas de Geração de Energia Eólica	80.000.000,00	340	SP
S.G do Amarante	Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás	Produção de derivados de Petróleo (Nafta e Coque)	22.140.000.000		RJ

Fonte: Ceará Portos/Governo do Estado do Ceará/Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico – Cede

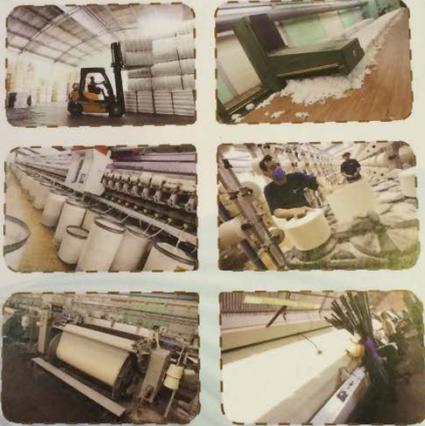
ENCARTE DA INDÚSTRIA UNITÊXTIL



A UNITEXTIL foi fundada em 1893, na cidade de Aracati - Ceará, e hoje concentra suas atividades em uma moderna planta industrial de fiação e tecelagem na capital do mesmo estado.

Utilizando-se da mais alta tecnologia em equipamentos e processos, a UNITEXTIL produz mensalmente cerca de 2 milhões de metros lineares de tecido cru em algodão, e tecidos mistos com poliéster, oferecendo também através de parceiros, alguns serviços de acabamento.

Além das linhas de vestuário e cama & mesa, a UNITEXTIL possui uma grande variedade de tecidos destinados aos mais diversos segmentos industriais.



A Empresa
Forros, Entretelas e Tecidos Industriais
Tecidos

35.000 m² de modernidade, tecnologia e qualidade.



A Empresa
Forros, Entretelas e Tecidos Industriais
Tecidos

UNITEXTIL
DESDE 1993

A liderança nos mercados Norte e Nordeste e a larga experiência da UNITEXTIL no mercado de forros, a credenciam a oferecer os melhores produtos e serviços.

A UNITEXTIL oferece tecidos 100% algodão ou mistos, crus, alvejados, pré-encolhidos, para forros de bolsos, colarinhos, cós e entretelas, bem como para diversos fins industriais, adequando sua linha de produção de acordo com a necessidade dos clientes.



Forros



Entretelas

Tecidos Industriais

Forros, Entretelas e Tecidos Industriais

Tecidos

UNITEXTIL
FUNDADA EM 1989

A UNITEXTIL oferece também uma linha completa de tecidos leves, das mais variadas estruturas, para atender as confecções de vestuário, principalmente camisas.

Popelines, tricolines, cambraias, cruas, prontas para tingir ou estampar, ou brancas fazem parte desta linha.



Tecidos Leves

Nossa linha de tecidos pesados é bastante ampla e diversificada. Sarjas, brins e panamás, crus ou acabados, para atender às necessidades dos clientes que atuam na confecção de vestuário (calças e bermudas), calçados, bolsas, etc.



Tecidos Pesados

UNITEXTIL atua fortemente no mercado de Cama & Mesa, aprimorando cada vez mais seus tecidos para este fim, em contato direto com seus clientes, formando assim, parcerias sólidas e duradouras, podendo orgulhar-se de manter em sua cartela de clientes as mais conceituadas empresas do setor.



Central de Atendimento
Unitextil

85.3499-5444
contato@unitextil.com.br

Cama & Mesa



UNITEXTIL
DESDE 1983

Cama & Mesa